BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XXX (I TOMO) ANO DE 1976 (JANEIRO-JUNHO) N.os 69 (81)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL)

VOLUME XXX — N.os 69 (81)

ANO DE 1976 (JANEIRO-JUNHO)

Directores { DR. AGOSTINHO MANUEL DA SILVA, Vogal do Sector da Cultura da Câmara
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA, Conservador do Arquivo Municipal de Braga
DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES, dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho.

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ALVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Serviços de Secretaria a cargo de

FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA

Composição e impressão das Ofic. Gráficas da Livraria Cruz — Av. Imaculada Conceição — Braga

SUMÁRIO

Homenagem ao Prof. Robert Smith, A Redacção. — *Perfil do Prof. Robert C. Smith*, Prof. Dr. Flávio Gonçalves. — *O Rito Bracarense desde as origens ao Missal de Mateus*, Cónego A. Luís Vaz. — *As pregações de mestre Paulo contra os judeus bracarenses nos fins do século XV*, Dr. Humberto Baquero Moreno. — *Subsídios para o estudo da Arquidiocese de Braga no século XV*, P.e Dr. José Marques. — *A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica*, Prof. Doutor José Mattoso. — *Oferta de Pão a Ponte Vedra em 1620*, Dr. Aurélio de Oliveira. — *A população de Caminha e Valença em 1513*, Prof. Doutor António de Oliveira. — *Mónio Ermiges, Abade de Paço de Sousa*, João José Rigaud de Sousa. — *Um Testamento Inédito do Rei D. Luís*, Dr. Francisco Louro. — *Inéditos do Cardeal Saraiva*, Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos. — *A Ironia e o «Humour» em Eça de Queirós, Machado de Assis e Joaquim Paço d'Arcos*, Prof. Doutor Hennio Morgan Birchal. — *A viagem de António Correia a Pegu*, Dr. Luís Filipe F. R. Thomaz.

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES

DR. AGOSTINHO MANUEL DA SILVA
Vogal do Sector da Cultura da Câmara

FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA
Conservador do Arquivo Municipal de Braga

DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES
Dos Serviços de Documentação
da Universidade do Minho

VOLUME XXX (I Tomo) ANO DE 1976 (JANEIRO-JUNHO) N.os 69 (81)

HOMENAGEM AO PROF. ROBERT SMITH

Já depois de concluído o Volume XXIX da Revista, referente ao ano de 1975, chegou-nos a notícia do falecimento do eminente Professor Robert C. Smith. Não poderia então, nesse volume, assinalar-se condignamente essa triste ocorrência, no tom de homenagem que se impunha, e que a direcção da Revista e a própria Câmara sentiam ser devida à memória de tão ilustre estudioso da Arte Portuguesa, que ao País e à cidade de Braga legou dos mais preciosos trabalhos.

Robert Smith, arrancando ao esquecimento artistas de grande envergadura, e revelando outros completamente desconhecidos, inscreveu, em letras de oiro, entre as egrégias figuras da nossa História, novos valores que jamais poderão ser esquecidos.

Era o Prof. Smith colaborador assíduo dos últimos números de «Bracara Augusta», onde os seus trabalhos despertavam um interesse inusitado entre os estudiosos. Ainda, no último volume da Revista um estudo seu lhe serviu de pórtico — («O bronze Dourado em Braga e no Porto — 1600-1800»).

Há muito que este extraordinário investigador se tornara credor de homenagem condigna por parte da cidade que ele tanto amou e serviu, razão pela qual a Câmara Municipal de Braga, em boa hora, lhe havia concedido o seu maior galardão — A Medalha de Ouro da Cidade.

Mas, na hora do seu passamento e da saudade que envolveu todos quantos com ele conviveram de perto na direcção desta Revista, impunha-se uma evocação-homenagem que evidenciasse a grande estatura intelectual e moral do querido Amigo e ilustre investigador.

Poucas individualidades reuniam melhores condições para tão responsável tarefa como o Prof. Dr. Flávio Gonçalves, colaborador de longa data do Prof. Smith, conhecedor profundo e seguro da sua obra extraordinária e da sua rica personalidade.

Contactado para o efeito, prontamente acedeu ao pedido, e de tal modo se houve que produziu trabalho à altura da grande figura visada.

Acontece porém que, das perto de 200 páginas do seu trabalho, apenas podemos publicar neste volume um pequeno excerto, que muito embora não abranja senão uma faceta dos aspectos que marcam a vida e a obra do grande investigador, nos não deixam dúvidas quanto à profundidade de análise e do pormenor de tão valioso estudo.

Não se sentem, porém, nem a Câmara, nem a direcção da Revista, desobrigados, com a inclusão do excerto que de seguida se dá à estampa, da homenagem que no final do Volume XXIX se anunciou — publicar um largo estudo sobre a vida e obra do Professor Smith. Ficá-lo-ão porém com a edição, na íntegra e em separado, do estudo do Dr. Flávio Gonçalves, que a Edilidade se propõe custear, logo que possível.

Flávio Gonçalves transcreve nas páginas do seu trabalho, uma carta em que Robert Smith lhe narra a morte de sua mãe, a pessoa que era o seu maior enlevo neste mundo, para além de todas as artes, para além de todas as riquezas do universo.

São palavras que não podemos ler de olhos enxutos!

Por último, o texto finda com uma revelação: Robert Smith, depois do amor que nutria por sua mãe, amava Portugal! No pensamento que lhe ditou a sua última vontade, ele deixou ligados para sempre os nomes de sua mãe e o do nosso País.

Fiquemos, para já, na certeza de que o seu nome atingirá a projecção que merece dentre os mais destacados lusófilos.

A REDACÇÃO

Perfil do Prof. Robert C. Smith

(excerto) *

Por FLÁVIO GONÇALVES

. . . . . .

Assim nasceu a nossa camaradagem e boa amizade. E assim pude, de algum modo, aperceber-me da sua personalidade estranhamente complexa e desconcertante, que anos de posterior convívio não deixaram de confirmar. Uma personalidade que, apesar de nem sempre ser justa e amável, cativava sob vários pontos de vista, quer pela riqueza dos seus matizes, quer pela sua inteira dádiva à emoção e ao esforço luminoso da descoberta.

Para Robert Smith a vida era o seu trabalho — a investigação, a redacção dos livros e artigos, as visitas de estudo —, condicionando a isto tudo o mais. Os seus projectos, viagens, distribuição do tempo, organizava-os tendo em conta as tarefas eruditas que queria realizar; e mesmo a maioria dos seus contactos sociais não estava divorciada de intenções pragmáticas relativas àquele escopo. Detentor de uma resistência física verdadeiramente invejável, dela se servia numa actividade intensa e sentida, que por ser constante depressa fatigaria qualquer outro. Levantando-se cedo, passava as manhãs e parte das tardes nos arquivos, institutos e bibliotecas, dedicando o resto do dia, e ainda o período que se seguia ao jantar, à redacção dos seus textos, correcção de provas tipográficas, correspondência, etc. Nos Estados Unidos, onde as pesquisas arquivísticas o requeriam menos, tinha em contrapartida a responsabilidade das aulas e outros serviços escolares; e bem assim o encargo das conferências, ali muito mais numerosas do que as que pronunciava nas suas estadas em

---

(*) Excerto de um trabalho que sobre a obra e personalidade do Prof. Robert C. Smith será publicado em 1977, com uma ampla tábua bibliográfica, notas críticas e outras ilustrações.

Portugal e no Brasil. Aos domingos, entretanto, visitava monumentos ou museus e colecções, nomeadamente para fazer fotografias. Em certas circunstâncias, esta actividade de fotógrafo ocupava-o dias seguidos, por várias localidades, em detrimento das demais tarefas. Outras ocasiões, porém, absorvia-o o trabalho de gabinete — em especial se, pressionado, preparava qualquer nova publicação. Passeios ao ar livre, a leitura de romances, raras caçadas, algumas reuniões mundanas, preenchiam as suas curtas horas de ócio e de distracção. Mais frequente era a aceitação de convites para refeições em casas da alta burguesia e de aristocratas e intelectuais, pois tais convites, que recebia satisfeito ou chegava a provocar, favoreciam-lhe o acesso a colecções particulares que pretendia conhecer e ajudavam-no, muitas vezes, a adquirir facilidades e pistas na investigação.

. . . . . .

O trabalho obstinado, e um certo isolamento, conduziram Robert Smith a um vincado individualismo, presente nas próprias relações de convívio. Pode dizer-se que essa visão da vida, e uma aguda sensibilidade, o definiam psicologicamente, explicando-lhe gestos, intenções e atitudes. Daí — e dos êxitos científicos — também o seu narcisismo, tão evidente e comentado. Deslumbravam-no as palavras de louvor, as homenagens, os galardões. E embora soubesse que só muito poucos liam os seus estudos (apesar de toda a gente lhos aplaudir) (1), não deixava de vibrar por quaisquer comentários favoráveis, particularmente se provenientes de personalidades em destaque. Por carta de 11 de Novembro de 1968 (de que me remeteu uma cópia!), o antigo embaixador Teotónio Pereira, então administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, afirmara-lhe, ao agradecer a oferta do livro *The Art of Portugal*, que «nunca o Manuelino foi melhor interpretado» do que naquele seu volume! Encantado, o Prof. Smith não se cansou de divulgar esta opinião... Frases elogiosas de aristocratas e de literatos em voga, ou de figuras da hierarquia administrativa e religiosa, enchiam-no de mais satisfação que as análises judiciosas dos especialistas. As suas reacções, por vezes, surpreendiam, por não corresponderem à sua real dimensão de historiador. Havendo-me o Prof. Reynaldo dos Santos pedido, em Novembro de 1966, um artigo sobre Rocha Peixoto, destinado a ser lido numa sessão da Academia Nacional de Belas Artes (por naquele ano se comemorar o centenário do nascimento do ilustre

(1) Referências suas em cartas que me dirigiu em 7 de Janeiro e 29 de Março de 1971 e em 12 de Setembro de 1972.

etnógrafo), com espanto virifiquei, quando o meu texto saiu publicado na revista *Belas Artes*, que Robert Smith me mandava dizer, não sem ironia, que se sentia honrado por as «modestas páginas» do seu trabalho acerca do retábulo de André Soares na igreja de S. Domingos de Viana do Castelo terem aparecido, no referido número de *Belas Artes*, «imediatamente depois» do meu artigo... (2); logo o informei que não me coubera a mínima parcela de responsabilidade no facto, pois a ordenação dos artigos fora feita pela redacção da revista, em Lisboa, sem o meu conhecimento, no Porto. Em 1974, de novo estranhou «bastante» que a sua comunicação sobre André Soares, apresentada em Braga ao Congresso *A Arte em Portugal no século XVIII*, estivesse ausente do primeiro tomo das Actas do Congresso, em virtude da adopção do critério da ordem alfabética dos nomes dos autores das comunicações; «não por vaidade», mas porque na referida comunicação se estudava o artista em homenagem ao qual se realizara o Congresso, entendia que ela deveria figurar «logo na frente», para elucidação do «grande público» (3). No seu espírito, e a respeito do que publicava, degladiavam-se-lhe a consciência crítica (lúcida e honesta) e a tentação do prestígio pessoal. Apontando-lhe eu, em 1964, algumas lacunas e lapsos detectáveis em *A Talha em Portugal* (4), a sua resposta mostrou a melhor compreensão, modéstia e probidade: «ensinou-me alguns erros que não tinha visto, alguns dos quais se explicam pela complicação produzida pelo método pouco desejável de entregar o manuscrito aos pedaços e pelo problema da distância e a dificuldade em compreender com facilidade. Os índices e as legendas foram compostos pelo editor e sua gente, em Lisboa, e nunca tive a oportunidade de os rever. As lacunas bibliográficas são quase inevitáveis quando se escreve um livro

---

(2) Carta que me dirigiu de Filadélfia, datada de 18 de Novembro de 1968.

Vide também: Flávio Gonçalves — *No centenário de Rocha Peixoto*, in revista «Belas Artes», 2.ª série, n.º 23 (Lisboa, 1967), pp. 13-18; Robert C. Smith — *A verdadeira história do retábulo de Nossa Senhora do Rosário, da igreja de S. Domingos, de Viana do Castelo*, in rev. cit., pp. 19-38; — *Resumo das actas das sessões*, in rev. cit., p. 73; Flávio Gonçalves — *Para a história das comemorações do I centenário do nascimento de Rocha Peixoto*, in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. VII, n.º 1 (Porto, 1968), p. 144.

(3) Carta que me dirigiu de Filadélfia, datada de 3 de Dezembro de 1974.

Vide também: Robert C. Smith — *Três Artistas de Braga (1735-1775)*, in revista «Bracara Augusta», vol. 27, n.º 64 (Braga, 1973), pp. 495-513.

(4) Flávio Gonçalves — *A primeira grande síntese sobre a talha portuguesa*, in suplemento «Cultura e Arte» de «O Comércio do Porto» de 28 de Janeiro, 11 de Fevereiro e 10 de Março de 1964.

à pressa, como fiz aquele. Não citei os artigos publicados na revista *Águia*, por não os conhecer. As obras de V[ergílio] Correia conheço, mas por falta de espaço eliminei-as e vejo que fiz mal. Achei os seus aditamentos profundamente interessantes e estou muito satisfeito que, nas grandes questões de estilo e cronologia, o amigo não discordasse de mim» (5). Também em 1972, quando revelei um equívoco seu na interpretação de documentos relativos aos azulejos do claustro da Sé do Porto (6), logo Robert Smith me solicitou, ao encontrarmo-nos, que emendasse tal erro na futura versão portuguesa de *The Art of Portugal*, cuja tradução eu estava, na altura, a rever. Não obstante, reagiu de modo diferente a propósito de uma confusão que lhe escapou, em 1964, no artigo publicado no Boletim Cultural *Póvoa de Varzim* (7); sugerindo-lhe eu uma correcção no número seguinte do Boletim, recusou a ideia.

. . . . . .

Da sua sensibilidade ampla e afinada brotavam desencontradas reacções, ora subjectivas até às lágrimas, ora insólitas até à agressividade, resultantes em geral dos ideais que sem tréguas na vida perseguiu. No entanto, o carácter emotivo e personalista de muitas das suas afirmações roubava-lhes, frequentemente, a isenção que seria de esperar. Estou-me a lembrar de uma conversa que tivemos, em 1964, na sacristia da igreja do convento de S. Simão da Junqueira (Vila do Conde), quando me falou, em tom depreciativo, do presidente John Kennedy. Anos decorridos, mostrou-me verdadeira consideração pelo papel desempenhado por aquele político, o que me fez recordar-lhe a opinião que outrora me transmitira. Veio então a explicação, inimaginável: durante o governo de Kennedy, Robert Smith pretendera fotografar uma cama antiga, notável peça do mobiliário americano, existente nos aposentos da Casa Branca, em

---

(5) Carta que me dirigiu de Filadélfia, datada de 16 de Março de 1964.

(6) Flávio Gonçalves — *A data e a origem dos azulejos do claustro da Sé do Porto*, in Suplemento «Cultura e Arte» de «O Comércio do Porto» de 11 de Julho de 1972 (nota 3).

(7) Robert C. Smith — *Alguns ex-votos do Museu Etnográfico da Póvoa de Varzim*, in Boletim Cultural *Póvoa de Varzim*, vol. III, n.º 2 (Póvoa de Varzim, 1964), p. 173 (nota 14).

Neste seu artigo, ao indicar um grupo de tábuas votivas do Museu Municipal da Póvoa de Varzim que, pelo estilo, são todas de atribuir a um mesmo pintor, anónimo, Robert Smith enganou-se e incluiu na série a tábua de Matias Martins, do Rio de Janeiro, de 1836 — peça que de nenhum modo pertence à mão daquele artista. Creio que Robert Smith se queria referir a uma tábua, não datada, oferecida ao «Senhor da Prisão» por Ana Teresa, da Póvoa de Varzim, mulher de Manuel Alvares Vieira.

Washington; Jacqueline Kennedy opusera-se, todavia, a que lhe fosse concedida autorização para fotografar a peça, ferindo-o fundamente nos seus planos científicos. Mas conseguida, no tempo do presidente Lyndon Johnson, aquela fotografia, depressa Robert Smith esqueceu o seu ressentimento e passou a interpretar Kennedy mais serenamente.

. . . . . .

Desafiando a engrenagem do mundo, a sensibilidade e o individualismo do Prof. Smith nem sempre resistiam controladamente às dificuldades. Deixaram eco alguns dos seus actos impulsivos, precipitados, que magoavam e ofendiam. Sobretudo em períodos de cansaço — derivado do excesso de trabalho —, quaisquer decepções ou barreiras susceptibilizavam-no a tal ponto que, não se contendo no seu desespero, rasgava de repente todo o artifício do seu trato social e, completamente vencido pelos nervos, procedia fora de toda a expectativa. Bastará, para exemplificação, o incidente ocorrido em torno do álbum de desenhos de José Francisco de Paiva, álbum de cuja existência e paradeiro o Prof. Robert Smith soube, em 1967, por informação do seu amigo Dr. Eugénio da Cunha e Freitas. Ansiava Robert Smith poder ver aqueles desenhos, do maior interesse para o estudo do mobiliário e arquitectura nortenhos dos fins do século XVIII e começos do século XIX. Como o Dr. Cunha e Freitas conhecia o possuidor do álbum, conseguiu que este — o coleccionador e antiquário de Lisboa Abílio Pacheco de Carvalho — acedesse a receber os dois amigos na sua residência, para que examinassem à vontade o volume de José Francisco de Paiva. Entusiasmadíssimo perante os desenhos, Robert Smith imediatamente separou do volume muitos deles, no intuito de os fotografar. Abílio Pacheco de Carvalho, que já havia gasto uma boa quantia na aquisição e no restauro do álbum, e o destinava a venda, com delicadeza lhe observou que permitiria a fotografia de várias, poucas, folhas, mas não da extensa série escolhida — a fim de que o conjunto não perdesse o seu valor comercial. Não suportou o Prof. Smith o momentâneo revés. Levantou-se num ímpeto, respondeu desabridamente ao dono da casa e, sem se despedir, atravessou a sala e saiu. Pedindo desculpa do sucedido, o Dr. Cunha e Freitas, estupefacto, ainda se conservou mais algum tempo no local. Ao retirar-se encontrou Robert Smith à sua espera, frente ao prédio, no automóvel! Foi tempestuoso o diálogo entre ambos — «em português, francês e inglês», como me contou Cunha e Freitas... Dias mais tarde Robert Smith procurou-o para lhe garantir o seu arrependimento e solicitar indulgência! Abílio Pacheco de Carvalho é que não lhe perdoou nunca,

recusando sempre as propostas que Robert Smith posteriormente lhe mandou, por interpostas pessoas, para a aquisição do álbum (8).

. . . . . .

Vivendo, nos Estados Unidos, ora sozinho ora com a mãe, e habitando hotéis durante as estadas em Portugal e no Brasil, Robert Smith sentiu naturalmente os efeitos da solidão, influentes também no seu narcisismo, na sua obsessão pelo trabalho, na sua falta de confiança e de autodomínio. Posto que o facto de ser celibatário lhe haja facilitado, no campo das investigações, a constante e por vezes prolongada movimentação intercontinental.

Como muitos americanos, Robert Smith chegou a adquirir uma boneca de material plástico, policrómica e de tamanho quase humano, que se enchia insuflando-lhe ar — a qual colocava a seu lado no banco da frente do automóvel, para iludir a solidão nas viagens! Vi essa boneca dentro do seu carro, no Porto, à entrada da Rua da Alegria, em 1969. Um grupo de curiosos rodeava o automóvel, tecendo divertidos comentários. E suponho que teriam sido tais comentários, repetidos certamente noutros locais, que dissuadiram Robert Smith de tornar a colocar a boneca no carro, pelo menos nas suas andanças pelo norte do nosso país.

No entanto, sempre que o seu isolamento aumentava, impunha-se-lhe a necessidade de comunicação. Se encontrava um camarada, ou um amigo, podia falhar-lhe durante horas, numa impetuosa e ininterrupta torrente de palavras, onde os assuntos se atropelavam e sucediam uns aos outros, diversíssimos, sem transição nem paragens, em saltos tão bruscos como inesperados. Depois de fartos dias em que, sozinho, mergulhara no seu universo, esta forma de expansão penetrava-o, irreprimível. A tudo se referia: às pessoas e às coisas, ao seu trabalho e a acontecimentos. Dada a sua curiosidade, algo bisbilhoteira, pelos factos anedóticos dos outros, possuía um vasto reportório de «petites histoires», colhido em geral na má-língua dos salões ou na boca natural e crítica dos criados, camponeses, porteiros, sacristães, pequenos funcionários, etc. A sua memória privilegiada — que tanto o ajudava a evocar os pormenores de uma

---

(8) O álbum de desenhos de José Francisco de Paiva pertence actualmente ao Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, tendo sido adquirido pelos «Amigos do Museu».

Vide: Maria Helena Mendes Pinto — *José Francisco de Paiva, arquitecto, decorador e marceneiro,* in suplemento «Artes e Letras» do «Diário de Notícias», de Lisboa, de 18 de Fevereiro de 1971; Maria Helena Mendes Pinto — *José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto (1744-1824)* (Lisboa, 1973).

gravura longínqua ou a fixar datas, frases e nomes completos — servia-o magnificamente então, permitindo-lhe animar as narrativas e deixar entrever os bastidores...

Também a correspondência assídua que manteve com inúmeras pessoas lhe atenuou a vida solitária. É assombrosa, monumental, a sua herança epistolográfica! Escreveu não poucos milhares de cartas, e não só a colegas e amigos, mas ainda a editores, fotógrafos, burocratas, eclesiásticos, escritores, etc., cartas na maioria dos casos relacionadas com as suas investigações. Um dia que se reúna em volumes sequer uma parcela deste grandioso acervo, ter-se-á uma obra do maior valor documental e profundo interesse humano. Porque nas cartas, sobretudo nas que dirigiu aos amigos mais íntimos ou a indivíduos não convencionais, o Prof. Robert Smith manifestava-se com uma espontaneidade e sinceridade que no trato social não mantinha. Nelas aludia a factos de todos os géneros — ocorridos em diferentes lugares e anos —, num registo palpitante das suas preocupações, alegrias e actividades, ou num testemunho do que se processava à sua volta. Afirma isto quem já pôde ler alguma da correspondência que Robert Smith endereçou a diversos portugueses. Aliás, as cartas que eu próprio recebi corroboram tais afirmações. De Agosto de 1963 (época do nosso primeiro encontro) até às vésperas da sua morte (Agosto de 1975), Robert Smith enviou-me mais de 320 cartas e postais, dos Estados Unidos e de diferentes pontos de Portugal (e ainda de outros países) — em geral cartas muito extensas, de várias páginas, escritas à máquina ou à mão. Trechos destes documentos tenho-os vindo a aproveitar aqui, e outros aproveitarei adiante, seguro de que através dos seus depoimentos me será possível esboçar-lhe, como pretendo, um retrato mais verdadeiro e vivo.

Para a caracterização de grande número de intelectuais portugueses, brasileiros e norte-americanos igualmente a epistolografia de Robert Smith fornece importantes elementos históricos, desde a evocação de episódios até aos seus comentários de juiz... No sector da nossa investigação artística, as referências (favoráveis ou não) a historiadores, críticos, museólogos e professores abarcam, nas cartas que me mandou, praticamente todos os nomes dos seus contemporâneos. Dos restantes sectores intelectuais escolho, para amostra, as palavras que lhe suscitou o falecimento de Jorge Dias: «Fez-me tremenda impressão a triste notícia da morte do Professor Jorge Dias, um dos homens mais ilustres da minha geração e o único dos que frequento em Portugal que entrasse na minha casa e conhecesse a minha adorada Mãe. Ela tanto gostou da conversa que teve com ele a

respeito das suas aventuras na Itália durante a Guerra (*), o casamento, viagens na Alemanha, etc. Agora, mortos os dois, só me ficam as recordações. O falecido professor foi um dos intelectos mais brilhantes da Península e deve ter deixado uma vasta bibliografia, que eu conheço mal. Sei que fazia estudos, ultimamente, em diversos institutos de Lisboa, que são para mim um vasto terreno desconhecido, onde pouca vontade tenho de pisar. Vai ser uma grandíssima perda, como aquela do professor Chicó, e tantos outros. Como já perguntei, pergunto novamente: 'Porque é que os melhores têm que morrer tão jovens em Portugal, quando tantos que nada valem continuam sempre a viver?'. E a complicar a vida dos outros, cujos caminhos impedem» (9).

Relatos de passeios, de encontros ou de descobertas não faltam nas suas cartas: «Temos aqui dias maravilhosos, depois de grandes chuvadas. Os campos estão ridentes e eu fiz uma viagem para a parte oriental do Estado de Maryland, cheia ainda de construções do século XVII e primeira parte de Setecentos. Entre os monumentos mais notáveis que lá vi figura uma orangerie de cerca de 1720, de dois andares, as janelas originais lembrando certas coisas de Londres. Tem duas alas de cerca de 1770. Na grande casa a que pertence esta estufa, reconstruída em 1785, vi um retrato de um antepassado da dona, ela descendente em linha directa do construtor, que muito me impressionou. Este jovem, de peruca branca, ostentava a farda encarnada e ouro da Guarda Real. No fundo da pintura havia o edifício da própria Guarda, feito por William Kent em 1740, na zona de Witehall, de Londres. O retrato foi pintado por Benjamim West, então vivendo em Londres, mas natural desta cidade de Filadélfia. Que grande documento duma história social aristocrática do nosso país, tão pouco conhecida lá fora. Este retrato parece datar de cerca de 1765» (10). Da polémica gerada pelas decisões do Concílio do Vaticano II, confidenciava-me, em 1966: «Ontem jantei em casa de um casal muito rico, com uma magnífica colecção de móveis setecentistas desta cidade [de Filadélfia] e uma filha freira de um convento beneditino. A mãe está desolada por causa do novo hábito que as freiras terão de usar. O pai queixa-se do

(*) Deve tratar-se de equívoco. O Dr. Jorge Dias passou na Alemanha o período da Guerra, tendo viajado na Itália antes do início do conflito. Apenas numa das suas idas para a Alemanha, durante a Guerra, desembarcou em Génova, em trânsito (informação do meu amigo Dr. Ernesto Veiga de Oliveira, confirmada pela viúva do Dr. Jorge Dias, D. Margot Dias, minha também muito prezada amiga).

(9) Carta que me dirigiu de Glenmoore, datada de 6 de Março de 1973.

(10) Carta que me dirigiu de Glenmoore, datada de 28 de Setembro de 1973.

abandono do latim. Aqui, por toda a parte, é a mesma coisa. Todos os católicos cultos e da sociedade estão contra as reformas. Aí em Portugal deve ser a mesma coisa, com esta diferença, que ninguém se arrisca a ventilar a dissatisfação como aqui» (11).

As cartas de Robert Smith dão ainda testemunho de um fértil sentido de humor — seu processo de confessar pequenas derrotas pessoais e veículo das suas conclusões acerca da comédia mundana do grupo social em que vivia. «Nos últimos dias» — escrevia-me na Primavera de 1966 — «muitas festas, reuniões, conferências na alta sociedade. Hoje estive a tomar chá na quinta de uma senhora alemã. Houve um pequeno desentendimento, porque enquanto ela explicava uma cancela de ferro antiga, eu elogiava uns estrumes sensacionais que lá havia nos rosais! Foi o diabo» (12).

. . . . . .

Como intelectual, Robert Smith deu sempre o bom exemplo de não se julgar o detentor exclusivo de um assunto, ou dono de um território historiográfico demarcado. A sua formação universitária defendeu-o de tal veleidade (frequente em Portugal), garantindo-lhe, ao invés, espírito e força para estimular, no mundo dos amigos e colegas, investigações nos mesmos campos da sua predilecção. Atento zelador dos seus interesses pessoais, mas não um egocentrista, caminhou sem atropelar ninguém, sentindo-se feliz se outros o acompanhavam. Repare-se no seu regozijo pelas amplas pesquisas que, sobre entalhadores, entre nós se realizaram após a publicação de *A Talha em Portugal* (13). Acerca do estudo do nosso mobiliário — matéria a que tanto se dedicou — respondia-me deste modo, em 1973, a uma notícia que eu lhe enviara: «Estou muito satisfeito de saber que o Eng.º Bernardo Ferrão se pôs a trabalhar no livro do mobiliário, porque ele é a pessoa indicada para esta tarefa. Satisfeito também porque esta iniciativa da sua parte indica melhor saúde» (14). Interessava-o sinceramente o avanço da ciência — e não há dúvida que levou à prática a melhor camaradagem, se bem que nem sempre fosse pago na mesma moeda. Os seus amigos constataram, muitas vezes, a satisfação com que acolheu (e incitou) a publicação de elementos relativos a Nasoni, à talha ou ao barroco nortenho. Qualquer nova contribuição, mesmo modesta, despertava-lhe um vivo entusiasmo, chegando a minimizar o seu próprio trabalho

(11) Carta que me dirigiu de Filadélfia, datada de 31 de Março de 1966.

(12) Idem, *ibidem*.

(13) Robert C. Smith — *Recensões críticas*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. V, tomo II (Paris, 1972), p. 791.

(14) Carta que me dirigiu de Filadélfia, datada de 30 de Julho de 1973.

para, exageradamente, encarecer o dos outros. Nesse aspecto não exerceu a função pedagógica que, junto de autores menos preparados, poderia ter exercido; por carta, ou verbalmente, a todos os publicistas felicitava com generosa benevolência. E se porventura se via obrigado a corrigir os lapsos de outrem, fazia-o numa forma de extrema delicadeza. Quando Domingos de Pinho Brandão, a propósito do retábulo de prata da Sé do Porto, e baseado em informações erradas, atribuiu ao ourives José Coelho Sampaio (15) uma empreitada que seria de João Coelho Sampaio (16), a emenda do Prof. Smith foi tão discreta que quem não conhecer directamente o texto visado nem se apercebe que houve uma correcção (17). Mesmo se tinha de rebater erros alheios, operava dentro da maior elegância e documentando bem a sua posição. Valha de exemplo o que redigiu a respeito do cadeiral maneirista da Sé de Miranda do Douro (18).

Simultaneamente, em repetidas ocasiões expressou o seu sincero reconhecimento àqueles que no trabalho o ajudaram. Nos prefácios, notas ou dedicatórias dos seus livros, Robert Smith apontou os nomes de alguns dessses amigos ou colaboradores: o Dr. Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, que lhe forneceu inúmeros e importantes elementos bibliográficos e documentais (19); o arquitecto Fernando Távora, companheiro esclarecido durante as investigações acerca de Nicolau Nasoni (20); os Drs. Egídio Guimarães e Manuel Braga da Cruz, que prestantemente lhe facilitaram o acesso aos arquivos, monumentos e bibliografia da cidade de Braga (21);

(15) D. de Pinho Brandão — *Trabalhos de Nasoni ainda desconhecidos,* in «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto, vol. 27, n.os 1-2 (Porto, 1964), p. 127 (e nota 13).

(16) Maria da Glória Magalhães de Sousa Ramos — *Os Coelho Sampaio e a sua arte,* in revista «Museu», 2.ª série, n.º 12 (Porto, 1969), pp. 25 e 28.

(17) Robert C. Smith — *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto* (Lisboa, 1967), p. 172.

(18) Robert C. Smith — *Cadeirais de Portugal* (Lisboa, 1968), pp. 30-31 e 45-46.

(19) Robert C. Smith — *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto* (Lisboa, 1967), pp. 9 e 206 (nota 199); Robert C. Smith — *Cadeirais de Portugal* (Lisboa, 1968), p. 9; Robert C. Smith — *Frei Cipriano da Cruz, escultor de Tibães* (Barcelos, 1968), pp. 9 e 164 (nota 4); Robert C. Smith — *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do século XVIII,* vol. I (Lisboa, 1972), pp. 27 e 29; Robert C. Smith — *Agostinho Marques, «enxambrador da cónega»* (Barcelos, 1974), p. 13.

(20) Robert C. Smith — *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto,* p. 9.

(21) Robert C. Smith — *Frei Cipriano da Cruz,* p. 164 (nota 4); Robert C. Smith — *A Casa da Câmara de Braga,* in revista «Bracara Augusta», vol. 22 (Braga, 1968), pp. 283 (nota 2) e 284 (nota 4); Robert C. Smith — *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça,* vol. I, pp. 7 e 29; Robert C. Smith — *Agostinho Marques, «enxambrador da cónega»,* pp. 9 e 13-14.

o Dr. Alexandre Alves, de quem sempre teve à disposição uma importante colectânea de documentos inéditos sobre artistas da zona de Viseu e de Lamego (22); e outros, ainda, que lhe transmitiram informações bibliográficas, arquivísticas, técnicas, burocráticas, etc. (23).

Robert Smith, por seu turno, também nunca recusava auxílio naquilo em que poderia ser útil. A sua boa camaradagem evidenciou-se sobretudo através da oferta ou empréstimo de fotografias da sua autoria, mercê das quais ora revelava, a alguns, obras de arte que não conheciam, ora colaborava, com magníficos *clichés*, na ilustração de textos a publicar por outrem. Diversos investigadores portugueses, brasileiros e norte-americanos utilizaram, nas suas pesquisas e trabalhos impressos, películas e cópias que o Prof. Smith espontaneamente lhes cedeu — inclusive fotografias de difícil consecução ou que viriam a aparecer (ou já haviam aparecido) nos seus próprios livros. Durante as suas viagens, se encontrava peças que interessavam às investigações que certos amigos estavam efectuando, a sua máquina não se esquecia de fixar, para eles, as respectivas imagens! Vários portugueses lhe ficaram a dever transcrições ou fotocópias de páginas de livros e de revistas de que dispunha graças à riqueza das bibliotecas americanas; e no seu carro conduziu frequentemente estudiosos que, para trabalhos de temas afins dos seus, necessitavam de visitar monumentos menos acessíveis. Sobre o seu espírito de colaboração, transcrevo apenas este trecho de uma carta de Março de 1966: «A respeito de Santos Simões estou bastante preocupado. Desde Janeiro escrevi-lhe três vezes,

---

(22) Robert C. Smith — *Cadeirais de Portugal*, p. 110 (notas 47 e 49); Robert C. Smith — *André Soares* (Lisboa, 1973), p. 61 (nota 102); Robert C. Smith — *Agostinho Marques, «enxambrador da cónega»*, p. 37 (nota 7).

(23) Robert C. Smith — *A Talha em Portugal* (Lisboa, 1963), pp. 18 (nota 32) e 27 (nota 15); Robert C. Smith — *A igreja de S. Bento da Vitória à luz dos «estados» de Tibães*, in «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto, vol. 29, n.os 1-2 (Porto, 1966), pp. 199 (nota 2), 252 (nota 5) e 253 (nota 2); Robert C. Smith — *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto* (Lisboa, 1967), pp. 9, 184 (nota 13), 194 (nota 50), 200 (notas 15, 33 e 34), 202 (nota 39), 207 (nota 22) e 211 (nota 91); Robert C. Smith — *The Art of Portugal. 1500-1800* (London New-York, 1968), pp. 13-14; Robert C. Smith — *Cadeirais de Portugal* (Lisboa, 1968), pp. 9 e 111 (nota 67); Robert C. Smith — *Frei Cipriano da Cruz, escultor de Tibães* (Barcelos, 1968), pp. 163-164 (nota 4), 172 (nota 5), 175 (nota 55) e 179 (nota 13); Robert C. Smith — *A Casa da Câmara de Braga*, in revista «Bracara Augusta», vol. 22 (Braga, 1968), p. 284 (nota 4); Robert C. Smith — *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do século XVIII*, vol. I (Lisboa, 1972), pp. 27-29; Robert C. Smith — *André Soares* (Lisboa, 1973), pp. 13-14, 55 (nota 46) e 62 (nota 107); Robert C. Smith — *Agostinho Marques, «enxambrador da cónega»* (Barcelos, 1974), p. 76 (notas 34 e 36); etc.

mandando bibliografia que ele [me] pediu, fotografias dos azulejos de Xabregas, e o capítulo da cerâmica do meu livro (*). Até agora nenhuma resposta» (24). Ao Eng.º Santos Simões, de resto, o Prof. Smith costumava remeter a documentação que sobre azulejos e azulejadores achava nos arquivos — elementos que aquele ceramógrafo, autorizado, verbetava nos seus ficheiros.

Jamais Robert Smith ocultou dos camaradas os sucessivos resultados das investigações que ia realizando. Muito antes de as publicar em livros ou artigos comunicava, em conversas ou em cartas, entusiasmado, tanto as descobertas conseguidas nos arquivos, como as atribuições estilísticas que pouco a pouco lhe ocorriam. Eis como me contou, num misto de alegria e de humor, a confirmação das datas e da autoria do edifício da Câmara Municipal de Braga: «Hoje, em Braga, depois de encontrar toda a história do douramento dos retábulos da Santa Casa, lembrei-me do convite do Sr. Presidente da Câmara (**) para mexer nos papéis do Senado. Tudo estava lá, a respeito da construção da Casa da Câmara. Sei agora que Tadim tinha razão quando escreveu que foi construída entre 1754 e 1755 (***). E sei que nós tínhamos razão quando desconfiávamos que fosse desenhada por André Soares (****). Encontrei o documento recordando o pagamento ao Soares de certa quantia pelas 'assistências, riscos e moldes que fez para esta casa' (*****). E também foi pago o

---

(*) Referência ao seu volume *The Art of Portugal, 1500-1800* (London New York, 1968), pp. 229-263.

(24) Carta que me dirigiu, de Filadélfia, datada de 31 de Março de 1966.

(**) Dr. Viriato Nunes.

Vide: Robert C. Smith — *A Casa da Câmara de Braga*, in revista «Bracara Augusta», vol. 22 (Braga, 1968), p. 284 (nota 4).

(***) As datas referidas no manuscrito de Manuel da Silva Thadim já haviam sido aproveitadas por mim, em 1966, na comunicação que apresentei ao VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Vide: Flávio Gonçalves — *The Architecture and Wood Sculpture of the North of Portugal, 1750-1850*, in «Portugal and Brazil in Transition», edited by Raymond S. Sayers (University of Minnesota Press, Minneapolis, 1968), pp. 277 e 350 (nota 26); Flávio Gonçalves — *Um século de arquitectura e talha no noroeste de Portugal*, in «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto, vol. 32, n.ºs 1-2 (Porto, 1969), p. 138.

(****) Alberto Feio já por 1955 informara o Prof. J. B. Bury de que o edifício da Câmara Municipal de Braga se devia a André Soares e a 1754. Vide: J. B. Bury — *Late Baroque and Rococo in North Portugal*, in «Journal of the Society of Architectural Historians», vol. XV, n.º 1 (Filadelfia, 1956), p. 8 e nota 8.

(*****) Após esta descoberta dos documentos relativos à construção do edifício da Câmara Municipal de Braga, Robert Smith publicou o seguinte trabalho: *A Casa*

José da Silva, mestre das obras de Sua Alteza Sereníssima, que corrigiu os erros que o mestre pedreiro fez nas plantas do grande mestre da Rua do Souto. Estava tudo lá, até os nomes dos homens que esculpiram as armas por cima das portas, venderam as telhas e os pregos, e foram buscar as pedras e a cal. Toda a madeira estava pintada de vermelho e o Sr. Presidente da Câmara, encantado com a descoberta, quer repintar a casa desta mesma cor. Foi bom ter encontrado aqueles documentos, porque temos agora um ponto de apoio para todas as nossas atribuições... De modo que esta noite, cansado de tanto ter copiado, agradeço a Nossa Senhora, a quem este reino está totalmente entregue, a sua infinita bondade. Deus queira que, antes de acabar esta minha miserável vida, tenha a suprema satisfação de saber onde e quando Soares nasceu, e quem foram os seus pais» ([25]). Em 1966 — cerca de dois anos antes de a explicitar num dos seus livros — anunciava-me a atribuição, ao escultor beneditino Fr. Cipriano da Cruz, da bela imagem da *Pietà* do Museu Machado de Castro: «Quando voltei de Nova Iorque encontrei numa caixa vazia uma fotografia da *Piedade* do Museu de Coimbra, publicada no livro de R. dos Santos sobre a *Escultura*, vol. II, est. CVII (*). Vi logo que havia uma grande semelhança com obras documentadas de Fr. Cipriano, e após detalhado estudo cheguei à conclusão de que esta é a *Piedade* mencionada no documento de 1758 descrevendo o recheio de S. Bento de Coimbra... Gostaria de lhe dar as razões porque acho esta imagem da *Piedade* de Fr. Cipriano. Primeiro, porque o corpo do Cristo é quase igual ao do Cristo Crucificado do grupo de Lutgarda, em Tibães. A cara, com as barbas, forma arredondada dos olhos, feitio dos lábios, etc., repete a deste Cristo, como também o rosto de S. José no outro grupo documentado de Tibães, representando o Desterro (*o Regresso do Egipto*). Vejo também na cabeça da Virgem a repetição da da Lutgarda. Finalmente vejo os mesmos dedos de forma quadrada, e o gesso incrustado nos trajes, que aparecem em outras obras sem dúvida de Fr. Cipriano, por exemplo no *S.to Anselmo* do Museu de Coimbra» ([26]). Permita-se-me mais um recorte, agora de uma carta de 1973, com revela-

---

da Câmara de Braga (1753-1756), in revista «Bracara Augusta», vol. 22, n.os 51-54 (Braga, 1968), pp. 283-320 (com *separata*).

([25]) Carta que me dirigiu, da Maia, datada de 11 de Junho de 1968.

(*) Reynaldo dos Santos — *A Escultura em Portugal*, vol. II (Lisboa, 1950), p. 56 e est. CVII.

([26]) Carta que me dirigiu, de Filadélfia, datada de 19 de Setembro de 1966. Vide, sobre o assunto da carta: Robert C. Smith — *Frei Cipriano da Cruz, escultor de Tibães* (Barcelos, 1968), pp. 97-98 e est. XXVIII.

ções muito importantes sobre a nossa azulejaria do século XVIII — recorte que, à semelhança dos dois anteriores, documenta também os processos de trabalho de Robert Smith: «O resto da viagem foi consagrado aos azulejos do Monogramista P. M. P. São dele alguns da nave de Santa Maria de Óbidos. Também todos os do interior da Graça, de Torres Vedras, onde me detive muitas horas fotografando... Fui directamente de lá [da Praia de Santa Cruz] para o Palácio de Sintra, onde tinha combinado com o Conservador Interino uma larga sessão de fotografias, que durou quase quatro horas. Exclusivamente na Sala dos Brasões, cujas paredes são revestidas de enormes painéis do Mestre P. M. P., onde combinou todos os motivos empregados em Bouro, S. Paulo de Braga, etc. Foi uma descoberta sensacional para mim e a prova da autoria veio no dia seguinte, em Setúbal, quando vi a assinatura do pintor nos azulejos da capela do Corpo Santo, actualmente sede do Turismo daquela cidade. Acontece que as cenas lá são, em parte, miniaturas das de Sintra. Há também uma figura na escada exterior que prova a autoria de painéis análogos da Universidade de Évora. Fiquei, como pode imaginar, encantado com esta descoberta e sobretudo com o facto de P. M. P. ter feito azulejos de tipo albarrada (?), o que me abriu novos horizontes. Será que ele inventou este tipo de decoração ou somente explorava um género já existente? Tenho que estudar o assunto. Depois, em S. Domingos de Benfica, tirei muitas fotografias dos azulejos assinados por A. de Oliveira Bernardes, para ver as relações, que são muitas, e as divergências, dos trabalhos do Monogramista. Pois bem, este foi o fruto principal da viagem, que bem mereceu a despesa e esforço físico, que quase me esgotou. Mas hoje consegui trabalhar com o prior de Cascais, naquela sacristia dos pescadores (*), com outros azulejos do mesmo homem, datados de 1720. Devo dizer-lhe que, pelo contrário, os painéis de Setúbal nada têm que ver com a gente do mar. São cenas de caça e passeios elegantes no género dos azulejos dos Biscaínhos (**), que conhece» ([27]). Nas cartas que o Prof. Smith me escreveu acha-se exarada, em pormenor, a génese dos seus artigos e volumes publicados de 1963 em

---

(*) Referência à sacristia da igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Cascais.

(**) Referência ao Palácio dos Biscaínhos, em Braga.

([27]) Carta que me dirigiu de Lisboa, datada de 29 de Abril de 1973.

Sob a azulejaria referida nesta carta, vide: Robert C. Smith — *Azulejos of Cascais,* in «The Journal of the American Portuguese Cultural Society», vol. II, n.º 4 (New York, 1968), pp. 1-15; Robert Smith — *French Models for Portuguese Tiles,* in revista «Apollo», vol. 97, n.º 134 (new series) (London, 1973), pp. 399-401; Robert C. Smith — *Agostinho Marques, «enxambrador da cónega»* (Barcelos, 1974), p. 47 (e nota 40).

diante, com a indicação das descobertas feitas nos arquivos, suas hipóteses de interpretação, atribuições, confronto de obras do mesmo artista, etc. Robert Smith usou sempre desta lealdade epistolar e verbal com os colegas e amigos, sem esconder, no convívio, o progredir dos seus conhecimentos. Ele teve — para lição de alguns — a grandeza de confiar na dignidade intelectual dos camaradas, trabalhando por isso às claras e transmitindo a todos as suas vivências de cientista, naquela pura crença de que sem aquiescência sua ninguém se aproveitaria dos dados e pistas, ainda inéditos, das suas pesquisas.

. . . . . .

A doença e morte da sua mãe, D. Nannie Clark Smith, abriram no Prof. Smith um sulco de dor de que ele nunca mais se recompôs. No mês de Maio de 1967 enviava-me já sobre o assunto notícias alarmantes, que completavam outras, anteriores: «Estou com as mãos atadas, sem defesa perante uma tragédia total. A minha pobre mãe perdeu a memória e viverá doravante num mundo a mim fechado e cruel... Escrevo portanto com profunda dor, primeiro por esta perda da minha mãe, pior do que a própria morte; segundo, pelo trabalho todo ameaçado, pois no momento não consigo estudar nem escrever» ([28]). Infelizmente não havia esperanças de cura e dias mais tarde o Prof. Smith dava-me conta do seu sofrimento: «Agradeço profundamente a sua carta, que tanto me comoveu pela sua bondade para com a minha mãe. Quando a escreveu, o meu amigo não sabia desta última desgraça. Aqui está ela ao meu lado, formosa, radiante, comendo umas azeitonas, uma bela criança que não fala, que não se lembra de nada. E eu não penso em outras coisas a não ser o que deva fazer. Não posso separar-me da mãe agora, desta criatura a quem devo tudo. Só quero abraçá-la, mas sei que eventualmente vai ser preciso mandá-la para qualquer casa de saúde (que ideia horrível!). Fiz mal em não enfrentar bem, antes, a possibilidade desta situação, mas para dizer a verdade trabalhei desde 1961 com o pressentimento de não poder, depois de certa altura, continuar. Et me voilá donc bien attrappé» ([29]). Na carta seguinte, de 4 de Junho, vinha já a notícia do falecimento da mãe — que ocorrera, no dia anterior, na sua quinta de Glenmoore. Não resisto à tentação de transcrever na íntegra este relato dramático, tão definidor do espírito do Robert Smith, e de um humanismo tão pleno que impressionará, sem dúvida, mesmo

---

([28]) Carta que me dirigiu de Glenmoore, datada de 5 de Maio de 1967.

([29]) Carta que me dirigiu de Glenmoore, datada de 16 de Maio de 1967.

quem pise terrenos filosóficos e emotivos muito diferentes dos do professor americano. Por mim o digo, ao acabar de reler a bela carta:

«Caro Flávio: Espero que não estranhasse o meu silêncio depois de receber a sua magnífica carta, que sempre guardarei no meu coração. Muito e muito obrigado. A verdade é que durante a doença da minha mãe mui poucas cartas consegui escrever.

Faleceu ontem à noite esta adorada criatura, que Deus haja em paz eterna. Morreu em paz e calma, tendo dormido 3 dias até os anjos virem buscá-la. Sofreu pouco durante os 40 dias do seu calvário, que passou inteiramente nos meus indignos braços. Deus, na sua infinita misericórdia, que vai além de qualquer compreensão humana, fez-me o imenso favor de me deixar cumprir o último desejo da minha adorada mãe — morrer no seu quarto, com a sua gente ao redor dela, longe dos horrores dos hospitais e casas de saúde. Morreu à antiga portuguesa, com o quarto transformado em câmara ardente, vigiada por uma grande imagem da Senhora da Conceição e flores brancas nas jarras, entre as velas todas acesas. Enchi o quarto de rosmaninho. A mãe teve o seu capelão e todos os empregados que nos últimos anos trabalharam para ela vieram rezar o terço e o Padre Nosso, até a hora de ela nos abandonar. Assim, tenho a mais bela das visões para me consolar, não somente nestes terríveis dias de primeira angústia, como até o fim da minha vida. Não se pode calcular o que significa perder uma mãe destas, pelo menos para mim, que nunca me atrevi a falar dela em público, no meio das lágrimas de alegria que logo derramava.

E o meu futuro? Não sei, está claro, ainda. Podia viver em qualquer cidade de Portugal ou da Europa e talvez o faça. De momento, porém, é só aqui que quero habitar, para pensar e descansar e também pastar os olhos nestes meus bosques e vales, isolado do mundo, entregue à natureza.

Mas a vida continua. Mesmo quando a minha santa mãe morria, já brotava o novo milho nos campos há dias semeados. E a minha vida tem sido boa, abençoada, com bons amigos como você. Assim, tenho muita satisfação em ter podido, até o penúltimo dia da enfermidade do meu anjo, continuar a escrever o livro do monge entalhador (*). Em consequência, acabei a parte estilística da arte de Braga — com 50 páginas e 200 notas e também a introdução, onde narro a descoberta dos diversos documentos, sobretudo o «livro de rezam». Tenho boas notícias de Londres.

(*) Referência ao seu livro *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do século XVIII*, 2 vols. (Lisboa, 1972).

O livro vai aparecer em formato maior, que será muito melhor (*). Publicar-se-á na Primavera, em vez de antes do Natal. Mas que importa isto?

Para uma das notas bibliográficas preciso de saber o melhor estudo sobre a capela bracarense dos Coimbras.

Com um grande abraço e repetidos agradecimentos

Roberto» (30).

Nos oito anos que ainda viveu, imensas vezes Robert Smith me evocou a mãe, oralmente e por escrito, sempre comovido. Em começos de 1968, nas vésperas de figurar num programa televisivo acerca de Portugal, destinado a milhões de espectadores dos Estados Unidos — e americanamente filmado nos salões do nosso Palácio de Queluz, com a Amália Rodrigues a cantar e demais ingredientes... —, lamentava-se, não sem ingénuo orgulho: «Pobre da minha Mãe, senhora excelsa que me acompanha dia e noite, quanto prazer teria tido ela no que estou fazendo agora, se tivesse vivido alguns meses mais»! (31). Noutra ocasião, recebendo uma pequena carta do meu filho, de doze anos, comentava, enfático e saudoso: «Tenho lido e relido aquela prosa encantadora, tão bem composta e tão essencialmente latina, lembrando-me das cartas que eu escrevia em francês há tantos anos, na presença da minha adorada Mãe. São coisas que enchem os olhos de lágrimas e ao mesmo tempo revelam a continuidade da experiência humana» (32) De novo me lembrou a mãe em 1973, na carta, já atrás referida, dedicada à memória de Jorge Dias. E recorde-se, por fim, que ao instituir no Harvard College, por disposição testamentária, uma cadeira de Língua e Literatura portuguesas, determinou o Prof. Smith que essa cadeira tivesse, justamente, o nome de Nannie Clark Smith! Ao ligar Portugal ao nome de sua mãe, o Prof. Smith reuniu, num símbolo, duas das maiores forças que o animaram na vida!

. . . . . .

(*) Referência ao seu livro *The Art of Portugal, 1500-1800* (London-New York, 1968).

(30) Carta que me dirigiu de Glenmoore, datada de 4 de Junho de 1967.

(31) Carta que me dirigiu da Maia, datada de 3 de Fevereiro de 1968.

(32) Carta que me dirigiu de Filadélfia, datada de 8 de Setembro de 1969.



Robert Chester Smith com a sua Mãe, D. Nancy Clark Smith (Fotografia de cerca de 1926).



Robert C. Smith no final do seu curso na Universidade de Harvard
(Fotografia de cerca de 1936)



O Prof. Robert C. Smith (1912-1975) usando da palavra na sessão de encerramento do Congresso «A Arte em Portugal no século XVIII» (Braga, 11 de Abril de 1973).



O edifício da Câmara Municipal de Braga, da autoria de André Soares (artista que o Prof. Robert C. Smith estudou com grande entusiasmo).



Bancos da capela-mor da igreja do mosteiro de Rendufe, desenhados e entalhados por Fr. José de Santo António Vilaça (artista que o Prof. Robert C. Smith apaixonadamente estudou).

O Rito Bracarense desde as origens ao Missal de Mateus

Por A. LUIS VAZ

Três notáveis acontecimentos ocorreram este ano, relativos a Braga, mas que não foram comemorados: o 13.º centenário do III Concílio de Braga, 675; o 8.º centenário do falecimento do grande arcebispo de Braga e ministro dos estrangeiros de D. Afonso Henriques, D. João Peculiar, e a edição crítica do Missal de Mateus, pela Gulbenkian, o missal do rito milenário de Braga, que ainda hoje o é nas partes — que tantas são... — em que não foi posteriormente romanizado ao longo do tempo.

O III Concílio de Braga, 675, é notável por vários motivos: justifica e clarifica uma das peculiaridades litúrgicas de Braga, a mistura da água com o vinho no princípio da missa, e aponta faltas de bispos da época, ainda hoje remanescentes, sendo, portanto, valioso documentário sócio-histórico dum tempo, em que a Galiza estava federada, mas autónoma, com o império visigodo, cuja capital era Toledo (1).

Mostra-nos uma situação calma, em contraste com a guerra civil permanente ao longo de quase três séculos: tão calma, tão pacífica, de fisionomia e características sócio-históricas tão perfeitamente definidas, que sobreviveram ao longo dos séculos até aos nossos dias. Quando Portugal, do Tejo para cima, em 25 de Abril, de 1975, votou anti-comunismo, foi porque, em fins do século VII, já era, na alma e na maneira de ser, o que hoje é em pensamento e acção.

Quando foi pregado o cristianismo em Braga?

Muito cedo, é evidente, mas nenhum elemento histórico válido nos indica o momento exacto ao certo (2).

---

(1) Vicente Risco, *Historia de Galicia*, 1971, Galaxia, p. 79.

(2) A primeira referência ao cristianismo, em Braga, seria de 303, a quando do martírio de S. Vítor, Mons. J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo 1, Braga, 1925, p. 19.

A lenda de S. Pedro de Rates não tem o apoio firme exigido nestes casos: o figurar no calendário de Braga.

— E as outras igrejas da Península, objectará o leitor, têm os seus bispos-mártires no respectivo calendário?

Como quer que seja, o facto é este: S. Pedro de Rates, primeiro bispo de Braga, deveria figurar no calendário da diocese por dois motivos: por ser mártir, como p. e. S. Vítor, e por ser bispo. O dia do falecimento do bispo também era registado no calendário litúrgico a fim de se lhe fazerem as devidas comemorações fúnebres no aniversário. Ora a triste verdade é que o suposto primeiro bispo de Braga não está registado no calendário privativo da diocese, senão demasiado tarde, para podermos considerar o facto historicamente certo.

De positivo, como facto verdadeiro, temos apenas que S. Pedro, primeiro bispo de Roma, mandou à Península os varões apostólicos encarregados de aqui pregarem o evangelho (3).

E assim foi: anunciaram a boa nova; celebraram a eucaristia e demais sacramentos, à maneira de Roma, como viram e lhes fora ensinado na Cidade Eterna.

Por uma referência clássica de S. Justino, ano 154, à liturgia de Roma, podemos saber como seria a da Galiza coeva: era a primitiva, a das origens, a que figura nos *Actos dos Apóstolos* e em S. Paulo (4).

Não há fórmulas — e, se as há, são improvisadas —: o que importa é repetir as palavras de Jesus — o espírito e a letra —, tais como foram transmitidas pelos Apóstolos, amplificando-as, clarificando-as em termos livres, que a assistência aceita, interrompendo-as, de vez em quando, com o «Amen».

Os sacramentos, intimamente ligados com a missa, apresentam igual simplicidade e beleza: o baptismo é administrado por imersão e infusão; a confirmação, impondo as mãos; a ordem, com igual cerimónia e alimentando-se do pão e do vinho da eucaristia; a extrema-unção, aplicando o óleo, etc., etc..

Convém referir que duas das actuais peculiaridades do Rito de Braga são desta época: a pala a cobrir o cálice e a elevação da hóstia, antes do Pai Nosso (5).

---

(3) Menéndez Pelayo, *Historia de los Heterodoxos*, 1 vol. BAC, 1965, p. 87.

(4) J. A. Jungmann, S. I., *El sacrificio de la misa*, BAC, Madrid, 1963, 4.ª edição, p. 40 e segs.

(5) Mario Righetti, *Historia da Liturgia*, BAC, Madrid, 1955, p. 357, n.º 238 e p. 378 e n.º 248.

Nesta primeira fase, não há textos fixos, salvo as leituras da Bíblia, tudo o mais é improvisado, como já dissemos. O sacerdote tinha de saber de cor o texto, mesmo quando existiam *libelli*.

Ocioso destacar os enormes perigos que o costume permitia, de modo especial, quando priscilianistas e arianos ingaram o culto oficial de textos seus, hinos e leituras.

Do priscilianismo ao I Concílio de Braga

Entre os séculos IV e VI, acontece na Galiza o mesmo que agora se repete em Angola e demais províncias do ultramar: o anti-colonialismo, o ódio ao imperialismo, a luta pela independência.

Roma transformara o Mediterrâneo num lago interior: os jovens galegos iam estudar a Alexandria e Bizâncio com a sede e o afã dos que agora vão à América do Norte, a Paris ou Oxford.

Uma vez senhores da cultura clássica, de regresso à província natal, adoptavam da civilização grego-romana o que mais lhes convinha, rebelando-se, no entanto, contra o opressor colonialista.

Como todos os impérios, Roma sugava as riquezas naturais até ao tutano: exploração agrícola em latifúndio, minas, etc. em suma, o que as colónias tinham de melhor. Tudo isso se destinava aos zângãos do império, longe, em Roma.

Por outro lado, nessa época, a religião católica tornara-se a oficial do império transformando-se papa e bispos em altas personagens da vida sócio-política da época. O bispo, latifundiário como os grandes senhores, era tão detestado como o exército, a justiça, a administração, o governo.

A inflação, a pobreza extrema das populações, ameaçadas de se verem reduzidas à miséria (6), a venalidade da justiça, a administração corrupta, originaram em toda a parte o ódio, o desespero, a revolta.

Como reacção, surgiram movimentos subversivos de pastores e camponeses, que, actuando em paralelo com as invasões dos bárbaros e aliados com eles, primeiro causaram sérios perigos ao império e, finalmente, o desmoronaram. Só assim se explica o rápido afundamento do império do ocidente.

(6) Abilio Barbero e Marcelo Vigil, *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*, Barcelona, 1974. Salviano, *De Gub. Dei*, v, v, 22: «... assim ou emigram para os Godos, ou para as Bacaudas ou para quaisquer outros bárbaros que dominam por toda a parte e não se arrependem de emigrar, porquanto amtes querem viver em liberdade sob a aparência de cativeiro do que ser captivos sob a aparência de liberdade».

Tais revoltas ou movimentos mascaravam-se com o nome de seitas religiosas, mas, atacando a Igreja aliada do poder, e, como tal, traindo o Evangelho, o que pretendiam era, sobretudo, a transformação social da vida política e económica da época (7).

Prisciliano é um desses casos e dos mais típicos. Galego até à medula, muito culto, sem dúvida um génio, foi vítima do seu talento e do cristianismo extremamente duro, que pregava, exigindo uma vida rígida, austera, flagelada de jejuns e penitências, de solidão e de estudo.

Temos de distinguir entre Prisciliano e priscilianismo. Aquele é produto do seu tempo. É que o século IV é o das lutas trinitárias e da tentativa de acomodação das doutrinas filosóficas da época com a nova religião cristã.

Depois de ter adquirido a liberdade, a Igreja viu-se minada por erros, sobretudo trinitários. Muito por alto, os marcos miliários são os seguintes. Ario nega a divindade de Cristo. Ao combatê-lo, Eutyches vai para o polo oposto: Cristo é só Deus, já que apenas tem uma natureza, a divina. Entretanto, que fica da Trindade, tal como foi revelada? Qual a função da SS. Virgem na história da salvação? Antes de mais nada, não era mãe de Deus.

E há os gnósticos, os maniqueus, a magia, as doutrinas pagãs, que tentam adaptar-se à cristã a fim de sobreviverem com ela.

E há a mentalidade, a tradição, séculos de civilização local, na Galiza, que revivem como movimento priscilianista e que vamos encontrar especificados no I Concílio de Braga, 561, reunido de propósito com o fim de acabar com eles (8).

Teria Prisciliano sido adepto da magia, agnóstico ou maniqueu?

Não o sabemos. Historicamente, nada se prova a tal respeito. Dele sabemos apenas, pelo seu próprio testemunho, o que escreveu para se defender das graves acusações que lhe faziam (9) e, em nenhuma delas,

---

(7) Bernardino Llorca, S. I., *Manual de Historia Eclesiástica,* Editorial Labor, Barcelona, 1960, p. 126-127.

(8) Jose Vives, *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos,* Barcelona-Madrid, Conselho Superior de Investigações Científicas, 1963, p. 65.

(9) Não obstante a perseguição movida à seita, ela continua a prosperar, por se defender com o segredo e a astúcia (ninguém sabia quem era priscilianista. E, quando interrogados sobre se o eram, negavam sê-lo...). Alguns atribuem aos priscilianistas a origem das sociedades secretas, em Espanha, as quais sobreviveram até muito tarde, e ainda escreviam livros apócrifos, aos quais dedicavam respeito e credibilidade, iguais aos bíblicos.

Para compreender a necessidade de os priscilianistas se disfarçarem recorrendo

se diz culpado dos erros que lhe atribuem. No entanto, como era ás no disfarce, na máscara, calculista e retórico, temos de ler com muita reserva o que afirma a seu respeito.

Só teima em reconhecer a verdade de duas acusações, ambas de gravíssimas consequências para a liturgia: admite como igualmente inspirados os livros canónicos e apócrifos da Bíblia, assim como outros, escritos ou não por priscilianistas, embora dizendo-os da autoria de profetas ou personagens bíblicos. Aceite-os ou não a Igreja, para ele, têm o valor teológico e pastoral dos inspirados.

É curioso que a Igreja Católica indiana tentou admitir como leitura da missa, ao lado das bíblicas, os trechos da Literatura Indu. Dezasseis séculos depois de Prisciliano!... Em que razões se apoia? Segundo ela, é impensável que o Espírito Santo se tivesse preocupado apenas com uma escassa minoria da população do globo, ao longo do tempo, limitando-se a inspirar tão só os livros da Bíblia.

Ainda segundo Prisciliano, a interpretação dos livros, inspirados ou não, é com a consciência de cada um, independentemente do magistério oficial.

Finalmente, os leigos têm o direito de ensinar na Igreja, a par com o clero.

Estas duas teses encontramo-las no último Concílio Vaticano II, a primeira no *Decreto sobre a Liberdade Religiosa* e a segunda como doutrina assente e, até muito mais explíctia, a partir do n.º 32 de *LG* até *Gaudium et Spes* e outros textos, de modo especial o que se refere directamente aos leigos, o *Decreto sobre o Apostolado dos Leigos*.

Numa época de improvisação litúrgica, de texto livre, tanto na escolha como na feitura, compreende-se o que significava de perigoso para a pureza da fé, a invasão da literatura priscilianista e ariana, quer em hinos, quer em textos.

E não só: os sacramentos vinham a esvaziar-se do real conteúdo teológico-sacramental, em virtude das fórmulas contrárias à fé e à tradição. Assim, como administrar o baptismo, p. e. «Em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo», se os três nomes não se referiam a pessoas distintas, mas a uma única pessoa e único Deus?

à mentira e à astúcia, é preciso ter presente que a lei era inexorável para com eles, incorrendo na perda dos bens, ficavam inábeis para receber heranças ou dádivas, não podiam celebrar contratos, nem fazer testamento e o servo que os denunciasse era declarado livre *(Historia de los Heterodoxos,* já citado, pp. 154 e 148).

Este e outros problemas levaram o bispo de Braga, Profuturo, a consultar o papa, em 537, a fim de que ele clarifique dúvidas acerca do baptismo, da sagração das basílicas e da missa (10). Como voltaremos ao assunto, mais adiante, para lá remetemos o leitor, ao tratar do I Concílio de Braga, 561.

Diremos apenas que, tendo o Papa Virgílio enviado o Cânon romano e sendo este aceite em Braga, o rito local passou a contar com mais uma peculariedade face ao hispânico: o uso dele — do Cânon Romano — e não o do resto da Península e das Gálias.

Portanto, entre Profuturo e o I Concílio de Braga, há já três peculiaridades locais: o cobrir o cálice com a pala; a elevação da hóstia antes do Pai Nosso e o Cânon Romano, na missa.

Entretanto, com a enxurrada bárbara de 30 de Dezembro, de 407, os suevos avançam para o sul. Detidos um momento por Constâncio, general com a cabeça a prémio, conseguem atravessar os Pirenéus devido à traição do general que defendia a passagem, dirigindo-se para noroeste, instalando-se na Galiza.

Pagãos e arianos, adoravam Zin, deus da guerra, a quem ofereciam vítimas humanas.

Autorizados pelo imperador Honório a fixar-se no extremo ocidental da Península, não sabemos quais foram as condições: se como hóspedes, se como cobradores de impostos, se assenhoreando-se do terço das terras (11).

Neste interim, a maior parte dos galegos continuou nos castros, cidades e latifúndios e acolheram-se ao amparo dos bispos, a única autoridade que os suevos respeitavam, até para sua utilidade (12). De resto, no império, os bispos desfrutavam de regalias especiais e extraordinários privilégios, até ao ponto de serem preferidos aos magistrados civis.

O estado favorecia ao máximo a autoridade religiosa. As postas públicas eram colocadas ao serviço dos bispos, a quando dos sínodos ou concílios e, não raro, imperadores e magistrados civis pagavam as despesas advindas com tais reuniões (13).

Mal romanizada, pelo menos na parte norte, vizinha dos ástures ou cantabros e dos vascões, vítima do caos religioso de mais dum século de

(10) Mons. J. A. Ferreira, já citado, p. 51.

(11) Casimiro Torres, *Situación jurídica de los suevos en Galicia antes de la caida del imperio romano de Occidente* (476) Madrid, 1956, p. 33.

(12) Vicente Risco, já citado, p. 72.

(13) Bernardino Llorca, já citado, p. 126.

priscilianismo, exaurida pelo império, a Galiza olhava, ansiosa, para o bárbaro acabado de chegar.

A crise do Baixo-Império, inflação, depreciação do cobre, moeda-base o ouro, etc. apanhara-a nas suas tenazes de aço, para a destruir, reduzindo-a à condição servil e semi-servil.

Odiava o galaico-romano das vilas e latifúndios, pois a esbulhara de terras e pastagens, assim como a administração, o fisco, a venalidade da justiça.

Posta de lado a moeda de cobre, o soldo de ouro impossível de obter, os impostos eram pagos em ouro, raríssimas vezes em espécie, mas de modo nenhum em cobre. Quanto aos géneros, a lei obrigava a venderem-nos aos funcionários públicos ou às tropas por preços irrisórios. Juízes e tribunais, só à custa de dinheiro é que administravam a justiça (!...).

Os resultados foram as bagaudas de Braga — de certeza histórica, pelo menos, a de 458 —, já suevos e galegos reunidos na mesma luta, mas devem ter-se verificado outras antes desse movimento subversivo de camponeses e pastores, revoltados contra os latifúndios, a autoridade civil e a religiosa.

Orósio e Idácio narram o que podemos resumir nesta simples frase: «Antes cativos com bárbaros, mas livres, do que livres com os romanos, mas cativos».

Quer isto dizer que os galegos se passaram para o lado dos invasores, com eles se aliando contra os romanos e os galaico-romanos. Isso parece revelar o que veio a suceder de imediato.

Correrias e razias na mira de fartos despojos levaram os suevos a percorrer toda a Espanha, batendo-se contra os visigodos, aliados do império, os romanos e os bizantinos, que ocupavam o sul. Em contrapartida, uns e outros, mas, sobretudo, os visigodos, castigaram rudemente os suevos e, com eles, os habitantes da Galiza, ou antes, mais os galegos do que os suevos. Efectivamente, em 456, Outubro, o rei católico Requiário, é obrigado a refugiar-se na parte extrema da Galiza, enquanto o visigodo Teodorico pilhava a cidade de Braga, destruindo basílicas, esfarelando altares, expulsando monges, deixando os clérigos nus, transformando igrejas em currais e fazendo-se acompanhar, no regresso, de elevado número de prisioneiros.

Como se vê, quem sofre as consequências das iras do visigodo é a população, não os suevos, o que parece indicar serem os galegos os principais culpados, até porque Requiário era seu rei e o primeiro, católico, depois da entrada dos suevos.

O que se passou entre 469 e 559, quase um século, é-nos inteiramente desconhecido. Só, indirectamente, pelos concílios, mas, desde 400 a 516, não há nenhum concílio em Espanha: a situação dos católicos era péssima debaixo de todos os pontos de vista. É o período tenebroso do priscilianismo à solta.

Entretanto, os suevos mantém estreitas relações políticas com os francos, até para se defenderem dos visigodos. Tais relações levaram-nos a conhecer os milagres que se contavam a respeito de S. Martinho de Tours e das multidões, que afluíam àquela cidade, em peregrinação.

A lepra era frequente na Galiza, nesse tempo, e o filho do rei foi atingido pela enfermidade. Aflito, recorreu ao santo e o milagre fez-se.

Nesta altura, outro Martinho, da Panónia como o de Tours, chegava a terras da Galiza, impelido por Deus.

Ribeirinho do Danúbio, foi até Bizâncio para fazer os estudos. Por ali demorou cerca de 10 anos, entre aquela cidade e Jerusalém, ansioso por satisfazer aquela fome de neófito de terra recentemente convertida ao catolicismo, que era a sua e por intervenção do patrício, do mesmo nome, bispo de Tours (14).

Perito em filosofia e cânones, dominava perfeitamente o grego e o latim, deste modo se tornando instrumento precioso da cultura clássica no extremo da Europa, aonde veio instalar-se.

Com ele trouxe outros peritos em literatura clássica, excelentes bibliotecários e escribas de pergaminhos ou manuscritos.

No mosteiro de Dume, que fundou, estabeleceu esse cenáculo de cultura, paralelamente com a Escola do Palácio, espécie de Estudos Superiores, ao depois instalado em Sevilha com S. Isidoro, Toledo, Palência, onde havia de estudar o futuro bispo de Braga, S. Frutuoso.

A cultura galaico-romana dos Avitos, Toríbios, Priscilianos e outros, ia continuar através da actividade do novo mosteiro.

Do I Concílio de Braga ao IV de Toledo

Quando S. Martinho chegou a Braga, galegos e suevos já se tinham fundido num só povo. Além dos interesses comuns, a maneira de ser unia-os num todo.

Enquanto os visigodos se mantinham isolados dos hispano-romanos,

---

(14) *Bracara Augusta*, vol. XXIX, 1975; N.º 67-68 (79-80), p. 62.

séculos a fio, quase até 711, a quando da invasão árabe — afastando-os do governo, da administração, da justiça, da vida sócio-política do país, esmagando-os com impostos, roubando-lhes dois terços dos bens, etc. — os suevos confundiram-se, desde logo, com os autóctones.

Não há mais latifúndio: por toda a parte, o minifúndio, que sobrevirá até aos nossos dias e, com ele, todas as qualidades tradicionais dos portugueses. O reino é uma monarquia agrária primitiva, de simples troca de artigos, que iria perpetuar-se até ao séc. XII, a quando da independência.

Entretanto, S. Martinho, em Bizâncio, foi contemporâneo de notáveis acontecimentos, o primeiro dos quais tinha sido a tentativa do imperador Justiniano para reconstituir num só, como anos atrás, os dois impérios — o do ocidente e o do oriente.

A pouco e pouco, foi-se apoderando de Cartago e do Norte de África, de quase toda a Itália e parte do sul da Espanha.

S. Martinho viveu em Bizâncio os últimos acontecimentos religiosos duma época efervescente como poucas: o origenismo e o monofisismo (15). E, como pano de fundo, a imperatriz Teodora, tentando proteger o erro, nomeando os sequazes para a cadeira patriarcal de Bizâncio e para outras cidades episcopais. Até influiu para que Virgílio fosse nomeado papa...

Três notas dominavam o estilo de governo de Justiniano, o despotismo temporal e espiritual: a) — unidade do império a todo o custo; b) — para isso, teria de ser um só o estado, a lei e a Igreja e c) — o melhor caminho para conseguir tudo isso, era a lei. Por isso, foi um grande legislador, não no sentido de que tivesse promulgado novas leis, mas no de reunir em código as dispersas romano-cristãs, então vigentes.

Vamos encontrar, em S. Martinho, — no político e no bispo — essas três atitudes: unidade do reino suevo a todo o custo — um só estado, uma só lei e uma só Igreja.

O melhor caminho para chegar a essa unidade encontrou-o ele na colecção canónica e na liturgia.

Porque veio S. Martinho de tão longe para a Galiza? Porque estava em Tours e o bispo daquela diocese, S. Gregório, se interessava imenso pela vida religiosa e política da Galiza e da Espanha. Sabendo que o cristianismo se desintegrava naquela parte da Europa, nada melhor do que sugerir a S. Martinho que tomasse a seu cuidado reevangelizar aquelas terras. De resto, fazendo-o, limitava-se a seguir as peugados do santo do

(15) *Historia de la Iglesia Católica*, BAC, já citado, p. 585.

mesmo nome e patrício dele, Martinho, que convertera «O Alamano, o Saxónio e o que descansa / Nas terras da Turíngia e o Panónio» (16).

S. Martinho sabia muito bem o que queria e como agir. Tinha um plano bem definido, que logo pôs em prática.

Antes de mais nada, após haver-se instalado em Dume mai-los monges, visitou a Galiza em todos os sentidos, de modo a inteirar-se da real situação sócio-religiosa do país. O que apurou ou descobriu sabemo-lo, quer pelo I Concílio de Braga, quer e sobretudo pela «Instrução dos Rústicos» (17).

De seguida, preocupou-se em reunir o referido Concílio, por forma a combater eficazmente os erros e a conseguir, duma vez por todas, a unidade do reino. É que os suevos não eram muito firmes em convicções religiosas: tão depressa se convertiam ao catolicismo, como voltavam ao arianismo... A dita unidade só poderia obter-se com um só estado ou reino, uma única lei e uma só Igreja, a católica.

Por outro lado, os erros só podiam combater-se pela Liturgia. Daí o ter-se empenhado a sério na reunião do I Concílio de Braga. Sabemo-lo porque assim se afirma no epitáfio: «Bispo, o culto instaurou, mais o sagrado ritual» (18).

Na amálgama de erros e superstições locais, detectou um conjunto, a que deu o nome de priscilianismo. Todavia parece-nos que a doutrina enunciada como tal pelo I Concílio de Braga não é a que ensinou Prisciliano. Na verdade, a distância entre o que ensinou o bispo executado e o que nos refere o dito Concílio é de abismo, senão vejamos.

Não há um só Deus, mas dois: o do Bem e o do Mal, em luta constante um com o outro pelo domínio do globo.

O homem é o resultado da união efémera, pelo espaço duma vida, da alma — partícula, centelha divina, do Deus do Bem — com o corpo, gerado pelo Deus do mal no útero de cada mulher.

O casamento é execrável. Após a morte, a alma regressa à órbita do Deus do Bem e o corpo desfaz-se em pó. Não há ressurreição dos mortos, nem além túmulo.

A SS. Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, são três nomes do Deus do Bem, duma única entidade ou pessoa. Portanto não existem nem o Verbo nem o Espírito Santo. Se não existem, o Verbo não pode ter

(16) *Bracara Augusta*, já citado, p. 63.

(17) Idem, p. 65.

(18) P. Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 3.ª ed., 1958, Lisboa, p. 41.

encarnado, nem o Espírito Santo podia ter fecundado o seio da SS. Virgem. Aliás, se o corpo é o fruto directo de Satanás no útero da mulher, Jesus a existir, seria filho do Deus do Mal. Em qualquer hipótese, Maria não é a mãe de Deus e nada tem a fazer na história da salvação.

Finalmente, o homem não é livre, pois é teleguiado ou comandado pelos astros. A carne é criada pelos anjos maus; são imundos os alimentos de carne, por isso não podem ser comidos nem sequer os legumes cozidos com ela.

Erros marginais: os priscilianistas, em quinta-feira santa, celebravam a solenidade do dia, a partir da hora de tércia, mas dizendo a missa de defuntos. Não podem ler-se os escritos modificados por Prisciliano a fim de os tornar conformes ao seu erro, assim como os de Dictino de antes da conversão, ou quaisquer outros escritos por hereges, que foram alterados de harmonia com o seu erro, atribuindo tais livros a patriarcas, profetas e apóstolos (19).

Como combater estes erros, espalhadíssimos na Galiza, de modo especial lá para os confins do mundo, como expressamente se escreve no referido concílio?

É curioso verificar, no entanto, que S. Martinho não refere estes erros, ao menos com tamanho pormenor, no tratado *A Instrução dos rústicos*. Aí anota ignorância crassa, p. e. venerar a ratos e traças ou fazer sacrifícios por causa de gafanhotos, ratos e traças (20). Ou acender velas junto de pedras e árvores, de fontes e encruzilhadas, observar vulcains e calendas, guarnecer mesas e derramar no fogão sobre a lenha mantimento e vinho, lançar pão na fonte. Ou, ainda, nomearem as mulheres a Minerva quando urdem a teia; observar o dia de Vénus nas núpcias, atender ao dia da jornada, buscar ervas encantadas por malefícios e invocar os encantamentos em nome do demónio. Finalmente, praticar o agouro (21).

Para combater esses erros, recordaram, os Padres do concílio, em primeiro lugar, o que andava determinado pelos concílios gerais e cânones antigos; depois Lucrécio, bispo de Braga, falou da necessidade de unificar a disciplina e o culto em todo o reino, deste modo acabando, duma vez por todas, com diferenças, bem que mínimas (22): «Julgamos necessário e muito útil, afirmam os bispos, que tudo aquilo, que se conserva de diferente

(19) Jose Vives, já citado, p. 69.

(20) *A instrução dos rústicos*, já citado, p. 5.

(21) Idem, n.º 9.

(22) Jose Vivés, p. 66, já citado.

ou abusivo nas nossas dioceses, em relação a costumes, passe a celebrar-se do mesmo modo». A regra era a uniformidade total: «...reduza-se a uma única fórmula, continuavam eles, seja muita ou pouca a diferença que há entre nós».

Por outras palavras, como fizera Justiniano em Bizâncio, a mira do I Concílio de Braga é a uniformidade, não a unidade, de resto uniformidade bem clara, perfeitamente, rigorosamente, defenida em lei...

Eis a uniformidade imposta a todo o reino:

— Seja uma só — e a mesma — a ordem dos salmos em matinas e vésperas. Não rezem de modo diverso a sós, nem se lhes misturem os costumes dos mosteiros;

— serão as mesmas as lições nas missas e vigílias dos dias de festa;

— a saudação do povo será como vem no *Livro de Rut:* «O Senhor esteja contigo»;

— a fórmula da missa é só uma: a que Profuturo recebeu por escrito da própria autoridade da Sé Apostólica;

— a liturgia do baptismo é a praticada na metrópole de Braga, referendada pela Sé Apostólica;

— nenhuma composição poética se pode cantar na igreja, salvo os cânticos e salmos da Escritura Canónica;

— os leigos não podem comungar no recinto do altar;

— suicidas e catecúmenos não podem ter sepultura cristã ou comemoração nas missas;

— os cadáveres não podem ser inumados dentro das basílicas dos mártires, mas fora;

— as oferendas que os fiéis deixam por ocasião das festas dos mártires e comemorações dos mortos ficarão ao cuidado dum clérigo, de modo que sejam distribuídas equitativamente, uma ou duas vezes por ano, entre todos os clérigos;

— finalmente, decisões muito graves: os preceitos dos antigos cânones, que foram lidos no concílio, sejam estritamente observados por todos, sob pena de ser degradado do ofício quem, por contumácia, os violar.

Uma luta de morte, inexorável, contra o priscilianismo vem ao de cima neste concílio. Efectivamente, segundo ele, quem tiver conhecimento de que, na sua diocese, há leigo ou monge que segue o priscilianismo e recusa abjurá-lo, seja arrojado imediatamente da igreja, excomungado e anatematizado, de tal modo, que nenhum cristão se sente à mesa com ele ou com ele tenha relações. Se assim o fizer, ficará excomungado e será réu dos castigos divinos.

Após este concílio, a liturgia de Braga ficou perfeitamente definida, como veremos: nas linhas gerais, nas peculiaridades, nas devoções específicas da Igreja Bracarense e que ainda hoje perduram, após terem resistido às sucessivas romanizações dos séculos.

Claro que nos referimos à liturgia tal como então se praticava no ocidente, omitindo, por isso, os acréscimos posteriores.

Para garantir a unidade, que se impunha, a fim de combater eficazmente o erro e as superstições, sobretudo priscilianistas, o bispo visitava, cada ano, as paróquias indagando se baptismo, missa e credo, eram conhecidos e administrados ou celebrados (os sacramentos) segundo as normas do primeiro concílio.

Vinte dias antes do baptismo, deviam os catecúmenos comparecer na igreja a fim de serem exorcizados e, nos restantes dias, ensinar-se-lhes-ia de modo muito especial o símbolo ou credo. Esta obrigação cumpria-se no 20.º dia da quaresma, como vamos ver.

Para garantir o mesmo calendário em todo o reino, o metropolita comunicava todos os anos aos bispos e estes, aos párocos, em que dia era a Páscoa e qual o primeiro dia da Quaresma. Em dia de Natal, nas paróquias e nas igrejas, na missa, após o evangelho, era tornado público o calendário oficial e uniforme.

Antes de quinta-feira de Cinzas, havia ladainhas ao longo de três dias, visitando as freguesias próximas, as basílicas dos santos; à hora de noa, do terceiro, celebrada a missa, eram os peregrinos despedidos não sem, antes, os terem exortado aos jejuns e penitências da Quaresma.

No 20.º dia da Quaresma, ao rufar do tambor, recomenda o *Antifonário de Leão* (23) que recebeu a prática de Braga através do IV Concílio de Toledo, eram convocados os catecúmenos para comparecerem na igreja, onde deviam inscrever-se como candidatos ao solene baptismo de sábado santo. Até lá, intensa catequese diária, a par com oração contínua e leitura exaustiva da Bíblia, preparavam os candidatos para a cerimónia da véspera da Páscoa.

Na quarta-feira de cinzas, os penitentes públicos eram recebidos pelo bispo na igreja a fim de se sujeitarem à penitência ao longo da Quaresma até quinta-feira santa, dia em que recebiam a eucaristia celebrada de propósito para eles, depois da cerimónia da reconciliação.

---

(23) *Antifonario Visigótico Mozárabe de la Catedral de Leon,* Dom Louis Brou y Dr. Jose Vives, *Monumenta Hispaniae Sacrae, Serie Litúrgica,* Madrid-Barcelona, 1959, p. 200.

Tudo isto foi prescrito no II Concílio de Braga, 586, devidamente enquadrado nos *Capitula Martini,* tendo o III Concílio de Braga, 575, esclarecido e aprofundado uma cerimónia específica do Rito local, a mistura da água e do vinho no princípio da missa. Segundo ele, o vinho significa Jesus; a água, o Povo de Deus; juntos, na eucaristia, realizavam o mesmo sacrifício (24).

Pode imaginar-se o que significava de essencial para o cristão tomar consciência da sua dignidade, o facto de assistir à eucaristia bracarense e de se lembrar que era elemento indispensável ao mesmo sacrifício, em igualdade com Jesus. E, isto, ao longo dos séculos.

Não é por acaso que nós, portugueses, temos um sentido e um respeito tão elevados acerca da dignidade do homem, dos seus direitos e deveres.

Temos, assim, que, ao celebrar-se o IV Concílio de Toledo, 633, a Liturgia de Braga contava como elementos definitivos:

— o ordinário da missa;
— o ordinário do baptismo;
— o mesmo ofício divino e
— as mesmas lições no breviário e nas missas das solenidades, a primeira das quais era, evidentemente, o domingo, cuja liturgia se celebrava no sábado contra a noite.

O ordinário da missa era o mesmo da de Toledo, da Espanha Visigoda, da das Gálias e da futura de Cister. Ainda hoje podemos reconstituir tal ordinário, verificando que é o mesmo em todos, salvo, em Braga, em relação ao Cânon, que é romano.

Quando o rei visigodo Leovegildo se apoderou do tesouro suevo, destronando o rei e federando a Galiza em monarquia dualista com Toledo, o reino suevo era uma nação perfeitamente definida, com fisionomia própria, com fronteiras geográfico-políticas, sócio-culturais e morais, características.

Havia perfeita igualdade entre suevos e galegos, duas raças já então confundidas numa só, imperava o minifúndio, com uma economia agrária primitiva, de simples troca de produtos, uma mentalidade formada, individualistas em extremo, tanto do lado germânico ou suévico como do galego, um sentido claro a respeito da dignidade da pessoa humana, devido ao cristianismo, sobretudo à liturgia, como já vimos atrás, estudos superiores com a Escola do Palácio, ao depois imitada no império visigodo, a começar por Sevilha, mosteiros florescentes, entre eles se

(24) Jose Vives, já citado, *Capitula Martini,* p. 85, e III Concílio de Braga, p. 372.

destacando o de Dume, um clero razoavelmente preparado, uma liturgia própria, já definida, a ponto de sobreviver aos séculos.

Um século de paz permitira-lhe afirmar-se país de vanguarda, em mais de um ponto.

Não assim Toledo: visigodos e hispano-romanos viviam em camadas sobrepostas, cada qual isolado na sua: os primeiros, senhores do governo, da administração, da política, do exército, da justiça, de dois terços das terras. Os segundos, pobres, sem direitos, obrigados a resolver os problemas das estruturas, sem dinheiro e nem sequer cavalos para o transporte do correio. Eram estrangeiros na sua própria terra...

O clero cristão, tolerado, isolado, em zonas muito limitadas, já que bispados e paróquias eram, sobretudo, coutada do clero ariano, oficial.

Inculto, sem poder estudar, o mínimo exigido pelo V Concílio de Toledo, 636, é que, de futuro, ninguém possa receber qualquer grau de dignidade eclesiástica, sem saber perfeitamente o saltério, os cânticos usuais, os hinos e a forma de administrar o baptismo. Para sacerdote, mas sobretudo para bispo, era inacreditável!...

Aliás a crassa ignorância do clero visigodo é a nota dominante dos concílios até à invasão dos árabes, em 711 (25).

Excepção, havia, só no sul, na parte dominada pelos bizantinos e conquistados por Suintila, em 624.

Certo que a conversão oficial dos visigodos se verificara no III Concílio de Toledo, em 589, mas que de anos não seriam ainda precisos para formar uma mentalidade cristã a sério, sem erros sobretudo arianos, a liturgia desembaraçada de hinos, cânticos, leituras e responsórios priscilianistas e arianos... Aliás o paganismo ainda vigora em toda a Espanha e não apenas na região do norte, que se converteu já tarde ao cristianismo, mas em todo o império visigodo, se tivermos presente o capítulo XXV do IV Concílio de Toledo, que mandava recolher a conventos bispos, sacerdotes e diáconos, que consultem magos, feiticeiros, adivinhos, agoureiros, sortílegos, os que professam artes ocultas ou coisa parecida (26).

Estamos certos de que até 711 os visigodos não conseguiram libertar-se da supina ignorância do clero e destes costumes bárbaros.

Quando, após a perseguição oficial, os católicos quiseram organizar-se, recorreram a Braga, onde, anos atrás, S. Martinho de Dume clarificara igual problema, a quando da conversão dos suevos.

---

(25) Jose Vives, já citado, p. 199.

(26) Jose Vives, já citado, p. 203.

De resto, S. Isidoro, o cérebro do IV Concílio de Toledo, tinha grande admiração por S. Martinho de Dume. Daí que, após terem os visigodos renegado o arianismo no III Concílio de Toledo, se tivesse pensado, anos depois, em 633, no IV, em organizar a Igreja definitivamente para o futuro.

Não vamos deter-nos em referir por miúdo o que foi esse concílio, salvo no que interessar ao caso da Liturgia de Braga.

E, antes de mais nada, ao contrário do que por aí corre, os visigodos não tentaram impor um só rito no império, por impossível (era como a democracia impor a ditadura...), nem, portanto, acabaram com o Rito de Braga, antes aproveitaram dele o que lhes foi possível.

O Rito Hispânico foi um só e o mesmo até que Profuturo, bispo de Braga, 537, consultou o papa e este lhe enviou a fórmula do baptismo e o cânon da missa romana. Era ainda o que tinham ensinado os varões apostólicos mandados por S. Pedro para evangelizar a península. Este rito, como já vimos, era o mesmo das Gálias e o que viriam a seguir os monges de Cister.

No IV Concílio de Toledo, os padres tentaram aproveitar do Rito Bracarense o que não colidisse com o seu, isto é: o calendário e, até, as lições, ao menos para o território, que hoje é Portugal e a Galiza (27).

A partir do I Concílio de Braga, o rito hispânico era formado por dois ramos: a Tradição-A ou Galaico-Portuguesa e a B ou do sul e de S. Isidoro.

Esta foi a que sobreviveu, em Toledo, depois que, em 1085, Roma impôs o seu rito à Espanha e que conheceremos através da edição do Cardeal Ximenes, 1525, depois de expurgada da profunda romanização que sofreu (28).

A Tradição-A difere da B no texto das orações, parte cantada e lições. De resto, as duas Tradições diferem muito entre si, dentro de cada tradição. Mais um argumento para destacar a impossibilidde de ser intenção do IV Concílio de Toledo impor o que era repudiado em toda a

---

(27) De resto, S. Isidoro afirma expressamente que Braga continuou com o seu rito, mesmo depois do IV Concílio de Toledo (Cf. Migne, PL, livro 84, p. 69, tit. XV).

(28) Os estudiosos do Rito Hispânico chegaram a essa conclusão — a existência de duas tradições, após consulta de pormenor aos livros litúrgicos do norte e do sul. O leitor pode ver a tese profusamente desenvolvida em *La celebracion de la venida del Señor en el oficio hispánico,* Mauricio Ferro Calvo, Instituto Superior de Pastoral, Madrid, 1972. Ou en *Liber Commicus,* Fray Justo Perez de Urbel e outros, Conselho

parte — uniformidade de rito, texto e cerimónias, salvo em Braga e no oriente.

É curioso verificar que os leccionários conhecidos pelo nome de *Commicus* só aparecem nos testamentos de Portugal e da Galiza, sendo, até, o nome desconhecido nas demais regiões da Península (29).

O mini-calendário de Toledo (chamo-lhe assim, porque se trata, na realidade, de muito pouco) é a observância fiel do II Concílio de Braga. Assim, no 20.º dia da Quaresma, os baptizandos de sábado-santo são convidados por rufo de tambores em todas as cidades a ir dar o nome ao bispo a fim de se sujeitarem a intensa catequese até às vésperas da Páscoa, como já vimos. No domingo de Ramos, havia uma cerimónia especial para eles, a dos exorcismos, deste modo os preparando para a grande vigília da Páscoa.

O IV Concílio de Toledo não teve a intenção de uniformizar o rito, mas, sim, de estabelecer uma certa unidade, e só no que fosse «ilícito ou chocante» (30), a ponto de poder ser tomado como «erro cismático» ou tornar-se «escândalo» para os fiéis (31).

Quando fala de unidade é a unidade tal qual a entendia o direito litúrgico da época e, até, S. Isidoro, que foi, como já vimos, o cérebro do Concílio. «Efectivamente os antigos cânones, afirma-se no referido Concílio, determinam que cada província tenha os mesmos costumes nos cânticos, e nos mistérios sagrados» (32).

Ora as províncias eclesiásticas de Espanha eram 5: Braga, Mérida, Toledo, Sevilha e Tarragona. O metropolita de cada uma delas é que providenciava em ordem a que houvesse unidade litúrgica em cada província.

A *Colecção Canónica Hispana,* a lei que vigorou no ocidente, enquanto os monges de Cluny não impuseram as *Decretais,* séc. XI, é bem explícita em relação ao direito e dever do metropolita em relação à liturgia:

Superior de Investigações Científicas, Madrid, 1950, vol. 1, p. XVII e segs. Aí se demonstra que os livros seguidos na Galiza eram diferentes dos seguidos em Toledo.

A Tradição do Sul ou B foi impressa em 1500, o Missal, e o Breviário, em 1502, a instâncias do Cardeal Cisneros.

Está profundamente romanizada, mas é indispensável para, uma vez expurgada do texto romano, ficarmos a conhecer o hispânico, de S. Isidoro, Tradição — B ou do Sul.

(29) *Commicus,* Fray Justo Perez de Urbel, já citado, p. XV e sgs.

(30) Jose Vives, já citado, p. 187.

(31) Idem, p. 188, Art. II.

(32) Idem, p. 188, Art. III.

cabia-lhe por direito próprio o dever de urgir o cumprimento das normas disciplinares litúrgicas em cada bispado da província, a que presidia. Dentro do contexto geral litúrgico da época, era o metropolita que ordenava e disciplinava o rito em cada diocese (33).

Finalmente, S. Isidoro afirma explicitamente que Braga continuou a seguir o seu rito, de resto confirmado pelo facto de os três concílios de Braga figurarem na *Colecção Hispana,* que era lei para todos, neste caso, sobretudo para a velha capital dos Suevos (34).

Adiantemos, em conclusão, que a unidade pretendida pelo IV Concílio de Toledo é a que figura nos textos litúrgicos do referido concílio — e só essa (35).

Em conclusão: o Rito Bracarense sobreviveu à unidade tentada pelo IV Concílio de Toledo e sobreviveu, ainda, no calendário, nas lições e nos costumes de Toledo.

Nem admira, porquanto os textos das duas Tradições de Toledo, como já vimos, diferem muito entre si, adentro de cada tradição, e isso está de acordo com o pensamento do IV Concílio de Toledo, segundo o qual «nenhuma variedade destrói a unidade da fé católica» (36). E, para S. Isidoro, a unidade litúrgica refere-se apenas «aos costumes de origem apostólica, ou impostos pelos concílios, como Paixão e Ressurreição de Cristo, Ascensão e Pentecostes. O restante — jejuar ou não ao sábado, comungar ou não todos os dias, celebrar aos domingos, aos sábados e domingos, todos os dias, etc., isso é com a vontade de cada um» (37).

Atenda o leitor a que o santo alude apenas às solenidades, não ao texto que se deve usar ou ao modo como fazê-lo.

S. Gregório Magno, o grande reformador litúrgico, ensina também que «*In unitate nil officit Ecclesiae consuetudo diversitas*» que, em vernáculo, significa: «Nenhuma diversidade de costumes afecta, na Igreja, a unidade da fé» (38).

---

(33) Idem, p. 356, Art. III.

(34) A *Collecção Canónica «Hispana»* foi a única lei canónica de Espanha, ao longo de 400 anos, desde o séc. VII ao XI: um monopólio de 4 séculos! (Cf. Jose Vives, já citado, p. XII).

La Colección canónica Hispana, Gonzalo Martinez Diez, Instituto Henrique Florez, Madrid — Barcelona, 1966, pp. 389-390.

(35) As normas litúrgicas do IV Concílio de Toledo são apenas as dos artigos V a XVIII.

(36) José Vives, já citado, p. 308, Art. I.

(37) Migne, já citado, PL. vol. 83, p. 751.

(38) *El sacrificio de la misa,* já citado, p. 124.

De resto e duma vez por todas, na época, séc. VII, a lei litúrgica era a improvisação e administrar os sacramentos de... cor. Os textos, quando existiam, eram para saber de cor!

Como exigir que Toledo quisesse impor o que era contrário aos costumes e à lei da época, salvo em Braga e no oriente?

O facto de Braga exigir, desde 561, textos uniformes para a sua liturgia leva-nos às seguintes conclusões: desde logo, necessidade de preparar esses textos e de vigiar pela sua fiel observância.

Aqui surge o problema do nosso primeiro livro litúrgico, o *Missal de Mateus*. Esse ou qualquer outro do género tinha de ser de uso na província de Braga, se admitirmos que os três concílios de Braga e *Capitula Martini*, bem como a *Colecção Hispana* obrigavam mesmo.

A Tradição-A, seguida na Galiza e na parte, que ao depois formou Portugal, foi a liturgia da reconquista (39), a partir de Covadonga. Relembremos que os leccionários ou *Commicus* só aqui aparecem, nos testamentos da época, como já vimos, e também nas escrituras de doação a igrejas e mosteiros. Efectivamente, em mosteiros pobres, como o de Negrelos, séc. VIII (40) ou no de Mumadona, séc. X, riquíssimo, os livros indispensáveis, sem os quais não haverá culto oficial, são os *Liber Ordinum* e os... *Commicus* (41). Em Mumadona, além dos dois referidos, aparecem antifonários, saltérios etc., mas os absolutamente necessários são apenas *Liber Ordinum* e *Commicus*.

De resto, acrescente-se: tais livros era para serem decorados, já que o culto era improvisado e... de cor.

Os *Liber Ordinum* são os ordinários dos sacramentos e das bênçãos; o *Commicus* eram os leccionários, profecias, epístolas e evangelhos.

Em conclusão: é facto histórico certo que o Rito Bracarense continuou como Tradição-A depois do IV Concílio de Toledo e que foi o rito da Reconquista; que houve necessidade de garantir texto fixo ao longo desse tempo a fim de cumprir o determinado no I Concílio de Braga, isto é, texto único e uniforme para toda a província.

Em 1070, é nomeado o primeiro bispo de Braga restaurada como diocese, D. Pedro. Uma vez na sede episcopal, empenha-se em absoluto em readquirir para Braga privilégios e honras de antanho, as que lhe con-

---

(39) Vicente Risco, já citado, p. 103. Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, 1944, 2.ª edição, p. 140 e vol. 11, Lisboa, 1939, pp. 47-51 e 152.

(40) *Vimaranis Monumenta Historica*, Guimarães, 1931, vol. 1, p. 1.

(41) Idem, p. 9.

cedia a *Colecção Hispana,* ou seja, os de qualquer metrópole, no caso, metrópole de topo, como era Braga.

Entre esses privilégios e direitos, destacava-se o de providenciar em ordem a que houvesse uniformidade litúrgica na província.

Neste interim, em 1085, o concílio de Burgos, após luta vã, embora tenaz, contra Cluny, introduziu o Rito Galo-Romano em Leão, mas D. Pedro não compareceu e continuou, enquanto foi bispo de Braga, a seguir o rito privativo da sua igreja. Esse facto, mais do que qualquer outro, valeu-lhe ser afastado da diocese e metido num convento, por ordem de Roma (42).

Sucede-lhe S. Geraldo, especialista em canto gregoriano e liturgia, que dirigira em Toledo, chamado de propósito de Moissac, onde fora abade do convento.

É curioso verificar que, tendo vindo como criatura de Toledo e de Cluny para impor o Rito Romano e a primazia de Toledo, uma vez chegado a Braga, devidamente instruído pela clerizia local, deu-se conta do que determinava o direito acerca de Braga e tudo fez em ordem a readquirir para a sua diocese os privilégios de antanho.

Vejamos o texto: «O qual (S. Geraldo) exerceu contínua vigilância sobre a sua igreja, tentando o impossível, na medida das forças e possibilidades, em ordem a obter a honra e dignidade antigas e suas heranças. Na verdade, após tê-lo ouvido aos mais velhos e de o ver referendado pela autoridade dos cânones (a *Colecção «Hispana»*), uns e outros lhe dizendo que Braga se engalanara antigamente com a dignidade de arcebispo e ocupara posição cimeira, o santo homem, astuto, discreto e sábio, pôs-se a caminho de Roma com o fim de recuperar a honra perdida. E, após ter recuperado e avalisado com o selo apostólico, a honra, de que Braga fora privada durante tanto tempo, regressou à sua sé, onde muito se esforçou em trabalhar a favor da sua igreja» (43).

Claro que se trata, obviamente, da dignidade metropolitana de Braga, então cobiçada e contestada, ao mesmo tempo, por Lugo, Compostela e

---

(42) O *Liber Fidei,* doc. n.º 145, afirma textualmente que «na verdade, esforçou-se o mais que pôde, ao longo da vida, para restituir a Braga a honra de antanho». O termo latino é «desudavit», que, em vernáculo, poderia ser «matou-se a trabalhar»...

A verdadeira razão, que levou a Santa Sé a mandá-lo para o convento foi que «estava ao corrente da reforma de Cluny e continuou a seguir o Rito Hispânico» (entenda-se, bracarense). Confira-se *Presença e Diálogo,* 1973, vol. IV p. 15, nota 13.

(43) *Liber Fidei,* doc. n.º 145. Insistamos em que uma das maiores prerrogativas e deveres dos metropolitas era impor normas litúrgicas na província ou metrópole eclesiástica. Jose Vives, já citado, sobretudo p. 356.

Toledo. Uma das consequências dessa dignidade era a de superintender na uniformidade litúrgica da província, como já vimos. E, de facto, segundo o biógrafo, um dos seus cuidados foi precisamente «fazer livros divinos». Atente-se no vocábulo: «fazer», não copiar (44).

Corre como certo que S. Geraldo impos finalmente o Rito Romano a Braga. Não se lembram os que tal sustentam dum facto essencial: é que Braga, desde as origens, que seguia o Rito Romano, o primitivo, o autêntico, não o que Cluny tentava impor, ou seja, o carolíngio, o galo-romano (45).

A Tradição-A do Rito Hispânico distinguiu-se da Tradição-B no seguinte: em seguir o Cânon Romano, na missa, e no texto uniforme e fixo para toda a província.

A missa, como se sabe, consta de duas partes: a catequética e a eucarística. A primeira, até ao ofertório, que, aliás, Braga não tinha — o ofertório —, é igual à de Toledo; salvo em relação ao texto, que era uniforme e fixo, não de livre escolha e improvisado, como em Toledo e em toda a parte, aliás, menos no oriente.

Com a adopção do Cânon Romano, as partes, que, em Toledo, continuavam fora do Cânon, em Braga, ficaram incluídas nele, ou seja: a oração dos fiéis, a paz, os dípticos ou momentos dos vivos e dos mortos.

A partir do séc. VIII, Alcuíno e demais liturgos carolíngios transformaram por completo o Rito Romano e a tal ponto, que o tornaram irreconhecível.

Os monges de Cluny fizeram da oração a sua razão de ser, passando o dia no coro em ofícios intermináveis (46). A eles se deve senão a nova modalidade do Rito Romano, a carolíngia, pelo menos a sua divulgação e observância no ocidente.

Tais modalidades, na missa, são as enormes apologias da entrada, do ofertório e da comunhão, entre outros, o extremo, complicado e solene

(44) D. Bernardo, *Vida de S. Geraldo*, Braga, 1959, p. 10.

(45) A Liturgia Romana esteve sempre sob a influência de Alexandria, mas tempo houve em que correu o risco de ser absorvida pelo oriente.

Outro perigo a atingiu, desta feita quase a virando do avesso, com a reforma carolíngia. O leitor verá em qualquer manual de história litúrgica o que isso foi. Em *El sacrificio de la misa*, já citado, pode vê-lo desenvolvidamente a partir da página 110 e seguintes.

Quanto a ter sido Cluny quem divulgou, no ocidente, a liturgia galo-romana, confira esse mesmo livro, p. 121.

(46) Daniel-Rops, *História da Igreja de Cristo, A Igreja dos Tempos Bárbaros*, Porto, 1960, pp. 669 e nota de p. 672.

ritual das incensações, cruzes, inclinações, etc. e a interpretação simbólica da missa.

Durante dois séculos, Roma serviu-se de Cluny — ou Cluny, de Roma... — para impor a nova liturgia, as *Decretais,* novas gramáticas, a centralização eclesiástica em Roma, o fim das investiduras, o reforço da autoridade papal, quer em face dos príncipes, quer dos bispos, também eles, em muitos casos, vinculados aos príncipes por laços feudais. Foi nessa altura e precisamente com Cluny que as ordens religiosas começaram a tornar-se independentes dos bispos passando a ficar sujeitas, directa e imediatamente, à Santa Sé. Também os arcebispos o ficavam, quando recebiam o pálio...

É um facto histórico a resistência omnímoda do noroeste da Península, as actuais Galiza e Portugal, a Cluny, sobretudo ao seu rito. Facto histórico é, também, que Cluny não conseguiu fixar-se nesta região, salvo esporadicamente, já que os monges de Cister, logo a seguir, lhes não consentiram poiso fixo (47).

Seguindo Braga, desde sempre, o primitivo Rito Romano puro, a ponto de conservar, como já vimos, duas peculiaridades desse rito primitivo, o cobrir o cálice com a pala, na missa, e a segunda elevação da hóstia, e sendo, por outro lado, de livre inspiração e diferente de igreja para igreja, e, até, de altar para altar, na mesma igreja, o Rito Romano, a que título poderia Roma urgir a Braga a observância dum Rito, que Braga já seguia?

Entretanto, chegavam os monges de Cister, antípodas de Cluny. Vão governar o ocidente, do séc. XII ao XIV.

Ora Cister aparecia com o seu rito, ou melhor da diocese, a que pertencia, Chalons-sur-Saône, senão o mesmo, muito semelhante ao de Braga, pelo menos em relação à missa: ordinário e texto diferentes do Rito Galo-Romano, dos de Cluny.

Se eles podiam ter rito próprio, e os Premonstratenses, e os Cartuxos, e os Dominicanos, etc. porque não Braga?

Não esquecer, entretanto, que o Rito Mozárabe não desaparecera de todo, mesmo em Espanha e apesar de D. Rodrigo ter mandado queimar

---

(47) Dom Maur Cocheril, *Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal,* Lisboa, 1966, pp. 23 e segs. O autor consegue demonstrar a tese de que Cluny não conseguiu fixar-se no noroeste de Península duma forma que se nos afigura irrespondível.

todos os livros de Toledo, pois continuara a ser seguido nas paróquias mozárabes daquela cidade.

A presença de Cister e o facto de o *Missal de Mateus* ser igual — ou quase — ao de Cister, levantam um problema, a que vou tentar responder.

Dos Liber Ordinum e Commicus ao Missal de Mateus

Factos históricos incontestáveis: a) — o I Concílio de Braga impos a uniformidade do rito e texto fixo; b) — tal facto obrigava a livros próprios; c) — esses livros existiram, tanto na época visigótica, como posterior, até ao *Missal de Mateus*.

Só a Tradição-A do Rito Hispânico, ou seja, o Rito Bracarense, conserva tais livros: são os leccionários, conhecidos, sobretudo pelo nome de *Commicus*. Só aparecem em testamentos de Portugal e da Galiza. Está publicada a edição crítica de todos eles, o que nos permite, já, um estudo circunstanciado, ainda por fazer (48).

Por outro lado, sabemos também que as dotações das novas igrejas a construir exigiam, como mínimo, dois livros: o *Liber Ordinum* e os *Commicus*.

O *LO* era o ordinário litúrgico, cerimónias e texto, dos sacramentais e sacramentos. Com esse livro e o *Commicus*, o pároco satisfazia em absoluto as obrigações relativas ao ministério e ao culto oficial.

Que é feito desses livros: *LO* e *Commicus?*

Devem aparecer no espólio dos arquivos portugueses, ainda por estudar (49).

E o *Missal de Mateus* tem alguma relação com eles?

Os especialistas que o estudaram limitaram-se a hipóteses e conclusões imaturas, que a crítica histórica não aguenta. Partem do pressuposto de que o Rito Bracarense não é o suévico, mas o romano imposto por Cluny, em 1085, no Concílio de Burgos.

Nenhuma destas hipóteses têm qualquer base histórica. Já o vimos em relação à primeira e acrescentaremos, em relação ao segundo, mais o seguinte.

---

(48) *Liber Commicus*, já citado, em 2 volumes, é a edição crítica dos textos existentes. O capítulo XI exige uma leitura demorada e repetida.

(49) Só agora começam os estudiosos a ocupar-se do nosso espólio litúrgico, a apodrecer nos arquivos. Referimos, entre outros, A. Luís Vaz, *Ora et Labora*, Manuscritos da BMP, 1975, p. 46 e *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano XVII, N.os 63-70 — 1971-1973, *Bibliotecas Litúrgicas Medievais*.

O Rito Romano, imposto por Cluny, em 1085, é o galo-romano ou carolíngio. Para unificar o império, Carlos Magno usou uma única liturgia e o canto gregoriano.

Do sacramentário, enviado pelo Papa Adriano, Alcuíno e equipa fizeram o novo rito, transformando-o de papal, em vulgar e preenchendo-lhe os vazios com elementos da Liturgia Gaulesa. Dois terços, para mais, do texto é gaulês.

Já vimos que as principais características desse rito eram as apologias ou orações da sacristia, ao paramentar-se o sacerdote, à entrada na igreja, antes do intróito, do ofertório, da comunhão, as inúmeras incensações, ósculos, bênçãos, inclinações e cruzes...

Ora o *Missal de Mateus* não tem nada disso: o ordinário da missa é seco, sem apologias, sem Kirie, nem glória, nem credo, sem ofertório, sem as respectivas orações e salmos do lavabo, sem as apologias da comunhão.

E tudo isto, apesar de se tratar da missa solene, dado que traz a oração para o diácono, proferida pelo sacerdote, antes do evangelho. De resto, nessa época, as missas eram só ao domingo e, se impedido, na véspera, ao sábado, mas missa solene, é claro.

O referido missal não tem qualquer rubrica para incensações, cruzes, inclinações, genuflexões, etc.

O calendário e texto das festas primitivas induzem-nos a admitir que o MM é, na essência, o sacramentário Gelasiano (50).

O texto do Advento é o primitivo: o do juízo final. O texto que fala da preparação para o nascimento de Jesus é tardio, vindo directamente de Roma, já que a festa é romana.

A cerimónia das cinzas, em quarta-feira do mesmo nome, ainda é quase só para os pecadores públicos, que, nesse dia, eram admitidos à penitência pública pelo bispo em cerimónia, de que nos resta a imposição das cinzas para todos os fiéis.

Esse cerimonial decaiu a partir do séc. VII: se o MM, do séc. XII, ainda o conserva, quando o facto já tinha desaparecido há muito... é porque o texto é muito anterior a tal século, o XII.

Na quinta-feira santa, a única missa do MM é a da reconciliação dos penitentes de quarta-feira de cinzas. Não há missa crismal.

As grandes cerimónias de agora, após a reforma carolíngia divulgada por Cluny, 2 de Fevereiro ou Purificação de N. Senhora, as cinzas de quarta-feira à entrada da Quaresma, domingo de Ramos, sexta-feira

(50) Ver estudo em pormenor, *Ora et Labora*, ano XIX, n.º 1, 1975, p. 36 e segs.

santa (o MM não tem a missa dos pressantificados...), sábado santo (todo o cerimonial anterior aos galo-romanos), Pentecostes, etc., tudo isto destaca a antiguidade do MM, situando-o muito antes do séc. XII e, até, do séc. IX, ano de 850, como pretende Pierre David (51).

No calendário, observamos o mesmo: quase só mártires dos sécs. V a VII. Os santos mais recentes, além de poucos, devem ter sido introduzidos à medida que iam aparecendo novas edições e novos manuscritos.

Perante estes factos — o MM estar imune de influências galo-romanas ou de Cluny e situar-se num contexto muito anterior ao séc. XII — obriga-nos a contestar a tese que diz ser o referido missal carolíngio ou galo-romano, dado que não tem qualquer base científica ou histórica séria.

Claro que só podemos chegar a conclusões apodíticas cotejando este missal com o *Pontifical,* o *Breviário* e o *Ritual* bracarenses, estudo ainda por fazer.

Em relação ao Advento, p. e. já posso dizer que o breviário bracarense se situa pelos sécs. V e VI, mas, quanto ao resto, ainda nada posso afirmar, por ainda o não ter estudado.

Isto posto, vamos a outra questão. O MM praticamente é igual ao primitivo de Cister, tanto no ordinário da missa, como no calendário e no texto (52).

O ordinário da missa de Cister é o mesmo de Braga, igual, portanto, ao de Toledo e das Gálias, salvo no Cânon, que é o romano, como em Braga: na mistura da água e do vinho, antes da missa, no texto, na genuflexão com os dois joelhos, à elevação da hóstia.

Como explicar esta identidade ou semelhança, que vai ao ponto de os erros de texto de Braga serem os de Cister (53)?

Impossível admitir que Cister adoptasse o missal de Braga; tão pouco Braga, com rito próprio, poderia adoptar o de Cister. Porque não havemos de admitir uma fonte comum para Braga, Toledo, Gálias e Cister?

Em relação ao ordinário da missa, não há qualquer dúvida em todos os missais ou seja Braga, Toledo, Gálias e Cister. Quanto ao resto, breviário, pontifical, ritual, só estudos futuros nos podem levar a conclusões apodíticas.

---

(51) Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du V e au XII^e siècle,* 1947, Paris, p. 310-338.

(52) A. Luís Vaz, *Presença e Diálogo,* Braga, 1976, vol. 1. *Ora e Labora,* p. 176. 1975.

(53) *Missal de Mateus,* 1975, edição crítica da Gulbenkian, aos cuidados do Dr. Joaquim Bragança, 1975.

Terminamos, lembrando outros factos: se o ordinário da missa do MM é o do séc.VI-VII de Braga; se o calendário é, na essência, o mesmo; se textos litúrgicos passaram do suévico para o MM e breviário bracarense, porque teimar em teses que a história não apoia, com p. e. a de que o actual Rito Bracarense nada tem a ver com o Suévico?

Do MM aos nossos dias

Deveria ficar-me por aqui e ficarei mesmo, até porque o que se segue vem como apêndice.

Desejaria, no entanto, chamar a atenção para o período que vai de D. Pedro, primeiro bispo de Braga restaurada, a D. Fernando Guerra e D. Luís Pires, dado que se me afigura tratar-se dum período notabilíssimo debaixo do ponto de vista de criação litúrgica bracarense.

Já nos referimos, muito por alto, a D. Pedro e S. Geraldo, limitados ao mínimo, ao que, a tal respeito, nos informam os documentos escritos. O mesmo acontece em relação a D. João Peculiar, onde temos de advinhar o que possa ter-se passado, pois não dispomos de elementos históricos senão o que diz ter sido escrito para ele o actual *Pontifical* de Braga.

Da mesma época que o actual *Missal de Mateus,* o ritual e o breviário bracarense (embora do séc. XIV, o de Velasco, deve ter sido o que estava em uso no séc. XII, tal o escrúpulo ou fidelidade de Braga ao seu rito) sendo, portanto, os livros litúrgicos de Braga da época de D. João Peculiar e dada a semelhança, ao menos em relação ao ordinário da missa e ao texto do missal, dos ritos de Braga e de Cister, tudo leva a crer ter sido este arcebispo um dos grandes artífices da segunda fase do nosso rito.

D. João Peculiar era aluno de Paris, quando S. Bernardo ali pregou aos estudantes. De regresso a Portugal, foi fundador de mosteiros ou só ou com outro, como p. e. o de Santa Cruz; no seu tempo se fixaram em Portugal os monges de Cister; teve relações íntimas com S. Bernardo para, com a sua valiosa ajuda em Roma, conseguir o reconhecimento da independência de Portugal da parte da Santa Sé. Até que ponto esses contactos influíram na semelhança existente entre os ritos de Braga e de Cister?

Cister tem livros litúrgicos próprios e rito particular seu: o da diocese, a que pertencia o mosteiro, Chalons-sur-Saône.

Se Cluny tinha imposto o rito galo-romano com todos os exageros, enormes apologias, orações, bênçãos, ósculos, incensações, canto, cruzes.

hinos em demasia — praticamente os monges cluniacenses nunca largavam o culto divino... —, S. Bernardo é precisamente o contrário. Com manápulas de atleta, vai-se à ramalhuda farfalhice de Cluny e poda-a, rijo e seco, sem piedade!

Sabemos qual a liturgia seguida em Cister através da *Carta da Caridade,* ao depois minuciosamente exposta em livro próprio: é ática, sóbria e clássica.

Convidado para tomar parte na reforma do canto litúrgico da época, foi-se aos exageros e acabou com eles. Como na arte. Como na arquitectura. Na escultura. Sóbrio e digno.

Em conclusão: teria havido influência de Cister em Braga? As origens são comuns? (54).

É um capítulo em aberto, à espera de quem o estude. Para já, anotamos apenas o facto.

Outra faceta, igualmente cheia de interesse: as devoções que S. Bernardo espalha por toda a Europa são também as peculiares de Braga, desde o séc. VI: à paixão, morte e ressurreição do Senhor Jesus — à parte humana. É o mavioso cantor de N. Senhora. Cister ajoelha, como nós, com dois joelhos, à elevação, na missa!

Uma das grandes devoções desta época é o *Ofício Menor* ou o *Livro de Horas* e *N. Senhora ao sábado.* Braga, com D. Fernando Guerra e D. Luís Pires, mai-los bispos sufragâneos, transformam a tradicional devoção mariana do nosso rito nessa jóia de oiro que é *Cantica Canticorum.* Festa solene de primeira classe, chegou até nós como semi-duples, obrigando cada semana, de quinta a sábado.

É uma das peculiaridades, que teremos de actualizar.

No livro, que preparo, «Nossa Senhora no Rito de Braga» tentarei esmiuçar a história e a natureza teológico-litúrgica da devoção mariana do nosso rito. Assim Deus e a SS. Virgem me dêem tempo.

Com D. Luís Pires, termina a época de elaboração de textos da nossa liturgia. A partir dele, até D. Diogo de Sousa, espraia-se a da divulgação

---

(54) Os factos são estes: os missais de Braga e Cister são praticamente iguais no calendário e texto; o actual romano, antigo da Cúria de Roma levado pelos franciscanos a toda a parte, é em cerca de dois terços, mais ou menos, igual aos de Braga e de Cister. Têm, como eles, a mesma sobriedade e secura do ordinário, desconhecendo apologias, bênçãos, ósculos, incensações e tudo o mais do Galo-Carolíngio.

Tudo parece levar-nos a uma origem comum para os três. Qual? Inclinamo-nos a supor que as Gálias: algures nas Gálias ou, simplesmente, as Gálias.

e impressão dos nossos livros litúrgicos, que exigiu uma soma de esforços e de análise científica notável.

Com D. Frei Baltazar Limpo, D. Rodrigo de Moura Teles e D. Rodrigo da Cunha, há relâmpagos de entusiasmo, no lançar de novas impressões, mas o rito começa a perigar com sucessivas romanizações e, sobretudo, com a falta de estudos históricos e de novos textos, que o enriqueçam.

Há uma luta surda e constante, da parte de alguns bispos, vindos de fora, ignorantes da natureza e imensa riqueza do nosso rito, que tudo fazem, a começar por não fazer nada, para acabar com ele. Outros, ensaiam mesinhas caseiras, os tais manuais, que dizem ser o exclusivo do rito de Braga, como D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Cardeal D. Henrique. Outros, ainda, limitam o estudo à reforma do calendário, p. e. D. Gaspar de Bragança e D. Frei Caetano Brandão.

Só, verdadeiro Hércules, o cabido luta desesperadamente ao longo dos séculos. Com ele — contra os arcebispos romanizantes — apenas Roma. É curioso verificar que é a Roma que devemos a existência do nosso rito, que já teria sido suprimido, há muito, por arcebispos, de todo alheios às tradições e riquezas de Braga (55).

Entretanto veio o rubricismo, que reduziu a Liturgia às rubricas. Daí nasceu a impressão de analfabetos de que o rito seriam apenas quatro cerimónias da missa. Ora a liturgia é o texto, as cerimónias, as fórmulas da Igreja na administração dos sacramentos e dos sacramentais e, ainda, no culto oficial.

A cerimónia é, de per si, nada!

Ora o desconhecimento global — e total!..., — do Rito Bracarense, neste contexto, limitado só a rubricas, está na base da última edição dos nossos livros litúrgicos, no tempo de D. Manuel Vieira de Matos, que deu sequência aos trabalhos empreendidos no tempo do antecessor.

Após um século de elaboração litúrgica, a partir de D. Guéranger, em França, o Vaticano II, com a *Constituição sobre a S. Liturgia,* iniciou a nova época para os ritos da Igreja. Todos são iguais, gozando dos mesmos direitos. A Igreja quer que se mantenham e actualizem (56).

Braga foi surpreendida e apanhada numa total ignorância acerca da liturgia, em geral, e da nossa em especial. Não vou deter-me na análise

---

(55) Para consultas de pormenor, ver: A. Luís Vaz, *O Rito de Braga,* 1 vol. e *O Cabido de Braga.*

(56) *Comentarios a la Constitucion sobre la sagrada liturgia,* Concílio Vaticano, Vol. 1, BAC, Madrid, 1965, pp. 66 e sgts.

do facto, remetendo o leitor interessado para a bibliografia publicada. Só lhe direi de passagem que especialistas havia que sustentavam não ser o rito de Braga abrangido pela decisão do Vaticano II, já que, segundo eles, se referia apenas aos ritos orientais!...

Por outro lado, pediu-se à Santa Sé que aprovasse como ordinário da missa de Braga quatro cerimónias, sendo, o texto, o novo romano. A Santa Sé opôs-se mandando que se estudassem as peculiaridades do nosso rito, a fim de ela se pronunciar em definitivo.

O estudo, embora já concluído, ainda não foi apresentado, pensando-se neste momento, em o fazer, de modo especial para o ordinário da missa.

A publicação do *Missal de Mateus* pôs-nos em contacto com o texto primitivo. Esperamos que os outros livros litúrgicos de Braga venham a ser publicados também em edição crítica, *Pontifical, Ritual,* e *Breviário.* O último presidente da Câmara com o Estado Novo, Eng. A. V. Rego Amorim já tinha autorizado essa publicação em *Bracara Augusta,* em relação ao *Pontifical.* Certos estamos de que, em breve, este sonho se torna realidade.

Com estes elementos, poderemos, na verdade, regressar às origens e redescobrir, no nosso rito, o que de facto é: a causa primeira, o grande responsável, da nossa maneira de ser como portugueses, da nossa maneira de estar no mundo.

É difícil, no ocidente, sobretudo em meio da ignorância crassa que pesa sobre a liturgia, atribuir ao rito milinário de Braga a nossa maneira de ser como povo, a nossa fisionomia espiritual e sócio-política. Não, assim, no oriente. Um copta, p. e. ou um maronita. O primeiro sabe perfeitamente que é egípcio de nação, mas diferente na alma, na psicologia, do árabe. O maronita sabe que, graças à sua liturgia, é libanês, mas não árabe.

Apesar disso, da dificuldade em reconhecer a profunda influência da liturgia nas ideias, hábitos e costumes portugueses, uma coisa é certa: se, em 25 de Abril, de 1975, votamos anti-comunismo, dentro da linha tradicional e histórica da nossa maneira de ser, devemo-lo, antes de mais nada, à liturgia de Braga, vinda desde 561, que assim nos plasmou e formou.

Se somos individualistas, com estranho sentido em relação aos direitos e deveres da pessoa humana, se nos sentimos iguais, os de cima e os de baixo, nos diversos escalões sociais, se somos missionários e nos entendemos tão bem com todos os povos, se respeitamos a mulher, somos bondosos, hospitaleiros, pacíficos, em suma, se Brasileiros e Portugueses, p. e. nos sentimos irmãos, à Liturgia de Braga o devemos.

Um exemplo: na mistura da água com o vinho, no princípio da missa bracarense, destacou o III Concílio de Braga o alto significado do homem a par com o Senhor Jesus.

Assim, ao que ensina o referido concílio, sem a mistura da água com o vinho, o mesmo é que dizer sem a participação de todos nós na missa, ao lado e a par com Cristo — a água representa o Povo de Deus e o vinho, o sangue de Jesus — sem essa colaboração do homem com Cristo, não haveria sacrifício (57).

Quer dizer: *iguais* a Cristo — e na Eucaristia!... — em pé de igualdade com Ele. Pode lá haver maior sentido da dignidade do Homem do que este?

Esta afirmação repetida, séculos a fio, vezes sem conta, todos os dias, em cada missa, diante de todos, logo no princípio, martelada, ao longo do tempo em Portugal continental, ao depois além mar, em todos os recantos do globo! Mas só quanto às devoções peculiares da Liturgia Bracarense, que essas continuam, séculos em fora, graças a Deus, mesmo depois de a nossa liturgia ter deixado de ser a de Portugal todo inteiro.

Que seria dos portugueses sem o Natal, a Páscoa, a penitência da Quaresma, as romarias, os baptizados, os casamentos, os funerais, o nosso folclore, a nossa história, em suma?

E a devoção a N. Senhora, ao Senhor Jesus, ao Espírito Santo? Quem a ensinou a Portugal senão a Liturgia de Braga?

E, agora, que abandonamos o ultramar e nos remetemos ao continente, isolados, perdidos, na convicção de que já nada temos a fazer no mundo, em nada lhe podendo ser úteis, agora, se soubermos o que, na verdade, é a Liturgia de Braga, ficaremos convencidos de que, agora, a bem dizer, é que começa a nossa história.

Se, através da Liturgia de Braga, continuarmos a transformar os homens naquilo que somos como portugueses, bondosos, amáveis, hospitaleiros, pacíficos, ecuménicos, etc., etc. se assim for, que tarefa gigantesca, enorme nos espera!...

---

(57) O uso da água misturada com o vinho, na missa, não é de instituição bíblica, nem sequer essencial ao sacrifício. O seu valor simbólico, tão bem explanado pelo III Concílio de Braga, é imposto pela tradição.

As pregações de mestre Paulo contra os judeus bracarenses nos fins do século XV

Por HUMBERTO BAQUERO MORENO

As relações entre cristãos e judeus em Portugal em meados do século XV, mereceram a nossa atenção num estudo em que analisámos as causas e as consequências do assalto popular à judiaria de Lisboa em 1449 (1). Conforme tivemos então ensejo de sublinhar, caracterizaram-se em particular por um estado de tensão latente susceptível de desencadear a mais violenta confrontação. Este antagonismo deve atribuir-se, pelo menos em parte, a um forte ressentimento da população cristã, motivado sobretudo por razões subconscientes de carácter religioso e por factores essencialmente económicos de natureza consciente (2).

A situação dos judeus em Portugal não deverá desligar-se dos problemas que afectaram este povo nos vizinhos reinos de Castela e Aragão. Um marco particularmente significativo é representado pelos famosos «pogroms» de 1391, que martirizaram sobretudo a Andaluzia. É lícito perguntar: — Que reflexos tiveram estes acontecimentos no nosso território? A carência de estudos, a par da ausência de fundos documentais,

(1) Humberto Carlos Baquero Moreno, *O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449*, separata da «Revista de Ciências do Homem» da Universidade de Lourenço Marques, vol. III, série A, 1970.

(2) No seu bem estruturado e documentado livro, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, (Lisboa, 1970) a Dr.ª Maria José Pimenta Ferro sublinha que os «nossos primeiros reis protegem-nos», sendo utilizados por eles «como superintendentes na arrecadação das rendas públicas» (p. 13). Acentua, ainda, esta autora, que aparte alguns atritos verificados no reinado de D. Fernando, a «animosidade de tipo religioso é rara, no nosso país, durante o período estudado (séc. XIV)» (pp. 75-76). Em nosso entender, o facto de não existirem provas de antagonismo religioso não exclui a possibilidade de subsistir um mal-estar latente. Apenas uma análise circunstanciada das crenças religiosas do povo português poderá esclarecer-nos sobre a atitude do mesmo em relação à religião judaica e aos homens que a praticavam.

torna a resposta um tanto difícil de dar. O único dado que chegou ao nosso conhecimento encontra-se expresso nas Ordenações Afonsinas. Com efeito, a comuna judaica de Lisboa comunicou a D. João I «que nos Regnos de Castella, e d'Aragom forom feitos muitos roubos e males aos judeus e judias estantes à aquella sazom nos ditos Regnos, matando-os e roubando-os e fazendo-lhes grandes premas, e costrangimentos em tal guisa, que algũus delles se faziam chrisptãos contra suas vontades, e outros se punham nomes de christãaos nom seendo bautizados com padrinhos e madrinhas, segundo o direito quer; e isto faziam por escapar da morte ataa que se podessem poer em salvo; e que algũus desses judeos e judias se vierom aos ditos nossos Regnos, e trouuerom suas molheres e filhos e fazendas, dos quaes moram e vivem algũus delles em esta cidade e algũus em outras cidades e villas e lugares do nosso Senhorio» (3).

Esta carta exprimia com todo o dramatismo a trágica situação em que se encontravam os judeus nos reinos de Castela e de Aragão. Para salvarem a vida, aqueles que se haviam livrado dos terríveis morticínios, abjuravam à pressa da sua religião e convertiam-se falsamente ao cristianismo. No exílio, porém, retornavam ao seu credo, o que por vezes era explorado habilmente pelos oportunistas para se apoderarem dos seus bens. Foi, precisamente, o que aconteceu em Portugal. Muitos eram presos por esse facto, e os seus haveres entregues aos denunciantes, que para o efeito haviam conseguido alvarás régios. Formulados os seus agravos perante o rei, este determinou «que nom prendaaes, nem mandees prender nenhũu judeo nem judia destes taaes semelhantes; nem lhes mandedes nem consentaaes a outros nenhũus que lhes tomem, nem mandem tomar seos bẽes em nenhũa guisa, posto que contra elles seja dito, ou querellado, que forom chrisptaãos e que se vieron aos ditos nossos Regnos e vivem em elles por judeos, e como judeos» (4).

Ficava, contudo, aberta a porta, para a detenção dos judeus e consequente confiscação dos seus haveres. Bastava que houvesse testemunhas nomeadas, as quais declarassem que esses judeus «forom feitos chrisptaãos» e tinham renegado. Neste caso os seus bens seriam sequestrados e os «querellosos punidos» com a pena de prisão (5).

Este estado de coisas perdurou durante os reinados seguintes. Eram

---

(3) *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, livro II, Coimbra, 1792, título LXXVII, pp. 457-458.

(4) Idem, *ibidem*, pp. 458-459.

(5) Idem, *ibidem*, pp. 459-460.

assim colocados os judeus à mercê da vontade régia. Mas a par desta e doutras disposições contrárias aos seus interesses, viram, por vezes, as comunas judaicas, os seus privilégios confirmados (6). Na sequência dos reinados anteriores, esta política vai ser continuada pelo Infante D. Pedro, em nome do régio sobrinho, e pelo próprio D. Afonso V, após a morte do tio. Diversas são as comunas contempladas. Foi-nos possível identificar as de Alcácer (7), Beja (8), Bragança (9), Coimbra (10), Elvas (11), Estremoz (12), Évora (13), Guarda (14), Lamego (15) Leiria (16), Lisboa (17), Loulé (18), Montemor-o-Novo (19), Santarém (20), Serpa (21),

(6) Cf. Maria José Pimenta Ferro, *ob. cit.*, pp. 20-21.

(7) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 28 de Março de 1444. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, (A. N. T. T.) *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 24, fol. 38 v. Carta de D. Afonso V de 1 de Janeiro de 1450. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 7, fol. 37.

(8) Carta de D. Afonso V de 15 de Junho de 1450. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 34, fol. 79.

(9) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 11 de Março de 1439. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 18, fol. 23 v.

(10) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 13 de Setembro de 1442. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 27, fol. 143. Carta de D. Afonso V de 25 de Novembro de 1450. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 34, fol. 156 v.

(11) Carta de D. Afonso V de 11 de Março de 1450. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 34, fol. 21.

(12) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 1 de Setembro de 1439. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 19, fol. 107 v. Carta de D. Afonso V de 12 de Maio de 1450. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 19, fol. 107 v.

(13) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 13 de Junho de 1440. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 20, fol. 125.

(14) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 17 de Janeiro de 1442. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 23, fol. 49 v.

(15) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 1 de Fevereiro de 1439. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 19, fol. 56.

(16) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 5 de Junho de 1441. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 2, fol. 90.

(17) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 14 de Janeiro de 1440. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 19, fol. 21 v.

(18) Carta de D. Afonso V de 18 de Dezembro de 1449. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 34, fol. 26.

(19) Carta de D. Afonso V de 27 de Maio de 1450. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 34, fol. 77.

(20) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 28 de Dezembro de 1441. *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 2, fol. 48 v.

(21) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 1 de Janeiro de 1443. *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 27, fol. 16.

Setúbal (22), Silves (23), Tavira (24), Torres Novas (25), Trancoso (26) e Vila Flor (27).

De acordo com a divisão administrativa do reino no século XV, as referidas comunas pertenciam às seguintes «comarcas» ou províncias: Trás-os-Montes (duas comunas); Beira (três comunas); Estremadura (cinco comunas); Entre-Tejo-e-Odiana (oito comunas) e Algarve (três comunas). Observa-se com uma certa surpresa a ausência total de confirmações de privilégios às comunas judaicas de Entre-Douro-e-Minho (28). Esta circunstância merece ser assinalada, dado que, segundo Leite de Vasconcelos, existiam nesta província, durante o reinado de D. Afonso V, as comunas do Porto e de Guimarães (29). A estas poderemos ainda acrescentar, pelo menos, a de Braga, objecto do presente artigo.

A política de mercês, ou mais propriamente de confirmação de privilégios, foi contrariada pela desconfiança popular em relação aos judeus. Os acontecimentos ocorridos em Lisboa no ano de 1449, são disso uma prova bem evidente. Quando a justiça régia decidiu actuar, formaram-se «oniões tão irosas» que o próprio D. Afonso V viu-se na contingência de cancelar as sentenças cominadas contra os culpados. O País esteve nessa altura à beira duma guerra civil. Para a evitar a todo o custo foi decre-

---

(22) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 31 de Outubro de 1442. *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 24, fol. 73.

(23) Carta de D. Afonso V de 18 de Dezembro de 1449. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 34, fol. 25 v.

(24) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 23 de Julho de 1442. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 23, fol. 72.

(25) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 25 de Abril de 1442. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 23, fol. 29 v.

(26) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 15 de Junho de 1439. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 19, fol. 41.

(27) Carta régia outorgada pelo Infante D. Pedro em 12 de Agosto de 1439. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 19, fol. 103. Carta de D. Afonso V de 26 de Dezembro de 1450. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 34, fol. 2 v.

(28) Tal facto poder-se-á atribuir, pelo menos em parte, ao desaparecimento de alguns livros (a inexistência do livro de 1449 obsta a que conheçamos muitas das confirmações dadas antes e após Alfarrobeira) e de alguns cadernos da chancelaria afonsina. Outro aspecto a realçar consiste na circunstância deste tipo de confirmações concedidas às comunas não haver sido registado em nenhum dos livros que compõem a Leitura Nova ordenada pelo Rei D. Manuel.

(29) José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa,* ampliada com nova informação por Manuel Viegas Guerreiro, vol. IV, Lisboa, 1958, p. 72.

tada uma carta de perdão em benefício da população lisboeta (30). O rei sentia-se, com efeito, preocupado com a sorte dos judeus. Este estado psicológico assim vivenciado aparece-nos bem expresso no alvará de 24 de Novembro de 1450, enviado ao regedor da Casa do Civel em Lisboa, em que se declara que «o mall e dano que foy feicto aos judeus hy moradores», se «fez per mingua ou negrijençia dos que emtom em a dicta cidade foram presentes, que o bem poderam tolher e em todo arredar», se houvessem sido mais diligentes. Aconselhava o monarca vivamente que, de futuro se deveriam tomar as maiores precauções, não fosse dar-se o caso «que algũus per maliçia maa e inuejossa deshordenança ao dicto mall se queiram mouer» (31).

As relações longe de melhorar foram-se agravando. De notar a queixa feita pelo povo, nas cortes de Santarém de 1451, da humilhação sofrida com a escandalosa ostentação de fatos de seda pelos judeus. D. Afonso V sentiu-se coagido a proibí-los de os usarem, abrindo excepção apenas quando participassem em festas ou recebessem o monarca. A utilização do sinal (estrela vermelha de seis pontas) também caíra em desuso, conforme deixam transparecer as cortes de Santarém de 1468. A potestade régia sob pressão popular insistia na sua aplicação ao vestuário, dando ordens para que se cumprisse o estabelecido (32).

Estes e outros factores de tensão possibilitam-nos a compreensão do mal-estar social existente em relação aos judeus. A mais pequena imprudência poderia desencadear o rastilho. Em Castela o clima era de confrontações violentas na segunda metade do século XV. Assim, observam-se ataques aos judeus de Medina del Campo em 1461 e o seu massacre em Sepúlveda no ano de 1468. Idêntica situação se nos depara em relação aos cristãos novos de Córdova, Montoro, Bujalance, Écija, Ubeda e Jaen em 1473, e no ano seguinte contra os de Segóvia e de Valladolid (33).

---

(30) Humberto Carlos Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 16. A mencionada carta de perdão, outorgada em 6 de Outubro de 1450, por nós publicada no citado estudo (pp. 39-40), encontra-se no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro 2.º dos Reis D. Duarte e D. Afonso V,* doc. 33. Acha-se, ainda, referida, por Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa,* vol. I, Lisboa, 1882-1885, pp. 324-325 e por Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal,* vol. II, Coimbra, 1910, pp. 270-271.

(31) Publicado no nosso citado estudo, pp. 41-42. Encontra-se no A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V,* livro 37, fol. 20.

(32) José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, pp. 89-90.

(33) Júlio Valdeón Baruque, *Crisis económicas y enfrentamientos sociales en la España de la Baja Edad Media. Movimientos sociales regionales, sus elementos de*

Apesar de não se conhecerem situações em Portugal semelhantes às ocorridas em Castela, no que concerne à prática de massacres da população das comunas judaicas, deverá contudo ter-se em conta o significado da conjuntura existente no reino vizinho no caso português. A atitude assumida por Mestre Paulo nas suas pregações ao povo bracarense deverá inserir-se neste contexto. Na carta régia de 26 de Janeiro de 1481, enviada ao deão e cabido da Sé de Braga, dá-se a conhecer a queixa efectuada pela comuna judaica desta cidade contra o mencionado eclesiástico. Concretamente a acusação consistia em que o pregador os coagia a assistir às suas arengas, determinando «so pena de scumunhom aos chrisptãaos que nom comversasem com os judeus que as dictas pregaçoees nom fossem, nem lhes desem foguo nem logar e outras muytas opresoees que lhes per esta causa eram feictas» (34).

Perante a gravidade dos factos ocorridos, D. Afonso V recomendava ao deão e cabido de Braga que, mandasse «aleuantar escumunhoees ou penas que por esta causa comtra os dictos judeus sejam postas». Note-se que as mesmas eram aplicadas indiscriminadamente aos cristãos e judeus que não cumprissem as arbitrariedades do referido vigário. Mas o rei efectuava diligências junto das autoridades eclesiásticas, no sentido de que não deviam permitir «ao dicto Mestre Paulo, que em suas pregaçoees digua comtra os dictos judeus cousa de que sse sigua antre elles e o poboo hodio nem escamdelo» (35).

D. Afonso V insistia ainda junto do cabido e do deão que, no caso de Mestre Paulo não querer acatar as determinações régias, deveria sofrer o castigo adequado aos seus actos. O rei era bem explícito quando se manifestava nestes termos: — «nos vos emcomendamos que lhes dees tall castigo e ponhaees tall defesa per que elle outra vez nom tenha ousadia de semelhamte fazer». Subsistia, porém, uma dúvida, que ressalta nitidamente do último parágrafo da carta régia: na hipótese das autoridades eclesiásticas cumprirem as recomendações da coroa, o rei ficaria muito grato, mas caso contrário «nos desprazera» (36). No fundo da questão depara-se-nos uma certa incapacidade do poder central em dar cumpri-

---

base, separata do II Simposio sobre «Historia del Señorío de Vizcaya», ed. da Real Sociedad de los Amigos del País y Junta de Cultura de Vizcaya, Bilbao, 1973, pp. 23 e 26.

(34) Arquivo Distrital de Braga, *Cartas Régias*, tomo I, n.º 22. Documento n.º I publicado em apêndice.

(35) Idem, *ibidem*.

(36) Idem, *ibidem*.

mento às suas disposições junto das autoridades locais. O problema tornava-se mais difícil, e até mais complexo, sempre que entravam em jogo as relações entre os poderes civil e eclesiástico.

As diligências do monarca junto do deão e cabido da igreja bracarense, foram complementadas pela carta remetida por D. Afonso V, na mesma data, a Mestre Paulo. Nesta missiva exprime-se «que a nos he certeficado que com vosas pregaçoees daees caussa ao pouo fazer leuamtos e onyoees contra os judeus desa comarqua e que per força os fazees hir a vosas pregações» (37). Acusação concreta cuja dimensão não nos é possível determinar por carência de outras provas históricas.

Logo que o vigário tomasse conhecimento do conteúdo da carta, deveria dirigir-se à corte para dar conta do seu procedimento responsável por «taees escamdelos». Mas «nom vijindo vos loguo per este, mamdamos a quaeesquer correjedores, juizes e justiças que pera ello forem requeridos e vos lla acharem que vos prendam e vos nom soltem sem nosso mamdado» (38).

Escasseiam-nos fontes documentais que nos permitam acompanhar de perto o desenrolar desta questão. É provável, não passando contudo de mera conjectura, que Mestre Paulo se tenha rendido aos desígnios régios, permitindo assim um abrandamento da tensão. Mas se em Braga não existem sinais, pelo menos de natureza documental, dum possível confronto mais amplo entre judeus e cristãos, algo diversa é a situação que, decorridos escassos anos, vamos encontrar nas cidades de Lisboa e do Porto. Nestes dois centros urbanos de grande expressão demográfica no decurso do século XV (39), com significativo pêso na balança política do

---

(37) Idem, *ibidem*, tomo I, n.º 15. *Documento* n.º II publicado em apêndice.

(38) Idem, *ibidem*.

(39) A cidade de Lisboa ocupava incontestavelmente o primeiro lugar entre as urbes existentes no reino. Conforme sublinha Costa Lobo «essa preeminencia começara a figurar desde o meiado do seculo XIII, no reinado de D. Afonso III» (*Historia da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, 1903, p. 113) no que concerne à segunda cidade do País no século XV já se levantam algumas dificuldades. Segundo o referido historiador, Évora era a segunda cidade do reino no mencionado século, enquanto o Porto ocupava a terceira posição. Admite, contudo, com base no testemunho de Nicolau de Popielovo, que o burgo portuense «já em 1484 era considerado a melhor cidade de Portugal, depois de Lisboa (*Ob. cit.*, pp. 132 e 168). Por certo, Costa Lobo, desconheceu o capitulo especial do Porto, apresentado nas cortes de Évora de 1436, em que se afirma ser esta cidade o «segundo membro de Portugal», cujo porto marítimo era o melhor e mais povoado desde Lisboa até à Galiza (A. N. T. T., *Aditamento de Cortes*, n.º 38, fol. 166 v. Cf. Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de História mone-*

País, vão observar-se graves sintomas de perturbação anti-semita. A efervescência nas duas principais cidades do reino deverá atribuir-se sobretudo ao êxodo de judeus vindos de Espanha, vítimas da política dos Reis Católicos que lhes iam cerceando progressivamente os seus direitos (40).

Com efeito, D. João II, em 20 de Novembro de 1484, dá a conhecer à câmara de Lisboa que a comuna dos judeus dessa cidade se queixara de «auer algũus aluoroços de lançarem os comfesos fora» pelo que «elles se temiam lhes seer feicto algũu dano e sem rrezam e em especiall agora que hy nom esta a nosa Casa do Civell nem o Corregedor». O monarca dando seguimento ao pedido de protecção que lhe fora requerido, manifestou ser sua vontade «os judeus desa çidade seerem guardados e emparados como cousa nosa que sam», pelo que recomendava que tivessem «maneira como em cousa allgũua, gramde nem pequena, os dictos judeus nom reçebam desagisado algũu» (41).

As medidas protectoras de D. João II aplicadas à capital não tiveram, porém, o devido eco no burgo portuense. Aqui o problema foi discutido na vereação camarária de 27 de Julho de 1485. Comentava-se que os judeus vindos do exterior eram escorraçados de todos os sítios do País. Ouvidos todos os vereadores, «cada hũ per sj acerqua do que lhes acerqua dello parecija, todos em hũa voz diseram que pois que elles vinham lançados ou corridos dos Regnos de Castela e vendo como os nom queriam colher nem agasalhar em nenhũu lugar destes Regnos, e jsso mesmo vendo como elles sam estrangeiros e daquella casta de que hy ha sos-

---

tária Portuguesa (1383-1438), Lisboa, 1974, p. 111). Somos, pois, levados a concluir, embora com algumas naturais reservas, que o Porto já ocupava a segunda posição nos primórdios do século XV.

(40) A situação dos judeus foi-se degradando progressivamente na Espanha dos Reis Católicos. Ao que consta os judeus instavam junto dos cristãos novos para que voltassem à sua antiga fé. Tal atitude constituia uma ameaça, que apenas poderia ser contrariada mediante a adopção de determinadas medidas restritivas dos direitos do povo judaico. Assim, em 1476 viram-se privados da sua autonomia nas causas judaicas de natureza criminal. Este estado de coisas foi-se agravando com a intervenção dos tribunais no problema dos cristãos novos, o que se verificou a partir de 1481. Dois anos depois receberam os judeus ordem de expulsão da Andaluzia, o mesmo sucedendo em Saragoça em 1486. O não cumprimento desta ordem, na maior parte dos casos, contribuiu para um aumento da tensão que culminou com o «édito de expulsão» de 31 de Março de 1492. (José Maria Casciaro, *Judíos* in «Diccionário de História de España», ed. Revista de Occidente, tomo II, Madrid, 1968, p. 607).

(41) Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro 2.º de D. João II*, doc. 32.

peicam, acordaram que os nom consentisem na cidade e esses que ja aquj estam que os juizes e oficiaaes os lancem logo fora» (42).

A pretexto da chegada dos judeus espanhóis, criavam-se as condições necessárias a favor duma vaga de anti-semitismo, que iria afectar a tranquilidade das comunas judaicas existentes em Portugal. Gerou-se, deste modo, um clima propício ao desenvolvimento de acções contrárias à estabilidade dessas comunidades, cuja situação se foi agravando em resultado da política dos Reis Católicos, com a sua expulsão definitiva do solo espanhol em 1492. Portugal sofria os efeitos imediatos desta trágica actuação, levada a cabo no Reino vizinho.

DOCUMENTO I

Ao deam e cabido da Sse da çidade de Bragua

Dayom e cabido. Nos ElRey vos emuiamos muyto saudar. Fazemosuos saber que a cumuna dos judeus dessa cidade de Braaga nos emuiarom dizer como a requerimento de mestre Paulo, preegador, eram costrangidos que fosem a suas pregaçoes. E os faziam ylla hir per força. E que o vigairo mandara so pena de scumunhom aos chrisptãos que nom comversasem com os judeus que as dictas pregaçoees nom fossem nem lhes desem foguo nem logar a outras muytas opresoees que lhes per esta causa eram feictas.

E porquanto esto he comtra serviço de Deus e nosso yr pellos samtos padres, he defesso so pena de scumunhom que tall costramgimento lhes nom seja feicto.

Nos vos roguamos e emcomemdamos que mamdees aleuamtar quaaesquer escumunhaees ou penas que por esta causa comtra os dictos judeus sejam postas. E daquy em diamte nom comsemtaees ao dicto mestre Paulo que em suas pregaçoees digua comtra os dictos judeus cousa de que sse sigua antre elles e o poboo hodio nem escamdelo.

E fazemdo o dicto Mestre Paulo o comtrairo nos vos emcomendamos que lhe dees tall castigo e ponhaees tall defesa per que elle outra vez nom tenha ousadia de semelhante fazer, o que vos muito agradeceremos e temremos em seruiço. E do comtrairo nos desprazera.

Scrita em a villa dAlmeirim a xxbj dias do mes de janeiro de mill e iiij l xxxj.

Rey (assinatura autógrafa)

Arquivo Distrital de Braga, *Cartas Régias,* tomo I, n.º 22.

(42) Gabinete de História da Cidade do Porto, *Livro 5 de Vereações,* fls. 9 v.-10.

DOCUMENTO II

Pera Mestre Paulho sobre os judeos de Bragaa

Nos ElRey fazemos saber a vos Mestre Paulo, que a nos he certeficado que com vosas pregaçoees daees causa ao pouo fazer leuamtos e onyoees contra os judeus desa comarqua e que per força os fazees hir a vosas pregacoees. E porque esto he coussa comtra seruiço de Deus e nosso e bem de nosso poboo e cousa muy estreitamente defessa pellos samtos padres.

Nos vos mamdamos que tamto que vos esta for dada loguo venhãees a nos dar razom porque fazees taaes costramgimentos aos dictos judeus e daees caussa a taees escamdelos. E nom vijmdo vos loguo per este, mamdamos a quaeesquer correjedores, juizes e justiças que pera elho forem requeridos e vos lla acharem que vos prendam e vos nom soltem sem nosso mamdado.

Feicto em Almeirim a xxbj dias do mes de Janeiro de mjll e iiij^{c} lxxxj.

Rey (assinatura autógrafa)

Arquivo Distrital de Braga, *Cartas Régias*, tomo I, n.º 15.

Subsídios para o estudo da Arquidiocese de Braga no século XV

Por JOSÉ MARQUES

A história eclesiástica de Braga, apesar dos estudos que já lhe foram dedicados (1), está longe de ser convenientemente conhecida, mantendo-se ignorados múltiplos aspectos fundamentais para a compreensão de vários períodos. A afirmação pode concretizar-se no caso do arcebispado de D. Fernando da Guerra, que se estende de 1417 a 1467 e coincide com um período característico da vida nacional portuguesa, voltada para a conquista do Norte de África, descobrimento e ocupação das ilhas atlânticas e exploração da costa ocidental africana. Tal período, preenchido pela actuação política e empreendedora da Ínclita Geração, conta com valiosos estudos de carácter político, económico, social e cultural, que aprofundam o seu conhecimento nesses domínios (2). Enquanto isso, a história eclesiástica correspondente pouco tem avançado para além do contributo dado por Fortunato de Almeida na *História da Igreja em Portugal,* há poucos anos reeditada sob a orientação do Prof. Damião Peres.

(1) Pensamos, entre outros, nos seguintes: D. Rodrigo da Cunha, *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos Varões illustres, que floresceram neste Arcebispado,* 2 vols., Braga, 1634 e 1635; Mons. José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais de Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX),* ed. da Mitra Bracarense, Famalicão, Vol. I, 1928; vol. II, 1930; Vol. III, 1932; vol. IV, 1935. P.e Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga,* sep. de «Biblos» XXXIV, Coimbra, 1959, 2 vols.

(2) Domingos Maurício Gomes dos Santos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger,* Lisboa, 1960; Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos,* Lisboa, 1962; idem, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial,* 1.º vol., Editora Arcádia, 1963-1965 e 2.º vol. 1965-1971; Vitorino Nemésio, *Vida e obra do Infante D. Henrique,* Lisboa, 1960. Humberto Carlos Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico,* Lourenço Marques, 1973. Vários estudos de Robert Ricard coligidos em *Études sur l'histoire morale et religieuse au Portugal,* Fund. Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos Portugueses, Paris, 1970...

Neste campo só progrediremos quando os fundos documentais ainda não tocados ou insuficientemente explorados forem aproveitados em ordem à elaboração de trabalhos monográficos que permitam um conhecimento exaustivo das realidades históricas a nível regional ou diocesano. A conjugação dos resultados obtidos permitirá, então, uma nova visão interpretativa da História da Igreja em Portugal.

Este brevíssimo ensaio sobre o estado da arquidiocese de Braga no tempo de D. Fernando da Guerra pretende somente dar uma pálida ideia das surpresas que nos reservam ainda os antigos arquivos episcopais em ordem a um conhecimento mais perfeito não só da história eclesiástica, considerada numa perspectiva factual, mas também da história económica, social, demográfica, da cultura e das mentalidades. Importa esclarecer que neste estudo a acção pastoral de D. Fernando da Guerra foi intencionalmente encarada apenas sob dois prismas — anexação (I) e privação (II) de benefícios. À volta deles reuniram-se informações precisas, abundantes e inéditas, que nos põem em presença de situações concretas e revelam, conquanto de forma parcelar, o verdadeiro rosto da arquidiocese nesse período. Daí provém o acentuado cunho analítico deste trabalho, para cuja realização nos socorremos, como principal fonte manuscrita, do *Livro das confirmações e comissões do arcebispo dom Fernando da Guerra,* guardado no Arquivo Distrital de Braga e geralmente designado *Confirmações de D. Fernando da Guerra* (3). Trata-se do registo da cúria diocesana para o período que vai de Novembro de 1423 a Fevereiro de 1468, no tocante apenas a confirmações e comissões. Escusado será encarecer o valor desta fonte documental que, só por si, abona a acção organizadora — e porque não disciplinadora? — característica do governo deste prelado formado *in utroque jure.* Em muitos casos era a este livro de registos que o arcebispo e o pessoal da cúria recorriam para esclarecer dúvidas e até para resolver litígios.

Antes de entrar na exposição, urge descrever, embora em linhas gerais, a época em que D. Fernando da Guerra governou a diocese bracarense. Só assim poderemos apreciar correctamente a sua obra, captar o alcance das medidas por ele tomadas e definir o seu perfil humano e pastoral.

Os limites cronológicos do seu governo — 1417-1467 — situam-no no período seguinte ao fim do Cisma do Ocidente. É uma primeira informa-

(3) Nas citações será designado apenas por *Confirmações.*

ção preciosa, pois sabemos que a eleição de Martinho V, em 17 de Novembro de 1417 (4), se oficialmente pôs termo ao Cisma, não eliminou o peso das consequências de quase quatro décadas de divisão no seio da Igreja. Tal situação, agravada por diversos factores, como o movimento centralizador do poder régio, desencadeado havia mais de um século, no tempo de Filipe IV, o Belo, de França (5), e agora bem acolhido entre nós por D. João I, não se resolvia de um momento para o outro (6).

De harmonia com a periodização tradicional, o pontificado de D. Fernando da Guerra situa-se numa posição de charneira, na viragem dos tempos medievais para os tempos modernos. Isto equivale a dizer que é um período de transição e, como todos os períodos de transição, período de crise. Esta nota poderemos vincá-la mesmo que se adopte o critério dos que estendem a Idade Média até ao fim do século XV (7). Neste lapso de tempo intensificam-se os abusos dos nobres no assalto aos bens da Igreja, contribuindo ainda de outras formas para a decadência progressiva da vida religiosa e disciplina eclesiástica, já de si bastante relaxada por factores endógenos (8). Menção especial deve ser feita à recessão económica verificada, de forma aproximada, entre 1330 e 1450, altura em que atinge o nível inferior da curva (9) e à baixa demográfica característica do mesmo período, predominantemente devida a carestias e fomes (10),

---

(4) A nomeação de D. Fernando da Guerra para arcebispo de Braga foi feita pela bula de Martinho V, *Romani Pontificis*, de 17 de Dezembro de 1417, mas, de facto, já em 11 de Junho de 1416 lhe tinha sido confiada por D. João I a *guarda e defesa* da diocese. O cabido postulou-o como arcebispo em 4 de Julho de 1416, sendo ainda bispo do Porto. Sobre a eleição de Martinho V cf. *Histoire de l'Église*, dirigida por Fliche-Martin, vol. 14, t. I, p. 200.

(5) Francis Rapp, *L'Église et la vie religieuse en Occident a la fin du moyen âge*, P. U. F., Paris, 1971, pp. 39-43 e 55.

(6) As medidas centralizadoras de D. João I estão bem documentadas em alguns estudos feitos e em documentos do Arquivo Distrital de Braga.

(7) A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 2.ª ed., Sá da Costa, Editora, Lisboa, 1971, p. XIX.

(8) A. D. B. *Colecção Cronológica*, caixa 30, s/n; J. L. Silva Dias, *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal* (sécs. XVI-XVIII), Coimbra, 1960, vol. I, p. 33, refere-se a essa decadência desde o séc. XIV.

(9) *Histoire de l'Église*, dirigida por Fliche-Martin, vol. 14, t. I, pp. 298-301; F. Rapp, *o. c.*, pp. 272-273; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução ao estudo da agricultura em Portugal*, ed. Cosmos, Lisboa, 1968, pp. 43-45.

(10) A. H. de Oliveira Marques, *Introdução ao estudo da agricultura em Portugal*, pp. 257-282.

pestes (11) e guerras (12). Esta dupla crise económico-demográfica está abundantemente documentada no *Livro das Confirmações,* como reflexo das suas consequências à escala diocesana, para não dizer nacional.

Acrescente-se a tudo isto a deficiente formação do clero (13), a reserva de benefícios (13a), o direito de padroado profusamente fragmentado (14) e ainda as dificuldades procedentes da extensão geográfica da diocese, com regiões bem diferenciadas, como o Minho e Trás-os-Montes, não faltando numa e noutra o característico isolamento de muitas povoações... e passamos a ter uma visão mais exacta e também mais completa da época em que D. Fernando da Guerra exerceu o seu múnus pastoral.

Sem pretender traçar aqui a biografia do arcebispo, é indispensável fazer ainda uma ou outra observação de interesse para o nosso estudo, revelada pelos *Itinerários de D. Fernando da Guerra,* que ajudará a apreciar devidamente a sua acção pastoral.

O absentismo era um dos males de que enfermavam o episcopado e o clero dos fins da Idade Média. Neste capítulo, D. Fernando da Guerra apesar de não estar ilibado, pode, contudo, ser tomado como um caso paradigmático, sobressaindo da mediania pelo zelo pastoral. Arcebispo de Braga, chanceler-mor (15) e do conselho do Reino (16), repartiu o seu

(11) Ver notas n.os 50, 52 e 68; A. D. B., *Rerum Memorabilium,* III, fl. 36; A D. B., *Colecção Cronológica,* cx. 24, s/n.

(12) *Confirmações,* fl., 203.

(13) As *Confirmações,* fls. 11 e 11 v., registam casos de falta de instrução de alguns clérigos beneficiados, que têm sido apontados como típicos desde João Pedro Ribeiro (*Reflexões Históricas,* II, Coimbra, 1836, p. 178), citado por Fortunato de Almeida na sua *História da Igreja em Portugal,* vol. I, 2.ª ed., Porto, 1967, p. 305.

(13a) Nas *Confirmações,* fls. 174, 211, 222, 256, temos referências a intervenções pontifícias em casos de nomeação de beneficiados.

(14) A situação concreta do padroado na arquidiocese constituirá um capítulo de trabalho em preparação.

(15) Já figura como chanceler-mor num documento datado de 18 de Julho de 1418. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis,* docs. coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, vol. III, Lisboa, 1969, p. 152. Francisco Manoel Trigoso d'Aragão Morato, *Memoria sobre os Chanceleres-mores dos Reis de Portugal, considerados Ministros do despacho e expediente dos nossos Soberanos* em *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* tomo XII, parte I, Lisboa, 1837, p. 104, apresenta D. Fernando da Guerra como chanceler-mor, em 22 de Fevereiro de 1416, sendo ainda bispo do Porto. De 1427 a 1431 este cargo foi exercido pelo doutor Gil Martins. O mesmo autor admite que D. Fernando da Guerra reassumiu, no tempo de D. Duarte, as funções de chanceler-mor, que com ele atingem o «maior auge». Luiz Augusto Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos sécs. XVII-XVIII,* vol. V, Lisboa, 1871, p. 425, segue a opinião de Trigoso d'Aragão Morato.

(16) Esta referência aparece em várias cartas régias arquivadas no A. D. B.

tempo pelo governo da Arquidiocese, que percorreu em visitas pastorais frequentes (17) e pelas funções públicas a que tinha sido chamado, dadas a sua preparação jurídica, qualidades naturais e laços de parentesco com os monarcas seus coevos.

Os *Itinerários de D. Fernando da Guerra* (18), elaborados predominantemente a partir do *Livro das Confirmações* e de outras fontes do Arquivo Distrital de Braga, permitem verificar que, desde 1423 até 1442, o arcebispo se movimenta constantemente por toda a diocese, dela se ausentando apenas — e sempre por curto espaço de tempo — para tomar parte em cortes ou noutros actos relevantes da vida nacional. Nos dezoito anos seguintes (1442-1460), preenchidos, em parte, pela regência do Infante D. Pedro e, depois, pelos doze primeiros anos do governo de D. Afonso V, reside quase sempre fora da arquidiocese, acompanhando a corte nas suas deslocações, como se demonstra para o período da regência pelo confronto dos *Itinerários de D. Fernando da Guerra* com *Os Itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)* (19), havendo coincidência quase perfeita entre eles. Mesmo para este período mais caracterizado pelo absentismo conhecemos alguns itinerários pastorais dentro da arquidiocese (20).

---

(17) Nos primeiros anos do seu governo furtou-se D. Fernando da Guerra a visitar pessoalmente a diocese. É ele próprio que o revela na súplica dirigida a Martinho V, em 17 de Abril de 1420, solicitando autorização para visitar a arquidiocese por delegados, a fim de reduzir as despesas com o séquito que teria de levar por razões de segurança. Cf. António Domingues de Sousa Costa, *Estudantes Portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, em «Arquivos de História da Cultura Portuguesa», vol. III, n.º 1, p. 21; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, docs. coligidos por A. Moreira de Sá, Vol. III, Lisboa, 1969, pp. 182-183.

(18) Serão apresentados posteriormente.

(19) Humberto Carlos Baquero Moreno, *Os Itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)*, sep. da «Revista de Ciências do Homem» da Universidade de Lourenço Marques, Vol. I, série B, 1968.

(20) *Os Itinerários de D. Fernando da Guerra*, inéditos. Pode-se acrescentar, desde já, que havia algum descontentamento contra o arcebispo por se ausentar tanto tempo, mesmo que pudesse encontrar justificação canónica nos serviços do Estado que lhe estavam confiados. É o que podemos deduzir da carta escrita, em 1460, ao sobrinho, Lopo de Almeida, incumbindo-o de pedir a D. Afonso V a vila de Ponte de Lima para ali repousar nos últimos anos de vida: «... E poderam dizer que por algũa cousa de voontade e nom de necessidade nem razom me movo andar alla fora de mjnha casa e arçebispado... e que por mjngoa de devoçom leixo mjnha casa e egreia desenparada como soom theudo de fazer, assy no spiritual como no tenporall, e rrequere mjnha hidade em que ja soom» (Cf. A. D. B., *Gaveta das cartas*, s/n). O pedido não resultou e D. Fernando da Guerra é, sem dúvida, um dos visados por

Dos princípios de 1461 até à sua morte, em Setembro de 1467, não se ausenta mais da arquidiocese, mas continua a percorrê-la em pequenos circuitos, irradiando sempre de Braga para Mancelos, Ponte de Lima, Vila de Conde e Darque. Já lhe faltavam as forças e a doença ameaçava-o constantemente. Procurava, por isso, manter-se a uma distância de Braga donde facilmente pudesse regressar aos seus paços aos primeiros assomos da gota (21).

Percorrendo o *Livro das Confirmações* conclui-se que ao longo dos cinquenta anos que esteve à frente da arquidiocese primaz, mesmo durante os períodos de ausência mais prolongada, nunca se alheou dos problemas que lhe diziam respeito, resolvendo-os pessoalmente, dia-a-dia. Quando isso lhe era impossível, incumbia os seus vigários gerais, membros do cabido, arcediagos ou superiores religiosos — raramente são comissionadas outras pessoas — de o fazerem em seu nome. As comissões, porém, nunca são *ad universitatem causarum.*

O facto de delegar em outrem para em seu nome obviar a casos concretos implica um conhecimento prévio dos assuntos, de que se não alheava, mas não podia tratar pessoalmente por razões várias, em geral ausência dentro ou fora da diocese ou porque o assunto deveria ser tratado em pontos distantes da sede arquiepiscopal.

É através do que o *Livro das Confirmações* nos revela de forma sintética e de passagem, aqui e além, justificando decisões pastorais do prelado, que podemos transitar da generalidade ao concreto e contactar com o verdadeiro estado da arquidiocese de Braga, sob D. Fernando da Guerra.

D. Afonso V quando, em 22 de Abril de 1478, afirma que «os moradores da dita villa eram emformados que algũuas grandes pessoas destes meus Regnnos me pediam a dita villa pera os senhorearem e sogigarem a muytos seruiços, opressõoes e trabalhos, que nunca tiueram por serem da Coroa de meus Regnnos» (A. N. T. T., *Livro 1 de Além-Douro,* fls. 109-109 v e *Livro 2 de Além-Douro,* fl. 41, citados por H. B. Moreno, *A Vereação do Concelho de Ponte de Lima em 1446,* sep. da «Revista de Ciências do Homem» da Universidade de Lourenço Marques, Vol. VI, Série A, 1974, p. 5.

(21) A. D. B., *Gaveta das cartas,* s/n. «E Ponte de Ljma he dentro no arçebispado e perto daqui que nom ssom mais de cinquo legoas, honde posso hir e vjnhr quando me aprazera, e ajnda que me venha a gota de que me ssenpre rreçeo como me apontar vjnrmey logo pera casa». Alude mais duas vezes à doença da gota: uma no executorial da reforma monástica, datada de 14-7-1462, mas não assinado por impossibilidade física: «E por que nom podemos asinar de gota o nosso sseelo abasta» (cf. A. D. B., *Colecção Cronológica,* caixa 30, s/n); outra no seu testamento (cf. A. D. B., *Gaveta dos testamentos,* n.º 68).

A conjugação destes dados permitirá uma visão diacrónica global de vários aspectos da vida diocesana, aconselhada pela cronologia dos registos. Para tal visão de conjunto pretende este estudo ser o primeiro contributo, fruto da paciente recolha de inestimáveis informações contidas nos estereotipados registos curiais.

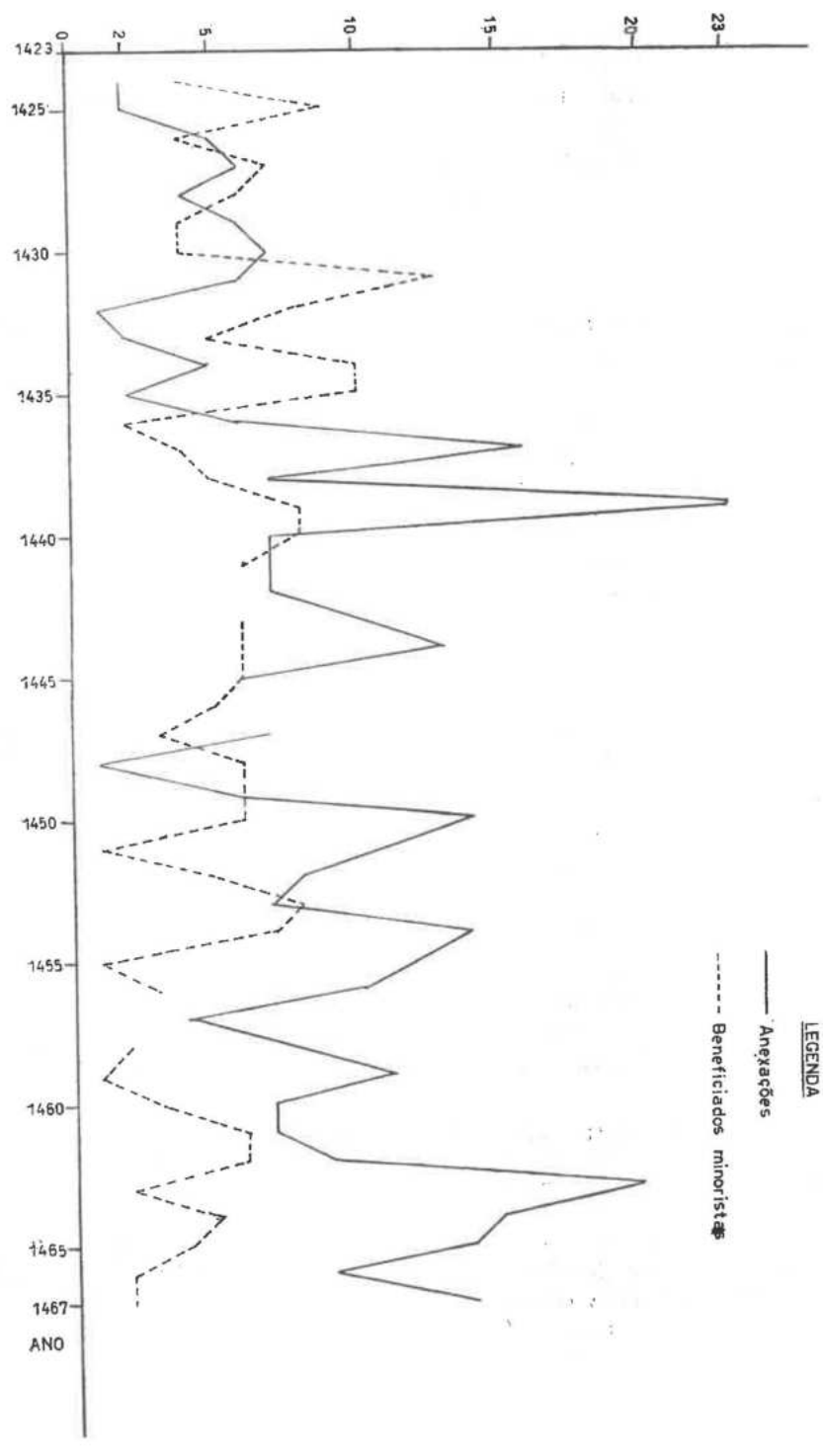
I

A leitura do *Livro das Confirmações,* por mais superficial que seja, põe em destaque o número de paróquias e outros benefícios anexados ao longo do período de mais de quatro décadas decorrentes entre os anos de 1424 e 1467, atingindo o total de 361, numa média de 8,39 por ano. Simultaneamente, sobressai a frequência com que durante esses quarenta e três anos são confirmados benefícios a minoristas, que, à média de 5 por ano, ascendem a 219. Mais esclarecedora que a leitura fria dos números é a tradução gráfica conjunta destes elementos, que permite verificar uma relação inversa entre o número de anexações e o de beneficiados minoristas. (V. pág. seguinte) (22).

Particularmente importantes e reveladores do estado da arquidiocese no tempo de D. Fernando da Guerra são os motivos determinantes das anexações feitas, sendo mesmo lícito agrupá-los segundo uma gama variada. Dado que a frequência verificada em cada um deles os valoriza individualmente e a dispersão geográfica dos casos coincidentes lhes imprime amplitude diocesana, tais motivos contribuem de forma decisiva para se conhecer o verdadeiro estado da arquidiocese neste período. Por isso lhes foi prestada, pela primeira vez, a devida atenção.

No contacto com esta documentação logo nos apercebemos da relativa abundância de anexações fundadas em razões de proximidade, pequenez das paróquias e consequente insuficiência de meios para sustentar pároco próprio, o que está de harmonia com a mencionada recessão económica, em curso pelo menos até meados do século. Foi o que se verificou

(22) Para uma interpretação correcta deste gráfico, deverá tomar-se em consideração: *a)* — A mortalidade sacerdotal, largamente documentada nas *Confirmações,* pois o maior número de vagas por óbito tanto pode ampliar o quadro dos beneficiários, como aumentar o número das anexações. *b)* — O número de minoristas que reforçavam as fileiras clericais. (Para os anos 1430 e depois para todo o período de 1443 a 1457 dispomos de listas de *matrículas de ordens* no A. D. B.). *c)* — As privações de benefícios ultrapassam a meia centena e podem contribuir para clarificar a situação. *d)* — A tendência para a acumulação de benefícios ou, em sentido inverso, o movimento de libertação dos mesmos, traduzido nas desanexações operadas pelo Arcebispo.


0
2
5
10
15
20
23
1423
1425
1430
1435
1440
1445
1450
1455
1460
1465
1467
ANO
LEGENDA
Anexações
Beneficiados minoristas

com Santa Maria de Sobreposta, Lageosa e Espinho, no termo de Braga, as três anexadas, em 25 de Novembro de 1430, a Santa Vaia de Tenões, porque «som tam pequenas que por cada hũua dellas se nom poderia abbade soportar sem grande seu obpoblio» (*sic*) (23).

Outras vezes é a necessidade de se completarem mutuamente, sob o ponto de vista económico, como aconteceu com Santo André de Freande e Santa Maria de Verim, terra de Lanhoso, em 26 de Fevereiro de 1439, «...por serem ambas pequenas e hũa pella outra se poderem conportar e manter no spirituall e tenporall e de si por serem juntas que nom sera quarto de legoa...» (24). Na mesma situação se encontrava S. Mamede de Gondiães ao ser anexada a S. Pedro de Esqueiro, em 4 de Março de 1440: — «E desy por que anbas partem as freguesias per os limites e som muj pequenas e de pouca rrenda a quall egreia de Gondiãaes tenpo ha que he uaga...» (25).

(23) *Conf.*, fl. 29. Mons. J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais...*, II, p. 254 (1) colocou a falta de clero na base das anexações, embora não exclusivamente. Mencionou, a propósito, a confirmação da igreja de Tenões com a Ermida de Santa Cruz, sua anexa, a Álvaro Esteves (não Álvaro *Rodrigues*), clérigo de ordens menores, outrora raçoeiro de S. Vítor (*Conf.*, fl. 29 v.). Acrescentou ainda que em 8 de Junho de 1458, além da Ermida de Santa Cruz, estavam anexadas a Santa Vaia ou Ovaia — que o mesmo é dizer Eulália — de Tenões, Lageosa, Sobreposta e Espinho (*Conf.*, fl. 202). Reconhece-se quanto as carências de pessoal eclesiástico contribuíram sempre para as anexações. No caso presente, porém, foram razões de ordem económica que motivaram a anexação *para sempre* de Lageosa, Sobreposta e Espinho a Sta. Vaia de Tenões, em 25 de Novembro de 1430. Acontece até que Sobreposta continuava provida de pároco próprio, devendo, por isso, a anexação fazer-se «... per esta guisa que tanto que a dicta egreia de Sobreposta for uaga per morte do abbade que ora della he ou per outro modo que logo aja efeitu a egreia de Tonõoes em ella...» (*Conf.*, fl. 29). Alberto Feio na monografia *Bom Jesus do Monte*, Braga, 1930, pp. 21-23, coloca a origem da Ermida de Santa Cruz nos princípios do séc. XIV e fornece alguns dados da sua história nos sécs. XIV-XVI. A p. 71 diz-nos que estava situada onde agora está o escadório das *Virtudes*, no Bom Jesus do Monte.

(24) *Conf.* fl. 90.

(25) *Conf.*, fl. 98. Em idêntica situação de pauperismo encontravam-se Sta. Maria de Oleiros (*Conf.*, fl. 154), Moimenta de Bouro (*Conf.*, fl. 163), S. Lourenço de Dorrãos (*Conf.*, fl. 102 v e A. D. B., *Rer. Memorabilium*, III, fl. 53) e Gresufe, na terra de Faria. Na carta de anexação de Gresufe a Balazar, datada de Tibães, em 7 de Maio de 1422, embora surtisse efeito só em 27 de Novembro de 1430, escreveu D. Fernando da Guerra que «... ambas iuntas som tam pequenas e de tam pouqua renda que os abbades dellas se nom podem manter assi no temporall como no espiritual e por que fomos certo que a dita igreia de Gresufe nom pode auer por muito que aia mais de quatro ata cinquo moyos e a dita igreia de Balazar pode auer de sete ata outo (*sic*) moyos...» (cf. A. D. B., *Rer. Memorabilium*, I, fl. 195 v). O mesmo prelado anexou a

As situações de pobreza tornam-se, por vezes, clamorosas, como em S. Pedro de Barros, em 25 de Março de 1439 anexada a S. João de Coucieiro, da terra do Deado, porque «...a quall tenpo ha que he uaga e esta muy delapidada e jndiuidade (*sic*) e nenguem nom a queria...» (26).

Neste movimento de anexações a tónica de pobreza é uma constante, quase sempre expressa de forma incisiva e num laconismo impressionante, como a propósito de Santo André de Gondizalves e S. Pedro de Maximinos, em 1 de Agosto de 1453, «.....por anbas serem proues» (27), destacando-se, igualmente, mesmo em redacções mais confusas, como na aplicada a S. Simão de Novais, extinta freguesia da terra de Vermoim, Famalicão, anexa a Santa Maria de Ruivães «...que anbas partem as freeguesias... e que anbas ssom de pouca rrenda que hij ha pouca descrença (*sic*)...» (28).

A par da penúria de meios de subsistência, o despovoamento e o ermamento são motivos frequentemente invocados. Quando se trata de ermamento completo os termos empregados são «erma», «herma» e «despouorada»; nos casos em que a contracção demográfica não atinge o ermamento total é corrente a expressão «muito despouorada».

Entre os casos de ermamento total conta-se Sta. Maria de Penouços, cujo registo de anexação a S. Romão da Ucha, em 10 de Junho de 1431, fornece esta preciosa informação: «...E por que assi he ssem cura e em ella nom ha freegueses nom se ham em ella de dizer outras misas soomente pollo dia do oragoo» (29). As determinações quanto à vida litúrgica e sacra-

---

freguesia de Ardegão à de Freixo «... considerando como he pequena e de pouca renda ao presente per azoo das *guerras e pestenenças* ameude em estes Reinos...» (cf. A. D. B., *Rer. Memorabilium, III, fl. 36)*. A partir destas e de outras afirmações de teor similar, ao falar em paróquias *pequenas* deve pensar-se mais em população diminuta do que em área reduzida. Importa ter isto presente na leitura do mapa em apêndice, pois a concentração de tais paróquias na área entre Ave e Lima documenta a contracção demográfica a nível diocesano, embora seja mais acentuada na região transmontana.

(26) *Conf.*, fl. 92.

(27) *Conf.*, 177 v. O mesmo se diz de S. Martinho de Friestelas (*Conf.*, fl. 204 v.).

(28) *Conf.*, 180 v.

(29) *Conf.*, fl. 31. Este inciso documental permite conjecturar se não terá vigorado prática idêntica desde a invasão árabe até, pelo menos, à fixação da fronteira sul da reconquista cristã no rio Douro, em paróquias de entre Douro e Minho, bem como em outras zonas de população rarefeita e quadros administrativos desaparecidos, na expressão de Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Paris-Lisboa, 1947, p. 254. Penouços é hoje um lugar da freguesia de Cervães. Ver ainda *Conf.*, fl. 85 e A. D. B., *Rerum Memorabilium*, I, fl. 195 v.

mental — neste caso reduzidas ao mínimo — são outras vezes pormenorizadas, por exemplo em relação a S. João de Penselo, onde o pároco da anexante, S. Romão de Mesão Frio, a partir de 8 de Janeiro de 1438 (30), deveria celebrar «de tres em tres domaas, a saber, dous domingos na cabeça e huum na anexa. Uisto como som poucos fregueses e que os sacramentos uenham reçeber aa cabeça. Uisto como he tanto perto e junto. E ouuir as missas aas festas. E que no dia do oragoo da dicta anexa diga alla a missa» (31). Nesta mesma linha, quando, em 1 de Maio de 1439, anexou S. Pedro de Vade ao mosteiro de S. Martinho de Crastos, o arcebispo exigia «...e que seia seruida no spiritual uistos os poucos freegueses della, *a saber,* hi ajem missa aos domingos de Xb em Xb dias e os sacramentos em ella. E por que he perto que as festas vãao as missas dellas ao dicto moesteiro e que seia repairada no tenporall como foi et deue seer etc.» (32).

São frequentes as anexações motivadas quer pela situação de total ermamento, quer pelo reduzido número de moradores em algumas paróquias, considerado insuficiente para justificar a presença de pároco próprio. Na primeira destas circunstâncias se encontrava a de Cerapicos «que he erma» e, por isso, em 11 de Dezembro de 1452, foi anexada «im perpetuum» à de Vimioso, de que era abade Gonçalo Afonso (33). De S. Salvador de Gandarela, na terra de Entre-Ambas-as-Aves, escrevia-se, em 6 de Maio de 1458, «... e uagou muitos anos ha que estaua herma (34); e de S. Tomé de Abambres (*Auamores,* nos documentos), anexada à freguesia de Mascarenhas, ambas da terra de Ledra, consta nas *Confirmações* uma certa melhoria demográfica, a romper a situação de ermamento total, pois «...a quall anexa senpre ataa este anno foe despouorada que se pera sua freeguesia uierom morar iiij° freegueses e que segundo forem e se for pouorando que assy os sirua das missas e lhe de todos seus sacramentos» (35). Neste contexto, «freegueses» não equivale a indivíduos, mas a fogos e observe-se que se trata de um número igual ao que, em Abril de 1440, tinha Sto. André de Gondomar, na terra de Nóbrega, considerado insuficiente para impedir a ruína da igreja, pelo que o pároco

(30) A insistência na apresentação de datas, que, no entanto, foram reduzidas ao mínimo indispensável, obedeceu à preocupação de realçar a persistência dos fenómenos apontados durante este período.

(31) *Conf.,* fl. 85.

(32) *Conf.,* fl. 93.

(33) *Conf.,* fl. 176.

(34) *Conf.,* fl. 200 v.

(35) *Conf.,* fl. 87.

da anexante foi incumbido de a reparar: — «E esta que ora anexou (*Sto. André de Gondomar*) nom tem mais de iiij° freegueses. E a gram tempo que esta uaga por a nenguem nom querer (36). Segundo a fonte principal que temos vindo a utilizar, S. Pedro de Avelanoso na terra de Miranda, apesar de só há bem pouco tempo contar com dez ou doze fogos vivos, foi anexada, em Outubro de 1458, a S. Cibrão de Angueira (37) «...por que partem as freeguesias e som de sua apresentaçom (*do arcebispo*) jm solido a quall anexa he uaga des os tenpos das guerras. E pouco tenpo ha se pouorou hũa a de a herma de X ou XII freegueses. E por nom padecer detrjmento anexou o senhor com as clausulas costumadas» (38). A vaga referência ao tempo das guerras, como termo *a quo* do total despovoamento, obriga-nos a pensar nas mais próximas, ou seja, nas guerras da Independência, oficialmente terminadas pelo tratado de paz com Castela em 1411. As hostilidades haviam cessado em 1399. Tomando com uma boa margem de segurança o ano de 1411 como o início do ermamento — que, no entanto, só se explica em função do período de luta — e admitindo que a expressão «E pouco tenpo ha se pouorou...» traduz, em princípio, um lapso de tempo não superior a um ano, teremos um largo período de 46 ou 47 anos em que a paróquia esteve ermada ou despovoada e, por isso mesmo, vaga (39). Ainda na terra de Miranda, Santa Olalha de Ginzo (hoje *Genísio*) de Paradela, anexa o S. Cibrão de Angueira, em 22 de Novembro de 1459, constitui novo caso de povoamento recente de paróquia erma, «A quall senpre foe despouorada e ora se pouora... E por que assy era herma ha muito que he uaga» (40).

Além dos testemunhos apresentados, comprovativos de que os fenómenos de despovoamento e de ermamento se verificam, em especial, na

(36) *Conf.*, fl. 99.

(37) Nas *Confirmações*, fl. 203, lê-se S. *Simão* de Angueira. É corrupção de S. Cibrão (*Conf.*, fl. 208), hoje S. Cipriano de Angueira.

(38) *Conf.*, fl. 203.

(39) Na peugada de Costa Lobo, este número deveria ser aumentado de mais doze anos, pelo que não é exagerada a nossa dedução. Com efeito, o autor da ***História da Sociedade em Portugal no século XV*** considera a guerra da Independência, cujas hostilidades cessaram em 1399, como um dos factores responsáveis pelo despovoamento do Reino, não só pelas vidas ceifadas, mas também pela redução das potencialidades criativas durante o período de lutas (Costa Lobo, *o. c.*, p. 25). Acrescente-se ainda que durante esse período muitos se expatriaram com o que terá sido particularmente afectado o Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, comarcas onde prodominavam as localidades que tomaram voz por D. Beatriz. Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, parte I*, ed. do «Arquivo Histórico Português», Lisboa, 1915, cap. LXVIII, p. 117.

(40) *Conf.* fl. 208.

região transmontana, convém referir mais dois, igualmente colhidos nas *Confirmações,* sendo o primeiro o de S. Pedro de Montouto, da terra da Lomba, em 29 de Setembro de 1438 anexada a Santa Alha de Vinhais, «...por que anbas partem as freeguesias, a quall egreia de Montouto gram tenpo ha que he herma. E mandou que segundo sse pouorasse e os freegueses fossem que assy a seruisse no spirituall de missas e sacramentos e a rrepairasse no tenporall despois que assy pouorada fosse, como deue seer. E por que nom pagauam lhe quitou ho senhor os da anexaçon. E que paga os hordinarios cada anno» (41). O segundo dá-nos a freguesia brigantina de Dona Chama anexada à de Goide, em 1462, «por que era quasi herma e sse nom achava abbade que em ella quisesse seer confirmado» (42). No intuito de aprofundar o conhecimento desta situação demográfica, vem a propósito recordar que em 1439 a própria cidade de Bragança se encontrava «despouorada e herma», a ponto de só contar 25 dos 150 a 200 vizinhos que antes costumava ter. Por isso, a pedido dos procuradores brigantinos às cortes desse ano em Lisboa, foi instituído aí um couto para cinquenta homiziados, elevando-se oficialmene este número para duzentos, em Julho de 1454 (43). Em 1457, o grau de despovoamento de Podence (*Podentes* no doc.) tinha-se elevado tanto que D. Afonso V transferiu para Miranda o recrutamento dos dois besteiros do conto que devia ser feito naquela povoação (44).

Desnecessário observar que nesta contribuição para um conhecimento mais pormenorizado da situação demográfica à escala diocesana, a documentação eclesiástica destaca a região transmontana, tradicionalmente de população mais rarefeita.

Associando os casos de ermamento e grande despovoamento destas paróquias, ficamos abundantemente documentados sobre a fraca densidade demográfica do arcebispado no tempo de D. Fernando da Guerra, coincidente com o que neste sector se passava em todo o Reino, e a nível europeu, desde a primeira metade do século XIV e se prolongou pela segunda metade do século XV (45).

(41) *Conf.,* fl. 88.

(42) *Conf.,* fl. 227.

(43) A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal,* p. 58.

(44) Costa Lobo, *o. c.,* p. 24, que cita A. N. T. T., *Estremadura,* Livro XI, fl. 167.

(45) O contexto demográfico revelado pelas *Confirmações* levanta fortes objecções à tese de Costa Lobo sobre o aumento *contínuo,* embora *lento,* da população ao longo de todo o século XV (Costa Lobo, *o. c.,* p. 21). Poderá perguntar-se onde colocar, nesse caso, o efeito das pestes, fomes e carestias — e tantas elas foram — verificadas na

A par com a situação de ermamento ou deficiente estado de povoamento de certas paróquias, o *Livro das Confirmações* revela a tendência progressiva de povoamento, à base de transferência de população, e a preocupação do prelado em lhes garantir assistência espiritual. É inserida nesta estratégia, orientada no sentido de reagir contra o despovoamento, que poderemos considerar crónico na região transmontana, que se devem entender as notícias da fixação de quatro famílias em S. Tomé de Abambres (*Auamores*), em 1 de Agosto de 1438 (46), de dez ou doze em S. Pedro de Avelanoso, em Outubro de 1458 (47) e de um grupo indeterminado de novos fregueses, em 22 de Novembro de 1459, em Sta. Olalha de *Guinzo* (*sic*) de Paradela (48), todos considerados pelas *Confirmações* recentemente chegados às referidas localidades. Donde viriam? Quem tomou a iniciativa do repovoamento: o arcebispo ou o rei? São questões a que as fontes não permitem dar resposta. Sabemos, porém, quanto os monarcas do século XV, particularmente D. João I e D. Afonso V, tomaram a peito guarnecer a fronteira portuguesa prosseguindo a política de povoamento através da fundação de coutos de homiziados. Dos onze ao tempo existentes dentro de área da arquidiocese de Braga, à excepção de dois — Celorico de Basto e Mirandela — situavam-se todos ao longo da raia, na província de Trás-os-Montes (49).

A documentação eclesiástica, embora nada revele de uma possível participação activa do Arcebispo na campanha de repovoamento — que, dadas as suas altas funções na corte, por certo, não ignorou — conjugada com a procedente da chancelaria régia, ajuda a apertar a malha das terras

---

centúria de quatrocentos. Para documentar o crescimento populacional no Minho e em Trás-os-Montes, nesse período, o referido autor transcreve a p. 13 da *o. c.* esta passagem colhida das Cortes de Évora de 1475 (A. N. T. T., *Cortes*, maço 2, n.º XIV, fl. 132): «... Depois da conquista de Ceuta, os moradores d'essas duas provincias pagavam, por convenção entre o rei e os concelhos, uma capitação de dez reaes, pelo que ficavam isentos de servirem n'aquella possessão». Em nosso entender, o texto aplica-se à primeira metade do século e prova precisamente o contrário do que pretende o autor. A isenção contratada com o monarca não traduz propriamente um crescimento demográfico nos dois últimos quartéis do século XV, mas constitui apenas uma barreira levantada ao despovoamento progressivo destas comarcas depois da conquista de Ceuta, pretendendo fixar aí as populações.

(46) *Conf.*, fl. 87.

(47) *Conf.*, fl. 203.

(48) *Conf.*, fl. 208.

(49) Humberto Baquero Moreno, *Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa*, sep. de «Portugaliae Historica», vol. II, Lisboa, 1974, pp. 13-63. Além de um texto rigoroso, apresenta um mapa elucidativo.

despovoadas conhecidas nesta vasta arquidiocese. Para esta situação de despovoamento encontram-se várias explicações, válidas, sobretudo, quando correlacionadas entre si, sem com isso enfraquecer o real contributo de cada uma delas em particular. Entre elas, e sem dúvida das mais determinantes, conta-se a peste, ou mais exactamente, a sequência de pestes verificadas já antes e também depois da *peste negra* de 1348 (50), sendo de efeitos mais próximos, imediatos e notórios as do século XV. Não vem para aqui historiar essas epidemias. Convirá, no entanto, salientar, corrigindo Costa Lobo, que desde 1432 a 1495, nem sequer os vinte e seis anos por ele dados como imunes de pestes esteve o país isento de tais flagelos (51). Na verdade, sabemos que a década de 1450 foi duramente causticada por elas, merecendo lugar à parte a de 1453-1454, revelada por Humberto Moreno, que recolhe na resposta dada por D. Afonso V a um dos capítulos apresentados pelos procuradores da vila de Serpa, nas cortes de 1455, a informação de que a população dela tinha descido para menos de um terço do que costumava ser. E os procuradores de Braga nas mesmas cortes dão o rei como bem inteirado «da pestelença que andou em Essa terra em a quall falecerom muitas pessoas das quaes fycaram mujtos beens» (52).

Os motivos de anexação e cláusulas impostas conservam, segundo a diversidade dos casos, uma certa uniformidade e, na concisão própria de registos curiais, levantam problemas que bem merecem a nossa atenção, a fim de lhes encontrarmos a devida explicação. Pensamos, concretamente, nos casos de vacatura prolongada por largos anos, citados quer com rigor numérico, quer por fórmulas imprecisas: «gran tenpo» (53), «muito tenpo» (54), «muitos anos» (55) e «des os tenpos das guerras» (56). Assim, em 29 de Novembro de 1434, afirma-se de S. Salvador de Trandeiras, no couto de Braga, «...que *passa de dez anos* que sta uaga e nom quis nenguem em ella seer confirmado...» (57). Acerca de S. Salvador de

(50) R. Romano e A. Tenenti, *Los fundamentos del mundo moderno*, vol. 12 da col. «História del Siglo XXI», Madrid, 1971, pp. 3, 4 e 7.

(51) Costa Lobo, *o. c.*, p. 22.

(52) Humberto Carlos Baquero Moreno, *A Epidemia de 1453-1454*, sep. da «Revista das Ciências do Homem», Universidade de Lourenço Marques, vol. I, Série A, 1968, p. 6.

(53) *Conf.*, fl. 97.

(54) *Conf.*, fl. 246.

(55) *Conf.*, fls. 215 v., 220.

(56) *Conf.*, fl. 203.

(57) *Conf.*, fl. 57 v.

Vilarinho das Cambas, Famalicão, sabemos que, em 20 de Setembro de 1436, foi anexada para sempre — poderíamos dizer unida, se isto não implicasse a perda da personalidade jurídica — a S. Miguel de Custoias, porque «auja *tres ou quatro* annos que staua uaga» (58). Na terra de Ledra, Sta. Ogenha de Alha acaba por ser anexada a S. Jerónimo de Val de Prados, em 30 de Agosto de 1453, pois «a dicta egreia d'Alha *ha majs de dez annos* que esta uaga» (59). E quando, em 11 de Agosto de 1461, Sta. Maria de Bruçô com a anexa, Sto. Antão de Lagoaça, junto a Mogadouro, passaram a ter pároco próprio na pessoa de João Gonçalves, soube-se que «a quall *mujtos anos ha que he uaga*» (60). O mesmo se dizia em 16 de Dezembro de 1439, de S. Salvador de Barqueiros: «a quall *ha gram tenpo* que esta uaga» e, por isso, passou a ser curada pelo abade de S. Salvador de Fonte Má (61), desde os tempos modernos chamada Fonte Boa.

Como explicação para o estado de abandono em que se encontravam muitas paróquias não pode invocar-se a falta de clérigos, já que várias vezes se afirma que *ninguém as queria* (62), nem a natural falta de zelo decorrente da insuficiente preparação do clero, bem documentada neste livro de registos e a que mais abaixo se dará relevo, mas sim a *pobreza* das mesmas, razão generalizada e fundamental da recusa sistemática de muitos clérigos (63), normalmente inclinados à acumulação de benefícios.

---

(58) *Conf.*, fl. 72 v.

(59) *Conf.*, fl. 178.

(60) *Conf.*, fl. 220.

(61) *Conf.*, fl. 97.

(62) *Conf.*, fls. 204 v., 228 v., 229 v., 230 v., 231 v., 232 v... Entre as paróquias que ninguém queria por serem extremamente pobres podemos referir: Sto. André de Gondomar (*Conf.*, fl. 99), S. Martinho de Friestelas (*Conf.*, fl. 204 v.), Sto. André de Sobrado (*Conf.*, fl. 204 v.), Sta. Comba de Monte Longo (*Conf.*, fl. 228 v.), Santiago de Negrelos (*Conf.*, fl. 230), S. Martinho de Ferreiros, S. Miguel de Ferreiros, S. Gião de Covelas (*Conf.*, fl. 230), S. Salvador de Padim (*Conf.*, 231 v.), Sta. Maria de Amares (*Conf.*, fl. 232 v.). Sta. Maria da Torre (*Conf.*, fl. 232 v.)... Podemos acrescentar que o pauperismo generalizado, em larga escala responsável pelo movimento de anexações já documentado, levou alguns padroeiros a solicitar ao prelado a anexação de vários benefícios. Assim procederam os padroeiros de S. Vicente de Freixeadelo, que abdicaram do padroado e o doaram ao arcebispo (*Conf.*, fl. 101 v.), o administrador do mosteiro de Fonte Arcada em relação a Santiago de Calvos (*Conf.*, fl. 114) e o Duque de Bragança quanto a Santiago de Cerzedo (*Conf.*, fl. 172).

(63) *Conf.*, fls. 228 v., 230, 232 v... Nas *Confirmações* encontrámos várias vezes a pobreza apontada como causa canónica para se proceder à redução de mosteiros a igrejas seculares. Mons. J. A. Ferreira, *Fastos...*, II, p. 253, aludiu ao facto.

A manifesta incapacidade de muitas paróquias para garantir a côngrua sustentação de pároco próprio levava o prelado a reconhecer que não lhes podia destinar qualquer clérigo «sem grande seu obpoblio» (*sic*) (64), isto é, condenando-o a viver miseravelmente. Só assim se compreendem tão longos períodos de vacatura, que o arcebispo na sua constante itineração através da diocese, por certo, não ignorava.

No panorama geral das anexações ocupam lugar relevante as feitas a mosteiros e outras instituições eclesiásticas. São, em princípio, devidas a razões de natureza económica, perfeitamente compreensíveis no quadro da recessão que flagelou a Europa de 1330 até 1450 — se não mais tarde ainda — e estava em franca aceleração da curva descendente durante o arcebispado de D. Fernando da Guerra (65). Não se trata de casos isolados, mas de uma prática generalizada imposta pela necessidade de auxílio material, facto que nos ajuda a definir o estado de várias instituições eclesiásticas.

A esta crise económica não escaparam, pois, os próprios mosteiros, cujos recursos baixaram em proporções consideráveis (66). Sendo a agricultura a principal fonte da riqueza monástica, os rendimentos haviam de ressentir-se necessariamente da falta dos braços dos irmãos leigos (67); uma vez que no contexto da crise económico-demográfica geral os mosteiros se esvaziavam (68) e o recurso a jornaleiros, quando os havia, encarecia a produção (69).

(64) *Conf.*, fl. 29.

(65) *Hist. de l'Église*, dirig. por Fliche-Martin, vol. 14, t. I, pp. 298-300; F. Rapp, *o. c.*, pp. 272-273.

(66) *Hist. de l'Église*, dirig. por Fliche-Martin, vol. 14, t. I, p. 301.

(67) *Hist. de l'Église*, dirig. por Fliche-Martin, vol. 14, t. I, p. 302; F. Rapp, *o c.*, p 273.

(68) As *Confirmações* oferecem-nos vários exemplos de nomeações de abades e priores de mosteiros, feitas *auctoritate ordinaria* pelo arcebispo D. Fernando da Guerra, porque não havia monges que elegessem. Assim procedeu em relação ao mosteiro de S. Torquato, em 9-9-1451, confirmando-o a Vasco Afonso, cónego de S. Simão da Junqueira: «... e de seu pastoral oficio lho confirmou ssem eliçom por que ao presente hy nom aulam nenhum coonigo nem conuento per que podesse sser enlegido» (*Conf.*, fl. 165. Cf. ainda *Conf.*, fl. 178 v.). Não se indicam razões desta situação. Poderemos, no entanto, admitir que, além do estado de decadência geral da vida religiosa, as pestes do século XV tiveram grande influência na redução dos efectivos humanos monásticos. Isto apesar de não serem conhecidos casos tão dramáticos como alguns originados pela *peste negra* (cf. Iria Gonçalves, *Consequências demográficas da Peste Negra*, em *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo*, tomo I, «Bracara Augusta», vol. XIV-XV, Jan.-Dez., 1963, p. 218).

(69) *Hist. de l'Église*, dirig. por Fliche-Martin, vol. 14, t. I, p. 302.

Para de algum modo lhes acudir, recorreu o arcebispo ao expediente de lhes anexar paróquias, que deviam curar, assistindo-lhes, ao mesmo tempo, o direito de arrecadar os respectivos proventos. Por esse motivo, em 12 de Junho de 1437, a freguesia de S. Clemente de Sande foi anexada ao mosteiro de Sande, «Visto como he *pobre e defraudado* das rendas que ja em ell ouue em outro tenpo. E como a dicta igreia jaz junto com elle...» (70), sendo, por isso, fácil aos monges curá-la convenientemente. Mais tarde, em 7 de Fevereiro de 1466, anexou S. Martinho de Vila Fria, Viana, ao mosteiro de S. Romão de Neiva, «...vista a *pobreza* do dicto moesteiro» (71). Estes dois exemplos constituem singela amostra documental duma realidade vasta e complexa, existente à dimensão diocesana e amplamente testemunhada pelo *Livro das Confirmações*. Deste expediente beneficiaram todos os mosteiros masculinos e femininos, os cabidos da Sé e das colegiadas, bem como seus capitulares e dignidades, nominalmente descriminados. Nesta linha, o *Livro das Confirmações* motiva assim a anexação, em 8 de Julho de 1438, de S. Martinho de Avidos, no arcediagado de Vermuim, à conesia que Fernando Afonso, bacharel em leis e vigário geral, tinha na Sé de Braga: «...por que he homem a que conuem manter despesa a qual condetenter (*sic*) nom pode soportar per a dicta coonisia e sua prebenda» (72).

Antes de encerrar estas nótulas sobre a anexação de benefícios adentro do clima de pauperismo vivido pelas gentes e instituições diocesanas e monásticas no tempo de D. Fernando da Guerra — imagem fiel da vida nas zonas rurais portuguesas — recordarei ainda que, em 3 de Março de 1439, foram por ele anexadas ao cabido de Braga as igrejas de Santiago de Amorim, S. Nicolau de Carrazedo de Montenegro e S. Salvador de Pena «...por quanto o fazia por a pobreza que o dicto cabido tijnha e por seruiço de Deus e ofiçios diujnos nom serem mjnguados em a dicta sua egreia» (73). Acrescentando ao exposto que já em 1433, por ocasião da visitação feita à Sé, o mesmo prelado tinha verificado que a exiguidade das rendas estava na base do absentismo de muitos capitulares e terçanários, e, por isso, se viu obrigado a reduzir o número de terçanarias de doze para oito e o dos canonicatos de quarenta e quatro para trinta, a fim

(70) *Conf.*, fl. 79 v.
(71) *Conf.*, fl. 245.
(72) *Conf.*, fl. 86 v.
(73) *Conf.*, fl. 90 v.

de melhorar as rendas aos restantes (74), teremos que concluir que nem sempre corresponde à verdade histórica a apregoada riqueza dos mosteiros e alto clero, nele integrados os cabidos, em contraste com a notória pobreza do chamado baixo clero, essencialmente constituído por párocos e capelães, convindo matizar a afirmação genérica de que o clero é classe privilegiada... Pelo menos nesta altura a documentação eclesiástica de Braga, a nível económico, não revela tal situação. Pode-se mesmo afirmar que no contexto geral do país este estado de coisas se mantinha ainda na segunda metade do século XVI (74a).

A esta aflitiva situação económica nem sequer escapou o próprio arcebispo que viveu largos anos endividado e a crédito, vendo-se mesmo obrigado a arrendar os frutos da mesa episcopal, no mínimo durante um triénio, para liquidar débitos à cúria romana, a credores bolonheses e portugueses (75), alguns dos quais com influência directa na vida diocesana (76), sem esquecermos as dívidas aos Medicis de Florença (77). A autorização para se proceder ao arrendamento foi-lhe concedida por Martinho V, em Florença, por bula datada de 1 de Maio de 1420 e transcrita no contrato de arrendamento (78). Por este documento ficamos a saber que pelas rendas do triénio não houve quem desse mais do que as «doze mjll coroas de justo pesso e de boom ouro do cunho del Rej de França» oferecidas por João Gomes da Silva e seu filho, Aires Gomes da Silva, que «eram huuns dos principais credores a que o dicto senhor Arcebispo he obrigado». Entre os credores portugueses contava-se também Gonçalo Pereira, sobrinho de João Gomes da Silva (79), com quem D. Fernando da Guerra veio a ter um difícil e longo pleito por causa do couto de Erve-

---

(74) A. D. B., *Gaveta das Dignidades e Cónegos*, n.º 54; Mons. J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais...*, II, p. 254.

(74a) J. S. Silva Dias, *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (sécs. XVI-XVIII)*, Coimbra, 1960, vol. I, p. 39.

(75) A. D. B., *Bulas*, cx. 4, s/n.

(76) Dos credores portugueses, de momento, conhecem-se os nomes dos arrendatários João Gomes da Silva e seu filho, Aires Gomes da Silva, e ainda o de Gonçalo Pereira. Pelas *Confirmações* sabemos que os três eram padroeiros na arquidiocese. Sobre os padroados de João Gomes da Silva cf. *Conf.*, fls. 10 v., 38, 246; de Aires Gomes da Silva, cf. *Conf.*, fls. 65, 123, 135; de Gonçalo Pereira, cf. *Conf.*, fls. 50 v., 87 v., 195, 195 v.

(77) A. D. B., *Colecção Cronológica*, caixas 21, 23 (dois docs.) e 31, em todas s/n.

(78) A. D. B. — *Bulas*, cx. 4, s/n.

(79) A. D. B., *Bulas*, cx. 4, s/n.

dedo (80). A situação deficitária em que o metropolita se encontrava levou-o a solicitar também de Martinho V dispensa de visitar pessoalmente a diocese e província bracarense, fazendo-o, no entanto por seus delegados, que deveriam recolher os direitos em tais circunstâncias a ele devidos, sendo benevolamente atendido pelo pontífice. Fundava a súplica na necessidade de restringir as despesas que se fariam se realizasse pessoalmente a visitação. É que só a poderia fazer «manu armata et cum maxima comitiva ac magnis sumptibus et expensis», atentas as dificuldades que os poderosos e nobres lhe levantavam por ele defender as liberdades e direitos da igreja de Braga. A súplica começa por fazer sentir ao pontífice a imperiosa necessidade de contracção de despesas e de austeridade económica para se libertar das dívidas contraídas quando estudante em Bolonha e em Pádua e quando estagiou na cúria romana (81). É curioso verificar que apesar de toda esta boa vontade de pôr fim à situação de insolvência mais de quarenta anos depois, alguns credores italianos ou seus herdeiros ainda tinham as contas em aberto, segundo podemos deduzir das disposições testamentárias estabelecidas por D. Fernando da Guerra. Estas disposições são tanto mais importantes quanto é certo que nos revelam o nome de algumas pessoas ilustres com quem ele contactou em Bolonha e Pádua nos seus tempos de estudante, bem como as quantias que lhes ficou a dever. Pelo testamento vemos também que esteve relacionado com pessoas dos mais elevados estratos das sociedades bolonhesa, paduana e veneziana do primeiro quartel do século XV. O valor social destas observações não diminui pelo facto do Arcebispo empregar duas vezes a expressão «presumo ser devedor». Pela sua importância aqui se transcrevem na íntegra as citadas disposições testamentárias. «Ittem mando que per caybo (*os testamenteiros*) enujem a Bolonha a Lodoujco della Serpe ou a sseus herdeiros cem ducados, pago per canbo que fiz com Joham *Gidetis* (?). Ittem mandem a Padua aos herdeiros de micer

---

(80) Mons. J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais...*, II, pp. 255-258. No A. D. B. há documentação inédita abundante sobre este assunto.

(81) António Domingues de Sousa Costa, *Estudantes Portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na Primeira Metade do Século XV*, in «Arquivos de História da Cultura Portuguesa», vol. III, n.º 1, p. 21; A. D. B., *Col. Cronol.*, cx. 21, s/n. Martinho V respondeu favoravelmente a esta súplica pelas bulas: *Devotionis tuae*, dirigida ao suplicante (A. D. B., *Bulas*, cx. 4, s/n. e *Rerum Memorabilium*, I, fl. 82), *Probata venerabilis*, dirigida ao bispo de Lamego e outros, (A. D. B., *Bulas*, cx. 4, s/n.) e *Humilibus supplicum*, nomeando o bispo de Tui executor apostólico (A. D. B., *Bulas*, cx. 4, s/n).

Patroximo doutor cidadão que presumo ser lhe deuedor em CL^{a} ducados. Ittem mandem a Veneza CL^{a} ducados que presumo ser deuedor a huum caualeiro gentil homem dhi em cuia casa pousey» (82). Esta última disposição contém a única referência até agora conhecida da estadia do jovem Fernando da Guerra em Veneza. Cumpre ainda anotar que o testamento em causa foi iniciado, particularmente, em 1462 e oficialmente terminado perante o notário e testemunhas em 14 de Junho de 1467, três meses e meio antes da morte do testador.

II

O *Livro das Confirmações* demonstra também como o arcebispo estava atento à prática de abusos e os procurava eliminar. É mais uma prova de que não descurava o bem espiritual da sua diocese, velava pela disciplina eclesiástica e não pactuava com infracções ao direito. Disso dão claro testemunho as numerosas privações de benefícios diversamente motivadas.

A análise da série de causas que o moveram a agir com tanta energia ajuda a esclarecer a situação diocesana no sector eclesiástico. De modo geral, privações houve-as durante todo o período do arcebispado de D. Fernando da Guerra abrangido pelas *Confirmações:* 1423-1467. Uma vista ao quadro cronológico das mesmas revela que foram mais frequentes nos períodos de 1427-1431, 1449-1452 e 1461-1464. De 1432 a 1448 contam-se apenas sete, distribuídas por cinco anos, e não é por acaso que tal acontece. Já vimos que até 1442 o arcebispo visita constantemente a arquidiocese, voltando com frequência às mesmas localidades. Imprimindo determinado ritmo à sua acção pastoral era mais fácil eliminar os abusos existentes e obstar à manifestação de outros. O aumento verificado de 1449 a 1452 situa-se no período da sua maior ausência. Sabemos pelas listas de *matrículas de ordens* que de 1443 a 1457 houve, todos os anos, pelo menos quatro ordenações gerais com numerosos candidatos, sobretudo a ordens menores. Não se estranhará, por isso, que entre os efectivos eclesiásticos, agora aumentados, surjam mais transgressões e correspondente repressão. Por outro lado, as privações feitas denotam que o aparelho administrativo diocesano colaborava com o arcebispo e estavam dispostos a lutar por corrigir tudo o que atentasse contra a disciplina. Note-se que desde o concílio de Constança (1414-1418) se insistia na

(82) A. D. B., *Gaveta dos testamentos,* n.º 68.

necessidade de reforma na Igreja, em especial no sector eclesiástico. O Concílio de Basileia (1431-1437), apesar das dissidências que o agitaram, e depois o de Ferrara-Florença, muito preocupado com a união dos Orientais, não descuraram o tema da *reforma,* que vai ser empreendida energicamente por Pio II. Da reforma geral do clero em Portugal foi incumbido pelo Papa, em Dezembro de 1460, D. Luís Pires, bispo do Porto ([83]), que, em 1468, havia de suceder a D. Fernando da Guerra na cátedra bracarense. Estamos de posse de documentos inéditos reveladores da decidida acção reformadora iniciada na arquidiocese de Braga ([84]) a partir de 1459. Neste contexto, são muito significativas as privações, relativamente numerosas de 1461 a 1464, período durante o qual já D. Fernando da Guerra se não ausenta da diocese. Com estas observações podemos entrar na apreciação das causas que as motivaram.

Vários clérigos são privados dos benefícios por se não terem promovido a ordens sacras. O direito eclesiástico da época permitia que minoristas fossem confirmados em benefícios com ou sem cura de almas, impondo-lhes, no entanto, a obrigação de em devido tempo ascenderem a ordens sacras, incluindo o presbiterado, a fim de tornar eficiente a cura pastoral. Isto explica que tenham sido confirmados em paróquias indivíduos minoristas sem instrução conveniente, aceitando, sob juramento, a obrigação de dentro de um ano aprenderem bem a ler e a cantar ([85]).

([83]) A. D. B., *Gaveta de Notícias Várias,* n.º 56.

([84]) A. D. B., *Bulas,* cx. 5, s/n. Na *Col. Cronológica,* cx. 30, encontram-se vários documentos s/n.

([85]) Pelas *Confirmações* sabemos que, nestas circunstâncias foi confirmada a Gil Afonso, em 27 de Abril de 1426, a paróquia de S. Bartolomeu da Esperança, na terra de Vieira, (*Conf.,* fl. 11); e em 15 de Maio seguinte, a de Sto. Adrião de Padim, no couto de Braga, era atribuída a Afonso Martins (*Conf.,* fl. 11 v.). Um documento datado de Mancelos, em 19 de Agosto de 1433, esclarece que, apesar de o presbítero João Anes não saber ler nem escrever, D. Fernando da Guerra lhe confiou a paróquia de Sto. Estêvão de Urgeses, Guimarães, por ser «de honesta e laudavil conuersaçom e boa fama»... (Arq. Mun. Alfredo Pimenta, Guimarães, *Pergaminhos,* p. 88; «O Archeol. Português», I série, vol. XII, Jan.-Abril, 1907, n.ºs 1 a 4, p. 83, doc. CCLIII). O segundo destes casos foi apresentado, pela primeira vez, por João Pedro Ribeiro (*Reflexões Históricas,* II, Coimbra, 1836, p. 178); Fortunato de Almeida cita-o também (*Hist. da Igreja em Portugal,* 1.ª ed., vol. II, Coimbra, 1910-12, pp. 64-65; na 2.ª ed., vol. I, Porto, 1967, p. 305) para de seguida o considerar «... não só como índice do baixo nível cultural do clero medieval português, mas também como o mais elucidativo exemplo da falta de escrúpulo na collação de benefícios parochiais». Os exemplos acima referidos são casos limites, que, por mais típicos que se pretendam, só por si,

As facilidades na aquisição de benefícios por minoristas eram muitas vezes reforçadas por dispensas apostólicas, não faltando os que se alistavam no estado clerical só para receberem benefícios e prebendas. «O próprio Direito favorecia tal estado de coisas, com a permissão de clérigos apenas de ordens menores, que excluíam, de princípio a ascenção às ordens sacras. Outros até pediam aos papas faculdade de obterem benefícios a que andava ligado o ónus das ordens sacras, isentando-os da obrigação de as receberem. Alguns chegavam mesmo a casar, como lhes permitia o estado de simples clérigos de ordens menores. E nós vamos encontrar não

---

não permitiriam uma generalização apressada. A carta de confirmação de Sto. Estêvão de Urgeses a João Anes deixa bem claro que se trata de uma excepção ao disposto numa constituição do arcebispado, aqui transcrita em parte: «... que nenhum nom possa seer provido das egrejas parochiaes ou capellas senom aquelle que souber leer e cantar e entender ao menos quanto ao pee da lettra, pera elle poder teer e receber licitamnte a dicta greja ou capela nom embargante a dicta constituiçom como dicto he porque nós achamos o dicto Johane Annes por delligente inquiriçom elle seer de honesta e laudavil conversaçom e boa fama e assaz bem responder dos sacramentos ecclesiasticos» (Cf. *O Arch. Port.*, I série, vol. XII, p. 83). Esta constituição sugere a existência de abusos a erradicar; no entanto, o facto de Fortunato de Almeida só ter conhecido um caso — e em segunda mão — e as diligências feitas antes da colação de Sto. Estêvão de Urgeses — e certamente antes das outras duas colações — não autorizariam, em nosso entender, a falar tão dogmaticamente de «elucidativo exemplo de falta de escrúpulo na collação de beneficios parochiais». Acontece, porém, que não faltam documentos a inculcar a existência de uma vasta camada de clérigos incultos e semi-analfabetos no seio da classe, praticamente ainda detentora do monopólio do ensino. Entre eles um coevo dos casos citados, reveste características nacionais e têmo-lo numa passagem da célebre *carta de Bruges*, em que o Infante D. Pedro, depois de aludir aos inconvenientes decorrentes do facto de muitos entrarem na clerezia sem intenção de ascender a ordens sacras, afirma: «... E se os prelados em esto não quisesem acordar, *ao menos fação muito que nom dem ordens sacras a nhũa pesoa que não sayba falar latim;* por que segundo vy e ouuy dizer a outros, fora nas terras despanha he auido por grande mingoa e mais pertencentes serem ordenados». (Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. III, Lisboa, 1969, pp. 312). O outro situa-se no âmbito diocesano e garante-nos que não eram raros os casos desta natureza. Com efeito, no Regimento da chancelaria bracarense, actualizado pelo arcebispo em 1464, consta esta verba: — «Item da despensaçom acerca dos que nom sabem gramatica nom leuem chancelaria senom hũa uez, posto que depois aja mujtos beneficios e pagara hũa dobra mais por hũa uez soomente (A. D. B., *Col. Cronol.*, cx. 31, s/n).

As constituições de D. João Ferraz para o bispado de Tui na parte de Portugal são expressivas quanto a idêntica situação, neste particular, entre Minho e Lima, quando ordenam «... Por que achamos per certa enformaçom que alguuns reitores e sacerdotes ssom ynorantes e nos oficios deujnos cellebrar, speçialmente em leer a

poucos estudantes portugueses, casados *cum muliere virgine,* solicitando dos papas providências para as despesas dos seus estudos, mediante concessões de benefícios» (86). Um parágrafo do Regimento da chancelaria bracarense elucida-nos sobre as faculdades ainda concedidas, à escala local, aos clérigos estudantes, numa altura em que *clericus* já está muito longe de ser sinónimo de *scholaris:* — «Item quanto he aas cartas de lecença pera hir a estudo e despençom *ad septenjum* que se nom promoua a ordeens sacras se nom aas d'epistola, nom pague mais dhũa dobra cruzada e o scripuam XX rreais» (87).

No elenco dos privados por não ascenderem a ordens sacras conta-se, segundo um registo datado de 9 de Março de 1435, João Gil, abade de S. Miguel de Roriz, no arcediagado de Neiva, «por quanto foy achado que a nom possuia debidamente nom teendo canonico termo para poder pusuir nem hõrdẽens conpridas como lhe conuijnha» (88). A obrigação de receber ordens sacras impendia de forma especial sobre os que tinham cura de almas. Neste sentido é elucidativo o que se passou, em 4 de Julho de 1458, com Gonçalo Pinto, antigo estudante em Salamanca e agora cónego da Sé de Braga e abade de Brito, na terra de Vermuim. Verificando o arcebispo que ele não recebera as ordens sacras no prazo fixado por direito, procedeu contra ele de forma um pouco estranha: considerou vaga a paróquia de Brito — «a qual uagou por se nom promouer o dicto Gonçalo Pinto a ordens sagras no thermo do direito» — e anexou-a à conesia do mesmo Gonçalo Pinto, anexação válida somente em vida do referido capitular (89). Outrem asseguraria a cura pastoral, enquanto o antigo estudante salmantino continuava num benefício isento de tal encargo a perceber os frutos paroquiais. Fortes razões teria o prelado para tomar uma

---

ssacra pella guisa que deuem e som teudos de fazer. Porem estabellecemos e ma<n>damos em uirtude d'obediençia e ssob pena d'excomunhom a todos os sacerdotes specialmente aquelle (*sic*) que ham cura d'almas que de todo em todo aprendam os sacramentos specialmente que bem e uerdadeiramente leam a ssacra...» (A. D. B., *Col. Cronol.*, cx. 30, s/n). Através das constituições de vários bispados e de outra documentação poderíamos seguir esta situação até aos tempos pós-tridentinos, mas não é esse o nosso propósito.

(86) António Domingues de Sousa Costa, *Doutoramento em Leis na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares, Deão de Viseu, depois bispo de Silves,* em «Itinerarium», Ano IV, n.º 21, Julho-Setembro, Braga, 1958, pp. 342-343.

(87) A. D. B., *Col. Cronol.*, cx. 31, s/n.

(88) *Conf.*, fl. 60 v.

(89) *Conf.*, fl. 201-202.

decisão, aparentemente, desconcertante. Registe-se que não estamos em presença de caso único (90).

A má conduta dos beneficiados é igualmente causa de frequentes privações. A partir das *Confirmações* não podemos adiantar muito na investigação deste aspecto, porque, geralmente, nos apresentam essa causa de forma velada dizendo que foi «por certos excessos e crimes que cometeu» (91) ou simplesmente «por seus desmerecimentos» (92). Casos há em que se acrescenta que se trata de privação judicial «segundo o modo e forma contida na sentença que (*por exemplo*) contra Gomes Gil ultimo abbade della (*Sta. Maria de Nuzelos, terra de Ledra*) foe dada» (93). Outras vezes, além de se falar dos desmerecimentos e crimes determinantes da privação judicial, acrescenta-se que o réu «se ausentou dela por eles (*desmerecimentos*) grande tenpo». Assim aconteceu com Rodrigo Anes, abade de Sta. Leocádia de Geraz, Aguiar de Neiva (94).

O absentismo é a causa mais generalizada de privações, totalizando dezassete o número de casos verificados ao longo do período de quarenta e três anos coberto pelas *Confirmações*. Se fizermos um confronto com a diocese de Liège, Bélgica, onde o absentismo do clero paroquial foi estudado por J. Absil (95) com base em documentação específica, poderemos ser levados a concluir que o absentismo na arquidiocese de Braga é irrelevante. Observe-se, no entanto, que estamos perante casos extremos, característicos, sem dúvida, mas cujo número não permite vislumbrar o grau exacto de absentismo, até certo ponto *institucionalizado* também na

---

(90) Por idêntico motivo verificaram-se mais estas privações:

Nome:	Freguesia:	Data:	Fonte: *Confirmações*
João Pais Peixota	S. Lourenço de Touvedo (Nóbrega)	25/1/1427	fl. 14 v.
Gonçalo de Barros	Ig. de Bravães (Nóbrega)	10/4/1455	fl. 191
Pedro Anes	S. Miguel de Lavradas (Nóbrega)	23/2/1462	fl. 225
Fernando Afonso	Sta. Marinha de Paradela	22/8/1461	fl. 220.

(91) *Conf.*, fl. 238.

(92) *Conf.*, fl. 169.

(93) *Conf.*, fl. 233 v.

(94) *Conf.*, fl. 247.

(95) J. Absil, *L'absentéisme du clergé paroissial au diocèse de Liège au XV^e siècle et dans la première moitié du XV^e*, in «Revue d'Histoire Ecclesiastique» (1962), tomo I, pp. 5-44.

arquidiocese de Braga, como se deduz do articulado do Regimento da chancelaria, de 1464: — «Item quanto he aas cartas de rresidencia per que os beneficiados som escusos per algũas causas legitimas de taaes beneficios per que podem viuer paguem ij^{c} rreais por huum anno. E se os beneficios forem pobres per que nom possam viuer e teuerem capellas ou beneficios sem cura hi junto de gujsa que todo possam manter e gouernar nom paguem cousa algũa. E o scriptuam aja XX rreais» (98). Faltam-nos os registos dessas *cartas de residência* para podermos fazer o levantamento da panorâmica absentista diocesana. Pode-se, no entanto, admitir, de acordo com a provisão de 18 de Maio de 1461 (98a), que para além dos casos autorizados havia outros meramente abusivos que ou não foram conhecidos ou sendo-o não justificavam a perda do benefício, ou então, faleciam as forças para impor drástico correctivo...

As fontes documentais consultadas por J. Absil para o estudo sobre *o absentismo do clero paroquial na diocese de Liège no século XV e na primeira metade do século XVI* revelaram, paralelamente à prática da concessão de dispensa da lei de residência, o recurso à substituição do ausente nas suas funções. Pretendia-se, deste modo, atenuar as nocivas consequências decorrentes das ausências autorizadas (97). À não residência são associadas, uma que outra vez, novas e poderosas razões de privação. Tal aconteceu, por exemplo, com Rui Gomes, privado de S. Cristóvão de Lordelo, terra de Sousa, por não fazer residência pessoal como era obrigado por lei geral e por não pagar os direitos ordinários por longo tempo e andar, por isso, «liado da moor excomunhom e sseendo irregular e perjuro» (98). Mas não é raro ver associadas ao motivo da não residência expressões que nada esclarecem: «...e desenparou de todo a cura dos freegueses *e por legitimas causas*» (99).

As consequências do absentismo prolongado afloram uma vez ou

---

(98) A. D. B., *Col. Cronol.*, cx. 31, s/n.

(98a) A. D. B., *Col. Cronol.* cx. 30, s/n.

(97) Embora a documentação de Braga seja omissa, é de presumir que algo de semelhante se passasse entre nós, mas só o teor das *cartas de residência* nos poderá elucidar devidamente, se alguma aparecer avulsa. Livro de registo das ausências autorizadas é que não haveria — ao contrário do que se verificava em Liège — conforme se pode deduzir do facto de o IV Concílio de Braga, realizado em 1566, decretar a obrigatoriedade de tais registos e prescrever normas concretas tendentes a garantir a eficácia desta medida (cf. *Concilium Provinciale Bracarense IIII*, Actio III, cap. 7, 1.ª ed., Braga, 1567).

(98) *Conf.*, fl. 254.

(99) *Conf.*, fl. 232.

outra nas *Confirmações*. A propósito diz-se que a paroquial de S. Cristóvão de Candemil, Gestaçô, e seus fregueses «padeciam grande detrimento no spirituall e temporall» (100). E a ausência prolongada de João Afonso, pároco de Sta. Eufémia, terra de Guimarães, fez com que a igreja chegasse à ruína (101).

A lei da residência não era infringida só pelos párocos rurais. Transgrediam-na igualmente cónegos (102), terçanários da Sé (103) e simples capelães, como o da capela-mor do mosteiro de Refojos de Basto (104).

A posse de benefícios incompatíveis devia estar generalizada, segundo se deduz de um registo respeitante à paróquia de S. Salvador de Cervães, de que foi privado João de Abreu, esclarecendo-se que fica vaga porque «...auendo o dicto senhor (*arcebispo*) per certa confirmaçom que alguuns beneficiados do dicto arçebispado tinham e possuiam dous ou mais beneficios jnconpatibees o que he contra o direito e querendo elle proueer ssobrello como he theudo mandou publicar ssuas cartas que a certo termo e termos viessem mostrar quaeesquer titollos ou dispenssaçõees que pera ello teuessem, os quaees passados e nom os mostrando auja as dictas egreias por vagas e ficassem a ssua disposiçom como o direito quer pera delas prouer aos quaees termos muitos nom vierom mostrar titollos que dello teuessem antre os quaees Joham d'Aaureu arcediago do Couto que ataa ora possyu a dicta egreia de Ceruãaes que he beneficio curado e jnconpatibell com o dicto arcediagado» (105). Do mesmo modo, e por igual motivo, procedeu o arcebispo contra Pedro Afonso, abade de Ama-

---

(100) *Conf.*, fl. 237 v.

(101) *Conf.*, fl. 220. A multiplicidade de casos idênticos levou o arcebispo a publicar, em 18 de Maio de 1461, uma provisão contra os abades e reitores absentistas *sem causas legitimas* (cf. A. D. B., *Col. Cronol.*, cx. 30, s/n; P.e Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização de diocese de Braga*, Coimbra, 1959, vol. I, p. 289). No verso do documento há três autos da sua publicação *à porta principal de Sta. Maria da Oliveira de Guimarães*, na igreja de Barcelos e na de Ponte de Lima, respectivamente em 20, 21 e 23 desse mês. Exemplares da mesma provisão seriam enviados, como de costume, a outros centros importantes das *terras* da arquidiocese. Não é fácil prever os resultados imediatos desta disposição legal, pois o já referido aumento de privações entre 1461 e 1464 deve-se a motivos diversos e emenda, se a houve, terá sido pouco mais que momentânea, como se pode deduzir das *Constituições* de D. Luís Pires (A. D. B., *Ms.* 871), citadas pelo P.e A. de J. da Costa, *o. e l. c.*

(102) A. D. B., *Gaveta das Dignidades e Cónegos*, n.º 54.

(103) *Conf.*, fls. 31, 97, 171.

(104) *Conf.*, fl. 90.

(105) *Conf.*, fl. 169 v.

rante, porque não apresentou título de dispensa para possuir Sto. Isidro de Sanchede, incompatível com Amarante (106).

A estas causas temos que associar os casos de simonia (107), de falta de dispensa para os filhos de clérigos serem providos em benefícios (108), de homicídio voluntário (109) e até razões de ordem política (110). Por este último motivo, em 27 de Junho de 1449, foi Lourenço Afonso privado da sua conesia na Colegiada de Guimarães, mais concretamente, «por seer na morte dos ginetarios del Rej em Alcoentrinho e depois na batalha» de Alfarrobeira (111), lutando pelo ex-regente, Infante D. Pedro, contra o Rei. O mesmo registo dá o capitular vimaranense como «criado de Rui da Cunha» (112), que, em 19 de Abril desse ano, se viu substituído no priorado da Colegiada da Sra. da Oliveira por Afonso Gomes de Lemos, «fidalgo da casa del Rey» (113). Temos assim que, para além da relação jurídico-canónica entre eles anteriormente existente, os referidos ex-prior

---

(106) *Conf.*, fl. 170 v.

(107) *Conf.*, fls. 238, 251 v.

(108) *Conf.*, fl. 38. Assim aconteceu com o filho do abade de S. Clemente (de Basto).

(109) *Conf.*, fl. 170 v.

(110) *Conf.*, fl. 148 v.

(111) *Conf.*, fl. 148 v.

(112) *Conf.*, fl. 148 v.; H. B. Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira — Antecedentes e Significado Histórico*, pp. 461 e 1031.

(113) *Conf.*, fl. 147. A privação de Rui da Cunha está documentada também no A. S. V., *Regestum Suplicationum*, vol. 456, fls. 157-158, citado por H. B. Moreno, *A Batalha da Alfarrobeira...*, p. 1032. A Colegiada não beneficiou com a substituição, segundo consta da carta de D. Fernando da Guerra, datada de Mancelos, em 29 de Julho de 1459, enviada a Fernando Afonso, que trata por *amigo*, convidando-o a aceitar o cargo de recebedor da Colegiada, cargo que o prelado, na sequência de uma visitação recentemente ali feita, decidiu transferir para um leigo, já que «se ambos o recebedor e o escrivão fossem conegos da dita igreia com receo do prior nom ousarião de fazer como deuiam». O recebedor deveria recuperar as somas de que o prior Afonso Gomes de Lemos se tinha apoderado indevidamente, deixando a igreja ir à ruína. O arcebispo é explícito: «... achei que o Prior des que ouue (*sic*) o Priorado ata ora que som dez annos nunca despendeo cousa em corregimento da dita igreia pera a qual som apontados d'antigamente quatrocentas livras de boa moeda antiga e as duzentas se hão d'apartar das rendas do Prior e as outras duzentas das rendas do Cabido segundo se ora pagão monta em elles outo mil reaes em cada hum anno, vinte reaes por livra, as quoaaees nom deve receber o prior por que non som suas mas da fabrica, e *em estes dez annos recebeo sempre o dicto prior estes dinheiros em que monta, outenta mil reaes...*» (cf. A. D. B., *Rer. Memorabilium*, III, fl. 125 v.; Mons. J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais...*, II, pp. 274-275; «Rev. de Guimarães», vol. XV, n.º 3, Julho, 1898, p. 110).

e capitular continuavam unidos pelo ideário político, militando ambos no partido adverso ao jovem Rei. A sanção canónica, por motivos políticos aplicada a Rui da Cunha, «clérigo fidalgo, criado do Infante D. Pedro», posteriormente privado pelo Rei de todos os seus bens e dignidades (114), tê-los-á exacerbado e será mais um motivo a explicar a presença do cónego Lourenço Afonso em Alcoentrinho e Alfarrobeira ao lado do seu ex-superior e mentor político. Podemos, assim, interpretar a pena infligida ao prior da Colegiada de Guimarães como sinal claro de que o monarca recorria a medidas repressivas tendentes a dominar, ou ao menos enfraquecer, os seus adversários de forma a, se possível, evitar o conflito armado; a sanção aplicada a Lourenço Afonso, porém, inscreve-se já no movimento geral de vindicta exercida por D. Afonso V, após Alfarrobeira, contra os partidários de D. Pedro, incluindo numerosos eclesiásticos e ajuda a explicar o aumento de privações verificado entre 1449 e 1452. Conhecem-se alguns elementos da correspondência trocada entre o soberano português e o papa Nicolau V por causa desta «*perseguição* a membros da clerezia» (115).

Para apreciar correctamente a atitude de D. Fernando da Guerra ao aplicar tais sanções a estes partidários de D. Pedro, embora sem esquecer a sua condição de parente do monarca, chanceler-mor do Reino e membro do conselho régio — o que, no plano oficial, o coloca indiscutivelmente do lado do soberano — e que Rui da Cunha levantou dificuldades tremendas ao Arcebispo por causa da visita à Colegiada (116), devemos ter presente que os clérigos combatentes em Alfarrobeira eram considerados irregulares e infames e, por isso, segundo informações da bula *Sedis Apostolice,* de Nicolau V, de 1 de Janeiro de 1452, deviam ser demitidos, por sentença dos ordinários diocesanos, das funções, dignidades e benefícios em que estavam investidos, como de facto foram (117). Não se levando isto em conta, a acção do prelado provocaria naturalmente a nossa admiração, dadas as relações de parentesco e amizade existentes entre o malo-

(114) A. S. V., *Regestum Vaticanum,* vol. 410, fls., 205-251, citada por H. B. Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, pp. 461 e 1032.

(115) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar Das Relações Políticas E Diplomáticas De Portugal Com Diversas Potencias Do Mundo,* vol. X, Lisboa, 1866, pp. 38-40.

(116) Mons. J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais...*, II, pp. 273-275; António Franquelin Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga no século XVI,* dissertação policopiada apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1972, vol. I, pp. 190-193; A. D. B., *Rer. Memorabilium,* III, fls. 122-123 v.

(117) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar...*, Vol. X, p. 38.

grado D. Pedro e D. Fernando da Guerra, que, nos momentos de maior tensão anteriores a Alfarrobeira e nos primeiros dias seguintes, se conserva em Torres Vedras (118), passando, de seguida, a Santarém (119), para só o encontrarmos em Lisboa em princípios de Setembro (120). Se, além da já mencionada situação canónica dos clérigos combatentes, tivermos presente que o padroado da Colegiada de Guimarães pertencia ao Rei (121), reduziremos a actuação do Arcebispo às suas verdadeiras dimensões de mero executor de privações e subsequentes confirmações dos clérigos apresentados para os diversos cargos e benefícios, independentemente dos laços de amizade que, porventura, tivessem com ele. Inquieta-nos, no entanto, o desejo de saber qual terá sido a posição do Arcebispo neste conflito familiar. Terá ele sido dinâmico, como o Infante D. Henrique, na busca de uma solução para tal conflito, desamparando apenas D. Pedro quando a sua pertinácia provocou uma situação irreversível que só poderia terminar numa derrota completa (122)? Ter-se-á inclinado para o partido do rei?

Os poucos elementos de que dispomos permitem concluir que D. Fernando da Guerra, antes de Alfarrobeira, tomou uma posição conciliatória apartidária e, depois, não só com a sua atitude, mas também por escrito, em Dezembro de 1460 (123), condenou as lutas familiares, quase poderíamos dizer fratricidas. Na verdade, se o Infante D. Henrique se deslocou a Santarém entre 8 e 14 de Março de 1449 com intuitos conciliatórios (124), pelos *Itinerários de D. Fernando da Guerra* sabemos que o Arcebispo já lá estava em 25 de Fevereiro e, depois, em 20 de Março, sendo provável a sua permanência aí entre estas duas datas. Voltamos a ter informações dele em 15 de Abril seguinte, mas agora em Torres

---

(118) *Conf.*, fls. 147 e 147 v.

(119) *Conf.*, fl. 148.

(120) *Conf.*, fls. 149 e 149 v.

(121) *Conf.*, fl. 147.

(122) H. Baquero Moreno, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, sep. de «Arquivos do Centro Cultural Português», Fund. Cal. Gulbenkian, vol. I, Paris, 1969, pp. 78-79.

(123) P.e Avelino de Jesus da Costa, *As Relações de D. Afonso V com Castela e Aragão em 1460*, na revista «Cenáculo», Ano VII, fasc. II, Braga, 1952, p. 32, citado também por António Joaquim Dias Dinis, *A Prelazia «nullius dioecesis» de Tomar e o Ultramar português na segunda metade do século XV*, sep. do n.º 105 do «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», Ano XXVII, Bissau, 1972, pp. 7 e 8.

(124) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 20, fls. 37 v.-40 v., citado por H. B. Moreno, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, sep. de «Arquivos do Centro Cultural Português», Fund. Cal. Gulbenkian, Paris, 1969, p. 68 n. 54.

Vedras (125). Rui de Pina dá notícia da reunião do conselho régio em Santarém em Abril de 1449 (126). Não sendo de aceitar que em momentos de crise tão aguda como esta D. Fernando da Guerra se dispensasse, e muito menos recusasse, a participar no conselho a que há tanto tempo pertencia, para mais estando na localidade, poderemos logicamente admitir que a reunião do conselho se terá realizado na primeira quinzena de Abril, pois na segunda quinzena o prelado permanece em Torres Vedras. Durante o conselho terá sido ultrapassado pela facção adversa ao ex-regente, liderada pelo Duque de Bragança, opositor também do Arcebispo (127), sem que o rei, numa tentativa de conservação da paz, tivesse a coragem e poder de decisão suficientes para transcender o clima de intrigas partidárias. Impotente para se opor ao curso dos acontecimentos, retira-se desgostoso para Torres Vedras, onde se conserva até 22 de Maio (128); e enquanto, por essa altura, D. Afonso V segue triunfante para Lisboa, D. Fernando da Guerra — que não esteve em Alfarrobeira — dirige-se para Santarém, onde o vemos no dia 25 de Maio (129), parecendo não querer encontrar-se com o monarca e sua comitiva. Nos meses seguintes mantém-se em Torres Vedras (130) e só voltamos a ter notícia da sua presença em Lisboa em 2 de Setembro (131).

O afastamento de D. Fernando da Guerra da corte durante uns quatro meses e meio, dentro dos quais ocorrem o massacre de Alcoentrinho e a batalha de Alfarrobeira, não se pode interpretar como indiferença por assunto de tanta responsabilidade e de tão graves consequências; traduz, sim, os seus desgosto e repulsa pelo ambiente de intolerância e sectarismo que arrastou o monarca para o conflito armado de lastimosas consequências. São esses mesmos sentimentos que ele manifesta quando, em Dezembro de 1460, a propósito do diferendo com o Infante D. Fernando, escreve de Coimbra (132) ao rei e lhe recorda, em tom de censura, o prin-

---

(125) *Conf.*, fl. 147.

(126) Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey Dom Affonso V*, in *Inéditos de Historia Portuguesa*, tomo I, Lisboa, 1790, cap. CVI, pp. 392-393. citado por H. B. Moreno, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, pp. 67 e 78.

(127) Mons. J. A. Ferreira, *Fastos...*, II, pp. 270-273 referiu-se sumariamente a este conflito. Dispomos de documentação inédita sobre o mesmo.

(128) *Conf.*, fls. 147-147 v.; A. D. B., *Cartas do Cabido*, Liv. 7, n.º 4.

(129) *Conf.*, fl. 148.

(130) *Conf.*, fls. 148-149.

(131) *Conf.*, fl. 149.

(132) *Conf.*, fls. 213-213 v.

cípio que poderia ter evitado a tragédia de Alfarrobeira, bem viva ainda na memória de todos: «quando huũ nom quer dous nom pelejam» (133).

★

A excursão que acabámos de fazer através do *Livro das Confirmações* com os olhos postos nos casos de anexação e privação de benefícios aproximou-nos da vida real das populações, em especial da classe eclesiástica, pôs-nos em contacto com a realidade paroquial, que não poderá ser ignorada num estudo das instituições medievais, e permitiu detectar alguns aspectos de carácter negativo mais salientes no sombreado da panorâmica diocesana bracarense no segundo e parte do terceiro quartéis do século XV.

Não vamos repetir o que ficou exposto nas páginas anteriores, tornando-se mesmo desnecessário sumariar as posições mais gritantes, suficientemente vincadas na densidade documental aduzida. Assim, poderemos, agora, pôr mais decididamente em relevo a importância do conhecimento dos motivos das anexações e privações de benefícios pelas perspectivas que oferece de alargamento do nosso campo visual sobre o estado concreto da diocese e, em particular da clerezia, sob D. Fernando da Guerra. Tal conhecimento permite ultrapassar os tradicionais lugares comuns e leva-nos ao encontro de homens reais, sendo possível surpreender aspectos do quotidiano integrados nas coordenadas espácio-temporais.

Sem generalizar em absoluto, temos de reconhecer que se vivia uma fase de profunda recessão demográfica e económica, com graves repercussões na organização pastoral, no estado do clero paroquial, dos cabidos e das ordens religiosas, sem falar já de outras limitações e abusos que desenham mais ao vivo o perfil sócio-económico, cultural, político e moral do clero e da sociedade do tempo, oferecendo a possibilidade — se não mesmo estabelecendo a necessidade — de se rever e matizar, para este período, a concepção tradicional acerca da clerezia como classe fortemente privilegiada.

Através deste claro-escuro patenteia-se ainda a acção reorganizadora e disciplinadora desenvolvida pelo Arcebispo, acção tanto mais relevante quanto as circunstâncias eram adversas, que mais se imporá quando forem publicados *Os Itinerários de D. Fernando da Guerra.*

---

(133) Cf. nota n.º 123.

Os resultados desta investigação são forçosamente parcelares, de harmonia com o âmbito restrito dos temas abordados, não sendo lícito, por isso, pretender descobrir somente através deles a plenitude do verdadeiro cariz da comunidade diocesana. São, contudo, elementos indispensáveis a ter em conta numa síntese final completa, longe ainda de se poder elaborar, e constituem, ao mesmo tempo, um convite à prossecussão de novas pesquisas.

ADMINISTRAÇÃO ECLESIÁSTICA DE VALENÇA
(Diocese de Tuy na parte de Portugal)

Tuy
Valença
R. MINHO
R. Lima
Bravães
Touvedo (S. Lourenço)
Lavradas
Vade (S. Pedro)
Gondomar
Barros
Moimenta
Roriz (S. Miguel)
S.ª Leocádia
Friestelas
Gondiães
Vila Fria
Durrães
Torre
Amares
Freande
Ventosa
Soengas
Soutelo
Neiva (S. Romão)
Cervães
Ferreiros (S. Miguel)
Covelas
S.ª Tecla
Ferreiros (S. Martinho)
Oleiros
Areias
Panoucos
Padim
Braga
Sobreposta
Manhente
Barcelos
Gondizalves
Fralão
Lageosa
Barqueiros
Sande (S. Clem.)
Trandeiras
S. Eufemia
V. N. Sande
Penselo
Paradela
Brito
Guimarães
Amorim
Gandarela
V. das Cambas
V. de Conde
Avidos
Novais
R. AVE
Negrelos
R. Vizela
S.ª Comba
Refojos de Basto
R. Tâmega
S. Salv. de Pena
Celorico de Basto
Amarante
Candemil
VILA REAL
PORTO
DIOCESE DO PORTO
R. DOURO
R. Tua
Monforte de Rio Livre
Chaves
Nozelos
S. Nicolau de Carrazedo
R. Rabaçal
S. Pedro de Montouto
I. de Dona Chama
S.ª Ogenha de Alha
Abambres
Podence
Mirandela
Bragança
Outeiro de Miranda
Cerapicos
R. Sabor
Avelanoso (S. Julião)
Vimioso
S.ª Olalha de Ginzo
Miranda do Douro
R. Angueira
Penarroias
Bruçó
Mós
Freixo de Esp. à Cinta

LEGENDA
PAROQUIAS PEQUENAS E POBRES
VAGAS DURANTE ANOS
CURTOS DE HUMANIDADES
DISPOVOADAS E ERMAS
PRIVAÇÃO DE BENEFÍCIO

A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica

Por JOSE MATTOSO

A erudição histórica tem explorado, já desde o século XVII, o problema da introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica, sem ter chegado, até há pouco, a uma conclusão definitiva. Ainda não há muitos anos, a maioria dos historiadores pensava que esse facto se dera muito cedo, porventura ainda em vida de S. Bento. A questão começou a ser repensada a partir de várias monografias regionais, cujos autores chegavam à conclusão que nos locais estudados a observância beneditina aparecia muito mais tarde do que noutras regiões da Europa. Finalmente, o problema foi completamente renovado quando os especialistas da história monástica ocidental esclareceram o sistema de observâncias mais frequentemente usado até à época carolíngia, sistema que designaram com a expressão elucidativa de *regula mixta,* quer dizer um tipo de observâncias não necessariamente consignadas num texto único, mas o conjunto de costumes adoptado num mosteiro e baseado não só em várias regras materialmente agrupadas num *codex regularum* mas também em tradições locais que até podiam contradizer algumas das prescrições dessas regras. Pensa-se hoje que a Península foi talvez a última região da Europa a adoptar o sistema da regra única, numa época em que o monaquismo ocidental observava há muito a Regra de S. Bento. O isolamento da Hispânia em relação com a evolução geral da Europa explica esta diferença de tradições e observância, de um e de outro lado dos Pirinéus. A inserção no movimento europeu deu-se somente no século XI, numa época em que se pretendia alcançar maior unificação religiosa, primeiro sob o signo da reforma monástica, depois sob o signo da reforma eclesiástica.

A íntima união entre a penetração da reforma monástica na Hispânia e a abertura desta região às instituições políticas e culturais, e também aos movimentos sociais e económicos do Ocidente, confere a maior impor-

tância ao estudo da penetração do sistema da regra única (isto é da Regra de S. Bento) na Hispânia. Não se pode separar de um estudo mais vasto da influência cultural francesa e romana na Península durante os séculos XI e XII, rompendo-se assim o isolamento cultural do período anterior. Além disso, a adopção da Regra de S. Bento pelos mosteiros peninsulares é indício seguro do crescimento da influência europeia, pelo menos a partir do princípio do século XII. Assim acontece também nos casos particulares dos mosteiros isolados que observaram a Regra beneditina antes deste momento.

O estudo minucioso das fases e do processo desta adopção constitui, portanto, uma contribuição importante para a história cultural e religiosa da Hispânia. Tal foi a tarefa que se propôs o Dr. António Linage Conde na tese de doutoramento que apresentou à Universidade de Salamanca em 1970, e publicada três anos depois (1). Ela constitui, creio eu, uma contribuição notável da historiografia contemporânea para o conhecimento histórico acerca do monaquismo ibérico durante a alta Idade Média. Convém dar a conhecer a um vasto público o resultado deste inquérito, decisivamente esclarecedor de muitos problemas relacionados com a história religiosa e cultural das nossas regiões.

O trabalho implicava dificuldades muito sérias. Antes de apresentar as conclusões do Autor, devemos sublinhar a perícia com que ele utiliza as fontes mais variadas e o seu vasto conhecimento acerca de todos os vestígios documentais da época, de todos os trabalhos históricos que dizem respeito, de longe ou de perto, aos problemas estudados, não apenas no âmbito do monaquismo ibérico, mas também no contexto mais vasto e complexo do monaquismo europeu. Com efeito, ele conhece a fundo e estuda com originalidade as relações literárias entre as regras de S. Isidoro de Sevilha e de S. Frutuoso de Dume e a Regra de S. Bento. Fornece explicações claras e bibliografias completas acerca dos problemas mais variados, tais como o priscilianismo, o direito monástico visigótico, o eremitismo, as regras peninsulares, etc. Na sua exposição sobre o problema do pacto outrora atribuído a S. Frutuoso, não faltam reflexões originais acerca da sua difusão e adaptações sucessivas durante a Reconquista. Encontram-se nele também páginas esclarecedoras e completas

(1) António LINAGE CONDE, *Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*. T. I: *El monacato hispano prebenedictino*. T. II: *La difusión de la «Regula Benedicti»*. T. III: *«Monasticon hispanum»*. (col. Fuentes y estudios de la estudios de la historia leonesa, n. 9-11). León, Centro de estudios e investigación «San Isidoro», 1973, 3 vols. in-8.°, de XX-474 p., pp. 491-1100 e 584 p.

acerca de outros elementos característicos do monaquismo peninsular: a autoridade dos bispos sobre os mosteiros, a *traditio* dos leigos dependentes das abadias, o monaquismo dúplice, as manifestações do monaquismo moçárabe nos territórios ocupados pelos muçulmanos. Enfim, a tese de Linage Conde constitui um guia insubstituível para quem quer que pretenda estudar qualquer problema relacionado com o monaquismo anterior ao século XIII.

Para o período da Reconquista, sublinhemos a originalidade das análises que ele faz no domínio da história textual dos manuscritos e adaptações da Regra de S. Bento, e ainda dos comentários de Smaragdo. O estudo minucioso das variantes dos manuscritos hispânicos permite-lhe fundamentar as conclusões que consideramos mais importantes desta tese.

A análise crítica de todos os documentos que citam a Regra de S. Bento antes do princípio do século XII, uma das questões mais complicadas da história diplomática ibérica, constitui também uma trabalho de conjunto que oferece bastantes novidades e em que o Autor dá prova do maior bom senso e do maior equilíbrio, porque não se deixa arrastar por um pendor para a hipercrítica nem para credulidade, e além disso tem o maior cuidado em evitar transformar uma hipótese prévia em critério de autenticidade das referidas citações.

Notemos finalmente o extremo cuidado (a meu ver, até, um pouco excessivo) que ele tem em situar os documentos no seu quadro histórico e em descrever as vicissitudes factuais da história de cada mosteiro.

Mas nem só o texto propriamente dito da tese nos oferece grandes riquezas. Em apêndice, o Dr. Linage Conde oferece uma enumeração completa dos documentos que mencionam a Regra de S. Bento, os mosteiros e igrejas dedicados a S. Bento ou que tinham uma relíquia sua, uma lista de documentos em que figura o antropónimo *Benedictus,* e finalmente aquilo que o Autor chama *Monasticon hispanicum,* desde as origens até ao ano 1109. O título dado a esta parte do último volume induz talvez em erro. Não constitui um *corpus* completo de informações concretas e de referências documentadas e bibliográficas classificadas por mosteiros, e, dentro dos mosteiros, por assuntos e ordem cronológica, mas pequenas histórias de casas monásticas, com maior relevo para os factos relativos à fundação e ao tipo de observância. Todavia compreende-se bem que este *Monasticon* fosse reduzido a tais dados, porque mesmo assim dá a história resumida de 1859 casas e ocupa 510 páginas.

★

Depois de enumerar as principais riquezas que se podem encontrar nesta obra imponente, convém resumir as suas conclusões.

O Autor começa por provar que a Regra de S. Bento foi conhecida e utilizada como fonte literária da Regra de Isidoro, da Regra de Frutuoso e da *Regula Communis* outrora atribuída ao mesmo Frutuoso. Mas este facto nada tem que ver com a sua adopção como fonte jurídica, com carácter exclusivo e obrigatório, coisa que não aconteceu de modo algum antes da queda do império visigótico em 711. Além disso a Regra do Patriarca de Núrsia deve ter tido, nesta época, uma difusão muito local e restrita. Os mosteiros da Península seguiam o sistema a que nos referimos ao princípio, da *regula mixta,* e possuíam *codices regularum* com várias normas monásticas que o abade utilizava como fontes de inspiração para dirigir o seu mosteiro, dentro dos limites traçados pela tradição local ou regional, tradição essa que se ia formando ao longo dos tempos. A característica que o Autor considera mais significativa, e praticamente exclusiva do monaquismo ibérico, ou melhor do monaquismo no noroeste, seria o pacto estabelecido entre o abade e os monges, segundo o qual estes tinham o direito de recorrer à autoridade eclesiástica ou mesmo à autoridade civil contra os eventuais abusos do abade. Veremos mais adiante que a importância concedida ao pacto como característica dominante do monaquismo hispânico é talvez excessiva.

Depois da invasão dos árabes torna-se ainda mais difícil seguir a expansão da observância beneditina na Península, quer dizer, os casos em que determinado mosteiro abandonava o sistema dominante da *regula mixta* para adoptar a Regra de S. Bento com exclusão de todas as outras. Aparecem várias menções da Regra desde o princípio do século IX, mas apenas na Marca, o que não admira, dada a bem conhecida influência das instituições carolíngias nesta região, mesmo depois de desaparecer a autoridade do Imperador ou dos seus representantes.

Fora da Marca, os primeiros vestígios da adopção da Regra como norma exclusiva não se situam em Aragão (1028) ou Navarra (1032), como aconteceria se a sua expansão começasse a partir da Marca e atingisse em primeiro lugar as regiões mais próximas, mas antes em Castela durante o século X, como se prova através dos indícios codicológicos detectados pelo Autor. Ele encontrou, efectivamente, cópias dos *Diálogos* de Gregório Magno, da Regra de S. Bento e dos *Comentários* à mesma Regra da autoria de Smaragdo, nos mosteiros de Cardeña, Silos, San Mil-

lán de la Cogolla, Albelda e na região de Nájera. Este conjunto de verificações é apoiado pelo facto de aparecer também um conjunto de textos jurídicos de influência beneditina associados a uma cópia da *Collectio Hispana* do *Codex Albeldense* datado de 976 e que foi copiado em 992 pelo *Codex Aemillianensis* de San Millán de la Cogolla; e ainda pela adaptação feminina da Regra de S. Bento intitulada *Libellus a Regula Sancti Benedicti subtractus* datada de 976 (inédito recentemente publicado pelo Autor e por ele atribuído ao abade Salvus de Albelda).

Obtêm-se assim uma série de indícios convergentes que mostram claramente o interesse que os monges deste grupo de mosteiros castelhanos têm, já no século X, pela norma beneditina, interpretada como regra privilegiada, tal como acontecia nessa altura nas regiões que antes constituíam o império carolíngio, e sob influência clara desta mesma corrente cultural, como o mostram as cópias de Smaragdo. Isto não basta, todavia, para afirmar sem sombra de dúvida que a Regra de S. Bento se transformara, para esses monges em norma única e exclusiva. O citado *Libellus* constitui, provavelmente, o exemplo concreto das modalidades que assumia a adopção da Regra nestes mosteiros: copia-se nele a maior parte da Regra, adapta-se a uma comunidade feminina, modificam-se algumas prescrições, sobretudo aquelas que contradizem os costumes litúrgicos da Península. Por outro lado, o movimento em que se inserem estes mosteiros não deve ser independente de qualquer influência estrangeira porque as variantes textuais dos manuscritos castelhanos dependem provavelmente de versões originárias da Marca hispânica e não de manuscritos francos ou italianos, o que quer dizer que aquelas casas tinham alguma relação com mosteiros catalães. Mas este grupo está ainda isolado, parece, porque não se encontra em parte alguma da Península qualquer outro indício seguro do abandono da *regula mixta* em favor da Regra de S. Bento, antes do princípio do século XI.

Com efeito, passando a Leão e Astúrias, verifica-se que a já mencionada influência literária da Regra de S. Bento sobre a de S. Frutuoso e a *Regula communis,* e portanto o conhecimento que já durante a época visigótica se tem da norma cassinense, não traz qualquer espécie de consequências para o sistema das observâncias: o que perdura são tradições derivadas da *Regula communis,* muito difundida no Noroeste, e que incluem o pacto monástico, praticamente incompatível com o espírito beneditino. Não podem todavia deixar de se mencionar dois factos que podiam estar associados ao conhecimento das orientações carolíngias em matéria de observância, a saber, em primeiro lugar os contactos de Afonso III com

Carlos Magno e o conhecimento que S. Bento de Aniano, de origem visigótica, revela das regras mais difundidas em Leão e Astúrias, o que poderia estar associado a corrente de sentido inverso, isto é da prática carolíngia em direcção aos mosteiros astur-leoneses. Pode associar-se com este conjunto de observações o facto surpreendente de aparecer uma menção da Regra num documento autêntico e original, datado de 905 e referente ao mosteiro de Abellar, em Leão. Mas nem tudo é convergente, neste caso, porque os fundadores de Abellar eram moçárabes vindos do território ocupado pelos muçulmanos, onde, segundo o testemunho de Santo Eulógio, se conhecia também a Regra de S. Bento. Trata-se, portanto, de um caso excepcional e único.

De qualquer maneira estes indícios estão isolados no tempo e na sua relação mútua, porque temos de esperar depois pelo ano 1042 para encontrar novas menções da observância beneditina, que aparecem quase simultaneamente em S. Vicente de Oviedo e em Corias. Segue-se novo período vazio de menções, até 1077, momento em que outro documento de S. Paio de Antealtares (Galiza) volta a mencionar a Regra. Mas entretanto o concílio de Coiança (Leão), em 1055, tinha determinado expressamente que os mosteiros do reino de Leão deveriam seguir ou a Regra de S. Bento ou a de S. Isidoro. Veremos mais adiante o que se deve pensar acerca desta norma conciliar. Mas antes disso devemos abrir um parêntesis nesta enumeração das principais conclusões de Linage Conde, para notar que o vazio observado entre o documento de Abellar de 905 e o de Oviedo de 1042 não é tão total como ele afirma, se se tem em conta a observância propagada por S. Rosendo (907-977) na Galiza e que não desconhece as normas beneditinas, segundo penso ter mostrado noutro lugar (2). Os mosteiros fundados ou influenciados por S. Rosendo não devem ter adoptado a Regra de S. Bento, mas, ao mesmo tempo que mantinham a maior parte das instituições tradicionais da região, receberam também provavelmente outras, tipicamente beneditinas, como por exemplo a da eleição do abade. De qualquer maneira, depois de 1077, as menções da Regra em documentos leoneses tornam-se relativamente frequentes.

Nos reinos de Aragão e Navarra, as primeiras adesões à Regra derivam de reformas directamente dirigidas por monges cluniacenses que gozavam da protecção real. Encontram-se em San Juan de la Peña em

(2) *S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época*, in *Do Tempo e da História*, 5 (1972) 5-27.

1028, em Leire em 1032 e em Irache em 1033. A intervenção dos cluniacenses veio modificar radicalmente a evolução monástica, não apenas nas regiões mais próximas dos Pirinéus mas também no resto da Península. Em Leão e Castela, a sua acção foi preparada pelo facto de deles se terem apoderado os reis de Navarra, a partir de Fernando o Magno, em 1037, como o demonstrou um notável estudo do professor americano Charles Julian Bishko publicado depois da tese de Linage Conde (3) e que a completa para os factos que dizem respeito a esta época e a esta região. Apesar dos favores concedidos por aquele rei aos cluniacenses, não se podem descobrir vestígios da sua acção *directa* em meios monásticos antes do ano 1073, data em que o rei Afonso VI oferece a Cluny o mosteiro castelhano de Santo Isidoro de las Dueñas, a que se segue, cinco anos mais tarde, a reforma do de Sahagún, também castelhano, por monges cluniacenses, sem que esta casa passe a depender de Cluny. A partir deste momento, a influência cluniacense espalha-se rapidamente, graças aos monges que saem daqueles dois mosteiros e de outras abadias oferecidas mais tarde a Cluny ou a alguma das suas dependências por decisão de reis e nobres, e graças também às preocupações reformadoras de bispos cluniacenses que ocuparam várias dioceses em toda a Península até meados do século XII. O noroeste, que se esperaria mais apegado a uma tradição monástica peculiar, não resistiu mais do que as outras regiões a esta rápida «beneditinização». A partir dessa época, a grande maioria dos mosteiros situados fora das cidades adoptou a Regra de S. Bento. Alguns tornaram-se mosteiros canonicais.

Temos de concluir, portanto, que durante o século X houve, mesmo em regiões da Península aparentemente muito afastadas de qualquer influência cultural francesa, verdadeiras «ilhas» monásticas que observavam a Regra beneditina e conheciam pelo menos alguns aspectos do monaquismo carolíngio. Associado este facto, agora indubitável, a outros vestígios de contactos com meios monásticos estrangeiros, igualmente detectados por Linage Conde, concluímos, ainda, que o isolamento cultural ibérico, apesar de real, não exclui excepções nem algumas aberturas. A tolerância própria do sistema da *regula mixta* facilitou esta abertura, como observa com justeza o Autor. Mas deve-se também notar que o sistema não foi abandonado como atitude global, até ao aparecimento dos

(3) Ch. J. BISHKO, *Fernando I y los orígines de la alianza castellano-leonesa con Cluny*, in *Cuadernos de Historia de España*, 47-48 (1968) 31-135, 49-50 (1969) 50-116.

cluniacenses. Foram eles que acabaram com a pluralidade de observâncias, inserindo-se numa corrente ideológica e doutrinal que exigia também a uniformização litúrgica, decidida por Afonso VI em Burgos em 1080, e executada também com certa rapidez.

Tais são, em largo resumo, as conclusões que Linage Conde apresenta com exemplar rigor, e às quais, por isso mesmo, não se pode deixar de aderir inteiramente. Isso não nos impedirá, porém, de exprimir algumas dúvidas quanto aos métodos de interpretação das fontes e acerca de algumas lacunas.

★

O primeiro desacordo fundamental diz respeito à desconfiança do Autor a respeito da utilização das fórmulas documentais para resolver o problema da observância monástica. Afirma que «as cartas de aplicação do Direito não tinham por fim resolver nem pontualizar qualquer problema acerca da regularidade interna dos mosteiros [...] e as alusões a ela eram meramente acidentais [...]. Isto explica que as mudanças de observância não se reflectissem automaticamente no formulário utilizado pelos escribas, tanto assim que as antigas, pelo seu carácter genérico, não eram literalmente incompatíveis com a situação nova» (III, pp. 742-743). Este argumento supõe que não se pode tirar de qualquer texto documental mais do que aquilo que o seu autor deseja exprimir conscientemente. Com efeito, os escribas podiam não dizer que a observância tinha mudado; mas se a sua mentalidade a respeito dela se transformava (e o abandono da liberdade de observâncias para adoptar uma regra única supunha uma importante mudança de mentalidade), a mutação não podia deixar de se manifestar de algum modo naquilo que eles escreviam. Se se mudava de observância sem abandonar a mentalidade antiga, a transformação do sistema acabava por influenciar de algum modo, mais tarde ou mais cedo, as expressões dos escribas. Portanto, para descobrir fenómenos deste género não é necessário abandonar as fórmulas diplomáticas, mas estender o inquérito a conjuntos documentais suficientemente vastos para que as mudanças, repetições e silêncios sejam significativos.

Para contrariar esta argumentação não basta invocar o fixismo das fórmulas notariais. Examinando-as com cuidado, não são tão uniformes com o Autor supõe, ao utilizar para qualificar tal fixismo a expressão de «inércia fóssil» (I, p. 342). Posso afirmá-lo sem receio, depois de ter estudado de perto as fórmulas cominatórias das doações solenes portu-

guesas dos anos 875-1100 (justamente as que menos evoluem) (4). Nestas fórmulas encontram-se também mudanças significativas, como acontece, de resto, com qualquer fonte escrita em qualquer época: o vocabulário e a sintaxe são matéria viva sempre sujeita a evolução constante. Mais ainda, a existência de modelos tradicionais contribui para tornar mais significativas as infracções à regra e as variantes.

Com efeito, não se trata de estabelecer o facto da mudança de observância ou de regra como um facto jurídico, «uma mera minúcia erudita», como o autor diz, receando ser acusado de tal no fim da sua exaustiva análise (II, p. 1006). Essa mudança é apenas um sinal, no meio de todos aqueles que demonstram uma mutação cultural, e esta é que, ao fim e ao cabo, importa sublinhar.

Sendo assim, seria necessário estabelecer talvez com maior rigor a importância relativa das diversas séries de argumentos para demonstrar o que se pretende. A este respeito penso, ao contrário de Linage Conde, que a história particular de cada mosteiro é geralmente secundária, e que portanto são excessivos muitos dos pormenores que ele dá a tal respeito. De resto, este defeito, se por um lado, pode ter a vantagem de fornecer ao leitor uma verdadeira mina de informação acerca de tudo quanto há relacionado com a história monástica, por outro lado diminui o vigor da demonstração histórica, ao ponto de o leitor se ver perdido no meio de multidões de pormenores que lhe fazem esquecer o objectivo do discurso.

Mas esta característica não depende de uma opção voluntária e consciente. É um pendor irresistível resultante do temperamento do Autor, relacionado, de resto, com o tom exuberante da redacção, a frequente repetição das mesmas ideias por palavras diferentes, a linha sinuosa das frases, o uso dos mais variados processos literários, a argumentação um pouco retórica, as digressões frequentes e até certas considerações doutrinais inesperadas numa obra deste género (5). Tudo isto diminui a impressão de rigor e de exactidão científica que deveriam presidir à apresentação dos dados.

No tom geral da obra notamos ainda uma caracterísica própria que consiste numa óptica excessivamente jurista, que trai a formação profissional do Autor. Esta característica impede de integrar verdadeiramente na visão do passado histórico os factos económicos e sociais, apesar

(4) *Sanctio (875-1100)*, in *Revista Portuguesa de História*, 13 (1971) 299-338.

(5) Ver na p. 126 do vol. I o que o Autor diz acerca da evangelização da Inglaterra, por iniciativa de S. Gregório Magno. Na p. 128 do mesmo volume, acerca do apostolado monástico. E ainda outros passos nas pp. 103, 185, 350-351, etc.

de o Autor não deixar de os mencionar também. Este preconceito jurídico tem, a meu ver, uma influência nefasta no esforço feito para delimitar o mais rigorosamente possível a natureza específica do monaquismo hispânico. Uma vez que se encontram também fora da Península a maioria dos traços hispânicos característicos, tomados independentemente uns dos outros, o Autor acaba por isolar o pacto como nota irredutível, e considera-o, portanto, como o núcleo *incompatível* com a observância beneditina. Ora, como o conteúdo verdadeiramente «pactual» da maioria dos acordos deste género é relativamente raro, pois o seu alcance é geralmente atenuado, o Autor deduz daí que a área da observância tipicamente ibérica é muito reduzida. Além disso, sempre com o mesmo preconceito jurídico, exclui as regras dos autores visigóticos da lista de indícios do monaquismo hispânico, argumentando para isso que elas não eram nunca adoptadas como regras únicas, segundo o sistema da *regula mixta*. As prescrições conciliares em matéria de vida monacal também não lhe servem como elementos de diferenciação, por serem conhecidas também do resto do mundo monástico europeu. O único obstáculo real à recepção da Regra cassinense seria, portanto, o pacto.

Abandonando o ponto de vista jurídico, para enquadrar o problema num contexto cultural, o processo demonstrativo e a importância concedida aos diversos dados varia. Em primeiro lugar, não importava muito determinar a especificidade do monaquismo ibérico, mas a sua maneira peculiar de associar os elementos que talvez efectivamente se encontrem também fora da Península, mas em combinações diferentes. Além disso, o sistema da *regula mixta* supõe uma mentalidade completamente diferente a respeito da função das regras na vida religiosa e das normas jurídicas na vida da Igreja. A meu ver, tem talvez maior importância, como obstáculo à «beneditinização», a jurisdição efectiva dos bispos sobre os mosteiros, do que o próprio pacto, pois aquela impedia a eleição do abade pelos monges, preceituado como fundamental pela Regra de S. Bento. O mesmo se diga a respeito da *devotio* praticada por mulheres junto de mosteiros masculinos, a frequência de mosteiros dúplices e familiares, a dependência de muitos mosteiros para com a nobreza local e até os costumes litúrgicos da Península. Abandonar a maioria ou a totalidade destas práticas requeria efectivamente uma profunda transformação da mentalidade que se torna necessário explicar por algum motivo mais profundo do que uma simples mudança de norma jurídica.

Esta observação leva-me a sublinhar uma lacuna importante na tese de Linage Conde, e que se deve, creio, à mesma preocupação excessiva

pelos pontos de vista jurídicos e institucionais. Com efeito, parece-me ter esquecido que, pelo menos em Leão e Astúrias (não sei o que se passava a este respeito noutras regiões), existiam duas correntes opostas, uma que se pretendia ortodoxa, legítima e rigorosa nas observâncias, outra de certo modo anárquica e irregular, mas talvez não tão depravada como diziam os partidários da primeira. Esta tensão entre duas formas concretas de incarnar instituições juridicamente semelhantes teve certamente grande influência no processo de adopção da Regra de S. Bento. A preferência concedida à primeira forma pelos poderes estabelecidos, quer políticos quer religiosos, e os seus esforços por a impor à segunda, levaram os mosteiros mais rigorosos a procurar novos meios de garantir o seu prestígio social, tais como o poder material e a solenidade dos ofícios litúrgicos, coisa que os outros, na sua pobreza, não podiam pretender. Estas circunstâncias levaram provavelmente os primeiros a acolher com interesse as observâncias adoptadas pelos mosteiros carolíngios, e portanto a Regra de S. Bento. Desde o momento em que desapareceram os obstáculos que impediam o contacto com o mundo europeu, era lógico que as casas mais preocupadas com o rigor comunitário recebessem os prestigiosos costumes cluniacenses. A resistência não podia partir das que se reportavam conscientemente às tradições visigóticas como a um modelo rígido, mas das que subsistiam em virtude de razões locais e de uma irreprimível espontaneidade, apesar da sua fragilidade institucional. A sua vitalidade não impediu numerosas crises de decadência religiosa, que comprometiam os propósitos reformadores das grandes abadias protegidas por reis e bispos. O sistema da *regula mixta* não as protegia suficientemente contra tal perigo. Esta razão levou os mais vigorosos defensores da tradição visigótica a aceitar o rigor beneditino (ou melhor, depois de 1070, o rigor cluniacense), julgando encontrar nele uma sólida defesa contra as crises religiosas. A oposição não vinha deles, portanto, mas dos monges das casas familiares, demasiado avessos às institucionalizações para serem capazes de se organizar contra os estrangeiros.

Mas nada disto significa ausência de diferença entre as tradições hispânica e carolíngia. É apenas o motivo da falta de resistência daquela, apesar dos seus caracteres tão diferentes. Tal é, portanto, na minha opinião, a causa da rapidez com que os monges do Noroeste aceitaram as observâncias estrangeiras, depois de tantos séculos de fervoroso apego à tradição local.

Finalmente, parece-me dever ainda referir, como segunda lacuna, a ligeireza com que examina as fontes litúrgicas. Apresenta-as com dema-

siada rapidez, em comparação com o cuidado com que trata de outros tipos de fontes e não chega mesmo a estabelecer uma relação clara entre os dados que delas conseguiu tirar para o fim que pretendia e os obtidos em fontes codicológicas e diplomáticas. Ficamos, portanto, sem saber se as fórmulas litúrgicas, o ritual e as festas utilizados pelos filhos de S. Bento estão ou não em contradição com os outros vestígios históricos da expansão da Regra na Península. Ficamos sem saber se se pode construir uma hipótese global que possa incluir todos os dados recolhidos, inclusive os das fontes litúrgicas.

★

Resta-me, como que em apêndice a esta já longa apresentação da volumosa obra de A. Linage Conde, dialogar um pouco com ele acerca dos pontos em que se me refere nominalmente. Com efeito, tem a amabilidade de me citar até mesmo a propósito de alguns pontos de que não me considero especialista. Corrige-me noutros, que eu considero hoje, como ele próprio, hipótese prematuras, propostas num estádio ainda insuficiente da investigação, e que se revelam como tal em confrontação com o contexto mais vasto da documentação ibérica.

Reconheço, com efeito, que a análise de expressões tais como *regula, regula sancta, congregatio, collatio* e *regula* ou *norma sanctorum patrum* não basta só por si, e isoladamente de outros indícios ou argumentos, para demonstrar o que quer que seja em matéria de observâncias monásticas. Foi o meu erro, ao tentar solucionar desta maneira o problema da observância do mosteiro de Pedroso (6), como notou Linage Conde e como eu próprio reconhecera já, desde que Robert Durand encontrou um documento de Grijó datado de 1093, no qual existe a menção de um *prior* do mesmo mosteiro (7), uma vez que este título revela uma influência cluniacense. Isto não significa que adopte o pessimismo do Autor a propósito do valor probatório do formulário diplomático ou de outro vocabulário. Basta tomar as precauções que indiquei mais acima, e que creio ter observado num artigo acerca da persistência do monaquismo frutuosiano no território portucalense (8), que Linage Conde não considera convincente

(6) *Le monachisme ibérique et Cluny* (Lovaina, 1968) pp. 127-129.

(7) Robert DURAND (ed.), *Le cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó* (Paris 1971), doc. 143. Já tinha notado publicamente o facto na recensão crítica desta obra publicada em *Do Tempo e da História*, 4 (1971) 219.

(8) *Sobrevivência do monaquismo frutuosiano em Portugal durante a Reconquista*, in *Bracara Augusta*, 22 (1968) 42-54.

(I, p. 341). Talvez ele não o lesse com a devida atenção, porque me parece ter tomado em conta dados bastante variados, além dos do vocabulário, sobretudo o contexto histórico; além disso, não demonstrei, através desses elementos, uma fidelidade rígida às formas de vida monástica visigótica, mas a lenta evolução de cada uma delas, e até, em alguns casos, a sua completa extinção.

O Autor põe também em dúvida os termos em que eu propunha uma hipótese de trabalho acerca do papel de S. Rosendo na evolução do monaquismo galego e portucalense, ainda antes de o ter estudado directamente (I, pp. 339-340). Se efectivamente essa posição do problema, meramente hipotética, era prematura, em 1968, também não posso considerar completo o que o Autor diz acerca do mesmo assunto. Não é este, porém, o lugar para discutir o problema. Limito-me a remeter o leitor para o pequeno trabalho que redigi em 1970 e foi publicado quatro anos depois, acerca das observâncias praticadas pelos mosteiros influenciados por S. Rosendo (9), trabalho em que tive ocasião de explicar o que realmente entendia acerca do papel do Santo como *episcopus dumiensis,* quer dizer, como sucessor de um antigo *episcopus sub regula,* questão acerca da qual Linage Conde exprimia as suas dúvidas.

Também não me parece que se possa aceitar a maneira como ele interpreta as prescrições monásticas do concílio de Coiança. Creio que se devem ler à luz do que dizíamos mais acima acerca da coexistência de duas formas opostas de viver as observâncias hispânicas tradicionais, uma que se pretendia rigorosa, e outra que era considerada relaxada, e não em função da oposição entre tradição visigótica e tradição carolíngia. A meu ver, os participantes no concílio pretendiam, antes de mais, reforçar o rigor da observância. O célebre cânon 2 não obriga a escolher entre a Regra de S. Bento e a de S. Isidoro, mas a adoptar uma norma, uma «ordem», uma regularidade. Por *ordo sancti Isidori* pretendem exprimir não tanto, talvez, a sua Regra, mas a tradição hispânica, que não se podia facilmente designar de uma maneira simples, equivalente à que se usava para significar a não hispânica, toda ela beneditina. Este cânon representa certamente um marco, no caminho que leva a conceber a Regra como norma jurídica. Mas parece-nos exagerado designá-lo como «revolucionário» (II, p. 743). O Autor considera-o como indício significativo da influência cluniacense, mas não apresenta argumentos válidos a tal res-

(9) *S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época,* in *Do Tempo e da História,* 5 (1972) 13-16.

peito. Torna-se, portanto, necessário completar a sua tese com o já citado longo artigo de Ch. J. Bishko.

★

Queria aproveitar a ocasião destas páginas para me corrigir a mim próprio, não já em pontos contestados pelo Autor, mas noutros que ele aceita expressamente, e que eu não posso hoje manter.

O primeiro resulta de uma lamentável confusão que fiz em 1968 entre o crúzio D. Nicolau de Santa Maria e o Eremita de Santo Agostinho Fr. António da Purificação. Foi o segundo e não o primeiro que Fr. Leão de S. Tomás, historiador beneditino do século XVII, atacou na sua *Benedictina Lusitana*. Com efeito, a crónica de Fr. António da Purificação foi publicada em 1642, a de Fr. Leão em 1644 e 1651, a de D. Nicolau em 1668.

Na mesma obra considerei como primeiro testemunho da influência textual da Regra de S. Bento um documento de Paço de Sousa datado de 1087 (*DC* 678), dada a semelhança entre uma frase do seu prólogo e outra do c. 27 da Regra. Vim depois a descobrir na *Vita Fructuosi*, c. 16 ([10]) outro texto paralelo: «et animam quaerentem Dominum spiritualibus disciplinis instituisset qualiter hoc a Domino, qui *ovem perditam humeris suis reportavit* accipere [...] et gloria semper innovetur memoria, atque in regno coelorum *gregis* ipsius multiplicentur quotidie agmina copiosa». Comparando o referido *DC 678* com a Regra por um lado, e com a *Vita* de S. Frutuoso por outro, verificamos maiores semelhanças com o segundo. Temos, portanto, de retardar o primeiro testemunho, encontrado por mim, de influência da Regra de S. Bento sobre um texto português, até ao ano de 1099, onde ela aparece num documento do mosteiro de Pendorada que vem citado na mesma obra ([11]).

Finamente, devo referir as objecções feitas pelo meu amigo Gerard Pradalié num trabalho inédito ([12]) e que ele teve a amabilidade de me comunicar, à hipótese igualmente formulada por mim em 1968, acerca do processo de adopção das observâncias beneditinas entre nós. Dizia eu, nessa

([10]) *Patrologia latina*, LXXXVII, col. 466-467.

([11]) *Le monachisme ibérique et Cluny*, pp. 123-124. Não podemos todavia deixar de notar que aquele mesmo documento, apesar de excluída a hipótese da sua dependência beneditina, contém igualmente um indício da influência do processo canónico romano, conforme assinalei em *Sanctio*, in *Revista Portuguesa de História*, 13 (1971) 329.

([12]) Depois de redigido este trabalho o artigo aqui citado foi publicado sob o o título: *Les faux de la Cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XII^e siècle*, in *Mélanges de la Casa de Velazquez*, 10 (1974) 77-98.

altura, baseado em vários indícios de influência francesa, mais precoces em Coimbra do que noutras regiões, que o movimento de adopção dos costumes cluniacenses podia ter partido dali, antes de alcançar as dioceses de Porto e de Braga. O referido trabalho de Pradalié prova, sem sombra de dúvida, que os documentos diocesanos em que eu nessa altura me baseava, são falsos redigidos pouco depois de 1115. Mais ainda, o mesmo Autor encontra argumentos válidos para relacionar esse trabalho de falsificação com uma muito provável resistência dos cónegos de Coimbra à introdução do rito romano na diocese, hipótese já adiantada por Pierre David, mas com menos argumentos, o que tira qualquer verosimilhança a um possível apoio das autoridades religiosas locais para a adopção das observâncias beneditinas ou cluniacenses. No entanto, não se encontram argumentos válidos para negar que o título de *prior,* indício de contaminação cluniacense, se encontra mais cedo ao sul do Douro do que ao norte, quer dizer, em 1085 em Lorvão, em 1087 em Arouca e na Vacariça, em 1093 em Pedroso e em Leça. Além disso não me parece ainda suficiente esclarecida a posição do bispo Crescónio (1092-1098) nesta luta de influências culturais. O contraste entre a resistência dos cónegos à liturgia romana e a provável abertura dos monges da mesma diocese às observâncias cluniacenses leva-me portanto a perguntar se teria havido uma oposição entre monges e clero secular, tendo sido os primeiros mais abertos do que os segundos à influência cluniacense e romana. Mas esta hipótese de explicação é evidentemente muito precoce. Convém examinar à sua luz, e com o maior cuidado, as fontes disponíveis.

Penso que estas *questiones disputatae* não são meras controvérsias eruditas e inúteis. Elas revelam, nada mais nada menos, do que uma tensão, senão uma luta ideológica, evidentemente mais profunda do que a adopção de uma ou outra regra monástica. Aquela, por sua vez, tem prováveis conutações sociais, com um significado muito importante no momento de grandes transformações da sociedade portucalense do fim do século XI.

Oferta de Pão a Ponte Vedra em 1620

Por AURELIO DE OLIVEIRA

Consta do Livro n.º 43 das Vereações do Município portuense, que se guarda no Arquivo Histórico do mesmo Município, o pequeno texto que serve de tema central a esta pequena comunicação, e que deu azo a algumas breves considerações.

Temos vindo a prosseguir na paciente recolha de elementos para estudo de conjunto sobre o Portugal seiscentista, mormente para a área geográfica do Noroeste português e o remexer em alguns Arquivos nas abertas que os outros afazeres profissionais nos vai proporcionando, tem vindo a revelar-nos dados que julgamos de interesse. Ainda que posteriormente se venham a aproveitar tais informações, tal não obsta, pensamos, a que desde já se vá dando conhecimento de alguns deles que nos parecem mais curiosos. Assim acontece com o pequeno mas sugestivo acórdão da Vereação portuense, exarado a 16 de Maio de 1620 no seu livro de Sessões. Justifica-se a acuidade da sua divulgação e conhecimento por vir confirmar, ou pelo menos, dar maior solidez e consistência a algumas hipóteses que sobre temática paralela alguma vez aventámos [1].

Sem dúvida que a mais importante consideração, ressalta da simples leitura directa do documento.

Ficamos deste modo conhecendo que sofria a Vila de Ponte Vedra da vizinha Galiza apertada carestia de pão pelo ano de 1620, o que obriga os «regentes da uilla de ponte uedra» [2] a procurar auxílio fora da Galiza. É lógico que o faça junto de lugares abastecidos ou potencialmente abastecedores. Três hipóteses se poriam ou puseram à edilidade galega: busca do pão nos outros lugares seus vizinhos (da Galiza). Sabemos que um

---

1 Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680). Estudo Social e económico*, Porto, 1974, pp. 218 e segs.

2 Arquivo Histórico do Porto, Liv. n.º 43 das Vereações p. 39. Ms.

grande obstáculo a tal solução adviria das dificuldades de comunicação dos lugares da costa com o interior, facto que durante longo tempo, para além doutros factores, muito afligiu a economia galega [3]. Daí que uma solução que se foi tornando uma constante para os lugares marítimos da Galiza fosse, no transcurso do Antigo Regime, o recurso à importação junto dos outros lugares marítimos — via mais rápida, mais segura, logo também, a mais certa e eficiente [4].

Não obstante fica-nos a dúvida, algo fundamentada, que a busca de solução para Ponte Vedra, fora da Galiza, se deverá atribuir principalmente à falta de cereal nos lugares seus vizinhos, acossados possivelmente também por idêntica escassez [5].

A segunda hipótese mais lógica seria o recurso a outras zonas da coroa espanhola, mormente aquelas que se haviam imposto como centros fornecedores ou abastecidas como eram as regiões mediterrânicas e levantinas [6]. As crises que se foram acumulando desde os últimos anos do século anterior e que se agravaram extraordinariamente a partir de 1610 tornaram cada vez menos viável tal solução. A escassez galega nesta altura mais não seria até que mais um grave rebate das imensas e perigosas dificuldades que por então se foram abatendo sobre os domínios da coroa de Filipe III.

A outra possível solução estaria no recurso ao «pan de mar», a que aliás vários lugares de Espanha e por vária vez, recorreram. Este o processo bastante frequente quando a produção da Sicília e da Sardenha decai. A Casa de Áustria, não obstante a luta que mantinha com os povos do Norte, viu-se muitas vezes obrigada a fechar os olhos ao importante contrabando do pão e, ao arrepio de todo o género de conveniências políticas, viu-se obrigada a deixar introduzir livremente os cereais vindos do

---

[3] Jaime Garcia-Lombardero, *La Agricultura y el estancamiento economico de Galicia en la España del Antiguo Regimen*, Emílio Rubin, Madrid, 1973, pp. 6, 37 e 62.

[4] Jaime Garcia Lombardero, *ob. cit.*, pp. 37 e 145. Juan Reglá, *La época de los tres primeros Austrias*, in «Historia Social y Economica de España y America» dir. por Vicens Vives. Barcelona, 1974, t. III, p. 216.

[5] Ponto que a historiografia galega poderá confirmar ou desmentir.

[6] Fernand Braudel, *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la epoca de Filipe II*, trad. esp. de M. M. Toledo y W. Roces, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1953, vol. I, pp. 502-508, vol. II, p. 546.

— Juan Reglá, *ob. cit.*, pp. 131 e segs.

Báltico nos seus domínios até nas zonas mais nevrálgicas e mais ciosamente defendidas [7].

Desconhecemos se alguma destas vias chegou a ser tentada.

Nunca esperaríamos, porém, que a solução escolhida fosse o recurso a terras ou localidades portuguesas. Na verdade, a falta de cereal no Reino de Portugal era questão endémica, e viu-se agravada neste mesmo período. Com idênticas dificuldades se debatiam as duas coroas já que o destino dos dois reinos era comum desde 1580. Por isso que a solução fosse também muitas vezes comum em apertos semelhantes [8].

Daí a nossa estranheza ao vermos aquela povoação galega a solicitar auxílio ao Porto e a resolver a seu contento a aflitiva situação.

Tal facto não deixa de ser curioso e importante, cremos, a vários títulos. Mais uma vez vem chamar a atenção para a necessidade do estudo das terras do Norte em ordem a clarificar a sua real posição como zonas de produção de cereal, como zonas auto-abastecidas e possivelmente como zonas de exportação, que ainda que de modo esporádico e talvez regionalizado não deixou de verificar-se. E isso para além da posição assumida pela região nos tempos anteriores aos modernos [9]. Não cabe aqui fazermos

---

[7] F. Braudel, *ob. cit.*, vol. I, pp. 305, 306, 355-56, 364, 490, 503-87, 524-26, 528, 532, 535, 537-38, 40.

— J. Reglá, *ob. cit.*, pp. 128, 132.

— Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670). Étude économique.* S. E. V. P. E. N. Paris, 1960, p. 305. Cf. também Lúcio de Azevedo, *Organização económica,* in «*História de Portugal*», dir. de Damião Reis, Barcelos, 1933, vol. V, p. 309.

— Luiz de Macedo, *O antigo terreiro de trigo,* Lisboa, 1932, pp. 22-23.

[8] É interessante referir a propósito da integração política em curso, que a carta régia de 17-8-1639 vem chamar a atenção de «que o Reino de Castella se não refuta por Reino estranho» (cf. J. J. de Andrade e Silva, *Collecção chronologica da Legislação Portuguesa,* Lisboa, 1855, vol. dos anos 1634-640, p. 194.

Além das referências feitas na nota anterior cf. ainda Fortunato de Almeida, *História de Portugal,* Coimbra, 1927, t. V, pp. 332-33; t. IV, pp. 475 e segs.

Frédéric Mauro, *ob. cit.*, pp. 297, 303-306.

António Cruz, *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer-Quibir,* Porto, 1967, p. 120.

— *Relatório e projecto de lei sobre o comércio de cereaes...*, Lisboa, 1864, pp. 41-44.

Numerosas disposições legais que regulam o comércio e importação de cereais são um bom exemplo a apontar; ajuntaríamos ainda as contidas nos Regimentos das Alfândegas do Reino, atestando a mesma constância.

[9] A. H. de Oliveira Marques. *Introdução à História da Agricultura em Portugal,* Lisboa, 1968.

— Frédéric Mauro, *ob. cit.*, p. 295.

uma indicação pormenorizada às vezes que à região de Entre-Douro-e-Minho foi solicitado o fornecimento de pão a outras zonas do País. O ponto actual dos nossos conhecimentos permite-nos afirmar que tal sucedeu, e com certa frequência, antes e depois da época que presentemente nos ocupa. Um estudo sistemático sobre tal assunto só viria confirmar, cremos, a permanência de tal fenómeno [10]. Além disso possuímos também alguns elementos atestando, outrossim, o seu contributo para a exportação externa [11]. Sublinharíamos, porém, de bom grado as palavras de Oliveira Marques, sobre exportação de cereais (para os séculos XIII, XIV e XV) «nunca registou (tal exportação) características de regularidade, jamais correspondeu a necessidades intrínsecas da produção do país e sempre deparou com a resistência firme dos povos» [12]. Idêntica asserção é de manter para os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, mesmo para a Região Norte. Juntaríamos ainda com C. Adriano da Costa: «Só havemos de exportar... quando o tivermos e a necessidade lá fora for muito grande» [13]. Para tal discrepância entre exportação e carência muito contribuiu durante tantos séculos, para além doutras causas, a péssima articulação das diversas zonas do País. Essa, outra das razões que fomentou, sobretudo junto à raia seca, o intenso contrabando de cereais, cujo volume seria também interessante averiguar. Acrescentaríamos ainda que para algumas importações que se verificam, — e referimo-nos agora ao séc. XVI

---

10 A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 139, 142-143, 262, 266, 268, 273, 274, 277 e 278.

Fortunato de Almeira, *ob. cit.*, vol. III, p. 475, t. V, p. 345.

Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Sá da Costa, ed., Lisboa, 1951, 2.ª ed., vol. I, p. 66.

L. A. Rebelo da Silva, *ob. cit.*, t. IV, p. 439.

Idem, *Memória sobre a população e Agricultura de Portugal*, Lisboa, 1868, p. 292.

Luiz de Macedo, *op. cit.*, p. 9.

No século XIX, essa exportação de cereal para vários lugares do Reino é uma constante. Cf. *A Aurora do Lima*. Passim. Várias corografias o referem também. Luís Figueiredo da Guerra, *Esboço Histórico de Viana do Castelo*, Coimbra, 1878, p. 64.

11 B. P. M., Porto, Ms. inédito.

Aurélio de Oliveira, *ob. cit.*, p. 310.

A. William Costigan, *Cartas de Portugal 1778-1779*, tratado de A. Reis Machado, Lisboa, 1946, vol. II, p. 62.

A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 170-73, 262, 274 e 277.

— *Os frades julgados na tribunal da Razão*, Lisboa, 1814 (Anónimo) notas do cardeal Saraiva, p. 146.

12 A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 168.

13 C. A. da Costa, *O contrabando de cereais em Portugal*, Lisboa, 1855, p. 12.

desconhecendo se para outros períodos igual fenómeno ocorreu — há a considerar um aspecto curioso e pouco ou nada referido: é que parte dessa importação se destinava a comércio, — de certo modo também ilícito, mas que no fundo não traduziu carência de cereal da terra, antes trato com o mesmo. Confessa o monarca durante o segundo quarto do séc. XVI que está «emformado q̃ m.tas p.as q̃ tem priuilegios q̃ lhe forão dados plos reis meus antececores e por mĩ cõfirmados p.ª não pagarẽ diz.ª ẽ minhas alf.as das cousas q̃ mandarẽ trazer elles trazer de fora do reino p.ª suas nececidades uso das p.as de suas casas tendo no reino triguo seuada e outras cousas mandaõ trazer de fora do reino outras da mesma calidade das q̃ no reyno tem asy plas mandarẽ la comprar como por as terẽ la de suas nouidades e rendas e gastam essas q̃ mandam trazer e uẽdem as q̃ no reino tem de suas nouidades e rendas...» [14].

Para o século XVII revelámos há tempos exportação de algum cereal entre 1660 e 1670 sacado da região Bracarense, mais precisamente dos domínios da Abadia de Tibães. Estava-se numa conjuntura nacional nada consentânea com tal fenómeno. Púnhamos a hipótese de essa exportação, por parte da Abadia não ter sido única, mas de possivelmente terem existido outras grandes casas rurais que durante o século XVII tivessem feito o mesmo. Só a investigação em curso nos poderá vir a dar uma resposta.

Todavia este caso do Município portuense em 1620 não deixa de ser encorajante por vir no sentido da confirmação, e novamente numa época de dificuldades para quase todo o Reino. Relembramos a observação de Oliveira Marques: não estamos perante fenómeno sistemático. Todavia, ainda que esporádico (resta avaliar da sua frequência) não deixa de ser extremamente curioso. Tudo nos aponta, por conseguinte, para a acuidade do estudo das terras do Norte, não só no sector agrícola como no das outras actividades, do seu comércio legal ou da contrabando [15].

Outro ponto a considerar diz respeito ao cereal que o Porto cede a Ponte Vedra: centeio essencialmente, embora se junte a oferta de algum trigo. Pode assim concluir-se que tal dádiva foi feita sobre a recolha do cereal da região. A quantidade cedida era, para além do mais, apreciável.

---

[14] B. P. M. Porto, Ms. inédito. A provar que o costume não caíra em desuso são promulgadas disposições proibitivas ainda em 1557 (9 de Agosto). Cf. José Anastácio de Figueiredo, *Sinopsis Chronologica*, Lisboa, 1790, t. II, p. 21. A legislação filipina mantém ainda idênticas disposições. Cf. *Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas per mandado delrei D. Filipe o Primeiro* 10.ª ed. Coimbra, 1833, t. III, p. 338.

[15] Aurélio de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 218-226.

O Porto era já um importante foco de atracção de produtos não só do seu termo, como de grande parte do Entre-Douro-e-Minho e ainda de Trás-os-Montes. Na verdade vários caminhos traziam até ao seu porto os géneros das terras transmontanas, levando de retorno os produtos do mar, sobretudo sal e pescado [16]. Bem sei que a este respiradouro haveria que juntar Vila do Conde e sobretudo Viana do Castelo, que até pelo número de habitantes em nada ficava a dever à cidade do Porto. Um e outro, núcleos importantes como focos de atracção para os produtos do interior [17].

Em anos normais, por conseguinte o aprivisionamento do Porto em cereais fazia-se à custa das terras do termo e das outras mais metidas no hinterland, mas a si ligadas por vias e caminhos que para si convergem com certa intensidade desde os fins da Idade Média [18] e que no decurso deste período se vão acentuando cada vez mais. Numerosos acórdãos camarários estipulam a obrigação dos comerciantes e almocreves provenientes dessas regiões na cidade meterem pão (e outros produtos) a troco dos géneros que dela levam de retorno. Essa constante vem dos tempos anteriores, mas avolumou-se com o crescimento da cidade e do seu trato. Desde a Idade Média aos tempos modernos que para ela se escoavam cereais (e outros géneros) do Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beiras [19]. Com particular incidência destas duas últimas regiões: o pão que no Porto se gastava, sobretudo em anos mais apertados «lhe vinha da comarca de Trás-os-Montes, pelo rio Douro abaixo» (1559), outras vezes recorria-se às comarcas da «Beira & Tralhosmontes», em 1567 confessa a camara que a dita cidade não tinha outro pão senão aquele que lhe vinha das «comarquas de Tralos Montes e Beira (e algum que lhe vinha de fora

---

16 Magalhães Basto, alarga muito mais essa influência: Beiras e Estremaduras. Cf. *O Porto de ontem e de hoje na vida económica nacional,* in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», fasc. II, Junho de 1938. Porto, 1938, p. 286.

B. P. M. do Porto, Ms. inédito.

17 Aurélio de Oliveira, *ob. cit.*, p. 310, nota 12.

18 H. Baquero Moreno, *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade-Média.* Lisboa, 1975, pp. 206-209.

19 A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 142.

Magalhães Basto, *ob. cit.*, p. 286.

20 António Cruz, *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer-Quibir,* Porto, 1967, pp. 105, 108, 110-11, 115 e segs.

do Reino)» [20]. Consequentemente também a carestia que tocasse essas mesmas regiões afectava imediatamente o fornecimento da cidade [21].

Desconhecemos indicadores de produção para a área para este período e os únicos elementos de que podemos dispor são os preços recolhidos pelo abade de Baçal para o distrito de Bragança e aos quais quase todos recorrem. A observação desses preços dá-nos para os quatro anos anteriores a 1620, quer se conte de 1617 ou 1616 — visto que o empréstimo é feito antes da colheita de 1620! — um preço médio, nitidamente inferior a igual período posterior a 1620. Preços e média nitidamente inferiores também aos verificados para outras regiões do país sobre os quais possuímos iguais dados [22]. Estaríamos nesta altura no Norte face a anos razoáveis de produção, que claramente podem ajudar a justificar a cedência gratuita de 2000 alqueires de pão a Ponte Vedra em 1620 sem desfalcar os seus celeiros pois confessa a edilidade ainda na «uilla auer m.ta cantidade de pão». O município não fica desprotegido, mesmo de trigo, cuja produção no Norte fica a longa distância do centeio. Também o seu uso era mais restrito. Mas a praça encontrava-se também bem surtida deste cereal caso contrário não se compreende a oferta de 500 alqueires. Vem no mesmo sentido o acórdão da vereação de Fevereiro de 1621 em que se estipulam preços razoáveis para o «pão de trigo da terra coado», ainda que ligeiramente superior ao «pão do mar» [23]. Tudo isto só pode tomar-se como bom andamento das colheitas na região, dado que sendo o Porto uma zona vital como vimos verificando, logo também sensível, o poderemos tomar como termómetro das áreas até onde chega a sua influência. As colheitas de 1621 irão alterar este panorama, dando origem a pelo menos dois anos de penúria em quase todo o país [24] assim o confessa o monarca ao cabido bracarense por carta de 19 de Maio de 1622: «tenho

---

21 Idem, p. 123. Cf. nota seguinte.

22 Frédéric Mauro, *ob. cit.*, p. 309. Comparar com páginas seguintes.

Vitorino Magalhães Godinho, *Introdução à História económica*, Livraria Horizonte, Lisboa, s. d. [1971] quadros posteriores à p. 157. Não julgamos abusiva esta utilização dos dados do Abade de Baçal, para o pão, uma vez que os preços no Porto se estabeleciam em constante referência com os que corriam no interior. Essa correlação estende-se, aliás, a outros produtos, como os vinhos. O preço destes estabelece-se tendo sempre em conta o que corre «em sima do douro» (Liv. n.º 43 das Vereações, p. 295, 317 v.).

23 A. H. Porto, Livro 43 das Vereações, pp. 208-208 v.

24 Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1888, vol. III, pp. 31-38, 58.

particular sentim.to das necessidades e aperto e q̃ sou infirmado que se achão neste Reyno os meus Vassalos delle for falta de pão» referindo as necessidades «tão extremas» que se padecem, e solicitando-lhe auxílio para os pobres e miseráveis. A municipalidade lisboeta acusa as dificuldades e pede auxílios. E é do Porto ainda que para ali segue algum pão, não obstante as minguas que por aqui também se fazem sentir [25].

Outra consideração a fazer-se diz respeito à integração de zonas limítrofes na mesma área económica não obstante, muitas vezes, a separação imposta pelas fronteiras políticas.

Tal complementaridade não é exclusiva do período correspondente ao domínio filipino [26], mas acentuou-se com ele. É sobejamente conhecido o caso brasileiro, mas na metrópole actuou a mesma força. A confirmá-lo aí está o pedido feito em Tomar para a abolição dos portos secos, que se abrem e fecham a intermitências [27]. Quando fechados encontraram os povos fronteiriços meios constantes de iludir a vigilância administrativa mormente em áreas em que a dificuldade de comunicações punha sérios entraves à fácil circulação dentro das respectivas fronteiras políticas.

Os contactos e a complementaridade verificada entre a região Norte de Portugal e a Galiza é bem ilustrativo do incremento e intensificação da interligação económica verificada no espaço peninsular durante o domínio espanhol.

Esses contactos vêm-se intensificando desde os fins da Idade Média acompanhando o desenvolvimento geral do comércio [28]. Ganhou fôlego na Época Moderna, quer quando o grande comércio ultramarino, centrado ou em Lisboa ou em Sevilha, deixou ao comércio interno ou de cabotagem a incumbência do serviço menos arriscado, quer quando a activação do eixo atlântico, chamou a uma actividade mais intensa e lucrativa os lugares

---

25 A. H. do Porto, Liv. n.º 44 das Vereações, pp. 33 v.-34; Eduardo Freire de Oliveira, *ob. cit.*, vol. III, pp. 31-38.

Frédéric Mauro, *ob. cit.*, p. 338.

26 Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios*. II. *Sobre História de Portugal*, Lisboa, 1968, pp. 257-58, 264-265.

27 Esse pedido parte exactamente do braço popular, que pensamos englobar os médios e pequenos comerciantes ligados essencialmente ao comércio interno. A não ser revogado tal pedido por Filipe II, ter-se-ia dado o maior passo para a integração económica, quiçá política, do espaço peninsular.

Eduardo Freire de Oliveira, *ob. cit.*, t. II, pp. 20-21, 100-103.

28 H. da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, nos séculos XII a XV, 2.ª ed., dirigida por F. Soares, t. X, passim, sobretudo pp. 108-9, 310 e segs.

secundários até aí quase esquecidos. Está neste último caso a presença mais assídua dos galegos nas costas norte de Portugal no período que temos em análise. Para além do registo da presença convém não esquecer, antes acentuar, o significado dessa maior assiduidade que desde o início do século XVII se vem notando por parte dos galegos, na área que desce sobretudo até Aveiro.

Mas deixemos a municipalidade portuense justificar a utilidade do auxílio o Ponte Vedra: trata-se quase de uma troca de serviços pois parece ser corrente os vizinhos da Galiza «acodirem com o pesquado & sardinha a esta cidade»! Há ainda outros sectores em que a presença galega é constante [29] não se escusando, através do contrabando, de participar nesta revitalizada economia atlântica do século XVII [30]! Sem dúvida, porém, que a sua participação mais activa se situa em torno do trato do sal e da pesca costeira, descendo desde Caminha, a Viana, Vila do Conde-Azurara, ao Porto e a Aveiro. Enfim, participação muito apreciável no comércio interno e de cabotagem. Por 1521 andavam barcos no trato de sal entre Aveiro e Galiza, [31] chegando-se no século XVII à isenção dos direitos sobre o sal saído para a Galiza e Astúrias. A legislação vem, assim, servir de incentivo ao incremento de um trato que já existia e que muito particularmente vem a beneficiar Aveiro [32]. Por outro lado é de salientar a actividade piscatória através da qual vêm «os de Galliza Viscaya e outros p.tes», provendo os lugares de Viana de «pescado fresco e secco» «pescado e sardinha fresca q̃ eles por si pescavão» bem como «cauallas frescas sem sal e por abrir e outro pescado». Outros internam-se pelas terras do Entre-Douro-e-Minho comerciando, ou trazendo de Galiza e Castela os seus produtos, fazendo ligações com os portos portugueses: «Porq̃ fuy ẽformado que os alquaides e oficiaes rendr.os e seus feitores dauão presão os mercadores q̃ uem de castella uindo por seu caminho dr.to cõ suas caregas p.as as ditas alf.as e quoando os achauão na raia e ẽ outras partes lhe fazião

---

29 B. P. M. Porto inédito.

L. A. Rebelo da Silva, *História de Portugal,* ed. cit., t. IV, p. 543.

A. Cruz, *ob. cit.,* pp. 190-197, IX, XXX, CXII, CXX-XXI, CXXXIII.

30 Frédéric Mauro, *ob. cit.,* pp. 230, 260, 270-71, 278, 400, 418.

Fortunato de Almeida, *ob. cit.,* t. V, p. 348.

31 H. da Gama Barros, *op. cit.,* loc. cit.

32 Não vamos referir-nos em pormenor ao trato do sal que nos desviaria do fim em vista. Apontamo-lo apenas como ilustração. Cf. José Justino de Andrade e Silva, *Collecção chronologica de Legislação Portugueza,* Lisboa, vol. de 1627/37, p. 362, vol. de 1634-1640, pp. 43, 81-82, 173-74, 192 e vol. de 1683-1700, p. 383.

descaregar suas bestas no campo e lhe desemfardauão seus fardos dizendo q̃ nelles trazião mercadorias defezas ou não despachadas».

Qual o significado desta presença em lugares que a si próprios se deviam bastar de pescados como é o caso de Viana, Vila do Conde, Azurara, Porto e possivelmente Aveiro?

Para além de deixar como ponto assente a intensificação das inter-relações económicas na área, o que sem dúvida introduz uma nota curiosa na economia do Noroeste português neste período, não deixará de sublinhar-se que esse fenómeno foi facilitado pelo abandono a que os portugueses votaram tais actividades. Justificação para tal abandono e esquecimento só pode encontrar-se nos novos campos de acção que chamaram os nacionais a actividades mais lucrativas e rendosas: primeiro, o trato das ilhas (as conservas, meles, etc.), das conquistas, depois, o lucrativo trato com o Brasil, e a faina nas pescas do alto, que vianenses e aveirenses faziam por «esse mar devasso» «em outros mares doutros Senhorios», e «no mar da costa da terra noua». Haveria ainda que referir como apoio, e não só, a este tipo de comércio de maior fôlego, a construção naval que desde Viana, à Póvoa, a Vila do Conde-Azurara, ao Porto e Aveiro foi outra poderosa constante a que os nacionais se devotaram, visando não só o reapetrechamento das suas próprias frotas, como ainda a exportação [33]. Parece, pois, que se concentravam, por então, com maior intensidade noutros objectivos os interesses das gentes marítimas do Noroeste.

---

[33] B. P. de Porto, Ms. inédito «... por quanto nesta uilla e nos lugares de zurara e pouoa se fazem m.tas maoos nauios e carauelas e se afirma q̃ as mais delas se uendem p.ª fora do reino...».

— Frédéric Mauro, *ob. cit.*, pp. 42, 45, 92, 287 e 491.

— Eduardo Freire de Oliveira, *ob. cit.*, t. II, p. 170.

— Luís Figueiredo Guerra, *ob. cit.*, pp. 49-50.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Aos desasseis de mayo deste anno de mil & sseis sentos e vinte na casa da Camara foy ditto & assentado pello Juiz e Vreadores q̃ os regẽtes da uilla de ponte uedra lhes escreuerão hũa carta pedindolhes tinhão nessecidade de pão e que auia naquella uilla m.ta falta delle & q̃ esta cidade estaua abundante lhe dessẽ a contia q̃ lhes paressese pera acudir as nececidades prezentes, o q̃ uisto pellos juizes & vreadores e procurador da çidade foy dado l.ca pera q̃ pudesse leuar mil e quinhẽtos alqueires de pão vysto a falta e serẽ tão vizinhos & acodirem com o pesquado & Sardinha a esta cidade e nella auer m.ta cantidade de pão de q̃ mãdarão fazer este assento manoel ferraz o escreuy declaro q̃ os mil & quinhẽtos alqueires Serão de Senteo, e querẽdo mais quinhẽtos alqueires de triguo lhe darão lisensa pera os leuar a ditta uilla uista a falta de q̃ mandarão fazer o ditto assento sobreditto o escreuy.

(Arquivo Histórico Municipal do Porto,
Livro 43 das Vereações, p. 39)

A população de Caminha e Valença em 1513

Por ANTONIO DE OLIVEIRA

1 — A minudente administração pública portuguesa do século XVI, embora longe do período estatístico, deu realização a um vasto conjunto de atitudes, gerais ou particulares, quanto a numeramentos de pessoas, coisas, animais e plantas: armas e cavalos de guerra; cidades, vilas e lugares acastelados; gado ou árvores novamente plantadas; fortunas e moradores.

A publicação das peças que chegaram até nós impõe-se pela importância e raridade.

2 — Na história da população portuguesa do século XVI ocupa lugar de relevo, como é sobejamente conhecido, o recenseamento de 1527. A população quinhentista, porém, não teve neste numerar, pelo menos em alguns locais, nem o primeiro nem o último conto. Por motivos diversos, outras determinações, régias ou camarárias, mandaram proceder à sua individuação. Uma delas, no fim de 1512.

Neste ano, por alvará datado de Évora aos 30 de Dezembro, mandou D. Manuel arrolar os moradores dos lugares dependentes da administração eclesiástica de Valença, bispado de Ceuta, o que corresponde à região de entre Minho e Lima [1]. Foi destinatário deste alvará Pero Pinto, cava-

---

1 Segundo parece. D. Manuel manda numerar os moradores que há *em todos hos lugares e termos que esteverem e cayrem dentro d'amenistraçom de Tui que he do bispado de Çepta*. Na data em que a ordem foi redigida (30-12-1512) já há muito que Tui havia perdido a administração eclesiástica dos territórios entre Minho e Lima. A história do problema está feita: Separando-se de Tui nos finais do século XIV, a administração eclesiástica de Valença foi desmembrada definitivamente do bispado de Tui por bula de Eugénio IV de 14 de Julho de 1444 e anexada ao bispado de Ceuta. Nicolau V confirmou a anexação por bula de 27 de Junho de 1452 a qual, porém, só se tornou efectiva pela bula *Romanus Pontifex*, de Sisto IV, datada de 18 de Dezembro

leiro (ou escudeiro?) da casa real, que se devia encarregar de recolher o numeramento e enviá-lo até à Páscoa seguinte [2].

O documento não explicita as razões da numeração, escondidas sob um genérico e régio «a noso serviço cumpre saberemos». Mas indica o que pretende: o recenseamento de todos os moradores, «sem nenhum ficar de fora», e mais o saber «se pagarom de seis anos a esta parte algũa cousa em algũas hobras asy de muros como de pontes e outras algũas nosas ou dos conçelhos e quanto pagarom pera cada hũua e pera que

---

de 1473. Em 20 de Setembro de 1512, por contrato celebrado entre o bispo de Ceuta e o arcebispo de Braga, Valença foi incorporada na diocese bracarense. Este acordo foi confirmado por Leão X em bula de 25 de Junho de 1513. D. Diogo de Sousa tomou posse da comarca eclesiástica de Valença em 5 de Agosto de 1514.

Nestes termos, pode aceitar-se a expressão *bispado de Çepta* no documento de 30 de Dezembro de 1512 (faltava ainda a confirmação do contrato). Mas é profundamente anacrónica a referência aos *lugares e termos que esteverem e cayrem dentro d'amenistraçom de Tui*. O facto, por si e especialmente num documento oficial, deve traduzir a permanência da expressão, embora vazia de conteúdo administrativo. A antiga administração de Tui abrangia 230 paróquias entre Minho e Lima.

Sobre o problema: Prudêncio Sandoval, *Antiguedad de la ciudad, y iglesia cathedral de Tuy y de los obispos que se save avido en ella*, Braga, 1610. Henrique Florez, *España sagrada*, t. XXII, Madrid, 1767, pp. 194 e segs. Pedro Jesus Maria José, *Chronica da santa e real Provincia da Imaculada Conceição de Portugal* [...], tomo I, Lisboa, 1760, pp. 282 e segs. Levy Maria Jordão, *Memória histórica sobre os bispados de Ceuta e Tânger*, em «Memórias da Academia Real das Sciências de Lisboa», Lisboa, 1861, tomo III, parte II, pp. 3 e segs. J. Augusto Ferreira, *Fastos episcopaes da igreja primacial de Braga*, Braga, 1931, tomo II, pp. 396-97. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1910, vol. II, pp. 14 e segs. Avelino de Jesus da Costa: *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, 1959, vol. I, pp. 106-107; *D. Diogo de Sousa novo fundador da cidade de Braga*, Braga, 1962, pág. 25; e *Constituições diocesanas portuguesas (sécs. XIV-XV)*, vol. I, pág. 183. Eduardo Nunes, *Nótulas de história do século XV português. 1. A contenda luso-castelhana sobre bispados e mestrados em 1436-1437*, em «Do Tempo e da História», Lisboa, 1965, vol. I, pp. 47-55.

[2] O numeramento de Caminha qualifica Pero Pinto como cavaleiro da casa real, mas o rol de Valença designa-o por escudeiro.

A chancelaria de D. Manuel regista a nomeação de um Pero Pinto, escudeiro da casa real, para almoxarife da alfândega de Viana de Caminha em 6 de Setembro de 1498 (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 44, fl. 1); de «aselador das cousas que pertencem ser aseladas na nossa alfandega de Viana e (*sic*) Caminha» em 26 de Abril de 1499 (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 14, fl. 28 v); ao mesmo, o ofício de «aselador dos panos que se carregam em Viana de Caminha para as ilhas da Madeira e Açores e asi por aselador do segundo selo que se poem nos panos da terra da dita vila» em 26 de Agosto de 1499 (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 14, fl. 60-60 v). Tratar-se-á do mesmo oficial que foi encarregado do numeramento?

hobras» [3]. Os moradores deviam ser notados pelo nome e do rol constaria a explicitação dos cavaleiros «per nosa carta ou de nosa casa», das viúvas, dos pobres de pedir e dos que tinham privilégio [4].

Fazer numeramentos de moradores não era tarefa vista sem alguma desconfiança pela população cansada de fintas, pedidos de dinheiro ou de soldados. Escusar o nome do rol, ou pelo menos evitar certas qualificações, devia ser para muitos uma aspiração. Pelo menos assim o admite Aires de Sá, ao esclarecer o sentido de certas verbas do recenseamento que efectuou em 1537 na comarca de Leiria: «e assy ha hi mais priviligiados dos que vão nesta folha porque soube que muitos com medo desta folha se fazer pera os mandarem a guerra se não vinham escrever por priviligiados» [5]. Um aviso «a quem der rezão e enformação desta folha a sua alteza» e, como é óbvio, a quem historiograficamente se ocupar de semelhantes fontes.

O ponto de vista dos ministros do Venturoso, neste particular, não andaria muito longe do parecer do corregedor de D. João III. Procurando que toda a gente fosse arrolada, sem excepção de privilegiados, D. Manuel comina contra os responsáveis a pesada multa de 2$000 reais por cada morador que ficar de fora. E às justiças que não procederem com diligência o rei lembra «que lhes faremos pagar vynte cruzados e mais outra quallquer [pena] que ouvermos por bem».

A ordem régia foi apresentada em Valença em 2 de Março de 1513 e em Caminha no dia 12 [6]. Os juízes ordinários [7] deram-lhe imediato cumprimento mandando, como se diz para Caminha, «logo esprever ho numero

---

[3] A informação tributária foi pedida depois de datado o documento. O primeiro desejo seria, assim, conhecer o número dos moradores sujeitos à administração eclesiástica do bispado de Ceuta entre Minho e Lima. O recenseamento, pode conjecturar-se, estaria então relacionado com o contrato de 20 de Setembro de 1512 celebrado entre D. Diogo de Sousa e D. Frei Henrique de Coimbra.

[4] O numeramento acabou por incluir outras qualificações, nomeadamente a dos escudeiros. No traslado do alvará régio efectuado em Caminha, manda-se declarar «quaes som cavaleiros cavaleiros (*sic*) per nosa carta ou de nosa casa». O traslado inserto no rol de Valença não repete a palavra *cavaleiros*. Se esta cópia estiver conforme ao original, poderá supor-se que esteve na intenção do poder régio o recenseamento de um grupo específico da nobreza? E apenas cavaleiros da feitura do monarca, porquê?

[5] Como declara numa das folhas dos moradores da comarca de Leiria que recenseou em 1537 (ANTT, *Gaveta* 17, maço 1, doc. 21). Este documento está transcrito e aproveitado no nosso trabalho *A população das comarcas de Leiria e Santarém em 1537*, Coimbra, 1976.

das pesoas que na dicta villa e termo avia». Com «nomes e sobrenomes e apelidos», «sem faleçer pesoa algũa», os notou, nesta localidade, Gregório do Vale e, em Valença, Rui Lopes, ambos escudeiros e tabeliães [8].

Desconhecemos o processo seguido na elaboração das listas nominativas [9]. O numeramento de Valença indica, no entanto, que a responsabilidade do cômputo do termo pertenceu a um jurado e a um homem-bom de cada freguesia os quais, sob juramento, deram a indicação dos moradores que em cada uma delas havia.

3 — Caminha e Valença, vilas fronteiriças, eram lugares amuralhados. O numeramento de 1527 apresenta a primeira cingida de «muros e torres e barbacãa» e informa, quanto à segunda, estar «cerquada de muros e torres velhas» [10].

As muralhas de Valença estavam já danificadas em 1513. Contra esta situação reclama a Câmara, ao responder à ordem de D. Manuel que mandou numerar os moradores, e aponta como uma das causas a saída do concelho, por parte dos funcionários régios, do dinheiro das terças. Dinheiro, aliás, que não chegaria para pagar sequer os salários da reconstrução. Os habitantes da vila e termo teriam, assim, de arcar directamente com as despesas da reedificação das muralhas [11].

Também a população de Caminha, por esta altura, e desde há oito ou mais anos, se entregava à construção da *barreira,* «obra muito grande e

---

[6] No momento conhecemos apenas os numeramentos de Caminha e Valença. O primeiro publicámo-lo já no volume XXIII da «Revista da Universidade de Coimbra», com data de 1968, sob o título «*A população de Caminha em 1513*». Pouco depois da sua publicação deparou-se-nos outra peça do recenseamento de entre Minho e Lima, a referente a Valença. Republicamos o que diz respeito a Caminha, com modificações e correcções, e aproveita-se o novo documento sobre a população de Valença e seu termo.

[7] Em Caminha eram juízes ordinários João Pita (escudeiro) e Diogo de Paços. Em Valença, o escudeiro-fidalgo João Pereira e o cavaleiro Heitor de Barros.

[8] O numeramento de Caminha que foi enviado ao poder régio é documento original e vai adiante publicado sob a designação de *Documento 1.* O de Valença é um traslado do auto original e publicamo-lo como *Documento 2.* A mesma mão endereçou ao monarca os dois numeramentos.

[9] Apresentada a ordem régia em Caminha, os «juízes mandarom logo esprever ho numero das pesoas que na dicta villa e termo avia». Os nomes foram copiados, provavelmente, de documentos existentes na Câmara.

[10] O censo foi publicado, na parte que nos interessa, por Braamcamp Freire, *Povoação de Entre Douro e Minho no XVI século,* em «Archivo Historico Portuguez», vol. III, pp. 241-273; as citações são da pág. 248.

[11] Cf. *Documento 2.*

de muito custo». Apesar deste contínuo esforço, estava ainda por cercar mais da terça parte da vila. Não obstante, e reflectindo uma época de crescimento económico de quem tem gasto «de suas casas muito dinheiro que he maravilha soportarem tanto trabalho», a Câmara tencionava ainda, logo que fosse acabada a *barreira,* construir (ou reconstruir?) o cais, «que ha de seer mui grande hobra» e fazer o caminho da Junqueira. Caminho empedrado que ligaria Caminha a Vila Nova e constituiria uma das maiores e mais necessárias obras desta «Riba de Minho» [12].

Tanto para Caminha como Valença possuímos algumas vistas das fortificações do período que consideramos. Tomou-as Duarte de Armas para o seu *Livro das Fortalezas.* O autor desenhou a planta das muralhas de Caminha e fixou duas imagens da vila tomadas de leste e de sudoeste. Para Valença debuxou as vistas tiradas do norte e sul [13].

A análise das gravuras mostra-nos, para Caminha, dois lanços de muros: um interior, circundante de forma quase oval, e outro exterior que cinge apenas parte do primeiro, sobretudo a partir da torre principal situada na extremidade do eixo maior [14]. Dentro das muralhas deve estar a *vila* de 1513, seguindo-se-lhes o *arrabalde,* posteriormente circunvalado por terceira ordem de muros [15].

---

12 Cf. *Documento 1.* O florescimento económico de Caminha acabou por se modificar. Em 22 de Dezembro de 1653 (?), por exemplo, a Câmara argumentou que não era possível cobrar dinheiro, em virtude do povo estar esgotado pela guerra, para pagar aos procuradores a enviar às cortes e que, por esse motivo, Caminha seria representada pelos procuradores de Monção. (ANTT, *Corpo Cronológico,* parte I, m. 116, doc. 6).

13 Vd. João de Almeida, *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas,* Lisboa, 1943, pp. 441, 443 e 445, para Caminha; pp. 429 e 431 para Valença. Atente-se, porém, nas imagens do exemplar de Madrid. Duarte de Armas executou a sua obra, segundo Armando Cortesão, entre c. 1509 e c. 1516. Vd., a este propósito, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica,* vol. I, Lisboa, 1960, pp. 71 e segs.

14 Tanto para Caminha como Valença explicitou Duarte de Armas no exemplar de Madrid: «nom tem fortaleza nem alcayde he do marquez».

15 Como afirma o autor da *Descripção da villa de Caminha* (Viana, 1878, 94 pp., separata de «O Viannense»), pp. 59 e segs.: «É praça d'armas guarnecida de tres ordens de muros; mas ainda que todos a cingem, nenhum por si só a cinge totalmente, porque a primeira ordem de muros cinge só o que se chama dentro da villa, mas pela parte do rio que olha para o poente não é cingida pela segunda ordem». Esta ordem de muros apresenta-a a defender só o arrabalde, circunvalando-o. Sobre as muralhas cf. ainda Luiz Caetano de Lima, *Geografia historica* [...], tomo II, Lisboa, 1736, pp. 37 e segs.; e sobretudo, para este e outros pontos da evolução da vila, Maria Alfreda Cruz, *Caminha. Evolução e estrutura duma antiga vila portuária,* em «Finisterra», vol. III,

O rol manuelino apresenta a população da *vila* distribuída por três ruas: a de Meios, da Ribeira e do Vau [16]. A primeira, «que era d'antes toda de mercadores», como escreveu o autor da *Descripção da villa de Caminha,* é também conhecida, efectivamente, pela rua dos Mercadores ou rua Direita.

Muitas das melhores casas desta rua, edificadas por burgueses em período de euforia comercial, e dentro dum mimetismo dos arquétipos sociais, «copiam largamente as características exteriores» [17] da conhecida casa nobre dos Pitas. Mais de um terço da população de intramuros vivia neste local e, provavelmente, aqui residiam também as maiores fortunas.

Pelas ruas da Ribeira e do Vau erguia-se o mesmo número de fogos. Ao todo, nas três ruas, 182 moradores, aos quais se deverão juntar, por certo, os 9 clérigos alistados em título apartado [18]. No arrabalde vizinhavam 25 fogos, representando a *rua,* assim, um oitavo da população «urbana» total.

No conjunto populacional do *burgo* e do *arrabalde* de Valença contava-se, em 1513, quase o mesmo número de fogos: 201 [19]. Mas enquanto em Caminha a soma inclui nove clérigos (4,16 % do total), o rol de Valença, denotando a importância eclesiástica da vila [20], explicita vinte

---

n.º 3, Lisboa, 1967, pp. 77-128. Sobre o autor da *Descripção* e edições desta obra vd., *v. g.,* Serra de Carvalho, *Recordações dos tempos idos. A capela da padroeira. (Notas aos artigos IV, V e VI),* em «Ecos da Matriz» (Boletim da família paroquial da vila de Caminha), n.º 23 (1961), nota 4.

16 A *Descripção* coloca dentro dos primeiros muros, além de três travessas, três ruas: Meios, Ribeira e Poço; dentro dos segundos, onde está «o melhor terço da vila», indica cinco, uma das quais se chama rua do Vau; no interior dos terceiros muros há uma só rua «ainda que é a mais povoada da terra». A maior parte dela é habitada por pescadores. (Não nos foi possível ver a documentação necessária para o desenvolvimento crítico destas notações topográficas). Alguns esclarecimentos, contudo, em Maria Alfreda Cruz, *ob. c.*

17 Expressão entre aspas de Maria Alfreda Cruz, *ob. c.,* pág. 83.

18 Dentro dos muros (na vila): 160 homens, incluindo 9 clérigos, e 31 mulheres (todas viúvas); no arrabalde: 23 homens e 2 mulheres (viúvas). Total de fogos na vila e arrabalde: 216 (183 H e 33 M).

19 Parcelas da soma: 150 homens, 29 mulheres (viúvas e solteiras) e 22 clérigos.

20 A colegiada de Santo Estêvão era então formada pelo chantre Vasco Fernandes, sub-chantre André Gonçalves, mestre-escola Afonso Neto, tesoureiro Sebastião Gonçalves e pelos cónegos: João Lourenço, Álvaro Esteves, Martim Anes, João Gonçalves, Gomes Afonso, João Velho, Bastião Rodrigues, Jácome Gomes, Mosem Jame, Afonso Gomes, Rui Vaz, João Afonso e Diogo Afonso. Dados que podem ser acrescentados, por exemplo, ao trabalho de Eugénio de Andrea da Cunha Freitas,

e dois (10,94 %). Por outro lado, a nobreza valenciana é, também, em proporção, superior à de Caminha (11,44 % contra 9,72 % do conjunto). Uma primeira diferença estrutural se pode notar, então, entre as duas populações: os estratos do clero e da nobreza são proporcionalmente maiores em Valença (22,38 %) do que em Caminha (13,88 %).

A sobreposição das classes dominantes corresponde, por sua vez, uma mais acentuada diferenciação na repartição das riquezas. Com efeito, os «pobres», em Valença, atingem 16,4 % da população. Um pouco mais de 9 % destes vivem à custa dos fiéis: pedem por amor de Deus [21]. Em Caminha, a «pobreza» representa apenas 12,5 % do total, encontrando-se a maior proporção dos moradores pobres no arrabalde, sítio que sob o ponto de vista sócio-económico se desenvolveu insulado em relação à *vila* [22].

Esta desigualdade estrutural salienta-se ainda se analisarmos o cômputo e qualificação das viúvas.

O teor da vida de Caminha, vila portuária pulsando a euforia nacional do momento que consideramos [23], poderá justificar a elevada proporção de viúvas (15,27 % contra 9,45 % em Valença). Mas as viúvas pobres de Caminha representam apenas 42,42 % do seu total, enquanto as de Valença atingem 63,15 %. Considere-se ainda que no documento de Cami-

---

Dignidades e cónegos da insigne colegiada de Santo Estêvão de Valença (Esboço de um catálogo), em «Arquivo do Alto Minho», vol. IV, pp. 20 e segs.

21 Tanto o rol de Caminha como o de Valença explicita uma das qualificações pedidas pela ordem régia: «hos que forem proves que nom teverem senom hos fies de Deos». Os documentos distinguem, porém, entre pobres e os que vivem pedindo. O conceito de pobre implica, entre outras notas caracterizadoras, a de debilidade económica. Incluem-se, portanto, entre os mais desafortunados, embora não seja possível, considerando apenas o numeramento, determinar-lhe o nível de riqueza. Em alguns casos, porém, foi explicitado que «não têm nada de seu». Nos meados do século XVIII continuavam a abundar os pobres na vila de Valença, como afirma a informação paroquial de Santo Estêvão: «não tem hospital nem casa de caridade, o que lhe faz uma grande falta pelos muitos pobres que aqui acorrem e habitam». Gente caída na pobreza por que vive «só de uma indústria e trabalho e nas necessidades não tem mais remédio que apelar à caridade dos fiéis à custa de um grande trabalho dos párocos de'a» (Publ. em «Arquivo do Alto Minho», vol. 16, p. 84).

22 Exprimimos o sentido da evolução apresentado por Maria Alfreda Cruz, *ob. c.*, o que deve ser válido, ao longo do tempo, para a *rua*. O *arrabalde* quinhentista que se nos depara no censo de 1513 albergava mais do que um estrato social. E no arrabalde, e não no burgo que, na verdade, há proporcionalmente mais pobres. Mas no arrabalde também morava, por exemplo, um escudeiro e um cavaleiro.

23 Sobre aspectos da actividade marítima anterior ao período que consideramos pode ver-se Serra de Carvalho, *Recordações dos tempos idos. A capela do Bom Jesus dos mareantes*, em «Ecos da Matriz», cit., n.os 34 a 69.

nha não aparece a notação de solteiras, ao contrário do que se explicita no rol de Valença [24]. As mulheres e homens solteiros que nesta localidade viviam por si representam 4,97 % do conjunto da população. O desnível dos recursos económicos entre os habitantes das duas vilas poderá justificar, por hipótese, o comportamento da população de Valença quanto ao celibato.

Uma outra diferença se pode ainda evidenciar: No cômputo dos fogos recenseados em Valença havia 5,97 % de velhos e aleijados, o que não deixaria de constituir uma preocupação social. Desconhecemos quando nasceram, como ignoramos a idade dos outros. Não é possível, assim, calcular, por exemplo, a idade média da população de Valença ou o seu índice de velhice. Afigura-se-nos, porém, que a pirâmide das idades nas duas vilas apresentava configuração diferente. O facto comprova-se, pelo menos, quanto a um largo sector da população activa. Com efeito, a população de cada concelho, incluindo a sede e o alfoz, acusava, pelo menos em 1527, grandes diferenças quanto à espessura do estrato dos homens compreendidos entre os 18 e os 30 anos. Na verdade, a população masculina de Caminha e termo, abrangida por estas idades, atingia quase o dobro da de Valença (23,75 % contra 13,04 %). Razões económicas, impulsionando o fluxo emigratório, poder-se-ão contar entre os motivos plausíveis de semelhante desigualdade [25].

Solidário com as anotações que temos evidenciado, um outro dado estrutural se reflecte nos documentos que analisamos: o dos «privilegiados».

A posição social, inata ou adquirida, podia ser condição suficiente para certos indivíduos invocarem uma situação de privilégio. Mas além daqueles que pela sua pessoa eram dispensados de obrigações afectadas a outros grupos ou classes, muitos havia que se furtavam a semelhantes

---

[24] Nem tão pouco de solteiros. Tratar-se-á de uma lacuna ou devem considerar-se como exactas as qualificações respeitantes ao estado civil?

[25] Se não houve forte cerceamento da área urbana, uma crise de mortalidade ou ainda, por exemplo, um recrutamento militar localizado poderiam, dentro das hipóteses, produzir os mesmos efeitos. Historicamente, no entanto, o arcebispado de Braga é fonte emissora de gente. Considere-se, quanto a este aspecto, que D. Fernando, arcebispo de Braga, determinou, quanto a «conhecenças ou dizimos pessoais», que deviam pagar «os que vam a estremadura ou outras partes guanhar dinheiro a cavar ou a outros serviços cada hũu trinta reaes». A determinação foi posta em vigor no bispado de Coimbra pelas *Constituições* de 1521 (constituição 99, fl. 27 v), do bispo D. Jorge de Almeida, o qual não fez mais do que seguir, neste ponto, o que já o seu antecessor, D. João Galvão, havia mandado cumprir.

deveres, embora permanecendo na esfera dos obrigados, pelo simples facto de exibirem um «privilégio» concedido por mercê ou outro tipo de colação. Neste número se contava muita gente do Povo que encontrava, na posse de um privilégio, um dos modos de granjear proveito e adquirir honra. Com efeito, os plebeus detentores de privilégios incorporados em direito constituíam como que uma «aristocracia» dentro do Terceiro Estado, da qual naturalmente promanavam isenções: além de foro privativo, que poderiam usufruir, ficavam isentos de serviços e encargos vários devidos ao concelho onde moravam ou aos diversos senhorios, incluindo o monarca, de que dependiam. Estas vantagens, avolumadas pelo carácter não igualitário dos sistemas fiscal e administrativo-judicial vigentes, tornavam os privilégios cobiçados. Os mais ricos e influentes, porque mais poderosos, eram, no entanto, os que mais privilégios obtinham. Os encargos e os serviços recaíam, assim, precisamente nos mais pobres e incapazes, os mais explorados porque não poderosos. Em muitas localidades a situação chegou a tal ponto que não havia quem legalmente executasse os «serviços» do concelho. Para disciplinar a proliferação das excepções, para evitar a excessiva multiplicação dos «privilegiados», o monarca recorreu, para além de proibição específica, ao recenseamento, verificação e confirmação dos privilégios [26].

O recenseamento mandado efectuar em 1512 para o território de entre Minho e Lima não parece ter tido por finalidade precípua, ao contrário do que se verifica em 1537 para as comarcas de Leiria e Santarém, o numeramento dos privilegiados. Não obstante, a sua notação encontra-se nos cômputos de Caminha e Valença, embora de modo imperfeito. Pelo menos nem sempre ficou explícito de que privilégios se tratava.

Em relação a certos encargos, todos os moradores de Caminha e Valença — todos os moradores, entenda-se, que por sua pessoa não estavam isentos — eram privilegiados em virtude de pertencerem ao senhorio do marquês de Vila Real [27]. O mesmo se não verificava, por exemplo, no tocante às obrigações para com o concelho.

O estrato dos maiores em foro atingia, na vila de Caminha, 13,88 % do conjunto dos fogos. No contexto, o clero representa 4,16 % e os escu-

---

[26] Sobre alguns aspectos da problemática da concessão deste tipo de privilégios, cf. os nossos trabalhos *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. I, Coimbra, 1971, pp. 433 e segs. e *A população das comarcas de Leiria e Santarém*, Coimbra, 1976.

[27] Cf. *Documento 2*, no fim.

deiros-fidalgos [28], cavaleiros [29] e escudeiros 9,72 % [30], dos quais pelo menos dois terços são da feitura do senhor de Caminha. Todos eles, privilegiados por natureza do estatuto social de que gozavam.

O restante da população, que incluímos no Terceiro Estado, representa 86,11 % do conjunto dos fogos. Menos de 5 % detêm privilégios diversos [31]. Mas a esta percentagem é preciso acrescentar-lhe, para certos

---

28 Do marquês de Vila Real: Diogo de Abreu e Rui Vaz Serpe (seu almoxarife). Sem indicação de senhor: Martinho Novais.

29 Pero de Abreu e Gabriel Formoso, ambos com privilégio real. O primeiro morava na *vila* e o segundo no arrabalde.

30 Do marquês: Gonçalo Dias (tabelião), Pedro Enes, Pero Anes (juiz da alfândega e das sisas), João Alvares, Gregório do Vale (tabelião), João Rebelo, Álvaro Pires, Gonçalo de Azevedo, Gonçalo Pita, Fernão Pires, Pero Esteves; escudeiro do bispo de Évora: António do Prado; do conde de Penela: Jorge Pinto; do conde de Cantanhede: Gonçalo da Rocha; de D. Álvaro: João Pita (com privilégio do rei). Sem indicação: Vasco da Veiga.

O autor da *Descripção* explicita a propósito da nobreza de Caminha [...] «de sorte que em poucos tempos se achou povoada de muitos escudeiros e cavalheiros da casa d'el-rei, que estes eram os fóros notados n'aquelle tempo, e os que tiveram estimação até á perda d'el-rei D. Sebastião nos campos de Africa; e assim os que tiverem nas suas casas d'estes fóros com esta antiguidade, bem se podem ter por muito illustres, ainda que hoje haja outros mais flamantes» [...] (pp. 50-51).

Atente-se que tanto a nobreza de Caminha como a de Valença participava nos serviços do concelho, pelo menos nos de maior honra, como provam os nomes dos juízes ordinários de 1512.

31 O rol enumera um espingardeiro, um mamposteiro dos cativos, uma estalajadeira, um porteiro da alfândega e três barqueiros dos frades da Insua. Percentagem, em relação ao total, 3,24 %. Esta proporção deve ser, na realidade, um pouco maior. Assim, por exemplo, estão recenseados três espingardeiros, mas só um tem a anotação de privilegiado. Não sabemos, efectivamente, se se trata de manejadores ou fabricantes de armas. Os atiradores detêm, normalmente, o privilégio de espingardeiro. Exemplo de um espingardeiro privilegiado em 7 de Julho de 1482, porquanto há-de estar «prestes para nos aver de servir com sua espingarda quando quer que o mandarmos», em Sousa Viterbo, *A armaria em Portugal. Segunda série. Notícia documentada dos fabricantes de armas de arremesso e de fogo, besteiros, viroteiros, arcabuzeiros, espingardeiros, etc., que exerceram a sua industria no nosso paiz*, Lisboa, 1908, p. 99.

Dentro de outras profissões, o rol nomeia ainda dois porteiros da Câmara (mas são pobres) e há também que contar (no caso de não serem nobres) com os vereadores e outros oficiais concelhios que poderiam, para certos efeitos, serem todos privilegiados (pelo menos pela Câmara). E não custa a admitir que igualmente os houvesse no resto da população (mercadores, carniceiros, etc.).

Os benefícios concedidos pelos privilégios dependem da sua espécie. Atente-se, por exemplo, nas isenções dos barqueiros dos frades da Insua. Neste local, desde 1392, havia um convento dos frades capuchos da Conceição. D. Afonso V, a dois «pesca-

efeitos, os pobres e as viúvas. Significam estes dados que é o Povo, efectivamente, que suporta os encargos. Mas o peso recai apenas (ou sobretudo) em 71,51 % dos seus moradores ou, se preferirmos, em menos de 60 % da população total.

Esta desigual sobrecarga acentua-se ainda um pouco mais em Valença, localidade onde 35,61 % do Povo poderia, para certos encargos ou serviços, considerar-se privilegiado. Como é óbvio, quanto mais isentos se contam, mais pesadas se tornam as obrigações individuais dos restantes [32].

---

dores que os servirem com suas barcas em sua pasajem ou em lhe levarem mantimentos e outras cousas que ouverem mester» concedeu-lhes: «sejam priviligiados e escusados de pagarem em nenhuuns nossos pedidos reaaes que per qualquer guissa lamçemos. E isto mesmo de pagarem em nenhũuas peitas fintas talhas pedidos emprestidos que pollo conçelho sam ou forem lançados e de hirem com presos e com dinheiros e de serem titores nem curadores de nenhũuas pesoas salvo se as titorias forem lidimas e de servirem nem pagarem em outros nenhuuns emcargos nem servidões do dito conçelho. Outro sy queremos que nam sejam postos por beesteiros do conto nem contiados em beesta de garrucha nem de polee nem serem constrangidos pera servirem per mar nem per terra em nenhũua guerra nem armada que façam. Outro sy nos praz que nam pousem com elles em suas casas de morada adegas nem cavalariças nem lhe tomem roupa de cama alfayas de casa pam vinho nem a albarda nem outra nenhũua cousa do seu contra sua vontade» [...]. O documento, datado do Porto em 30 de Julho de 1462, foi confirmado por D. João II em 29 de Junho de 1482 (ANTT, *Além-Douro,* liv. 3, fl. 221-221 v; extratamos o traslado da confirmação). Em 19 de Julho de 1449 D. Afonso V havia passado outro semelhante aos pescadores da Insua. Foi confirmado por D. João II em 31 de Julho de 1482 (ANTT, *Além-Douro,* liv. 3, fl. 220-221 v e liv. 4, fl. 192-192 v). Este foi publicado por Frei Pedro Jesus Maria José, *ob. c.,* tomo I, pp. 475-476. A parte desta obra respeitante ao convento da Insua foi modernamente publicada por Manuel Busquets de Aguilar, Lisboa, 1965.

[32] O numeramento explicita a actividade profissional de 52,75 % dos homens recenseados que não pertencem ao clero ou à nobreza. Os profissionais mais numerosos são os sapateiros (23), espingardeiros (8), espadeiros (6) e ferreiros (5). Temos dúvidas quanto à verdadeira actividade de todos os denominados espingardeiros. Estar-se-á em presença, se os associarmos aos espadeiros e ferreiros, de uma indústria de armas justificada pela localização de Valença? Atente-se, no entanto, que em Ganfei há quatro espingardeiros (e no termo apenas mais um, na Gândara). Para além de um serralheiro e de um cutileiro, salientamos ainda um mercador, um tecelão e um manteiro (?), dois tanoeiros e dois almocreves. Valença tinha pelo menos uma estalagem cujo estalajeiro acumulava a profissão de carpinteiro. Com madeira trabalhavam também dois tanoeiros. As vinhas, como se vê dos desenhos de Duarte de Armas, começavam logo a seguir ao arrabalde, ponto de encontro entre o urbano e o rural. «Bastante vinho e azeite para o país se remediar» produzia ainda nos meados do século XVIII, segundo a informação paroquial de Santo Estêvão de Valença, publicada no «Arquivo do Alto Minho», vol. 15, pp. 188 e segs. e vol. 16, pp. 80 e segs. A de Santa Maria dos Anjos está publicada neste vol. 16, pp. 89 e segs.

Estas poderiam recair apenas em pouco mais de metade da população da vila onde o estrato dos maiores em honras, isentos por sua pessoa, atinge 22,38 %. A nobreza detém 11,44 % e a sua maior parte (pelo menos 73,91 %) é apaniguada do marquês de Vila Real [33]. A quase totalidade (86,95 %) é constituída por escudeiros [34].

Estrutura diferente se nos depara nos termos destas vilas. O alfoz de Caminha, segundo o numeramento de D. João III, «de larguo e de comprido tem duas leguoas boas» [35]. A superfície, em 1513, não deveria ser muito diferente, embora o numeramento joanino indique menos lugares povoados [36]. Neste «quadrado» com duas léguas bem medidas de lado, e uma densidade populacional de menos de 480 habitantes por légua quadrada, deparava-se com um povoamento disperso: o termo «nom tem povoaçam junta sallvo freguesias» [37]. São 21 lugares com 482 mora-

---

33 D. Manuel concedeu o condado de Valença e o senhorio desta vila e o de Caminha, com a terra de Valadares, a D. Fernando de Meneses, IV conde e II marquês de Vila Real, por carta de 1 de Setembro de 1499. (Vd. António Caetano de Sousa, *Historia genealogica da casa real portugueza* [...], tomo 5, Lisboa, 1738, pp. 190 e segs.). Sucedeu-lhe o filho, D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, cujo nome ficou ligado à cultura portuguesa. No momento em que os censos foram realizados encontrava-se em Ceuta, como governador (desde 1512), e com ele estava o escudeiro Luís Vaz, natural de Valença, como afirma o *Documento 2*. Teria este escudeiro alguma relação de parentesco com Simão Vaz, um dos mestres de latim de D. Pedro?

34 Explicitamos como escudeiros do marquês de Vila Real: Gonçalo de Cáceres, Pero Homem (tabelião), Nicolau Pereira, Fernão Rodrigues, Vasco Rodrigues, Pero de Oya, Afonso Pires, Pero de Varais, Afonso Rodrigues, Rui Lopes, Luís Vaz, João Soares, Rui Gomes, Francisco Gomes e Sebastião Gonçalves (tabelião). Sem indicação a quem pertencem: Álvaro Barbosa, Gil Álvares, Gonçalo Rodrigues, Pero Vaz e Pero Correia. Como escudeiro-fidalgo conta-se João Pereira e como cavaleiro (da casa real), Heitor de Barros. Atente-se ainda na presença do bacharel Rui Garcia, homem do marquês de Vila Real.

35 Assim demarcadas: «tem de termo ao longuo do Mynho pera cima hũa legua e pera o mar caise mea legoa e parte com termo de Vyla Nova de çima hũa leguoa e de levante com coyra e Pomte [e Pomte] de Lyma duas leguoas per serras e o lomguo do mar pera Vyana hũua legoa» (B. Freire, *ob. c.*, p. 248).

36 Faltam Seixas, Vilarelho e Arga. Refere Lanhelas, mas não lhe explicita os moradores. Como estes lugares não estão indicados nos concelhos limítrofes, a sua omissão deve considerar-se lacuna do numeramento de 1527. Mas aponta, ao contrário do de 1513, a freguesia de Santa Maria, com trinta moradores, no termo de Caminha. Não a conseguimos identificar.

37 O que era comum à região. Para o concelho de «Coyra e Frayam», que parte com o termo de Caminha, escreveu-se no numeramento de 1527: [...] «nom tem vylla nem castello nem povoaçam jumta, e tem Portezelo jumto do rio do Mynho em que vyvem oyto moradores e todos os mais vyvem per casaes apartados e quyntas e

dores vivendo, predominantemente, da terra: lavradores lhe chama o numeramento de 1527 em oposição aos «escudeiros, mercadores e mareantes» da vila e arrabalde.

Nesta população, além de dez sacadores dos cativos, não há privilegiados [38]. A população rural goza de menos privilégios (2,07 %). Em contrapartida, a percentagem dos pobres (5,2 %) e das viúvas (12,35 %) é menor do que na vila, mas não a dos viúvos. O facto permite induzir, no que diz respeito aos encargos municipais, uma melhor redistribuição das imposições concelhias em relação ao aglomerado urbano: os isentos, na área do termo, são proporcionalmente menos (20 %).

A população rural de Valença [39], inferior à de Caminha (410 fogos), não se comporta, quanto a este ponto, de modo diverso. Mas acusa dados estruturais diferentes. Com efeito, é na população do termo de Valença, e não na da vila, que se encontra o maior conjunto de chefes de família do sexo feminino (17,47 %). Mais de metade das mulheres que vivem por si, onde se contam 4,29 % de solteiras, têm, no entanto, parcos recursos.

erdades perto hũus dos outros nas freguesias abaixo declaradas» [...] (B. Freire, *ob. c.*, pág. 246). Não é difícil seguir a evolução das formas de povoamento nem reconhecer o desaparecimento de algumas paróquias nesta zona. (Ex.: afirma o numeramento de 1527 para o concelho de Vila Nova da Cerveira: [...] «e tem neste termo a vara da torre de Penafiell povoada e outra de Crestello despovoada erma» (*idem*, pág. 248); «Sã Salvador De bulhente [terra de Caminha] he partjda posto que ao presente se acha que a cura apresenta o arçebispo he aguora tornada sen cura e não tem frejgueses» (Em *Trelado dos registos de Bragua en sumarjo o qual se fez emtempo do arcebispo Debragua Don Dioguo de Sousa de boa memorja*; publicado no «Boletim de Trabalhos Históricos» (Arquivo Municipal de Guimarães), vol. VI, n.º 3, pág. 167).

[38] É preciso acrescentar-lhe os clérigos. O rol indica para o termo apenas dois abades. Os párocos das outras freguesias ou não foram recenseados ou, como é mais plausível, não residiam nas paróquias. Considere-se que na vila moravam seis «clérigos de missa». (Cf. *Documento 1*).

[39] A demarcação do alfoz de Valença, em 1527, pode ver-se em B. Freire, *ob. c.*, pág. 248. Tanto o numeramento de 1527 como o de 1513 dividem a área do termo em 10 freguesias, mas os nomes delas não coincidem nos dois documentos. Em ambos, porém, aparece a de Ganfei, um dos lugares principais do termo, com metade dos espingardeiros recenseados na vila e um mosteiro da Ordem de S. Bento com renda de 20 mil réis. (Cf. João de Barros, *ob. c.*, pág. 85). Em 1513 o mosteiro parece que tinha apenas o Dom Abade e dois monges. Nesta freguesia, em Tardinhade, havia uma «capela de S. Theotonio primeiro prior de S. Cruz de Coimbra, sitta na casa de seus pays, em que se venera hũa reliquia de seus ossos, que obra muitos milagres; e he visitada de muita gente, tanto deste reino como do de Galisa, e se lhe faz festa na segunda oittava do Spirito Santo» (BNL, COD n.º 8750, fl. 143 v). A informação paroquial de 1758 de Ganfei está publicada no «Arquivo do Alto Minho», vol. 18, pp. 194 e segs.

Na verdade, o rol designa como pobres uma boa parte (21,31 %) e explicita que quase metade delas (42,62 %) vivem de esmolas que pedem.

Percentagem muito inferior, no conjunto da população «rural», nos oferecem os homens, viúvos e solteiros (2,92 %), vivendo da caridade ou simplesmente qualificados de «pobres» (2,92 %). As probabilidades de permanência no celibato ou no estado de viuvez não são as mesmas, com efeito, para ambos os sexos na sociedade paternalista do «antigo regime». Mas sobre os homens, sobre alguns dos homens, na verdade, recaía a maior parte dos encargos do concelho. Com efeito, no conjunto do termo, uma vasta camada de privilegiados (9,64 %) poderia furtar-se a todos ou à maioria dos serviços e imposições [40]. Acrescente-se-lhes, pelo menos, os pobres e, por vezes, as viúvas. Teríamos então, como isentos, cerca de 20 a 28 % dos fogos. Significam estes dados que somente 80 % (ou mesmo 73 %) dos moradores do termo de Valença poderiam ser obrigados a assumir responsabilidades perante encargos e serviços municipais, e não só.

Os documentos que no momento apreciamos são parcos em dados estruturais. Mais pobres se nos apresentam os indícios da mobilidade da população.

Entre 1513 e 1527 o movimento populacional de Caminha e Valença orientou-se, no conjunto da sede e do termo, para o crescimento. O facto está dentro da dinâmica demográfica do século XVI em Portugal e a medida da sua amplitude depende, como é óbvio, da crítica das fontes, sobretudo da joanina [41].

Tanto na vila como no termo de Caminha, o crescimento atinge a ordem dos 2 % anuais (29,6 % no total do período) [42]. Pulsar semelhante

[40] Para esta elevada percentagem de privilegiados, que contrasta com a do termo de Caminha, contribuem nove moradores de S. Miguel que dizem possuir um privilégio de el-rei, sem explicitar qual a espécie.

[41] São conhecidas as omissões e erros deste numeramento. Sobre alguns destes aspectos, recentemente tratados: Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro* [...], vol. I, pp. 276 e segs.; Virgínia Rau, *Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI (resultados e métodos)*, em «Do Tempo e da História», vol. I, 1965, pp. 7-46; e por nós em *A vida económica e social de Coimbra* [...], vol. I, pp. 143 e segs. e respectivas notas.

De novo chamamos a atenção, como o já fizemos em *ob. c.*, nota 1 da pág. 142, de que se conhece o conto global dos moradores dos lugares-sedes e seus termos que faziam parte das correições e que não chegaram até nós na edição do censo. Sabe-se, assim, por exemplo, a cobertura do Algarve, dividido em duas correições: correição de Tavira (Tavira, 2 045 moradores; Cacela, 55; Castro Marim, 281; Vila de Santo António, 14; Faro, 1 445; Loulé, 1 022; Alcoutim, 545) e correição de Lagos (Lagos,

(26,82 %) ou mesmo mais forte (33,14 %) se pode medir no termo de Valença [43]. Mas a sede deste concelho acusa, pelo contrário, se o censo está correcto, forte diminuição: 15,42 % entre 1513 e 1527 [44].

Não é crível que esta inversão do sentido de crescimento, se efectivamente se verificou, se tenha operada na direcção do termo. A emigração, para paragens mais distantes, seria mais plausível. Seja como for, o movimento urbano muda de sentido quando associado ao do alfoz, totalizando a vila e termo um crescimento de 12,92 %.

Um outro ponto que perpassa pelos numeramentos de 1513 é o da mobilidade geográfica dos recenseados. Uma boa parte movimenta-se dentro do termo de cada uma das vilas ou a partir de terras limítrofes. A denunciá-lo, a natureza toponímica dos nomes de muitos dos arrolados do alfoz. Outros, porém, chegam, pelo menos a Valença, vindos da Galiza. Com os galegos se assemelha, de resto, a gente de entre Lima e Minho, a darmos crédito a João de Barros: «são quasi como galegos e da mesma lingoagem e trage». E são, ao mesmo tempo, pessoas destemidas: «he

1 763; Alvor, 163; Portimão, 634; Silves, 1 444; Albufeira, 320; Aljezur, 187). (ANTT, *Livraria*, ms. 870, fl. 36).

42 Percentagem calculada para o termo apenas em 17 lugares comuns aos dois recenseamentos (Cristelo, Moledo, Venade, Marinhas, Dem, Gontinhães, Riba de Âncora, Gondar, Orbacém, Vilar de Mouros, Vile, Pedreulhos, Trás-Âncora, Argela, Sopo, Covas e Azevedo; 364 moradores em 1513 e 490 em 1527); por falta de paralelo: Seixas, Vilarelho, Arga e Lanhelas com 118 moradores (no conjunto) em 1513. No mapa inclinámo-nos a identificar «Arga» com Arga de S. João em virtude da referência ao Dom Abade de Arga no couto desta localidade.

43 No primeiro caso consideramos o conjunto das dez freguesias. No segundo, as oito que têm correspondência nominal em ambos os numeramentos (Gamfei, Gândara, Cerdal, S. Miguel, Taião, S. Gião da Silva, Santa Maria da Silva e S. Pedro da Torre). Certamente que Vila de Lamas (de 1513) corresponde a Arão, do censo de 1527, e Segadães (1513) a Cristelo (1527).

44 O número transcrito por Braamcamp Freire (170 moradores) está conforme ao original depositado no ANTT (*Gaveta* 15, maço 24, n.º 12) e à cópia numérica contida no ms. 870 da *Livraria* do mesmo arquivo, fl. 43.

Começámos por admitir, como hipótese, que nos autos originais donde foi extraído o censo final depositado no ANTT poderia estar um número diferente daquele que chegou até nós. Um provável erro não é de excluir, conhecidas as lacunas do censo. O confronto da população de Valença em 1513 com a de 1721 sugere, porém, que a população da vila não seguiu o ritmo de crescimento do termo. Com efeito, em 1721, são atribuídos 279 fogos a Valença, o que traduz um crescimento de 38,81 % em relação aos dados de 1513. No mesmo período a população do termo devia ter triplicado. (O exacto crescimento só é possível determinar-se a partir do confronto da área do termo em 1513 e duzentos anos depois). A informação paroquial donde recolhemos os dados está datada de 8 de Maio de 1721 (BNL, COD. n.º 8 750).

gente belicosa e mui má de amançar», testemunha de novo João de Barros [45]. A mesma nota caracterizadora nos transmitem ainda no primeiro quartel do século XVIII, dando exemplos, os apontamentos históricos sobre Caminha elaborados pelo Padre Gonçalo da Rocha Morais: «os moradores de Lanhelas e Seixos para defenderem as suas terras sam huns leoens» [46].

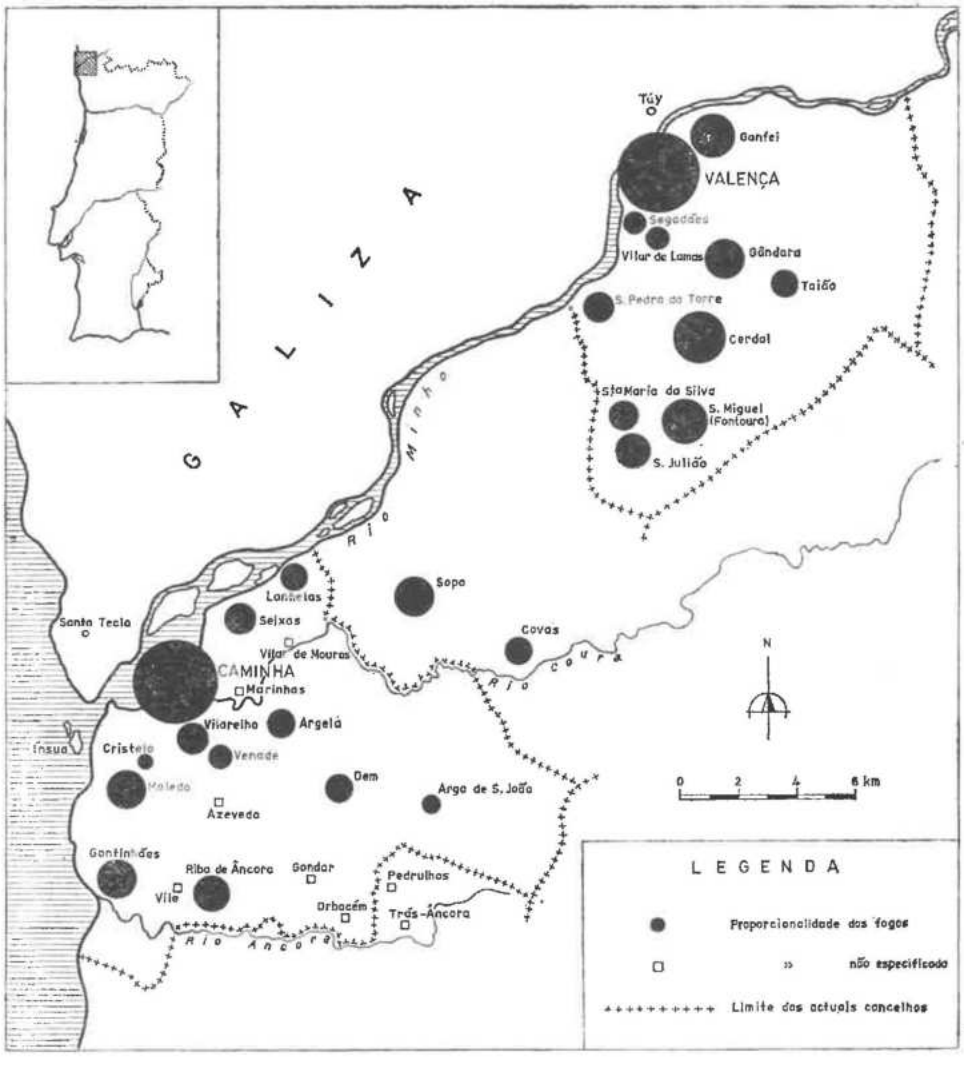
4 — Para além das antecedentes notas e de certos aspectos do culto baseado no onomástico, os documentos que se publicam são mudos quando desintegrados de um estudo regional. Não concluiremos, porém, sem evidenciar, à maneira de remate, três aspectos que se impõem: Um, quanto à dinâmica populacional: no primeiro quartel do século XVI, Caminha e Valença caracterizam-se por um crescimento, por um saldo positivo, não obstante o comportamento demográfico do núcleo urbano de Valença ser de sinal negativo, se o numeramento joanino está exacto. Outro, quanto à estrutura social das vilas e respectivos termos: Nas sedes dos concelhos verifica-se uma vasta camada de privilegiados (na maioria gente da feitura do senhorio, o marquês de Vila Real, a que se deve acrescentar, para Valença, a irradiação da colegiada) e um estrato com sedimentos sociais de natureza diversa. Em Caminha sobressai a gente ligada ao comércio e ao mar. Em Valença, uma população orientada para a produção de bens de consumo ou de defesa militar. No termo de qualquer das vilas, uma população de «lavradores», com poucos «privilégios». População mais velha em Valença, segundo se pode presumir, do que em Caminha. E também, proporcionalmente, mais pobres e mais viúvas no termo de Valença do que na vila, ao contrário do que se verifica em Caminha. E por último, uma diferenciação quanto à vila e termo, no que diz respeito aos encargos municipais de ambos os concelhos: os efectivos da população urbana do Terceiro Estado que suportam as imposições são, proporcionalmente, inferiores aos do termo. E quanto menos, mais sobrecarregados individualmente.

[45] João de Barros, *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, 1919, pág. 83. As expressões transcritas referem-se a um espaço geográfico delimitado deste modo: «E aqui està o Concelho de Coira, onde està o Mosteiro Darga, que tambem não tem Monges; e as gentes desta parte e destes conselhos, entre Lima e o Minho he gente belicosa» [...].

[46] BNL, caixa 5, n.º 3, fl. 22 v. O texto não foi redigido antes de 1720 (cf. fl. 23 v). O autor tinha 76 anos, segundo declara, quando escreveu estes apontamentos sobre Caminha. A propósito das informações paroquiais de 1721 de Caminha vd. ainda BNL, COD. n.º 8 750, fls. 111-131 e 87-110; (as últimas páginas indicadas estão queimadas pela tinta e em parte já destruídas).

Resumo dos numeramentos de Caminha e Valença (1513)

Caminha e termo	Moradores			Valença e termo	Moradores		
	H	M	Total		H	M	Total
Caminha (vila)	160	31	191	Valença	172	29	201
Caminha (arrabalde)	23	2	25	Taião	19	4	23
Vilarelho	25	4	29	Gândara	42	8	50
Gontinhães	40	5	45	São Gião	33	5	38
Vile e Azevedo	18	—	18	Vilar de Lamas	16	3	19
Gondar e Orbacém	19	1	20	S.ta Maria da Silva	30	2	32
Riba de Âncora	38	3	41	Cerdal	68	13	81
Cristelo	8	2	10	Segadens	13	2	15
Moledo	40	7	47	Ganfei	47	15	62
Venade	17	—	17	S. Miguel	55	8	63
Argela	22	3	25	S. Pedro da Torre	26	1	27
Covas	20	4	24				
Sopo	47	4	51				
Seixas	25	5	30				
Vilar de Mouros e Marinhas	49	6	54				
Lanhelas	21	2	23				
Trás-Âncora e Pedrulhos	10	2	12				
Dem	21	3	24				
Arga	9	2	11				
Total	612	86	698		521	90	611



Fogos de Caminha e Valença em 1513

Documento 1 [47]

Numeramento de Caminha

Ano do nacymento de Noso Senhor Ihesus Christo de mill e bc xiij anos aos xij dias do mes de março na villa de Caminha que he do senhor marques noso senhor [48]. Por Pero Pynto cavaleiro da casa d'el rey noso senhor foy apresentado a Joham Pita e Diogo de Paaços juizes hordenairos na dita villa de Caminha por ho dito senhor marques noso senhor huum mandado de sua alteza de que ho teor tall he como se segue.

Pero Pynto nos el Rey vos emviamos muito saudar. A noso serviço cumpre saberemos todos hos moradores que ha em todos hos lugares e termos que esteverem e cayrem dentro da menistraçom de Tui que he do bispado de Çepta. E porque confiamos de vos que em todo ho de que vos encaregarmos nos avees bem de servir vos queremos diso encaregar e emcomendamos e mandamos que logo tanto que esta virdes vaades a todollos ditos lugares villas e aldeas que no dito lymite couberem e em cada hũa requeraes da nosa parte aos juizes e ofiçiaes que logo vos dem ho numero [fl. 2] de toda a gente que ha na tall villa ou lugar e seu termo sem nenhuum ficar de fora so pena de pagarem por cada huum que de fora ficar dous mill reais a metade pera quem hos acusar e a outra metade pera quem ouvermos por bem e esto posto que alguum tenha privilegio gerall nem espyçiall porem se alguum tever privilegio decrara se a em seu item que tem privilegio pera mandarmos veer que tall he. E asy se decrarar quaes som cavaleiros cavaleiros (*sic*) por nosa carta ou de nosa casa asy se decrarara e hos que forem proves que nom teverem senom hos fies de Deos e as vyuvas tambem se decrararom. E todo asy com as dictas decrarações e rool nomeando cada huum por seu nome nos emviares por pesoa fiell carado e aselado e mandamos por esta aos juizes das ditas villas e lugares a que ho requererdes que logo vos dem ho dito numero e ho façom esprever na maneira que dito he com toda deligençia e asy como lho requererdes sendo çertos se o asy nom fezerem e como de nosa parte lho mandardes que lhes faremos pagar vynte cruzados e mais outra qualiquer que ouvermos [fl. 2 v] por bem e for nosa merce. E encomendamos vos que tudo facaes com muita deligençia e brevidade em maneira que hatee a Pascoa que vem nos seja trazydo ho dito recado. Esprita em Hevora a xxx dias de Dezenbro Andre Pirez a fez de mill e bc xij anos. E asy vira decrarado no dito rooll se pagarom de seis anos a esta parte alguma cousa em algumas hobras asy de muros como de pontes e outras algumas nosas ou dos conçelhos e quanto pagarom pera cada huña e pera que hobras.

---

[47] Caderno de papel com 22 folhas marcadas a água e cosidas com linha moderna. Vestígios do selo de cera na última página.

[48] Na transcrição desdobrámos as abreviaturas, uniformizámos maiúsculas e minúsculas, substituímos o *j* por *i* com valor de vogal e o *u* por *v* quando consoante. Separámos algumas palavras por meio de apóstrofo, alterámos um pouco a pontuação e suprimos, para poupar espaço, o *item* colocado à esquerda de cada nome e bem assim a palavra viúva que surge, apenas no documento de Caminha, à esquerda do sinal de *item*. Os nomes dos recenseados, no original, estão dispostos numa só coluna em cada página.

O quall alvara asy apresentado como dicto he hos ditos juizes mandarom logo esprever ho numero das pesoas que na dicta villa e termo avia cujos nomes e sobrenomes e apelidos som hos segyntes.

Titollo da rua de Meeos da dicta villa

Gonçallo Martinz[49] vynagre privilegiado por seer barqueiro dos frades da Insoa
Alvaro Fernandez

Soma ij pesoas [fl. 3]

Joham Fereiro espymgardeiro
Diogo de Tebrra
Branca Estevez vyuva
Francisco Anes
Bento Anes
Joham de Tebra
Gonçallo Diaz[50] escudeiro do senhor marques noso senhor e seu tabeliam
Gonçallo Rodriguez
Pedre Enes escudeiro do senhor marques noso senhor
Pero Anes escudeiro do senhor marques noso senhor e juiz d'alfandega e sysas
Joham Diaz privilegiado por seer barqueiro dos frades da Insoa
Alvaro Prestes
Branca Afonso viuva
Joham Froiz
Joham Afomso
Lyanore Anes vyuva
Antoneo Afomso

Soma xbij pesoas [fl. 3 v]

Gonçallo Fernandez
Afomso Gonçallvez
Maria Gonçallvez vyuva
Martym de Prado privilegiado por ser barqueiro dos dos (*sic*) frades da Insoa
Catarina Diaz vyuva christãa nova
Vasco Anes espritaleiro
Joham Vaaz
Pero Froiz
Garcya de Paaços
Isabell Gomez vyuva
Pero Anes
Maria Afonso vyuva
Joham Martinz
Alvaro Diaz
Fernam Martinz
Rui Mendez
Afonso Martinz
Gregorio Afomso

Soma xbiij° pesoas [fl. 4]

Gregorio Alvarez
Gonçallo Vaaz
Pero Martinz
Garcya Gill da Rocha
Joham Martinz
Afomso Martinz vyuvo
Joham Pyta escudeiro e dom Alvaro tem privilegio del Rey noso senhor e jaz empregado
Pero d'Abreu cavaleiro e tem privilegio del Rei noso senhor
Diogo d'Abreu escudeiro fydalgo da casa do senhor marques noso senhor
Joham Maçiell
Manuell do Rego christão novo
Joham Fernandez memposteiro dos catyvos e sacador
Joham Rodriguez
Afomso Pirez
Pero de Prado espyngardeiro
Gonçallo Gill porteiro d'alfandega tem previlegio (*sic*)

Soma xbj pesoas [fl. 4 v]

---

[49] No texto: *Mjz*. Desdobrámos sempre para Martinz.
[50] No texto: *Dĩz*. Desdobrámos sempre para Diaz.

Diogo de Paaços juiz
Ines Afomso vyuva prove
Fernam Alvarez
Martym Afomso
Joham Gill
Pero Alvarez
Joham Alvarez se filho escudeiro do senhor marques noso senhor
Joham de Baroso
Joham Velho prove
Ines Martinz vyuva
Pero Martinz
Alvaro Anes
Gonçallo Anes
Fernam Gonçalvez vyuvo prove
Martym Gonçallvez
Antoneo Afomso
Joham Martinz
Gregorjo da Valle [51] escudeiro do senhor marques noso senhor e seu tabeliam

Soma xbiij° pesoas [fl. 5]

Titollo da rua da Rybeira

Bastyaom Mendez
Vylamte (*sic*) Lopes vyuva
Isabel Vaaz estallagadeira vyuva tem privilegio del Rey
Ines Afomso vyuva
Joham Pirez
Joham Afomso galego
Alvaro Gonçallvez
Antom Afomso
Fernam Pirez
Afomso Gonçalvez
Afomso de Prado
Rodrigo Afomso
Gonçallo de Cyvydaes
Gonçallo Anes genro d'Alvaro Gonçallvez
Aldonça Alvarez vyuva
Gonçallo Anes
Bastyaom Diaz
Pedre Enes

Soma xbiij° pesoas [fl. 5 v]

Rui Vaaz Serpe escudeiro fidalgo da casa do senhor marques noso senhor e seu almoxarife
Joham Rabello escudeiro do senhor marques noso senhor
Joham Diaz ho moço
Joham Gonçallvez
Rodrigo Estevez
Pero Pita porteiro do concelho prove
Joham Pirez
Gonçallo Pirez
Vylante Afomso prove vyuva
Lourenço Anes
Diogo Pirez
Gregorio Frois
Gonçallo Ferro
Pero Gonçallvez
Joham Martinz
Afomso Vaaz

Soma xbj pesoas [fl. 6]

Afomso Anes
Diogo Anes
Joham Rodriguez
Afomso Martinz
Ines Martins vyuva
Vasco da Veiga escudeiro
Vasco de Paacos prove
Briatiz Alvarez vyuva
Gylhelme Fernandez
Joham Afomso
Gonçallo Martinz
Afomso Rodriguez
Maria Gomçallvez vyuva
Pero Fernandez
Alvaro Anes
Afomso Anes
Lyanor Malheira christaã nova vyuva
Antoneo de Prado escudeiro do Bispo d'Evora

Soma xbiij° pesoas [fl. 6 v]

[51] Pode igualmente ler-se *Nalle*. A palavra está grafada mais do que uma vez.

Diogo Martinz prove
Isabell Rodriguez vyuva prove
Isabel Gonçallvez vyuva prove

Titollo da rua do Vaao

Jorge Pynto escudeiro do conde de Penela
Pero Fernandez
Francisco Gonçallvez
Joham Gonçallvez
Gonçallo Diaz
Joham Dominguez
Joham Pirez
Gonçallo Afomso
Gonçallo Anes porteiro do ioncelho prove
Joham Pirez
Alvaro Estevez
Joham Nunez
Joham Neanes (*sic*)
Alvaro d'Almeyda

Soma xbij pesoas [fl. 7]

Fernam Gonçallvez
Fernam Pita
Isabel Afomso vyuva prove
Pero Martinz
Alvaro Velho
Hurganda Novaes vyuva prove
Milicya Novaes vyuva prove
Fernam Pirez
Martym Rodriguez
Catarina do Eyrado vyuva prove
Francisco Alvarez
Catarina Anes vyuva
Manuel Rodriguez christão novo
Abele Anes
Alvaro Pirez escudeiro do senhor marques noso senhor
Bertolameu Diaz
Joham Pita juiz
Bertolameu Rodriguez

Soma xbiij° pesoas [fl. 7 v]

Martym Fernandez christão novo
Gonçallo d'Azevedo escudeiro do senhor marques noso senhor
Pero Galego
Gonçallo manso espyngardeiro tem previlegio (*sic*)
Gonçallo Pyta escudeiro do senhor marques noso senhor
Lyanor Lopez vyuva
Fernam Pirez escudeiro do senhor marques noso senhor
Pero Vaaz
Joham d'Abelhes vyuvo prove
Ayres Fernandez
Gonçallo Anes
Vasco Dominguez
Isabel Gonçallvez vyuva prove
Costança Rodriguez vyuva
Joham de Canpos
Gonçallo Alvarez
Martym Novaes escudeiro fidalgo
Catarina Rodriguez vyuva prove

Soma xbiij° pesoas [fl. 8]

Pero Andre
Joham Gonçallvez
Gonçallo da Rocha escudeiro do conde de Cantanhede
Isabel Pirez vyuva prove
Lyanor vyuva prove
Pero Careiro prove

Titollo do arabalde da dicta villa

Joham de Cardyellos
Bras Eanes
Joham Gonçallvez
Pero Alvarez Botelho prove
Rodrigo da Lagea
Afomso d'Abelhes
Afomso Pirez
Joham Vaaz
Pero Estevez escudeiro do senhor marques noso senhor
Francisco Gonçallvez

Soma xbj pesoas [fl. 8 v]

Graviel Fremoso cavaleiro tem previlegio (*sic*) d'el rei noso senhor
Vasco Lourenço
Rodrigo Anes
Vasco Dominguez
Gonçallo Anes
Catarina Anes vyuva prove
Bertollameu Vaaz
Herena da Rocha vyuva prove
Diogo Rodriguez prove
Ayres de Montes prove
Anrique de Caldas
Alvaro Anes prove
Joham Alvarez prove
Joham Gonçallvez
Pedra Afomso

Titollo dos clerigos da dicta vylla

Afomso Alvarez cura da igreja da dicta villa
Rodrigo Pirez clerigo de misa e capelão da confraria da Conceiyçom de Nosa Senhora

Soma xbij pesoas [fl. 9]

Gregorio Trancoso capelão da confraria de Bom Christo
Gonçallo Fernandez clerigo de misa
Bernalde Anes clerigo de misa
Bastyaom Rodriguez clerigo de misa
Pero Afomso clerigo de misa
Joham Gonçallvez clerigo de misa
Martym Afomso clerigo de misa

Soma nos moradores
da villa e arabalde com
hos clerigos e vyvas ... ijcxbj pesoas
de que som de clerigos ix
e de vyuvas ..... xxxiij

Soma bij pesoas [fl. 9 v]

Titollo do termo da dicta villa

Villarelho

Afomso Martinz
Vasco Pirez
Alvaro Gonçallvez
Alvaro Martinz
Pero Gonçallvez
Afomso Anes
Joham Apariço
Joham Tome
Joham Afomso
Pero Afomso
Joham Gonçallvez d'Outeiro
Fernam Estevez
Joham Apariço ho moço
Joham Gonçallvez
Gonçalo Martinz
Joham Bras
Afomso Lourenço
Gomes Ayres
Joham Vaaz
Ines Ferreira vyuva

Soma xx pesoas [fl. 10]

Joham Alvarez
Alvaro Tome
Pero Afomso da Cabana
Joham Alvarez
Joham da Pena
Afomso Rygo
Senorĩa (*sic*) Gonçallvez vyuva prove
Margarida Afomso vyuva
A molher que foy de Joham Velho vyuva

Gontynhaaes

Afomso Anes
Joham Martinz
Martynhanes (*sic*)
Estevom Manso
Joham Martinz
Gonçallo Martinz
Afomso Martinz
Joham Apariço
Fernam Martinz
Joham Martinz
Rui Pirez
Gonçallo Rodriguez

Soma xxj pesoas [fl. 10 v]

Joham Afomso
Joham Gonçallvez
Joham Gyll
Martym Donis vyuvo prove
Joham de Padynhos
Estevom de Padynhos
Joham Donis
Joham Rodriguez
Gonçallo Fernandez
Gyl de Curaes
Afomso Gyll
Estevom da Sovereira
Joham da Sovereira
Vasco Estevez
Joham Gyll
Afomso Anes
Joham de Carunhos
Martym de Carunhos
Martynho da Barosa
Joham Neanes (*sic*) da Ereira sacador dos catyvos tem previlegio (*sic*)
Joham Loucãao

Soma xxj pesoas [fl. 11]

Fernam Loucãao
Martynho de Sol Levado
Afomso Anes
Martym Anes
Joham de Gontynhaes
Pero Afomso
Joham Rodriguez
Aldonça Anes vyuva
Ines de Carunhos vyuva
Maria Alvarez vyuva
Ines a tecedeira vyuva
Lyanor Estevez vyuva

Vylla e Azevedo

Afomso Pires
Martynho da Ponte
Gonçallo Gyll
Gonçallo Pirez
Joham Neanes
Joham de Bralydo
Joham da Emxureira

Soma xix pesoas [fl. 11 v]

Joham Donis prove
Joham Afomso
Afomso Estevez
Joham Martinz
Joham Pesegeiro
Martynhanes (*sic*) d'Azevedo
Pero Anes sacador dos catyvos
Martym Anes ho moço
Gonçallo Anes
Joham d'Azevedo
Estevom Martinz

Gundar e Hoervaçem [52]

Joham de Boy Morto
Martym Gyll
Pero d'Ervaçem [52]
Joham Neanes sacador dos catyvos
Martym Caaom
Joham de Sam Martynho
Martynho do Fojaco
Gonçallo Martinz de Boy Morto

Soma xix pesoas [fl. 12]

Gonçallo Anes
Afomso do Rio prove
Alvaro de Boy Morto
Alvaro Vaqueiro sacador dos catyvos
Estevom Afomso
Gonçallo da Vareira
Gonçallo Rodriguez
Estevom Afomso
Diogo Alvarez

---

[52] Parece-me ser a leitura correcta. A forma *Erboazaim* está presente num documento de 1068. Cf. Ruy d'Azevedo, *A presúria e o repovoamento entre Minho e Lima no século X*, em «Revista Portuguesa de História», tomo III (1947), p. 268.

Joham Pirez
Joham do Carro [53]
Catarina Anes vyuva

Ryba d'Ancora

Joham Afomso
Afomso Gonçallvez
Joham de Valladares
Joham Alvarez sacador dos catyvos
Martym Galego
Joham Rodriguez

Soma xbiij° pesoas [fl. 12 v]

Gonçallo Apariço
Diogo Afomso
Alvaro Rodriguez
Afomso Novo
Martym Carvalho
Joham do Crasto vyuva
Afomso Parente vyuvo
Pero Parente
Joham Parente
Afomso do Carvalho
Afomso Gonçallvez
Joham de Joya
Joham d'Adega
Joham da Presa prove
Joham dos Feaes
Afomso Anes da Ponte
Joham de Soutelo
Joham da Ponte
Bertolameu Afomso
Fernam Alvarez

Soma xx pesoas [fl. 13]

Alvaro da Emxureira
Joham do Medom
Pero do Medom
Alvaro da Canada
Estevom da Eyxureira
Gomez Manso
Afomso d'Abreu posta
Rui Novo
Fernam Manso
Gonçalo d'Adega
Joham Neanes
Joham Rodriguez
Ines do Medom vyuva
Mari'Anes vyuva
Catarina Afomso vyuva prove

Crestello

Joham da Canada
Joham Rodriguez
Joham Afomso sacador dos catyvos

Soma xbiij° pesoas [fl. 13 v]

Afomso Apariço
Rodrigo Afomso
Gonçalo Martinz
Joham Afomso ho moço
Rodrigo Anes
Crara Lourenço vyuva
Brança Diaz vyuva prove

Molledo

Joham Lourenço
Luis Vaaz
Afomso Luis
Joham Estevez
Gonçallo Estevez
Joham da Cruzada
Martym Pirez
Joham do Casall
Fernam do Casall
Joham da Cavada [54]
Alvaro do Casall
Joham Rodriguez

Soma xix pesoas [fl. 14]

Pero Rodriguez
Gonçallo Afomso

---

[53] Também é legítimo a leitura *Curro*.
[54] É possível a leitura *Canada*.

Afomso das Bouças
Afomso Martinz
Alvaro Rodriguez
Joham da Peniça
Afomso Pirez
Rodrigo Alvarez
Gonçallo do Codessall
Joham do Crasto
Joham do Codesall
Bastyão Rodriguez
Gonçallo Martinz
Estevom Pereira
Rodrigo da Peniça
Gonçallo Rodriguez
Joham Vaaz sacador dos catyvos
Esteve Anes
Gonçalo Vaaz
Afomso Gonçallvez
Martym Gonçallvez

Soma xxj pesoas [fl. 14 v]

Joham do Bareo
Afonso Gonçallvez
Afomso do Crasto
Joham Afomso
Martynho do Codesall
Joham Vaaz
Maria Anes vyuva
Ines da Bouça vyuva
Maria Anes vyuva
Margarida Rodrigves vyuva
Costança Gonçallvez vyuva
Maria Alvarez vyuva prove
Catarina Gonçallvez vyuva prove
O abade de Moledo

Benade

Gonçallo Gyll
Afomso Gonçallvez
Gonçallo Anes
Gonçallo Pirez
Rodrigo Estevez
Pero Fernandez

Soma xx pesoas [fl. 15]

Joham Rodriguez
Joham Alvarez
Gonçallo Luis
Joham Estevez
Joham de Cortynhos
Fernam Pirez
Joham Afomso
Gonçallo Pirez
Martym Pirez
Gonçallo Anes
Joham de Benade sacador dos catyvos

Argella

Joham dos Feaes
Lourenço Anes
Martynho dos Bareiros
Afomso de Moniz
Joham de Soutello
Joham Çeboleiro
Gonçallo Afonso
Gonçallo Lopez
Afomso da Bouça
Pero da Bouça
Afomso do Rego

Soma xxij pesoas [fl. 15 v]

Joham Gonçallvez sacador dos catyvos
Afomso Anes
Pero do Rego
Joham Gonçallvez
Fernam Anes
Joham Alvarez
Martym Anes
Joham de Daaem
Gonçallo Velho
Joham da Lagea
Gonçallo Anes
Branca Anes vyuva prove
Maria Afomso vyuva prove
Branca Fernandez vyuva

Covas

Joham Lopez prove
Joham Gill

Afomso Gonçallvez
Joham Pirez
Luis da Telhada
Afomso Anes
Gonçallo de Joyo
Fernam d'Ermida
Joham Vaaz

Soma xxiij pesoas [fl. 16]

Gonçallo da Valle (?)
Joham Vaaz ho velho
Pero Vaqueiro
Bertolameu Gonçallvez
Gonçallo de Vilarynho
Estevom de Vylarynho
Martynho do Systo
Pero Gonçallvez
Gonçallo Anes
Joham Branco
Gonçallo de Portuzydo
Aldonça Pirez vyuva prove
Aldonca Sueira vyuva prove
Branca Fernandez vyuva prove
Ines d'Alem vyuva prove

Çopo

Joham Martinz
Pero Alvarez
Gonçallo de Painçaes
Joham de Painçaes
Martynho Gonçallvez
Martynho da Pereira
Fernam de Cortynhas

Soma xxij pesoas [fl. 16 v]

Joham Justeiro
Domingue Anes
Lourenco Sueiro
Rui Justeiro
Afomso das Pousadas
Afonso Lourenco
Pero Afomso
Gonçallo Afomso sacador dos catyvos
Diogo Lourenco
Luis Vaaz
Alvaro Gill
Afomso Estevez
Joham Estevez
Joham Rodriguez
Joham Gonçallvez
Afomso Sueiro
Gonçallo d'Arotea
Pero Estevez
Diogo d'Arotea
Joham Cubelle prove
Joham Cubell ho moço prove
Rodrigo d'Outeiro
Estevom Sueiro
Bras Sueiro
Rui Sueiro

Soma xxb pesoas [fl. 17]

Afomso da Rapadoira
Joham Sueiro
Afomso d'Outeiro
Gonçallo d'Outeiro
Joham Gonçallvez vyuvo
Joham do Riall
Gonçallo de Paaços
Joham da Bareira
Joham do Riall ho moco
Joham Estevez vyuvo
Pero Fernandez
Joham de Villares
Gonçallo de Vyllares
Lope Anes
Gonçallo da Lamela
Branca Velha vyuva prove
Herena Anes vyuva
Aldonça Anes vyuva
Maria Rodriguez vyuva

Seyxas

Gonçallo Anes
Afomso Pirez
Afomso Pirez seu genrro
Martym Gonçalvez

Martym Afomso
Joham Martinz

Soma xxb pesoas [fl. 17 v]

Gonçallo Estevez
Afomso da Bouça Meãa
Estevom d'Ordonho prove
Gonçallo Gill
Gonçallo do Souto
Estevom Gonçallvez
Pedro Afomso
Gyl Fernandez
Joham Gonçallvez
Joham da Portella
Gonçallo Anes do Cançelo
Fernam Martinz
Afomso Gyll
Afomso Çeboleiro
Gonçallo Estevez
Afomso Estevez sacador dos catyvos
Gonçallo Pirez
Joham Estevez
Estevom Pirez vyuvo
Ines de Coira vyuva
Catarina Vaaz vyuva prove
Maria Martinz vyuva
Maria Anes vyuva
Catarina Gonçallvez vyuva

Vyllar de Mouros e Marinhas

Joham Gonçallvez
Joham Vaaz

Soma xxbj pesoas [fl. 18]

Martynho de Guena
Fernam Martinz
Afomso Martinz
Vasco Gonçallvez
Afomso Estevez
Joham Estevez
Estevom Gonçallvez
Joham do Funchal
Joham do Funchal ho moco
Joham do Funchal ho novo
Gonçallo Vaaz
Fernam Gill
Pero Vaaz
Joham Diaz vyuvo
Afomso d'Agrelo
Joham Afomso
Gonçallo Fernandez
Rui Gonçalvez
Joham Gonçalvez
Joham da Lagea
Joham da Ponte
Pero Gonçallvez
Fernam Gonçalvez
Pero Diaz
Afomso do Carvalhall
Pero da Torre
Gonçallo dos Eytos
Martym Anes

Soma xxbiij pesoas [fl. 18 v]

Joham Martinz
Luis Gonçalvez
Afomso Fernandez
Alvaro Anes sacador dos catyvos
Fernam da Pereira
Martym Fernandez vyuvo
Afomso da Ponte
Joham de Marinhas
Afomso do Çerro
Afomso Rodriguez
Joham Afomso
Afonso Gonçallvez
Joham Martinz
Gonçalo Rodriguez
Rodrigo Estevez
Joham Lourenco
Joham do Rego
Afomso Estevez
Joham Neanes
Branca Gonçalvez vyuva
Catarina Martinz vyuva
Mardureira Afomso vyuva prove
Maria Fernandez vyuva prove
A molher que foy de Fernam Alvarez vyuva prove
Maria Fernandez de Lanhelas vyuva

Lanhellas

Afomso de Daaem

Soma xxbj pesoas [fl. 19]

Gonçallo da Presa
Fernam Diaz sacador dos catyvos
Martym Gonçallvez
Afomso Gonçallvez
Pero Mançebo
Joham d'Estrada
Gonçallo Afomso
Joham de Marçom
Martynh'Anes da Ramalhosa
Joham da Ramalhosa
Afomso da Ramalhosa
Lourenco Afomso
Vicente Gonçallvez
Joham Lourenço
Martym Galego
Joham d'Argella
Joham Afomso
Afomso Anes vyuvo
Gonçallo galego
Pero Lopez
Maria da Presa vyuva
Maria Diaz vyuva

Daaem

A [...] [55]
Afomso [...]
Iu (?) [...] ras (?)
Alvaro [...] [...] alhas
Pero [...]

Soma xx [...] pesoas [fl. 19 v]

Diogo Martinz
Joham Martinz
Afomso Martinz
Joham de Laverquas
Rodrigo Alvarez
Alvaro Pirez vyuvo
Martynho Gonçallvez
Gonçallo Martinz
Joham Quaão
Joham de Pumares
Pero da Quimgosta
Domingos Quaão
Pero do Carro
Alvaro Pirez
Vasco Pirez
Rui Caão
Maria Anes vyuva
Catarina Anes vyuva
Maria do Carro vyuva

Trres Ancora e Pedrulhos

Afomso Estevez
Joham Alvarez vyuvo
Joham Pirez
Bras do Pereiro
Byeito Alvarez
Gonçallo Velho

Soma xxb pesoas [fl. 20]

Pero Velho
Estevom de Çyma
Gonçallo Martinz
Estevom de Laverquas
Crara Martinz vyuva prove
Maria Nova vyuva prove

Arga

Dom Abade d'Arga
Joham da Vynha o velho
Joham da Vynha ho moço
Alvaro Pirez
Margarida Anes vyuva
Joham da Lousa prove
Joham de Quintela prove

---

[55] As folhas 19 v-21 v estão dilaceradas na extremidade inferior. O sinal [...] denota nestes locais escrita mutilada.

Alvaro Fernandez	Estevom do Salgeiro
Catarina Anes vyuva	Alvaro Afomso

Soma nas pessoas do termo com hos abades e vyuvas ..... iiij^{c}xxxij pesoas
de que som abades ..... ij
[vyu]vas ..... liij pesoas
[...] pesoas da vyla
[...] clerigos e [...] [56] ..... bjcIRbiij^{a} pesoas
Soma [...] [fl. 20 v]

E acabado d'esprever ho dicto numero segundo se em elle contem sem faleçer pesoa algũa da dicta villa e termo os dictos juizes e asy hos hofiçiaes da dicta villa diserom que hera verdade que ha bem biij^{o} anos e mais que na dicta villa de Caminha se comecou a bareira da dicta villa que he obra muito grande e de muito custo. E des hos dictos oyto anos a esta parte se nom levantou dela maão, e he ainda por çerquar a villa mais da terça parte della servindo em a dicta hobra os moradores da villa e termo contynuadamente e servem oje em dia sem ajudoiro de outro concelho algum, na qual obra teem levado e levom mui muito trabalho e teem despesos de suas casas muito dinheiro que he maravilha soportarem tanto trabalho e teem ainda por fazer tanto que se a dicta bareira acabar ho cax da dicta villa que ha de seer mui grande hobra, e alem do dicto cax, teem ainda por fazer ho caminho da Junqueira que vay da dicta villa pera Villa Nova, ho qual caminho que se asy ha todo de calçar he das grandes hobras e mais necesarias que se fezerom nem podem fazer em este Ryba de Minho e ha de ser muito custoso e de grande trabalho de serventya, e com as dictas decraraçõeshos dictos juizes e hofiçiaes mandarom a mim Gregorio da Valle tabeliam que ho esprevese asy e asynase de meu publico sinall e cerase e aselase pera ser envyado a sua alteza, e eu Gregorio da Valle escudeiro e tabeliam publico e judiçial em a dicta villa e seu termo polo senhor marques meu senhor em conprimento do dicto mandado todo esprevi e aqui meu publico synall fiz que tall he

[Segue-se o sinal público em parte dilacerado]

[fl. 21]

A El Rey Nosso Senhor

Este he o numero dos moradores da villa e termo da villa de Caminha do Senhor Marques conde de Vallença e de Valladares e senhor da dicta villa e d'Almeida nosso senhor que vay pera sua alteza

[A. N. T. T., *Gaveta* 20, m. 10, n.º 3]

[fl. 22]

---

[56] O sentido não pode deixar de ser: «Somam as pessoas da vila e termo, com clérigos e viúvas, 698 pessoas».

Documento 2

Trellado de hum auto que foy fecto do numero da gemte da villa de Vallemça e de seu termo por virtude de hũa carta d'el rey noso senhor.

Anno do nascymento de Noso Senhor Jhesus Christo de mill e quinhemtos e treze annos aos dous dias do mes de março em a villa de Vallemça de Minho em a praça da dito villa estamdo hy Joham Pereira escudeiro fidallgo e Eytor de Barros cavaleiro juizes hordenairos em esta mesma pollo senhor ho senhor marques e conde noso senhor peramte elles pareçeo Pero Pymto escudeiro e lhes apresentou hũa carta d'el rey noso senhor de que ho trellado ho theor tall he [Segue-se a carta que ficou transcrita no *Documento 1* e depois prossegue:]

A qual asym apresemtada e vista pellos dictos juizes mamdaram que se comprise asym e na maneira que sua alteza mandava e pera em comprimento della mandaram que logo vyesem .s. de cada freguesia do termo desta villa huum jurado e huum homem boom pera lhes ser dado juramento per elle mandado que nomeasem pesoas de sua freguesia e declarasem asym como ho dito senhor mamdava e que se fizese de todo huum caderno e asym se nomeasem os moradores desta villa e foy satisfecto primeyramente os moradores desta villa que sam os segymtes e asym [57] os do termo que vam adiamte e ho mandaram asym esprever Rui Lopez tabaliam em esta mesma pollo dicto senhor marques e conde meu senhor que ho esprevi.

Titollo dos clerigos da dicta villa

Joham Fernandez abade Crestello
Joham Lourenco conigo da igreja de Sant'Estevom
Alvaro Estevez outro sy conigo na dita igreja
Ho doutor Joham Rodriguez clerigo de misa
Martym Annes conigo na dita igreja e abade de Lapela
Joham Gonçallvez conigo na dita igreja e abade de Revoreda
Gomez Afomso conigo na dita igreja
Joham Velho conigo na dita igreja
Sebastiam Gonçallvez thesoureiro na dita igreja
Amdre Gonçallvez sobchantre na dita igreja de Sant'Estevom
Bastiam Rodriguez conigo na dita igreja
Jacome Gomez conigo na dita igreja
Mosem Jame conigo na dita igreja
Afomso Vaaz clerigo de misa
Joham Afomso abade de Byco
Afomso Gomez conigo na dita igreja
Rui Vaaz conigo na dita igreja
Vasco Fernandez chamtre na dita igreja
Joham Afomso conigo na dita igreja
Afomso Neto mestre escola na dita igreja
Diogo Afomso conigo na dita igreja
Joham Novaees he encaçeirado

xxij [fl. 2 v]

Titollo dos clerigos do termo da dita villa .s. no mosteiro de Gamfey

Dom frey Afomso Dom Abade do dito mosteiro
Frey Artur monje delle

[57] No texto: *e desỹ*.

Frey Jorge outro sy monje delle
Gonçallo [58] Lopez abade de Cerdall
Gonçallo Barbosa abade de Sa'Miguell
Diogo Barbosa abade de Sam Gião da Sylva
Gyronimo Rodriguez abade de Samta Maria da Sylva he empregado

bij

Somam os clerigos da villa e termo vymte nove

Titollo da villa

Gonçallo de Seixas espadeiro
Fernam Coelho
Filipa Varella vyuva e prove
Vasco Eanes da Ganosa
Rodrigo Alverez
Fernam d'Eanes
Joham Carneiro

bij [fl. 3]

Joham Estevez capateiro
Gonçallo Loucaão velho e doente [59]
Aparyc' Alverez
Fernam Gonçallvez he velho e prove
Bltasar Alverez olyvez
Pero Fernandez novo christão
Afomso Coelho capateiro
Guyomar da Costa vyuva e pobre
Guyomar Gonçallvez vyuva
Gill Pirez tecellão
Pero Rodriguez he espymgardeiro
Pero Correa he escudeiro
Lourenco Annes velho
Pero Gonçallvez capateiro
Gonçallo de Caceres escudeiro do senhor marques noso senhor
Estevam Garçia capateiro
Afomso Vidall
Gonçallo Afomso capateiro
Lourenco Afomso velho e cego que nom vee
Afomso Annes do Paço capateiro he manco
Lyanor Diaz pobre vyuva
Jorge Gonçallvez mercador
Estevom Martinz
Pero Diaz capateiro

xxiiij [fl. 3 v]

Pero Alverez mamteiro
Nicollao Gonçalvez espymgardeiro
Bramca Frageira prove e vyuva
Gonçallo Rodriguez novo christão he alfayate
Joham d'Ourēis capateiro
Pero Vaaz escudeiro
Tareija Fernandez vyuva pobre
Bastiam Afomso capateiro
Grygorio Sernido (?)
Violamte Gonçallvez vyuva pobre
Joham Diaz espymgardeiro
Joham marynheiro he prove
Lyanor Alverez veuva
Pero Homem escudeiro do senhor marques noso senhor e tabaliam
Lopo Fernandez alfaiate
Gonçallo Afomso ovelheiro he vyuvo e espyngardeiro
Joham Ferreiro
Joham Galego
Joham de Freixieiro espadeiro
Diogo Afomso capateiro
Lyanor Dyaz vyuva e pobre
Pero Lopez capateiro
Joham Lopez velho que nom faz nada he pobre
Pero Vaaz barbeiro
Fernam Martinz he pobre pede por Deos

xxb [fl. 4]

---

[58] No texto: *go*. Desdobrámos sempre para a forma Gonçallo.
[59] Palavra sobreposta a *prove*.

Bertolameu Vaaz pobre
Ama que foy do comde de Caminha
Diogo Alverez barbeiro
Nicollao Pereira escudeiro do senhor marques noso senhor
Fernam Rodriguez escudeiro do senhor marques noso senhor
Vasco Rodriguez escudeiro do senhor marques noso senhor
Agomso Anes capateiro
Pero d'Oya escudeiro do senhor marques noso senhor
Joham Pereira he escudeiro fidalgo da casa do senhor marques noso senhor
Gonçallo Rodriguez ferreiro
Joham de Rabello
Afomso Lourenço ovelheiro
Fernam d'Eanes sarralheiro e espyngardeiro
Afomso Pirez escudeiro do senhor marques noso senhor
Gonçallo Annes
Vasco Fernandez diz que tem privilegio de memposteiro
Rui Fernandez he velho
Amdre Alverez espadeiro
Alvoro Annes sarralheiro
Joham Rodriguez
Alvoro Garçia
Pero Lourenço ferreiro
Garçia Rodriguez he velho e manco
Ho bacharell Rui Garçia he do senhor marques
Gonçallo Fernandez ferreiro
Alvoro Vaaz carpemteiro

xxbj [fl. 4 v]

Gonçallo Martinz velho
Garçia Rodriguez barbeiro
Joham Vaaz capateiro
Pero de Varaees escudeiro do marques noso senhor
Symam Velho he pobre e pede por Deos
Antonia Alverez he pobre
Afomso Rodriguez escudeiro do senhor marques noso senhor e seu tabaliam
Gonçallo Rodriguez escudeiro
Fernam Dominguez
Gonçallo Martins capateiro
Rui Lopez escudeiro do senhor marques noso senhor e seu tabaliam
Bastiam Gonçallvez espadeiro
Margaryda Estevez vyuva e velha
Afomso Colhardo
Lyanor Afomso vyuva
Sua sua (*sic*) filha Urraca Afomso vyuva
Afonso Pirez espadeiro
Clara Gonçallvez veuva pobre
Pero Luys espymgardeiro
Joham Gonçallvez ho calvo
Diogo Martinz de Coira
Pero Colhardo
Fernam Framcisco velho e manco e pobre
Maria e Pynim (?) vyuva

xxiiij [fl. 5]

Gonçallo de Villa Nova espadeiro
Bramca Annes vyuva e pobre
Isabell Vaz vyuva e pobre
Joham Afomso coyteleiro
Luis Vaaz escudeiro do senhor marques noso senhor he em Çepta com o senhor conde filho do marques noso senhor
Ines Pirez vyuva
Joham Alverez carpemteiro
Fernam Gonçallvez pobre
Samcha Diaz pobre pede por Deos
A Botelha he solteira
A cryada que foy de Joham Furtado he solteira
Afomso Annes de Nugueira capateiro
Diogo Nunnes
Joham da Mouta tanoeiro
Afomso de Freixieiro
Lourenco Annes he pobre
Maria de Lyma vyuva he prove
Maria Francisca solteira
Gonçallo Colhardo tanoeiro
Mateus Colhardo he solteiro

Afomso Estevez
Fernam d'Alverez cacereiro
Bras Martinz ferreiro
Pero Diaz vyuvo
Afomso Diaz velho e pobre

xxb [fl. 5 v]

Afomso Manoell pobre
Gyomar Alverez vyuva e pobre
Rui Tomas
Pero Vaaz capateiro
Rui de Puygydo capateiro
Joham Soares escudeiro do senhor marques noso senhor
Rodrigo Annes canivetes
Joham Velho capateiro
Alvaro Velho capateiro
Tareija Martinz vyuva e pobre
Gil Alverez he escudeiro
Rui Gomez he escudeiro do senhor marques noso senhor
Francisco Gomez escudeiro do senhor marques noso senhor e tabaliam em Coira
Gonçallo Fernandez pedreiro
Joham Fernandez capateiro
Gonçallo Forneiro he pobre
Gonçallo Tome he espyngardeiro
Gonçallo Annes Annes (*sic*) ho manso
Gonçallo Gonçallvez ho moço capateiro
Pero Gonçallvez seu irmão capateiro
Alvoro Barbosa he escudeiro
Eytor de Barros he cavaleiro da casa de sua alteza ja velho
Afomso Annes ovelheiro
Grygorio do Outeiro pobre capateiro

xxiiij [fl. 6]

Rodrigo Annes de Gamdara
Estevom Gonçallvez
Gonçallo Martinz almocreve he pobre
Grygorio de Netos he fora
Cataryna Rodriguez he solteira
Cataryna Diaz he solteira
Gonçallo Diaz he espymgardeiro
Cataryna Estevez he pobre
Rui Pirez
Grygorio de Lebre he solteiro
Bastiam Gonçallvez tabaliam escudeiro do senhor marques noso senhor
Gonçallo Gonçallvez o velho capateiro
Gonçallo da Maya he pobre
Alvaro Annes
Afomso Fernandez he pobre e doente nom tem nada
Joham Afomso ovelheiro he velho e pobre he memposteiro
Cataryna da Maya he solteira
Pero Annes carpemteiro e estalajadeiro
Joham dos Barbeitos
Pero Lopez
Joham Rodriguez de Moledo
Andre Gonçallvez
Diogo Gonçallvez almocreve he solteiro
Martym Rodriguez he solteiro

xxiiij

Somam os da villa com as vyuvas ctolxx fogos afora os clerigos. Soma toda a villa e arrabaldes com os clerigos e vyuvas dozemtos e biij .s. de clerigos asym da villa como termo vymte e nove e vyuvas da villa e solteiras vymte e nove. Asym que somam todos ijcbiij [fl. 6 x]

Titollo do numero dos moradores do termo da dicta villa de Valença s. na

Freguesia de Tayam

Joham Rodriguez
Afomso Boom
Grygorio Pirez
Gonçallo Rodriguez
Costamça Vaaz Vyuva
Rui Lameiro
Joham Boo diz que tem privilegio de memposteiro
Afomso d' Eiro he vyuvo e pede por Deos ja velho

Alvoro Viaaez
Estevom Martinz
Afonso Rodriguez
Gonçallo d'Almada
Bramca d'Almada vyuva e he prove pede por Deos
Estevom dos Curros
Gonçallo dos Curros
Joham Birgeiro
Gonçallo Afomso
Vasco d'Almada
Pero d'Almada diz que tem privilegio por servir ho mosteiro de Samta Maria de Mosteiro
Bramca da Cerdeira vyuva e pede por Deos
Joham da Cerdeira
Clara Martinz veuve pede por Deos

xxij [fl. 7]

Diogo Afomso

Freguesia de Gamdara

Afomso de Mourell
Joham Colhardo
Alvoro Colhardo
Diogo de Picões
Joham de Mourell o velho
Fernam de Mourell
Joham de Mourell o moço
Maria Annes vyuva pede por Deos
Estevom Framguinho
Afomso Booucoos
Grygorio Booucoos
Joham Boucoos
Estevom Booucoos
Gonçallo Boucoos
Maria Boucoos veuva
Afomso Rodell
Grygorio Felgueira
Alvoro da Bouça
Joham Caseiro
Estevom da Lagea
Gyomar da Lagea vyuva pede por Deos
Pero de Riall
Fernam da Lagea
Rodrigo da Devesa
Joham da Costa

xxbj [fl. 7 v]

Fernam da Pereira diz que tem privilegio
Grygorio do Baçello diz que tem privilegio
Martym Felgeira he espymgardeiro
Joham Pirez
Joham Sem Mall he prove e pede por Deos
Joham Galego
Estevom do Bacello
Martym Porrynho
Gonçallo Rodriguez
Joham Gonçallvez
Maria Annes vyuva he prove pede por Deos
Estevom da Povoa
Cataryna da Call veuva he prove pede por Deos
Margaryda da Povoa vyuva prove
Vasco de Barreiros
Joham de Barreiros
Joham d'Aguyam
Estevom do Souto
Maria do Souto veuva prove pede por Deos
Pero Alverez que se veeo ora a dita freguesia de novo nom tem nada
Estevom da Villa diz que tem privilegio de memposteiro
Alvoro do Reall
Ines Fernandez vyuva prove pede por Deos
Grygorio de Gamdara
Lourenco de Gamdara

xxb [fl. 8]

Sam Gião

Lourenco do Monte
Rui Diaz
Afomso do Raso

Bastiam do Raso
Gonçallo do Raso o velho diz que tem privilegio de memposteiro
Gonçallo do Raso ho moço
Rui do Raso
Afomso Fernandez de Seixalvo
Lourenco do Barrall
Rodrigo do Barrall
Lourenco do Barrall ho moço
Joham do Barral
Joham Diaz de Lourosas
Maria Estevez vyuva e prove
Vasco Annes
Fernam de Seixalvo
Rodrigo do Roçado
Joham do Roçado
Ines do Roçado veuva
Francisco de Villa Nova
Joham Afomso da Cançellada
Joham de Seixalvo
Afomso de Seixalvo
Joham de Gramill o moço
Bastiam Rodriguez de Gramill
Gonçallo de Gramil
Rui de Gramill
Joham do Gramill velho e prove pede por Deos

xxbiij [fl. 8 v]

Rui Bieitez
Rui d'Alcamtara diz que tem privilegio
Joham d'Alcamtara diz que tem privilegio
Maria d'Alcamtara vyuva prove
Costamca Felgueira vyuva pede por Deos
Maria Soarez molher de Rui Soarez
Joham da Bouça
Gonçallo Bieitez amo de Joham Pereira diz que tem privilegio
Pero da Torre caseiro do dito Joham Pereira

Freguesia de Villar de Lamas

Estevom Framco
Joham Framco
Afomso Framco he velho e çego
Joham d'Areaas
Bastiam Pirez
Joham Estevez
Joham d'Araão
Bemto Pirez
Joham Grande
Pero Bryeitez diz que tem privilegio de memposteiro
Joham Lourenco
Gonçallo Boom
Afomso do Paço
Afomso Lourenco
Joham Abade
Alvoro Boom

xxb [fl. 9]

Bramca da Igreja
Margaryda Igreja prove
Domingas Bentez prove pede por Deos

Freguesia de Samta Maria da Sylva

Lourenco Annes
Gonçallo Lourenco
Joham Lourenco
Gonçallo da Semrra
Gonçallo Fragueiro
Afomso Alverez
Joham Alverez
Joham Marynho
Estevom da Madorra
Joham Martinz velho e encacerado
Maria Rodriguez vyuva
Afomso Rodriguez
Joham Afomso
Gonçallo Afomso
Margaryda da Villa he pobre
Alvoro Gill velho
Joham Bello
Afomso Bello
Rodrigo de Sequeiros
Joham da Madorras diz que tem privilegio de memposteiro

xxiij [fl. 9 v]

Alvoro Martinz
Alvoro Martinz o velho he çego
Vasco Rodriguez
Joham Fragueiro ho moço
Joham Freigeiro o velho
Pero Fragueiro
Pero Afomso
Joham Estevez prove
Estevom Marynho
Grygorio da Igreja
Joham da Igreja

Freguesia de Çerdall

Afomso da Call
Fernam da Call
Joham Lameiro
Afomso de Gumdar
Gonçallo Martinz
Gançallo Afomso
Diogo Vaaz
Diogo de Lugo
Gonçallo Caseiro
Francisco de Bade
Maria Fernandez prove e pede por Deos
Rui Galego

xxiij [fl. 10]

Afomso Claro
Joham de Bade velho
Gonçallo de Vigo
Joham de Bade ho moço
Rui Garcia
Fernam Garcia escudeiro
Ines de Bade vyuva
Maria Afomso veuva
Rui de Gondym velho
Grygorio Rodriguez manco
Alvoro de Mira
Alvoro do Monte
Bastiam Rodriguez prove
Rui Claro prove
Joham Estevez
Ines do Monte vyuva
Bemto do Baçello
Afomso do Bacello
Margaryda do Bacello vyuva
Joham Martinz vyuvo velho
Gonçallo Martinz manco
Fernam Caseiro
Gonçallo de Barrall
Afomso de Crestello
Estevom Lourenco
Vasco Gill
Joham Martinz ho moço
Bastiam de Bade

xxbiij [fl. 10 v]

Martym de Bade diz que tem privilegio
Francisco de Prado veyo agora
Bramca Afomso veuva e velha e prove pede por Deos
Bras Fernandez
Fernam Gonçallvez diz que tem privilegio
Joham d'Escalamte byzcaynho
Erena de Torres castelhana vyuva
Aparição Rodriguez diz que tem privilegio
Estevom Rodriguez
Estevom Gomcalvez (*sic*)
Joham Alverez
Joham Gonçallvez de Villar
Estevom de Freixieiro
Estevom Annes
Branca Lourenco vyuva
Alvoro Goncallvez
Rui Andrell veuvo
Bastiam Rodriguez
Costamça[59] Lourenco vyuva he prove pede por Deos
Gonçallo Alverez diz que tem privilegio
Lopo Garçia
Diogo Alverez
Maria Afomso vyuva prove

[59] Segue-se riscada a palavra *Roiz*.

Diogo Fernandez
Afomso de Mira
Joham Lourenco

[xxbj fl. 11]

Afomso Lourenco
Pero do Barreiro
Joham Afomso
Estevom de Bade diz que tem privilegio de memposteiro
Estevom Caseiro
Pero Gonçallvez
Gill de Bade diz que tem privilegio
Gonçallo das Pereiras
Antonio Annes
Rui das Pereiras
Afomso Caseiro
Ines que veeom he prove vyve com ho que pede
Margaryda Paaz velha nom tem nada
Maria filha da dita Margaryda Paaz he moça solteira

Freguesia de Segadaees

Afomso de Segadaees o velho
Afomso de Segadaees ho moço diz que tem privilegio de memposteiro
Bastiam Framco
Francisco Abade
Joham Abade
Estevom Abade
Fernam d'Abade
Gonçallo Estevez
Manoell Estevez

xxiij [fl. 11 v]

Amtom Rodriguez
Gonçallo Afomso
Margaryda Annes veuva prove
Maria Martinz prove pede por Deos
Rui d' Ervelhe
Gonçallo da Costa

Freguesia de Gamfey

Joham do Carvalho
Joham Estevez velho de Meãa
Gonçallo Estevez de Meãa
Joham Gonçallvez
Aparico Annes
Estevom de Mourell
Maria de Mourell vyuva prove
Afomso de Mourell
Joham Luys vyuvo
Guyomar da Ofe vyuva
Lourenco Tome
Violamte da Hufe vyuva
Gonçallo da Hufe
Estevom Gonçallvez encacerado espingardeiro
Fernam Lopez seu jenrro
Afomso Fernandez
Margaryda do Carvalhall veuva

xxiij [fl. 12]

Cataryna Rodriguez veuva prove pede por Deos
Gonçallo Martinz velho
Rui Gonçallvez
Bramca Vaaz veuva
Rui Lourenco
Pero do Cabo
Afomso de Mendo
Rui de Mendo
Catarina de Mendo veuva
Maria Gonçallvez veuva
Fernam de Mendo
Estevom Lourenco diz que tem privilegio
Afomso da Hufee
Joham d'Arãao moynheiro nom tem nada de seu
Joham de Mendo
Joham Afomso
Pero de Villar diz que tem privilegio de memposteiro
Joham Lourenco he espyngardeiro
Gill Estevez
Ines Alvarez vyuva

Joham Estevez das Zenhas
Rodrigo Sende
Estevom Mouro
Aldomça he prove pede por Deos
Ines Moura prove pede por Deos

xxb [fl. 12 v]

Margaryda vyuva prove pede por Deos
A molher que ficou de Alvoro de Sampayo he prove pede por Deos
Joham Rodriguez de Pousada
Gonçallo Annes seu vyzynho
Estevom Fernandez espyngardeiro
Jacome de Mourell
Afomso da Villa
Martym Lourenco espymgardeiro
Alvoro Annes
Alvoro Rodriguez
Joham de Pousada
Pero Afomso
Amtom Rodriguez
Joham Fernandez que ora veo de Tui
Gonçallo d'Eira he prove
Ines Alverez veuva
Guyomar d' Eira prove nom tem se nom ho que pede

Sam Miguell

Grygorio de Rio Torto
Joham de Samta Maria velho
Joham de Cyma
Joham de Rio Torto
Joham Afomso
Gonçallo das Poldras

xxiij [fl. 13]

Gonçallo Rodriguez ho moço
Estevom Garçia
Joham Diaz
Gonçallo Rodriguez ho alfaiate he prove e manco
Estevom Rodriguez
Joham Gonçallvez
Gonçallo Rodriguez o velho
Joham do Costado
Rodrigo da Pedreira
Joham Gonçallvez he manco e pro (*sic*) digo prove
Joham de Riall ho velho
Joham do Riaal ho moço
Fernam de Riall
Estevom do Riaal diz que tem privilegio
Joham do Outeiro
Gonçallo do Costado [61]
Gonçallo Afomso
Gonçallo Fernandez
Pero de Goldoy
Fernam de Parada
Gonçallo de Parada
Joham de Parada
Estevom de Buriz
Gonçallo de Parada o moço

xxiiij [fl. 13 v]

Afomso Vaaz de Gontomill
Joham Vaaz ho moço
Joham do Costado
Joham Afomso
Alvoro da Bouca veuvo
Rui do Outeiro diz que tem privilegio de memposteiro
Ines do Campo veuva
Joham Gonçallvez de Gontomill
Cataryna Gonçallvez veuva e prove e pede por Deos
Vasco Lourenco
Maria Fernandez prove pede por Deos
Pero do Paço
Joham Rodriguez da Grovee
Estevom da Fofe
Joham da Fofe velho

[61] O conjunto desde este nome até ao fim da folha do manuscrito, que termina com Gonçalo de Parada, o moço, está envolvido num risco com a nota à margem: Estes de dentro deste risco dizem que todos tem [cortado *privi*] huum privilégio d'el rey.

Gonçallo da Fofe vyuvo
Joham da Fofe ho moço
Gonçallo Fernandez
Martym de Fofe
Joham Boto velho
Cataryna Gonçallvez vyuva
Gyomar Annes veuva
Afomso Pirez
Breatiz Eannes prove pede por Deos
Joham de Maga

xxb [fl. 14]

Bastiam Annes
Margaryda Annes prove
Ines Vaaz veuva
Afomso de Vynhaees
Gonçallo de Vynhaees
Afomso da Valynha
Duarte Annes

Sam Pedro da Torre

Afonso de Crasto
Afomso de Proll
Gonçallo de Proll
Afomso Rodriguez diz que tem privilegio de memposteiro

Joham Rodriguez
Pero Annes
Gonçallo Annes
Gonçallo Afomso
Bastiam Afomso
Breatiz vyuva he prove pede por Deos
Afomso Vaaz velho e manco e prove nom tem nada
Gonçallo Annes da Igreja
Joham do Outeiro veuvo
Estevom do Outeiro seu filho

xxj [fl. 14 v]

Rui do Outeiro
Rui de Crestello
Estevom Rodriguez
Gonçallo da Labruja
Esteve Annes
Estevom Gonçallvez
Gonçallo da Porta Vedra
Gonçallo Amdrell
Lopo Amdrell
Joham de Covas
Joham Carneiro
Pero Carneiro
Joham Galego

xiij [fl. 15]

Soma da terra com vyuvas e solteiras iiijc e tres fogos .s. de vyuvas 1ta e ajumtada a soma da terra com a villa com clerigos e vyuvas soma seisçemtos e homze —bjcxj

E acabado de se esprever ho dicto numero dos ditos moradores [riscado *da v*] da villa e terra em comprimento do dicto mamdado de sua alteza os ditos juizes e oficiaees diseram que era verdade que elles de seis annos a esta parte nom pagaram em nenhũas * obras por bem dos privilegios que ho senhor * marques noso senhor tem de sua alteza pera nenhũas de suas villas nem terras nom pagarem [fl. 15] em nenhũas obras se nom * nas suas dellas mesmas e tambem porque esta villa he estremo de Galiza e de sempre fui escusa de pagar em nenhũas obras por bem da neçesydade que tem em pagar em as suas e que os muros desta villa estam muito daneficados e ha hy muito grande necesydade de se lhes acudyr pera a quall obra a dita villa lhe convem ser muito ocupada no corregymento delles porque ho dinheiro das terças que ho que ha

* Palavra reconstituída em virtude do papel estar dilacerado neste ponto.

nom abastara tam somente pera o jornall dos mestres no quall dinheiro yso mesmo som muito agravados por que tendo esta villa por privilegio que se nom leve daqui o dito dinheiro e se gaste nos ditos muros por bem do lugar em que esta dita villa esta e tendo sobre yso alvara de sua alteza por que manda que se cumpra sem embargo de todo Diogo Borjees vedor das obras e comtador das terças os levou daqui ate ora pollo quall os ditos muros estam da maneira que estam pollo quall pedem por merçe a sua alteza que mande que os ditos dinheiros se nom levem mais daqui como mandado tem porque elles esperam de ho reter segundo ho tem por seus privilegios e alvara de sua alteza pera com o dito dinheiro e servemtia da villa e terra se corregerem os ditos muros que sera muito serviço de sua alteza e bem destes regnos por ho lugar em que * esta villa esta e tudo asym dicto por os ditos juizes [e of]fiçiaees *mandaram a mim Rui Lopez tabaliam por o dito [fl. 15 v] senhor marques noso * senhor que ho esprevese asym e cerrase e asellase * pera ser levado a sua alteza E eu sobredito * Rui Lopez tabaliam em a dita villa e condado * de Vallemca pollo senhor marques noso senhor que esto esprevi e aqui meu publico synall fiz que tall he

Eu sobredito Rui Lopez tabaliam na dita villa e condado de Vallenca pello senhor marques noso senhor dey a treladar este auto por ser ocupado e o concertey com o proprio origynal com Baastyam Gonçallvez tabaliam na dita villa por sua senhoria e aqui meu publico synal fiz que tal he. Rodericus Loppe [Ass. e sinal].

Concertado comiguo Bastiam Gonçallvez tabaliam com o proprio originall e por verdade asyney aqui Bastiam Gonçallvez [Ass.].

[No sobrescrito].

A el rey noso senhor. Este he o numero dos moradores da villa e condado de Vallença do senhor marques noso senhor conde e senhor da dita villa e condado que vay pera el rey noso senhor [Num dos cantos: *Vallença*].

A. N. T. T., *Gaveta* 20, maço 10, n.º 2) [62].

---

[62] Agradecemos a colaboração prestada pelo senhor Prof. Doutor Cónego Avelino Jesus da Costa e bem assim a do senhor Fernando Coroado, executor do mapa que acompanha este trabalho.

Mónio Ermiges, Abade de Paço de Sousa [1]

Por JOAO JOSE RIGAUD DE SOUSA

O mosteiro de Paço de Sousa situa-se na freguesia do mesmo nome do concelho de Penafiel, a antiga região de Anegia. Fundado no século X, possivelmente por Tructesendo Galindes em 956, foi uma abadia de família e, o que lhe facilitou a prosperidade futura, essa família patronal era extremamente poderosa já que uma neta do possível fundador, Toda Ermiges, casou com um membro da importante família dos Gascos, Egas Moniz, o Velho (ambos se situam na primeira metade do século XI). Cerca de 1085-1087 foi aí adoptada a regra de Cluny. Finalmente depois de uma longa história o mosteiro foi extinto em 1834 [2].

Esta pequena introdução sobre Paço de Sousa vem a propósito de no seu claustro, mais precisamente na parede sul da igreja, existir uma lápide, se bem que singela na aparência nos põe bastantes e interessantes problemas não só de ordem epigráfica mas, o que a torna ainda mais valiosa, de ordem genealógica e da orgânica dos mosteiros da época.

---

(1) Este estudo é uma ampliação do que foi apresentado no Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais realizado no Porto em 1968. Aqui renovamos ao nosso querido amigo Doutor José Mattoso os agradecimentos por todas as sugestões e críticas que nos prestou durante a elaboração deste trabalho.

(2) Sobre Paço de Sousa pode-se consultar: *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,* Lisboa, Set. 1939, n.º 17; Aarão de Lacerda, *História da Arte em Portugal,* vol. I, Porto, 1942, pp. 240, 242, 307, 309, 311 e 323; Manuel Monteiro, *Paço de Sousa,* Bol. da Ac. de Belas Artes, n.º 12, Lisboa, 1932, pp. 4-21; Monteiro de Aguiar, *Penafiel Antiga,* in «Câmara Municipal de Penafiel», Penafiel, 1936, pp. 83 e segs.; Fr. António da Assunção Meireles, *Memórias de Paço de Sousa e Index dos documentos do arquivo,* ed. de Alfredo Pimenta, Lisboa, 1942; José Mattoso, *Le Moohisme ibérique et Cluny* Louvain, 1968.

Trata-se de uma pedra medindo 57 por 35 centímetros que se acha, como dissemos, encastrada na parede sul da igreja, e onde se lê (3):

ERA ¦ M^{w} ¦ CC^{w} ¦ X'^{w} ¦ OBIIT
MONIUS ABBAS X' K AG̃TI
MONI' PAT^{S} ET ABBAS
IN PACE REQUIESCAS

o que desdobrando as abreviaturas diz

ERA MILLESIMA DUCENTESIMA QUADRAGESIMA OBIIT
MONIUS ABBAS DECIMO KALENDAS AUGUSTI
MONIUS PATER ET ABBAS
IN PACE REQUIESCAS

Esta inscrição foi apresentada pela primeira vez por Armando de Mattos (4) com alguns erros pois não viu que o X da primeira linha era aspado e não considerando o sinal de abreviatura existente no PAT^{S} da terceira linha como representando ER leu esta palavra como *proto--notarius*, erros estes que, em 1946, corrigiu (5). Contudo em 1948 Cordeiro de Sousa voltou a apresentar o X como não aspado (6).

Dado o grande interesse desta lápide é curioso notar o facto de ela só ter sido referida e de maneira bastante breve por estes dois autores. Na sua interpretação vamos ter de utilizar a genealogia e o direito sucessório da época para obtermos não só a identificação do personagem que nela figura mas também uma prova directa que na época seria normal os abades pertencerem à família patronal. É também exemplo de como a genealogia, ciência que durante longo tempo aparentemente só serviu a vaidade e os interesses ou a curiosidade de alguns, poderá ter um interesse científico de que os genealogistas tradicionais não suspeitaram. O estudo da hereditariedade e da genética podem colher nela amplos dados bem como a demografia, a história social, a medicina e a eugenia (7).

---

(3) Bol. da Dir. Geral dos Ed. e Mon. Nac., n.º 17, Set. 1939, fig. 60.

(4) A. de Mattos, *Nótulas epigráficas*, «Douro Litoral», VII, Porto, 1943, p. 13.

(5) *Epigrafia do Douro Litoral*, «Douro Litoral», 2.ª série, V, 1946, p. 23.

(6) *Relação das inscrições dos séculos VIII a XIII existentes em Portugal*, in «Ethnos», 3, 1949, p. 117, n.º 13.

(7) Delort, *Introduction aux sciences auxiliaires de l'histoire*, Paris, 1969; L. Henry, *Manuel de demographie historique*, Genebra, 1967; J. V. Serrão, *História*



Mas, voltando ao estudo da inscrição aucentuamos que o principal problema que ela nos põe é a interpretação da palavra *pater* associada a *abbas* e designando alguém que tinha o nome de Mónio.

Aparentemente a identificação deste indivíduo dentro da série de abades do mosteiro não ofereceria grande dificuldade já que deles existe uma lista elaborada por Fr. António da Assunção Meireles (8), nos fins do século XVIII, a partir da documentação que então existia no cartório do mosteiro (9). Nela figuram dois abades com o nome de Mónio, um Mónio Ermiges e o outro Mónio Garcia. O primeiro, que sucedeu a Egas Gomes (1146-1169), foi abade em 1170 (10) e ainda vivia em 25 de Março de 1202 e o segundo foi-o de 1171 a 1206 (11). Logo aquele a que se refere a lápide é o primeiro, Mónio Ermiges, e verifica-se já que, por razões que desconhecemos, ele resignou, facto este que não é inédito. São exemplos disso Alvito Pelagiz, abade de Paço de Sousa e Gondiçalvo Toquidi de Bostelo (12).

Da vida de Mónio Ermiges pouco se conhece. Sabemos que doou ao mosteiro diversas propriedades do seu domínio familiar destinadas à *vestiaria,* à *enfermaria,* e à *conductaria* (13) e que já depois de ter resignado autorizou o seu sucessor a explicitar melhor a anterior doação num documento pleno de interesse (14).

Identificado o *Monius Abbas* da lápide passamos a fazer algumas considerações sobre a interpretação a dar ao vocábulo *pater.*

A maior parte dos mosteiros, na época que nos interessa, era propriedade de uma família, os descendentes do fundador, que nomeava o abade e tinha direito a pousadia (hospedagem), jantar (comida), fazia-se enterrar no mosteiro e gozava dos bens espirituais da comunidade, fornecendo aos monges, no acto da fundação, os bens necessários para a sua subsistência e a sua protecção. Este direito podia ser adquirido por

---

e conhecimento histórico, Lisboa 1968; Semaran e outros, *L'histoire et ses methodes,* Paris, 1961; etc.

(8) Ob. cit. na nota 2.

(9) J. Mattoso, *Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto,* «Anuario de estudios medievales», Barcelona, 1964, pp. 139 e segts.

(10) M. T. Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa, *Livro dos testamentos de Paço de Sousa,* «Bracara Augusta», vol. XXIV, Braga, 1970, doc. 148 e Meireles, obra cit., 115, n.º 4. Ambos reproduzidos no apêndice documental.

(11) Ver Meireles, obra cit.

(12) Ver Mattoso, *Le monachisme,* pp. 206 e 207.

(13) Meireles, ob. cit., p. 115, doc. 4, reproduzido no apêndice documental.

(14) Ob. cit., pág. 115, doc. 5, rep. no apêndice.

herança, doação ou compra. Raras eram as abadias livres. O decorrer do tempo conduzia, como é evidente, à multiplicação dos proprietários (15).

O patrono era designado na documentação da época por *heres, senior* ou *dominus,* contudo julgamos que aqui a designação de *pater* se pode tomar por sinónima de patrono, não só por idêntica origem etimológica mas também, neste caso, pelas suas relações de parentesco decorrentes das duas doações que adiante estudaremos. O facto de este abade pertencer à família patronal não é caso único, mesmo em Paço de Sousa se pode citar o caso de Egas Gomes (1146-1160) (16).

Neste momento temos já uma série de dados importantes para a identificação de Mónio Ermiges ou seja que ele aparece em 1170 como abade do mosteiro de Paço de Sousa, morre em 1202 já sob o abaciado de outro monge, é patrono do mosteiro e portanto pertence à família dos Gascos e é parente e coherdeiro de Meana Dona Teresa e de Meana Dona Urraca.

Antes de prosseguirmos resta-nos ainda justifiiar a afirmação de que Mónio Ermiges era parente de D. Teresa e de D. Urraca.

Esta afirmação baseia-se no direito da época que prescrevia que a doação, venda ou qualquer outra transacção dos chamados bens próprios (17) devia ser confirmada pelos parentes. A *laudatio parentum* era sempre aplicada tanto nas alienações onerosas como nas gratuitas (18) e não eram só os filhos que deviam ser consultados mas todos os parentes que pudessem ter algum direito hereditário sobre os bens (19). Neste caso teria sido interessante se os documentos nos esclarecessem se estes bens eram de avoenga ou de parentela ou seja bens que pertenceram a um dos quatro avós ou bens herdados de ascendentes, como os de linha colateral (20).

Vejamos agora como incluir na família de Paço de Sousa os intervenientes nas doações.

O estudo das gerações desta época tem oferecido grandes dificuldades já que os nomes são muito repetidos, não faltam os Egas, Mónios, Ermígios por vezes repetidos alternadamente de geração em geração, já que esta alternância era vulgar e que dentro de cada família havia como

(15) *Le monachisme...*, p. 64.
(16) Ob. cit., p. 201.
(17) Braga da Cruz, *O direito da troncalidade,* tomo I, Coimbra, 1941, pp. 30-31.
(18) Ob. cit., pp. 9, 17, 139 e sgts.
(19) Ob. cit., pp. 16-17.
(20) Ob. cit., p. 179.

que uma predilecção por certos nomes. Assim se o investigador se limitar aos diversos livros de linhagens jamais conseguirá abrir caminho através do emaranhado de indivíduos de nomes iguais e, mesmo que lance mão da documentação da época a confusão perdurará, haja em vista o que aconteceu com os três Egas Moniz que aparecem repetidamente e que vários investigadores transformaram num só.

«... nous sommes convaincus qu'on pourra seulement chercher une solution dans la restituition la plus detaillé des domaines de chaque persone... Car la possession de la même terre, ajoutée au patronyme, constituent déja des indices sûrs.» — afirma José Mattoso no seu estudo sobre o mosteiro de Pendorada (21), protótipo do método a utilizar a outros mosteiros medievais. Partindo daqui, temos algo mais a acrescentar às indicações genealógicas ou seja os dados geográficos fornecidos pelas doações das personagens que pretendemos estudar.

Assim vamos tentar encontrar quem satisfaça aos seguintes pontos: chamar-se Mónio Ermiges, ser parente de uma D. Urraca e de uma D. Teresa, ter vivido entre 1170 e 1194, pertencer à família de Paço de Sousa e finalmente ter razão para estar relacionado com as localidades citadas nos documentos que ligam a família patronal a Paço de Sousa, relembrando que o mosteiro estava nesta época dividido entre Egas Moniz, Mem Moniz e Ermígio Moniz. As referências que ligam os dois primeiros à abadia são bastante mais abundantes do que as relativas ao terceiro, como se vê pelas vezes que são citados na documentação do mosteiro.

Procuraremos primeiro resolver o problema entre os descendentes de Egas Moniz. Este teve, além de outros que para este caso não interessam, um filho chamado Ermígio Viegas, que apesar de não ser citado nos livros de linhagens nos é revelado através de uma doação feita por sua mãe, Teresa Afonso, ao mosteiro de S. Salvador de Tuías onde nos aparece entre os herdeiros da abadia «*Monion filius Remigii Venegas*» (22).

Esta citação no nosso caso tem o grande interesse de nos revelar não só um filho de Egas Moniz desconhecido mas, o que tem muito mais valor, um Mónio Ermiges, que vamos ver se será o abade de Paço de Sousa que procuramos personalizar.

Creio que não, pois não conseguimos relacionar documentalmente o seu pai com o mosteiro, portanto para já vamos pô-lo de parte.

(21) J. Mattoso, *L'abbaye de Pendorada des origines a 1160*, Coimbra, 1962, p. 207.

(22) Torre do Tombo — Corp. rel.: Arouca e Fr. Ant. Brandão, Monarquia Lusitana, 1, III parte, p. 217, col. 2, ed. 1690 (transcreve o doc.).

Tentemos agora a descendência de Mem Moniz.

Este antigo tenente da Terra de Penafiel em 1111 e 1132 (23), casou-se duas vezes, a primeira com D. Goina (ou Guina) Mendes (1116-1130) (24) e a segunda com D. Cristina Gonçalves ou das Astúrias (1137-1148). Entre outras fontes conhecemos a sua descendência por uma nota lançada no fim do Livro de testamentos de Paço de Sousa (25) e por ela se vê que ele teve de D. Cristina (D. Guimar para o Livro Velho II (26)), entre outros, um filho chamado Ermígio Mendes (1142?-1194) com propriedades em Sinfães, Coreixas, Santa Marinha da Pedreira, Aregos Santa Eulália, Contensa, Felgueiras, Bodelhos e Salgão (Liv. de Test. de Paço de Sousa, 27 r-v, 27 v-28 r, 28 r, 55 r e Index de Santo Tirso 214 v-215 r, 215 r-v e 189 r), foi governador de Penafiel até 1189 e casado com Sancha Peres (1169-1194) (27). Segundo a já referida nota do Livro de Testamentos de Paço de Sousa teve vários filhos, todos sem descendência, a saber Mónio, Rodrigo, Afonso, Froilo, Urraca (m. 1248 e que segundo o Livro Velho II, pág. 31, foi monja em Santo Tirso, onde ainda se encontra a sua lápide sepulcral (28)).

Poderá ser este Mónio Ermiges o abade Mónio?

Sim, pois é da família dos padroeiros e a cronologia concorda mas temos de ter em linha de conta outros factores que nos levarão a afastá-lo.

O casamento de Mem Moniz com D. Cristina deve-se ter efectuado entre 1130 e 1132 visto que a última referência a D. Guina Mendes data de 1130 (29) e a primeira a D. Cristina é de 1132 (30). Ermígio Mendes, o filho de Mem Moniz e de D. Cristina, aparece a confirmar documentos régios em 1142 (se é que não se deve distinguir de outro do mesmo

---

(23) J. Mattoso, *A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII*, «Anuario de estudios medievales», 6, Barcelona, 1969, p. 484.

(24) Loc. cit., p. 484.

(25) Monteiro e Rigaud de Sousa, *Livro dos Testamentos...*, p. 140.

(26) Livros de Linhagens, Livro Velho II, Lisboa, 1961, p. 30; Index do Cartório de S.to Tirso, 1774, manuscrito do Arq. Distrital do Porto — Most. de S.to Tirso, liv. 272.

(27) *Nobreza rural...*, p. 485.

(28) Armando de Mattos, *Algumas inscrições medievais do Douro Litoral*, Porto, 1947, p. 67.

(29) *A nobreza rural*, 484-485; A. de Almeida Fernandes, *A acção dos cistercienses de Tarouca*, «Revista de Guimarães», vol. LXXXIV, Guimarães, 1974, p. 42 e sgts. e quadro geneológico a p. 41.

(30) V. nota anterior.

nome (31)) e desaparece em 1194 (32). Casou com D. Sancha Peres de quem teve seis filhos, todos falecidos sem descendência (32), e entre os quais nos aparece um denominado Mónio e uma filha Urraca.

Este Mónio Ermiges, de quem sua mãe se diz herdeira (33) ao vender em Julho de 1216 diversos bens ao mosteiro de S. João de Tarouca, foi criado no mosteiro de Baltar de Cabril (Castro Daire) (34).

Não vemos nada que possa invalidar esta identificação e acrescentaremos que o casamento de seus pais teve lugar em 1167 ou antes pois é nesse ano que aparecem juntos pela primeira vez (35).

Tentemos agora identificar as suas duas coherdeiras, D. Urraca e D. Teresa.

No caso de D. Urraca teremos de analisar duas hipóteses, uma é ela ser irmã de Mónio Ermiges e a outra é a de ser filha de Egas Moniz e de Teresa Afonso, sua segunda mulher.

Acerca de D. Urraca neta de Mem Moniz sabemos que morreu em 1278, que foi monja em Santo Tirso e aí sepultada conforme demonstrou Armando de Mattos (36).

No entanto Viterbo identifica a D. Urraca da doação de Paço de Sousa como filha de Egas Moniz (37), mas sem justificar. Sendo assim estaríamos em presença da conhecida reformadora do Mosteiro de Tuías, nascida entre 1125 e 1134 (38) e que portanto teria em 1202 setenta e sete anos no máximo. Por outro lado num inventário do cartório do mosteiro de Arouca (39) referente aos bens desta D. Urraca lê-se «*In ermigildi casal de froia et casal de bruili gomice...*». Ermegilde, lugar da freguesia de Paço de Sousa, é um dos locais citados na doação do abade Mónio e outros dessa lista são vizinhos.

D. Teresa também nos surge com duas hipóteses de identificação, numa seria D. Teresa Mendes, filha de Mem Moniz e de Guina Mendes, sua

---

(31) *A nobreza rural...*, loc. cit.

(32) Almeida Fernandes, ob. cit., quadro geneológico.

(33) Almeida Fernandes, loc. cit., p. 64, doc. 15 e quadro gen. n.º 7

(34) A. Fernandes, quadro gen., n.º 7.

(35) Monteiro e R. Sousa, *Liv. dos Test.*, doc. 65.

(36) *Dois estudos*, Porto, 1943.

(37) Fr. Joaquim de S.ta Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases*, ed crítica de Mário Fiúza, Porto 1966, art. *deovota*, p. 184, coluna I.

(38) *Nobreza rural...*, p. 488; *Le monachisme...*, p. 241, n.º 1; Almeida Fernandes, Egas Moniz de Ribadouro, Lisboa, 1946.

(39) Torre do Tombo — Corp. rel., Arouca, cx. 14, doc. 371.

primeira mulher, e casada com D. Sancho Nunes (40) e na outra seria filha de uma filha de Mem Moniz e de D. Guina chamada Dordia casada com D. Nuno Mendes (41). Esta última também a vamos encontrar como herdeira de terras vizinhas das da doação do abade Mónio entre as quais se nota Galegos (42).

Resta-nos agora verificar se estas doações são legítimas em face do direito sucessório da época.

A doação do abade Mónio para necessitar da autorização dos coherdeiros teria de provir de um avô comum pois só assim era precisa a *laudatio parentum* regulada por normas semelhantes às do *retracto familiar* (43) que prescrevia que esse direito só era exercido por primos até ao segundo grau.

Este princípio vem invalidar a identificação do abade Mónio como filho de Mem Moniz já que neste caso a Meana Dona Urraca cuja identificação como D. Urraca Viegas parece ser segura, só teria com ele o bisavô como parente comum. Por outro lado também não é de desprezar o facto de ele ter sido criado no mosteiro de Baltar de Cabril o que o afasta bastante de Paço de Sousa.

Sendo assim vejamos outra hipótese: Mónio Ermiges seria filho de Ermígio Moniz e de Teresa Soares, isto é de um irmão de Egas Moniz e de Mem Moniz. O facto de não ser citado pelos linhagistas não obsta pois que poderia ter entrado muito novo no mosteiro como oblata e não seria o único caso em que estes não citam um membro de uma família, antes pelo contrário isso é relativamente vulgar juntamente com outras incorrecções. Assim já se consegue harmonizar o direito sucessório da época com as três identificações pois que identificando as duas coherdeiras como sendo D. Urraca Viegas e D. Teresa Mendes, respectivamente filhas de Egas Moniz e de Mem Moniz, já os bens podem ser considerados como de avoenga e para mais cada um dos intervenientes na doação funcionaria como representante de cada um dos ramos dos herdeiros de Paço de Sousa e netos de Mónio Ermiges, o Velho, o que também vem explicar a posição dos três nomes nos documentos.

Não queremos contudo, ao propor esta identificação, de deixar passar em claro o facto de as relações de Ermígio Moniz com o mosteiro terem

---

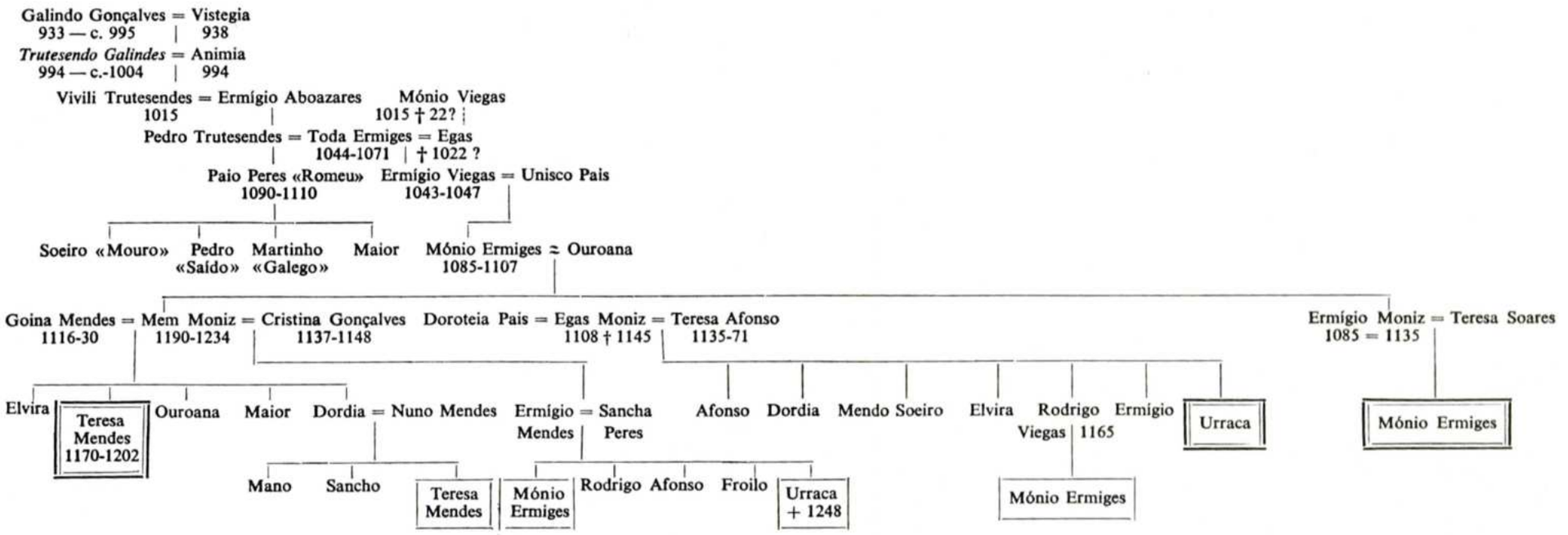
(40) *Livro dos Testamentos...*, p. 140; *Le monachisme...*, p. 201; *Nobreza rural...*, p. 485; *Acção dos cistercienses...*, quadro da p. 44, n.º 2.

(41) *Liv. dos Test...*, p. 140; *Acção dos cist...*, quadro da p. 44, n.º 4

(42) *Liv. de Test...*, p. 140.

(43) *O direito da troncalidade*, p. 35 e 139.

ESQUEMA GENEALÓGICO



Nota — Este esquema foi elaborado com dados colhidos no *Livro de Testamentos de Paço de Sousa*, *Livros de Linhagens*, Frei Meireles, *Memórias de Paço de Sousa*; J. Mattoso, *A nobreza rural...* e Almeida Fernandes, *Acção dos cistercienses*.

sido relativamente pequenas mas no entanto existem vários documentos do cartório de Paço de Sousa em que ele intervém: em 1085 doou-lhe meia vila e metade da igreja em Irivo (44), em 1116 aparece citado como patrono do mosteiro (45), em 1123 exige o pagamento de uma *calumnia* por crime cometido dentro do couto de Paço de Sousa (46) e em 1135 volta a ser citado agora numa doação feita ao mosteiro por um certo Vermudo Odoriz (47). Foi também governador de Penafiel em 1106 (47). Sua mulher Teresa Soares é referida em documentos de Pendorada e Paço de Sousa entre 1115 e 1119 (48) e Ermígio Moniz aparece entre 1085 e 1135. Em face destas datas Mónio Ermiges teria cerca de 86 anos quando faleceu.

Devemos ainda chamar a atenção de que esta identificação que se baseia nas regras do *laudatio parentum* depende de se saber se elas eram cumpridas realmente conforme estava estipulado ou se havia variantes como acontece, por exemplo, numa doação de Elvira Moniz confirmada por Ermígio Moniz (49) em que o parente mais próximo dos intervenientes é Egas Moniz, o Velho, avô da doadora e bisavô do confirmante. No entanto note-se que eles não se dizem coherdeiros como se declaram os do nosso estudo.

Em resumo a identificação de Mónio Ermiges como filho de Ermígio Moniz parece-nos ser a mais razoável mas, no entanto, a hipótese de ser o filho de Mem Moniz não se pode afastar totalmente conquanto ele devesse ser muito novo em 1170 enquanto que o primeiro teria então cerca de cinquenta anos.

---

(44) *Liv. dos Test...*, doc. 36.

(45) Meireles, *Paço de Sousa...*, doc. 38; *Elucidário*, voc. *jantar*, vol. II, p. 335, col. II; João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas*, 2.ª ed., Lisboa, 1857, vol. I, doc. 35.

(46) *Liv. de Test.*, doc. 91.

(47) *Liv. dos Test.*, doc. 153.

(48) *Nobreza rural...*, p. 484.

(49) *Liv. dos Test...*, doc. 37.

APÊNDICE DOCUMENTAL

1170 — João Soares doa bens em Pedorido ao mosteiro de Paço de Sousa.

Livro dos Testamentos de Paço de Sousa, cartulário do Arquivo Distrital do Porto, folha 55 r, editado por Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa in «Bracara Augusta», vol. XXIV, Braga, 1970, doc. 148, pág. 132 da sep.

«... Pro testis...: Monius abbas Palacioli testis. Petrus monacus, Notuit.»

1170, Abril, 12 — O abade Mónio Ermiges doa ao mosteiro de Paço de Sousa diversos bens situados em Franco (freg. de Paço de Sousa), Riba Tâmega, Crastomil (freguesia de Sobreira, concelho de Paredes), Abovedres (Villa apud veteres hoje S. Martinho Velhos, concelho de Penafiel), Ermegilde (freguesia de Paço de Sousa) e Vilarinho (freguesia de Canelas, concelho de Penafiel).

Doc. que existiu no Cartório do Mosteiro de Paço de Sousa.

Publicado em Fr. António de Assunção Meireles, *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa,* ed. Alfredo Pimenta, 1942, pág. 115, n.º 4.º.

«In nomine Domini Iesu Christi amen.

Ego Domnus Monius Hermigis Abbas Monasterii de Pallacido Ordinis Sancti Benedicti do et concedo ad vestiarium Conuentus meam quintanam de Franco cum sua quebrata samil cum terminis suis. hoc facio cum concensu heredium meorum Meana Domna Urraca Meana Domna Tharasia, et ipsa quintana cum predicta quebrata Sammil unita possideat Conuentus in peruetuum. et nunquam uendatur aut emplazetur et sint in leuamen Conuentus ut libentius Deo seruiat nocte dieque. dono insuper quator cazalia in riba Tamaca cum piscariis suis, et uilla Crestomil. sancta Ouaya. Abrobedes. Ermygilde in Figaria et villarino ad Enfermariam et conductoriam cum butiro picibus de decimis. Facta carta Donationis apud Monasterium de Palaciolo quam ego D. Monius Abbas propriis manibus meis roboraui et in ea meum sigillum aposui.

Era M. CC. VIII pridie Idus Aprilis.

Pelagius testis. Petris testis. Protestibus.

Gundisaluus testis.

Affonsus Presbiter notuit.

Lugar do selo
pendente.

Está depozitado na Gaveta das Doasoiñs, debaixo do n.º 2.º; he original.»

1202, Março, 25 — Renovação da doação anterior em que o abade Mónio Garcia determina melhor do que o foi na anterior o que pertence a cada uma das obediências, tendo para tal a autorização dos herdeiros.

Doc. que existiu no cart. do Mosteiro de Paço de Sousa.

Publicado em Fr. António de Assunção Meireles, *Memórias do Mostciro de Paço de Sousa*, ed. de Alfredo Pimenta, 1942, págs. 115-116, n.º 5.º.

«In negotiis secularibus multa emergerent obstacula nisi materia contentionis de medilo tollentes prescriptam negotiorum seriem memorie eterne mandamus. Hinc est quod consensu Heredium Palatioli et omne Conuentu presentes exconcedentes scilicet Miana Domna Orracha et Monio Ermigiz et Miana Domna Tharasia. Ego Monius ipsius Monasterio uocatus Abbas fatio chartam in primis de uestiario. Francum cum suis terminis et uilla que uocitant Cristimir et Cardia cum tres Kasales. in Auellaeda uno kasale et Porcas cum suis terminiis.

Pro pulmentum. Sancta Eolalia cum suas uineas. et decima de Ermigildi. et decima de apud ueteres, et quatuor kasales in ripa Tamice cum suas pesqueiras. et medium de tritico. duas partes de pisces. et media de manteiga. et ouos, et tercia parte de tota carne, et nostras offerendas integras. e de Missas duas partes. Et si quis ex nostris familiaribus aut de nostris debitoribus aliquas oblationes pro remedio animarum suarum nobis impenderint nullus tam ausus sit ut nos in illis impediat et si hoc fecerit et se non correxerit sit excomunicatus. Pro Infirmaria. uno kasale in apud ueteres. et alium in Ermigildi. in Figaria duos kasales. et uno kasale in vilarino. et ipsa uinea que fuit de Capelano. Ego siquidem prefatus Abbas Monius facio uobis et successoribus uestris hanc kartam tali pacto quatenus Regule Sancti Benedicti pro remedio animarum uestrarum sicut strenuos decet Adletas Christi fideliter adhereatis. et ego et successoribus meis curam pii Patris curam..... et animarum uestrarum clementer geramus et uos fideliter nobis immo Iesu Christo obedientes permaneatis. Si ergo aliquis uenerit qui hanc intitutionem nostram uiolare contendat. sit semel bis. et ter comonitus emendari noluerit auctoritate presentis Episcopi et proprii Abbatis et ceterorum qui presentes fuerunt eum excomunicamus et Sathane in interitum tradimus. Facta karta Mense Marcio. in die sancte Marie. Era M.ª cccª x'.ª Ego Monius

Abbas in hanc kartam manus meas proprias Ro bo ro. Pro testibus Egee gu. Petrus Egee. Garsea Moniz. Michael Petri. Didacus Alfonsus Prïori. Et hoc signum fecimus. Lugar de sinal.

Esta Doasão orijinal he o n.° 8.° da Gaveta 1.ª no Arquivo do Mosteiro.»

Um Testamento Inédito do Rei D. Luís

Por FRANCISCO LOURO

Os testamentos são para o historiador, fonte de dados e pormenores da vida do seu autor e ambiente de uma época. No presente caso, o interesse aumenta por ter sido redigido por um monarca português, infelizmente ainda tão pouco conhecido e estudado. D. Luís nasce em Lisboa, no palácio das Necessidades, a 31 de Outubro de 1838, filho segundo de D. Maria II (1819-53) e de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha (1816-85). Sucede no trono a seu irmão D. Pedro V (1837-61) a 11 de Novembro de 1861, assumindo o governo a 14 do mesmo mês por não se encontrar no País à data do falecimento do rei. Inicia-se assim um reinado que durará mais de um quarto de século, terminando com a morte do soberano, ocorrida na cidadela de Cascais a 19 de Outubro de 1889 (1).

Encontrámos, por indicação amiga, esta carta-testemunho (2) na secção dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, pertencente a um núcleo documental ainda não catalogado (3). O texto está redigido em

---

(1) Infelizmente ainda não existe qualquer obra de carácter verdadeiramente histórico sobre este reinado. Para além das obras gerais que estudam as últimas décadas do século XIX não encontramos mais do que monografias de carácter superficial e anedóctico como as de Eduardo de Noronha (*O Rei Marinheiro*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª, s. d.; *Reinado Florescente*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª, s. d.), panegíricos (*Annaes do Clube Militar Naval. Numero Especial dedicado á Saudosa Memoria de S. M. El-Rei D. Luiz I*, Lisboa, 26 de Nov.º 1889; José Frederico Laranjo, *Elogio Historico de El-Rei o Senhor D. Luiz I*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1889; Silva Figueira, *El-Rei D. Luiz*, Lisboa, 1889) e memórias que só acidentalmente se referem a D. Luís (Professor Tomás de Mello Breyner — 4.º conde de Mafra —, *Memórias*, 2 vols., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930-34; Bulhão Pato, *Memórias*, 3 tomos, Lisboa, 1894-1907; Branca de Gonta Colaço, *Memórias da Marqueza de Rio Maior*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930).

(2) Não podemos considerar o presente documento um testamento por não estar registado em qualquer notário.

(3) Não queremos deixar de agradecer aos Ex.mos Senhores Prof. Doutor A. H. de Oliveira Marques, Director da Biblioteca Nacional de Lisboa, e Dr.ª D. Maria Valen-

papel de carta azul. Tem oito páginas, estando só cinco escritas, é autógrafo e todas as folhas estão rubricadas por D. Luís. A cor da tinta empregada é preta. O documento tem apenso o seguinte apontamento:

> «O testamento feito por S. M. El-Rei D. Luiz I foi por mim adquirido com mais documentos a um sobrinho do antigo almoxarife do Paço da Ajuda o Snr. Porfirio Rodrigues.
> Lisboa 3 de Agosto 1940
> a) José Dias Sanches» (4).

Transcrevemos de seguida o texto integral da carta-testamento conservando a ortografia original (5).

> «Em uso pleno das minhas faculdades todas pego na pena para traçar a minha vontade. É dever de todo o homem de bem providenciar o futuro dos indivíduos que lhe são caros. É um dever de honra e de consciencia. Tenho filhos (6) que são meus herdeiros legitimos e sobre esse ponto a lei marca claramente qual a herança que lhe compete. A terça parte da minha fortuna essa mesma lei me faculta deixa-la a quem me aprouver. A terça parte da minha fortuna em inscrições ou papeis de credito estrangeiros deixo a Marina Mora e seu filho Pedro Luiz Antonio Pretti (7). Desejo que na entrega se observem as seguintes formas: Se ao tempo da minha morte algum dos individuos tiver falecido, a totalidade deste legado será entregue ao outro. No caso do dito Pedro Luiz Antonio Pretti ser ainda menor, e ter sua mai fallecido, desejo que a dita somma seja entregue a D. Pedro José de Noronha (8) meu camarista, na falta d'elle

---

tina Sul Mendes, chefe da Divisão dos Reservados, a facilidade de consultarmos o documento, cuja cota é: n.º 529 de Mss. avulsos do Núcleo do Fundo Geral.

(4) José Dias Sanches (1903-72), pintor e escritor, de cuja bibliografia destacamos: *Belém e Arredores através dos Tempos,* Lisboa, Livraria Universal Editora, 1940 e *D. Carlos de Bragança e a Sua Arte,* Lisboa, 1964.

(5) O testamento não é na totalidade inédito pois as linhas referentes às colecções de arte são do conhecimento público (cf. Francisco Câncio, *O Paço da Ajuda,* Lisboa, 1955, p. 388).

(6) D. Carlos (1863-1908), sucessor no trono a seu pai em 1889 e D. Afonso (1865-1920), duque do Porto.

(7) Não nos foi possível a identificação de ambos por falta de documentação.

(8) D. Pedro José de Noronha (1817-1907), filho segundo dos nonos condes dos Arcos, major do Exército e camarista do rei D. Luís.

ao Dr. May Figueira (9) meu medico e na falta d'este a José Maria do Casal Ribeiro (10), para a administrar até á sua maioridade, em que lha deverá entregar. Deixo alem d'isso á dita Marina Mora um anel que uso no quarto dedo da mão esquerda com 5 brilhantes pequenos e que ella me deu e a medalha da virgem que trago ao Peito ao dito Pedro Luiz Antonio Pretti, quando digo peito intenda-se pescoço pendente a uma corrente de ouro. Desejo outro sim que a casa denominada de Massarelos junto ao paço de Caxias (11) fique inclusa n'esta herança.

As minhas collecções de bellas artes e antiguidades e medalhas deixo as a meu filho mais velho para que sempre as conserve e augmente, no mesmo local do paço d'Ajuda em que hoje se achão. Deixo outro sim ao meu amigo D. Manuel de Sousa Coutinho (12) meu ajudante a quantia de vinte contos (13) em inscripções, de que receberá a renda ficando as inscripções depositadas e por morte d'elle regressarão aos meus herdeiros. E não tendo mais que dispor concluo que esta é a minha vontade.

a) ElRei D. Luiz

Paço de Belem 31 de Outubro de 1869»

---

(9) Dr. Carlos Miguel Augusto May Figueira (1829-1913), médico e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, facultativo da família real portuguesa.

(10) José Maria do Casal Ribeiro (1825-1896), 1.º conde de Casal Ribeiro, diplomata, deputado e ministro, conselheiro de Estado e par do reino vitalício.

(11) O paço de Caxias foi mandado construir pelo infante D. Francisco, duque de Beja 1691-1742), filho de D. Pedro II, tendo só ficado concluído em princípios do século XIX. Depois da extinção da Casa do Infantado, em 1834, ficou pertencente à Casa de Bragança. Foi residência de veraneio de D. Miguel, da imperatriz D. Amélia, viúva de D. Pedro IV, de D. Maria II e de D. Fernando, tendo passado também ali alguns verões D. Luís (cf. Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1943, pp. 122-127, e «Caxias» in *Portugal Antigo e Moderno*, de Augusto de Pimpo Leal, Lisboa, 1874, vol. IV, pp. 56-58). A casa de Massarelos parece-nos não ter sido entregue aos herdeiros, visto D. Manuel II (1889-1932), no seu testamento, se referir ao Paço de Massarelos e seus anexos, estando nestes incluída a dita casa. É, sem dúvida, uma suposição nossa (cf. *A Casa de Bragança — História e Polémica*, Lisboa, Portugália Editora, 1940, pp. 15-29).

(12) D. Manuel de Sousa Coutinho (1811-1890), filho dos primeiros marqueses de Santa Iria e terceiros condes d'Alva, general de brigada do Exército, ajudante de campo dos reis D. Fernando e D. Luís.

(13) A quantia corresponderá, aproximadamente, a oito mil contos actuais.

Parece-nos importante fazer alguns comentários a este documento, não só por ele nos mostrar interesses particulares e íntimos (e, no caso de um testamento, os que mais são caros) de D. Luís, como também por nos abrir pistas para futuros trabalhos. Não nos é difícil constatar a preocupação que Marina Mora e o filho merecem ao soberano e quanto o seu futuro o preocupa. A terça da fortuna de D. Luís de Bragança constituía, sem dúvida, pesada quantia que não seria seguramente legada senão a pessoas muito íntimas do rei. Seria Pedro Luís António Pretti fruto dos amores do monarca e de Marina Mora? Não nos parece descabida a suposição visto serem do conhecimento público várias aventuras amorosas de D. Luís, nomeadamente a de maior duração, com a célebre actriz Rosa Damasceno (1849-1904) (14). Deixamos a questão em aberto, não pelo facto em si, mas por ele conhecermos mais de perto aspectos e fraquezas humanas de um monarca português.

É curioso notar a não referência, num documento desta natureza, nem a sua mulher, a rainha D. Maria Pia (15), nem a seu pai, o rei D. Fernando. Casamentos de reis não costumam ser casamentos de amor mas realizados por razões de política ou por conveniências familiares. Mas embora a rainha tivesse conhecimento de infidelidade de D. Luís teve, pelo menos durante algum tempo, verdadeiro afecto pelo marido (16). Pelos vistos não era correspondida.

---

(14) Para além da tradição oral, que persiste até hoje, encontramos provas da existência desta ligação amorosa real (cf. «Rosa Damasceno», in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 8, pp. 363-364; Cardoso de Miranda, *O Último Rei. No Cinquentenário do Seu Exílio*, Lisboa, 1960, p. 85; Vital Fontes, *Servidor de Reis e de Presidentes*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Lda., 1945, p. 17).

(15) D. Maria Pia de Sabóia (1847-1911), filha da arquiduquesa Maria Adelaide da Austria e de Vítor Manuel do Piemonte, rei da Sardenha (1849) e de Itália, depois da unificação, em 1859.

(16) Exemplifiquemos com passos da correspondência inédita da soberana o afecto que dedicava ao marido:

— carta de D. Maria Pia a D. Luís, de Mafra, 30 de Julho de 1863:

«Il y a déja un siècle que je ne te voix mon amour, vien vitte trouver ta petitte qui t'aime tant et qui ne peu rester sans toi. [...] J'ai un peu mal a la tête et mal au coeur, je suis sure que c'est du chagrin de ne t'avoir pas ici — mon bien aimé. [...] Je t'aime tant tant mon amour, tu le sais bien, je suis si heureuse avec toi, et je n'ai que toi mon ami. Pense tu a moi? Amour Oh! je t'aime tant je pense constemment a toi mon tout. [...]».

— carta de D. Maria Pia a D. Luís, de Sintra, 18 de Agosto de 1875:

«Je reçoi toujours de tes chéres nouvelles par le télégraffe et te sais bien

É de notar a atenção que as colecções de Belas Artes e Numismática mereceu ao monarca. D. Luís de Bragança formara, ao longo de vários anos, um grande conjunto de pinturas, esculturas, antiguidades e peças de numismática (17). Entrega-as, pelo testamento, a D. Carlos, seu filho maior, mais tarde, como o pai, não só grande amador de Belas Artes, mas também artista, nomeadamente pintor de mérito.

Com a publicação deste documento iniciamos o estudo documentado da época de D. Luís, que esperamos prosseguir num futuro próximo.

---

en santé [...] Soigne toi bien ne prend pas de soleil ne te fatigue pas. Je t'embrasse de tout mon coeur et suis ton aff. a) Maria Pia».

Estas cartas pertencem ao arquivo particular de S. M. o rei de Itália, Umberto de Sabóia, a quem agradecemos, muito reconhecidos, a sua consulta. Conservámos a ortografia original, sendo de notar os erros de francês da soberana.

(17) Existem dois catálogos da colecção real de pintura: *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda Fundada por Sua Magestade El-Rei O Senhor Dom Luiz I,* Lisboa, Typografia Universal, 1869, e *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda Fundada por Sua Magestade El-Rei O Senhor Dom Luiz I,* Ajuda, Typographia Belenense, 1872. Também Francisco Câncio, na obra já citada, a pp. 387-388, se refere às colecções de D. Luís.

Inéditos do Cardeal Saraiva

(Historiografia Monástica)

Por LUIS A. DE OLIVEIRA RAMOS

PREFÁCIO

Nem o Doutor António Corrêa Caldeira, prefaciador e compilador das *Obras Completas* do cardeal D. Fr. Francisco de S. Luís Saraiva, nem o marquês de Resende na *Memoria Historica* que lhe consagra, nem Inocêncio Francisco da Silva no *Diccionario Bibliographico Portuguez,* nem, finalmente, o seu biógrafo limiano, Dr. António Ferreira, fazem menção dos três manuscritos inéditos do famoso escritor, sacerdote e político beneditino que agora damos à estampa na *Bracara Augusta.*

São eles:

1 — as *Vidas de Religiosos e Gerais da Congregação de S. Bento;*

2 — a *Memória Histórica do Generalato de D. Fr. Manuel de Santa Rita (1798-1801);*

3 — a *Notícia dos Monges Beneditinos Eleitos ou Sagrados Bispos.*

Ao primeiro destes textos alude, no entanto, o Doutor José Matoso na sugestiva biografia de «D. Fr. Francisco de S. Luís», constante do livro *Os Grandes Portugueses,* dizendo-o um relatório sobre o governo do D. Abade Geral, Fr. Manuel de Santa Rita, junto do qual o futuro cardeal Saraiva exerceu as funções de Secretário, entre 1798 e 1801.

Por sua vez, o texto da *Notícia* era conhecido, mas ignorava-se o nome do seu autor. Das *Vidas* ninguém conhecia o teor e ninguém lhe faz referência, julgamos.

Graças às informações constantes do *Livro da Razão,* de Fr. Francisco de S. Luís (guardado entre os seus papéis, em acervo de família), apuramos o título primitivo da *Memória* e da *Notícia,* soubemos da existência das *Vidas* e ficamos aptos a dizer a altura da concepção de qualquer delas.

Uma vez na posse de tais informações, procuramos determinar o seu paradeiro.

A descoberta de versões da *Memória* e da *Notícia* não foi difícil, ao contrário do que sucedeu com o manuscrito das *Vidas,* ou seja, com o *Livro dos Óbitos,* de Tibães, que as guarda.

Com efeito, um texto útil da *Memória* figura entre os manuscritos do cardeal, em tempos adquiridos pelo mosteiro de Singeverga, onde Matoso o detectou. A *Notícia* existe, sem indicação do autor, estranhamente copiada pelo próprio Fr. Francisco de S. Luís no *Livro das Alfaias,* do convento de Tibães, hoje também guardado naquele cenóbio, e aí foi consultada por José Matoso. Ao invés, só depois de termos compulsado o *Livro da Razão* e analisado a *Memória Histórica* de D. Fr. Manuel de Santa Rita, é que os beneditinos de Singeverga compraram, num antiquário, o *Livro dos Óbitos* de Tibães. Pudemos, então, ler as *Vidas,* já que elas preenchem a parte inicial desse códice, directamente escritas pelo monge Saraiva.

À face dos manuscritos, ficamos habilitados, sem margem para dúvida, a atribuí-los a Fr. Francisco de S. Luís e, bem assim, a dizer qual o seu nome e a altura em que ficaram prontos, isto por força, em questões atinentes ao *Livro dos Óbitos,* de informações deixadas por Fr. Francisco de S. Luís no mesmo e, em todos os outros casos, por virtude dos dados que o escritor pôs no seu *Livro da Razão* monástico.

As informações em apreço são as seguintes e vêm na relação intitulada «Obras litterarias que tenho composto», inscrita no supracitado *Livro da Razão*:

I «Noticia dos Monges Beneditinos da Congregação de Portugal que tem sido Eleitos ou Sagrados Bispos desde a Reforma da mesma Congregação até ao prezente. 1802 — Ms. 4.º» [fl. 9].

II «Escrevi em 1797 as Vidas de alguns religiosos falecidos em Tibães, as quaes lancei por minha letra no Livro dos Obitos». «Escrevi em 1800 a Vida do Reverendissimo Fr. Bernardo da Esperança Telles».
«Em 1801 a do Padre Mestre Doutor Fr. Francisco da Natividade». «Em 1802 a do Reverendissimo Fr. Manoel dos Prazeres — Ex.--Geral» [todas a fl. 9 v.].

III «Memoria Historica do Governo do Reverendissimo Padre Pregador Geral Fr. Manoel de Santa Rita Vasconcelos, escrita no fim do seu triennio, manuscrito que lhe ofereci a elle mesmo em 1801» [fl. 9 v.].

Tanto quanto a observação do texto autoriza, o conteúdo da *Notícia* passou para o *Livro das Alfaias* de Tibães, em 1804, mas, no *Livro da Razão,* o autor dá-o como acabado em 1802. Seja como for, a parte final, infere-se do seu teor, é também de 1804.

Por sua vez, se a primeira parte das *Vidas* foi redigida em 1797, por ordem do Geral D. Fr. Bernardo da Esperança Teles, o obituário deste prelado maior é de 1800, assim como outras memórias necrológicas. A biografia de Fr. Francisco da Natividade remonta a 1801. De 1802 vem datada a *Vida* do Reverendíssimo Fr. Manuel dos Prazeres, sendo de 1803 a de Fr. António do Rosário e, bem assim, a *Memória* relativa a Fr. Manuel de S. Dâmaso. No conjunto, o *Livro* inclui oito *Vidas* e oito *Memórias* concebidas por Fr. Francisco de S. Luís, a que se seguem vários necrológios de outros autores, os quais, por isso, não são publicados.

Finalmente, a *Memória Histórica* conhecemo-la através da versão primitiva de 1801, muito corrigida, algo incompleta, mas de todo o modo útil. Do caderno de papel azul, com 18 folhas, onde de início a escreveu, tirou, decerto, Saraiva a cópia limpa e integral, logo depois oferecida ao Reverendíssimo no termo do seu triénio (o qual findou em Maio desse ano).

Das características dos três manuscritos ocupamo-nos já no livro consagrado ao cardeal e nele utilizamos amplamente dados subministrados pelos inéditos (1). Aí se nota que, no obituário, conforme a extensão e o significado dos elementos colhidos acerca de cada monge, Fr. Francisco de S. Luís ora escreve uma pequena *Memória,* ora uma elucidativa *Vida.* Aqui, colado à ordem dos tempos, o necrologista explica com o necessário desenvolvimento os tópicos sintomáticos que balizam a existência dos biografados, dando conveniente fundamentação aos juízos produzidos. A extensão das notícias, postula-a a importância das pessoas cuja trajectória vital, quando necessário e para bem se entender, Fr. Francisco de S. Luís insere em esboço, na conjuntura epocal. Como é natural, os aspectos religiosos assumem, nos textos, preponderância. Há também a preocupação de pintar em traços vivos e esclarecedores a personalidade e méritos dos frades em questão. No caso de Fr. Francisco da Natividade e de Fr. António do Rosário, retrata-lhes mesmo o perfil físico. Como necrológios que são, estão escritas numa linguagem digna, mas aprazível. Por outro lado, os defeitos da pessoa esbatem-se ante o sublinhado dos merecimentos, sejam eles religiosos, administrativos, literários, etc. Pontos há em que o silêncio cobre a negatividade fradesca. Se não, lembre-se

(1) Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva,* I, Porto, 1972.

Fr. Pedro de Jesus Maria José, o desleixado administrador da Estela que Saraiva poupa no necrológio e critica na *Memória Histórica,* sem lhe dizer o nome. Num ou noutro caso, quando se trata de relevar predicados, o pendor clássico leva Fr. Francisco a deter-se na narração de óbitos edificantes que, realmente, ocorreram. No género, é particularmente tocante a morte do geral Fr. Manuel dos Prazeres e a menção da sublime e devota alegria com que o cristianíssimo Fr. António do Rosário espera o fim. De qualquer modo, o futuro cardeal não se exime a aludir e a censurar, em termos moderados, quer incapacidades cenobíticas, quer flagelos genéricos contra os quais reagem as medidas disciplinares e moralizantes dos Reverendíssimos, quer ainda determinações da Coroa, em seu entender lesivas dos justos interesses da Ordem. Por outro lado, ao referir, no necrológio de frades literatos, os seus escritos, Fr. Francisco tem o cuidado de aferir o valor, a qualidade e a orientação dos que melhor conhece. Haja em vista, por exemplo, os juízos emitidos acerca dos livros de Fr. Francisco da Natividade, as informações sobre os conhecimentos e trabalhos de D. Fr. Bernardo da Esperança Teles, as notícias atinentes à produção de Fr. Luís Caetano de S. José.

Quanto às *Memórias* do obituário de Tibães, deve sublinhar-se a sua limitada importância. Contém escasso sumo, são do tipo das redigidas noutros sucintos necrológios monásticos. A brevidade de algumas explica-se porque o seu desenvolvimento vem no *Livro* do convento onde o frade em questão residia.

Por sua vez, as *Notícias* do catálogo dos bispos beneditinos incluem, em súmula, os acontecimentos mais notórios da sua existência. Do seu teor conclui-se que, além dos beneditinos eleitos e sagrados, outros foram convidados para antístetes. Demais, as efemérides apresentadas, embora secas e de natureza e extensão variável, permitem corrigir nuns casos, confirmar noutros, informações constantes de obras válidas, como, por exemplo, a *História da Igreja em Portugal,* de Fortunato de Almeida.

Se, do ponto de vista estético, a *Memória Histórica do Generalato de D. Fr. Manuel de Santa Rita* pode não ser o texto mais significativo da beneditina de Saraiva, pois ostenta um estilo «simples, livre, corrente e desafectado» (Cf. Saraiva, *Obras Completas,* VII, p. 238), próprio do género, a verdade é que supera os demais em interesse historiográfico.

Eivado daquela simpatia que ajuda a desvendar e a exprimir o conteúdo objecto de exame, o texto da *Memória,* testemunho da história da Ordem entre 1798 e 1801 e do seu condutor, flui cronologicamente, cons-

truída com sincera objectividade, visando traduzir e explicar os sucessos da existência cenobítica no plano «*moral e físico*».

Para o fazer, o racionalista liberto dos preconceitos da história apologética e edificante que era Fr. Francisco de S. Luís, procura sugerir, em cada caso, o seu conteúdo e a sua razão de ser, seja ela ditada por estímulo espiritual ou material, pragmático ou emotivo.

Além dos aspectos religiosos, também fenómenos políticos, económicos, escolares e culturais são, com desvelo e imparcialidade, objecto de atenção do memoralista, como mais brevemente o foram do necrologista, no *Livro dos Óbitos* tibanense. Só que, na *Memória,* o género cultivado dá lugar a maior pormenorização da biografia de D. Fr. Manuel enquanto ele foi geral. Por outro lado, sem estarem circunscritamente anotados, os traços da idiossincrasia do Reverendíssimo, dispersos pelo texto, dão sugestividade a uma narração em que o homem, neste caso um monge e um governante genuíno, funciona em sua circunstância, usando os dotes e o poder que o ornamentam para intervir na marcha dos acontecimentos. Estes abrangem apenas três anos cuja pujança postulou o seu estudo em memória especial.

Pena é que os objectivos pragmáticos, o pudor sacerdotal e, designadamente, a intenção pedagógica que está na origem da expressiva *Memória,* não deixem lugar para Saraiva referir melhor defeitos e até deficiências da situação da Ordem — que as havia — e o levem a passar, com rapidez, sobre problemas que originaram as medidas pelo geral decretadas em prol do autêntico viver monástico. E o mesmo é de dizer quanto a aspectos do panorama nacional e a posições do Poder, tão só afloradas.

Seja como for, o preconceito normativo de raiz clássica patente aqui, como noutros escritos coevos de Saraiva, não destrói o que de bom há na *Memória,* a nosso ver possuída de qualidade historiográfica superior à dos necrológios. Esta radica no interesse dos sucessos, na economia e no alicerçamento das explicações subministradas pelo autor.

E compreende-se a razão destas virtualidades. Saraiva conhecia perfeitamente o tema, votava sincera e isenta simpatia a D. Fr. Manuel de Santa Rita e preparou, de «motu proprio», a história do seu generalato, certo da importância do assunto, circunstâncias que, em conjunto e no geral, faltam na génese de vários necrológios. No *Livro dos Óbitos,* por exemplo, escreveu sobre os frades que em certo tempo morreram em Tibães. A matéria impôs-se-lhe, não foi escolhida, posto que ele tenha desenvolvido apenas as biografias com interesse.

Sem embargo, existem evidentes afinidades entre a *Memória* e as *Vidas,* pois à feitura de qualquer delas presidiram, inclusivé, intuitos biográficos e normativos. De todos consta, em termos mais ou menos extensos e na medida do possível, a anotação do perfil e do labor dos frades. Por outro lado, o autor procura sempre transmitir à posteridade, acentue-se, o que de exemplar, de notório, de útil e digno de lembrança e até, por vezes, de negativo, perpassa em tais existências. Fá-lo sem fugir à verdade, antes usando uma linguagem clara e sensível. Daí — é outra afinidade — o valor histórico da produção de Fr. Francisco de S. Luís, produção que os preconceitos estéticos e pragmáticos, a seu ver inerentes à historiografia (Cf. Saraiva, *Obras Completas,* X, pp. 5-151), não chegam a prejudicar. Finalmente, nestes escritos, Saraiva vinca com nitidez o seu interesse pela história do tempo em que viveu e, particularmente, oferece ao leitor ilustração sobre inúmeras facetas do viver cenobítico no fim do Antigo regime.

Na óptica heurística, as peças que acabamos de considerar apresentam evidente originalidade, pois, mais do que quaisquer outras, assentam em pesquisa individual de Fr. Francisco de S. Luís.

Assim, tudo o indica, a *Memória Histórica* alicerça-se em documentação monástica, estadual e pontifícia que teve à mão, dia a dia, como secretário do geral, em observações pessoais por ele coligidas na mesma ocasião e, ainda, no que ouviu acerca de D. Fr. Manuel de Santa Rita entre os monges da Ordem. A referência às peças documentais é aqui pormenorizada, indicando, em regra, proveniências e datas, por exemplo.

Para a redacção da maior parte dos necrológios, Fr. Francisco de S. Luís utilizou com certeza o *Livro da Razão* e o espólio dos falecidos, pesquisou o que nos acervos da Ordem havia a seu respeito, leu e tomou nota do teor de textos por eles elaborados, sem deixar de recorrer às ideias que, na convivência cenobítica, averbara sobre cada um. Por exemplo, Fr. Agostinho de Jesus foi seu mestre no noviciado, Fr. José de Santa Escolástica, seu professor, Fr. António do Rosário, seu colega, Fr. Francisco da Natividade, seu prelado em Coimbra e a Fr. Bernardo da Esperança Teles dispensou boa colaboração em Tibães. O aparato erudito destes textos é, por serem obituários, muito menor do que o patenteado na *Memória Histórica,* enquanto o da *Notícia,* a despeito de se basear em fontes monásticas disponíveis e não só, tem a caracterizá-lo a escassez.

Se, para concluir, quisermos avaliar, genericamente, o interesse histórico dos textos agora publicados, verificamos que é notório, conforme

outros exemplos, relativos à economia, à sociedade, à política, e à cultura, melhor podem ilustrar.

Assim, reportando-se à situação económica existente na viragem do século, Saraiva não deixa de apontar, com incisiva brevidade, a «geral e extraordinaria carestia de todos os Generos motivada pela guerra cruel e sanguinolenta em que há alguns annos se acha implicada toda a Europa».

Neste contexto global, ganha relevo a informação que dá acerca da política de fomento agrícola praticada nos domínios do mosteiro de Tibães, política em que pressentimos, além do peso das circunstâncias, a inspiração do fisiocratismo.

Por exemplo, nos coutos de Mendo e da Estela, do mesmo passo que se ampliam as culturas, procede-se ao plantio dum grande pinhal capaz de as preservar do efeito das areias e da maresia. Simultaneamente, são atraídos a Tibães práticos da vinha e da olivicultura encarregados de cuidar dos vinhedos e olivais, então renovados e alargados.

Grande interesse revestem as observações sobre o avanço do regalismo no tocante aos bens e réditos da Congregação. Através deles, ficamos a conhecer as dificuldades experimentadas pelos beneditinos quando do lançamento e recolha dos novos impostos da *décima* e do *quinto* e dos meios utilizados para as vencer.

Além disso, verifica-se, enquanto no tempo de Pombal pesou sobre a Ordem a ameaça da extinção de diversos conventos, a custo sustada, sob o governo do Príncipe Regente (o futuro D. João VI) houve a intenção de «nacionalizar» (passe a expressão) os bens de todos os conventos brasileiros, mediante a sua venda e posterior investimento do dinheiro em título do Tesouro, com o juro do qual, daí para o futuro, teriam de viver as comunidades.

Por ordem do mesmo Príncipe, ditada em tempo de guerra, em perigo estiveram as pratas eclesiásticas, nomeadamente as de S. Bento, que ele pretendeu arroladas e guardadas em depósitos estabelecidos pelo Estado. O fim da medida, dizia-se, era preservá-las da cobiça dos invasores, mas, na época, houve quem temesse eventual cupidez da fazenda pública.

Demais, e não é tudo, em ocasião diversa o geral beneditino não conseguiu fugir a subscrever grande maquia no âmbito dum empréstimo público de guerra proposto pela Coroa. Como a primeira entrada parecesse insuficiente, as autoridades pressionaram o prelado maior no sentido de aumentar o teor da sua contribuição e ele assim teve de fazer.

Mudando agora a exemplificação para outro quadrante, constatamos que para os estudos sociológicos têm muita importância os dados, aliás

de extensão variável, sobre a data e o lugar do nascimento, a filiação e a origem familiar, o despontar da vocação, a entrada na ordem e os estudos, os professores e as aptidões, os empregos e o ideário, o merecimento e as realizações de vários monges, ínsitas em diversos pontos dos inéditos.

Igual valor guardam, até pela probidade e isenção de quem as redigiu, as referências, que vêm a lume nos textos, sobre a desmorigeração e o «credito vacilante dos regulares», sendo, outrossim, útil a notícia já de medidas governamentais em prol do disciplinamento do estado religioso, já de acções de gerais a favor da manutenção da observância e regularidade monástica que alguns sacerdotes punham em causa, a despeito de nos mosteiros continuar a haver frades desprovidos de tudo e ciosos da sua religiosidade e, bem assim, monges prontos a lutar pelos interesses perenes da comunidade no espiritual e no material. Daí o crédito que, apesar de tudo, e segundo o testemunho de Saraiva, os beneditinos ainda conservavam entre o público em tempo de «notavel decadencia».

E se Fr. Francisco de S. Luís recorda aspectos da problemática social no seio da Ordem, o mesmo historiógrafo salta, às vezes, os muros conventuais para abordar questões profanas, da mesma esfera, relacionadas com os filhos de S. Bento. Eis por que, a fim de melhor figurar a índole esmoler de D. Fr. Manuel de Santa Rita, dá conta do fluxo do pauperismo vigente no final do século, nomeadamente em Braga e arredores, e do agravamento da miséria pública, por força das «crueis circunstancias e estreiteza dos tempos».

Demais, e na perspectiva política, guarnecem os inéditos bons elementos sobre o tipo de relações existentes entre o potentado que era a Congregação de S. Bento e o governo régio e sobre a influência deste sobre aquele. De facto, os beneditinos sofreram amiúde o efeito de medidas tomadas pelo Estado e, ao invés, algumas vezes foi a Coroa que teve de recuar ou de modificar as suas actuações, frente à reacção do forte grupo de pressão que os regulares constituíam.

Não é também de olvidar o interesse de elementos dispersos que nos textos figuram, quer sobre obras levadas a efeito em cenóbios, quer sobre a natureza e a malignidade de doenças que afligiram, e nalguns casos ceifaram, vários monges. Estes dados valem, sem dúvida, para a história das moléstias e da morte, na época.

Por último, note-se, enquanto senhor de vasta cultura e amigo do saber e da instrução, Fr. Francisco de S. Luís mostra notória sensibilidade para tudo quanto diz respeito a tais domínios.

Fala, portanto, dos gerais estimuladores da actividade intelectual e

da boa educação e dos monges afeiçoados à cultura; evoca a reforma dos estudos cenobíticos de 1776, de espírito e métodos semelhantes aos da Universidade pombalina; deixa perceber a irradiação do maurismo e do iluminismo nos claustros; traduz, com perceptível anelo, o apoio dispensado na Congregação à investigação histórica e o seu curso entre frades especialistas; refere o perfil de personalidades intelectuais com interesse; dá conta de tarefas bibliotecárias e arquivísticas feitas em conventos; inventaria a produção escrita de frades; anota o funcionamento de cursos cenobíticos de filosofia e teologia e diz o nome dos respectivos mestres, sem deixar de nomear religiosos doutores, uns por Coimbra, outros por virtude do privilégio pontifício que permitia à Ordem conceder esse grau.

A relevância que o apego à conventualidade, o magistério do púlpito, a actividade pastoral ou a educação dos monges jovens assume em determinadas carreiras, está, do mesmo modo, vincada nas biografias concebidas por Fr. Francisco de S. Luís, um Fr. Francisco de S. Luís que, afinal, recorda omnímodas facetas do teor espiritual e temporal da Congregação de S. Bento de Portugal, tal qual ele se esmalta na existência de monges tão notáveis como Fr. Manuel dos Prazeres, Fr. Manuel de Santa Rita, Fr. Francisco da Natividade, Fr. António do Rosário, Fr. José de Santa Escolástica, etc.

E ao biografar tais monges, entre o fim de setecentos e o alvor de oitocentos, Saraiva circunstancializa-os no espaço e no tempo que foi o seu, para melhor os significar ao leitor na qualidade de espelhos do estado regular, baseado na virtude, no respeito pela observância e regularidade cenobítica, isto justamente num período da história em que este sector do clero era vivamente contestado ao abrigo das luzes da razão.

Quer dizer, sendo peças históricas e peças de literatura excelente para uso dos frades, os inéditos do futuro patriarca de Lisboa são ainda elementos serenos, aduzidos por parte interessada, na polémica que em torno da condição regular decorria na sociedade portuguesa.

Sublinhando, neste prefácio, os factos que atrás alinhamos, não nos move a intenção de exaustivamente apontar e comentar os subsídios que os textos de Saraiva podem facultar aos investigadores da nossa história. O objectivo é tão somente ilustrar a sua importância, mediante alguns exemplos. Eles mostram, assim pensamos, o interesse dos inéditos para reconstituição científica dos fastos monásticos, como ainda, e subsidiariamente, para esclarecer outros aspectos da história portuguesa.

Em última análise, o seu conteúdo e qualidade justificam a publicação dos textos em que os inéditos se desdobram, os quais foram concebidos

por Fr. Francisco de S. Luís antes das invasões francesas, segundo normas historiográficas próximas das que defendera em trabalho galardoado pela Academia Real das Ciências e também à luz de coordenadas apanágio da pesquisa na Congregação de S. Bento.

No caso das biografias, Saraiva responde, em primeiro lugar, à directiva do prelado maior que mandava não esquecer a preparação de livros com o obituário dos monges falecidos em cada mosteiro. Em todos os casos, isto é, nas *Vidas,* na *Memória Histórica* e na *Notícia,* o futuro cardeal integra-se na corrente de valorização e incremento dos estudos históricos, por igual fomentada pelo generalato beneditino, prestando, contudo, atenção maior a temas modernos e contemporâneos. E esta corrente é, por sua vez, o reflexo, na Ordem, da tradição maurista e da aura e vigor que a investigação histórica teve no século XVIII português.

Nestas circunstâncias, convém vincar, o cardeal Saraiva, antes de se sagrar como notável pesquisador dos tempos antigos e medievais, revelou-se um historiógrafo útil dos períodos subsequentes, sobretudo do tempo em que viveu, conforme textos conhecidos, mas de ulterior feitura, inculcam, e os inéditos agora editados sobejamente provam *. E, isto, não só pelo que os referidos inéditos narram, como ainda pelas pistas de indagação que sugerem em domínios insuficientemente explorados da história eclesiástica e geral. É o caso da dialéctica a fundamentar entre os esforços dispendidos para garantir a qualidade do tradicional viver cenobítico e a acção inexorável dos seus factores de desagregação, acção que, baseando o criticismo do século XVIII, ajuda a compreender as medidas do liberalismo contra o estatuto dos regulares (1).

(*) A publicação dos 3 inéditos do cardeal historiador, Fr. Francisco de S. Luís, só foi possível em virtude da compreensão e munificência intelectual do Senhor D. Teodoro Monteiro, Dom Abade do Mosteiro de Singeverga, em cujos fundos arquivísticos os mesmos estão guardados. Uma palavra de gratidão é também devida a Dom Gabriel de Sousa e ao Padre Geraldo Coelho, da mesma Ordem. Para o Doutor José Matoso, vai o renovado testemunho de agradecimento pela valiosa ajuda ministrada no alvor da nossa investigação.

(1) Dos inéditos a seguir impressos apenas a *Noticia* aparece com título expresso no códice respectivo. É esse título que encima o texto da mesma.

I — VIDAS DE RELIGIOSOS E GERAIS DA CONGREGAÇÃO DE S. BENTO

1 — Memoria do Muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Luiz de Santa Tereza [1714-1788] (1).

O Padre Pregador Geral Frei Luiz de Santa Tereza que no seculo se chamava Luiz Antonio de Azevedo, nasceo em Villa-nova do Porto aos 19 de Março de 1714, e foi filho legitimo de Manoel de Azevedo e Silva, e de sua mulher Tereza de Jezus Maria.

Pertendeo e conseguio o nosso Santo Habito no triennio do Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Manoel da Graça, e o recebeo neste *Mosteiro de Tibaens* aos 11 de Janeiro de 1735.

O talento e aptidão que mostrára para o sagrado Ministerio do Pulpito, lhe grangeou o Emprego de Pregador Urbico que exercitou com boa satisfaçaõ e desempenho.

Foi eleito Dom Abbade do Collegio de Nossa Senhora da Etrella em 1767: do Mosteiro de S. João de Pendorada em 1773: Definidor 3.º em 1776: Procurador Geral da Congregação na Cidade de Lisboa em 1777: e Dom Abbade do Couto em 1780. O que prova quam aceito elle era á Congregação, e com quanto zelo e diligencia desempenhava seus deveres.

Faleceo estando Conventual neste Mosteiro de Tibaens aos 23 de Fevereiro de 1788 depois das oito horas da manham, sendo Geral, no seu segundo triennio o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Joze Joaquim de Santa Tereza.

Jaz seu Corpo sepultado no Lanço do Claustro que corre de nascente a poente ao longo da Igreja na Sepultura do numero 23.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

2 — Memoria do Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Manoel dos Serafins [1713-1790].

O Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Manoel dos Serafins natural de Basto nasceo a 11 de Junho de 1713, e tomou o Santo Habito neste Mosteiro de Tibaens a 29 de Fevereiro de 1732. Foi Graduado pela Universidade de Coimbra, e elevado ao primeiro Emprego de nossa Congregação no anno de 1777.

---

(1) A numeração e a indicação das datas de nascimento e morte foi por nós acrescentada ao texto. Na sua transcrição, limitamo-nos a desdobrar as abreviaturas.

Faleceo por effeito de huma quéda neste Mosteiro de Tibaens aos 22 de Janeiro de 1790 pela huma hora depois do meio dia.

Deve achar-se memoria mais particular de sua Vida, talentos, e Virtudes no Livro dos Obitos do Mosteiro de Rendufe, aonde era conventual ao tempo de seu falecimento.

Jaz seu Corpo no Cruzeiro da Igreja deste Mosteiro na Sepultura Numero 4.°.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

3 — Memoria do Padre Pregador Frei Bento de São Jozé [1711-1790].

O Padre Pregador Frei Bento de São Joze, que no seculo se chamava Bento de Azevedo, foi filho legitimo de João de Azevedo e de sua mulher Custodia Ferreira moradores á Cruz da Pedra na Cidade de Braga. Nasceo a 11 de Julho de 1713, e quando ja contava vinte e trez annos de idade, tomou o nosso Santo Habito no Mosteiro de São Bento da Victoria do Porto aos 6 de Janeiro de 1737, sendo Geral da Congregação o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Manoel da Graça.

Faleceo neste Mosteiro de Tibaens aos 2 de Agosto de 1790 pelas duas horas da tarde, sendo Geral o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Manoel dos Prazeres.

Jaz sepultado no lanço do Claustro que corre da Porta da ante-Sacristia para a Portaria ao longo da Igreja na Sepultura Numero 24.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

4 — Memoria do Padre Pregador Frei João Marcos de São Jozé [1720-1791].

O Padre Pregador Frei João Marcos de São Jozé, que no seculo se chamava João Marcos de Araujo, foi filho legitimo de Manoel Alvares e de sua mulher Serafina de Araujo naturaes da nobre e augusta Cidade de Braga, aonde nasceo em os 24 de Abril de 1720.

Vestio o Santo Habito do nosso Glorioso Padre São Bento no Mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave aos 27 de Junho de 1742 sendo Geral da Congregação o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Geral Frei Thomaz do Sacramento.

Esteve por companheiro do Padre Procurador Geral de Braga, e no Capitulo Geral de 1786 foi eleito em Dom Abbade do Mosteiro de S. João de Cabanas.

Faleceo finalmente sendo conventual neste Mosteiro de Tibaens aos

19 de Agosto de 1791 pelas trez horas da noite, sendo Geral o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Manoel dos Prazeres.

Jaz seu Corpo no Claustro no lanço que corre ao longo do lado meridional da Igreja na Sepultura numero 25.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

5 — Memoria do Muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Manoel de Santa Tereza [1734-1792].

O Muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Manoel de Santa Tereza nasceo na Cidade de Braga aos 26 de Setembro de 1734, e tomou o Santo Habito de nossa Religião Sagrada no Mosteiro de São Bento da Victoria do Porto aos 7 de Abril de 1755.

Jubilou no Ministerio de Pregador Urbico, e foi Dom Abbade do Mosteiro de São Miguel de Bostello; Procurador Geral da Congregação na Cidade do Porto; Secretario do Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Joze Joaquim de Santa Tereza no seu 2.° triennio; Dom Abbade do Mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave; e por ultimo eleito Vizitador 1.° no Capitulo Geral de 1792.

Mas passados poucos dias depois desta eleição, durante ainda o Acto de Capitulo Geral, faleceo neste Mosteiro de Tibaens aos 15 de Mayo do dito anno pelas duas horas e meia da tarde.

Achar-se-há sua Vida no Livro dos Obitos do Mosteiro de Santo Tirso, aonde acabára de Dom Abbade.

Jaz Sepultado no lanço do Claustro que corre ao comprimento do lado meridional da Igreja: na Sepultura Numero 27.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

6 — Vida do Muito Reverendo Padre Pregador Frei Agostinho de Jezus [1728-1796].

Na augusta Cidade de Braga nasceo o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Agostinho de Jezus aos 27 de Junho do anno de 1728, na Freguezia de São João do Souto, em cuja Parochial Igreja foi baptizado. Forão seus Pais Agostinho Gomes (Homem de negocio) e Damiana Maria, os quaes desejando dar a seu Filho educação liberal e Christam o fizerão frequentar as Aulas dos Padres da Companhia de Jezus hoje extincta.

Mas quando havia de entrar em os estudos maiores, se resolveo a deixar o mundo e recolher-se ao Socego da Religião: e pertendendo com effeito entrar nesta do Nosso Gloriosissimo Padre São Bento; o conseguio

do Nosso Reverendissimo que então era o Padre Mestre Doutor Cathedratico na Universidade de Coimbra Frei Sebastião de São Placido.

Entrou no Noviciado neste Mosteiro de Tibaens aos 7 de Março de 1748 debaixo da disciplina do Padre Pregador Geral Frei Joze da Conceição Queirós: e tendo verificado com seu louvavel procedimento a legitimidade da sua vocação, foi admittido á profissão solemne dos votos religiosos no dia 16 de Março de 1749 sendo Geral segunda vez eleito o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei João Baptista.

Depois de professo ficou o Irmão Frei Agostinho por espaço de trez annos e meio conventual neste Mosteiro de Tibaens: e neste tempo se ordenou de todas as Ordens, dando-lhe as Menores o dito Nosso Reverendissimo, e as Maiores o Excelentissimo Bispo Conde Dom Miguel da Annunciação na Cidade de Coimbra em 1752, e tendo recebido, ainda em Secular, o Santo Sacramento da Confirmação na Igreja de São Vicente da Cidade de Braga das maons de Sua Alteza o Serenissimo Senhor Dom Joze de Bragança que então era Arcebispo Primaz.

Depois de ordenado Sacerdote foi o Padre Frei Agostinho ouvir no nosso Collegio de Coimbra as Liçoens de Filosofia que leo o Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Manoel dos Serafins depois Geral da Congregação; e ahi mesmo completou o Curso de Theologia: findo o qual, como em razão da falta que havia de Monges para o Coro, se não abrissem Oposiçoens; foi o Padre Frei Agostinho mandado Conventual para o Mosteiro de Paço de Souza, donde passou successivamente aos de Santo Tirso, Ganfey, Travanca, Rendufe, e Tibaens, servindo em todos elles a Religião com o seu prestimo, e possibilidades, e portando-se sempre com religiosa gravidade e Sizudeza.

Este seu louvável proceder moveo ao Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Manoel dos Serafins e aos Muito Reverendos Padres congregados em Capitulo Geral de 21 de Julho de 1777 a elegerem o Padre Frei Agostinho para Mestre dos Noviços deste Mosteiro de Tibaens: emprego que aceitou, desempenhando com zelo e diligencia seus difficeis e mui penozos deveres.

No fim do triennio fiquou outra vez conventual neste mesmo Mosteiro, donde passou em 1786 a assistir nas nossas Cazas de Braga por companheiro do Muito Reverendo Padre Procurador Geral: e ficando ahi seis annos voltou em 1792 para a sua conventualidade, sendo Geral a segunda vez o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Manoel Caetano do Loreto.

Passados poucos annos, foi accomettido de hum torpôr geral em seus

membros, o qual depois de exercitar por muito tempo a sua paciencia, e sofrimento, lhe roubou a Vida a 26 de Janeiro de 1796 no triennio do Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Bernardo da Esperança Tellez, tendo-se primeiro munido para aquelle perigoso passo com os Santos Sacramentos da Igreja, e com os de mais Actos de verdadeiro christão e Religioso.

Jaz seu Corpo no Lanço do Claustro que corre ao longo da Igreja de nascente a poente na Sepultura Numero 26.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

7 — Vida e Morte do Muito Reverendo Padre Pregador Frei Luiz da Conceição [1741 (?)-1797].

O Muito Reverendo Padre Pregador Frei Luiz da Conceição natural da Cidade de Aveiro foi filho legitimo de Diogo Luiz Rangel Perestrello de Quadros, e de Dona Catarina Maria Ignacia da Silva Mascarenhas, esta natural da Villa de Torres-novas, e aquelle da mesma Cidade de Aveiro, ambos de Familias mui principaes das duas Provincias da Beira e Estremadura.

Passados os primeiros annos de sua idade, tratárão seus Pais de procurar-lhe hum Estado conveniente ás suas circunstancias: e consultando, como he de crer, a inclinação do Filho, pertenderão para elle o Santo Habito de nossa Religião Sagrada, o qual lhe concedeo o Nosso Reverendissimo Padre Geral Frei Antonio de Santa Clara, e lho lançou neste Mosteiro de Tibaens o Reverendo Padre Pregador Frei Antonio da Soledade, Monge de muita piedade, e de infatigavel zelo, aos 30 de Abril de 1758, quando o pertendente contava ja dezassete annos de idade.

Acabado o tempo do Noviciado foi admittido com approvação da Comunidade a fazer sua Profissão Solemne, sendo Dom Abbade Geral da Congregação: o Nosso Reverendissimo Padre Frei Francisco de São Joze: E do Coristado passou ao Collegio a frequentar os estudos que nossas Leis prescrevem.

Não sabemos ao certo em que anno se ordenou de Sacerdote; mas consta por memoria que deixou escrita, haver celebrado sua primeira Missa em dia do Apostolo São Pedro.

O serio e religioso comportamento do Padre Frei Luiz da Conceição, lhe grangeou o bom conceito, e estimação dos Prelados; de maneira que logo que teve a idade competente foi escolhido para Prior do Mosteiro de São Martinho do Couto de Cucujaens, emprego que exercitou por espaço

de seis annos, sendo Presidente *in Capite* tempo de nove mezes e Vigario da Freguezia do Mosteiro mais de desaseis annos.

No Capitulo Geral de 1786 foi eleito Dom Abbade do mesmo Mosteiro, e havendo satisfeito a este emprego com louvor, continuou nos Capitulos Geraes immediatos e successivos a ser eleito Prior deste Mosteiro de Tibaens, Dom Abbade de Pombeiro, e finalmente Procurador da Congregação; portando-se em todo este tempo com a gravidade, decôro, e seriedade propria do nosso estado, e cumprindo seus deveres sem a mais leve nota que desdourasse o seu credito.

No anno de 1796 estando Conventual neste Mosteiro de Tibaens com o ultimo sobredito emprego de Procurador da Congregação, começou a experimentar hum notavel abatimento em suas forças naturaes, junto com frequentes e vivos accommetimentos de hypocondria, que pelo decurso de todo aquelle anno, e parte do prezente de 1797 forão sempre continuando, não obstante as diligencias da Medicina, que infructuozamente se empregárão em seu socorro: até que no dia 19 de Fevereiro deste mesmo anno, sendo pelas sete horas da tarde, foi accommettido da força da molestia com tanta vehemencia, que repentinamente ficou privado do uzo dos sentidos, e neste estado recebeo o Santo Sacramento da Extrema-Uncção.

E posto que depois com o prompto soccorro de alguns remedios, ainda tornasse em si; foi com tudo esta apparente melhora tão rapida que lhe não deixou o tempo necessario para poder-se purificar de suas imperfeiçoens por meio da Confissão Sacramental, e receber o Sagrado Viatico do Corpo do Senhor: Os quaes Sacramentos porem havia recebido poucos dias antes por sua devoção, como costumava praticar depois que a molestia o impossibilitou de celebrar o Santo Sacrificio da Missa.

Assim passados poucos instantes, quando era pelas nove horas da noite pouco mais ou menos, deo sua alma ao Senhor no meio das Oraçoens de seus Irmaons, que na forma de nossos Santos costumes assistirão ao seu tranze, recitando as devotas Preces que a Igreja para taes actos tem ordenado. Cremos piedozamente que havendo expiado pelos Santos Sacramentos, e pelas mortificaçoens de huma prolongada e importuna molestia as culpas e imperfeiçõens da sua Vida, o Senhor o levaria a gozar da feliz Bemaventurança.

Jaz seu Corpo no Lanço do Claustro que corre ao longo da Igreja na Sepultura Numero 28.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

8 — Vida e morte do Muito Reverendo Padre Pregador Frei Luiz Caetano de São Jozé [1724-1797].

O Muito Reverendo Padre Pregador Frei Luiz Caetano de São Jozé que no seculo se chamava Luiz Lopes Calheiros nasceo de Paes honestos na Villa de Vianna do Minho aos 15 de Novembro de 1724, e foi baptizado na Collegiada da mesma Villa aos 20 do dito mez e anno.

Chamavão-se seus Pais João Pereira da Silva, e Antonia Maria Lopes; aquelle natural da Freguezia e Couto de Correlham proximo á Villa de Ponte do Lima: e esta da Villa de Vianna. Os quaes depois de lhe haverem dado educação decente, e christam, e de lhe fazerem aprender as primeiras letras, quizerão que elle continuasse a Vida literaria e se applicasse ás Sciencias maiores na Universidade de Coimbra.

Tinha porem ja ganhado raizes no coração do filho o amor ao Estado Ecclesiastico, que mui opportunamente lhe inspirára hum seu Tio Sacerdote, de quem tinha recebido desde a infancia saudaveis maximas de boa moral. E movido desta louvavel inclinação e dos conselhos do Muito Reverendo Padre Mestre Frei Bento de São Jozé Monge de nossa Ordem; tomou a santa resolução (ainda que a pezar de seus parentes) de escrever elle mesmo ao Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de São Placido então Geral da Congregação, a pedir-lhe o Santo Habito de nosso Glorioso Patriarca São Bento; que logo conseguio, e recebeo no Mosteiro de São Bento da Victoria do Porto das maons do referido Padre Mestre Frei Bento Dom Abbade que era do mesmo Mosteiro, a 3 de Julho de 1744, sendo Mestre de Noviços o Muito Reverendo Padre Pregador Frei João de Santa Maria, Monge de grande Virtude e Regularidade.

Acabado o Noviciado professou solemnemente com gosto seu, e approvação da Communidade, e ficou tendo o Coristado no mesmo Mosteiro do Porto, aonde foi ordenado ate o Sacerdocio pelo Excelentissimo Senhor Dom Joze de Jezus Maria e Evora Bispo daquella Cidade. Ahi esteve conventual ate o triennio do Nosso Reverendissimo Padre Frei Joze de São Domingos, em que foi com outros Condiscipulos ouvir no Mosteiro de São Romão do Neiva as liçoens de Filosofia que lhes ensinou o Muito Reverendo Padre Mestre Frei Caetano de Santo Agostinho, sendo Dom Abbade o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Antonio da Soledade, Monge mui benemerito desta Congregação, e digno de aggradecida memoria.

Passou o Padre Frei Luiz d'ali ao Mosteiro do Salvador de Palme a estudar a Sagrada Theologia debaixo da direcção e ensino dos Padres

Mestres Frei Gaspar de São Jeronimo, Frei Alexandre de Santo Thomaz, e Frei Francisco da Natividade: e acabado o Collegio, foi successivamente mudado para os Mosteiros de Santo Tirso, Basto, São Romão, e ultimamente para o do Porto, aonde muitos annos foi Subprior, servindo ao mesmo tempo o Mosteiro em outros empregos economicos com toda a actividade, diligencia, zelo, e fidelidade que era propria do seu caracter.

No Capitulo Geral de 1780, foi eleito Dom Abbade do Mosteiro de Miranda, e depois nos Capitulos seguintes Prior deste Mosteiro de Tibaens, Dom Abbade de Ganfey, Procurador Geral na Curia de Braga, e outra vez Dom Abbade de Ganfey, empregos que desempenhou sempre com boa satisfação.

Depois do Capitulo Geral de 1795 ficou conventual neste Mosteiro de Tibaens, aonde apezar de seus annos, continuou a Servir de boa vontade a Religião no emprego de Sacristão-mór e Gastador, ate que no primeiro dia do mez de Junho deste anno de 1797, em que isto escrevemos, foi eleito Procurador Geral da Congregação em Junta que para esse fim se celebrou, por falecimento do Muito Reverendo Padre Pregador Frei Luiz da Conceição, de que acima fizemos memoria.

Mas não logrou o Padre Frei Luiz Caetano por muito tempo o seu novo emprego: por quanto, havendo dado poucos dias antes huma quéda, e tendo desprezado as consequências sempre perigozas deste accidente, em breves dias começou com a degeneração dos humores a lavrar huma interior gangrena, de que se originou em fim a sua morte, sendo infructuozos para atalhar ao mal os remedios que promptamente se lhe administrárão.

Conheceo elle muito a tempo o estado de sua enfermidade; e como Christão e Religioso que era, se dispôs para a morte com grande resignação, recebendo os Sacramentos da Igreja com mui piedozos sentimentos, e pedindo a Seus Irmaons, que lhe lessem devotos actos e Santas Oraçoens, que accompanhava mais com o coração e affecto, que com as palavras: até que augmentando-se-lhe o mal progressivamente, deo a alma ao Creador no dia 23 de Junho de 1797 ás onze horas da manham.

Foi o Padre Frei Luiz em todo o tempo da sua vida hum Monge sério e observante; zelozo dos bens e credito da Religião; activo no desempenho dos diversos empregos que lhe confiárão; e muito fiel e laboriozo. Exercitou por muitos annos o Ministério do Pulpito, e Confessionario, e deixou escriptos dois Tratados; hum intitulado = *Directorio de Religiosas* = escripto no Porto e posto em limpo, em 1782, que contem hum Compendio das Obrigaçoens e Deveres das Pessoas que vivem nos Claustros, e se acha entre os Manuscriptos deste Mosteiro de Tibaens pela propria letra de seu

Auctor; O outro intitulado = *Jardim Sagrado* = escrito na mesma Cidade do Porto e posto em limpo, em 1786, que tambem se acha entre os Manuscriptos deste Mosteiro, e contem varias Praticas de Devoção, e os principios do Catecismo e Doutrina Christam.

Jaz seu Corpo Sepultado no Lanço do Claustro que corre ao longo do lado meridional da Igreja na Sepultura Numero 32.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

(Ate aqui escrevia Frei Francisco de São Luiz em 1797, de mandado do Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Bernardo da Esperança Tellez.)

9 — Vida e Morte do Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Bernardo da Esperança Tellez, falecido antes de acabar o seu triennio, aos 2 de Janeiro do anno de 1798 [1745-1798].

Nasceo o Nosso Reverendissimo Padre Frei Bernardo da Esperança Tellez na Villa de Tondella da Provincia da Beira, em cuja Parochial Igreja foi baptizado aos 3 de Mayo de 1745, impondo-se-lhe o nome que teve em quanto Secular, de Bernardo Joze Soares Coelho.

Forão seus Pais Bernardo Joze Pereira Tellez, e Dona Antonia Maria Joaquina Dias naturaes da mesma Villa ,e Bispado de Vizeo; pessoas distinctas por sua nobreza, que vigiárão com disvello na educação deste filho, fazendo-lhe aprender com o estudo das primeiras letras sentimentos honrados e Christaons.

Em idade de 15 annos foi aceito para a nossa Congregação pelo Nosso Reverendissimo Padre Frei Francisco de São Jozé, que lhe mandou lançar o Santo Habito neste Mosteiro de Tibaens a 14 de Setembro de 1760, sendo então Prior da Caza o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Antonio de São Jozé Baptista, e Mestre de Noviços o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Joze de São Boa-ventura.

No anno do Noviciado não desmentio o Irmão Frei Bernardo os principios de boa educação que recebera: antes conformando-se com gosto ás Leis e Obrigaçoens do nosso estado, e verificando com regrado e louvavel procedimento a Sua primeira vocação, mereceo ser admittido á Profissão Religiosa, que solemnemente fez neste mesmo Mosteiro aos ..... de ..... de 1761 (1).

Passou depois a ouvir as Liçoens de Filosofia e Theologia no nosso Collegio de Coimbra: e acabado o tempo que nossas Constituiçoens pres-

(1) Em branco no texto.

crevem para estes Estudos, foi mudado para o Mosteiro de São Bento da Saude de Lisboa, aonde ficou conventual por espaço de muitos annos, unindo (com exemplo louvavel e digno de imitação) á frequencia do Coro, e mais actos conventuaes, a continua applicação e aturado estudo das Humanidades, e Litteratura, principalmente nacional, em que era versado; e merecendo por isso honrozas e distinctas attençoens dos Prelados amantes do estudo, e do merecimento.

Cultivou com particular applicação a Lingua Ingleza, em que fez tão vantajozos progressos, que traduzio della para o Portuguez em muito bom estillo as = *Consideraçoens Christans sobre as principaes Verdades e Obrigaçoens da nossa Religião* = compostas pelo celebre e muito illustre Prelado Ricardo Challoner Bispo de Debra, e Vigario Apostolico em Inglaterra, cujo primeiro Tomo se estampou em Lisboa na Regia Officina Typografica no anno de 1787 e se lê actualmente em alguns dos nossos Mosteiros nas quotidianas Meditaçoens conventuaes: e o 2.°, que por sua morte ficou manuscrito se conserva de sua propria letra na Bibliotheca deste Mosteiro de Tibaens, aonde igualmente se achão depositadas muitas *Arvores de Costado* das principaes Familias nobres da Corte e Provincias, que deixou manuscritas com outros *apontamentos Genealógicos* recolhidos pela diligente curiosidade com que tambem se havia dado a este ramo de erudição, e Literatura.

Nestes agradaveis, posto que laboriosos exercicios do estudo e da applicação gastava o Nosso Reverendissimo o tempo que lhe restava das Occupaçoens da Vida religiosa, quando o Capitulo Geral de 1789 o elegeo Chronista-mor de nossa Congregação; emprego, que sendo tão analogo ao seu gosto e inclinação, o moveo a vizitar, ainda que em rapida viagem, os Archivos da maior parte de nossos Mosteiros, ficando com notícia e conhecimento de muitos dos mais notaveis Documentos que nelles se guardão em deposito. Desta viagem deixou o Nosso Reverendissimo alguns apontamentos, ainda que mui breves e informes, os quaes se conservão tambem na Bibliotheca deste Mosteiro.

No fim daquelle triennio, e no Capitulo Geral de 1792, foi eleito em Dom Abbade do Collegio de Nossa Senhora da Estrella de Lisboa e continuando ahi a merecer a mesma attenção, e estima que ja tinha adquirido, foi no seguinte Capitulo Geral de 1795 eleito em Dom Abbade Geral de nossa Congregação.

Neste difficultozo emprego, somos todos os que vivemos testemunhas da suavidade e brandura, com que o Nosso Reverendissimo tratava a todos os seus subditos, ainda quando a necessaria correcção demandava rigor e

severidade: da liberalidade e franqueza com que recebia e agazalhava os hospedes: da benigna predilecção com que acolhia os Religiosos benemeritos, e os que se davão com diligencia e aproveitamento ao estudo das Sciencias e humanidades: e do zelo sollicito com que promoveo a boa educação moral e litteraria dos Religiosos Moços, que sendo opportunamente criados em boa doutrina formão a mais segura e precioza esperança da Congregação.

Deo o Nosso Reverendissimo no tempo do Seu Governo muitas Providencias uteis a beneficio da Congregação, entre as quaes merecem particular louvor e lembrança:

1.ª A Carta Circular que logo no principio de seu triennio dirigio a todos os Mosteiros, para que dos Archivos delles se extrahissem Mappas fieis e exactos de todos os Legados a que erão obrigados, com declaração de seus fundos, satisfação, e estado actual. Tinha esta Providência por objecto obter huma Remissão e Reducção Geral, que tranquilizasse a Congregação a respeito de quaes quer faltas que tivesse havido nesta importante materia, e estabelecesse para o futuro Obrigaçoens menos complicadas e incertas, com as quaes se satisfizessem commodamente, e com a possivel exacção tão sagrados e respeitaveis Deveres: E posto que este objecto tentado ja em outras muitas occazioens, não chegou ao seu ultimo complemento por involver duvidas e difficuldades que por então se não podérão remover; nem por isso he menos digna de louvor esta acertada Providencia do Nosso Reverendissimo, não so pela prudente e sabia intenção que a dirigio, mas tambem por nos deixar n'aquelles Mappas hum grande subsidio de uteis averiguaçoens, que no prezente Triennio, em que isto escrevemos, servirão para com mais facilidade vermos a concluzão de tão vantajoso projecto ultimado no anno passado de 1799: com utilidade e gosto de toda a Congregação e com gloria immortal do Nosso Reverendissimo Padre Pregador Geral Frei Manoel de Santa Rita Vasconcellos, actual Dom Abbade Geral de nossa Congregação a cujo zelo, e efficaz diligencia devemos tão saudavel obra.

A 2.ª Providência, que julgamos digna de aggradecida memoria, consta das duas Cartas Pastoraes dirigidas a todos os Mosteiros da Congregação para pôr em effectiva e mais exacta observancia o que sabiamente se prescreve em nossas Constituiçoens, e tem por muitas vezes sido sériamente recommendado nos Capitulos Geraes, sobre o escreverem-se *as Vidas dos nossos Irmaons falecidos,* e assentarem-se em memoria nos *Dietarios* os principaes acontecimentos que merecem conservar-se á Posteridade. Conhecia bem o Nosso Reverendissimo a importancia destes dois

objectos; e quam prejudicial nos seja hoje a esterilidade de antigas noticias occazionada pelo descuido ou incuriosidade de nossos Maiores. E quiz por isso atalhar á continuação do mesmo inconveniente com opportunas, e adequadas determinaçoens, que merecerão a approvação e Confirmação do Capitulo Geral de 1798, e he para desejar que se não percão nunca de vista em nossa Congregação.

A 3.ª Providência não menos digna do illuminado zelo do Nosso Reverendissimo foi a de chamar e destinar para a revizão, e arranjamento dos Archivos dos nossos Mosteiros hum Monge habil, que examinasse com intelligencia os seus Documentos, e Titulos; que os disposesse methodicamente; e formasse seus Indices com clareza e exactidão; e que extrahisse delles as convenientes Memorias para servirem hum dia a se escrever com critica, e verdade a Historia de nossa Congregação. Commetteo o Nosso Reverendissimo este difficil e importante trabalho ao Muito Reverendo Padre Mestre Frei Antonio da Assumpsão Meirelles, como versado que era na nossa Paleografia, e dotado de genio exacto e laborioso: O qual concluio ainda no tempo do Governo e Vida do Nosso Reverendissimo o examinar, e ordenar convenientemente os dois Archivos dos Mosteiros de Ganfey, e Pombeiro, escrevendo as Memorias para a Historia de hum e outro com escrupulosa fidelidade, e auctorisando-as com Provas authenticas, que consistem nas Copias dos mais notaveis, e importantes Documentos dos mesmos Archivos.

Neste Mosteiro de Tibaens fez o Nosso Reverendissimo ordenar e arranjar a sua copiosa e excellente Bibliotheca, mandando compôr pelo metodo scientifico e pela ordem das materias o seu Index, em que se corrigirão os defeitos mais substanciaes e grosseiros, que desfiguravão o primeiro.

Nem foi menos cuidadozo de augmentar o Patrimonio temporal deste mesmo Mosteiro, como mostra em particular o grande Lago que mandou fazer na Cerca, no sitio que d'antes se chamava *das Aveleiras,* para receber as agoas das minas antigas, e de outras que de novo se abrirão, com as quaes se poem em movimento ao mesmo tempo hum Engenho de Serrar madeira, dois Moinhos de Segunda, huma Azenha de Trigo ,e hum Lagar de Azeite que ficão no terreno declive inferior ao mesmo lago e tudo Obra do Nosso Reverendissimo.

Finalmente depois de se ter assim empregado em beneficiar a Congregação, e este Mosteiro a que particularmente prezidia; sahindo no 3.º anno do seu Governo para a utltima Vizita dos Mosteiros e achando-se no de Paço de Souza em os principios do mez de Novembro de 1797; foi

ahi accommettido repentinamente de hum accidente apopletico, que sem duvida o privaria logo da Vida, se os promptos e immediatos socorros da medicina não suspendessem por então os effeitos de tão fatal molestia.

Foi a melhora do Nosso Reverendissimo, ainda que apparente e de pouca duração; todavia bastante para então receber os Sacramentos da Igreja, e depois de bastantes dias, em que ao parecer se hia restabelecendo, voltar a este Mosteiro de Tibaens. Continuavão comtudo entretanto a mostrar-se muitos symptomas do mal, e quem isto escreve ouvio muitas vezes repetir ao Nosso Reverendissimo mesmo, que a morte o ameaçava a cada momento ,e não tardaria em senhorear-se delle.

Assim succedeo com effeito: por que hindo o Nosso Reverendissimo no principio do seguinte Janeiro de 1798 para as nossas Cazas de Braga, a fim de dissipar, (se fosse possivel) com a distracção do espirito os effeitos da molestia, ahi mesmo lhe deo ella o ultimo e decizivo ataque, que deixando-lhe apenas tempo para premunir-se com os Sacramentos da Santa Igreja, lhe roubou a Vida em o dia 2 de Janeiro do dito anno de 1798.

Não se pode dizer qual foi o sentimento de toda a Congregação ao cuvir esta triste noticia. Em todos os Mosteiros se fizerão publicas demonstraçoens de pezar expressivas da saudade que cauzava a falta de hum Prelado que reunio em sua Pessoa muitas qualidades verdadeiramente estimaveis. Muitas Pessoas de fora da Congregação que conhecião o Nosso Reverendissimo participarão deste sentimento. O Excellentissimo Arcebispo Primaz foi com a sua Familia ao nosso Hospicio de Braga rezar hum Responso sobre o Cadaver do Nosso Reverendissimo, honra extraordinaria que demanda de todos nós perpetuo reconhecimento e gratidão. As duas Communidades dos Eremitas Augustinianos do Populo, e dos Carmelitas Descalsos nos fizerão a mesma honra, e merce hindo tambem ao Hospicio cantar cada huma seu Responso. Finalmente no mesmo dia á noite foi o Cadaver conduzido com a devida pompa funeral a este Mosteiro, aonde jaz Sepultado no Cruzeiro da Igreja junto ao Cunhal do Arco da Capella mor do lado do Evangelho na Sepultura Numero 6.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

(Escrevia Frei Francisco de São Luiz em Abril de 1800).

10 — Memoria do Muito Reverendo Padre Pregador Frei Feliciano da Conceição [1745-1798].

O Muito Reverendo Padre Pregador Frei Feliciano da Conceição que no Seculo se chamou Feliciano Alves foi filho legitimo de João Alves da

Silva e de sua mulher Maria Joanna da Freguezia de São Nicolau da Cidade do Porto. Nasceo aos 29 de Outubro de 1745 e tomou o Santo Habito de nosso Glorioso Padre São Bento neste Mosteiro de Tibaens a 4 de Mayo de 1761, sendo Geral da Congregação o Nosso Reverendissimo Padre Frei Francisco de São Jozé e Mestre de Noviços o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Jozé de São Boa Ventura.

Foi Dom Abbade do Mosteiro de Miranda; Vizitador 2.° da Congregação; e Dom Abbade de Cabanas: em cujo emprego faleceo achando-se na Cidade de Braga aos 2 de Janeiro de 1798, digo de Fevereiro.

O Seu Corpo foi conduzido a este Mosteiro de Tibaens, e nelle jaz Sepultado no Cruzeiro da Igreja, na Sepultura Numero 19.

Achar-se-ha Sua Vida no Livro dos Obitos do Mosteiro de Cabanas.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

11 — Vida e Morte do Reverendo Padre Frei Joze de São Francisco de Sales [1738-1798].

O Padre Frei Joze de São Francisco de Sales que no seculo se chamava Joze de São Francisco Pinto Bravo foi filho de Caetano Pinto de Carvalho Pereira e Vasconcelos, e de Antonia de Jezus Borges da Villa de Castro d'Ayre, aonde nasceo aos 20 de Janeiro de 1738, e foi baptizado na Igreja Collegiada de São Pedro da mesma Villa que he no Bispado de Lamego aos 25 do dito mez e anno.

Em idade de oito annos pouco mais ou menos foi mandado para a Cidade de Braga assistir em companhia de seu Tio Diogo Bravo de Menezes, o qual dezejando dar-lhe educação christam e honrada, o fez frequentar as Escolas da Companhia de Jezus, aonde com o estudo das Humanidades se ensinavão juntamente os elementos da Doutrina e Civilidade Christam.

Nestes estudos se exercitou ate o anno de 1755: em que pertendendo do Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Manoel de Santo Thomaz a Graça de entrar para esta Congregação; tomou effectivamente o Habito de Irmão Donado no Mosteiro de São Bento da Victoria do Porto em os 18 de Setembro do dito anno, sendo ali Dom Abbade o Muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei João de Santa Anna, e Mestre de Noviços o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Manoel de Jezus Maria.

A regularidade de seus costumes ,e a boa Conducta de Vida que mostrou em todo o anno do Noviciado lhe merecerão o ser admittido no fim delle á Profissão religiosa, e logo empregado no Mosteiro de Basto no

emprego de Dispenseiro, que exercitou com zelo, diligencia, e fidelidade; ate que no mez de Abril de 1761, durante ainda o Governo do Nosso Reverendissimo Frei Francisco de São Joze foi admittido a Monge do Coro, entrando novamente no Noviciado neste Mosteiro de Tibaens aos 22 do dito mez e anno.

Pouco tempo depois feita sua nova Profissão, foi mudado para o Mosteiro de São Bento da Saude, e no anno de 1767 outra vez para este de Tibaens, aonde esteve conventual por muitos annos até o tempo de seu falecimento, exercitando em hum e outro Mosteiro com actividade e boa satisfação os laboriosos empregos de Celleireiro, Hospedeiro, Mestre de Ceremonias, Sacristão-mór, Procurador das Demandas, e outros que os Prelados encarregavão ao seu cuidado.

No anno de 1792 foi mandado para companheiro do Muito Reverendo Padre Procurador Geral de Braga que então era e he ainda hoje o Mestre Frei Manoel do Sacramento Garção; aonde depois de empregar-se por seis annos no Serviço dos Mosteiros que tem negocios n'aquella Curia, e em obsequio dos Religiosos que ali occupavão o seu prestimo; foi accommetido de frequentes, e perigosas suffocaçoens, que sendo superiores a toda a efficacia da Medicina, em pouco tempo lhe tirarão a Vida aos 14 de Outubro de 1798.

Era este Religioso concertado e modesto em seu exterior; zeloso da publica estimação, e credito do Santo Habito; mui prompto em servir a todos com gosto e satisfação; e singularmente activo e efficaz no desempenho dos diversos negocios que lhe encarregavão.

Depois de Seu fallecimento foi o seu Cadaver conduzido a este Mosteiro de Tibaens, aonde jaz sepultado no Lanço do Claustro que corre ao longo do lado meridional da Igreja na Sepultura Numero 30.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

12 — Memoria do Reverendo Padre Pregador Frei Pedro de Jezus Maria Jozé [1724-1799].

O Reverendo Padre Pregador Frei Pedro de Jezus Maria Jozé foi filho legitimo do Doutor João da Cunha e de sua mulher Luiza Tereza de Jezus da Freguezia de São Martinho de Val de Bouro Concelho de Celorico de Basto.

Nasceo aos 28 de Junho de 1724: e alcançando do Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de São Placido a Graça do Santo Habito de nossa Religião sagrada; o vestio no Mosteiro de São Bento da

Victoria do Porto a 26 de Agosto de 1747, deixando o nome de Pedro Joze da Cunha que tivera em Secular para tomar o que depois uzou na Religião.

Fez sua Profissão em tempo competente, e passados os annos do Collegio foi nomeado Vigario do Mosteiro e Freguezia de São João de Pendorada no anno de 1755.

Em 1759 achamos memoria de estar Conventual em Arnoya e logo no anno de 1760 neste Mosteiro de Tibaens; donde sendo mandado para o nosso Couto da Estella para ahi tratar como Procurador deste dito Mosteiro a arrecadação das Rendas, e a Conservação de nossos Direitos; se conservou neste emprego até á Sua morte que succedeo achando-se neste Mosteiro aos 24 de Maio de 1799, quando já contava 75 annos de idade natural e 52 de Habito.

Recebeo todos os Sacramentos com disposiçoens mui pias e christans, e cremos que a regularidade de Sua vida e conducta o levaria a gozar da eterna e feliz bemaventurança.

Jaz seu corpo no Lanço do Claustro que corre da Sacristia para a Portaria de Nascente a Poente na Sepultura Numero 9.

Anima ejus requiescat in pace. Amen (1).

13 — Vida e Morte do Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Francisco da Natividade [1726-1800].

O Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Francisco da Natividade, que no Seculo se chamava Francisco Moreira, foi natural da Cidade de Lisboa, baptizado na Freguezia de Santa Maria Magdalena, por seu Primo o Padre Joze da Costa Froes, aos 23 de Abril de 1726.

Chamava-se seu Pay Eugenio da Costa, varão de singular probidade, e vida exemplarissima, e reputado justo de todos os que o conhecião. Sua Mai se chamava Josefa Maria da Conceição: Os quaes opportunamente inspirarão no terno coração do Filho sentimentos tão vivos de devoção e de piedade, que desde menino dezejou consagrar-se á vida Religiosa dentro do Claustro.

Forão seus primeiros designios entrar ou no Carmo Calçado, aonde tinha outro Irmão, ou na Graça para onde se havião recolhido alguns Condiscipulos seus: mas Deos Nosso Senhor lhe descobrio o verdadeiro cami-

(1) Na sequência deste texto, aparece lançado no *Livro de Obitos* a seguinte anotação: Visto em vizitta de 30 de Abril de 1800. Frei Joaquim de Nazarett Camello Vizitador 2.º

nho que havia de seguir, e sem preceder nelle conhecimento algum, ou inclinação á Ordem Benedictina, quasi por hum maravilhoso modo (como achamos escrito em seus apontamentos) o guiou a esta inclita, e Sagrada Religião: cujo Habito vestio neste Mosteiro de Tibaens a 15 de Fevereiro de 1742, sendo Geral o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Geral Frei Thomaz do Sacramento, e Mestre de Noviços o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Antonio da Conceição tambem natural de Lisboa, chamado entre nós o Julião, e bem conhecido por sua muita virtude, e regularidade.

Findo o anno de Noviciado em que o Irmão Frei Francisco da Natividade deo provas de sua boa indole, Santa vocação, foi admittido á Profissão solemne, que fez neste mesmo Mosteiro a 21 de Fevereiro de 1743 em prezença do Muito Reverendo Padre Prior Frei João de São Verissimo: E logo no anno seguinte de 1744 entrou no Collegio de Filosofia, que se abrio em Carvoeiro, e foi o primeiro da Reforma do Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de São Placido.

Ahi mesmo começou a Theologia debaixo da Regencia e Disciplina do Muito Reverendo Padre Mestre Frei João de Santa Maria, que tambem fôra seu Mestre de Artes, e depois de findo o primeiro anno, logo no seguinte Outubro que era o de 1748, sendo já então Geral a 2.ª vez o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei João Baptista, passou a acabar o Curso desta Sciencia no Nosso Collegio de Nossa Senhora da Estrella de Lisboa, aonde se ordenou de Sacerdote, e cantou a sua primeira Missa em dia de São Miguel 29 de Setembro de 1749. E passados os trez annos do Estudo Theologico, foi mandado para o Mosteiro de São Bento da Saude, e depois para o Collegio de Santarem.

Aqui assistia ás Concluzoens Publicas, que se defendião nos diversos Collegios daquella Villa, argumentando nellas com muita viveza, e boa deducção, e dando cada vez mais provas do bom talento e capacidades, que no Decurso de seus Collegios mostrára para a Vida Litteraria: de maneira que concorrendo ao nosso Collegio de Coimbra ás Opposiçoens que ali se abrirão em 1752, mereceo ser eleito Passante por votos unanimes dos Padres Mestres, que nellas forão vogaes.

Voltou então o Padre Mestre Frei Francisco a exercer as Obrigaçoens de Passante, e juntamente as de Prior no Collegio da Estrella, ate que no anno de 1755 foi eleito em Capitulo Geral para Leitor do novo Curso que ali havia de principiar-se. Mas poucos dias depois de chegarem os Collegiaes, aconteceo aquelle fatal, e sempre memoravel terramoto do primeiro de Novembro do dito anno, que na ruina geral de Lisboa, envolveo tambem o edificio do mesmo Collegio: e por esta cauza passou o Padre Mestre com

os seus Discipulos a continuar em Palme aquelle Curso de Teologia; durante o qual presidio duas Concluzoens Publicas, extrahidas das Obras de Nosso Padre São Anselmo, e tinha promptas as terceiras, que não chegou a prezidir por ser então accommettido de grave molestia, que d'ahi em diante quasi de continuo o perseguio.

Em 1758 foi Ler Moral para o Mosteiro de São Bento da Saude, aonde recebeo o Gráo de Doutor, que por antigo privilegio, e concessão Pontificia se costuma dar em nossa Ordem, orando neste acto o Padre Pregador Urbico Frei Thomaz de Aquino Monge bem conhecido entre nós por sua erudição, e doutrina.

Em 1761 foi o Padre Mestre Doutor Frei Francisco da Natividade mandado para o Collegio da Estrella, donde voltou a São Bento da Saude em 1765 com Patente de Leitor de Moral, e outra vez em 1770 para o mesmo Collegio como Dom Abbade delle, depois de haver recuzado a Abbadia do nosso Mosteiro do Porto, para que fora eleito em Junta de Outubro de 1768.

Em todo este tempo era mui notavel e digna de Louvor a pontualidade, com que o Padre Mestre acudia sem faltar hum só ponto a seus deveres religiosos e Litterarios; a frequencia e bom desempenho, com que em muitos e auctorizados Pulpitos de Lisboa, e de outras partes exercitava o Sagrado Ministerio da Palavra; e o decôro e dignidade com que em toda a parte acreditava a Sua Pessoa, e o Santo Habito e Instituto que professára. Nos Actos Publicos de Concluzoens mostrou sempre a sua natural vivacidade, e bom raciocinio; argumentando frequentemente assim nas que se presidião nos Collegios da Corte, como tambem nas de Mafra, que por aquelle tempo era assento de bons Estudos, e aonde concorria muitas vezes o mais Luzido da Corte. E não mostrou menos a sua erudição e doutrina nas Concluzoens que em 1770 presidio no nosso Capitulo Geral, nas quaes resumio em quatro breves Dissertaçoens os principaes e mais interessantes pontos sobre a *Origem do Estado Monastico,* e suas diversas *formas de Disciplina*; sobre a essencia, e proprio *Instituto* da Vida Monastica; Sua *Relaxação, Decadencia,* e Cauzas della, e finalmente sobre os *Officios* e *Deveres* dos Monges para com Deos, para com os homens, e para consigo mesmos: objectos que não devem ser desconhecidos ao Monge Amigo do seu estado, e que ali se achão tratados com brevidade conveniente, e com exacto discernimento.

Sobre estes fundamentos cresceo tanto o bom nome e credito do Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Francisco da Natividade, que o Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca que então era o nomeou por Carta

passada em 12 de Dezembro de 1771 seu Examinador synodal dos dés do numero que o Santissimo Padre Clemente 14 lhe havia concedido, figurando o Padre Mestre nesta escolha a par de homens mui doutos, e conhecidos por seus talentos.

No Capitulo Geral que se celebrou em 1773 foi eleito Companheiro do Nosso Reverendissimo Padre Dom Abbade Geral Frei João Baptista da Gama, em cujo emprego he de crer que participasse dos trabalhos e dissabores que o mesmo Reverendissimo experimentou, motivados das difficeis circunstancias dos tempos, e particularmente das intençoens que teve o Marquez de Pombal, então Ministro, e mui grande Valido del Rey Dom Joze 1.°, de abolir grande parte dos Mosteiros de nossa Congregação.

Este fatal projecto, a que o mesmo Nosso Reverendissimo resistio com inalteravel firmeza, lhe grangeou com effeito o desagrado do dito Ministro, cujas demonstraçoens, juntas com outras cauzas que devem ficar em eterno esquecimento, cauzárão por fim a morte ao Reverendissimo, ficando em seu Lugar Presidente da Congregação o Muito Reverendo Padre Vizitador 1.° Frei Francisco de Santa Cecilia Lobo, que logo a 6 de Agosto de 1776 foi nomeado para *Vizitador Geral* da Congregação por Breve do Nuncio Apostolico auctorisado com Avizo da Secretaria de Estado de 5 do dito mez em que se lhe dá a denominação de *Vigario Vizitador Geral*: E nesta mesma occazião e Breve foi o Padre Mestre Frei Francisco da Natividade nomeado para Definidor 1.°.

Instava o Ministro para que por parte da Congregação se pedisse Licença para a Venda e alienação de muitos dos Mosteiros Benedictinos: E o Nosso Reverendissimo Frei Francisco de Santa Cecilia Lobo, ou por que se não atrevesse a continuar na mesma resistencia com perigo pessoal ou por que julgou imprudente, e talvez prejudicial á Congregação huma repugnancia mais aturada; fez hum Requerimento para o sobredito fim, conforme a minuta que lhe foi dada da Secretaria de Estado; em consequencia do qual a Rainha, que então governava em nome del Rey Dom Joze por occazião da molestia que o accommetera, concedeo a necessaria faculdade para a mesma Venda por Carta Regia firmada de Sua Real Mão.

Não se pode encarecer o sentimento que esta resolução cauzou em todos os Monges: mas nenhum mais se distinguio no amor e zelo da Conservação e integridade da Congregação do que o Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Francisco da Natividade, que depois de ver inuteis suas particulares representaçoens ao Reverendissimo, e proxima a perda e total ruina de tantos Mosteiros; concebeo o designio de representar á Rainha a injustiça da premeditada alienação; a illegalidade do Requeri-

mento que para isso lhe fora feito; a falsidade e insubsistencia das razoens em que elle podia fundar-se; e finalmente quam improprio era, e alheio da sua Piedade, destruir aquelles mesmos Mosteiros, de que os Monarcas Portuguezes tinhão sido defensores, e Protectores; e que por tão justos titulos merecião o respeito e veneração de todos.

Communicou o Padre Mestre este projecto com mais tres Monges de conhecida probidade, e segredo, que forão o Reverendissimo Padre Mestre Frei Francisco de São Bento Barba, o Padre Pregador Frei Joze de Santa Maria-mayor, e o Padre Pregador Frei Bernardo de São Bento: e depois de assentarem no melhor meio de executa-lo; desprezando os perigos que erão de recear, e levados só do seu zelo pelo bem da Congregação; conseguirão que a Sua Representação fosse, como foi, entregue á Rainha; em cujo animo piedoso fez tal impressão, que sem duvida bastaria para suspender o mal iminente, se de todo se não dissipassem nossos receios pela morte del Rey Dom Joze 1.º, e pela consequente decadencia do seu Ministro. Acha-se huma Copia desta Reprezentação no Archivo da Congregação no Mosteiro de Tibaens, aonde a depositou quem isto escreve, no anno de 1800, para servir de monumento permanente do zelo do Padre Mestre, e despertar em nossos animos o aggradecimento que devemos a Deos por nos livrar de tão imminente ruina.

No meio d'aquelles cuidados, e desgostos, formalizou e compoz o Muito Reverendo Padre Mestre Frei Francisco o *Plano dos Estudos* para a nossa Congregação, mandado fazer ainda pelo Nosso Reverendissimo Frei João Baptista da Gama, por insinuação do mesmo Ministro, que pouco antes havia vindo á Universidade de Coimbra, como Lugar Tenente do Rey, estabelecer a Reforma porque ainda agora se governa.

Seguia este Plano, em quanto ao Litterario, os Estatutos da mesma Universidade, quanto erão applicaveis aos Estudos de huma Congregação e Collegios Monasticos: E depois de ser lido e examinado pelo proprio Marquez do Pombal, que de sua propria mão pôz no Original duas breves notas, mereceo sem mais emenda a Regia Approvação pelo Alvará de 4 de Junho de 1776, imprimindo-se no mesmo anno, e começando desde logo a executar-se nesta Congregação, não sem utilidade dos nossos Estudos, e do adiantamento Litterario da mesma Congregação.

Depois do falecimento del Rey Dom Jozé que succedeo no Fevereiro de 1777, mudado o Governo da Congregação, veio o Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Francisco da Natividade para o nosso Collegio de Santarem, para ahi fazer uzo dos banhos do Tejo, remedio que lhe aconselhavão como mui proveitozo á sua saude. Mas a natural actividade do seu

genio o não deixou então mesmo gozar de perfeito descanso; por que alem de empregar-se no Ministerio do Pulpito; tomava por sua particular recreação, nos Domingos de tarde, fazer exercicios de Doutrina Christam, para instrucção dos Mininos d'aquella Villa, que com gosto de seus Pays concorrião a esta edificante Escola. A alguns delles industriou o Padre Mestre Frei Francisco na Reprezentação Drammatica de hum Dialogo, que por sua idea compozera o nosso celebre Poeta João Xavier de Mattos, cujo objecto era dar huma idea clara da Verdadeira Piedade, e dos seus dois extremos o Fanatismo, e a Libertinagem, unindo com notável discernimento o util ao aggradavel; e procurando por este suavissimo meio inspirar nos animos innocentes o amor da Christam e Solida Piedade, e o horror dos dois monstruosos vicios que mais a offendem. Assistio a este acto o melhor da Nobreza daquella Villa e terminou-se tudo com hum *Te Deum* cantado na Igreja do nosso Collegio.

Em Maio de 1780 foi o Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Francisco da Natividade eleito Dom Abbade daquelle Collegio; e na Junta Geral do mesmo anno obteve a sua Jubilação sobejamente merecida por seus trabalhos Litterarios, e por seus Serviços.

Nos annos de 1765 e 1767 havia o Padre Mestre dado á Luz em 2 volumes de 8.° as suas *Reflexoens Moraes e Politicas sobre as principaes Obrigaçoens do Homem para Instrucção da Mocidade*: nas quaes se acha resumido tudo o que constitue a baze da Moral, e Civilidade Christam, e da verdadeira e Solida Piedade. Agora, não perdendo ainda de vista o zelo da Educação publica, trabalhou o mesmo Padre Mestre no *Rezumo do Catecismo Romano,* que tambem imprimio em Portuguez, ajuntando-lhe em breve quadro compendiada a Historia da Religião, e os motivos que fazem criveis com evidencia os seus Misterios e Doutrina.

Em 1783 foi nomeado Definidor 3.° no Breve que reconduzio o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Joze Joaquim de Santa Tereza em Dom Abbade Geral da nossa Congregação; e então compoz e imprimio outro Volume em 8.° intitulado *Sciencia dos costumes, ou Filosofia Moral dirigida pela Luz da Razão, pela Escritura e Tradição da Igreja, para Lição da Mocidade Portugueza, e dos que não tem maiores estudos.* O qual foi impresso em 1788, e contem, assim como as Outras Obras do Padre Mestre, maximas solidas de verdadeira e sam moral, e os mais seguros principios da Christam Filosofia.

No Capitulo Geral de 1789 foi o Muito Reverendo Padre Mestre eleito Dom Abbade do nosso Collegio de Coimbra, e depois nos seguintes Capitulos Definidor 1.°, e Dom Abbade do Mosteiro do Porto; em cujos empre-

gos todos se distinguio sempre por sua liberalidade e animo generozo; pelo zelo do publico decôro e credito da Congregação; pela decencia e nobreza das funçoens do culto, e por outras muitas qualidades dignas de estima e respeito.

No fim do triennio, em que que acabou de Dom Abbade do Porto, no anno de 1798, cahio o Padre Mestre n'uma profunda melancolia, e abatimento de forças, que foi progressivamente augmentando-se, apezar dos remedios, e esforços da medicina. E vindo para este Mosteiro de Tibaens, como mais proprio para o seu bom tratamento, nada bastou a salva-lo da força da molestia, que finalmente lhe tirou a Vida aos 9 de Fevereiro de 1800, tendo 74 annos de idade natural e 58 de Habito, munido dos Sacramentos, e cheio de Santas disposiçoens.

Jaz seu Corpo sepultado no Lanço do Claustro que corre de Norte a Sul ao longo da Sacristia na Sepultura Numero 104.

Era o Padre Mestre Doutor Frei Francisco da Natividade de pequena estatura, rosto comprido, testa grande, olhos tambem grandes e á flor do rosto, nariz longo e grosso, e boca rasgada com beiços grossos; de genio activo, e efficaz; inimigo da ociosidade; singullarmente attenciozo e civil; muito liberal e generoso; e finalmente dotado de muitas boas qualidades moraes e civis.

Alem das Obras de que acima fizemos menção, achamos mais por sua letra manuscriptas as seguintes:

= Do Officio do Homem e do Cidadão por Samuel Puffendorf: traducção da Lingua Latina na Portugueza 4.°.

= Dissertação em que se expoem alguns fundamentos que mostrão o poder que tem os Dons Abbades Benedictinos de Portugal para administrar o Sacramento do Chrisma.

= Huma Carta sobre Reducçoens de Mosteiros.

= Dissertação contra a Proposição que affirma que a simples fornicação não he peccado contra o Direito Natural, antes foi licita, e mandada conforme o Texto = Crescite et multiplicamini = etc.

= Varias outras Dissertaçoens sobre Propostas em differentes assumptos.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

Escreveo Frei Francisco de São Luiz em Abril de 1801.

14 — Vida e Morte do Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Manoel dos Prazeres [1729-1800].

Nasceo o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Manoel dos Prazeres na Freguezia de Santa Maria de Guiaens da Comarca de Villa Real no primeiro dia de Agosto de 1729.

Forão seus Pais Joze Rodrigues e Luiza Teixeira, ambos pessoas de honestissima condição, mui dados á Virtude e Piedade, e extremosamente devotos do Santissimo Sacramento, e da Santa Virgem Mai de Deos, em cuja veneração e culto despendião com ditozo e pouco imitado acerto huma boa parte do seu tempo e cabedaes: feliz e seguro indicio do religiozo caracter e piedozos sentimentos em que depois vimos distinguirem-se seus benemeritos Filhos, como vimos nascidos de tão boa e santa raiz.

A singular devoção, que igualmente professavão ao nosso Santissimo Patriarcha, e que os movera a collocar sua Sagrada Imagem na Igreja Matriz daquella Freguezia, lhes inspirou ao mesmo tempo o ardente dezejo de entregar seus Filhos á nossa inclita e veneravel Religião Benedictina: aonde effectivamente virão recebidos ainda em sua vida, o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Manoel dos Prazeres de quem vamos tratando, e seu Irmão o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Joze Joaquim de Santa Tereza, cujas letras e Virtudes servem de preciozo ornamento á sua Pessoa, e de honra e credito á nossa Congregação.

Foi o Nosso Reverendissimo Frei Manoel o primeiro que deo a seus Pais aquelle dezejado gosto, obtendo do Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de São Placido o Santo Habito que recebeo neste Mosteiro de São Martinho de Tibaens ás tres para as quatro horas da tarde do dia 19 de Abril de 1746, sendo Mestre de Noviços o Muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Joze da Conceição Monge de respeitavel memoria entre nós por sua virtude e piedade, e pelos muitos Discipulos que criou para a Congregação no espaço de doze annos em que servio aquelle difficil e laborioso emprego.

Começou e continuou o Nosso Reverendissimo Frei Manoel dos Prazeres o seu Noviciado sem degenerar da Santa educação, que recebera de seus virtuozos Pais, e sem desmentir as esperanças, que com tão seguro fundamento se havião delle concebido. Exacto no cumprimento de seus deveres, humilde, modesto, obediente, e em fim observante das Leis Monasticas, parecia ja então émulo das Virtudes, que depois o fizerão acredor da nossa veneração e respeito, e hoje tão digno da nossa Saudade.

Aos oito mezes do seu Noviciado foi accommetido de huma molestia de

olhos tão violenta, que só conhecia pela voz os Irmaons que o vizitavão; e tão rebelde ás diligencias e esforços da Medicina, que o pôz no cruel receio de não ser admittido á profissão, que anciozamente desejava. Mas o virtuoso Mestre, que com prudente discernimento havia conhecido o coração do seu Discipulo, e sabia que os piedozos e constantes dezejos que o animavão erão hum sinal nada equivoco de verdadeira e celestial vocação; depois de consultar os Medicos sobre as ulteriores consequencias da molestia; de tal maneira se houve em sua informação perante a Communidade, que esta o admittio effectivamente á Profissão Religiosa.

Fez o Nosso Reverendissimo este solemne e gostozo sacrificio a 26 de Abril de 1747 nas maons do Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Antonio da Natividade Vizitador 1.° da Congregação, sendo ainda Dom Abbade Geral o Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de São Placido, cujo Governo fora prorogado por Breve do Nuncio Apostolico.

Passados poucos mezes foi mudado para o Mosteiro de Santo Tirso, aonde era então Dom Abbade o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Placido de São Bento, e Mestre de Irmaons o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Jeronimo de São Bento, a cujos paternaes cuidados, e disvelada caridade deveo o Nosso Reverendissimo em grande parte o melhoramento da sua saude: com que foi seguindo os actos menos penozos da Communidade, e dezejando em seu coração poder acudir a todos com a pontualidade de verdadeiro Religioso.

Parecendo então que o Mosteiro de Travanca seria por ventura mais proprio para o seu perfeito restabelecimento; o mandou para ali conventual o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Frei João Baptista, segunda vez Geral de nossa Congregação. E não forão frustrados seus intentos: por que no fim de oito mezes se achou o Nosso Reverendissimo em estado de ser, como foi, admittido ao Collegio que se abrio no Mosteiro do Salvador de Palme no anno de 1749, aonde ouvio as Liçoens de Filosofia, que dictava o Padre Mestre Frei Teodoro de São Joze; continuando depois ahi mesmo o Collegio de Teologia de que foi Regente o Muito Reverendo Padre Mestre Frei João de São Bento, e Leitores os Padres Mestres Frei João de Santa Rita, Frei Teodoro de São Jozé, Frei Fernando da Graça.

Em hum e outro Curso adquirio o Nosso Reverendissimo Frei Manuel dos Prazeres aquella instrucção, e sufficientes conhecimentos, que depois o dirigirão com acerto, tanto na sua conducta moral, como no Ministerio da Palavra Evangelica, e nos diversos empregos que exercitou com desempenho. Mas no meio das frequentes occazioens de distracção, que de ordi-

nario offerece á mocidade a vida do Collegio, e a propria applicação aos estudos, em nada se apartou o Nosso Reverendissimo daquella saudavel regularidade que opportunamente aprendera e praticara nos primeiros annos de sua educação religioza; mostrando-se sempre constante em seus primeiros sentimentos, e fiel á Graça da sua vocação.

Acabado o Collegio e sendo Geral o Nosso Reverendissimo Frei Manoel de Santo Tomaz foi mandado para o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, e dahi passados quasi dois annos para o de São Miguel de Refoios de Basto. E tendo em hum e outro continuado a dar provas de sua religioza conducta, amor da Observancia Regular, discrição, prudencia, e capacidade para os empregos; foi nomeado pelo Muito Reverendo Padre Dom Abbade Frei Manoel de São Jacinto para Vigario da Freguezia de Refoyos, cujos deveres desempenhou com aproveitamento espiritual de seus Freguezes, credito da sua Pessoa, e satisfação de todos. De maneira que logo no anno de 1761, em que sahio Geral a primeira vez o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Fernando de Jezus Maria Joze, foi escolhido para Vigario do nosso Mosteiro de São João da Foz do Douro, aonde então era Prior o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Bernardo de Santa Roza.

Aqui perseverou o Nosso Reverendissimo não menos que desasseis annos continuos, occupado em todos elles ja no emprego de Vigario, ja no de Prior e Vigario juntamente: argumento certo e infallivel do conceito que se formava de suas boas qualidades, e do fiel desempenho, com que elle sabia justificar e abonar a escolha que os Prelados fazião da sua Pessoa para Serviço tão importante á utilidade espiritual dos Proximos, e ao bom nome da Congregação.

Passados aquelles annos em trabalho tão difficil e aturado, o elegeo o Capitulo Geral de 1777 em Dom Abbade do Mosteiro de São João de Pendorada, servindo-lhe assim os cuidados do novo Governo, como de premio aos passados serviços. Na Prelazia preencheo o Nosso Reverendissimo as obrigaçoens de Pai e de Pastor para com os seus subditos, sem se esquecer ao mesmo tempo da administração temporal, e do bom aproveitamento e emprego das rendas do Mosteiro, como mostra o Estado do fim do triennio: sendo huma das principaes obras que deixou começada, e com dinheiro applicado para sua continuação, a excellente Caza de Recibo, Cartorio, e Portaria que hoje vemos n'aquelle Mosteiro.

No seguinte Capitulo Geral de 1780 foi o Nosso Reverendissimo eleito Secretario da Congregação, e depois nos seguintes dois triennios successivos Dom Abbade do Mosteiro de São Bento da Victoria do Porto; mostrando em hum e outro emprego constante e uniformemente o seu zelo pelos

interesses da Congregação; o seu disvélo em promover o bem da Observancia monastica; a bondade do seu Coração em sofrer as faltas inevitaveis dos seus Irmaons e Subditos, e o seu cuidado em sustentar e conservar a paz e boa harmonia da Comunidade.

Estas excellentes qualidades, e Serviços lhe abrirão caminho para subir ao eminente Lugar de Prelado Maior de nossa Congregação, que obteve no Capitulo Geral de 1789, sendo Successor de seu Irmão o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Joze Joaquim de Santa Tereza, de cujo respeitavel nome ja acima nos lembramos com breve e singello, ainda que bem merecido elogio.

Neste lugar supremo se mostrou de todo o ponto o zelo do Nosso Reverendissimo, e a sua efficacia em conservar entre nós o espirito do nosso estado; acudindo a reprimir ainda as mais leves mostras de relaxação, ja por meio de admoestaçoens paternaes, ja por severas reprehensoens, ou ainda por castigos proporcionados. Nas Vizitas dos Mosteiros vigiava o Nosso Reverendissimo com particular cuidado sobre a modestia, seriedade, e compostura dos vestidos e alfaias dos Monges, determinando convenientes e acertadas providencias a este respeito, afim de que o nosso traje, e exterior conducta não desmentisse em nada a gravidade, e Sizudeza da nossa Profissão. Tinha não menos singular vigilancia sobre a boa educação da Mocidade, tanto nos Coristados, como nos Collegios: e se a respeito dos Religiozos moços pareceo alguma vez mostrar mais severidade do que pedia seu genio benigno; a isso o movia sem duvida a persuasão, alias justa e bem fundada, de que aquelles primeiros annos demandão hum saudavel rigor de disciplina, que seria talvez excessivo, e ainda imprudente, quando praticado com Religiosos ja auctorizados por sua idade ou empregos.

No Governo e particular administração deste Mosteiro de Tibaens, erão igualmente vigilantes os seus cuidados; tendo em vista, alem da Observancia e Regularidade da Disciplina, o bem temporal do Mosteiro; como mostrou, entre outras coizas, no abundante provimento das Officinas, e em particular da Igreja e Sacristia; no augmento da Cultura das terras, em que experimentou maior vantagem a Quinta do Anjo; e finalmente no dinheiro que reservou em deposito para o reparo, ou antes reedificação do Dormitorio do Sul, que depois por occorrerem outras circunstancias se não chegou a effeituar.

Finalmente tendo assim empregado todo o tempo do seu prudentissimo Governo em beneficio da Congregação, e conservando-a sempre em

feliz socego e tranquillidade, acabou a gloriosa, e difficil carreira da sua administração, deixando os seus subditos saudozos e aggradecidos.

Escolheo então o Nosso Reverendissimo para sua Conventualidade este Mosteiro de Tibaens, aonde se conservou até o fim da sua vida. E sendo que por seus relevantes Serviços, privilegios, idade, e molestias se podia sem reparo izentar da frequencia dos Actos da Communidade; era com tudo edificante a assidua pontualidade, com que acudia a todas as horas do Coro diurno, á Oração e Disciplina Conventual, e a outros actos de mortificação. No silencio e recolhimento era exemplar, gastando de ordinario em lição espiritual e Santas devoçoens o tempo que delle lhe restava, depois de satisfeitos os outros exercicios monasticos. Todos os dias, não o impedindo alguma grave cauza, offerecia a Deos na Missa o incruento sacrificio de nossos Altares. Vizitava e consolava os enfermos com muita caridade; e a todos os Religiosos recebia e tratava com notavel affabilidade, alegria, e candura de animo: de maneira que longe de se fazer de alguma sorte pezado, muito pelo contrario todos com gosto procuravão o seu trato, e alegre conversação.

Deste modo viveo o Nosso Reverendissimo até o anno passado de 1801, em cujos principios começou a sentir humas suffocaçoens frequentes e violentas, que accometendo-o quasi sempre ante-manham, o obrigavão a levantar-se da cama sem demora para obter algum alivio. Conhecerão logo todos com grande desconsolação e pezar, que semelhante molestia em idade ja avançada, e em corpo atenuado de outras enfermidades, annunciava perigosas consequencias: e como assim, não se poupou diligencia alguma por conservar aquella vida que a todos era cara e precioza. Mas a enfermidade venceo todas as providencias da Medicina, e ganhando cada vez maiores forças, nos tirou a todos a esperança de gozarmos por mais tempo da sua companhia e dos exemplos de suas virtudes.

Foi muito de notar a santa conformidade, com que o Nosso Reverendissimo recebeo o ultimo desengano: e entendendo desde logo que os dias, que ainda lhe podião restar de vida devião ser empregados no importante negocio de sua Salvação, fez repetidas confissoens de seus peccados, e defeitos, com mostras muito sensiveis de verdadeira contrição, e arrependimento; gastando alem disso largos espaços com o Confessor em Santa conversação, e piedosas praticas.

Quando houve de receber o Sagrado Viatico do Corpo e Sangue do Senhor, pedio o Nosso Reverendissimo que lhe vestissem a Cogulla; e posto de joelhos, com as maons levantadas, e os olhos derramando copiosas lagrimas de pura compunção, foi respondendo a todas as Ceremonias

daquelle piedoso acto, pedindo a todos com palavras cheias de profunda humildade, perdão do máo exemplo de sua vida, e das negligencias commettidas nos Cargos que occupára; e dirigindo a mesma supplica ao Nosso Reverendissimo Padre Pregador Geral Frei Manoel de Santa Rita, como Prelado maior da Congregação, parà que em nome de toda ella tambem lhe perdoasse. Ao que elle respondeo com palavras de muito louvor e consolação, convenientes áquelle lugar e circunstancias, e acompanhadas de vivo sentimento de todos os Monges, que com o coração magoado prezenciavão este edificante acto.

Augmentava-se a instantes a enfermidade, e tendo o Nosso Reverendissimo pedido a Sagrada Uncção que dezejava receber com inteiro conhecimento; se lhe administrou em tempo competente, renovando-se em todos os assistentes huma tão sensivel dôr e saudoza magoa, que rompendo em lagrimas e suspiros apenas podião pronunciar as Oraçoens pias e devotas, que o nosso Ritual manda dizer, quando cada hum dá ao enfermo o osculo da paz, em sinal de Caridade e amor fraternal.

Dahi em diante até os ultimos momentos da vida, continuou ainda o Nosso Reverendissimo em piedosas praticas com o seu confessor, repetindo frequentes vezes fervorozos actos de Fe, Contrição, e Amor de Deos, e beijando com singular ternura e lagrimas de devoção o Sagrado Crucifixo, e a Imagem da Senhora da Conceição, de quem era particularmente devoto, e que a miudo pedia para com ella se abraçar. No dia antecedente ao da sua morte, sentindo-se accommettido de hum forte paroxismo, pedio elle mesmo que lhe começassem o Officio da Agonia, mandando-o outra vez suspender, quando diminuida a força do ataque, se sentio mais aliviado. Mas este descanço que lhe dava a enfermidade, era sempre de pouca duração; e succedendo-se cada vez com menos intervallo os accommettimentos d'aquella cruel angustia, que interiormente o opprimia; n'um delles entregou o espirito ao Creador em placido socego aos 28 de Abril do sobredito anno de 1801, deixando-nos a todos saudozos da sua companhia, mas consolados na segura persuazão de que a sua alma hiria a gozar da ditoza immortalidade que he o premio da Virtude, e solida piedade.

O Seu Corpo foi sepultado no Lanço meridional do Claustro, na Sepultura do Numero 95, defronte da Capella de Nossa Senhora da Conceição, como elle mesmo pedira, aonde em paz espera a Universal Ressurreição. *Anima ejus requiescat in pace. Amen.*

Escreveo Frei Francisco de São Luiz em Abril de 1802 (1).

(1) Depois do texto está, no *Livro dos Obitos*, a anotação seguinte: Visto em Vizita de 30 de Mayo de 1802. Frei Bento de Santo Antonio, Vizitador 2.º.

15 — Vida e Morte do Muito Reverendo Padre Pregador Frei Antonio do Rozario Prior deste Mosteiro [1764-1802].

Na Villa da Bemposta do Pinheiro Bispado de Aveiro nasceo o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Antonio do Rozario aos 10 de Junho de 1764, e foi baptizado na Igreja da sua Freguezia, que he da invocação de São Payo, com o nome, que conservou em quanto secular; de Antonio Joze Soares da Sylva. Seus Pais, que se chamavão Francisco da Sylva Soares, e Dona Rita Joaquina Theodora de Jezus, lhe derão a christam e virtuoza educação, que mostrou em todo o tempo da sua vida, fazendo-o ao mesmo tempo instruir nas primeiras Letras e nos principios da Latinidade, com que em breve se achou disposto para seguir a vida Ecclesiastica, a que o destinavão. Correspondeo o benemerito Filho ao pio intento de seus honrados Pais, e chegando a idade de desasete annos, recebeo com gosto e satisfação a Sagrada Cogulla da nossa Ordem no Mosteiro de São Bento da Victoria da Cidade do Porto a 20 de Junho de 1781, sendo Dom Abbade Geral de toda a Congregação o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Bento do Pilar; Dom Abbade d'aquella Caza o Muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Francisco de São Joze, e Mestre de Noviços o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Roque de São Placido.

No tempo do seu Noviciado deo o Irmão Frei Antonio evidentes mostras d'aquella boa indole; genio docil, e pacifico; honrados sentimentos, e exacta fidelidade a seus deveres, que depois caracterizárão todas as acçoens da sua vida; de maneira que com geral approvação da Communidade fez a Profissão solemne dos Votos Religiosos a 24 de Junho de 1782.

No mez de Novembro do mesmo anno mereceo igual approvação para ser admittido ao Collegio de Filosofia, que se abrio no Mosteiro de Santo Andre de Rendufe, e de que foi Leitor o insigne Mestre e Doutor Frei Joze de Santa Escolastica, hoje Bispo Eleito de Pernambuco, sendo Dom Abbade do mesmo Mosteiro o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Sebastião de São Joze, que depois foi Geral de nossa Congregação. No fim do primeiro anno do Collegio Filosofico, passou o Irmão Frei Antonio do Rosario a ouvir as Liçoens da Theologia Moral no Mosteiro do Salvador de Travanca, aonde era Dom Abbade, Regente, e primeiro Leitor o Padre Mestre Doutor Frei Manoel da Conceição, e segundo Leitor o Padre Mestre Doutor Frei Joaquim de São Bento; debaixo de cujo magisterio se instruio nos Conhecimentos precizos para depois exercitar com boa satisfação, e exacto desempenho o Ministerio da Palavra Evangelica, e o laborioso e difficil Emprego de Vigario. No mesmo Mosteiro lhe conferio o sobredito

Dom Abbade o Sagrado Chrisma, e as Ordens Menores a 24 de Fevereiro de 1786, e concluido o seu Collegio, veio mudado para este Mosteiro de Tibaens em 27 de Julho do dito anno, aonde acabou de Ordenar-se Presbytero, sendo ja segunda vez Geral de nossa Congregação o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Joze Joaquim de Santa Tereza.

A boa informação, e geral conceito que havia da conducta regular, e da boa intelligencia, aptidão e prestimo do Padre Frei Antonio do Rozario, confirmada agora com a compostura de sua vida, e probidade de costumes, que mostrou nesta Caza, fez que no Maio de 1789, sendo eleito Dom Abbade do Mosteiro de São João de Pendorada o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Francisco de São Bento, Monge de singular prudencia, e irreprehensivel conducta, não duvidasse escolhe-lo para seu Prior, e Vigario daquella Freguezia, com tão feliz acerto, que ali se conservou nesse triennio, e nos trez successivos até 1801, bemquisto dos Prelados, respeitado, e amado dos Monges, e adorado dos seus Freguezes, a quem com grande disvello, e não menos discrição, administrativa o pasto espiritual da Doutrina, e Sacramentos, acudindo-lhes ao mesmo tempo com exemplar caridade em suas necessidades temporaes, e fazendo para com elles os Officios de Pai, Mestre, e Amigo. O seu trato e communicação familiar era cheio de suavidade, alegria, e brandura; mas temperada com tal prudencia, que no exercicio publico de seus Ministerios era sempre de todos respeitado, e obedecido; gozando com rara fortuna a geral affeição e benevolencia, que sabia merecer por virtudes superiores á sua idade.

No principio do actual triennio que começou em Mayo de 1801, dezejando o Nosso Reverendissimo Padre Geral Frei Joze de Santa Roza e Vasconcellos aproveitar-se dos talentos e capacidade do Padre Pregador Frei Antonio do Rozario, e começar a premiar de algum modo os seus merecimentos, dignos por certo de mais longa vida, o elegeo Prior Capitular deste Mosteiro de Tibaens e Vigario da sua Freguezia: em cujo Emprego continuou a mostrar, com admiração e louvor de todos, as mesmas virtudes, de que ja havia dado tão abonadas provas. A frequencia assidua dos Actos Conventuaes nocturnos e diurnos, a satisfação prompta e exacta dos Deveres Parochiaes, e a vigilancia continua e infatigavel sobre aquella parte que lhe era confiada da Administração do Mosteiro, dividião todo o seu tempo e todos os seus cuidados. Nas auzencias dilatadas do Nosso Reverendissimo, se alargava á proporção a esféra do seu zelo e da sua actividade, acudindo ao Governo espiritual da Caza, e é sua Economia domestica, sem faltar aos Officios e Deveres Parochiaes; e mostrando em

huma e outra coiza o disvello, intelligencia, e capacidade, que apenas he em outros o fructo da longa idade, e dilatada experiencia.

No Outubro de 1802, tendo o Nosso Reverendissimo hido para a Corte a negocios graves da Congregação, e ficando o Muito Reverendo Padre Prior Prezidente, ao parecer de todos, com boa saude, foi inesperadamente accommettido de huma hemorragia de Sangue pela boca, acompanhada, e seguida de tais symptomas, e complicaçoens, que logo nos roubou quasi de todo as esperanças de ver continuar por muito tempo huma vida que a todos era cára e precioza. Inuteis forão com effeito os recursos, que com o maior e mais sollicito cuidado se buscárão na Medicina, por meio dos melhores Professores que de diversas partes se mandavão chamar: e decahindo consequentemente cada vez mais o animo dos Monges, á proporção que crescia a gravidade da molestia, e os funestos prognosticos, que della se fazião; só o Enfermo esperava com animo resoluto, e com huma paz e alegria verdadeiramente Christam, o ultimo termo de seus dias, que logo desde o principio da enfermidade julgára chegado, e para o qual se foi dispondo com actos piedozos, conformes á innocencia da sua vida, e aos religiosos sentimentos, que habitualmente o animavão.

Repetidas Confissoens de suas Culpas e defeitos, contrição sincera, actos affectuozos de conformidade e resignação; huma paciencia e sofrimento exemplar no meio de crueis affliçoens e angustias, e obediencia inteira á direcção dos Medicos, e Confessor, forão a sua continua occupação no espaço de dois mezes e meio que durou o curso da molestia. Mas aggravando-se ella cada vez mais, sem embargo da frequencia dos remedios que se lhe applicárão, e do disvellado tratamento, em que á porfia se esmeravão, os seus sentidos Irmaons, veio a fallecer munido de todos os Sacramentos da Igreja no dia 23 de Dezembro de 1802; deixando-nos aos que gozavamos da sua amizade eternamente saudozos da sua companhia; e a todos sem excepção magoados por vermos fallecer em tão florente idade hum Monge de cujas virtudes, zelo, e prudencia se havião concebido as mais vantajozas esperanças. Era o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Antonio do Rozario de estatura ordinaria, refeito do Corpo, rosto largo, cheio, e trigueiro e olhos pretos, e rasgados: dotado de singular mansidão e brandura de genio, affavel e rizonho para com todos, fiel na amizade, cheio de honrados sentimentos, e sobre tudo Observante, e exacto no cumprimento dos seus Deveres; activo e zelozo na satisfação das Obrigaçoens que lhe erão encarregadas; Religioso modesto, e humilde, e animado de terna e compassiva caridade para com os pobres. Jaz seu Corpo Sepultado no lanço do Claustro, que corre de Nascente a Poente ao longo

do Lado meridional da Igreja na Sepultura do Numero 31 aonde espera a Geral Ressurreição.

Anima ejus requiescat in pace. Amen.

Escreveo Frei Francisco de São Luiz em Abril de 1803 (1).

16 — Memoria do Irmão Corista Frei Manoel de São Damazo [1781--1803].

O Irmão Frei Manoel de São Damazo que no Seculo se chamava Manoel Correa Tellez foi filho legitimo de Pedro Soares Mendes Tellez, e de Dona Patricia Correa Pinto da Villa de Alvarenga Bispado de Lamego, e nasceo a 16 de Dezembro de 1781.

Em idade competente pertendeo e obteve o nosso Santo Habito, que recebeo neste Mosteiro de Tibaens a 3 de Abril de 1796, sendo Dom Abbade Geral da Congregação o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Bernardo da Esperança, e Mestre de Noviços o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Roque de São Placido.

Findo o tempo do Noviciado, como houvesse dado provas da sua vocação, e boa conducta, fez a Profissão Religioza com satisfação sua e da Communidade mas não era passado muito tempo, quando foi acommettido de gravissima enfermidade, que obrigou o Nosso Reverendissimo a dar-lhe Licença para hir para a sua Patria, unico recurso, que se achou bastante para poder prolongar-lhe por algum tempo os dias da vida.

Ali se demorou com effeito por alguns annos, padecendo constantemente os incommodos de huma molestia tão rebelde, como perigoza; até que ella lhe roubou a Vida, falecendo com os Sacramentos da Igreja, e com demonstraçoens de verdadeiro Christão e Religiozo aos [5 de Fevereiro de 1803] (2).

Ejus anima requiescat in pace. Amen (*).

---

(1) Na sequência do texto figuram as seguintes anotações: Visto em vizita de 16 de Abril de 1803. Frei Bento de Santo Antonio, Vizitador 2.º.

Visto em Vizita de 20 de Janeiro de 1804, Frei Bento de Santo Antonio, Vizitador 2.º.

(2) Acrescentado no texto por outra letra.

(*) Cf. Arquivo de Singeverga, *Livro dos Obitos* de Tibães, fls. 1/34 v.

II— MEMÓRIA HISTÓRICA DO GENERALATO DE D. FREI MANUEL DE SANTA RITA VASCONCELOS [1798-1801]

Pelo falecimento do Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Bernardo da Esperança Telles, succedido em Braga aos 2 de Janeiro de 1798, foi eleito em seu lugar na Junta e Congregação Geral celebrada neste Mosteiro de Tibaens aos 5 de Fevereiro do mesmo anno, para Dom Abbade Geral de nossa Congregação o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Frei Sebastião de São José natural da Ponte do Porto, Arcebispado de Braga que ao tempo era Vizitador primeiro e ficára Presidente da Congregação.

Era chegado o tempo de se celebrar Capitulo Geral na forma das nossas Leis, que devia ser no Mayo do mesmo anno de 1798, e já o Nosso Reverendíssimo Frei Sebastião havia dirigido a todos os Mosteiros a Pastoral que no fim dos Triennios se costuma mandar por antigo uzo de nossa Congregação, quando recebeo hum Avizo passado pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em data de 2 de Abril de 1798 deste teor:

> Sua Magestade he servida mandar sustar e suspender o Capitulo de Vossa Paternidade Reverendissima a que se devia proceder a 3 de Mayo do prezente anno, ate nova Ordem da mesma Senhora, que assim mo manda participar a Vossa Paternidade Reverendissima para assim se executar. Deus guarde a Vossa Paternidade Reverendissima. Palacio de Queluz 2 de Abril de 1798. José de Seabra da Sylva. Senhor Dom Abade Geral da Congregação de São Bento.

Por virtude desta Ordem ficou suspensa a Celebração do Capitulo Geral e a Convocação dos Vogaes que a elle deviam concorrer, ate que no proprio mez de Mayo chegou a este Mosteiro o Nosso Reverendissimo Padre Pregador Geral Frei Manoel de Santa Rita Vasconcellos então Dom Abbade de São Bento da Saude. E fazendo ajuntar os Muito Reverendos Padres o Mestre Frei António de Santa Escolastica, Frei Bernardo da Conceição Beltrão, Frei Roque de São Placido, o Mestre Frei Antonio da Annunciação, Frei Luis de São Jose, Frei Manoel de São Joaquim e Frei Joaquim de Nazareth Camello, com elles e debaixo da prezidencia do Nosso Reverendissimo Padre Frei Sebastião de São Jose se procedeo á primeira Sessão do Capitulo Geral que foi aos 14 de Maio, á qual assistirão tambem os nossos Reverendissimos Ex-Geraes Frei Manoel dos Prazeres

e Frei Jose Joaquim de Santa Tereza, nella se leo em principio de tudo o Avizo de Sua Magestade do seguinte teor:

> Sua Magestade tomando em consideração os duplicados Gastos, que essa Congregação de São Bento hia a fazer no proximo Capitulo Geral de 3 de Mayo, de nenhuma maneira compativeis com os que acabava de fazer no Capitulo de 5 de Fevereiro deste mesmo anno, e tambem por outros pungentes motivos que occorrião e occorrem em beneficio da Congregação; houve por bem sustar o Capitulo que havia celebrar-se, e mandar expedir pela Nunciatura Apostolica o Breve incluzo, e para que tenha a sua devida execução Vossa Paternidade Reverendissima assistirá com a sua Pessoa e Voto a todas as mais eleiçoens, com o Secretario da mesma Congregação, como Relator do Capitulo. Deus guarde a Vossa Paternidade Reverendissima. Palacio de Queluz 26 de Abril de 1798. José de Seabra da Silva. Senhor Dom Abbade Geral da Congregação de São Bento Frei Sebastião de São José.

Com este Avizo se leo juntamente o Breve expedido pelo Nuncio Apostolico, Arcebispo de Damiata em data de 24 de Abril de 1798; no qual de seu motu proprio e a insinuação de Sua Magestade, nomeia para Dom Abbade Geral da nossa Congregação ao Nosso Reverendissimo Padre Pregador Geral Frei Manoel de Santa Rita Vasconcellos; para Definidores o Mestre Frei Antonio de Santa Escolastica, Frei Bernardo da Conceição Beltão, Frei Roque de São Placido, Frei Antonio da Annunciação e Frei Luis de S. José; e para Visitadores os Muito Reverendos Padres Pregadores Frei Manoel de São Joaquim, e Frei Joaquim de Nazareth Camello: concedendo-lhes ao mesmo tempo faculdade de fazerem as mais eleiçoens, e estabelecerem as Actas necessarias em beneficio da Congregação.

Tomou o Nosso Reverendissimo posse no mesmo dia de manham com a solemnidade e Ceremonias do costume, e logo na Sessão de tarde se fizerão as eleiçoens para todos os Lugares da Congregação, as quaes aqui não escrevemos por extenso por se poderem facilmente ver no Livro das Actas Capitulares que chamamos Bezerros e he o do N.° 10.°.

Continuarão-se nos dias Seguintes as Sessoens do Capitulo, confirmando-se muitas das Actas estabelecidas nos Capitulos anteriores e estabelecendo-se outras de novo como tudo consta do mesmo Livro, entre as quaes faremos especial memoria de algumas, que por serem singularmente uteis á Congregação, cedem em mui particular e bem merecido louvor do Nosso Reverendissimo que as propôz e inspirou.

A primeira dellas he estabelecida em beneficio da educação e aproveitamento moral e Litterario dos Religiosos Moços. A facilidade com que elles apenas sahidos dos Collegios obtinhão os empregos de Vigarios Recebedores e Pregadores Urbicos, e com elles a izenção do coro mais penozo, e huma certa liberdade e distracção mui agradavel á natural viveza de nossos primeiros annos era cauza de que grande parte dos mesmos Religiosos moços logo em principio de seus estudos fizessem menos caso do adiantamento e honra litteraria como pouco proveitoza e igualmente difficil de adquirir, para passarem no fim do primeiro anno do Collegio filosofico, ao estudo da Theologia moral e dahi áquelles empregos onde achavão lucro e liberdade, e para os quaes ainda não estavão habeis os seus condiscipulos que com melhor conselho, havião seguido a carreira dos estudos elementares. Assim vinha de algum modo a ser premiada a ignorancia, e talvez a preguiça, e a ociosidade, augmentando-se cada dia mais o desprezo das Letras, e o numero de religiosos pouco instruidos ainda nos mais essenciaes deveres do seu estado.

Obviou-se portanto no Capitulo Geral com prudente arbitrio este gravissimo prejuizo, mandando-se que os Religiosos que por inaptidão ou negligencia não frequentassem o Curso inteiro dos estudos, não podessem ser admittidos a nenhum dos sobreditos empregos nem ainda obter licenças para hirem a suas patrias sem que os outros seus condiscipulos terminassem seus estudos e se achassem em estado de concorrer aos mesmos empregos e gozar dos mesmos favores.

Tambem se mandou em geral que nenhum Monge podesse ser provido no Lugar de Recebedor sem passar effectivamente seis annos em caza de coro rigoroso. Providencia saudavel tendente a conservar na mocidade o espirito do nosso estado que facilmente se perde e dissipa quando os Religiosos de pouca idade são empregados na administração externa sem terem tido tempo de firmar-se nas virtudes monasticas pela pratica da Observancia mais aturada e mais exacta.

E ainda que não seja nosso intento prevenir aqui o juizo illuminado do Corpo Capitular; diremos todavia de passagem, que nos parecem dignas de approvação e confirmação ao futuro estas duas importantes Providencias, quanto forem compativeis com o estado da Congregação por quam uteis são ao verdadeiro bem da mocidade Religiosa, de quem depende toda a esperança da nossa Congregação.

Outra Providência se deo neste Capitulo Geral utilissima ao commodo temporal e muito mais á tranquillidade espiritual da Congregação; e foi

sobre a satisfação dos Legados a que erão ou se julgavão obrigados os nossos Mosteiros.

Logo desde o principio de nossa Reformação achamos que nossos antigos Padres se não esquecerão desta materia importantissima e digna de toda a attenção: determinando em muitos Capitulos Geraes que se fizessem os devidos exames a fim de se obter o necessario conhecimento dos nossos verdadeiros deveres, para se satisfazerem convenientemente, ou se reduzirem a justa proporção conforme o estado das nossas Rendas. E conquanto he de crer que estas providencias sortirião por então o seu effeito, e disto mesmo apparecem nos Archivos alguns indicios: todavia não sabemos que se tratasse e concluisse huma Reducção Geral sobre os Legados de todos os Mosteiros da Congregação, se não pelos annos de 1747 e 1748 sendo Geral o Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de São Placido.

Com tudo esta Reducção ficou por muitos motivos imperfeita: e continuando desde então a augmentar-se progressivamente a desproporção entre os Legados e os Fundos ,e a renascerem novas cauzas que fazião a satisfação dellas tão gravoza e complicada, como era incerto o dever a respeito de muitos; e subsistindo finalmente sobre esta materia gravissimas duvidas e escrupulos: tomou o Capitulo Geral de 1795 a resolução de commetter ao Reverendissimo que então era o cargo de fazer sobre este ponto extrahir Mappas exactos dos Archivos da Congregação, a fim de se vir no conhecimento do verdadeiro estado dos Legados, e se cuidar em nova Reducção com que os Mosteiros ficassem livres de duvidas ao futuro, e ao mesmo tempo encarregados de deveres proporcionaes ás suas forças.

Extrahirão-se com effeito as precizas clarezas e relaçoens: e com tudo ou porque a concorrencia de outros objectos obrigasse o Nosso Reverendissimo Frei Bernardo a sobreestar a este; ou por que elle por sua propria natureza envolvia duvidas e difficuldades que por então não se poderão remover; he certo que no fim daquelle Triennio se achava este negocio no seu primeiro estado ficando reservado ao Nosso Reverendissimo toda a gloria e satisfação de o concluir com tanta utilidade da Congregação, e dos individuos della, como adiante mostraremos em seu proprio Lugar.

Neste mesmo Capitulo Geral se criou com utilissima e igualmente louvavel providencia o Lugar de Cartorario-mór da Congregação, a cujo cargo foi incumbido o rever e examinar os Archivos dos Mosteiros, ordenar e arranjar seus titulos, e Indices; e extrahir delles Memorias certas, e provadas para a seu tempo se levantar sobre estas bazes o edificio da

nossa Historia ate agora envolvida em muitos defeitos, obscuridades e incertezas. E posto que ja no Capitulo Geral de 1780 se tinha escolhido e nomeado para este mesmo Ministerio o Muito Reverendo Padre Pregador Frei Pantaleão de Santo Thomas, hoje falecido, Monge animado de singular zelo pelo bem da Congregação, e sobremaneira laborioso, e applicado á satisfação de seus deveres; com tudo nem se continuou tão sabia providencia nos Capitulos seguintes, nem então mesmo lembrou o unir a este difficil e trabalhoso emprego alguma especie de distinção e honra, que servisse de estimulo para se emprehenderem e superarem as fadigas alias gloriosas, que elle demanda.

A isto attendeo o Nosso Reverendissimo com o seu costumado discernimento, fazendo que se concedesse ao mesmo emprego Voto em Capitulo Geral; e que nas Actas Capitulares se recommendasse aos Dons Abbades dos Mosteiros o apromptarem ao Cartorario-mor com decente e religiosa liberalidade tudo quanto fosse necessario não so ao seu tratamento mas tambem ao commodo e facil desempenho do seu cargo.

A eleição do Cartorario-mór foi reservada para o futuro á escolha do Nosso Reverendissimo: mas neste Capitulo se elegeo o primeiro, e foi o Muito Reverendo Padre Mestre Frei Antonio da Assumpsão Meireles Jubilado em Filosofia e Mathematica, o qual ja no Triennio passado a pedido e recommendação do Nosso Reverendissimo Padre Frei Bernardo da Esperança tinha arranjado e ordenado os Titulos e Indices dos Archivos nos dois Mosteiros de Ganfei e Pombeiro, e extrahido suas Memorias, dando deste modo mui abonadas provas do seu espirito tão laborioso como exacto e dos Conhecimentos Paleograficos que tem adquirido por sua incansavel curiosidade. E ja neste Triennio concluio o Padre Mestre Cartorario-mór o mesmo utilissimo trabalho no Mosteiro de Paço de Sousa, aonde tambem fez com exacto discernimento huma Relação circunstanciada de todos os Legados a que o Mosteiro era obrigado segundo seus Titulos, descrevendo as suas diversas alteraçoens, e actual Estado. A qual Relação se conserva em deposito no Cartorio da Secretaria da Congregação neste Mosteiro de Tibaens com os outros Papeis e Instrucçoens relativas aos Legados de todos os Mosteiros e suas Reducçoens.

A ultima Providencia finalmente do Capitulo Geral, de que julgamos dever fazer aqui particular memoria he relativa ao melhoramento e reforma do nosso Cerimonial: objecto que tem sido tentado em muitos Capitulos geraes, infructuosamente, e que he para desejar seja levado ao seu ultimo complemento.

Para este effeito nomeou o Nosso Reverendissimo logo no principio do seu Triennio aos Muito Reverendos Padres Pregadores Frei Joze de Santa Roza Vasconcellos Dom Abbade de São Bento da Saude de Lisboa, o Mestre Frei Pedro dos Martyres Dom Abbade de Rendufe, o Mestre Frei Francisco dos Prazeres Lente Conductario na Universidade de Coimbra, o Mestre Frei Antonio de Santa Escolastica, Definidor 1.°, o Mestre Frei Manoel do Sacramento Garção, Procurador Geral de Braga, os Mestres Frei Francisco de Santo Tomas e Frei Dionysio de São Miguel Oppositores em Teologia na Universidade e o Pregador Geral Frei Manoel José do Rozario.

E participando-lhes esta nomeação por Carta de 28 de Junho de 1798, nella recomendava o zelo e efficacia com que devião trabalhar na execução de tão util projecto fazendo breve e clara exposição dos pontos que julgassem dignos de alterar-se ou corrigir-se, para que do exame e combinação de suas advertencias e reflexoens se podesse emfim deduzir hum resultado util e conveniente á intentada reforma.

Estabelecidas em Capitulo Geral estas e outras saudaveis disposiçoens a beneficio da Observancia Monastica e do bem temporal de nossa Congregação se dissolveo o Corpo Capitular, e começou o Nosso Reverendissimo a carreira de sua Administração, cujos principaes successos descreveremos com fiel e sincera narração como pede o respeito que professamos á verdade.

No Agosto do primeiro anno partio o Nosso Reverendissimo para a Corte a beijar a Mão a Sua Alteza o Principe Dom João que desde o anno de 1798 se achava governando estes Reynos em nome da Rainha Dona Maria 1.° sua May.

E satisfeito este dever de justa subordinação e respeito, começou o Nosso Reverendissimo a empregar todos os seus cuidados no bem e utilidade da Congregação, como quem entendia que este devia ser em todo o tempo do seu Governo o principal objecto de sua attenção, e disvellado zelo.

Havia mais de dois annos que por Ordem publica da Soberana se exigia para as Despezas publicas da Nação do Clero Secular e Regular a Decima de todos os seus Rendimentos: para cujo Lançamento, tinhão todos os nossos Mosteiros appresentado perante os Excelentissimos Ordinarios, que delle havião sido encarregados, os Mappas de todas as suas Rendas, assim Dizimos das Igrejas, como Foros, Capellas, Quintas, Passaes etc.

Sobreveio a este Imposto outro mais onerozo em si, e mais difficil por suas circunstancias: e foi exigir dos Grandes Donatarios (em cuja Classe erão comprehendidos os nossos Mosteiros) o quinto de todos os Rendimentos dos Bens que lhe houvessem provindo ou immediatamente

da Real Coroa, ou das Grandes Personages que tinhão representádo e figurado como Senhores de Feudos.

Foi forçoso, para se verificar esta Taxa, manifestarmos aos Ministros Seculares o importe das nossas Rendas, os Bens ou Fundos que as produzem, a sua natureza e qualidade, e os Títulos Originarios por que os possuimos: sofrendo, ja para este fim, não pequenos incommodos e inquietaçoens da parte dos Magistrados, que sendo de ordinario propensos para diminuir e coarctar a nossa chamada opulencia, e as nossas prerogativas, não deixarão de aproveitar nesta occazião todos os meios de nos abater e opprimir. O que todavia queremos que se entenda em geral, porque em todo o tempo e em todas as Classes ha homens de verdadeira e solida probidade que respeitão e protegem a Religião, e os seus Ministros.

Seguio-se a esta primeira diligencia o lançamento das Decimas e Quintos, cuja arrecadação alem de produzir novos motivos de opressão para os Mosteiros, offerecia aos Magistrados hum meio facil de exercitárem sobre nós a cada passo sua pezada auctoridade, com o fundamento do progressivo augmento das rendas, e necessidade de novas averiguaçoens, que não deixavão de fazer-se cada anno com incommodo dos Mosteiros, distração dos Officiaes, e despezas quotidianas.

A fim pois de evitar todas estas consequencias emprehendeo o Nosso Reverendissimo com mui prudente e maduro conselho offerecer ao Principe vinte mil cruzados annuaes pagos em Lisboa por todos os Mosteiros da Congregação, ficando estes izentos da auctoridade dos Magistrados no que respeitasse a Decima e Quinto, e tomando o mesmo Nosso Reverendissimo sobre si o cuidado de fazer annualmente a proporcionada e competente derrama das quotas partes que cada Mosteiro devia pagar para prefazer a mencionada quantia (Requerimento feito em Setembro de 1798).

E não obstante ser tão justa esta pertenção, quanto proveitoza ao Real Erario, assim pela quantia offerecida exceder a que nos annos antecedentes haviamos pago, como pela facilidade e segurança de sua annual arrecadação: comtudo não foi sem graves incommodos, e assiduas diligencias que ella se efeituou, por ser precizo que a efficacia e actividade incansavel do Nosso Reverendissimo removesse ou superasse os obstaculos que lhe oppunhão ja as malfundadas ideas dos Ministros a respeito da nossa tão exaggerada riqueza; ja os errados calculos que della se havião feito pelos Mappas de nossas rendas extrahidos com pouca exactidão no anno de 17... (*); já finalmente motivos e interesses particulares que convem reservar em prudente silencio.

(*) Incompleto no textu

Triunfou porem de tudo o zelo activo e industriozo: e sendo a Congregação comprehendida no Decreto de 4 de Novembro de 1798 que aceitava em geral ás Corporaçoens Regulares semelhantes offertas, ou as convidava a fazerem-nas; ainda depois em particular nos foi declarada a benigna Acceitação Real dos vinte mil cruzados na forma referida pelo Avizo e Ordem de... (1) de Março de 1799 dirigida ao Nosso Reverendissimo pelo Expediente do Excelentissimo Marquez Mordomo-mór prohibindo-se aos Ministros subalternos o inquietarem-nos mais a este respeito pela outra Ordem da Superintendencia Geral das Decimas de 22 de Março de 1800 publicada na Circular de 2 de Junho de 1800 como consta dos Originaes e Copias guardadas no Archivo da Secretaria.

E deste modo ficou a Congregação gozando de mais alguma tranquillidade e socego devido sem duvida ao Governo do Nosso Reverendissimo a quem a mesma Congregação reprezentada na Junta do Definitorio de 25 de Abril do mesmo anno de 1799 julgou dever aggradecer com bem merecidas expressoens de Louvor este assignalado Serviço.

Outro porem não menos importante sollicitava os cuidados do Nosso Reverendissimo no tempo da sua demóra na Corte, e era a concluzão da tantas vezes infructuozamente concebida e projectada Reduccão dos Legados da Congregação.

Demandava este objecto laborioza applicação, e zelo efficaz não só por assim o haver recomendado o Capitulo Geral, como dissemos, mas tambem e particularmente pelas difficuldades em que se achava involvida (sic) e pelos bem fundados escrupulos, que sobre este ponto havia em alguns Mosteiros da Congregação que era necessario remover e dissipar.

A difficuldade porem de qualquer empreza util á Congregação era de ordinario novo estimulo para o incansavel zelo do Nosso Reverendissimo.

Começou portanto o desempenho desta exigindo dos Mosteiros por Cartas Circulares com data de 8 de Agosto de 1798, novas informaçoens dos Legados que se satisfazião ou devião satisfazer, da existencia e valor de seus fundos, dos que se não cumprião, e das cauzas desta falta, dos que em algum tempo havião sido reduzidos etc., e finalmente do estado em que se achava cada Mosteiro a este respeito, quanto se podesse averiguar pelos Documentos, e Lembranças existentes em seus Archivos.

Obtidas estas Informaçoens, e combinadas com a possivel exacção não só com as que no Triennio antecedente se havião extrahido dos Archi-

(1) Em branco no texto.

vos por huma semelhante Ordem, mas tambem com as que em 1747 tinhão servido á Reducção do Nosso Reverendissimo Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de São Placido; e applanadas assim de alguma sorte parte das difficuldades que se oppunhão á execução deste importante negocio; pedio por Supplica feita a 21 de Outubro de 1798 o Nosso Reverendissimo ao Santissimo Padre Pio 6.º se dignasse auctorizar como com efeito auctorizou o Nuncio Apostolico nestes Reinos para poder em nome de Sua Santidade e com plena auctoridade sua reduzir, commutar, e remittir quaesquer Legados da Congregação, e decidir, e determinar a respeito delles tudo o que julgasse conveniente ao bem e interesse temporal e espiritual dos Mosteiros, e mais conforme ao seu Estado, e actuaes circunstancias.

Foi esta Auctoridade commettida ao Nuncio Apostolico Arcebispo de Damiata por hum Rescripto datado a 24 de Dezembro do anno de 1798 em Florença para onde o Sumo Pontifice fora obrigado a retirar-se depois que a invazão das Tropas Francezas, e a Revolta do Povo Romano o despojára do Governo e Soberania de seus Estados. E ficando desta maneira mais facil ultimar a premeditada Reducção, pela commodidade que havia de informar ainda de viva voz, se precizo fosse, ao Nuncio Apostolico sobre o estado do negocio, de dar-lhe as precizas explicaçoens; de recorrer novamente a elle em qualquer accidente ou circunstancia imprevista; se formalizou na Petição e Memoria appresentada em 8 de Fevereiro de 1799 a Exposição succinta, mas verdadeira, do Estado dos Legados e seus fundos, da sua Origem e applicação das varias alteraçoens que havião transtornado em diversos tempos a proporção natural entre os Fundos e os Encargos, e da influencia que sobre huma e outra coiza tivera a varia Fortuna do Estado dos Mosteiros: indicando-se por ultimo o arbitrio que pareceo mais prudente, e o methodo mais justo, e mais commodo de effeituar a desejada Reducção, sem gravame dos Mosteiros, nem prejuizo das almas de seus Bemfeitores, como tudo mais largamente consta dos Originaes e Copias que igualmente se conservão depositadas para perpetua memoria no Cartorio da Secretaria, e no da Congregação, e nos *Costumeiros*, e Archivos de cada Mosteiro della.

Informado por este modo o Nuncio Apostolico do verdadeiro estado das Couzas, accedeo sem difficuldade a tudo quanto o Nosso Reverendissimo lhe propusera por parte da Congregação e em Beneficio dos Mosteiros e por seu Breve datado em Lisboa, a o primeiro de Julho de 1799 nos concedeo absoluta remissão de todos os Legados ate então não cumpridos e Reducção d'aquelles a que eramos obrigados, ficando a cada Monge Sacerdote a obrigação annual, e preciza de dizer sessenta Missas

pelos Deveres da Congregação, e subsistindo igualmente em seu vigor os *Anniversarios* de cada mez, os *Responsos* das sextas-feiras e sabados, e depois de Graças todos os dias ao jantar; e os *Suffragios* que conforme nossas Leis se fazem pelos Monges falecidos.

Da feliz concluzão deste saudavel projecto resultarão duas singulares e inapreciaveis vantagens a saber o socego e tranquillidade das consciencias a respeito de quaesquer faltas que tivesse havido na satisfação de tão essenciaes deveres; a facilidade e commodidade de se satisfazerem para o futuro sem confuzão ou embaraço algum, e com mais suave e proporcionado trabalho: ao que se deve ajuntar o interesse particular e individual da diminuição do encargo de Missas a respeito dos Monges que athe ahi erão obrigados a preencher o numero de cem pelos deveres dos Mosteiros. Vantagens que comparadas por outra parte com as difficuldades da empreza, e de sua execução, farão para sempre recommendavel entre nós o zelo, e actividade do Nosso Reverendissimo, e o caracter do seu prudentissimo e illuminado Governo.

No meio dos cuidados que demandavão estes importantes e principaes negocios não se esquecia o Nosso Reverendissimo de outros que por menos consideraveis não deixavão de interessar o serviço e commodo da Congregação. Taes foram:

1.º O fazer reprimir oportunamente e por ordem Superior a abuziva Liberdade com que os Soldados aquartelados desde o Novembro de 1797 no Mosteiro de São Bento da Saude pertendião senhorear-se arbitrariamente de algumas Cazas, e serventias delle não sem grave incommodo do serviço economico, decencia, e bom recado das Officinas do mesmo Mosteiro.

2.º O alcançar Ordem da Secretaria de Estado para fazer recolher aos Mosteiros de sua Conventualidade alguns Monges, que se achavão fora da Clausura, e da Obediencia dos Prelados com Breves de *Habito Retento*: pois ainda que possa succeder que semelhantes Graças sejão pedidas e alcançadas com justas e legitimas Cauzas; tambem se não pode duvidar quam nocivas sejão de ordinario as consequencias dellas para o bom nome da Congregação, e para conservação da Disciplina monastica:

3.º Expôr perante a Junta do Exame do Estado actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares os urgentes motivos que devião obriga-la a facilitar a aceitação de Noviços que podessem conservar a successão dos Monges; supprir o numero dos que em cada anno regularmente costumão falecer, e servir ao futuro os empregos tanto espirituaes, como economicos dos Mosteiros.

4.º Pedir aos Mosteiros por Cartas Circulares em data de 24 de Novembro de 1798 a relação de todos os Titulos que nos ultimos Reinados se havião mandado para a Meza das Confirmaçoens a fim de se averiguar (como effectivamente se averiguou) se porventura alguns delles se achavão ainda fora dos competentes Archivos para se deligenciar a sua restituição: e se nos mesmos Archivos existião para nossa futura Segurança as precizas Cautellas authenticas por onde se nos concedeo a prorogação da Validade dos mesmos Titulos até effectivo complemento das referidas Confirmaçoens.

5.º Finalmente, Prevenir por outra Carta Pastoral Circular em data de 12 de Janeiro de 1799 que os Monges da nossa Congregação se abstivessem de entrar nos Bilhares, Theatros, Passeios Publicos, Cazas de Bebidas, etc. e de concorrerem a Feiras, Mercados, Romagens e outros semelhantes Ajuntamentos Publicos não só improprios do decoro, sizudeza, e gravidade da nossa Profissão, mas tambem com o saudavel fim de acautelar que algum dos mesmos Monges incorresse nas severas cominaçoens impostas pelo Intendente Geral da Policia aos Religiosos que frequentassem os ditos Lugares e que a Congregação viesse por este modo a experimentar quebra ou diminuição no credito, bom nome, e publico conceito que felizmente ainda conserva.

Todos estes objectos, e outros que por brevidade omittimos, dividião o zelo incansavel ,a attenção solicita, e a vigilancia desvellada do Nosso Reverendissimo, que á maneira de hum Pai amante de seus filhos, e cuidadozo de tudo o que pode estabelecer ou firmar a sua felicidade, se empregava ao mesmo tempo e sem interrupção, ja em promover os commodos temporaes da Congregação; ja em acudir ás suas espirituaes necessidades; humas vezes em segurar ou preservar o patrimonio dos Mosteiros com adequadas providencias; outras vezes em acautelar as infracçoens das Leys e a alteração da saudavel regularidade e Disciplina que constitue o principal caracter de huma Sociedade Virtuoza e bem Governada.

Retirou-se emfim o Nosso Reverendíssimo da Corte a ... (1) de Fevereiro de 1799 para começar a primeira Vizita dos Mosteiros; e animado sempre dos mesmos habituaes sentimentos não omittia exame ou diligencia alguma, que podesse inteira-lo do verdadeiro estado de cada hum delles e de sua administração espiritual e temporal, para prover a huma e outra coiza como exigissem as circunstancias, e lhe inspirasse a sua Prudencia.

Por toda a parte recommendava o Nosso Reverendissimo a observancia

(1) Em branco no texto.

Regular, como baze fundamental do Estado Religioso, e primeiro principio de nossa felicidade: e convencido de que a simples recomendação he por si só de ordinario infructuosa e inneficaz para produzir o desejado effeito, não deixava nunca de acompanhá-la assim da efficacia do proprio exemplo, como de merecido e publico Louvor, ou de conveniente reprehensão e proporcionado castigo; sendo sempre neste tão moderado e benigno, que antes inculcasse sentimentos de Pai piedozo e indulgente, do que aspereza de Juiz severo e rigorozo, com o que deixava confuzos e não poucas vezes aggradecidos os culpados, e a todos sempre admirados da suavidade e brandura de seu proceder.

Nos Mosteiros pequenos, aonde he mais facil introduzir-se a relaxação da Disciplina Regular; era tambem á proporção mais sollicita a diligencia, e zelo do Nosso Reverendissimo em inspirar, promover, e fazer observar aquelles actos monasticos que não dependem do numero de Monges e com que, por isso mesmo, se deve supprir a falta dos outros que com edificante pontualidade se cumprem nas Cazas mais Regulares.

Igual cuidado lhe merecia em toda a parte a boa Administração das Rendas e Bens temporaes: e conhecendo o Nosso Reverendissimo que nestes tempos principalmente se fazia necessario estabelecer e firmar prudentes maximas de boa economia, a fim de podermos acudir aos novos Encargos publicos, e fazer face á geral e extraordinaria carestia de todos os Generos motivada pela guerra cruel e sanguinolenta em que ha alguns annos se acha implicada toda a Europa; jamais deixava de attender a este importantissimo objecto, e de prover a elle com justas e saudaveis providencias.

Lembrar-nos-hemos aqui em particular da prudente advertencia com que prohibia a singularidade e profuzão com sua pessoa no trato da meza, querendo que neste particular se não alterasse em seu obsequio hum só ponto do que prescrevem ou permittem as Constituiçoens da Congregação. E daquelle raro e estremado desinteresse com que recusou constantemente aceitar as modicas offertas que a titulo de caridade se costumão dar aos Vizitadores dos Mosteiros, ainda com permissão e consentimento das mesmas Constituiçoens.

Nem he menos digna de Louvor a moderação religiosa que inculcou e prescreveu a todos os Prelados no tratamento dos hospedes, querendo sim que estes fossem recebidos e agasalhados com facil, benevola, e decente hospedagem; mas sem o apparato de mundana ostentação que alem de ser pouco conveniente a quem professa humildade e pobreza, serve as mais das vezes de dar ao publico falsas ideas da nossa opulencia; e de

inculcar hum excessivo superfluo que em realidade não temos, nem gosamos.

E para que se não imagine por ventura que as maximas economicas eram efeito, como muitas vezes acontece, de genio e condição menos liberal, cumpre notar aqui que em alguns Mosteiros da Congregação mandou o Nosso Reverendissimo augmentar a esmola da Portaria em attenção aos muitos Pobres que a ella concorrião opprimidos da geral miseria publica: Que neste proprio Mosteiro de Tibaens chegárão a repartir-se desde o mez de Maio de 1798 até o de 1799 — 2.404 alqueires de pão cozido á incrivel multidão de gente miseravel que de Prado, Vilar e Freguezias circunvizinhas, e até dos Bairros mais remotos da Cidade de Braga vinhão buscar alivio á sua pobreza e necessidade; e finalmente ,que não chegou ao Nosso Reverendissimo em parte alguma hum só indigente que não experimentasse os efeitos da sua liberal e compassiva humanidade, tendo o Secretario da Congregação que então era, e isto escreve, ordem positiva de não negar jamais o socorro da esmola aos miseraveis que o implorassem.

Nem julgamos necessario comprovar esta verdade com o notavel artigo da Carta Circular de 12 de Janeiro de 1799, aonde o Nosso Reverendissimo depois de recomendar aos Muito Reverendos Padres Dons Abbades e Vigarios Regulares com mui sérias expressoens o cuidado sollicito de instruir nas Verdades da Religião, e nas Maximas da Moral christam as Pessoas que estavão a seu cargo, lhes lembrava ao mesmo tempo a piedosa Liberalidade com que devião acudir á Pobreza atenuada pelas crueis circunstancias e estreiteza dos tempos, e repartir com os indigentes nossos Comproprietarios aquella porção de rendimentos que a generosa liberalidade dos Fundadores e Dotadores dos Mosteiros com religiosa consideração lhes destinou.

Mas não devemos absolutamente passar em silencio outra decisiva e mui abonada prova da generosa e paternal bondade do Nosso Reverendissimo de que algumas vezes fomos testemunha, e que só por si bastaria para caracterizar os sentimentos do seu coração, e faze-los reccommendaveis ás pessoas sensiveis.

Consiste esta em que observando o Nosso Reverendissimo pela Conta que os Monges nas Vizitas costumão dar de seus moveis e peculio; que alguns se achavão em extremo pobres, ou de todo destituidos dos meios que a nossa actual Disciplina permite para proverem a suas religiosas necessidades; logo com benigna caridade lhes mandava acudir com alguma quantia proporcionada ás circunstancias, sem ao menos esperar que elles implorassem a sua beneficencia e compaixão e violentassem o natural

pejo que muitas vezes nos prohibe de patentear a nossa indigencia. Caridade verdadeiramente paternal, digna de eterno louvor, e mui propria de hum Prelado que se preza de preencher com fidelidade os sagrados deveres que lhe impoem o seu nome e o seu ministerio.

Deste modo hia o Nosso Reverendissimo deixando por toda a parte os effeitos da bondade do seu coração, e vigorando com os proprios exemplos a doutrina que ensinava, e recommendava aos Monges, ate que finda a Vizita de todos os Mosteiros, se recolheu a este de Tibaens, que como Caza propria sua sollicitava mui especialmente o seu disvello.

Em todo o tempo desde o principio da sua administração, se não havia o Nosso Reverendissimo esquecido dos deveres que lhe impunha o particular Governo desta Caza, attendendo já ao bem espiritual de seus subditos, já aos commodos temporaes do Mosteiro; mas agora recolhido a elle, e hum pouco mais alliviado do pezo dos trabalhos que sofrera em beneficio da Congregação, se empenhou em promover huma e outra coisa com maior cuidado, lembrando-se com prudentissima reflexão, que a saudavel regularidade e observancia teria poderosa influencia sobre os demais Mosteiros e serviria como de espelho, á vista do qual os outros Prelados e Subditos composessem as suas acçoens.

Nos actos Conventuaes do Coro diurno e nocturno, do Refeitorio, Disciplina, e mais funçoens da Communidade era frequentissimo: sem que bastassem a desvia-lo da satisfação deste dever nem os cuidados que de continuo lhe cauzava o Governo da Congregação; nem a frequencia de Negocios que no seu triennio occorrerão em beneficio della; nem a necessaria assistencia que politicamente fazia aos hospedes de Graduação e respeito; nem finalmente o assiduo, e muitas vezes importuno trabalho dos Correios a que respondia do proprio punho consumindo neste penoso, mas necessario exercicio não pequena parte do seu precioso tempo.

Nas outras observancias regulares era o Nosso Reverendissimo igualmente exacto e pontual dando em si mesmo o primeiro exemplo da perfeição monastica, que aos seus subditos inculcava, e mostrando opportunamente a favor dos mais pequenos pontos da Disciplina aquella prudente severidade e saudavel rigor, que nas actuaes circunstancias dos tempos e no meio da notavel decadencia que vão experimentando estas Santas Instituiçoens, he talvez o unico meio efficaz de occorrer á sua total ruina, e ao absoluto aniquilamento do espirito e Virtudes proprias do Monachato.

Assim conservava o Nosso Reverendissimo o seu Mosteiro em Santa regularidade, não faltando aos Monges com o necessario e indispensavel alivio que as Leis e Uzos legitimos permittem e a razão approva; nem

auctorizando com intempestiva bondade, e mal entendida prudencia, os abusos, e a relaxação.

Para todos era de prompto e facil acesso; mas sabia com notavel discernimento mostrar-se benigno, e favoravel aos Monges de probidade e merecimento e amigos de seus deveres e pelo contrario severo e grave para com os duros e indisciplinados; sendo todavia de coração compassivo e facil em perdoar, quando via o arrependimento e a emenda: e obrando sempre com tão prudente igualdade, que dos bons era grandemente louvado, e os máos se não atreviam a nota-lo em seu proceder.

Tinha o Nosso Reverendissimo particular vigilancia sobre a boa educação dos Noviços e Monges juniores, que sendo de ordinario por sua pouca idade mui doceis e flexiveis aos sentimentos, que naquelles primeiros annos se lhes inspirão, requerem por isso mesmo cuidados mais attentos, e huma circunspecção mais melindrosa. E não obstante ter o Nosso Reverendissimo antecipado de algum modo a satisfação deste importante dever pela eleição de hum Mestre de Noviços em quem concorrião e concorrem as mais relevantes qualidades; nem por isso deixava de informar-se com frequencia do estado dos mesmos Noviços e Juniores; do caracter, e indole de cada hum delles; do seu adiantamento e progressos que fazião na Virtude e regularidade; e finalmente das utilidades que a Congregação poderia ao futuro colher de seus talentos e capacidade: servindo-se do conhecimento, que a respeito de cada huma destas coisas adquiria, para anima-los á Virtude por meios proprios, convenientes, e accommodados ás circunstancias, em que cada hum delles se achava.

Convencido por outra parte das vantagens do estudo, do saber, e de quam conveniente seja criar os Religiosos moços no habito do trabalho e da applicação, e inspirar-lhes desde os primeiros annos o gosto da Litteratura, e dos conhecimentos uteis, lhes destinou Mestre que nas horas que restassem dos exercicios monasticos, e actos de comunidade, os instruisse na Latinidade, Rhetorica, e Principios da Lingua Hebraica, habilitando-os deste modo para fazerem depois mais faceis progressos nas Sciencias maiores que nos Collegios se costumão ensinar.

Em promover e melhorar o temporal do Mosteiro foi o Nosso Reverendissimo não menos sollicito que judicioso: porque não erão as Obras apparatosas mas sim os reparos uteis e necessarios que merecião o seu principal cuidado. Nem julgamos improprio deixar aqui em memoria, que no seu triennio se repararam ou antes fizerão de novo com grande despeza todos os telhados deste Mosteiro e Igreja e os madeiramentos aonde precizavão: se acudio com Linhas de ferro, e vigas de madeira á segurança do

dormitorio antigo do lado do nascente e meio dia e de huma parte do lado occidental que todos ameaçavão alguma ruina: se melhoraram de roupas e trastes todas as Hospedarias e mais officinas que precizavam: se solhou de madeira o Coro que 'antes tinha o pavimento de marmore, ficando mais commodo e agazalhado, e não menos formoso; e servindo o mesmo marmore para o pavimento da Sacristia: se tornou mais alegre e mais commoda, e aseada a Caza da Dispensa: se fez de novo a Caza da Secretaria como agora se vê com communicação commoda para a Cella dos Nossos Reverendissimos e do Secretario; se pozerão vidraças nas duas janellas conventuaes do meio dia, aonde os Monges costumão ajuntar-se nas horas permittidas em honesta Conversação; e nas sinco do Salão e topo occidental da Galaria; e finalmente se fizerão outros muitos reparos (que constão do Estado) na verdade miudos, e talvez ao parecer de alguns de pouca monta; mas tendentes á conservação, e decencia do edificio, e sobre tudo ao commodo e utilidade dos Monges, preferindo o Nosso Reverendissimo huma e outra coiza á gloria vam, e não poucas vezes ridicula de deixar a lembrança do seu nome em Obras de ostentação e capricho que alem de consumirem inutilmente rendas consagradas a melhor destino, servem tambem de offender e escandalizar os seculares ainda menos prevenidos, e dar-lhes falsas ideas da nossa opulencia, e talvez da nossa vaidade.

O melhoramento da cultura das nossas terras mereceo tambem os cuidados do Nosso Reverendissimo, que por experiência, e reflexão conhecia ser este hum dos meios mais efficazes de conservarmos as nossas rendas, e de obtermos recursos com que possamos acudir nas actuaes circunstancias, á nossa decente sustentação, ao socorro dos pobres e á satisfação dos publicos encargos.

Movido deste conhecimento vigiou sempre com particular attenção sobre este ramo da administração do Mosteiro, não reputando improprio do seu lugar conferir muitas vezes com o Mordomo sobre as diversas operaçoens, e trabalhos da Agricultura, e sobre os methodos de a dirigir com mais acerto, e melhor economia.

Mandou plantar na Cerca o novo olival que fica alem da Capella de São Bento, e em outros lugares muitas vides tanto de raiz como de bacello e grande quantidade de enxertos de Fruteiras de diversas qualidades. Fez vir da Provincia do Alentejo homens entendidos na cultura das Oliveiras que podassem, limpassem, e melhorassem os extensos olivaes deste Mosteiro. E com a mesma providencia chamou do Districto do Alto Douro hum trabalhador habil no trato das vinhas para regular e dirigir o amanho e

cultura do vidonho, e transmittir o seu methodo aos trabalhadores deste paiz.

Nas tres Quintas de Mire, Pedroso e Anjo fez plantar não menos que 1806 plantas de varias qualidades; e, para resguardo da primeira, começou a circunda-la de hum muro mais alto e mais seguro, qual convinha a tão nobre Propriedade, deixando applicada no Estado quantia sufficiente para o seu acabamento e perfeição.

Finalmente havendo fallecido no decurso do triennio o Monge, que por espaço de quarenta annos, administrára as rendas que o Mosteiro possue nos seus Coutos de Mendo e Estella; e inteirado o Nosso Reverendissimo do descuido que tinha havido em melhorar e fazer fructuoso aquelle terreno, e das consideraveis utilidades que delle se podião tirar; nomeou para Procurador dos mesmos Coutos o Padre Pregador Frei João do Desterro, Monge de singular zelo, intelligencia, e actividade, que começando logo a cooperar com as intençoens do Nosso Reverendissimo não só conseguio reduzir a cultura, ainda durante o seu triennio, hum espaço de terra equivalente a duzentos alqueires de semeadura, que se repartio a novos Cazeiros a titulo de prazo segundo o Plano por elle formado e approvado em Concelho; e alem disso fez semear em todo o limite do Couto pela parte do mar hum grande Pinhal de meia legua em comprimento e dez varas de largura, com o principal fim de oppôr hum obstaculo ás areas que impellidas dos ventos, e achando alias facil entrada, continuarião a vir inundar as terras dos mesmos Coutos com prejuizo cada vez maior de seus habitantes, e dos interesses do Mosteiro.

Nem forão menos em beneficio delle [Mosteiro] e augmento de suas Regalias as reivindicações intentadas no Juizo da Coroa dos Padroados das Igrejas de São Saturnino, de São Adrião de Padim da Graça, e de São Paio de Merlim, que sendo em outro tempo da Aprezentação do mesmo Mosteiro se achavão desde longos annos alienadas, uzurpadas, e desmembradas do seu Património, e que agora mediante esta diligencia, tornarão provavelmente a unir-se a elle pelo direito que nos compete como Donatarios da Real Coroa.

E todavia no meio destes cuidados não afrouxava em nada o zelo do Nosso Reverendissimo pelo bem da Congregação em geral, e de cada Mosteiro em particular, acudindo ás necessidades de todos, ora com providencias geraes adequadas ás circunstancias, ora com particulares avizos, insinuaçoens, e conselhos, repartindo com a mais severa igualdade o louvor aos benemeritos, que singularmente amava e distinguia; a reprehensão

e correcção aos menos bem morigerados; e finalmente a todos e cada hum a paternal doutrina de que necessitavão.

Succedeo por este meio tempo o falecimento do Santissimo Padre Pio 6.°, por occasião do qual mandou o Nosso Reverendissimo, fazer em todos os Mosteiros da Congregação publicas demonstrações de Sentimento, e solemnes Exéquias pelo seu eterno e feliz Descanso (Carta Circular de 14 de Outubro de 1799 (1)): E verificando-se pouco depois, com geral contentamento dos Fieis, e não sem particular influxo da Providencia, a eleição de Supremo Pastor da Igreja, na Veneravel Pessoa do Santissimo Padre Pio 7.° ora Presidente na Igreja de Deos; mandou outrossim o Nosso Reverendissimo que por toda a Congregação se fizessem publicas e solemnes demonstraçoens de Alegria, e de Acção de Graças assim pelo beneficio que a mesma Santa Igreja vinha de receber do Ceo em tão criticas e temerosas circunstancias; como tambem pela particular Gloria, que desta Eleição resultava à Ordem Beneditina, aonde o Santissimo Padre aprendera e cultivára as sublimes Virtudes e eminentes Qualidades que o elevárão á alta Dignidade de Supremo Pastor da Igreja (Circular de 26 de Maio de 1800 (2)).

O Santissimo Padre Pio 7.° que dantes se chamava Gregorio Bernabé Chiaramonte nasceo em Cezena a 11 de Agosto de 1742. Era sobrinho de Pio 6.°. Entrou aos 16 annos na Religião Benedictina e foi leitor de Theologia com grande credito. Seu Tio o nomeou Bispo de Tivoli e a 11 de Fevereiro de 1785 o fez Bispo de Imola e Cardeal. A sua eleição se publicou a 14 de Março de 1800, havendo durado o Conclave desde o 1.° de Dezembro de 1799, o qual se celebrou no Mosteiro Benedictino de S. Jorge de Veneza.

Pela mesma occazião, e com os mesmos motivos dirigio o Nosso Reverendissimo ao Santissimo Padre em nome da Congregação de Portugal huma Carta Gratulatoria escrita em Lingua latina em data das Nonas de Junho de 1800 — por mão do seu secretario de Estado Gonzalvi hoje Cardeal da Santa Igreja de Roma [...] (3).

Entrado ja o terceiro anno do triennio e havendo o Nosso Reverendissimo de voltar á Corte não só a vizitar os Mosteiros que ali tem a Congregação mas tambem a pedir a Sua Alteza Real (Regente já então) licença para a celebração do futuro Capitulo Geral; começou em tempo competente 2.ª e ultima Vizita dos Mosteiros desta Provincia, na qual ani-

(1) Aposto na margem do manuscrito pelo autor.

(2) Aposto na margem do manuscrito pelo autor.

(3) O texto está incompleto, visto que, após a palavra Roma, vem ainda um princípio de frase começada assim: «na qual depois...».

mado do mesmo zelo e prudencia, que havia presidido a todas as operaçoens do seu Governo, e ja mais inteirado do estado particular e individual de cada Mosteiro, das suas circunstancias, interesses, e necessidades assim espirituaes como temporaes e da conducta e caracter pessoal dos Prelados, e Subditos, hia o Nosso Reverendissimo provendo a tudo com o mais illuminado discernimento, e discreta circunspecção, não ficando coisa alguma que por miuda ou menos importante não excitasse a sua attenção e perspicaz observação, e não merecesse a sua justa e sabia providencia.

Conhecia muito bem o Nosso Reverendissimo que nenhuma coisa he mais funesta ás Corporaçoens Regulares do que o desprezo, tolerado das pequenas observancias, de que ordinariamente se origina o pouco respeito ás Leis, e com elle huma sensivel relaxação dos mais sagrados vinculos que prendem os Religiosos aos seus deveres: Conhecia quanto importa a vigilancia continua e infatigavel dos Prelados para conservar a regularidade, e sustentar em seu vigor a Disciplina: Conhecia em fim que sendo inevitaveis as faltas quotidianas, ainda nas Comunidades mais bem reguladas, com justa razão estabelecerão os Sagrados Canones e as particulares Constituições Monasticas as Vizitas dos Mosteiros como melhores e mais opportunos meios de reparar os effeitos da humana fragilidade, e de precaver a queda fatal da Observancia Monastica.

E fiel aos sagrados deveres, que estes principios lhe annunciavão, nada omittia que podesse concorrer para o seu perfeito desempenho. Nenhuma coiza que respeitasse ao bem das Communidades era pequeno para a sua consideração: nenhuma importuna para o seu zelo; nenhuma indigna dos seus cuidados. O estado espiritual e temporal dos Mosteiros sollicitava igualmente o seu disvello. Elle assistia aos actos da communidade: observava os sentimentos e a conducta dos Monges: vizitava todas as Officinas; examinava o estado da Agricultura; reflectia sobre a boa ou má administração das rendas; e a tudo dava as saudaveis providencias que estavão em seu poder, reservando outras em lembrança para as indicar e propor a seu tempo á prudente deliberação e arbitrio do Corpo Capitular.

Chegado o Nosso Reverendissimo á Corte não faltarão objectos de grave importancia, que dessem exercicio ao seu zelo e á sua actividade entre as quaes merece mui particular e aggradecida memoria o cuidado e diligencia com que salvou de huma quasi certa e total ruina os Mosteiros da nossa Provincia do Brasil. Havião as necessidades da Nação inspirado aos Ministros, a idéa de fazerem vender n'aquelles Estados os Bens das Ordens Religiosas, a fim de que o produto delles entrasse no Regio Era-

rio, pagando este annualmente quatro por cento para conservação das mesmas Ordens e Mosteiros e subsistencia de seus individuos. E persuadidos ou por erradas informaçoens ou por conjecturas menos bem fundadas, que os Mosteiros Benedictinos daquella Provincia possuião grandes Fundos e Riquezas consideraveis, fizerão dirigir aos seus Prelados pelos Governadores respectivos das Capitanias do Rio de Janeiro, da Bahia, e Pernambuco ordens mui apertadas (em 1799 (1)), para que logo sem demora fizessem avaluar seus fundos, Predios Rusticos e Urbanos po-los em Leilão publico, e effeituar a projectada venda.

Era facil prever que esta violentissima providencia viria em breve produzir a total extinção dos Mosteiros, sobre que ella se executasse: já porque os fundos vendidos com tanta precipitação não chegarião a preços razoaveis que prometessem hum interesse de futuro proporcionado ao seu valor; já porque o mesmo interesse promettido dos 4 por cento alem de ser por extremo desigual aos objectos da sua applicação se tornaria de todo insufficiente por qualquer simples retardação que houvesse em seu pagamento, não restando nesses casos aos mosteiros recurso algum effectivo ou provavel, salvo o de mendigarem esmolas para a sua subsistencia: E movido o Nosso Reverendissimo de religioso sentimento, á vista de tão funesta como inevitavel consequencia, representou a Sua Alteza Real e ao seu Ministro respectivo os justos e urgentes motivos, que havia para suspender a execução d'aquellas ordens: offerecendo (para melhor e mais facilmente conseguir favoravel despacho a suas supplicas) a Sua Alteza Real em nome daquella Provincia Benedictina:

1.º deixar livres de interesses futuros para o Real Erario 64$000 cruzados do producto de alguns predios pertencentes ao Mosteiro do Rio de Janeiro, que effectivamente se tinhão vendido para satisfazer de algum modo ás instancias reiteradas do vice-Rei Conde de Resende,

2.º dar-lhe paga e quitação de perto de 70$000 cruzados que desde varios annos devia a Fazenda Real ao Mosteiro de alugueres de Cazas em que está aquartelada a Tropa,

3.º ficarem os Mosteiros da mesma Provincia obrigados ao pagamento da Decima annual, bem como ja estavão os deste Reino e das mais Ordens Regulares.

A custa destes sacrificios foram com effeito efficazes as repetidas e infatigaveis diligencias do Nosso Reverendissimo sobre este importante objecto e em consequência delles se suspendeo o effeito das primeiras

(1) Aposto na margem do manuscrito pelo autor.

ordens, salvando-se por este modo a Provincia da eminente ruina que a ameaçava, e grangeando o Nosso Reverendissimo o mais seguro direito á sua gratidão e reconhecimento.

Este, e outros negocios de não menos ponderação occupavão o seu zelo, quando pelo Intendente Geral da Policia forão dirigidas a todos os Prelados maiores novas ordens tendentes a restaurar, conservar, e asegurar o credito vacillante das Corporaçoens Regulares offendido e maculado pela inconsideração e leviandade de muitos Religiosos, que pela immodestia dos trajes, e pela liberdade do seu proceder excitavão o reparo, e talvez o escandalo e indignação do Publico.

Em consequencia dos quaes expedio o Nosso Reverendissimo aos Mosteiros a Carta Circular em data de 8 de Novembro de 1800 — em que novamente com exhortaçoens e Providencias animava e estimulava os Monges seus subditos a que procurassem não incorrer nas graves penas, que naquellas Ordens lhe erão comminadas nem desmerecer o bom nome com que a nossa Congregação era ainda acreditada e distinguida entre o Publico.

Seguio-se não muito depois a outra Ordem tambem geral expedida pela Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento temporal das Ordens Regulares e publicada na nossa Congregaçam pela Circular de 23 de Janeiro de 1801 em que Sua Alteza Real occorria aos abusos resultantes dos Breves e Indultos de Habitos Retentos, e Licenças indeterminadas e outras com que muitos Religiosos pretextavão o residir fora das suas respectivas clauzuras, e mandava que semelhantes Indultos fossem apresentados para se verificarem perante a mesma Junta — reccommendando outrossim aos Prelados a moderação e temperança com que devião haver-se na Concessão de Licenças, para que a facilidade de as alcançar não servisse de motivo e occasião á irregularidade e dissipação dos Religiosos com detrimento da estimação e respeito devido ao Estado Regular.

Terminados os principaes negocios que demandavão a effectiva assistencia do Nosso Reverendissimo na Corte, e obtida do Principe Regente a necessaria Licença para a futura celebração do Capitulo Geral, voltou elle a este Mosteiro de Tibaens, e cheio de alegria e contentamento por ver aproximar o fim do seu laborioso, ainda que feliz e pacifico triennio, e com elle os incommodos inseparaveis do Governo de huma Corporação extensa e numerosa. Mas as circunstancias publicas que no decurso do mesmo triennio lhe havião occasionado cuidados e fadigas de varia natureza, e pouco frequentes em outros tempos; nem agora lhe deixarão gosar

em perfeito socego e tranquillidade os poucos dias que faltavão para chegar ao termo da sua gloriosa Administração.

Por quanto tendo-se tornado cada vez mais vehementes a suspeita e probabilidade de hum rompimento de guerra que ha tanto tempo nos ameaçava em crueis temores; e que effectivamente se declarou e publicou entre Portugal e Castella nos fins de Fevereiro de 1801, dirigio o Principe Regente a todos os Prelados e Corporaçoens ecclesiasticas do Reino pelo Ministro Presidente do Erario hum Avizo em data de 7 de Março pelo qual mandava que todas as pratas das Igrejas, depois de pezadas e inventariadas se remettessem a hum dos tres Conventos de Santa Cruz de Coimbra, Thomar, ou Palmella a fim de ficarem ahi de resguardo e segurança, e menos sujeitas ás naturaes consequencias que de qualquer invasão hostil se podião recear.

Ainda que esta Providencia fosse dada sob pretexto de segurança, e com o fundamento de acautelar as coizas sagradas de qualquer irreverencia, ou desacato; não era com tudo facil, que os coraçoens pios, e religiosos socegassem perfeitamente sobre a finalidade daquelles motivos, ou que ainda quando os reputassem verdadeiros, deixassem de sentir e lamentar a triste nudez em que ficavão as Igrejas ,e Santas Imagens, despojadas de seus preciozos ornamentos, e daquelle decente apparato que torna mais nobre e mais pomposo o Culto santo, e as cerimonias augustas da Religião.

Todavia a forçosa obediencia que se deve a Ordens superiores e sempre respeitaveis, obrigou o Nosso Reverendissimo a dar em Carta Circular de 18 de Março as necessarias Providencias para a execução do referido Avizo: mas não perdendo jamais a esperança de o fazer revogar ou modificar a favor da Congregação, e empregando para este fim as mais vivas e efficazes diligencias que lhe inspirava o seu zelo e a sua piedade, chegou com effeito a obter do Ministro a suspensão das mesmas Ordens, que ja se hião executando a respeito de outras Igrejas, sendo esta só acção bastante quando não houvesse tantas outras, para que o Nosso Reverendissimo merecesse o amor, o respeito, e a estimação de todos os seus subditos, e o eterno reconhecimento desta Congregação.

Continuarão depois disto a multiplicar-se com incrivel celeridade as diversas Providencias necessarias para a defeza da Nação, e com ellas novas occazioens em que o Nosso Reverendissimo podesse mostrar o seu religioso Patriotismo, e conservar á Congregação (bem que á custa de pensos sacrificios) os creditos que em outros semelhantes cazos havia merecido.

Foi huma destas occazioens o estabelecimento de hum Hospital Militar na Cidade de Braga, para o qual o Nosso Reverendissimo por insinuação do Corregedor do Porto, Intendente dos Hospitaes da Tropa fez apromptar cem camas aparelhados á custa da Congregação, dispendendo neste effeito de patriotica humanidade não menos que a quantia de 500$000 reis.

Foi outra o estabelecimento de huma Loteria Publica a beneficio do Real Erario, para com ella se preencher o Emprestimo de 12 milhões de cruzados, que as urgencias da Guerra fazião necessarios, e para a qual o Nosso Reverendissimo concorreo em nome da Congregação com duas acçoens de 240$000 reis cada huma. Cuja quantia no principio do seguinte triennio por effeito de huma nova Requisição do Governador das Justiças do Porto se augmentou depois com mais oito acçoens de que se tirarão, e se conservão os devidos conhecimentos.

Estes sacrificios, e outros que continuamente se fazião em beneficio do Estado não forão bastantes para nos pouparem o desgosto de vermos destinado para Hospital Militar o nosso Mosteiro de S. Bento da Cidade do Porto, nesta cidade mesmo em que havia tantos outros sitios, e edificios mais proprios para aquelle destino, e que a elle se podião consagrar sem offensa dos sagrados Direitos da Propriedade, e sem o dispendio que se havia de fazer no Preparo do mesmo Mosteiro.

O desgosto porem desta noticia tão inesperada como pouco merecida longe de desanimar o Nosso Reverendissimo; parece que deo novas forças e multiplicados recursos ao seu zelo e actividade: E posto que delles se não conseguio logo pleno effeito talvez por motivos que nunca deverião influir em Pessoas encarregadas da Administração Publica, todavia nem chegou a effeituar-se a sahida dos Monges, que lhes havia sido ordenada em termo breve e peremptorio; nem tam pouco chegou a organizar-se o projectado Hospital, cujo estabelecimento cessou finalmente de todo pela feliz conclusão da Paz ajustada alguns mezes depois em Badajóz.

No meio destes trabalhos chegou finalmente o fim do triennio que só o Nosso Reverendissimo dezejava: e havendo já em tempo competente publicado a Carta Pastoral (18 de Março de 1801 (1)) que por antigo costume da nossa Congregação costuma dirigir-se aos Mosteiros no fim de cada Triennio a fim de prevenir e acautelar com uteis e saudaveis providencias os abusos ou irregularidades que no tempo da vacante podem introduzir-se nos mesmos Mosteiros; terminou o Nosso Reverendissimo o

(1) Aposto na margem do manuscrito pelo Autor.

seu Governo cheio de merecimentos e de Gloria, dezejado dos bons, respeitado de todos, e digno de servir de modêlo aos futuros Prelados pelo seu zelo (*).

III — NOTICIA DOS MONGES BENEDICTINOS QUE TEM SIDO ELEITOS OU SAGRADOS BISPOS DESDE A REFORMA DESTA NOSSA CONGREGAÇÃO DE PORTUGAL, E FILHOS DELLA

1.° Dom Frei Gonçalo de Moraes [1557-1617] (1).

Nasceo em Villa-franca de Lampares na Provincia de Traz os Montes. Tomou o Santo Habito em Refoios de Basto no anno de 1557. Foi Eleito Prior de Santarem no Capitulo Geral de 1581, e outra vez em 1584 — Dom Abbade de Rendufe em 1587 — Geral da Congregação em 1590 — Dom Abbade de Lisboa em 1596.

Foi Eleito Bispo do Porto em 1602, aonde faleceo em 1617. Cooperou grandemente para se effeituar e ultimar a união dos Mosteiros em Congregação, servindo-se para isto do grande valimento que teve com El Rei Dom Felipe 2.° de Castella — Vejão-se as acções da sua vida, e a narração de suas virtudes no Catalogo dos Bispos do Porto de Dom Rodrigo da Cunha.

2.° Dom Frei Antonio de Jezus [...-1645].

Natural de Lisboa filho de Pais honrados. Recebeo o Santo Habito na nossa Provincia do Brazil. El Rei Dom João 4.° o nomeou Bispo de Meliapor nos Estados da India em 23 de Agosto de 1643.

Não chegou a Sagrar-se. Faleceo em São Bento da Saude em 1645.

3.° O Reverendissimo Frei Pedro de Souza [1599-1668].

Foi natural da Villa do Pombal filho da illustre Caza dos Condes de Castello melhor: nasceo em 1599. Tomou o Santo Habito em Santo Tirso a 15 de Março de 1614 — Foi Doutor pela Universidade de Coimbra — 3.° Reitor do Collegio da Estrella eleito em 1638 — Geral da Congregação em 1641. Dom Abbade de São Bento da Saude em 1650.

Foi Confessor de El Rei Dom Afonso 6.°, e de seu Irmão o Principe D. Pedro.

(*) A. S., «Espólio do Cardeal Saraiva», Pasta I (manuscritos).

(1) Procedemos de modo idêntico ao seguido nas *Vidas* apondo a data do nascimento e morte de cada sacerdote no texto, onde a numeração já existe.

Foi Prezidente da Meza dos Regulares, cujas conferencias se fazião no referido Mosteiro da Saude.

Foi eleito Bispo de Angra, e segundo hum apontamento que achamos de Monge erudito ,tambem chegou a ser eleito Arcebispo de Braga: mas rejeitou huma e outra Mitra.

Na occazião da Catastrofe de El Rei Dom Afonso 6.º foi mandado desterrado por Decreto do Principe Regente D. Pedro datado de 7 de Janeiro de 1668 para 20 Legoas distante da Corte; mas antes de o executar, e estando ja revogada a mesma Ordem, o prevenio a morte a 14 do dito mez de Janeiro e anno de 1668 no Mosteiro de São Bento da Saude.

4. Dom Frei Antonio da Paz [...-1671].

Nasceo em Villa do Conde de Pais honrados e virtuosos.

Tomou o Santo Habito no Mosteiro de São Bento do Porto em 1633.

Teve vários empregos na Congregação: entre elles o de Dom Abbade de Ganfey em 1656; de Rendufe em 1662; de Santarem em 1668; e no outubro deste mesmo anno foi eleito Bispo de Malaca pelo Principe Regente Dom Pedro, que depois foi Rei de Portugal.

Não chegou a Sagrar-se por se retardar a expedição das Bullas, e era voz constante, que o Principe o queria prover em outro Bispado pelo grande conceito que delle tinha.

Faleceo a 23 de Agosto de 1671, e jaz na Capella-mór de São Bento da Saude de Lisboa.

5.º O Mestre Frei Antonio da Luz [1620-1679].

Natural de Guimaraens. Tomou o Santo Habito em Tibaens a 7 de Novembro de 1635 em idade de 15 para 16 annos.

Foi graduado pela Universidade de Coimbra, duas vezes Vice-Reitor da mesma, Lente das Cadeiras de Durando, Escoto, Vespera, e Prima: e Dom Abbade do Collegio da mesma Cidade eleito em 1665.

O Principe Regente Dom Pedro o nomeou Bispo de Angola; mas elle recuzou esta Mitra:

Faleceo em Coimbra a 11 de Abril de 1679.

6.º Dom Frei Antonio Tellez da Silva [...-1680].

Foi natural de Lisboa, da Caza dos Condes de Villar-maior.

Tomou o Santo Habito no Mosteiro do Porto a 18 de Julho de 1643.

Foi eleito Dom Abbade de São Bento da Saude em 1664, reeleito em 1665, e outra vez em 1671.

Foi nomeado Bispo do Funchal em 1674.

Tomou posse do Bispado em 29 de Abril de 1675. Celebrou hum Synodo, e faleceo a 14 de Fevereiro de 1682, estando ja nomeado (segundo achamos em Lembrança) para o Bispado de Elvas. O Synodo foi celebrado em dia do Espirito Santo de 1680.

7.º O Reverendissimo Padre Mestre Frei Jeronimo de São Tiago [1644-1720].

Natural de Arrifana de Souza, filho legitimo de Domingos da Rocha de Aguiar Ferraz, e de sua mulher Maria de Souza de São Tiago, nasceo a 30 de Outobro de 1644.

Tomou o Santo Habito no Mosteiro do Porto a 11 de Abril de 1662.

Foi graduado em Teologia pela Universidade de Coimbra, e nella Lente de Mathematica; Qualificador do Santo Officio, e Examinador das tres Ordens Militares.

Foi eleito Dom Abbade de São Bento da Saude em 1692.

El Rei Dom Pedro 2.º o nomeou Bispo de Cranganor Arcebispo da Serra nos Estados da India, e tendo-se ja passado a Confirmação em Roma, renunciou por se ver opprimido de grave enfermidade.

Faleceo em São Bento da Saude a 15 de Agosto de 1720.

8.º Frei Manoel Pacheco [1620 (?)-1689].

Natural da Cidade do Porto nasceo pelos annos de 1620 pouco mais ou menos.

El Rei Dom Pedro 2.º o nomeou Bispo de Angola, cuja Mitra recuzou.

Faleceo em São Bento de Coimbra a 21 de Julho de 1689.

9.º Dom Frei João de Seixas [1691-1738 (?)].

Natural da Cidade do Rio de Janeiro: nasceo a 6 de Maio de 1691.

Tomou o Santo Habito no Mosteiro da Bahia a 16 de Junho de 1713.

Assistindo em Florença estampou hum Livro de Sonatas de Cravo, e traduzio do Italiano em Portuguez o *Giro del Mondo* por Gemelli — manuscrito.

Foi nomeado pelo Papa em Bispo de Areopoli *in partibus infidelium,* e Sagrado na Igreja de Santo Antonio dos Portuguezes em Roma a 4 de Outubro de 1733.

Em 1738 ainda vivia, e se achava no Mosteiro de São Bento da Saude de Lisboa.

10.° Dom Frei Antonio do Desterro [1694-1773].

Natural da Villa de Vianna do Minho filho legitimo de Ventura Malheiro Reimão Marinho e de Dona Pascoa Pereira: foi baptizado a 4 de Julho de 1694.

Tomou o Santo Habito em Tibaens a 22 de Janeiro de 1710.

Foi eleito Dom Abbade do Collegio da Estrella em 1737.

El Rei Dom João 5.° o nomeou Bispo de Angola em 1738.

Em 1745 foi transferido para a Sé Episcopal do Rio de Janeiro aonde faleceo em 1774, alias em 1773 a 5 de Dezembro.

11.° Dom Frei João de São Jozé [1711-1764].

Natural de Matozinhos filho legitimo do Capitão Francisco Gonsalves Dias e de Dona Joanna Dias de Queiróz da Silveira e Magalhaens: nasceo a 5 de Agosto de 1711.

Tomou o Santo Habito em Tibaens a 19 de Janeiro de 1729.

Foi muito erudito, e teve na Corte a estimação de muitas Pessoas Sabias, e de distincção, como forão os trez celebres Irmaons Dom Joze, Diogo, e Ignacio Barbosa; Dom Nuno Alves Pereira filho do Duque do Cadaval, Deputado da Meza do Santo Officio e da da Consciencia e Ordens; Paulo de Carvalho e Francisco Xavier de Carvalho Irmaons do famozo Marquez de Pombal, etc.

El Rei Dom Jozé 1.° o nomeou Bispo do Gram-Pará em 10 de Outubro de 1759.

Sagrou-se na Cidade do Porto no nosso Mosteiro de São Bento a 4 de Maio de 1760, sendo Sagrante o Bispo de Mauricastro que era Bispo do Anel do Arcebispado de Braga e Magistral da Sé do Porto, e assistentes o Nosso Reverendissimo Padre Geral Frei Francisco de São Joze e o Muito Reverendo Padre Mestre Doutor Frei Rodrigo de São Joze Dom Abbade d'aquelle Mosteiro nomeados todos para a Sagração pelo Santo Padre Clemente XIIII. Assistirão entre outras Pessoas os Dons Abbades de Santo Tirso, Rendufe, Paço de Souza, Arnoya, Bostello, Couto, e Pendorada paramentados em Pontifical.

A 6 de Maio de 1760 sagrou a Igreja de Matozinhos onde fora baptizado.

Partio para o Bispado a 7 de Julho, e chegou a 2 de Agosto do mesmo anno de 1760.

Foi chamado á Corte em 1763 e chegando em 20 de Janeiro de 1764 foi mandado retirar-se para distancia de 50 legoas, prohibido de entrar

nas Cidades do Porto e Braga, e de se conservar em menos de 5 Legoas de distancia destas duas Cidades.

Recolheo-se ao Mosteiro de Arnoya, cuja Abbadia havia recuzado em 1752, e vivendo ali alguns mezes como verdadeiro Monge, faleceo apressadamente em 14 de Agosto de 1764, tendo entrado no Mosteiro em Fevereiro do mesmo anno.

Foi Academico do numero da Academia Real da Historia Portugueza eleito em 7 de Dezembro de 1752, e Consultor da Bulla da Cruzada creado em 1758.

Vizitou o seu Bispado, começando esta ardua empreza a 19 de Dezembro de 1761, e nos deixou manuscritos a descripção curiosa da viagem, alem de outros monumentos da sua erudita, e agradavel penna.

12. O Padre Mestre Doutor Frei Jozé Sofia da Natividade [...-1812].

Natural da Cidade do Porto, filho da nossa Provincia do Brazil, aonde jubilou, adquirindo grandes creditos de Literatura.

A Rainha Dona Maria 1.ª o nomeou Bispo do Maranhão em 17... (1) honra, que não aceitou.

Tem sido ha muitos annos Procurador Geral da Provincia na Corte de Lisboa, e actualmente (neste anno de 1804) continua no mesmo Emprego. [Faleceu no Mosteiro de São Bento da Saude aos ..... de 1812] (2).

13.º Dom Frei Joze da Santa Escolastica [1742-1813] (3).

Natural da Cidade do Porto: nasceo a 20 de Fevereiro de 1742 e foi baptizado a 3 de Março com o nome de Joze Alvares Pereira.

Tomou o Santo Habito em Tibaens a 10 de Fevereiro de 1757.

He graduado pela Ordem, Mestre Jubilado, Qualificador do Santo Officio, Pregador da Real Capella da Bemposta, Revizor pela Inquizição para a Censura dos Livros; Orador insigne, e muito versado na Filosofia, Teologia, e Humanidades.

Foi Companheiro do Reverendissimo Dom Abbade Geral eleito em 1789. Dom Abbade de São Bento da Saude em 1792, e Chronista da Congregação desde 1795 até 1802, em que o Principe Dom João Regente de

(1) Em branco no texto.

(2) Acrescentado, no texto, por outra pena.

(3) Fr. Francisco de S. Luís escreveu uma outra biografia de D. Fr. José de Santa Escolástica, para o seu *Catálogo dos Ecritores Beneditinos* (inédito), biografia, aliás, bem mais expressiva do que a que agora se publica.

Portugal o nomeou Bispo de Pernambuco participando-lhe esta nomeação por Avizo da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino de 24 de Fevereiro de 1802.

Antes de se expedirem as Bullas, foi promovido pelo mesmo Principe á Sé Archiepiscopal Metropolitana da Bahia: cuja promoção lhe foi participada por Avizo da mesma Secretaria em data de 29 de Outubro de 1803.

[Foi Sagrado em 17 de Junho de 1804 na Igreja de São Bento da Saude, assistindo a esta função o mesmo Principe Regente com grande parte da Corte.

Faleceu na Cidade da Bahia em 1813 (1)] (*).

---

(1) Acrescentado, no texto, por outra pena.

(*) A. S., *Livro das Alfaias de todas as Officinas e quintas deste Mosteiro de S. Martinho de Tibaens*, fls. 32/36 v. A *Noticia*, tal qual figura neste códice, inclui ainda a biografia de outros prelados beneditinos nomeados posteriormente, cuja redacção não pertence a Fr. Francisco de S. Luís. A derradeira notícia biografa justamente o Bispo Conde de Coimbra, D. Fr. Francisco de S. Luís.

Nota final: Este trabalho foi realizado no âmbito do Projecto de Investigação PL-2 (Faculdade de Letras do Porto) do Instituto de Alta Cultura.

A Ironia e o «Humour» em Eça de Queirós, Machado de Assis e Joaquim Paço d'Arcos

Por HENNIO MORGAN BIRCHAL

Introdução: Uma descoberta literária

O primeiro contacto que tivemos com a obra de Paço d'Arcos data da chegada a Belo Horizonte de «A Corça Prisioneira». Trazia o volume uma tarja anunciadora de que se tratava do «último sucesso literário em Portugal».

Nosso interesse aguçou-se ao ver que iríamos travar conhecimento com ambiente e personagens citadinos, estando algumas destas envolvidas também noutras histórias do Autor. Essas coisas se deduziam do título geral a que se subordinava o romance — «Crónica da Vida Lisboeta» — e da relação, ao final dele, de suas personagens comuns a outros enredos. Tudo isso compunha, finalmente, a hipótese de se tratar do remate de uma obra orgânica e coerente.

Ora, naqueles fins da década de 50, andava a literatura de língua portuguesa pejada de regionalismo e de sertanismo, quer com os livros então publicados, quer com os das décadas anteriores.

Aquela obra representava também a possibilidade de se estar continuando o tecido abandonado nas alturas de 1920, com Lima Barreto, se não ainda antes. Referimo-nos ao romance de costumes, lusitano ou brasileiro, e que se entende deva ser citadino.

Era uma tradição fundada em Manuel de Macedo, António de Almeida, Alencar, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Machado de Assis, que no modernismo se interrompera, pois este não era bastante para o regionalismo e o psicologismo em que se debatia.

A leitura mais completa de Paço d'Arcos, entretanto, logo esclarece quanto à sua posição com referência ao romance de costumes: ele continua a linha de Eça e de Machado. Por que? Porque, a exemplo desses dois, a ironia (ou o «humour»?) constitui faceta substancial de seu estilo.

Dentre os mencionados autores daquele tipo de romance, ficamos pois com a célebre e alta dupla, da qual deve a obra de Paço d'Arcos ser aproximada.

Folgamos da descoberta, porque estranhávamos à grande que depois do Eça e de Machado se voltasse a escrever, em nossa língua, sem ironia.

Tentemos caracterizar cada um dos termos — ironia e «humour» — e aplicá-los aos três ficcionistas.

A) *A IRONIA*

1. *Um pouco de estilo «ab ovo»* — A palavra é grega: εἰρωνεία (eironeia). A. Bailly no seu grande «Dictionnaire» tradu-la por: «1. acção de interrogar, fingindo ignorância» e «2. dissimulação, reticência». E o eminente lexicógrafo, registrando seu emprego mais remoto em Platão («República», 337 *a*) ao lado da expressão «ironia socrática», confirma-nos na intenção de dizer que a palavra primeiro se usou para designar o método dialéctico de Sócrates. Como se sabe, este, antes de erigir suas próprias ideias através da «maiêutica», destruía as noções falsas que estivessem no espírito dos adversários ou alunos, aplicando-lhes a «ironia», que os levava à contradição.

Não é esse, porém, o fenómeno literário que procuramos. Literariamente, a ironia é aquele modo de se dizer explicitamente o posto do que se quer de facto significar, ou do que realmente ocorre. À entoação ou às circunstâncias materiais do diálogo, o tornar claro o verdadeiro sentido. Os compêndios de teoria literária traduzem «ironia» por «dissimulação», o que é associá-lo ao primitivo sentido grego.

Completando e concluindo este item «ab ovo», propomos se considere como primeiro passo irónico da literatura ocidental o início da «disputa entre Aquiles e Agamenão», logo nos começos da Ilíada.

O comandante dos gregos devia libertar sua escrava troiana, filha do sacerdote de Apolo, para assim apaziguar o deus, que disseminava uma peste no acampamento. Insinua, entretanto, que algum dos outros capitães lhe ceda sua própria escrava. Então Aquiles, fazendo-se desentendido:

«— Atrida gloriosíssimo, de todos o mais ambicioso! Como podem os magnânimos aqueus dar-te outra recompensa? Não sabemos que existam em parte alguma coisas da comunidade, pois aquelas obtidas no saque das cidades estão repartidas e não é conveniente obrigar os homens a juntá-las novamente. Entrega agora esta jovem ao deus, e os aqueus te

pagaremos em triplo ou em quádruplo, se Zeus nos permitir algum dia tomar a bem murada cidade de Tróia».

Mas não é menos interessante a resposta de Agamenão:

«— Embora sejas valente, divino Aquiles, não ocultes assim teu pensamento, pois não poderás enganar-me nem persuadir-me. Acaso queres, para conservar tua recompensa, que eu fique sem a minha, e por isso me aconselhas que a devolva?»

Eis aí como, muito surpreendentemente para sua condição de guerreiro invulnerável, Aquiles se nos revela o primeiro irónico ocidental, e subtil. Pior, porém, é o caso do atrabiliário comandante, na pele do primeiro crítico literário ou melhor, rector, a classificar a subtileza do outro. E tudo «avant la lettre».

2. *Conceito Estilístico de Ironia* — Do facto de se achar uma ironia assim logo no início da «Ilíada», podemos inferir a generalidade com que ela vai ocorrer através de oda a literatura.

Assim, como pequeno trecho fechado em si mesmo e muitas vezes objectivando claramente a um efeito cómico, é ela, de acordo com os teóricos da literatura ou simplesmente os gramáticos, uma «figura de pensamento», ao lado da hipérbole, do eufemismo.

Enquanto tal, não haverá autor que dela esteja isento. Aparece inclusive nas obras mais sérias e de atitude até épica (lembrem-se em «Os Lusíadas» as duas passagens que envolvem Veloso). Constitui instrumento normal de comediógrafos, satíricos, polemistas e publicitários (entre nós um Camilo e um Rui), e até de sermonistas. Que é a célebre Apóstrofe a Deus, no «Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda», de Vieira, senão uma sentida ironia?

Entretanto, não se poderá dizer que autores tais sejam ironistas. Fogem ao rótulo por excesso de seriedade, por um lado, ou de riso, por outro. A ironia dos primeiros levará ao dramático; a dos outros, ao cómico hilariante (as muitas cenas teatrais em que uma personagem elogia outra, com visível sentido de crítica).

A ironia, nesses casos, mesmo que tenha uma incidência pronunciada como instrumento de uso normal, não define os estilos dos autores. Ajuda-os a despertar as lágrimas ou as risadas, os entusiasmos ou as revoltas.

Não gera, porém, esse leve sorriso, essa expectativa de desilusão com que lemos o melhor de Eça de Queirós e algumas novelas, mais a Crónica da Vida Lisboeta, de Paço d'Arcos.

É claro, tal sorriso não tem por origem apenas isso, que passaremos a chamar de estilo irónico. Partindo de Eça de Queirós, percebe-se como esse sorriso flui também de bom número de elementos outros: a leveza da descrição e até sua minúcia, a tipologia às vezes agravada em caricatura, o sardonismo obtido através do cómico.

Ao lado da ironia, esses elementos compõem a «graça» do estilo eciano. E reflectem a posição do autor, em termos de proponente activo de uma nova estética — que devia ridicularizar a anterior — e como crítico declarado da Sociedade.

Já se vê, entram aí coisas menos subtis, que pertencem declaradamente à estética do riso, tal qual a têm procurado definir filósofos como Henri Bergson («Le Rire»), ensaístas como Afrânio Peixoto («Humour») e didactas como R. Magalhães Júnior («Antologia de Humorismo e Sátira»). Ora, justamente esta vinculação com o cómico, com tudo aquilo que desperta o riso, é que queremos proclamar como insuficiente, ou mesmo falsa, quando se trata de fundamentar uma estética da ironia, ou seja, de definir o *estilo irónico*.

Porque este não vem a ser a estética do riso, mas a do sorriso. A ironia ampla não é capítulo da arte de «mover o riso»; não pertence ao género cómico, de intenções superiores ou sem elas. Embora a leiamos de lábios entreabertos, é ela, realmente, séria.

Vamos tentar conceituar o estilo irónico:

É o ocultar o pensamento ou o desenlace da acção, através das palavras explícitas, para atingir a censura das coisas negativas ou inferiores, em face de um modelo ideal, que o autor não vê cumprido.

Conceito semelhante expende Afrânio Peixoto em seu «Humour — Ensaio de breviário do humourismo nacional», Editora Guanabara, Rio, s/ data, à pág. 13:

«Vem a ironia aos imaginativos, pela inteligência desenganada na realidade trivial: o despeito vinga-se pela comparação com os exemplos que a aspiração permite».

Chegamos àquela definição, meditando no caso de Eça de Queirós: crítico, através do sorriso, de uma sociedade que ele quer reformar. Logo, tinha ele, explícito ou não, um ideal social que não via realizado. Tal a sua atitude participante, de integrado na «Questão Coimbrã» e nas «Conferências do Casino».

Conclua-se, pois, que o *estilo irónico* é, em última análise, também moralizante.

3. *A Ironia nos Estilos de Eça de Queirós e J. Paço d'Arcos* — Desempenha a ironia parte grande no estilo de ambos os autores lusitanos. Em proporções variadas de livro para livro — nalguns estaria até ausente — a ironia, mesmo associada a outros recursos, contribui poderosamente para definir-lhes o tom ou a atitude em relação a seu assunto e a suas personagens. Ao paralelismo desse tom é que se deve o ligarmos os dois à mesma tradição romanesca.

Em outras palavras, Paço d'Arcos é continuador do romance de costumes fixado por Eça. Teremos então as faces opostas, do mesmo rosto, se é verdade que o autor da «Crónica» procura criar sua obra observando esta declaração: «... e é ainda contra ele (Eça) e os seus fantasmas que nós, escritores de hoje, mais de meio século decorrido, temos de lutar». (Fronteiras do Romance Português, in «Pedras à Beira da Estrada», I, pág. 302).

José Maria Eça de Queirós abriu novos horizontes à prosa e ao romance ou — sem hendíadis — à prosa do romance português. Tem-se dito ser isto uma novidade completa, ou quase, e que a inspiração e a origem do fenómeno fora francesa. A nós nos parece, porém, que há muita coisa no homem da Póvoa de Varzim que inutilmente procuraremos entre os gauleses. O riso dos realistas franceses não é o mesmo do de Eça. Não há, propriamente, lá, o tom irónico, e sim o da galhofa, do cómico declarado, quando não a crítica acerba decorrente de atrito doutrinário ou filosófico. Escrevemos isto pensando em obras como «Bouvard e Pécuchet», de Flaubert, e algumas «cenas da vida campestre» de Balzac. Assim mesmo, quando há o riso. Porque as obras fundamentais e que foram mais influentes, uma «Eugénia Grandet», um «Pai Goriot», uma «Madame Bovary», um «O Vermelho e o Negro» foram escritas completamente a sério. Se a avareza do velho Grandet é uma caricatura, ela funciona como instrumento e base de um enredo trágico. Não se lhe pode rir ou sorrir.

A lição que desses romancistas terá tirado o autor d'«Os Maias» foi a objectividade e a minúcia descritiva. Consequentemente, um ritmo narrativo mais amplo e remorado, além das maiores liberdades temáticas e das ilustrações de teses científicas, próprias da escola. A associação exagerada que se faz do criador de Gonçalo Ramires com a escola francesa decorre certamente da distorção gramatical da crítica literária luso-brasileira, impressionada com os célebres galicismos de Eça.

É de ver que apenas com ingredientes alienígenas não se plasmaria um estilo tão português. Assim é que propomos uma fórmula para Eça de Queirós: atitude liricamente irónica de Garrett («Viagens na Minha

Terra»), mais violências de Camilo (o polemista, o passionalista), mais o realismo francês, mais o ambiente social português, vezes o génio pessoal do autor.

Tal conjunto, sim, pode explicar o sorriso eciano, mais definido que o de Garrett, mas mais moderado do que as virulências de Camilo. E com aquele toque de superioridade internacional sob que se caricaturam no Conselheiro Acácio a postura formalista e pontificadora e no Tomás de Alencar o tradicionalismo literário — ambos aspectos da mentalidade tacanha e retrógrada da sociedade lusitana à época, segundo a geração realista.

Vamos usar agora um pequeno passo de «A Corça Prisioneira» como transição de Eça a Paço d'Arcos:

«Os iniciados viviam febrilmente, numa atmosfera de mistério e de esperanças ilimitadas. Alberto de Lemos partilhou, junto de Joliot-Curie, das alegrias e das angústias do começo da era memorável. Até que seu país se lembrou de que possuía, algures, em Paris, um sábio afamado em física nuclear...

«Alegre de poder retornar à Pátria, que, mais discreta, já não fazia tanto questão da cor do seu pensamento político, aceitou as condições dum contrato que não lhe abria as portas da Universidade, onde entendia, por direito, dever sentar-se, mas que lhe facultava condições de trabalho honroso e útil» (Primeira Parte — I).

Não se pode ver aí, e em termos irónicos, a mesma preocupação com a actualização cultural e social de sua pátria em relação à Europa, que é típica da cultura portuguesa, pelo menos desde Luís António Verney? A identificar os dois autores modernos, a visão universalista, decorrente de vivência diplomática.

Joaquim Paço d'Arcos é dono de um estilo mais simples que o do grande mestre. Compõem-no menos aspectos: a explícita análise de caracteres; a paisagem nacional ou exótica, mas sempre citadina; o dramático, mediante a oposição de contrários; o paradoxo, algum lirismo e... a ironia. Se esta enumeração acabou ficando tão longa quanto a referente a Eça de Queirós, explique-se que a impressão de simplicidade se deve à economia de meios em cada um daqueles elementos.

No realismo o princípio da minúcia, do andamento lento propiciava encaixar coisas, retratar até caricaturar, criticar até verberar, sorrir até gargalhar. Assim, os recursos muita vez se misturam e confundem, dando a impressão de riqueza e complexidade.

Lembre-se a célebre cena do casamento de Ema Bovary — em que o

bico de pena pormenorizador do canhestrismo dos convidados compõe afinal uma longa ironia para com os sonhos de grandeza da noiva, ou algum dos episódios queirosianos com João da Ega — em que a longa descrição da personagem, que devia ser simpática, acaba em caricatura.

Não assim no nosso ficcionista actual: Leonor Malafaya recorda as circunstâncias de seu casamento, de antiga costureirinha filha de presidiário, com o nobre e rico Fernando:

«A velha não rebentou com a congestão, mas ia rebentando: Já se viu uma ideia destas? Casares com a minha costureira? E já não é só por ela. Hão-de ter um filho e depois, estás a ver: Meu rico menino, onde está o avô? — O avô está na Penitenciária. — Se o teu pai fosse vivo, ele, juiz, preferia ver-te morto a saber-te casado com a filha dum cadastrado!

Mas casaram. E a velha não teve ouro remédio senão o de engolir aquele sapo vivo que ela lhe ofereceu com meiguices de nora». («A Corça Prisioneira», Primeira Parte — V).

Que Balzac, Eça ou Flaubert perderia, entre esses dois parágrafos da citação, a oportunidade de narrar longamente os acontecimentos e a luta psicológica na família, até que a autoritária D. Purificação admitisse o enlace? E a descrição da cerimónia?

A ciência dos cortes narrativos é, pois, outro componente do estilo do autor do «Espelho de Três Faces», principal exemplo, justamente, dessa ciência. Descreve ele o drama da frustração amorosa do engenheiro Leonel Sobral, que de uma forma ou de outra, por culpa própria ou por coerção social, vem a perder as quatro mulheres que lhe passam pela vida. Os factos cronológicos, numeráveis na seguinte ordem: 1 — Manuela; 2 — Maria do Céu; 3 — Porto-Lisboa; 4 — Maria Antónia, são narrados na ordem: 3, 2, 1, 4, nos amplos capítulos intitulados com esses mesmos nomes. Isto, sem falar nas interferências e projecções de uma parte noutra, como o caso de Maria Antónia, secretária do protagonista, que impede o acesso da abandonada Manuela ao seu Director, levando-a a desamparada morte. E sem falar também nos múltiplos temas paralelos, que fazem do livro a mais ampla construção polifónica paçodarquiana.

A pluralidade de temas ou de sentidos da narrativa é, aliás, outra característica, e especialmente da «Crónica da Vida Lisboeta», e se desenvolve enquanto cresce como ficção cíclica a própria «Crónica», a partir do «Caminho da Culpa».

Conclui-se, pois, numa tentativa de juízo abrangente quanto ao estilo do Autor, que a linguagem directa e objectiva, a exposição ordenada e a verosimilhança é que o tornam simples e claro.

4. *Tipos de Ironia nos mesmos Dois Autores* — Retomando o espírito inicial destas páginas, que procurou definir a ironia, tentamos-lhe agora uma subdivisão, buscando os respectivos exemplos em Eça de Queirós e Paço d'Arcos.

I — *Ironia Sardónica* — Será esta uma atitude do narrador, pela qual, numa confessada descrença para com sua personagem, ele a olha de viés, zombeteiramente, como quem lhe diz: «já sei que você não vai muito longe: a primeira ocasião fará o ladrão!»

Para tanto terá o escritor preparado o leitor, apresentando-lhe uma personagem de origem ou formação insuficiente para superar as circunstâncias em que é posta.

Trata-se de um tipo realmente imperfeito de ironia, por lhe faltar a simulação ou ocultação do pensamento que geraria uma expectativa favorável em torno da personagem.

Tal é, porém, a atitude geral de Eça de Queirós nos romances mais tipicamente realistas, do «Crime» aos «Maias».

No afã de escalpelizar o que ele chamava a «sociedade liberal», nessas obras as coisas e as pessoas saem-nos sempre pelo pior, estando o encanto que nelas possa haver, apenas nas cores da pintura. Para não propor, sumariamente demais, que todos os enredos e criaturas dessa fase eciana exemplifiquem essa «ironia sardónica», fiquemos com o Padre Amaro e com Luísa. A Amaro «nunca ninguém consultara as suas tendências ou a sua vocação» («O Crime...», Cap. III). Vai ele, pois, para o seminário, levando sua fraca vontade e as sensações vagamente sensuais dos «quartos das criadas» da marquesa de Alegros. Quanto a Luísa, é sabida a insinuação de tédio e lassidão que, na esteira da «Madame Bovany», tece o autor em volta da heroína. Assim, já os leitores do século XIX não terão estranhado que essas personagens «caíssem na primeira ocasião».

Na «Crónica da Vida Lisboeta» ou no resto da obra do Autor, a «ironia sardónica», em termos gerais, é rara. Até atingi-la, percorre Paço d'Arcos um longo caminho. Dir-se-ia que ele, procurando fugir ao arrastão da maré eciana, como se leu em suas palavras acima, só depois de, na sua própria evolução, ser dominado pelo estilo irónico em vários tipos e graus, veio a postar-se como crítico apriorístico.

A «Cela 27» e a primeira e terceira histórias das «Novelas Pouco Exemplares», livros editados em 1965 e 1967, respectivamente, são exemplos marcantes da atitude sardónica do Autor. A segunda dessas narrativas abre directamente em termos irónicos.

«Foi incontestavelmente deplorável a forma súbita como o Dr. Maldonado adoeceu. Em plena reunião comemorativa de seus quarenta e cinco anos de casado. Ter-se-ia comovido? Teria comido em excesso e bebido em demasia — não uma demasia que lhe perturbasse a clareza do espírito, pois absurdo seria admitir que se pudesse etilizar homem de tão elevada posição e impecável conduta — mas a bastante para lhe elevar perigosamente a tensão arterial?

O caso foi que em plena festa, reunião de família, de amigos, de relações mais influentes — estariam bem umas sessenta, setenta pessoas na vivenda da Parede — na altura em que o Prof. Lima Ventura expunha a um grupo de ouvintes atentos, entre os quais o anfitrião, os seus graves motivos de discordância da lei que limitava ao modesto vencimento dum ministro os proventos dos grandes chefes de empresas, nessa ocasião precisa, o Dr. Maldonado, que a nova legislação injustamente atingira, caiu redondo, não — valha-nos isso — no assoalho duro, mas na *carpette* fofa que lhe amorteceu o choque do corpo pesado, tombado e inânime. («Novelas...» págs. 15 e 16).

E por aí vai o Autor, simulando tomar outros rumos com o relato, sempre irónico, da divergência por questões financeiras, logo surgida entre os dois filhos e co-administradores do grande financista.

Entra o Dr. Maldonado em longo «estado de coma», a meio do qual o Leopoldo e o Hermínio já disputam, a ponto de chamar este àquele de «gangster». O prolongamento artificial da «vida» do milionário, por parte dos médicos, e o açulamento da rixa fraterna, por parte dos advogados, são também satirizados como meio de explorar a fortuna da família.

Mas o leitor continua de tocaia, não desiludido ainda daquele «homem de tão elevada posição e impecável conduta». E na 23.ª hora, na costumeira «visita da saúde» que precede a morte, o Dr. Maldonado profere, para sua mulher, D. Raquel, e alguns mais, «uma palavra, uma única, um nome só, que se lhe entaramelou na fala, mas que, mesmo assim, foi escutado pelos que sobre seu leito se debruçavam: — Cle...mentina.»

O caso da terceira novela pouco exemplar será aquele psicologicamente mais violento. Trata de um incesto entre pai e filha, e incesto consciente, daí ser necessária uma atitude de todo céptica do Autor para com sua personagem.

Fred o conquistador, por esse mesmo atributo já divorciado da mulher, Maria Joana, nos conta sua história. Aos dez ou onze anos de separação radical da família, e estando a Maria Joana casada novamente com o alto industrial Seabra, acede ele em levar a única filha do primitivo

casal, agora com 18 anos, em viagem de distracção pela Europa. A Maria Clara perdera o noivo em desastre rodoviário.

É evidente, no estilo despojado da narrativa, a sátira a tudo e a todos: «Também herdei certa facilidade de escrever, mas nunca descobri uma ideia que valesse a pena gravar no papel». «Fiquei sem saudades, nem do casamento, nem do país, nem de coisa alguma» (Pág. 171). «Parece que a sociedade, de começo, fez má cara ao divórcio e mais ainda ao casamento civil que se lhe seguiu. Mas o dinheiro do Seabra acabou por aplanar todas as dificuldades, venceu os escrúpulos religiosos, abriu as portas semi-cerradas» (Pág. 172).

O crescente de simpatia, interesse, atracção e paixão com que pai e filha vêm a ligar-se em breves semanas, temos de renunciar a exemplificar aqui, por longo e complexo. Mas é exemplo, isto sim, de uma arte de jogar com os caracteres, perfeitamente madura e segura. Com as sós premissas do aventureirismo e «charme» de Fred, e da aversão da moça pelo padrasto, ou pouco mais, o Autor conduz-nos ao clímax do incesto.

É esta uma solução que o leitor não ficaria esperando.

A decidida intervenção de Maria Joana, que, surpreendendo o estranho casal em flagrante, tenta matar o ex-marido: «Foste um miserável, foste toda a vida um miserável», acertando-o mais gravemente «no olho esquerdo, que me pareceu explodir dentro do crânio», faz revestir à história o tom de tragédia próprio das sátiras: Tais as consequências da doblez social.

E o Don Juan internacional, tornado agora «O Olho de Vidro», recolhe para o seu «leito de impotente e de paralítico».

Se também propomos a «Cela 27» como ilustração do primeiro tipo de estilo irónico, é porque aí temos uma crítica específica da arbitrariedade dos métodos policiais, paralelamente ao sorriso sardónico em relação à personagem central.

Maria Inês, a jovem mulher de um líder esquerdista foragido, é presa sem antecedente delitual. Na cela 27, em que há-de esperar os interrogatórios, tem por companheira única a odiada rival, ex-mulher, por sua vez, de Ricardo. E a longa análise psicológica, que se segue, serve de esteio à longa quebra da vontade sob os influxos de múltiplos factores degradantes — o desconforto, o calor e o frio, o tempo ocioso, os interrogatórios — pela qual Maria Inês vem a ceder às práticas lésbicas que lhe insinua a Mónica.

Fornecemos texto apenas do primeiro aspecto mencionado da sátira, para sermos mais breve:

«Por detrás do homem do bigodinho havia, pendente na parede, o retrato tutelar dum sujeito de espesso bigode, que deveria ter sido o fundador do estabelecimento modelo, ou o legislador previdente a quem ela devia o estar ali, sem possibilidade de recurso, à mercê do esbirro cortês e loiro» (pág. 19).

II — *Ironia de Situação* — São as pequenas tiradas, de humor cómico ou amargo, sugeridas na dinâmica da acção e sobretudo do diálogo.

Naturalmente, se o autor adopta a atitude da «ironia sardónica», antes tratada, este novo tipo vai ocorrer muitas vezes, marcando estatisticamente o estilo do escritor; mas tal incidência pode advir da busca de comicidade.

Em Eça de Queirós, tome-se como exemplo da Ironia de Situação as conversas durante o jantar em casa da condessa de Gouvarinho, n'«Os Maias», cap. XII. O autor vai delineando os caracteres — principalmente a irreverência de João da Ega — e soltando suas sátiras, pela boca das personagens, à deriva da conversação:

«— Creio que não há nada de novo em Lisboa, minha senhora, desde a morte do Sr. D. João VI.

— Agora há o seu amigo Ega, por exemplo.

— É verdade, há o Ega... Como o acha V. Ex.ª, senhora baronesa?

Ela nem baixou a voz para dizer:

— Olhe, eu como o achei sempre um grande presumido e não gosto dele, não posso dizer nada...

— Oh! senhora baronesa, que falta de caridade!» (...)

«O conde, ao fundo, explicava-lhe amavelmente que o amigo Maia estivera apenas na Holanda.

— País de grande prosperidade, a Holanda!... Em nada inferior ao nosso... Já conheci mesmo um holandês que era excessivamente instruído...» (...)

«Que mal fazia à ordem das coisas que houvesse selvagens? Pelo contrário, davam ao Universo uma deliciosa quantidade de pitoresco! Com a mania francesa e burguesa de reduzir todas as regiões e todas as raças ao mesmo tipo de civilização, o mundo ia tornar-se duma monotonia abominável. Dentro em breve um turista faria enormes sacrifícios, despesas sem fim, para ir a Tugubutu — para quê? Para encontrar lá pretos de chapéu alto a ler o Jornal de Debates.

O conde sorria com superioridade. E a boa D. Maria, saindo do seu vago abatimento, movia o leque, dizia a Carlos, deleitada:

«— Este Ega! Este Ega! Que graça! Que chique!» (...)

«— E diga-me outra coisa, prosseguiu o sr. Sousa Neto, com interesse, cheio de curiosidade inteligente. Encontra-se por lá, em Inglaterra, desta literatura amena, como entre nós, folhetinistas, poetas de pulso?

Carlos deitou a ponta do charuto para o cinzeiro e respondeu, com descaro:

— Não, não há disso.

— Logo vi — murmurou Sousa Neto. Tudo gente de negócio» (...)

«— Ó Ega, quem é aquele homem, aquele Sousa Neto, que quis saber se em Inglaterra havia também literatura?

Ega olhou-o com espanto:

— Pois não adivinhaste? Não deduziste logo? Não viste imediatamente quem neste país é capaz de fazer essa pergunta?

— Não sei... Há tanta gente capaz...

E o Ega radiante:

— Oficial superior de uma grande repartição do Estado!

— De qual?

— Ora de qual! De qual há-de ser?... Da Instrução Pública»!

No autor de «Ansiedade», por ser o travejamento de seus enredos mais denso, outros processos de ironia são preferidos ao agora tratado, nos romances, novelas e contos. Entretanto, e por sua própria natureza, a Ironia de Situação está muito presente em sua obra teatral, quer se trate das peças iniciais, psicológicas, quer das últimas, de crítica social.

Daquelas é exemplo «O Ausente», que descreve o regresso ao lar, de um chefe de família afastado por alguns anos em sanatório de alienados. O filho e o sócio, que no ínterim meteram a firma da família por maus caminhos, precisam agora do crédito comercial do ex-alienado:

«*António Pedro* — ... Para isso não podemos perder tempo com recriminações. O pai tem que perdoar ao Duarte, esquecer esse disparate da interdição, tem que voltar para o escritório, falar com o Viana. Temos que manter intacto o nosso crédito, não podemos dar o menor espectáculo.

Raul — Nunca te ouvi falar com tanta clareza, com tanta lucidez. Ninguém dirá que és meu filho, filho dum pobre doente...» (Acto III, Cena I).

Em «Antepassados: Vendem-se», o fidalgo empobrecido, Augusto, o Gugu, tem de tolerar as ironias da antiquária, quando lhe vai vender os retratos dos avós. Mas para o final da peça, vinga-se ao discutir com o pai sobre quem era mais culpado da decadência e miséria da família.

Já «O Braço da Justiça», apesar de seu carácter talvez mais satí-

rico — as morosidades, ridicularias e injustiças da Justiça — contém pouca ironia, mesmo a de situação.

III — *Ironia por Paradoxo* — Sugeriu-nos a inclusão desta forma de ironia, sua própria incidência na obra de Paço d'Arcos. Consiste em explorar, em torno de pessoas, coisas ou breves situações, uma actuação ou função que provoca um desenlace contrário ao esperado ou suposto.

Tal processo estilístico serve à maravilha na construção do dramático, pelo clima de elementos opostos, de atrito que é seu «habitat» natural. Daí sua presença amiudada na obra desse autor português, construída com o entrecruzar de interesses.

Utiliza-o Paço d'Arcos na montagem de contos e novelas, por exemplo. Naqueles, mais curtos, o processo é às vezes nuclear:

Todo o problema moral do Dr. Barreiros, sisudo chefe de repartição do Ministério do Fomento, estava em vencer a distância que o separava do eminente Desembargador Faria, promovido a Director da Polícia de Investigação Criminal. E essa distância, em termos físicos, não era maior, irónica e paradoxalmente, do que um reduzido patamar. Morava um à esquerda e outro à direita de um mesmo 3.º andar...

Uma noite, porém, tangido por tormenta íntima, quebra Barreiros as hesitações e solicita ao outro uma audiência. Em difícil e embaraçoso diálogo pede ao magistrado que faça prender o homem — um grego de baixa extracção — que se lhe tornara amante da mulher. Acusa-o de aventureiro e «souteneur». O outro mostra-lhe o quase absurdo, o arbitrário do requerido, e é obrigado a humilhá-lo com a insinuação de que a ele próprio cabia lavar a sua honra.

«A diligência fora inútil, mas a confissão fez bem à alma atribulada do Dr. Barreiros. Nunca escutara a si próprio a funda lamentação».

Assim, não muito depois, ao anuir em ser padrinho da filhinha de um dos amanuenses da repartição, sugere ele, quanto ao nome da recém-nascida:

«— Por que não há-de chamar-lhe Clarisse? É o nome da minha mulher...» (A Confissão do Dr. Barreiros, in «Carnaval e outros Contos»).

Já que lembramos o patamar dos Farias e dos Barreiros, vejamos se não é o mesmo o aproveitamento das portas da estação ferroviária de Basileia, durante a 2.ª guerra mundial:

«A *gare* de Basileia é um dos raros pontos do planeta em que se pode sentir o pulsar dum continente inteiro; ali convergem as linhas de três

países: da Alemanha, da França e da Suíça. Ali, umas simples portas de madeira, adentro da mesma estação de caminho de ferro, separam o território alemão do território neutro ou do inimigo».

Odal e Gretel Fescher mais sua filha, procuram fugir da Alemanha convulsionada. Gretel é judia alemã, casada entretanto com oficial hitleriano, mas contrabandista de jóias. Gretel já passara para o lado suíço da estação...

«Ao saber que Odal fora preso e que a filha chorava desamparada, entre jóias dispersas pelo chão, o seu primeiro ímpeto foi o de correr para junto deles. Abandonando as bagagens, largou nessa corrida. Mas não chegou ao seu termo. Entre ela e a filha — porque era nesta que ela pensava — mediava uma porta, zelosamente guardada dum lado e doutro. Essa frágil porta de batentes era o limite entre a liberdade e a prisão».

«E como a coragem totalmente lhe faltasse para dobrar a horrível porta e a dor funda de mãe lhe dilacerasse a alma, lhe rasgasse as entranhas, caiu sobre um banco, a soluçar, perdida, odiando a sua própria covardia, e agarrando-se a esta, como ao único salvatério, de medo que o ímpeto de mãe a vencesse e lhe desse o ânimo que era o seu terror!» (O Mundo Perdido, in «Neve sobre o Mar»).

No conjunto da «Crónica», é claro, encontrar-se-ão fartos exemplos desta «ironia por paradoxo». Traremos, entretanto, à colação uma passagem de «Ana Paula». Trata-se de livro, como já terá sido dito, pouco construído à base da ironia.

O trecho de que cogitamos é a última cena do Cap. IV. Nela o advogado Eduardo Reis, patrono do detento Capitão Jorge, marido de Ana Paula, procura o pai desta, o eminente Conde da Balsa, supondo que este, para evitar que o nome de sua filha seja publicamente envolvido em questões de disputa sentimental, ao lado da plebeia Maria da Graça, pudesse tomar uma providência a favor do odiado genro. O paradoxo (atitude contrária à esperada) está na reacção do titular e não nas palavras «irónicas» que ele profere. A recusa do Conde gera, aliás, outra ironia, no facto de que ela, dificultando a defesa de Jorge, poderia favorecer a paixão do advogado pela Ana Paula. Mas o Dr. Eduardo não ousa explorar tal caminho...

No «Espelho de Três Faces» o tipógrafo Macieira, pai de Manuela, é libertado:

«Pisava os caminhos da cidade, a liberdade era sua.

Mas não a fruía com alegria; tenteava-a com timidez; e a visionada ventura daquela hora mudava-se em inexplicável desdita, resultante da

privação de todos os afectos, da estranheza do mundo a que regressava, da anquilose do ser físico e moral ao cabo de doze anos de paralisia. Levava o intento de se dirigir à estação do caminho de ferro e de esperar aí o comboio para Lisboa; viu passar «eléctricos», como clarões volantes a rasgarem a noite que tombara, mas nem pensou em tomar qualquer deles. Seguiu a pé, colhendo, dum ou doutro transeunte, indicações sobre o caminho, como aldeão que se perdeu no grande povoado» («Espelho de Três Faces», 3.ª Parte, X).

Este último exemplo se individualiza por seu conteúdo nitidamente psicológico, embora os anteriores também o apresentem ou a ele se associem.

A expectativa de ventura, que se faz infelicidade, é tema muito presente nas «Memórias duma Nota de Banco», livro dos melhores do Autor. Daí ser ele farto exemplário desta «ironia por paradoxo».

Ocorre-nos agora que o leitor pode perguntar-se: «Mas onde está o riso?» É que não o há, realmente. Ao definir-se um «estilo irónico», amplia-se o conceito, e a ironia fica sendo a exploração dos contrastes e dos desenvolvimentos opostos às premissas, com efeito cómico ou... dramático. O caso do Dr. Barreiros foi, pois, cómico, mas não assim os outros.

Em Eça de Queirós o efeito é cómico, sim, por falta da análise de almas em cada passo. Consequentemente, o tipo de ironia em exame se referirá antes a coisas. Citamos três episódios de «A Cidade e as Serras» como típicos: a inundação de água quente e vapor no apartamento de Jacinto (Cap. III), o enguiço do elevador da cozinha, no dia da ceia oferecida ao grão-duque Casimiro (Cap. IV) e o extravio da carta que prevenia os caseiros de Tormes da ida do fidalgo (Cap. VIII). Também poderia ser arrolado o facto de Jacinto nada saber de astronomia, justamente porque tinha em sua vasta biblioteca centenas de tratados do assunto.

O terrível crítico aproveita-se das situações criadas e as desenvolve fartamente, fazendo uma espécie de ironia descritiva, nas minúcias com que marra as tentativas de desemperrar o mecanismo do dito elevador ou de fisgar o apetecido peixe, ou as nefandas condições de desconforto para o Jacinto surgido ex-abrupto em sua quinta, e obrigado a dormir com a camisola da caseira.

Devemos essas passagens do mais delicioso cómico à intenção de sairizar a presunção de progresso, ou de felicidade através dele, que marca o cienticismo do século passado. O sistema de aquecimento de água do banheiro, o ascensor de pratos e mesmo o correio, que deviam ser símbolos da perfeição técnica a que se atingira, paradoxalmente falham...

IV — *Ironia de Desafio* — Consiste em uma entidade — manifestada muitas vezes num elemento material ou físico — que se coloca como obstáculo aos interesses ou ao encaminhamento das acções das personagens. E a própria personagem se mantém, por um tempo, inconsciente de tal obstáculo. Naturalmente, não haveria ironia se esse elemento fosse, por definição, oposto aos interesses ou acções da personagem. Ter-se-ia, então, apenas a dramaticidade da luta entre os dois.

Mas se ele, aparentemente, devia até auxiliar a personagem, ou ser dela aceito, pois era aquilo que ela buscava? Dir-se-ia, então, que ironicamente ele se opõe; que o elemento suposto favorável é, na realidade, nefasto. Há aí um sentido oculto, um não dizer tudo, que pertence ao mecanismo da ironia.

Tal é o caso da massa de cimento armado de Manhattan em Nova Iorque, em relação à refugiada francesa Marcelle. (Marcelle ou a carta para o prisioneiro, in «Neve sobre o Mar»).

Fugida das hostes názis que lhe tinham invadido a pátria e matado o marido, não estava ela em segurança na terra da Democracia? Não tinha a tranquilidade do segundo e milionário matrimónio com o judeu Goldstein, próspero comerciante internacional de pedras?

Não dispunha ela, no Rockefeller Center, muito à mão, de todas as comodidades possíveis e imagináveis? Como, pois, se insurge contra o sólido e vastíssimo «building»?:

«— Mas Vocês supõem que não há mais nada no mundo do que o Rockefeller Center?! Não há mais nada aonde ir? Já não posso! Toda a vida ali concentrada! De manhã, ao acordar, são as primeiras torres que avisto. À noite, ao adormecer, é o paredão maciço de cimento! O consulado, o banco, o escritório do Eduardo, o correio, a «manicure», o «restaurant», o teatro, tudo, Santo Deus! Já basta, como paisagem!» (Op. cit., 4.ª ed., p. 282).

A resposta vem no fim, quando o torvelinho da vida na megalópole é que impede que Marcelle entregue à personagem narradora a carta que a ligaria com seu passado. E as magníficas e labirínticas empenas continuariam a perfilar para o céu a sua indiferença pelas dores humanas:

«Naquela mole imensa de cimento e pedra, em que milhentos seres se debatiam, era como agulha em palheiro ou como tábua em dilatado mar. O joalheiro vencera. E as paredes de «Metrópolis» continuariam a guardar, tirânicas, o vulto de Marcelle». (Ibidem, p. 326).

O drama de Marcelle se salienta como dos mais impressionantes das novelas paçodarquianas, e com justa razão é citado por Hernâni Cidade

em «Joaquim Paço d'Arcos Novelista e Contista», da Edição Aguilar da «Crónica da Vida Lisboeta». Aquele saudoso mestre vê, na história, sobretudo o impasse da entrega da carta ao narrador, o que de facto representa seu núcleo dramático, já que Goldstein se opunha ao estabelecimento daquele contacto com o passado da mulher. A busca, porém, de elementos irónicos na obra do autor de «Ansiedade» nos autoriza a esta interpretação, relacionada com o «background» da narrativa.

Uma «ironia de desafio» em Eça de Queirós? O efeito de Paris, centro da civilização, sobre a felicidade pessoal de Jacinto.

Vivendo na Cidade-Luz, cercado de todos os confortos da época, inclusive no sentido intelectual, pela presença dos mais pujantes museus e bibliotecas — sem excluir a própria —, Jacinto devia ser o mais feliz dos homens, pela fácil aplicação de sua fórmula do maior esclarecimento intelectual como gerador da maior felicidade.

Entretanto, o Cavalheiro da Grã Ventura é infeliz. Por quê? Pelo elemento, que só mais tarde aparece, do cansaço pelo excesso dos confortos e das facilidades amorosas. E Jacinto sucumbe ao tédio.

Ironicamente, a própria água faz sucumbir o peixe, por seu veneno secreto.

Ironia de Personagem — A exemplo de Bergson («Le Rire»), que já fala no «comique de caractère», é óbvio que se pode propor uma «ironia de personagem». É o caso de uma figura da acção que deve ser confrontada com um modelo ideal. O autor apresenta-nos uma personagem virtuosa, tratada com respeito por ele próprio; mas pelas tantas ela, apesar de seus traços positivos, decai, revelando-se abaixo do modelo ideal. Essa queda pode dever-se, e geralmente se deve, a factores ou forças exteriores à personagem, e que ela não pôde vencer. É uma ironia do mais pelo menos (apresenta-se algo positivo, que só depois se converte em negativo) e seu efeito é realmente dramático.

Outra hipótese é a de o autor caracterizar negativamente a personagem, em confronto do tipo ideal que poderia ter sido. Neste caso temos a caricatura, uma ironia do menos pelo mais, e seu efeito é cómico.

Não deixamos de perceber que há parecença com o primeiro tipo definido, a «ironia sardónica». Mas agora, ou a personagem é virtuosa — e o leitor não fica esperando que ela decaia, ou é viciosa, desenhada com fortes traços, e a queda ocorre logo.

Todos reconhecerão que Eça de Queirós tende para a «ironia de personagem» caricatural. É o efeito de sua atitude mais explícita e desabrida.

Testemunha-o a grande galeria dos Conselheiros Acácios, dos Alencares, dos Dâmasos Salcedes, dos Raposões. Cada um deles, símbolo ou personagem — tipo de defeitos morais ou instituições sociais: Acácio, a presunção formalista; Alencar, o reaccionarismo intelectual; Dâmaso, a frivolidade emasculada; Raposo, o cinismo acomodatício.

É natural que uma arte nimiamente pictural, como a do émulo de Fradique Mendes, torne salientes esses retratos, em que a viveza do colorido e a riqueza da minúcia são uma virtude realista.

Há casos intermediários, como o de João da Ega. Seu papel explícito é simbolizar a mentalidade avançada da época, e que em literatura adoptava o realismo. Daí os muitos debates nos quais ele expõe suas ideias. Mas pelo exagero ou pela verve excessiva de suas posições, pode-se dizer que também ele destoa de uma caracterização ideal de objectivismo, aproximando-se do caricatural que marca as figuras anteriores.

Vamos apontar como «ironia de personagem» não caricatural, em Eça, a Gonçalo Mendes Ramires e a Carlos da Maia.

A priori se sabe, pela própria contingência do romance realista-naturalista, que a personagem — resultado já de componentes genético-culturais, sofrerá, deterministicamente, influências externas. Mas os traços de equilibrada nobreza — no cultivo de amizades burguesas (o Titó, o Videirinha), na moderação e mesmo na comiseração (a assistência ao lavrador ferido, Solha), na consciência histórica (a narrativa épica sobre o antepassado Trutesindo Ramires), e até na aversão depreciativa para com o Cavaleiro, vão fazendo de Gonçalo um herói simpático, quase de todo virtuoso, trabalhado com respeito pelo Autor.

Senão quando, se dá o episódio da reconciliação interesseira com o Cavaleiro, que produz directamente seus maus frutos (o adultério de Gracinha com esse administrador), até que o próprio Gonçalo toma dramática consciência de suas fraquezas e miséria (Cap. X, início).

Quanto a Carlos da Maia apesar de ter por pai ao fraco Fernando, é personagem viril — vejam-se seus amores com a condessa de Gouvarinho. Certa lassidão, pela qual é ele um médico de poucos clientes, corre por conta de sua condição de fidalgo e rico.

O ponto irónico em relação a ele está no momento em que se descobre o incesto de seu amor a Maria Eduarda, sem que isto o detenha.

Em Paço d'Arcos a «ironia de personagem» terá menos exemplos. A acção, no Autor da «Crónica», tem certa ascendência sobre as personagens, que se subordinam às traves e arquitraves da arquitectura romanesca. Dir-se-ia que, em sua intenção, como a queirosiana, de criticar a

sociedade portuguesa, Paço d'Arcos parte, entretanto, de estruturas ou esquemas de enredo das quais constam as figuras humanas sem grande oportunidade de romper tais estruturas.

Perdem, então, em interesse, as personagens desse conjunto ficcional? Nem por isso. Ana Paula, que é dos mais impressivos retratos femininos, de uma rica galeria, debate-se violentamente sob vendavais de paixão, mas acaba não quebrando as amarras que lhe impunha a condição de católica.

Também a Sónia Montshesky de «Do Niagara a Victoria Falls» (in «Amores e Viagens de Pedro Manuel») não se deixa desviar da rota que traçara para vingar com a morte sua virgindade truculentamente roubada pelo perjuro chefe bolchevista. Não se lhes aplica, pois, a ironia.

A começar, então, pela «ironia de personagem» caricaturesca, para logo se nos impõe o Hugo (ou Huguinho) Meireles. Se há traço da obra de Paço d'Arcos que nos leva a registrar a influência de Eça, é justamente a presença daquele efeminado, a nos lembrar o Dâmaso Salcede, d'«Os Maias».

Não sendo protagonista de nenhum dos romances — o que também ocorre com as caricaturas ecianas — o Huguinho sacode suas banhas pelas salas e salões de todas as famílias da «primeira sociedade», de ouvidos e boca atentos ao que se lhes passa nas alcovas. Sua personalidade ostensivamente deformada não dá base a nenhuma aproximação com modelos morais, e portanto não tem tratamento irónico de grandes linhas. Mas é presa fácil das «ironias de situação» na pena do narrador ou na voz das outras personagens:

«O Huguinho Meireles foi procurar Leonel ao escritório porque lhe constara que a Empresa dirigira convites ao mundo oficial, à gente da Finança e da Indústria para a cerimónia do lançamento da primeira pedra da Fábrica (...). O Huguinho não pertencia nem ao mundo oficial, nem à alta finança, nem à grande indústria; mas era um elemento activo da primeira sociedade». (...)

«— Isto é uma vergonha, nunca mais acabam este Parque.

E com a versatilidade que lhe era peculiar:

— E a propósito, quem é esta pêssega que te guarda a entrada?

— A propósito e a despropósito — motejou Leonel.» (...)

«— Como sabes, eu sou íntimo do Moura Teles. Ele portou-se como um traste com a Helena Medeiros, mas nós, homens, somos sempre uns pulhas com as mulheres. — E envolvia-se a si próprio, em gesto largo, no

epíteto acusatório. — Que foste tu, senão um pulha, com essa rapariga que se matou?

— Ora vai-te embora e não digas asneiras — atalhou Leonel empurrando-o para a porta.» («Espelho de Três Faces», IV Parte, Cap. II).

Esses exemplos de Hugo Meireles envolvido em «ironias de situação» se caracterizam, entretanto, como «ironia de personagem», considerando que são os próprios atributos psicológicos e sociais da personagem que autorizam ou produzem a situação irónica.

O Dr. Moura Teles é outra personagem tratada com ironia. E ironia caricata. Uma espécie de encarnação do cinismo pragmático: todos os meios são lícitos, desde que levem ao êxito social.

Talvez esteja, na figura de Heitor Moura Teles, o maior libelo do Autor contra a hipocrisia da sociedade. Esta personagem comparece aos quatro últimos romances da «Crónica», contracenando em primeiro plano nos «Tons Verdes em Fundo Escuro», no papel do plebeu interiorano bem sucedido na vida preconceituosa da burguesia citadina só porque soube usar, para nutrir sua grande ambição, a arte de ter duas faces: a pessoal e a social.

O retrato caricaturesco de Moura Teles atinge plenitude quando ele, no prosseguimento de sua escalada social, abandona a jovem pintora — facto este já indicado por seus traços morais.

Mas se o advogado é modelo do tipo negativo de «ironia de personagem», podemos tomar justamente sua amante como o exemplo oposto, de «ironia de personagem» positiva.

Helena, que já saíra incólume das facilidades da vida artística de Paris, e, mais, de uma educação entregue a si mesma, só por verdadeira paixão se liga ao envolvente Moura Teles. Foi pois uma queda inesperada. E a caracterização positiva da moça se reafirma quando, abandonada, mantém ela uma atitude altiva.

VI — *Ironia de Enredo* — Ocorre quando, considerada uma longa sequência, as condições conducentes a determinado fim (a felicidade dos protagonistas, v. g.), uma vez produzidas, não levam realmente a ele. Há, pois, uma mudança de rumo no enredo, a qual, entretanto, não se deve aos traços psicológicos das personagens. Do contrário, seria o tipo anterior de ironia. E pode resultar um efeito cómico ou dramático, do facto.

Mais uma vez, em Eça vamos usar «A Cidade e as Serras», e numa situação inversa à teoricamente enunciada. Porque no enunciado desta

ironia se previu que a felicidade fugisse das personagens. Ora Jacinto, opostamente, tinha tudo para não se dar bem, e acabou ajeitando-se.

Depositário da supercivilização parisiense, afeito aos requintes de conforto da sociedade líder da época, saudoso das mulheres sofisticadas de Paris e já abjurando o desconforto do trem-de-ferro provinciano — no qual estivera desprovido de suas bagagens — e da subida da serra de Tormes em lombo de burro, estava ele perfeitamente preparado para não se adaptar a sua agreste quinta, à qual fora ter eventualmente, só para trasladar ossos de antepassados e na intenção proclamada de regressar imediatamente...

Entretanto, como se sabe, foi protelando a partida e encontrando lá a felicidade, a ponto de acabar casando-se.

Ao passarmos de Eça a nosso Autor lisboeta, precisamos lembrar uma subdivisão do tema. É que muitas vezes ocorre na obra paçodarquiana uma espécie de «ironia de enredo por ausência». Trata-se da interferência, na acção, de uma personagem ou outro elemento, dela distante. A observação pertence já a outros críticos («Cela 27»), ou é confissão explícita do Autor («Espelho de Três Faces»).

Na peça «O Ausente», os seis anos de internamento de Raul no hospício francês Hameau, alterando radicalmente as coisas em seu lar fazem que ele continue a ser neste um «ausente», que para lá deve voltar.

No «Espelho...» a sombra da falecida noiva de Leonel, Maria Eduarda, continua a projectar-se sobre a vida do rapaz, impedindo-lhe a felicidade.

Na «Cela 27», todo o jogo psicológico decorrido entre as duas detentas da mesma cela e rivais se deve à invisível presença, no ânimo de cada uma, do mesmo Ricardo.

Da «ironia de enredo» propriamente dita só vamos dar um e magnífico exemplo. Magnífico, porque fecha toda a Crónica da Vida Lisboeta, libertando a imaginação do leitor, a nossa imaginação, para compor ou supor o resto da vida (ou da morte?) de Leonor — e por que não do Fernando? — Malafaya, assim como de quaisquer de tantos outros figurantes.

Enfim, está Leonor plenamente livre. Pode, agora que confessou ao Fernando, sem surpresa deste, sua ligação, até então sobressaltada, com o Alberto de Lemos, pode ela, agora, voar ao encalço deste no estrangeiro, onde quer que ele esteja no novo exílio que lhe foi imposto. Agora sim, Leonor, que até ali só agira por frialdade, por cálculo, por ódio, vai vibrar plenamente de amor. É só abrir a carta do Alberto, «que ela ia cobrir com os seus beijos e molhar com as suas lágrimas.

«Mas os seus olhos ficaram enxutos. Não leu palavras de amor. Leu

as expressões serenas, magoadas, de alguém que se despede para não voltar, de alguém que lhe fala, como se fé o inspirasse, da ventura dos homens mas não da sua própria, e que ao amor que a cega e desvaria opõe o sentimento frouxo e o conselho prudente. E que nem sequer deixa a indicação duma posta-restante que finja de endereço, de morada, de abrigo.»

«Ficou com os olhos enxutos a medir, no pensamento entorpecido, as distâncias do mundo, o preço das vidas, o peso da morte nas suas mãos». («A Corça Prisioneira» — final).

B) *O «HUMOUR»*

— *Conceito Estilístico de «Humour» em Machado de Assis* — Se nos deixamos alongar a respeito da ironia e no confronto dos Autores de «A Relíquia» e de «Ana Paula» quanto a ela, foi porque já sabíamos que, quando se tratasse de fallar do «humour», segundo a promessa do título, haveria bem menos que dizer.

O estilo irónico existe realmente em ambos os escritores, como se viu, donde o procurar discernir-lhe os aspectos e ilustrá-los. Embora esse item nos exigisse maior extensão, o distingui-lo em relação ao «humour» impunha-se por dois motivos: um, a maior clareza na definição da própria ironia; outro, o raciocínio, que adoptáramos, a partir do romance de costumes de língua portuguesa.

Os autores acabam caindo em generalizações, em confusões ou até em contradições, quando pretendem ampliar o alcance histórico da palavra «humour» e abarcar com ela autores gregos, latinos, espanhóis, franceses. É uma dilatação, no tempo e no espaço, que acaba misturando coisas: comicidade, sátira, caricatura, ironia, «humour».

Ora, em língua portuguesa não se nos apresentou o problema do «humour» enquanto Machado de Assis não escreveu *alguns* de seus livros, assimilando autores ingleses do século XVIII.

Assim, o mais metódico é tomar a palavra no seu sentido britânico, estrito, e admitir que o «humour» é uma atitude algo sombria, total ou parcialmente céptica, e que estilisticamente se exprime no provocar o riso — e preferentemente o sorriso — através do recurso formal de dialogar com o leitor e a própria acção, dizendo e desdizendo, indo e voltando, metendo dúvidas quanto à origem e à finalidade dos actos e à própria realidade dos factos.

Esses vários elementos são reconhecidos esparsamente por outros.

Diz Vianna Moog que o humorista «não faz guerras, nem promete paraísos no céu e na terra. Sorri ao dogma, à certeza, à fé, à razão. É absolutamente relativista antes de Einstein». («Heróis da Decadência», 3.ª ed., Edit. Delta, pág. 24).

E em continuação das linhas já transcritas de Afrânio Peixoto, relativas à ironia, na pág. 13, diz ele na mesma obra citada: «O «humour» vem aos sensitivos pela mesma inteligência desenganada na realidade: o ofendido consola-se com a piedade, e resignação às vezes, da incurável miséria comum».

O «humour» é, pois, céptico, risonho e amoralista, não-participante.

E estes são traços básicos de Machado. O seu cepticismo radical, que pôde concluir as «Memórias Póstumas» com a terrível frase: «Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado de nossa miséria», move-se entretanto num elevado clima estético, que pôde sempre evitar a violência expressional em que às vezes incidiram os mencionados ingleses. É o caso da célebre página de Swift, em que ele faz uma «modesta proposta para impedir que os filhos dos pobres na Irlanda pesem sobre seus pais ou sobre o país». E a proposta não é senão matá-los para lhes vender a carne! Tais «últimas consequências» do «humour» britânico andaram provocando protestos de escritores franceses...

Realmente, nada mais descrente, mais radicalmente céptico, do que a loucura e a morte, por abandono e amor, do desprevenido Rubião; do que a hipótese de adultério de Capitu, a que a leveza das cenas infantis do livro só fazem aumentar o amargor. Mas há abrandamentos, como na expressão simbólica da «Igreja do Diabo» e no deixar-se viver o quotidiano, do «Memorial de Aires».

É natural que, chegado a tal conteúdo, o escritor não «queira prosélitos», na fórmula de Vianna Moog. A expressão da descrença é apenas auto-consoladora ou, quando muito, denuncia aos outros uma conclusão que por si mesma é estática, não gera a acção, não reforma, não moraliza, porque não tem um modelo a atingir.

Mas o que define realmente esse «humour» à britânica é a sua forma. É esse riso galhofeiro («escrevi-o com a pena da galhofa») obtido com vaivéns e negaças e dúvidas que afinal se projectam sobre o próprio enredo: Teriam o Palha e Sofia explorado realmente o Rubião? por explícito acordo ou sem ele? E a Capitulina: sua traição já estava mesmo marcada nos «olhos de cigana oblíqua e dissimulada», ou Bentinho, ao recordar tudo, está apenas sugestionado pelo José Dias? houve mesmo adultério, ou a semelhança de Ezequiel com Escobar é pura coincidência?

Esta espécie de dúvida da dúvida, sim, é que é o «humour» machadiano.

C) *Ironia e «humour» na evolução estilística de Eça, Machado e Paço d'Arcos*

Faremos agora considerações relativas à curva evolutiva da ironia e do «humour» no estilo dos três autores considerados. Naturalmente, varia a dosagem desses elementos em suas obras.

Quanto aos dois realistas, as histórias literárias já lhes definiram a evolução, fixando as fases de sua produção.

Pode-se afirmar, pois, que em Eça de Queirós o período mais irónico, porque mais definidamente crítico, é o de «Os Maias». Aí, toda a sociedade é objecto do pessimismo do autor. Os próprios protagonistas, Carlos da Maia e Maria Eduarda, envolvem-se em suas fraquezas pessoais. Isto prova que o Autor evoluíra de supor a influência maléfica da sociedade sobre as pessoas, para supor já de si deficientes essas mesmas pessoas.

A antiga atitude gerava dramaticidade, como nos casos de Luísa («O Primo Basílio») e Amélia («O Crime do Padre Amaro»). A segunda gera a ironia, ou é uma ironia ampla, pois deixa por um tempo prevalecer uma noção positiva a respeito das personagens, para depois tirar-lhes a máscara.

No final, a ironia queirosiana se sedimenta em comicidade, uma vez que da coerção social ou da fraqueza moral das personagens não lhes advém propriamente o mal ou o sofrimento: «A Ilustre Casa de Ramires», «A Cidade e as Serras». Temos, pois, uma evolução tripartida em Eça de Queirós.

Em Machado de Assis, também a sequência é ternária e em linha sinuosa, com o ponto culminante («Memórias Póstumas de Brás Cubas» e «Dom Casmurro») antes do final. O que surpreende, e fez que se exagerasse o seu cepticismo, foi justamente o contraste violento deste ponto culminante com relação à produção anterior. De um pulo subitâneo o nosso ficcionista galgou as alturas do «humour», em termos de conteúdo e forma ou técnica.

O drama de Helena, vítima de um amor tornado impossível pelas condições da sociedade, ou o tom irónico de um conto como «Linha Recta e Linha Curva» («Histórias Românticas»), de modo algum fariam suspeitar a descrença dissolvente e rancorosa das «Memórias...». Este último aspecto

da obra tomou conta de sua caracterização, e é bem verdade que representa, não só pela qualidade como pela duração (1881 — «Memórias...» a 1900 — «D. Casmurro»), o acme do Autor. Reforçam-no ainda alguns de seus contos mais expressivos pela invenção e pelo relativismo: «O Alienista», «Ideias de Canário», «A Igreja do Diabo», e que se contêm dos «Papéis Avulsos» (1882) às «Páginas Recolhidas» (1899).

Mas se repararmos bem, essa mesma grande fase céptica já tem seus abalos, assim como a própria Igreja do diabo veio a ter seus infiéis naqueles que voltavam à prática da virtude. Tal é o caso do grandioso conto «Viver!», dos «Papéis Avulsos». E citamos justamente este, que poderia parecer pessimista, pela presença e pelas palavras desalentadas de Aasverus, o judeu errante. — A obra, aliás, é magnífica como exemplo de síntese cultural paganismo-judaísmo (Prometeu e Aasverus), tão própria de Machado. É um conto épico, e quase dizíamos condoreiro, pelo que lembra de Castro Alves. — Pois bem, como termina a narrativa? Pelo perdão divino ao Judeu, e mais a promessa de que dele nasceria a nova Humanidade, redimida da condenação milenar de sofrimento!

Nos últimos livros, o antigo menino do morro do Livramento abranda sua visão dos homens. Parece que lhes perdoa os sofrimentos que por eles padecera.

Dentro da perspectiva deste ensaio caberia perguntar: transformou-se o «humour» machadiano, por abrandamento, em ironia? Passou seu estilo de humourístico a irónico? Parece que a resposta é negativa. A ironia até a mais violenta, nunca é niilista e de todo céptica. Como já estabelecemos, ela se zanga com os homens porque eles não atingiram um modelo idealizado. E então censura-lhes isso, apontando os defeitos e deficiências que produziram tal resultado, quer acrimoniosamente, quer deles se rindo.

E no último Machado o que temos é a aceitação cansada e risonha da humanidade, mas de quem nem mesmo se iludira. Tal a irredutibilidade da oposição entre o Pedro e o Paulo do «Esaú e Jacó», oposição esta inexplicada e inexplicável, e que, paradoxalmente, era também semelhança física e até espiritual (tinham o mesmo génio forte) entre os dois gémeos.

No «Memorial de Aires» temos o fluir mais ou menos incolor da vida. As pessoas deixam-se viver sem grandes empenhos ou pretensões, apenas para o registro desencantado do Conselheiro. Na obra anterior, a rivalidade entre os gémeos e o caso patológico de Flora, associados ao pano de fundo das agitações políticas, ainda geram uma participação um pouco mais activa desse Aires, embora em última análise ele cresse, mesmo, é na relatividade das coisas e na sua composição final (mas sem resolver os

paradoxos e contradições), por influxo do tempo, de que ele tinha uma «concepção idealista».

O último tom da melodia machadiana é pois também menor, embora não aflitivo. Um «humour» abrandado, inclusive na técnica do diálogo com o leitor, que lhe dá base.

Também a obra de Paço d'Arcos comporta uma tríplice divisão, quanto à presença da ironia. Há uma primeira fase, a que a ironia está quase de todo ausente. Uma segunda, em que é ela uma presença marcante, mas deve ser procurada, pois assume formas que não são as mais explícitas e evidentes. E uma terceira, em que domina amplamente, tornando-se a arma predilecta na dissecação das almas.

Procurando estabelecer marcos cronológicos ou bibliográficos e raciocinando sobretudo com a ficção do Autor — porque o seu teatro se imiscui muito na questão — podemos tomar os «Tons Verdes em Fundo Escuro» e o ano de 1946, de sua publicação, como o início da segunda fase. Já a divisão entre esta e a terceira parece-nos estar em 1962, com as «Memórias duma Nota de Banco».

Como em toda a periodização, os compartimentos não são estanques, pois uma peça como «O Ausente», tão medularmente irónica — a «ironia de situação» — segundo já fizemos ver, está cronologicamente na primeira fase, ao passo que «O Navio dos Mortos e Outras Novelas», de 1952 e tão pouco irónico, projecta-se na segunda fase.

Apesar de os exemplos de ironia terem sido extraídos, indiferentemente, de obras das três fases ora estabelecidas, é claro que um caso particular pode ocorrer em determinado livro, sem que o caracterize em globo.

Os primeiros livros de Paço d'Arcos, em que se lêem títulos como «Amores e Viagens de Pedro Manuel», «Diário dum Emigrante», «Ana Paula», «Neve sobre o Mar» e «O Caminho da Culpa», revelam um passionalismo quase romântico. Seus enredos são muitas vezes a história de um amor impossível, que tem de lutar com os preconceitos morais, sociais ou pessoais.

É o caso do emigrante Pedro Manuel, de Ana Paula, do Dr. Paulo e Eugénia Maria («O Caminho da Culpa»). A expressividade, aí, realiza-se no acompanhar a profundeza das comoções psicológicas das personagens, seus medos, suas hesitações, seus atrevimentos.

Saliente-se a boa solução da forma de diário, do segundo título citado, a qual, gerando a narrativa de primeira pessoa, confere originalidade ao livro, no conjunto, e lhe sublinha o conflito.

«Neve sobre o Mar» já introduz um novo tom narrativo, pela aplicação geral da «ironia de desafio», que na verdade o livro representa: os refugiados de guerra que procuravam abrigo na distância e na magnitude dos Estados Unidos não buscaram senão uma grande ilusão. A Margarett ou Gretel Fiescher, por exemplo, que já conhecemos da estação de Basileia, depois de atravessar, a duras penas, o Atlântico, é presa e despojada do nada que lhe restava, na nova Terra da Promissão:

«Ela perdera a pátria e a fortuna — pois que até os restos desta naquela manhã foram confiscados — perdera o marido sob o machado justiceiro, perdera o pai e a filha encarcerados, perdera tudo no mundo, todo o seu mundo — mas era suspeita». (4.ª edição, Edições SIT, pág. 177).

A segunda fase de Paço d'Arcos — com relação à ironia e, talvez, também numa caracterização estilística mais geral — é dominada pela segunda parte da «Crónica da Vida Lisboeta». São os livros publicados nos fins da década de 40 e durante a de 50. É ver o contraste entre «O Caminho da Culpa» e «Tons Verdes em Fundo Escuro». Enquanto o primeiro tem tratamento puramente dramático na história central — ficando pois a ironia para as pinceladas de crítica ao «background» da sociedade —, o segundo exemplifica amplamente a «ironia de personagem».

Os tópicos e aspectos já citados de livros como o «Espelho de Três Faces» e «A Corça Prisioneira» bem demonstram a presença da ironia, mas uma presença às vezes subtil e esparsa.

Merece referência à parte a peça «Paulina Vestida de Azul» (1948). Paulina, manipulando testemunhas dela conhecidas e através de seu noivo, o advogado Vítor Moreno, leva o até então honrado e conceituado Rogério de Almeida, seu padrasto e comandante de um navio afundado durante a guerra, a ser preso por se ter provado que fora intencional o sinistro.

A primeira razão do realce proposto para a peça são os traços fortes da personagem central — mais do que prometia sua idade e condição —, num prenúncio de outras figuras vigorosas e intransigentes dos livros posteriores, e provocando os diálogos violentos, travejados de sarcasmos, nos momentos em que Paulina contracena, quando se poderia acusá-la até de impiedade filial.

A segunda razão é a suspeita, que poderia ficar no ar, de ter sido por ciúmes da mãe que Paulina agisse. É o que se pode colher da penúltima cena, quando, recolhido Rogério à prisão, exclama Leonor, a mãe e esposa:

«— ... Pronto, já conseguiu o que queria; deve estar satisfeita. (*num aumento de vibração*). Mas não, não conseguiu ainda tudo, não

conseguiu desfazer a minha felicidade, não mo conseguiu arrancar, porque ele há-de voltar para mim!»

Ou estas palavras finais de Paulina, depois de declarar que não se casaria com Vítor, são apenas um último sarcasmo?:

«— De luto? Que ideia! Por que não hei-de continuar a vestir-me de azul? Ele queria ver-me sempre vestida de azul. É a cor do mar, a sua cor predilecta!»

Eis um suspense dubitativo à Machado, a lembrar Capitu.

A terceira fase de Paço d'Arcos, já se disse, é nimiamente irónica e às vezes até sarcástica. Há uma radicalização do amargor e da desilusão no pintar as figuras e as situações. Aparecem, então, casos extremos no plano moral e psicológico, como nas histórias de Maria Inês e Mónica («Cela 27») e de Frederico, o Olho de Vidro das «Novelas pouco Exemplares».

O estilo irónico dominado pela «ironia sardónica», que então resulta, decorre de que pesa desde logo sobre as personagens a suspeita de fraqueza.

Assim, Don Pedro e Izquierdo, altos funcionários da embaixada da pequena república hispano-americana de San Cristóbal, em Londres, Enquanto o primeiro se mantém como o altivo Embaixador, de dedos carregados de anéis, blasona de autoritário, com tonitruante voz, e é dificilmente atendido pelo prestativo Izquierdo:

«Entendia-se com colaboradores, criados e visitantes por intermédio dum secretário servil, que lhe cortava as pontas dos charutos, lhe adivinhava os pensamentos e lhe aturava as grossarias».

Don Pedro González Moreno, um dos fautores da ascensão do tirano governador de San Cristóbal, e que por dedicação a este já prendera e executara muitos cidadãos enquanto fora ministro da republiqueta, costumava, em Londres, expor a Izquierdo e outros funcionários da embaixada as providências enérgicas de represália contra a oposição a seu Presidente, que ele tomaria, se lá permanecesse. No que era deles secundado e aplaudido. Entretanto, notícias insistentes de abalo da Situação dominante em San Cristóbal, por influência do término da guerra, aparecem na imprensa londrina e «Os jornalistas acorreram à Embaixada, no natural afã de conhecerem o ponto de vista fidedigno do Governo ameaçado, e animados por aquele zelo com que a imprensa inglesa, ao serviço do mais estável dos regimes, procura, incansavelmente, derrubar os regimes alheios».

(Vale a transcrição para se notar o tom irónico, consubstanciado na

«ironia de circunstância» de nossa classificação, que perpassa por todas essas «Memórias de uma Nota de Banco»).

São só desmentidos e protestos de fidelidade ao tirano de San Cristóbal essa primeira entrevista de Don Pedro à imprensa. Mas vai, entre os íntimos e no círculo diplomático, alterando sua linguagem no sentido de admitir erros, e depois crimes, no governo do país, até que cancela as remessas à pátria dos armamentos com que o caudilho se defendia da oposição. Assim, quando cai de facto o governo:

«Havia muito que a nação ansiava pelo triunfo do movimento libertador que pusesse termo ao regime de crueldade e de corrupção com que o tirano, agora deposto, durante longos anos escravizara o povo. O país inteiro saudava, nos novos governantes, os patriotas corajosos que, enfrentando todos os riscos haviam quebrado as grilhetas duma ditadura nefanda» — tal, naturalmente, o conteúdo das novas palavras de Don Pedro à imprensa de Sua Majestade.

Baldaram-se, entretanto, estes esforços de composição com os novos dirigentes e suas esperanças continuístas como embaixador. E à traição de Don Pedro ao ditador responde e corresponde a inesperada traição de Izquierdo a Don Pedro, pois em todo aquele tempo não era o secretário senão um agente das oposições. Substitui pois Izquierdo a Don Pedro no cargo, expulsando-o da embaixada. E fica finalmente o ex-arrogante plenipotenciário entregue a si mesmo, isto é, à mais triste miséria moral.

Traição contra traição... esta, a mensagem pessimista do conto, (2.ª ed., págs. 101-124), como do conjunto do livro. Em que, porém, consistiria a força interna destas «Memórias duma Nota de Banco» ou seja, de uma cédula de quinhentos escudos, munida da grave efígie de Damião de Góis, pela qual força se apresentam elas como das melhores obras do Autor, se não a melhor?

Sobre representar a plena maturidade do escritor — composta já depois de encerrada a «Crónica da Vida Lisboeta» — e sobre representar também uma síntese luso-europeia, por seus ambientes e personagens, constitui ela ainda, dentro de nossa perspectiva, uma outra síntese: a das três fases estilísticas. É que a intenção de tratamento irónico — que a há —, se muitas vezes gera a ironia explícita e até sardónica da terceira fase, nem por isso exclui a ironia mais velada e a grandes traços da segunda; e tudo isso ao lado do estudo e denúncia de destinos pisoteados pela desgraça ou pela miséria, como nos romances e novelas da primeira fase: a prostituta Deolinda, o barbeiro Avelino, a judia Madame Koehler, a velha professora Miss Taylor, o agenciador de enterros Isolino e outras

mais personagens que nos lembra a relação de Óscar Mendes em «Um Brasileiro Lê Paço d'Arcos» — Parceria A. M. Pereira, 1972, págs. 75-87.

Supomos que a nossa análise está coerente com a conclusão do ilustre crítico pernambuco-mineiro:

«... livros como este de Paço d'Arcos soam, na sua corajosa e serena condenação, como o protesto da inteligência, da justiça e da caridade contra uma humanidade que, estupidamente, forja na oficina das paixões mais vis, a sua própria destruição». (Ibidem, pág. 87).

Conclusão a respeito de Joaquim Paço d'Arcos — Começamos este trabalho levantando hipóteses com relação à significação que poderia ter, para as literaturas de língua portuguesa, a obra de Joaquim Paço d'Arcos. Ao final dele, supomos que tais hipóteses se confirmam plenamente, e essa obra, ao lado das de Eça de Queirós e de Machado de Assis, não só continua, renovando-a, a tradição do romance de costumes ou de crítica social, como é um grande campo para a pesquisa da ironia, a grande base técnica do género.

Algumas outras perspectivas poderiam ser usadas no confronto dos três escritores. Uma delas, que nos parece faria aproximar Paço d'Arcos de Machado, é a desenvoltura no tratamento das personagens femininas. Ana Paula, Eugénia de Macedo, Norma Davenport, Paulina, Leonor Malafaya e tantas outras por nós mesmo aqui citadas constituem uma variada galeria, a nos lembrar, pela subtileza ou pelo vigor das pinceladas ou do colorido, os retratos de uma Flora, uma Capitu, uma Vigília, uma Sofia e até uma Helena.

Mas na psicologia das personagens se poderá dizer que Paço d'Arcos, embora feminista, equilibra quase, com o das mulheres, o estudo dos homens. É ver como a figura de Leonel Sobral domina o «Espelho de Três Faces», e como Eduardo Reis, Paulo de Morais, Fernando e Alberto actuam quase em igualdade de condições com suas parceiras, nos respectivos romances. E isso já puxa mais ao Eça, em que, do Padre Amaro ao Jacinto, passando por Carlos da Maia e pelo Fidalgo da Torre, os homens dominam o cenário psicológico. Lembre-se entretanto a excepção de Luísa.

Nesse tipo de análise, Paço d'Arcos estaria também situado numa posição intermediária entre os dois grandes antecessores. Comum aos três, teríamos a objectividade, a preocupação da coerência, da verossimilhança.

Outro exemplo de perspectiva diferente seria o enfoque que tomasse o senso de medida, a amplitude dos desenvolvimentos, nos três autores. Por este se veria o amplo ritmo de Eça — pela extensão dos capítulos,

pela minúcia da descrição, pelo lento dos acontecimentos — se contrair em Machado, na brevidade dos capítulos e na exclusão da natureza, mas também na raridade dos episódios, compensada pelos comentários à Aires, e se condensar ainda, o ritmo, em Paço d'Arcos, com sua narrativa despojada também das minudências e paisagens, e mais directamente inspirada na análise psicológica e nas contingências sociais.

Voltando porém ao nosso enfoque da ironia e do «humour», finalizamos:

Se distinguimos Machado de Assis — humorista — dos dois portugueses — ironistas —, deve ter ficado claro que o Autor lusitano actual deu uma contribuição preciosa ao «estilo irónico», elevando-o de um plano de comicidade, em que muito do Eça o mantinha, para o plano da seriedade e da dramaticidade.

Belo Horizonte, 12 de Junho de 1975.

A viagem de António Correia a Pegu

Por LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ

Nota prévia

Sob o título *De Malaca a Pegu — Viagens de um feitor português (1512-1515)* (1), publicámos, há cerca de dez anos, dois importantes documentos do *Fundo Antigo* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: os cadernos de registo das viagens do feitor Pero Pais a Pegu em 1512-13 e em 1514-15. Foi nessa ocasião que tomámos conhecimento da existência de um terceiro documento do mesmo tipo, infelizmente muito mutilado: o caderno de contas do feitor Jorge Mesurado. O documento está catalogado como «livro da despesa feita pelo feitor de Pacém», o que não corresponde à realidade senão aproximadamente: trata-se, com efeito, de uma nova viagem a Pegu, feita, como as precedentes, com escala em Pacém. Uma leitura atenta do documento mostra que se trata, afinal, da viagem do capitão António Correia, que Barros e Castanheda narram com certo pormenor nas suas crónicas, e a que Gaspar Correia também alude, mas mais brevemente.

O facto de entre esta viagem e as de Pero Pais mediarem alguns anos, o de serem diferentes as circunstâncias em que foram realizadas e as pessoas que nelas intervieram, bem como o de estar truncado o caderno de registos, levou-nos a não incluir naquela publicação o presente documento.

Sucedeu, entretanto, que ao fazer uma busca na colecção dos *Fragmentos*, recentemente posta em ordem, se nos depararam duas folhas mais do mesmo caderno, que logo reconhecemos pela letra, papel e disposição gráfica. Esse facto fez-nos desconfiar da possibilidade de, dispersos, existi-

(1) Editado pelo Instituto de Alta Cultura — Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, 1966.

rem ainda no Arquivo outros pedaços do mesmo livro. Uma busca cuidadosa no *Corpo Cronológico* revelou-nos, com efeito, a existência de três outros fragmentos (2). O livro fica ainda longe de estar completo; mas agora, após uma busca sistemática nas principais colecções do Arquivo em que nos pareceu poderem figurar mais fragmentos, cremos que o resto estará definitiva e irremediavelmente perdido. É por isso que decidimos publicar, com uma breve introdução e alguns comentários, o que achámos. O relato dos cronistas permitir-nos-á, em parte, suprir as lacunas do documento.

Esta viagem situa-se, de certo modo, na mesma linha das de Pero Pais; desnecessário se torna, portanto, repetirmos as considerações de ordem geral com que no precedente estudo introduzimos a publicação dos documentos. Para ele remetemos o leitor interessado nas matérias que ali ventilámos: estrutura do comércio português no Índico, interesse comercial do reino de Pegu e sua importância para a segurança e abastecimento de Malaca.

A viagem de António Correia a Malaca e Pegu, embora de importantes efeitos no momento, não é, de modo algum, um facto de largas consequências, nem muito menos um marco na história do domínio português nos mares do Oriente: é, na sucessão quase inextricável de façanhas militares, diligências diplomáticas e viagem de veniaga, que constitui a trama da história do Oriente português, uma expedição entre muitas outras, uma viagem quase de rotina.

O que dela narram os cronistas é, como sempre, o que de mais excepcional ela encerrou; o que o caderno do navio relata é, pelo contrário, o anódino dia a dia de viagem, a inglória venda de panos a retalho, todos os pequenos ganhos e perdas que constituem uma expedição comercial. Aí nos parece estar o seu interesse: em nos revelar algo acerca das condições concretas em que se processava esse tráfego, de que tão pouco nos dizem os cronistas, e das práticas habituais a bordo dos navios em que durante o século de quinhentos, os portugueses de porto em porto iam sulcando o Índico.

---

(2) Tinham as cotas *Corpo Cronológico*, III-7-21, III-7-24 e II-85-201; estão hoje, tal como as duas páginas encontradas nos *Fragmentos* reunidos ao documento principal, *Fundo Antigo*, n.º 807.

Quem era António Correia.

António Correia, o comandante da nossa expedição, era um daqueles fidalgos da época manuelina que, criados no Oriente quase de meninos, aí passaram uma existência aventurosa, em que, numa instabilidade constante, as façanhas militares alternam com expedições comerciais ou com o tranquilo exercício de funções administrativas. Sem ser uma figura de primeiro plano na história do nosso império oriental, deu, no entanto, suficiente sinal de si para através das crónicas coevas, que lhe registaram os passos, lhe podermos seguir as andanças.

Como muitos outros protagonistas da história luso-oriental António Correia não era na Índia um cidadão isolado — mas o membro de uma família por mais de um elemento ligada à aventura ultramarina. Era, com efeito, filho de Aires Correia, feitor da armada de Pedro Álvares Cabral, e sobrinho de Diogo Lopes de Sequeira comandante da primeira expedição portuguesa a Malaca (1509) e mais tarde governador da Índia (1518-21); e a seu lado, encontramos, em mais de um feito militar, um irmão seu, chamado, como o pai, Aires Correia.

Vieram ambos para a Índia com o pai em 1500, na armada de Pedro Álvares Cabral; António Correia teria então, segundo Castanheda, uns onze anos de idade.

Em Calicut, onde seu pai ficou como feitor, António e Aires Correia tomaram grande amizade com um moço da mesma idade, filho de Coge Bequim, mercador mouro afecto aos portugueses; e em sua casa passavam grande parte do tempo. Quando por instigação de outros mouros mercadores se deu na cidade a sedição contra a feitoria portuguesa — a primeira hostilidade contra os portugueses na Índia, em grande parte causada pela falta de senso do pai do nosso herói — ou porque Coge Bequim os tivesse escondido, como refere Gaspar Correia, ou porque tivessem fugido a nado para os bateis como querem Barros e Castanheda, os dois moços conseguiram escapar, enquanto seu pai era morto (3).

É em Março de 1512 que vemos pela primeira vez António Correia (4) tomar parte numa façanha bélica: ao lado do capitão Manuel da Cunha

(3) Barros, *Asia*, Década I, liv. V, cap. VIII; Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, liv. I, cap. XXXVIII; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, tomo I, Armada de Pedro Álvares Cabral, cap. VIII-IX.

(4) Castanheda, *História...*, liv. III, cap. LXV.

participa na defesa de Goa, atacada por Pulatecão (5). Mas é só seis anos mais tarde, nas vésperas da viagem que neste estudo nos ocupa, que o seu nome começa a ocorrer com frequência nas páginas dos cronistas.

No intervalo os dois irmãos parecem ter vindo ao Reino: com efeito em 1518 é concedida por D. Manuel licença a «António Correia e Aires Corrêa que ora vão servir à Índia» para que possam levar para lá dois quintais de marfim (6). O marfim era, com efeito, monopólio da Coroa, de modo que só com autorização régia se podia transaccionar. Os dois irmãos devem, portanto, ter voltado para o Oriente na armada de 1518, de que seu tio Diogo Lopes de Sequeira, nomeado governador da Índia, foi capitão-mor.

No começo de 1519, após o regresso de Lopo Soares de Albergaria ao Reino, Diogo Lopes de Sequeira destituiu Lourenço Moreno da capitania de Cochim; António Correia foi então nomeado para o substituir interinamente (7), enquanto não chegava de Malaca Aires da Silva — o capitão efectivo que, por motivos pessoais, Lopo Soares de Albergaria desterrara e substituíra por Lourenço Moreno.

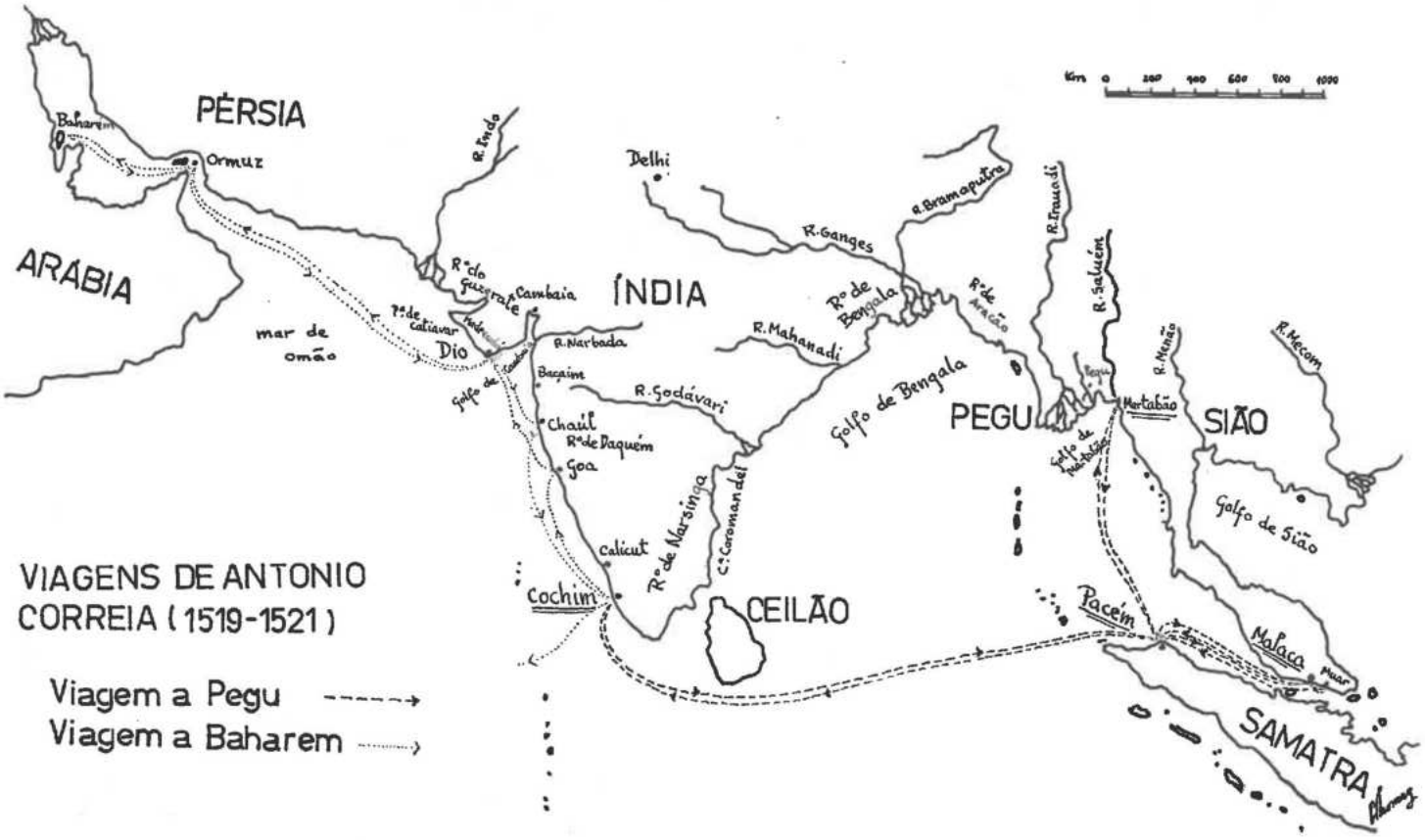
António Correia não deve ter governado Cochim senão durante dois ou três meses. De Malaca vinham notícias do grande aperto em que a cidade estava, ameaçada pelo rei de Bintão que se viera estabelecer na margem do rio de Muar, a poucas léguas da praça, de onde por mar e por terra lhe lançava ataques sucessivos. Era, além disso, grande a escassez de alimentos na cidade, e a feitoria, deficitária, não tinha dinheiro para pagar os soldos.

---

(5) Não há uma firme certeza de que se trate do nosso António Correia pois havia ao tempo na Índia vários homónimos: um António Correia, casado rico de Goa, de que começa a haver notícia a partir de 1523 e é muito falado em tempos de D. João de Castro, e um outro que veio para a Índia nesse mesmo ano e foi mais tarde feitor de Chaúl e Baçaim. Os cronistas referem esporadicamente um e outro, e o último, ao fim de 25 anos de permanência no Oriente, resume os seus serviços numa carta a D. João III, escrita a 6 de Janeiro de 1548 e conservada no ANTT, *Gaveta* 15-17-30.

(6) *Registo da Casa da Índia,* publicado por Luciano Ribeiro, A. G. U., Lisboa, 1954, n.º 41, pág. 9.

(7) Gaspar Correia (*Lendas da Índia,* tomo II, Lenda de Lopo Soares de Albergaria, cap. VIII, pág. 488) coloca esta nomeação em Fevereiro de 1517, em tempo de Lopo Soares de Albergaria, o que é por certo, um lapso, — pois nem António Correia estava então na Índia nem as circunstâncias em que foi nomeado se coadunam com o contexto de 1517. O mesmo autor, aliás, sem dar fé do seu erro, volta a noticiar a nomeação de António Correia para capitão de Cochim no governo de Diogo Lopes, em Janeiro de 1519 — notícia que esta sim, coincide com a de Castanheda e parece ser correcta. — V. *Lendas da Índia,* Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, cap. II, pág. 564; Castanheda, *História...*, liv. V, cap. II.


PÉRSIA
ARABIA
ÍNDIA
Baharem
Ormuz
R. Indo
Delhi
R. Ganges
R. Bramaputra
R. Irauadi
R. Salueém
R. Menão
R. Mecom
R.º do Guzerate
Cambaia
R.º de Bengala
R.º de Arracão
mar de omão
P.te de catiavar
Dio
R. Narbada
R. Mahanadi
Golfo de Bengala
PEGU
Martabão
SIÃO
Golfo de Martabão
Golfo de Sião
Bacaim
R. Godávari
Chaúl
R.º de Paquém
Goa
Calicut
R.º de Narsinga
C.º Caromandel
Cochim
CEILÃO
Pacém
Malaca
SAMATRA
Km 0 200 400 600 800 1000
VIAGENS DE ANTONIO CORREIA (1519-1521)
Viagem a Pegu
Viagem a Baharem

O governador decidiu, por isso, organizar uma expedição de socorro, e confiar a António Correia o seu comando. Socorrida Malaca seguiria com a sua armada até à China, de onde no ano anterior Fernão Peres de Andrade regressara com novas de animadoras perspectivas comerciais. Foi nessa altura que Simão de Andrade, irmão de Fernão Peres, exibiu um alvará de D. Manuel que lhe fazia mercê de uma viagem à China logo que o irmão regressasse. Perante ele, teve o governador de mudar de tenção. Simão de Andrade partiu para a China — onde a sua desastrosa actuação havia de turbar para muitos anos as relações com os portugueses — e António Correia foi encarregado de ir a Pegu, assentar paz e comprar mantimentos para Malaca (8).

Foi nestas circunstâncias que António Correia partiu de Cochim em fins de Abril ou princípios de Maio de 1519 para a sua viagem a Malaca e Pegu.

O que então se passou não nos interessa de momento — pois em breve teremos ocasião de o narrar em pormenor; passemos pois adiante para vermos brevemente que fez António Correia após o seu regresso de Pegu.

A chegada a Cochim deve ter-se dado em Dezembro de 1520 ou Janeiro de 1521. Daí seguiu António Correia para Goa, a encontrar-se com o governador seu tio.

Diogo Lopes de Sequeira fazia-se prestes nesse tempo para marchar sobre Dio para exigir, como lhe recomendava El-Rei, licença para erguer uma fortaleza, ou, no caso de esta lhe ser negada, apoderar-se da cidade pela força. António Correia incorporou-se na expedição, que foi, aliás, infrutífera: as conversações não resultaram, mas a cidade pareceu demasiado forte ao governador para a acometer. Pensou então em fazer a fortaleza no rio de Madresabat, a cinco léguas de Dio; para tal efeito enviou António Correia a explorar o local. António Correia desempenhou-se convenientemente da sua missão; mas por se avizinhar já a monção, ficou decidido não se fazer por então a fortaleza (9).

O governador resolveu ir invernar a Ormuz; António Correia foi com ele — e foi durante esse inverno no Golfo Pérsico que se deram os factos que mais o notabilizaram na História.

---

(8) Castanheda, *História...*, liv. V, cap. IV; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, tomo II, Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, cap. IV; cf. Barros, *Ásia*, Década III, Liv. III, cap. I.

(9) Castanheda, *História...*, liv. V, cap. XLVIII a LI; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, tomo II, Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, cap. XIV; Barros, *Ásia*, Década III, liv. cap. VIII-IX.

Foi o caso que el-Rei de Baharém (10) vassalo e tributário do de Ormuz, por sua vez vassalo do de Portugal, se levantou contra o seu suzerano; e não contente de lhe negar o tributo, começou de fazer arribar ao seu porto as naus que demandavam Ormuz, que assim viu baixarem rapidamente os réditos da sua alfândega. El-Rei de Ormuz aproveitou a presença de Diogo Lopes na cidade para lhe pedir que organizasse uma expedição punitiva e restabelecesse Baharém na sua obediência.

O governador decidiu organizar para o efeito uma armada; António Correia, convidado pelo tio, aceitou o comando da expedição. Partiu a 15 de Junho de 1521 com 400 portugueses embarcados em sete velas; com ele foi Raix Xarafo, tio e capitão-mor da armada del rei de Ormuz, com 3000 homens de armas embarcados em 200 terradas. Baharém era defendida por 12 000 homens, dos quais 300 a cavalo.

António Correia atacou a cidade a 27 de Julho; na refrega foi ferido, bem como seu irmão Aires — este com gravidade. Apesar disso e de as tropas de Raix Xarafo, atemorizadas com a desproporção de forças, só tardiamente terem acudido, os portugueses conseguiram desbaratar as forças do rei rebelde e entrar na cidade. A frota do rei de Baharém foi destruída, e os territórios que dele dependiam na costa fronteira da Arábia entregaram-se sem combate. Mocrim, o rei rebelde, que faleceu na refrega foi decapitado depois de morto e a sua cabeça levada como troféu ao rei de Ormuz.

Foi por causa deste feito que D. João III, por carta régia de 14 de Janeiro de 1540, autorizou António Correia a usar no seu brasão de armas a cabeça de um rei mouro cortada em sangue, num dos quarteis do escudo e outra igual como timbre sobre o elmo. Os seus descendentes usaram desde então o apelido de Correia-Baharém (11).

A 12 de Agosto depois de ter empossado um árabe fiel a el-rei de Ormuz no governo de Baharém, António Correia regressou a Ormuz onde o rei o cumulou de honras e presentes.

No fim de Setembro Diogo Lopes de Sequeira partiu para Cambaia ainda com a ideia de erguer uma fortaleza em Madresabat; mas entretanto Melique Iaz, senhor de Dio, suspeitando do seu intento, fortificara o local pelo que não foi possível levar por diante o projecto. Diogo Lopes

(10) Ilha, cidade e sultanato do Golfo Pérsico, 26.° N, 50.° 35' E.

(11) Castanheda, *História...*, liv. V, cap. LIX-LX; Gaspar Correia, *Lendas da India*, Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, cap. XVIII; Barros, *Asia*, Década III, liv. VI, cap. III a V. Cf. artigo «Correia», in *Verbo*, Enciclopédia luso-brasileira de cultura, vol. VI.

decidiu por isso enviar uma embaixada a Nizamaluco, potentado do reino de Daquém (12), a negociar autorização para a construir em Chaúl (13), na margem oposta do Golfo de Cambaia. Obtida a licença, o governador partiu para Chaúl, a dar início aos trabalhos. António e Aires Correia acompanharam-no.

Mas tampouco convinha a Melique Iaz que os portugueses se instalassem em Chaúl; enviou por isso uma armada, comandada por Aga Mahamut, a dar-lhes caça. A expedição não teve sucesso; mas no combate morreu o capitão da armada portuguesa, Diogo Fernandes de Beja. Para o substituir foi nomeado o nosso António Correia.

Diogo Lopes recolhia entretanto a Cochim para regressar ao Reino, pois chegara para lhe suceder no governo da Índia D. Duarte de Meneses. António Correia, porém, ficou em Chaúl como capitão do mar até ao fim do ano, em que chegou para o substituir D. Luís de Meneses, irmão do novo governador. Durante a sua permanência em Chaúl notabilizou-se uma vez mais em vários combates e sobretudo na defesa de um baluarte já construído da fortaleza, contra um novo ataque de Aga Mahamut (14).

Em Janeiro de 1522, finalmente, António Correia partiu de Cochim com com seu tio Diogo Lopes de Sequeira, de regresso ao Reino.

Ao que supomos não tornou à Índia. As crónicas continuam a citar em vários feitos o nome de um António Correia; mas trata-se, evidentemente, de um dos seus dois homónimos: o casado (15) rico de Goa e o que foi feitor de Baçaim (16) e Chaúl. A posição em que aparecem é aliás sempre demasiado subalterna para que se possa tratar do nosso homem, cujo passado daria direito a funções mais elevadas.

---

(12) Importante reino muçulmano da Península Hindustânica, ao sul do de Cambaia, cujos limites coincidiam aproximadamente com os do actual Estado de Maharastra da União Indiana; pertencia-lhe toda a costa de Chaúl até Goa; no século XVI estava desmembrado em vários senhorios, entre os quais o de Nizamaluco e o de Bijapor, a que pertencia Goa antes de conquistada pelos portugueses. Daquém é corruptela de Dekhân.

(13) 18° 33' N, 72.° 55' E.

(14) Castanheda, *História...*, liv. V, cap. LXXII-LXXV e LXXXII; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lenda de Diogo Lopo de Sequeira, cap. XX-XXII; Barros, *Ásia*, Década III, liv. VI, cap. VII a X.

(15) Chamavam-se na Índia *casados* aos portugueses que se haviam estabelecido na terra desposando mulheres nativas.

(16) Praça portuguesa no reino de Cambaia, a N. de Bombaim, 19° 21' N. 72.° 50' E.

É provavelmente ele que em 1537 serve em Lisboa de procurador a Aleixo de Sousa Chichorro, capitão de Sofala, para receber na Casa de India 2000 cruzados e lhos enviar para Moçambique (17). É a última vez que achamos o seu nome ligado à história do Oriente Português.

A conjuntura político-militar nas vésperas da viagem.

A viagem de António Correia gira, como já acima anotámos, à volta da situação de Malaca e das suas necessidades militares e comerciais.

Malaca nasceu, desenvolveu-se, tornou-se na grande potência da Ásia Sul-Oriental e caiu nas mãos dos portugueses, tudo no curto espaço de pouco mais de um século. Se a sua transformação de mísera aldeia de pescadores em valhacouto de piratas e logo em grande empório comercial tem paralelo em mais de um caso na História Universal, já a rapidez da sua ascensão parece bem mais excepcional. Foi, evidentemente a sua posição privilegiada nas margens do Estreito a que deu o nome que permitiu tão fulgurante carreira.

Mas a mesma posição que lhe fez a fortuna a tornava vulnerável. É que a Península Malaia foi até ao século passado, em grande parte, uma terra despovoada: coberta na sua maior extensão pela densa selva equatorial, apenas aqui e além cortada de rios de água lamacenta abismados na espessura do matagal sob túneis de arvoredo basto, não oferecia, até que as técnicas da civilização moderna permitiram a sua domesticação, grandes condições para o povoamento humano. A cidade que teve na navegação a sua razão de ser, tinha na navegação igualmente a garantia da subsistência — pois cercada de matagal bravio não podia contar, nem para efeitos de abastecimento nem de comunicação, com o seu *hinterland*.

Via-se, por isso, obrigada a importar de três regiões relativamente distantes — Pegu, Java e Sião Meridional — a base do sustento da sua população: o arroz. Nesse facto estava a principal causa da sua vulnerabilidade. Acrescia ainda que a existência de espessas florestas em toda a região permitia, a quem conhecesse o terreno, deferir sobre a cidade ataques súbitos e permanecer impune, com a mata por esconderijo.

(17) A procuração passada a 28 de Novembro de 1537, está no ANTT, *Corpo Cronológico*, II-214-91; o recibo dos 2000 cruzados, datado do dia imediato, está no *Corpo Cronológico*, I-60-25. Ambos os documentos estão publicados na colectânea *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na Africa Central*, vol. VI. Lisboa, 1969, n.º 32, pág. 462, e n.º 33, pág. 466.

Quando em 1511 Afonso de Albuquerque conquistou Malaca, o sultão que antes a dominava retirou-se para a ilha de Bintão (18) e daí continuou a governar o resto dos seus estados — pois os portugueses apenas se apossaram da cidade e seu alfoz imediato.

Os primeiros anos foram prósperos e de relativa tranquilidade: o comércio português expandia-se rapidamente pela Insulíndia até Maluco, e pela costa asiática, desde o Coromandel à China, e de todas as partes voltavam a afluir as ricas mercadorias que haviam feito a grandeza de Malaca no tempo dos sultões. Estes com as forças desorganizadas, quiçá ainda sob o choque psicológico da perda da sua capital, não se atreviam a atacá-la em força. A excelente diplomacia de Afonso de Albuquerque soubera, para mais, criar boas relações com vários potentados da região, de modo que os portugueses, para segurar Malaca, podiam contar não só com as próprias forças, mas com um jogo de alianças bem concebido.

Em 1515, porém, a situação começara a dar mostras de tender a deteriorar-se. O princípio de tal mudança foi, provavelmente, em meados desse ano o escândalo da execução de Raja Abdalá, rei de Campar, que em Malaca, sob a autoridade do capitão da praça servia de *Manco Bumi* (19) ou vice-rei, com poder sobre todos os mouros e gentios (20). Muitos mercadores abandonaram, receosos, a cidade, e os reis comarcãos por temor ou revindicta, deixaram de lhe enviar mantimentos (21).

El-Rei de Bintão não deixou de aproveitar o ensejo para directamente ou por entreposta pessoa, provocar vários incidentes com os portugueses na costa de Samatra.

Em fins de 1515 assumiu o governo de Malaca um novo capitão que imediatamente escreveu ao governador Lopo Soares de Albergaria a expor a situação e pedir reforços; Lopo Soares, porém, alegando diversos motivos, não lhos enviou (22).

A situação interna complicou-se entretanto com as medidas impolíticas que Jorge de Brito tomou acerca dos servos e outros bens que haviam

---

(18) Ilha situada ao sul de Singapura, no arquipélago de Rhio ou Riau, hoje pertencente à Indonésia — 1.° 10′ N 104 ° 30′ E.

(19) Do malaio *mangku bumi*, «regente».

(20) Sobre esta execução, de que não podemos dar aqui mais dilatada notícia, veja-se o nosso estudo «Nina Chatu e o comércio português em Malaca», a publicar no próximo volume das *Memórias* do Centro de Estudos de Marinha.

(21) Castanheda, *História...*, liv. IV, cap. CL.

(22) Carta de Lopo Soares de Albergaria a Jorge de Brito, sem data, ANTT, *Cartas dos Vice Reis*, n.° 32.

pertencido ao Sultão — problema deveras interessante mas que seria moroso esmiuçar aqui (23).

Mas o que tornou a situação quase castastrófica foi a doença e morte súbitas de Jorge de Brito, em Abril ou Maio de 1517. Antes de morrer, Jorge de Brito entregou o poder ao alcaide-mor da fortaleza, Nuno Vaz Pereira; mas o capitão-mor do mar, António Pacheco, baseado num regimento deixado por Afonso de Albuquerque (24), reclamou a sucessão e recusou-se a reconhecer Nuno Vaz. Ambos se proclamaram capitães ao mesmo tempo, um na fortaleza, outro num ilhéu fronteiro onde estava ancorada toda a armada.

Aproveitando esta situação o sultão fez construir uma fortaleza na foz do rio de Muar, a umas escassas cinco léguas de Malaca. Daí começou a atacar quotidianamente a fortaleza, enquanto que a sua armada, no estreito, impunha ao porto um verdadeiro bloqueio (25).

Quando Lopo Soares de Albergaria soube do que se passava, não podendo deslocar-se em pessoa a Malaca, enviou seu sobrinho D. Aleixo de Meneses a regularizar a situação.

A 7 de Junho de 1518 D. Aleixo entrou no porto. Malaca estava num caos: Nuno Vaz Pereira lograra aprisionar António Pacheco, mas estava gravemente doente, e Lopo Vaz, o feitor, preparava-se para disputar por sua vez ao alcaide-mor Manuel Falcão a sucessão mal ele morresse; fazia-se moeda falsa; na feitoria não havia um real, e havia oito meses que se não pagavam soldos; na fortaleza não havia mais de 60 ou 70 homens capazes de combater. O sultão deixara a ilha de Bintão para se vir estabelecer no Pago, um pouco a montante de Muar. Os ataques das suas forças a Malaca eram tão constantes que ninguém se atrevia já a sair para apanhar lenha ou para pescar; pensava-se mesmo em recolher toda a gente portuguesa à fortaleza e abandonar a cidade (26).

---

(23) João de Barros (*Asia*, Década III, liv. I. cap. IX) é o único cronista que se lhe refere. Refere-o ainda Francisco de Faria numa carta a El-Rei, escrita de Malaca a 14 de Agosto de 1517 — ANTT, *Corpo Cronológico*, I-22-62.

(24) Esse regimento determinava que falecendo o capitão da praça lhe sucederia o capitão-mor do mar; nas outras fortalezas a sucessão cabia ao alcaide-mor, pois não havia capitão-mor do mar senão em Malaca; as pretensões de Nuno Vaz baseavam-se pois na norma geral, a que Malaca fazia excepção.

(25) Barros, *ibidem*; cf. Carta de D. João de Lima a El-Rei, de Cochim, a 22 de Dezembro de 1518, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-23-117.

(26) Carta de Simão de Andrade a el-Rei, Malaca, 10 de Agosto de 1518, ANTT, *Gaveta* 5, maço 17, doc. 27; Carta de Afonso Lopes da Costa a el-Rei, Malaca, 20 de Agosto de 1518, ANTT, *Gaveta* 15, maço 21, doc. 16, publicada por A. Basílio

D. Aleixo restabeleceu a disciplina e soltou os capitães que Nuno Vaz Pereira mantinha prisioneiros; e com a gente que trouxe da Índia começou a fazer guerra ao sultão. A presença da sua armada impôs certo respeito às forças navais malaias que afrouxaram os seus ataques e o bloqueio imposto ao porto.

Em Outubro, contando já com as forças trazidas pelo novo capitão, Afonso Lopes da Costa, chegado da Índia em Julho, e aproveitando a presença da armada de Fernão Peres de Andrade acabada de regressar da China, foi possível tentar uma primeira expedição contra Muar; mas fracassou, ao que parece por má coordenação do comando. Uma segunda tentativa, um mês depois, foi coroada de êxito: a fortaleza caiu em poder dos portugueses. As suas forças não se atreveram, contudo, a subir o rio, e o sultão continuou entrincheirado no Pago com o grosso das suas hostes (27).

O regresso de D. Aleixo à Índia, em Dezembro de 1518, voltou a agravar a siutação: não só a sua armada deixou de estar presente no estreito, como parte da guarnição preferiu abandonar Malaca e regressar com ele. Este facto não nos deve espantar: no Oriente só em tempo de D. Filipe I houve corpos militares organizados; até lá os soldados, não vinculados a companhias, tinham a Índia inteira por quartel, movendo-se a seu talante de fortaleza para fortaleza, e vencendo soldo onde quer que se encontrassem. Os capitães designados para servir nesta ou naquela praça, para os atrair eram obrigados a conceder-lhes, à custa de suas próprias fazendas, certas benesses — de que, naturalmente, se procuravam depois ressarcir, pelos mais variados meios, logo que se lhes facultava ocasião. Este desgoverno — que Diogo do Couto, no *Soldado Prático* retratará com minúcia — está na origem de algumas das grandes perturbações que abalaram o império português do Oriente e aceleraram a sua decadência.

Mas tornemos a Malaca. Com a saída de muita gente para a Índia, com D. Aleixo, ficou a guarnição reduzida a umas duas centenas de portugueses, nem todos sãos — quando a dotação oficial da fortaleza era de 500 homens (28).

---

de Sá, *Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente*, Insulíndia, vol. I, n.º 12, pág. 89 a 1111. Cf. Castanheda, *História...*, liv. IV, cap. XXXIV; Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. IV.

(27) Castanheda, *História...*, liv. IV, cap. XLV a XLVII; Gaspar Correia, *Lendas da India*, Lenda de Lopo Soares de Albergaria, cap. XVII; João de Barros, *Asia*, Década II, liv. II, cap. IX; e liv. III, cap. II. Este último autor coloca, por lapso manifesto, o ataque final a Muar em Novembro de 1519, quando as outras fontes concordam em o colocar um ano mais cedo.

(28) Durante o ano de 1519 o efectivo da guarnição oscilou, com a chegada e

O sultão cobrou atrevimento e veio cercar Malaca, por terra e por mar, durante uns vinte dias. Vendo que a não conseguia tomar, desistiu do intento e retirou para Pago; mas daí continuou a lançar-lhe ataques sucessivos, enquanto que a sua armada voltava a bloquear o porto. O volume de transacções da feitoria diminuiu assustadoramente, e os mantimentos começaram a escassear.

Tal era a situação que levou o Governador Diogo Lopes de Sequeira a enviar a Malaca seu sobrinho António Correia.

Mas não era só em Malaca que a situação era grave: pela mesma época haviam-se deteriorado as relações entre os portugueses e vários potentados da Ásia do Sueste — facto que parece, ao mesmo tempo, consequência da mesma inépcia que provocara o agravamento da situação em Malaca, e causa deste, pois tratava-se de posições vitais para o seu abastecimento.

O Sião era, como dissemos já, um dos principais fornecedores de arroz; era além disso, uma importante escala para a China. Afonso de Albuquerque enviara lá por embaixador um certo Duarte Coelho, que estabelecera com a corte de Odiá (29) as melhores relações. Jorge de Brito, porém, quando capitão de Malaca (1515-17) assolara a cidade de Quedá (30) sede de um sultanato que o Sião considerava seu vassalo, e as relações haviam-se nublado um pouco (31). D. Aleixo, em 1518, enviou lá de novo Duarte Coelho como embaixador e a situação foi sanada.

Mais grave era o caso de Pegu. Pegu interessava de muitos modos a Malaca. Era, como vimos, um dos seus principais fornecedores de arroz; era um florescente centro de construção naval em que Malaca se abastecia de juncos para a sua navegação comercial; era a porta de saída do lacre, do almíscar, das pedrarias e de outros produtos ricos, oriundos quer do próprio reino quer da Alta Birmânia e do Sião Setentrional, importantes para o grande comércio asiático e intercontinental; era, finalmente, um

---

partida de navios, entre 150 e 350 homens, conforme se pode ver pelas ordens de pagamento de mantimentos dadas pelo capitão da praça ao almoxarife: 219 homens em 1 de Abril (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-80-200), 214 em 1 de Maio (*idem*, II-81-100), 241 em 1 de Junho (*idem*, II-82-58), 345 em 1 de Julho (*idem*, II-82-135), 348 em 1 de Agosto (*idem*, II-83-114), 220 em 1 de Setembro (*idem*, II-86-41), 158 em 1 de Outubro (*idem*, II-85-38), 182 em 1 de Novembro (*idem*, II-85-123), 241 em 1 de Dezembro (*idem*, II-86-48); em Janeiro de 1520 só havia 141 (*idem*, II-86-158).

(29) Ayuthia capital do Sião de 1349 a 1767, 14.° 25′ N, 100.° 30′ E.

(30) Kedah ou Alor Star, cidade sede de um sultanato do NO da Malásia, 6.° 7′ N, 101.° 23′ E.

(31) João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. IV.

reino gentio (32) em que os mouros eram poucos e pouco influentes — potencial parceiro, portanto, para a «santa aliança» que Albuquerque imaginou contra os muçulmanos, e de que seus sucessores parecem ter guardado a nostalgia.

Logo após a tomada de Malaca Afonso de Albuquerque enviou a Pegu um mensageiro, chamado Rui Nunes (33) a assentar paz, amizade e trato com o rei da terra. As relações comerciais encetaram-se com as duas viagens do feitor Pêro Pais em 1512-13 e 1514-15; a segunda teve também claros objectivos diplomáticos, deslocando-se o feitor à corte para prosseguir as diligências iniciadas por Rui Nunes. Delas resultou a autorização para os portugueses manterem no porto de Martabão (34) um feitor permanente.

Essa feitoria não durou senão dois anos, pois em 1516 houve um levantamento que obrigou o feitor António Dinis a fugir para Malaca (35). Esse levantamento deve estar relacionado com a desastrada expedição de Henrique Leme.

---

(32) No reino *Mon* de Pegu ou Hãsavatî, fundado segundo a tradição em 825, coexistiram de início o hinduísmo e o budismo do Grande Veículo ou *Mahâyâna*. Um e outro foram suplantados pelo budismo *Theravada* (a única escola do *Hinâyâna* ou Pequeno Veículo que subsistiu até aos nossos dias), importado de Ceilão no fim do século XII. Submetidos desde o século XI ao reino birmano de Pagan os *mon* (parentes próximos dos *khmer* ou cambojanos, razão porque se dá o nome de *mon-khmer* ao grupo etno-linguístico que os engloba) recobraram em 1283 a independência; Pegu (17° 22' N, 96° 33' E) foi a sua capital desde 1369. Desde meados do século XIV, sob uma dinastia de origem *thai* o reino denota grande prosperidade e resiste vitoriosamente aos seus vizinhos. Na época em que os portugueses o abordaram entrava na decadência; poucos anos depois dos acontecimentos que aqui nos ocupam veio a cair nas mãos dos birmanos (1539). Várias revoltas (numa das quais interveio um aventureiro português, Filipe de Brito e Nicote, a quem os chefes *mon* chegaram a oferecer o trono de Pegu) não conduziram senão a dois fugazes períodos de independência (1550-51 e 1740-57), acabando os *mon* por serem dominados, absorvidos e em parte exterminados pelos birmanos. Hoje não são mais de meio milhão dispersos pela Baixa Birmância. Sobre a história de Pegu veja-se, por exemplo, G. Coedès, *Les etats hindouisés d'Indochine et Indonésie,* nova edição, Paris, 1964; D. G. E. Hall, *A history of South East Asia,* 3.ª ed., New York, 1970. Pode ver-se uma breve descrição geográfica do reino de Pegu no século XVI em *De Malaca a Pegu,* pág. 23-25.

(33) Vide *De Malaca a Pegu,* pág. 27, nota 1.

(34) 16° 33' N, 97° 35' E; aparece também a forma Martamame.

(35) Carta de António Dinis a Francisco Pessoa e Tristão da Silva, moços da câmara de Sua Alteza, Malaca, 15 de Agosto de 1516; ANTT, *Corpo Cronológico,* I-20-87; publicado in *De Malaca a Pegu,* n.° 3, pág. 187 a 192.

Henrique Leme era parente do 2.º capitão de Malaca, Jorge de Albuquerque; foi ele quem, antes de regressar à Índia, após ter entregue o governo de Malaca a seu sucessor Jorge de Brito, lhe obteve deste a autorização para fazer uma viagem comercial a Pegu. Henrique Leme deve para lá ter partido em fins de 1515 ou começos de 1516; pelo caminho aprisionou um junco de mercadores de Pegu com que topara. Não conseguindo entrar na barra de Martabão, na foz do Saluém, dirigiu-se ao porto de Cosmim (36), num dos braços do Irauadi, a jusante da cidade de Pegu. Muito bem recebido de início, chegaram a dar-lhe uma casa para instalar uma feitoria; mas foi entretanto reconhecido pelo dono do junco que apresara, que logo se queixou às autoridades. El-Rei ordenou que prendessem todos os portugueses; como oferecessem resistência, os pegus incendiaram a feitoria, obrigando-os a fugir para a nau. Depois rodearam esta de embarcações ligeiras, e tentaram por sua vez incendiá-la. Henrique Leme defendeu-se às bombardadas, afundando grande número de embarcações; mas a nau era velha e podre, e com fazer fogo cerrado de artilharia, começou a abrir e meter água, e acabou por ir também ao fundo. Henrique Leme e seus companheiros salvaram-se em três embarcações que, quase miraculosamente, foram dar à costa de Samatra (37).

Deve ter sido este episódio que levou a gente de Martabão a levantar-se contra os portugueses e pôr em fuga o feitor.

Embora as relações comerciais entre Malaca e Pegu não tenham nunca cessado por completo, a situação permaneceu tensa desde então.

Havia toda a vantagem em reatar as relações pacíficas e restabelecer a amizade com o reino de Pegu — e essa foi como veremos, uma das missões de António Correia.

O caso de Pacém (38) era um pouco diferente. A sua situação estratégica, no extremo norte de Samatra, era importante; em mãos amigas, era uma óptima escala para a navegação entre Malaca e a Índia; em mãos inimigas um perigo, pois estava em excelente posição para a interceptar. Era, além disso, uma das principais zonas produtoras de pimenta — que, directamente ou por intermédio de Malaca, exportava para Bengala, Pegu, China e outras regiões. Pacém fora o primeiro estado da Ásia do Sueste a abraçar o islamismo: a sua conversão data de 1295, cento e vinte anos antes da de Malaca, que na Insulíndia havia de ser o grande apóstolo do

(36) Cosmim devia ficar perto da actual Bassein (17º 45′ N, 94º 53′ E).

(37) Castanheda, *História...*, liv. IV, cap. V; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, tomo II, Lenda de Lopo Soares de Albergaria, cap. IV.

(38) Pase ou Pasai, porto de Samatra Sententrional, 5º 9′ N, 97º 12′ E.

Islão. Nesta parte do mundo, porém, talvez por se difundir no seio de povos profundamente modelados pelo budismo, talvez por influência de um meio físico bem diferente do da sua pátria de origem, talvez devido à distância em relação aos grandes potentados do mundo muçulmano, o Islão tendeu a mostrar-se menos fanático que no Próximo Oriente, e nem sempre se revelou hostil aos portugueses. Foi o que sucedeu em Pacém, que logo em 1509, quando da malograda expedição de Diogo Lopes de Sequeira a Malaca, entrou na esfera de influência portuguesa. Desde 1516, e até à tomada da cidade pelos achéns (39) em 1523, funcionou lá uma feitoria portuguesa, nos últimos tempos defendida por uma pequena fortaleza.

O pequeno sultanato caracterizava-se, porém, por uma grande instabilidade política. Segundo os nossos cronistas tinha-se aí por costume que quem conseguisse assassinar o rei reinasse em seu lugar; fosse ou não fosse essa prática um costume aceite, a verdade é que os soberanos se sucediam em Pacém a uma velocidade alucinante — chegando uma vez a juntarem-se em Malaca três embaixadores, a prestarem a El-Rei de Portugal, na pessoa do capitão da praça, a vassalagem de três sucessivos sultões. A tais mudanças de governo correspondiam muitas vezes súbitas alterações de atitude para com os portugueses; os períodos de hostilidade foram, porém, em geral de curta duração.

Em 1518 o bendara (40) de Pacém, que matara o sultão e se apoderara do trono, auxiliou o rei de Bintão contra os portugueses; mas em 1519 a situação era de novo favorável, e os contactos de António Correia em Pacém foram de carácter exclusivamente comercial.

Durante a sua viagem o sultanato mudou de mãos duas vezes mais. A primeira vez foi em Julho de 1519, sem outras consequências para os portugueses senão terem de pagar mais cara a pimenta desde aí, como o escrivão anotou no seu caderno: «item, mais a 15 dias do dito mês, veio outro rei e tornaram a levantar o preço a onze cruzados» — anotação a que se segue a lista do «presente que se deu a este Rei novo, soltão Zeinel, por mando de António Correia, capitão» (41). A segunda mudança deu-se meses depois (provavelmente, enquanto António Correia estava em Pegu) com novo assassínio e nova usurpação do trono; mas desta vez o novo sultão matou também os 24 portugueses que havia na cidade, aposssando-se

(39) Habitantes do vizinho sultanato de Atjeh ou Acheh (5° 56′ N, 95° 26′ E), que na 2.ª metade do século XVI unificou sob o seu ceptro a maior parte de Samatra.

(40) Do malaio *bendahara,* tesoureiro e ministro principal dos reis malaios.

(41) Vide abaixo a transcrição do documento, fl. 108.

de mercadorias no valor de 70 000 cruzados. Por esse motivo organizou-se, em Agosto de 1520, uma expedição punitiva, comandada por Manuel Pacheco, que obrigou el-rei a pedir a paz e indemnizar os portugueses pelos danos que lhes causara (42). Quando, um mês mais tarde, de regresso a Cochim, António Correia escalou uma última vez Pacém, a cidade estava de novo em paz.

A viagem: cronologia e aspectos gerais.

A viagem de António Correia a Malaca e Pegu é, ao mesmo tempo, uma expedição militar, diplomática e comercial. Não é de admirar esse sincretismo: a não ser os judiciais e os eclesiásticos, não havia no Oriente português quadros especializados; as funções públicas eram distribuídas atendendo à jerarquia e qualidades individuais das pessoas designadas, sendo frequente o mesmo indivíduo desempenhar sucessiva ou mesmo simultaneamente funções de diversa índole. Era, por exemplo, normal que uma pessoa servisse conjuntamente de feitor e de alcaide-mor de uma fortaleza, reunindo funções militares, administrativas e financeiras. Aliás, todo o português que ia para a Índia era em princípio, um soldado — e nas guerras, cercos e batalhas em que a história luso-oriental é fértil, é comum vermos os feitores, os escrivães e os contadores da Fazenda combater ou mesmo comandar tropas ao lado dos capitães.

Tampouco havia distinção entre navios de guerra e navios de comércio: todos, em maior ou menor medida, serviam para ambos os fins.

Antes de analisarmos a viagem de António Correia no que de mais saliente apresenta nos três aspectos indicados, convém darmos uma ideia geral do itinerário seguido e sua cronologia.

António Correia partiu de Cochim a 6 de Maio de 1519 (43) com uma armada de três velas: uma nau, de que ele era capitão, uma caravela redonda, de que era capitão António Pacheco (44) e um bergantim capita-

(42) Castanheda, *História...*, liv. V, cap. XXVII; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. II, Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, cap. I.

(43) É a data indicada por Castanheda (*História...*, liv. V, cap. IV). O nosso documento nem confirma nem desmente essa informação, pois a parte correspondente ao início da viagem está muito truncada. Faz-nos apenas saber que a 24 de Abril ainda estava em Cochim, mas a 23 de Maio já estava em Pacém — o que se coaduna perfeitamente com a informação de Castanheda.

(44) A presença de António Pacheco na Índia está assinalada desde 1509 (Castanheda, *História...*, liv. II, cap. CXX e CXXI). Em 1515 assumiu as funções de capi-

neado por Francisco de Sequeira. Diogo Pacheco, irmão de António Pacheco, encarregado de explorar a costa ocidental de Samatra, ainda desconhecida dos portugueses e procurar a «ilha do ouro» com que sonhavam, não pôde partir juntamente, como estava previsto, por faltarem na feitoria de Cochim panos de Cambaia com que carregasse a nau, para trocar por ouro em Samatra (45).

Nas imediações de Ceilão uma tempestade — estava próxima a monção — fez dispersar a pequena armada. António Correia arribou, assim, sozinho a Pacém, onde chegou no dia 23 de Maio. Daí, oito dias mais tarde seguiu viagem para Malaca. Mas o feitor da sua nau, Jorge Mesurado (46), quedou-se em Pacém feitorizando até ao regresso do capitão. É a esse período que dizem respeito a maior parte dos assentos do caderno do navio que chegaram até nós — razão porque tem sido classificado como «livro de contas da feitoria de Pacém».

Quando António Correia chegou a Malaca, a praça estava em grande aperto: o sultão continuava a bloquear o porto, os alimentos escasseavam (47); havia dias já que por falta de vinho, se não celebrava missa.

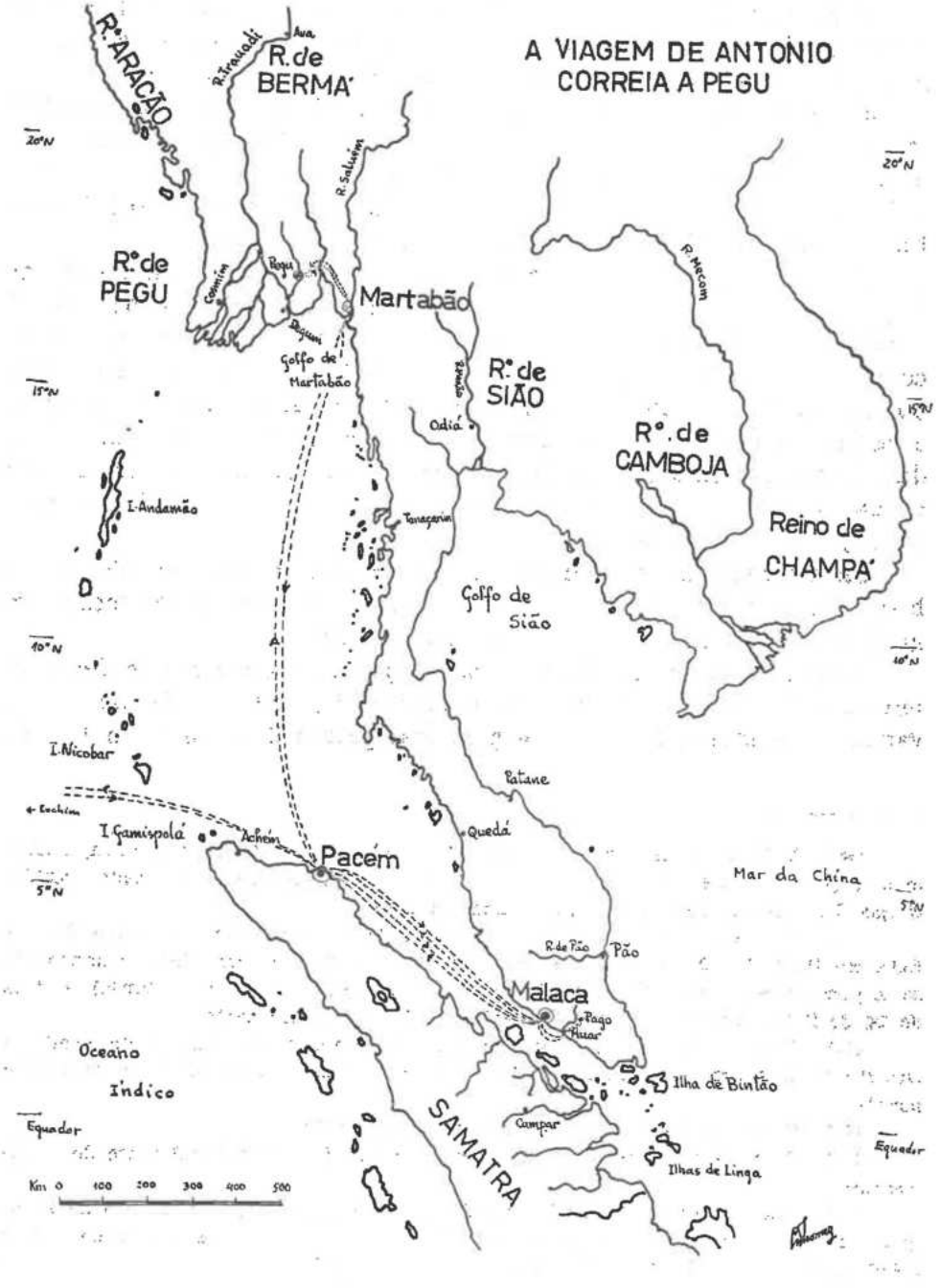
---

tão-mor do mar de Malaca; em 1517 foi enviado a Pão (Pahang, sultanato da costa oriental da Península Malaia, 3 30' N, 103 25' E), não sabemos se em missão militar, se diplomática, se comercial. (V. carta de Francisco de Faria a El-Rei, de Malaca a 14 de Agosto de 1517, ANTT, *Corpo Cronológico,* I-22-62). Um pouco mais tarde, como vimos, disputava a capitania da praça a Nuno Vaz Pereira, que o prendeu; liberto por D. Aleixo deve ter seguido para a Índia até que Diogo Lopes de Sequeira o reconduziu no seu ofício de capitão-mor e o enviou com António Correia para ficar em Malaca. O novo capitão, Afonso Lopes da Costa, temendo que ele procedesse para com ele como procedera com o procedente, não o aceitou e decidiu enviá-lo preso para a Índia, na nau de seu irmão Gaspar da Costa; mas naufragaram nas ilhas de Gamispolá, no extremo setentrional de Samatra, e foram feitos prisioneiros pelas lancharas do rei de Achém, vindo a ser resgatados mais tarde por Garcia de Sá, sucessor de Afonso Lopes da Costa na capitania de Malaca (1519-21) — V. Castanheda, *História...*, liv. V, cap. XIII; Barros, *Asia,* Década III, liv. III, cap. III. Foi de quatro irmãos que foram para a Índia o único que tornou com vida.

(45) A informação é de João de Barros, na obra e passo citados na nota anterior.

(46) Deste personagem apenas conseguimos averiguar que em 1515 estava em Malaca e comandava uma lanchara na armada que então se enviou contra o rei de Linga, em Samatra — V. carta de Jorge de Albuquerque, capitão de Malaca, a El-Rei, 8 de Janeiro de 1515, ANTT, *Corpo Cronológico,* III-5-87, publicado por A. Basílio de Sá, *Documentação...* (Insulíndia), vol. I, n.º 10, pág. 75 a 84.

(47) Segundo Castanheda (*História...*, liv. V, cap. X) chegou a vender-se a ganta de arroz (1,75 l) a cruzado o que é talvez exagero. Por um cruzado compravam-se normalmente 30 a 40 gantas, como veremos mais adiante (Cf. nota 57).


A VIAGEM DE ANTONIO
CORREIA A PEGU
R.de
BERMA
R.de
PEGU
R.ARACÃO
Martabão
Golfo de
Martabão
R.de
SIÃO
Odiá
R°.de
CAMBOJA
Reino de
CHAMPA
Golfo de
Sião
I.Andamão
I.Nicobar
I.Gamispolá
Achém
Pacém
Patane
Queda
Mar da China
Malaca
Pago
Huar
Pão
Ilha de Bintão
Ilhas de Linga
Cumpar
SAMATRA
Oceano
Indico
Equador
20°N
15°N
10°N
5°N
Km 0 100 200 300 400 500

A chegada de António Correia aliviou um tanto a situação: os mantimentos que trouxe minoraram a míngua em que a cidade estava e a gente que com ele veio reforçou a sua capacidade de defesa.

António Correia colaborou na defesa de Malaca durante uns dois meses; depois, sentindo a situação mais segura, tornou a Pacém para seguir para Pegu. A sua partida de Malaca foi talvez a 1 de Agosto (48); a 11 desse mês estava em Pacém. Aí se demorou alguns dias (49), partindo então para Martabão onde estava já a 12 de Setembro.

A entrada no porto foi, como era habitual, trabalhosa, devida ao ímpeto da corrente do Saluém; a nau teve de ser rebocada por paraus (50) a remos antes de poder atracar. A presumível hostilidade dos pegus para com os portugueses foi esconjurada com abundantes presentes que o capitão fez distribuir a todas as autoridades (51). Apesar disso, não sabemos exactamente em que circunstâncias, ainda foram, depois de desembarcados, forçados a embarcarem de novo, sem tempo sequer para recolherem as mercadorias que tinham já descarregadas. Mas a situação normalizou-se, e puderam desembarcar outra vez.

Para arrecadar as mercadorias que trazia e ir armazenando as que havia de comprar, António Correia obteve das autoridades locais um gudão (52) espécie de silo ou armazém subterrâneo.

A 12 de Outubro António Correia expediu para a corte de Pegu um mensageiro, António Peçanha de Alenquer (53), portador de um rico e variado presente para el-Rei e para seu principal ministro, o toledão

---

(48) A 31 de Agosto recebia, com efeito, no almoxarifado de Malaca, mantimentos para a viagem, por um mandado do capitão Afonso Lopes da Costa (ANTT, *Corpo Cronológico*, II-83-100) que publicamos a seguir.

(49) A partida deve ter-se dado entre 15 de Agosto (data da última despesa feita em Pacém) e 26 ou 27 desse mês (pois demorando a viagem duas semanas não seria possível estar em Pegu a 12 de Setembro se tivesse partido mais tarde). A data de 14 de Setembro, indicada por Castanheda não pode estar certa.

(50) Embarcação de remos ou à vela, semelhante à galeota ou à fusta, usada no Oriente para guerra ou comércio. Do dravídico *padavu*, talvez através do malaio *perahu*.

(51) V. abaixo fls. 111 v. a 114 do nosso documento.

(52) Do malaio *gudang*, com o mesmo significado, étimo igualmente do inglês *godown*.

(53) Era, talvez, irmão de Duarte Peçanha de Alenquer, que Afonso de Albuquerque enviara em 1514 como feitor para Martabão, mas morrera em Pacém, sendo substituído por Pero Pais. V. *De Malaca a Pegu*, pág. 41.

barja (54). Os contactos correram bem: a 6 de Dezembro vieram de Pegu com António Peçanha dois dignatários do reino para assinarem em Martabão um tratado de paz com António Correia, em nome del-Rei de Portugal.

As boas relações, contudo, logo se voltaram a turvar, devido às manobras dos mercadores mouros de Cambaia que procuravam atrair Pegu à sua esfera de influência. O reino muçulmano de Cambaia ou Guzerate fora uma das primeiras regiões da Índia a industrializar-se, criando importantes manufacturas de tecidos de algodão; ao mesmo tempo desenvolvera uma intensa navegação comercial com os portos da Ásia do Sueste e ilhas da Insulíndia, principais compradores dos seus tecidos. Aos guzerates se deve, em grande parte, a islamização de Pacém, e depois a de Malaca — que reforçou os laços económicos entre Cambaia e esta área com laços de solidariedade religiosa. Eram os guzerates quem antes da chegada dos portugueses assegurava as relações comerciais de Malaca com o Índico Ocidental, e, através do Mar Roxo e do Golfo Pérsico, com a bacia do Mediterrâneo. Foram eles depois do sultão os maiores prejudicados com a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque; a sua hostilidade para com os portugueses explica-se, pois, por uma situação de nítida concorrência comercial — que a tradicional rivalidade entre cristãos e muçulmanos só podia agravar.

As intrigas dos guzerates causaram a António Correia certas dificuldades na aquisição de carga para o retorno (55). Apesar disso conseguiu fretar cinco ou seis juncos, que enviou a Malaca com mantimentos.

---

(54) Trata-se de nomes de origem *mon* que não temos conhecimentos linguísticos para identificar. Segundo as nossas fontes quinhentistas, tinham o título de *toledão* os governadores dos três principais portos de Pegu: Cosmim, Degum e Martabão. O *toledão barja* devia ser uma espécie de primeiro ministro, talvez o equivalente peguano do *bandara* dos malaios. Tomé Pires (*Suma Oriental*, edição de Armando Cortesão, Hakluyt Society, Londres, 1944, vol. II, pág. 385) diz que «depois do rei, em valia é o barja, que é seu capitão e governador do reino; e depois o toledão de Dogom...».

(55) Os cronistas não referem esta dificuldade; refere-a Nuno de Castro, numa carta para El-Rei, escrita de Cochim a 31 de Outubro de 1520 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-9-92); publicado in *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, vol. VII, n.º 185, pág. 182). João de Barros (*Ásia*, Década II, liv. III, cap. IV) atribui aos guzerates o envenenamento do piloto e do mestre da nau de António Correia — que o teria obrigado, por falta de piloto que o levasse directamente à Índia, a seguir de novo para Malaca em conserva com os juncos que fretara para levar mantimentos. O nosso documento contém uma referência directa à querela

A viagem de regresso deve ter-se iniciado em Março de 1520 (56). De Martabão, António Correia velejou de novo para Pacém, que assim escalou pela terceira vez. Aí encontrou a comerciar três navios do reino de Bengala, sob o comando de um eunuco chamado Gormale; António Correia obrigou-os a escalar Malaca (para aí pagarem direitos na alfândega), rejeitando a oferta de um conto de reis que o mouro lhe fazia para o deixar descarregar em Pacém, e passando-lhe um seguro em como em Malaca não seria molestado.

No caminho para Malaca, a nau de António Correia encalhou nos baixos de Carpacia, mas conseguiu safar-se sem dano de maior.

Em Malaca a situação agravara-se entretanto. Voltara a passar-se o que se passara no ano anterior, quando da partida de D. Aleixo. Na fortaleza não havia mais que 120 a 130 homens válidos; os malaios atacavam-na constantemente, chegando por vezes a haver três ou quatro repiques no mesmo dia. No porto não restava mais nenhuma nau portuguesa: o sultão bloqueava-o à vontade sem que se lhe pudesse opor resistência. Com a falta de abastecimento, o arroz atingira preços astronómicos: não se compravam por um cruzado mais de 4 ou 5 gantas, quando o normal era venderem-se por esse preço 30 ou 40. Na feitoria deviam-se aos mercadores 2 a 3000 cruzados, e havia três ou quatro meses que se não pagavam soldos. Em Setembro o capitão Afonso Lopes da Costa adoecera gravemente; foi nessa altura que surgiu no porto a nau S. Lourenço, comandada por Garcia de Sá, que, autorizado por El-Rei, andava a comerciar enquanto não era empossado em nenhum cargo público. Afonso Lopes da Costa convenceu-o a ficar como capitão de Malaca em seu lugar e partiu para Cochim onde morreu pouco depois (57).

com os guzerates a fl. 126 v, e a fl. 12 v. confirma a morte do mestre e do piloto, sem contudo lhe especificar a causa.

(56) O documento, muito truncado, não permite datá-la com rigor. Março e Abril era a monção favorável para navegar de Pegu para Malaca, e daí a nossa suposição. Pelo documento apenas sabemos que a 10 de Fevereiro António Correia ainda estava em Martabão, mas a 10 de Junho já estava em Malaca.

(57) O estado em que se achava Malaca no fim do governo de Afonso Lopes da Costa, e as circunstâncias em que entregou a capitania a Garcia de Sá são minuciosamente relatados no «público instrumento» de entrega da capitania de Malaca por Garcia de Sá a Jorge de Albuquerque, feito em Malaca a 28 de Junho de 1522, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-22-27. Garcia de Sá era filho de João Rodrigues de Sá, e veio do Reino em 1518, juntamente com António Correia, na armada de Diogo Lopes de Sequeira. Garcia de Sá voltou a governar Malaca de 1519 a 1531 e durante alguns meses em 1545. Foi, finalmente, governador da India na sucessão de D. João de Castro, de 7 de Junho de 1548 a 6 de Julho de 1549, data em que faleceu em Goa.

Com a entrada em funções do novo capitão e as medidas enérgicas que tomou a situação melhorou um pouco; mas era ainda grave quando António Correia chegou à cidade.

A segunda vinda de António Correia a Malaca foi tão providencial como a primeira: foram, por um lado, os mantimentos que trouxe nos seus seis navios que aliviaram a míngua em que a população estava; foi a presença de mais uma nau no porto que impôs à armada do sultão algum respeito; foi, finalmente, o reforço de tropa fresca à desfalcada guarnição que permitiu passar à ofensiva contra os muçulmanos.

Pôde assim organizar-se uma expedição contra o Pago, cujo comando foi confiado a António Correia. Partiram de Malaca a 15 de Julho de 1520. A expedição foi coroada de êxito: as fortificações do Pago foram tomadas e arrasadas e o sultão teve de fugir e regressar a Bintão, de onde saíra três anos antes. Com este feito encerrou-se a mais grave crise por que Malaca passara desde o início do domínio português.

António Correia pôde então regressar à Índia. Tal como no ano anterior, deve ter partido de Malaca em Agosto, pois era essa a época favorável para se navegar para Noroeste. Sabemos que a 15 de Setembro estava em Pacém, e que a 15 de Novembro ainda lá permanecia; mas a parte do caderno da nau correspondente a este período perdeu-se, de modo que ignoramos totalmente o que aí possa ter feito. Os cronistas são totalmente omissos, pelo que é de presumir que a sua actividade em Samatra tenha sido exclusivamente comercial.

Em fins de 1520 ou princípios de 1521 finalmente, António Correia chegava a salvamento a Cochim, como diz João de Barros, «carregado de honra e da fazenda que fez em Pegu, cousas que poucas vezes se conseguem» (58).

A viagem: organização.

Se a rota que António Correia seguiu em 1519, é aproximadamente idêntica à que Pêro Pais seguira em 1512 e em 1514, se os produtos em que comerciaram foram também, como veremos, aproximadamente os mesmos, a organização da viagem é, pelo contrário, inteiramente diferente.

Em 1512 e em 1514 Pêro Pais navegou num junco, equipado com tripulação malaia; pelo direito e costume marítimos dos malaios se regulou toda a viagem: era malaio o capitão do junco, e apenas o feitor e seu

(58) *Asia*, Década III, liv. III, cap. VII.

escrivão eram portugueses. Mas em 1516, Jorge de Brito, terceiro capitão de Malaca, dispusera que todos os navios em que viajasse fazendo de Sua Alteza levassem capitão português e se regessem pelas leis e costumes de Portugal. Desse modo a viagem de António Correia é já uma viagem inteiramente portuguesa.

Excepto no percurso inicial Cochim-Malaca, em que foi acompanhado de dois outros navios, António Correia fez toda a viagem numa nau, a nau «Santiago Brandoa» (59).

Sabemos que a sua tripulação à partida de Malaca, em Agosto de 1519, era constituída por 58 pessoas; mas em Pacém tinham ficado com o feitor Jorge Mesurado mais umas 4; para Pegu devem ter portanto seguido umas 63. Desse pessoal parte era directamente afecto à navegação, como o piloto, o mestre, os marinheiros e os grumetes; parte eram oficiais mecânicos, como o calafate, o tanoeiro e o carpinteiro; outros tinham funções essencialmente militares, como o condestável, encarregado das bombardas; outros, finalmente, tinham funções administrativas, como o feitor e os escrivães (60) e o provedor dos defuntos. O papel deste último era arrecadar a fazenda dos homens que morressem durante a viagem, leiloá-la e remeter o produto aos seus herdeiros ou a quem estivesse habilitado para os representar.

Todos venciam soldo à custa da fazenda de S. A. Sabemos que o capitão recebeu a 15 de Agosto, 143 cruzados e 1/3 (o cruzado de ouro de Malaca valia 360 rs.), o que corresponde, provavelmente, ao soldo de um ano (61). O condestável vencia 4 cruzados por mês, e os marinheiros 1000 rs.

Além do soldo, o pessoal vencia uma certa quantia como *mantimento:* o feitor, enquanto em funções, recebia 600 rs. por mês (mas recebeu tam-

---

(59) O nosso documento chama-lhe só «Santiago»; mas um mandado de Afonso Lopes da Costa, que transcrevemos, chama-lhe «Santiago Pequeno», e Nuno de Castro, na sua carta já citada, «Santiago Brandoa» para a distinguir de uma «Santiago Grande» de que ao tempo era capitão André Dias; havia ainda um navio latino «Santiago», capitaneado por Gonçalo de Bule.

(60) O documento conserva os nomes de três escrivães; mas é natural que não tenham estado todos em funções ao mesmo tempo. Normalmente havia em cada navio um único escrivão.

(61) São, com efeito, 51 600 rs.; ora pelo *Tombo da India* de Simão Botelho (publicado por Rodrigo José de Lima Felner, *Subsídios para a história da India Portuguesa*, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1868) sabemos que por exemplo na fortaleza de Moçambique se dava aos capitães das duas caravelas que lá costumavam estar 50 000 rs. por ano, e aos dos bergantins 40 000.

bém vencimentos que se lhe deviam em Malaca, à razão de 500 rs. por mês, e em Cochim, a 1 cruzado mensal); os escrivães tinham, igualmente, 600 rs. por mês (mas receberam os meses atrasados à razão de 1 cruzado); os homens da feitoria, isto é, os auxiliares do feitor, 1 cruzado (360 rs.) por mês. Não sabemos quanto vencia o resto do pessoal devido à mutilação do caderno. De qualquer modo salta à vista que o vencimento do capitão era elevadíssimo, e os do resto do pessoal relativamente nivelados.

Além do vencimento que se lhe pagava em dinheiro, o pessoal tinha direito a uma determinada ração ou *regra* de arroz; para os portugueses (62), em terra ou a bordo, era normalmente, de 30 gantas mensais — o que equivale a 1,75 l por dia. Mas o capitão, o calafate, o tanoeiro e o carpinteiro venciam ração dobrada.

Como o piloto português não conhecia o caminho de Pacém para Pegu, foi contratado um piloto nativo para esse efeito, por 16 cruzados. Esta despesa, contudo, não pareceu muito correcta ao contador que na feitoria de Cochim conferiu as contas da viagem, que lançou à margem a seguinte observação: «porque se não repartiu antre todos?».

Em Martabão para entrar e sair a barra, houve que contratar pilotos da terra, e paraus a remos para rebocarem a nau; mas essa era uma prática normal e indispensável, e não suscitou dúvidas ao contador. A entrada na foz do Saluém era, com efeito, extremamente difícil; em 1512 causara a Pero Pais sérios trabalhos. A existência de baixios não permitia que a nau passasse a barra excessivamente carregada; no regresso houve, por isso, que tirá-la para fora enquanto flutuava bem, e completar depois a carga com ela fundeada ao largo, por meio de embarcações.

Para custear as despesas da viagem e comprar mercadorias, recebeu o feitor, à partida de Cochim, uma soma aparentemente avultada: 2000 pardaus em tangas (63), ou seja, 600 000 rs.

Essa soma revelou-se, porém, insuficientemente. O capitão ordenou,

(62) Os escravos venciam só meia ração, excepto os que eram casados, ou que estavam encarregados de certas funções. A regra estabelecida em Malaca consta de um mandado de Afonso Lopes da Costa, de 1 de Abril de 1519, ANTT, *Corpo Cronológico*, III-80-211. A ganta (do malaio *gantang*) era uma medida malaia equivalente a uma canada e ¼, ou seja, 1,75 litros. Dividia-se em quatro chupas (do malaio *chupak*).

(63) O pardau em tangas ou xerafim era moeda de conta que valia 5 tangas, ou seja 300 rs.; o pardau de ouro, que circulava na India, era, pelo contrário, uma moeda efectiva, e valia 6 tangas, ou seja 360 rs. — tanto como o cruzado de ouro, que circulava em Malaca. Vide Teixeira de Aragão, *Descrição geral das moedas cunhadas com os nomes dos reis, regentes e governadores de Portugal*, vol. 3.º, Lisboa, 1880.

por isso, que se lançasse mão da fazenda dos defuntos falecidos durante a viagem, prática, aliás, corrente nas feitorias da Índia. De tudo se fez uma relação para «as partes e herdeiros dos ditos defuntos» poderem «requerer seus pagamentos a el Rei nosso Senhor, porquanto tudo foi despeso em seu serviço». Essa relação ocupa as folhas 12 e 14 v. do nosso documento. As quantias, em dinheiro ou em géneros, que o feitor assim arrecadou totalizam 601 433 rs. — um pouco mais, portanto, que o cabedal inicial que recebera em Cochim.

A falta de liquidez era um problema constante nas feitorias da Índia. A sua origem está no facto de Portugal importar muito mais do que exportava para a Índia — sendo por isso obrigado a compensar em moeda corrente o défice da sua balança comercial com o Oriente. As especiarias eram em grande parte pagas a dinheiro, de modo que o ouro que vinha da Mina e o que se obtinha em Sofala, passavam rapidamente das mãos dos portugueses para as dos produtores de pimenta, que eram sobretudo os reis do Malabar. Daí a constante falta de numerário nas feitorias. Dessa carência encontramos um reflexo no elevado número de soldos que estavam em dívida ao pessoal, e foram pagos pelo feitor em Pacém, em Agosto de 1519 — quando depois de vender a carga que trouxera de Cochim e de adquirir a que havia de levar a Pegu lhe sobrou dinheiro suficiente para fazer os pagamentos (64). Entretanto, ao capitão pagara-se em pimenta a maior parte do soldo: 100 cruzados, num total de 143 e 1/3.

Também só então foi possível pagar certas pequenas despesas que o capitão fizera na sua ida a Malaca (21 cruzados ao todo, na compra de três pipas, um quarto de azeite de coco para betumar a nau e fio para coser as velas) com dinheiro emprestado pelo escrivão Francisco Mendes.

Se o pessoal tinha dinheiro e o podia emprestar à fazenda de S. A. é porque se dedicava também ao comércio. Facilitava-se-lhes a utilização de algum espaço a bordo, maior ou menor conforme a função e categoria da pessoa, em que podiam transportar mercadorias sem pagar frete. Se utilizassem algum espaço para além do que lhes cabia, por esse pagavam frete (era a prática usual; mas no nosso documento nada consta a tal respeito). De qualquer modo, pelos bens dos defuntos que foram leiloados, vemos que todos, em maior ou menor medida, se davam à veniaga: Vicente Luís, o piloto que morreu em Martabão, deixou 5 bares de pimenta (cerca de 800 kg.), 12 côvados de grã e uma peça de brocado, no valor total de 32 967 rs.; Rui Lopes, o mestre da nau que morreu na mesma ocasião, dei-

(64) V. documento fls. 109 v. a 11 v.

xou 7 bares de pimenta, que valeram 12 744 rs.; o calafate Gonçalo Anes deixou 1 bar de pimenta, no valor de 2862 rs.

Na quarta e última passagem de António Correia por Pacém a situação financeira da nau «Santiago» ao que parece, era outra vez pouco brilhante: para pagar o aluguer das *pitacas* (65) de um junco em que despachara cravo e outras fazendas de S. A., o feitor teve de pedir ao capitão de um junco del-Rei que estava no porto um bar de seda, no valor de 141 cruzados e 1/2.

A feitoria em Pacém.

Enquanto António Correia foi e veio a Malaca, da primeira vez, o feitor Jorge Mesurado ficou em Pacém feitorizando. A análise da parte do documento referente a essa fase é bastante elucidativa das funções e modo de funcionamento das feitorias portuguesas no Oriente.

A feitoria portuguesa de Pacém, devido talvez à instabilidade política que caracterizava o pequeno sultanato, teve uma existência precária. O primeiro feitor foi um florentino, Joanes Empoli, que Jorge de Brito trouxe da Índia quando veio para Malaca em 1515. Provavelmente acabara o seu triénio e fora-se embora sem ser substituído; não o sabemos. O que parece claro é que durante o tempo que Jorge Mesurado permaneceu em Pacém não havia lá outro feitor, fazendo ele de feitor estante.

As suas principais funções eram a compra e a venda de mercadorias. As vendas que aparecem registadas referem-se a mercadorias de duas providências: umas vieram da feitoria de Cochim com António Correia na nau «Santiago»; outras provieram de Malaca, e foram entregues a Jorge Mesurado em Pacém por um outro feitor, Lopo Rodrigues.

As compras dizem respeito a material para uso da feitoria e a mercadorias para a carga de duas naus: a «Santa Bárbara», comandada por Simão de Andrade, que ia para a China, e a nossa conhecida «Santiago» em que António Correia e o próprio feitor seguiram para Pegu.

Outra função da feitoria era o armazenamento de produtos — pois nem sempre as transacções se podiam fazer no próprio momento do embarque ou do desembarque. Para esse efeito dispunha, pelo menos de um gudão, que alugou por cerca de 12 cruzados mensais (66); dentro dele

(65) Do malaio *pétak* «secção, divisão» (por sua vez do sânscrito *pitaka*, «cesto»); nome que se dava aos compartimentos em que dividia o porão dos juncos, e que, segundo o costume malaio, podiam ser alugados separadamente.

(66) Pagou 36 cruzados pelo período de 27 de Maio a 31 de Agosto. V. fl. 102.

mandou construir uns bailéus, estrados apoiados em estacas, para conservar os tecidos ao abrigo da humidade. À volta do gudão fez, provavelmente por motivos de segurança, uma cerca.

Além do armazenamento havia que assegurar o transporte das mercadorias entre a feitoria e as naus, que fundeavam ao largo. Os bateis que as naus traziam nem sempre eram suficientes para esse efeito — já porque nem sempre estavam em bom estado, já porque muitas vezes, devido à instabilidade da terra, era necessário fazer apressadamnte as cargas e descargas, o que exigia a utilização simultânea de mais de uma embarcação.

Por isso aparecem registados no caderno os alugueres de numerosas embarcações (champanas [67]) e paraus) e mesmo a compra de um parau grande, para serviço da nau «Santiago».

Além da carga e da descarga de mercadorias, a feitoria tinha de assegurar aos navios outros provimentos: aguada, mantimentos, material para calafetagem e pequenas reparações, sacaria e outro material para acondicionamento dos produtos e, eventualmente, apetrechos de navegação, armas e munições. Nas praças importantes, como Goa ou Malaca, essas funções estavam distribuídas por organismos especializados: o almoxarifado dos mantimentos assegurava os fornecimentos de víveres, o do armazém os de armas, munições e apetrechos de navegação, e a ribeira das naus as reparações nos navios. Mas numa pequena escala, como era Pacém, não havia esses organismos, e era à feitoria que, quando necessário, competia supri-los.

No nosso documento de fls. 101 a 109 v., ocorre uma série de despesas deste tipo: aluguer de champanas e paraus para fazer aguada às nossas já conhecidas naus «Santiago» e «Santa Bárbara» e ainda a uma outra, a «S. Lourenço» [68]) que passou a caminho de Malaca; compra de sacos para enfardamento de pimenta; compra de tábuas, pregos e esteiras, para reparar e forrar os paióis da «Santiago»; azeite e breu para a calafetar, etc.

Para além destas despesas, que se podem considerar ordinárias,

---

(67) Do malaio *chempana* ou *jempana,* palavra que hoje se usa no sentido de «liteira», mas designava no século XVI uma embarcação ligeira de remos, menor que o parau.

(68) Trata-se, segundo nos informa Nuno de Castro na já citada carta para El-Rei, da nau em que ia Garcia de Sá para Malaca — e lá ficou, como já sabemos, por Afonso Lopes da Costa lhe ter rogado que assumisse em seu lugar a capitania da praça.

outras houve de carácter extraordinário, como os socorros a um batel e a um parau que se alagaram ao passar a barra, e numerosos presentes de ocasião que se deram ao rei e aos principais mandarins da terra. Desses presentes uns eram de praxe, como os que se davam à chegada às autoridades, os que se davam aos funcionários aduaneiros para despacharem a mercadoria, e as gratificações que se davam aos pesadores da alfândega; outros foram de ocasião, como o que se deu ao novo sultão que subiu ao trono ou o que se deu às autoridades para as acalmar quando apareceram lancharas de Bintão com boatos de que Malaca caíra em poder dos malaios.

O número e montante dos presentes mostra que a situação em Pacém não era nesta época demasiadamente favorável aos portugueses, que se viam obrigados a comprar por um elevado preço a faculdade de escalar o porto e comercial na cidade (89). De vários passos do documento ressalta claramente que, apesar disso, a segurança não era muita: é a artilharia que é levada para a nau durante a noite, é a lenha que se compra na cidade «por a terra não ser pera a poderem ir colher», é a pimenta que se leva à pressa para o navio «por ser assi necessario, que a terra não estava muito segura»...

Como a parte do caderno referente às despesas do feitor em Pacém é uma das poucas que nos chegou intacta, podemos fazer um apanhado geral dessas actividades e resumi-las no seguinte quadro:

	Cruzados	%	%
COMPRA DE MERCADORIA:			
pimenta para a China — 1.462 1/2 cruzados			
» » Pegu — 1.710 »			
Total . . .	3.172 1/2		80,6%
SERVIÇOS			
Material para uso da feitoria:			
papel 30			
rota 2			
azeite para iluminação . . 3			
uma balança. 3			
Soma . . .	38	5%	

(89) Como veremos no quadro-resumo das despesas do feitor em Pacém, os presentes representam 26,8 % das despesas correntes da feitoria (excluída a compra de mercadorias), 5,2 % da despesa total (incluindo a compra de mercadorias); mais portanto, que na primeira viagem de Pero Pais a Pegu (cerca de 4 %), mas bastante menos que na segunda (37,2 %). Esta última percentagem é elevadíssima, e explica-se por se tratar de uma viagem de fins predominantemente diplomáticos.

		Cruzados	%	%
Armazenagem:				
aluguer de um gudão . . .	13			
reparações e melhoramentos	36			
Soma . . .		49	6,5%	
Transportes:				
aluguer de embarcações para carga e descarga de mercadorias	107			
para aguadas e serviços à navegação.	15			
para socorros a embarcações sinistradas.	19			
Soma . . .		141	18,5%	
compra de uma embarcação		50	6,5%	
Provimentos para os navios:				
sacos	$6\,1/2$			
pipas	3			
esteiras	13			
tábuas.	$11\,1/2$			
pregos.	2			
fio para as velas	2			
breu	15			
azeite de coco	$16\,1/2$			
lenha	4			
Soma . . .		$73\,1/2$	9,7%	
Presentes de praxe:				
ao Rei.	50			
aos mandarins	30			
ao xabandar.	8			
ao pesador	7			
ao juiz do peso.	12			
Soma . . .		113	14,8%	
Presentes de ocasião:				
ao novo sultão	56			
ao ragau	13			
ao moulana	13			
por causa de um boato . .	10			
Soma . . .		92	12%	
Salários e gratificacões:				
ao pessoal português . . .	$194\,11/18$			
a carregadores	4			
a pescadores.	$2\,1/2$			
a marítimos	4			
Soma . . .		$205\,1/9$	27%	
TOTAL DE SERVIÇOS DA FEITORIA . .		$761\,11/18$	100%	19,4%
TOTAL DE DESPESAS		3.934 1/9	—	100%

As transacções comerciais.

No aspecto comercial a viagem de António Correia é uma típica viagem de cabotagem.

As viagens deste tipo devem ter sido extremamente frequentes; no seu conjunto o comércio de cabotagem, de porto a porto, terá tido na economia do império luso-oriental uma importância muito maior que o comércio intercontinental entre a Índia e a Europa (70). No entanto tem sido quase exclusivamente este a despertar a atenção dos historiadores, continuando aquele ainda predominantemente na sombra.

Um dos aspectos que torna a viagem de António Correia interessante é, precisamente, o ser um típico exemplo desse comércio de cabotagem ainda tão mal conhecido; e é, de facto, uma grande lástima que o livro de contas da sua nau tenha chegado até nós tão mutilado.

Entre a partida de Cochim e o regresso à mesma cidade, a nau «Santiago» fez sete escalas: 4 em Pacém, 2 em Malaca e 1 em Pegu. Pacém — escala quer no trajecto Cochim-Malaca, em ambos os sentidos, quer no trajecto entre Malaca e Pegu e vice-versa, — foi, pelo menos do ponto de vista logístico, a charneira da viagem. Em todas as escalas se devem ter feito transacções; mas, devido à mutilação do documento só estamos bem informados das que se fizeram em Pacém.

À partida de Cochim, a carga da nau «Santiago» era constituída essencialmente por panos de Cambaia.

Cambaia (71) era uma das três regiões da Índia em que se desenvolvera intensamente a indústria da tecelagem do algodão; as outras duas

---

(70) Sobre a importância do comércio português de cabotagem no arquipélago indonésio, veja-se o nosso estudo «Maluco e Malaca», in *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas* (Actas do 2.º Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, Lisboa, Setembro de 1973) — Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Estudos de Cartografia Antiga, n.º 16, pág. 29 a 48.

(71) O reino muçulmano de Guzerate, chamado também reino de Cambaia, do nome da sua capital (22º 22' N, 72º 38' E), ocupava a Península de Catiavar, (em cujo extremo fica Dio), e a costa fronteira da Península Hindustânica até Baçaim (19º 25' N, 72º 52' E). A sul confinava com o reino de Daquém (Dekhan) também produtor de tecidos. As origens do reino de Cambaia são muito remotas; até ao século XIII foi reino gentio; o Islão penetrou na região quando em 1305 Alauadin o anexou ao sultanato de Delhi. Em 1391 recuperou a independência, mas sob uma dinastia muçulmana.

eram Bengala (72) e o Coromandel (73). Estas três regiões tinham na Ásia do Sueste (Península Indochinesa e Arquipélago Indonésio) o principal mercado para os seus tecidos. Em algumas regiões, com as ilhas de Maluco, os panos de algodão eram uma autêntica mercadoria-moeda, com que se adquiriam as especiarias e outros produtos locais; o preço destes era, por vezes, mesmo em contratos oficiais, fixado em panos e não em dinheiro (74). Sem panos não se obtinham especiarias — e daí o interesse dos portugueses em se estabelecerem em regiões algodoeiras. É a esse objectivo comercial que se ligam as tentativas de construção de uma fortaleza na área do golfo de Cambaia, em Dio, Madresaba ou Chaúl — tentativas, a que, como vimos, António Correia apareceria associado após o seu regresso de Pegu.

Na feitoria de Cochim, o feitor Jorge Mesurado recebeu, com os dois mil pardaus para as despesas da viagem 21 534 peças de panos de Cambaia de várias qualidades: mandis (75), caçutos (76), bispiças (77), mantazes... (78).

De Cochim vieram também — na nau «Santiago» ou na «Santa Bárbara» de Simão de Andrade, o documento não é bem claro — alguns fardos de cominhos (79).

---

(72) Reino também mouro da India Setnetrional, sito no delta comum do Ganges e do Bramaputra (c. 24° N 89° E).

(73) Coromandel ou Choromandel (de *Chola-mandala*, «país dos Cholas»), nome da costa oriental da Península Hindustânica, entre a foz do Godavari (16° 43' N, 83° 15' E) e a ponta de Calimere (10° 18' N, 79° 51' E). Pertencia, desde a dissolução do antiquíssimo reino dos Cholas, no século XIV, ao grande império hindu de Narsinga ou Bisnaga (Vijayanagara), que dominava toda a metade meridional da Península Hindustânica.

(74) V. o nosso trabalho já citado «Maluco e Malaca», pág. 44.

(75) *Mandil*, do árabe *mandil*, «guardanapo», designa um tipo de pano grosseiro, usado para fazer capas, aventais ou esfregões de limpeza (A. de Morais Silva, ***Dicionário da língua portuguesa***, Rio de Janeiro, 1891).

(76) Estofo indiano em que predomina a cor preta, do neo-árico *Kâlâsût*, por sua vez do sânscrito *Kâla* «preto» e *sûtra* «linha» (Sebastião Rodolfo Dalgado, ***Glossário luso-asiático***, Lisboa, 1919-21).

(77) Tecido de algodão grosseiro, no género do pano cru, que servia de saiote ou dotim; etimologia incerta (*ibidem*).

(78) Pano de algodão feito em Cambaia, outrora muito comum. Etimologia incerta (*ibidem*).

(79) Sementes do *Cuminum cyminum*, planta da família das umbelíferas, usadas em culinária, em pastelaria, no fabrico de licores e em farmácia.

Jorge Mesurado recebeu em Pacém mais panos de Cambaia, estes trazidos da feitoria de Malaca: 900 peças de bertangis ([80]) vermelhos, grandes e pequenos. A importação de panos de Cambaia, de Malaca para Pacém resultou, neste caso provavelmente, de haver falta deles na feitoria de Cochim, como, baseado em João de Barros, referimos já. De qualquer modo Malaca era um grande centro comercial, e mantinha com Cambaia relações muito mais intensas que Pacém, pelo que não é de admirar que este porto receba via Malaca mercadorias guzerates.

No assento das vendas de panos consta também a de tafeciras ([81]), fabricadas talvez no Coromandel; mas como a nota da respectiva recepção corresponde a uma das páginas perdidas do documento, não sabemos se foram trazidas de Cochim, se recebidas via Malaca; ambas as hipóteses são plausíveis visto ambos os portos manterem com o Coromandel relações intensas.

Em Pacém venderam-se os cominhos, os panos de Cambaia e as tafeciras. Se toda a carga foi então vendida, ou se foi só vendida uma parte, guardando-se o resto para negociar em Pegu, não o podemos saber ao certo. Do caderno do feitor resta-nos o registo das vendas feitas em Julho e Agosto; mas perdeu-se o das que se fizeram em Junho, que deve ser o mais importante — pois é natural que a maior parte das mercadorias se tenha vendido logo que a nau descarregou, o que sucedeu como sabemos, em fins de Maio. Embora as vendas registadas no caderno totalizem 7234 peças de tecido — cerca de um terço do total — é provável que a maior parte delas se tenha vendido em Pacém. Tomé Pires, rigoroso em todas as suas informações comerciais, não anota os panos de algodão entre as mercadorias que Pegu importava pela via de Malaca e Pacém, explicando que os importava directamente do Coromandel; nas viagens de Pero Pais tanto na de 1512 como na de 1514, não fizeram parte da carga. A folhas 15 do nosso documento há, porém, uma alusão passageira a roupas perdidas no porto de Martabão, que deixa supor terem-se levado para Pegu alguns panos.

Da parte do caderno que chegou até nós consta a venda das seguintes peças: 140 de mandis pretos, ao preço de 5 peças por 1 tael ([82]) 10 por 1

([80]) Tecido de Cambaia, azul, preto ou vermelho, que se exportava em grande quantidade para a África Oriental, etimologia incerta (Dalgado, *Glossário*).

([81]) Panos listados, de ramagem, por vezes semelhantes às chitas, fabricadas em Damão, Cambaia, Sinde, Pérsia, etc. Do árabe *tafsilah* «estofo de Meca», (*ibidem*). Os portugueses importavam-nos sobretudo do Coromandel.

([82]) O tael de Pacém, dividido em 16 dramas, valia, segundo o nosso documento

tael quando em mau estado; 174 de caçutos verdes, a 4 por tael, 10 por tael quando em mau estado; 2060 de mantazes, a preços de 7 a 9 peças por tael as boas, 10 a 14 as ruins; 230 de tafeciras, 7 a tael as boas, 16 a tael as estragadas; 920 de bertangis vermelhos a 3 por tael ou 3 por 1 tael e 2 dramas as grandes, 6 por tael as mais pequenas, e 8 por tael as estragadas; e 3710 de bertangis pretos a preços entre 10 e 11 ½ por tael quando bons, 16 quando molhados e 25 quando deteriorados. No conjunto as peças molhadas ou deterioradas totalizam 2872, ou seja 28 % do total de peças vendidas. É possível que se tivéssemos os números referentes às vendas feitas em Junho esta percentagem fosse mais baixa — pois é natural que as peças boas se tenham vendido primeiro. De qualquer modo a elevada proporção de mercadoria deteriorada não nos deve espantar, se pensarmos nas deficientes condições em que era transportada.

Quanto aos cominhos, sabemos que se venderam 14 fardos, a preço de 6 cruzados e ½ cada fardo.

As compras feitas em Pacém resumem-se a um único produto: a pimenta. Já assim fora na primeira viagem de Pero Pais.

O livro de contas regista a compra de um total de 310 bares (83) mas 150 destinavam-se à carga da nau «Santa Bárbara», em que Simão de Andrade seguiu para a China; para Pegu, no «Santiago» foram 160 bares — menos que em 1512, em que foram 415 bares; em 1514 não foi pimenta.

A pimenta foi comprada em Pacém a preços que, no espaço de dois meses, variaram entre 9 cruzados e ½ e 11 cruzados o bar.

Este facto é sintomático de um dos aspectos mais característicos da expansão portuguesa no Oriente. A economia do império luso-oriental era, essencialmente aquilo a que se tem chamado uma «economia de transporte». Com efeito, em nenhuma região do Oriente se interessaram os portugueses pela produção, seja de especiarias, seja de tecidos, seja de outros produtos. O domínio português era fundamentalmente uma talassocracia, isto é, o domínio do mar e das rotas do comércio marítimo; em terra os meios de produção ficaram integralmente nas mãos das populações locais. Os portugueses compravam-lhe os seus produtos aos preços do mercado, para os venderem noutras regiões aos preços do mercado tam-

---

indica 2 cruzados, ou seja, 720 rs.; esta equivalência não corresponde à que vigorava ao tempo das viagens de Pero Pais, que era 9 dramas por um cruzado, ou seja, 640 rs. o tael. É possível que, entretanto, por qualquer motivo, o câmbio se tenha alterado — a não ser que se trate de equivalências apenas aproximadas.

(83) O bar de Pacém equivale a cerca de 180 kg.

bém. Se interferiram no mecanismo de produção foi apenas indirectamente, por meio do aumento da procura e sua consequente acção sobre os preços.

As condições de privilégio que em muitas regiões, por meio de negociações ou da intimidação, os portugueses obtiveram das autoridades locais, consistiam na maior parte dos casos na redução ou isenção de direitos alfandegários ou na prioridade sobre os mercadores de outras nacionalidades para a carga dos seus navios.

Só em raras regiões procuraram, por meio de contratos com as autoridades, fixar os preços: é o caso das ilhas de Maluco, onde obtiveram do sultão de Ternate a fixação do preço do cravo a troco da garantia do escoamento integral da produção. Fora desses raros casos, as transacções processavam-se aos preços correntes do mercado. Não é pois de admirar que em Pacém o feitor se tenha visto obrigado a acompanhar, semana após semana, as flutuações do preço da pimenta.

Não sabemos se na ida da nau «Santiago» a Malaca, enquanto Jorge Mesurado ficou em Pacém, se carregou nesse porto alguma fazenda. Em ambas as viagens de Pero Pais, parte da carga foi constituída por produtos da China (sedas e porcelanas de diversas sortes), que Pegu importava pela via de Malaca; e da parte do caderno da nau de António Correia que chegou até nós constam numerosos presentes de sedas e porcelanas dados a diversas autoridades peguanas; mas o facto do assento de tais dádivas vir sempre acompanhado da menção do seu preço em moeda de Pegu, leva-nos a supor que não tenham sido trazidas de Malaca, mas adquiridas no mercado local.

O único produto de que temos a certeza que fez parte da carga oficial da nau à ida de Pacém para Pegu é, portanto, a pimenta. Os assentos referentes aos bens deixados pelos defuntos, mostram, porém, que o pessoal da nau levou para Martabão outros produtos, como panos de grã e borcados da China.

Da carga de retorno temos algumas indicações, mas não a relação completa.

No que nos resta do caderno há uma alusão ocasional a 100 bares (84) de lacre; Castanheda e Gaspar Correia dão igualmente testemunho de que

(84) O bar de Pegu, subdividido em 120 vixas, correspondia a 162,486 kg. 100 bares correspondem, portanto, a 16 248,6 kg. A alusão aos 100 bares de lacre vem a fl. 119 v. do caderno; alude-se-lhe de novo, de passagem, a fl. 124 v. e a fl. 126. As equivalências dos pesos, medidas e moedas dos vários portos da Ásia, a pesos, medidas e moedas portuguesas coevas são-nos dadas por António Nunes no seu «Livro dos

foi sobretudo esse produto que constituiu a carga da nau no regresso de Martabão. O lacre era com efeito, uma das principais exportações do reino de Pegu; em ambas as viagens de Pero Pais ocupou o segundo lugar na carga de retorno, a seguir ao arroz: 126 bares e 15 vixas, em 1512, correspondendo esse valor ao preço de compra a 28,19 % da carga; em 1514, 53 bares e 60 vixas, correspondendo a 20,76 % do valor total.

Sabemos também que, além da carga que se carregou na nau, se despacharam para Malaca, no junco de um certo xabandar (85) mouro, mercadorias de Sua Alteza; ignoramos, porém, a sua natureza.

Conforme tivemos já ocasião de referir, o objectivo destas viagens a Pegu não era apenas a aquisição de produtos ricos, como o lacre, para o grande comércio asiático mas a obtenção de mantimentos para o abastecimento de Malaca. Na viagem de 1512 o arroz representara, em valor, ao preço de compra, 53,54 % da carga, e o azeite (de peixe, provavelmente) 2,49 %; na de 1514, respectivamente 53,82 % e 18,17 %. Não chegaram até nós os assentos das compras de mantimentos na viagem de António Correia — a não ser a de 3500 gantas de arroz para consumo da própria nau (86). Mas sabemos, tanto por Castanheda como por Gaspar Correia, que se fretaram em Martabão cinco ou seis juncos (87) que se enviaram a Malaca carregados de arroz, vinhos, azeites, carnes e manteigas. Além disso aliciaram-se com uma choruda peita as autoridades locais, para obrigarem os armadores da terra a mandar juncos carregados de mantimentos a Malaca, onde, não sabemos porque motivos, mostravam relutância em ir (88).

Pesos da India, e assi medidas e moedas», escrito em 1554, e publicado (com redução das equivalências ao sistema métrico decimal) por Rodrigo José de Lima Felner, in *Subsídios para a História da India Portuguesa*, Lisboa (Academia Real das Sciências), 1868.

(85) Termo corrente em todo o Oriente para designar diversas autoridades marítimas, de funções variáveis de região para região, correspondendo, por vezes, às de um capitão de porto, outras às de um cônsul de nação. Do persa *shâh*, «rei» e *bandar* «porto», étimo também do malaio *shahbandar*.

(86) V. fl. 126 v. Havendo cerca de 60 pessoas a bordo, e consumindo em geral cada uma 1 ganta diária, este arroz deve ter dado para cerca de dois meses. Trata-se provavelmente de gantas de Pegu, equivalentes a 1,706 litros cada, um pouco menores, portanto, que as de Malaca, equivalentes a 1,75 litros.

(87) 5 segundo Gaspar Correia, (*Lendas da India*, tomo II, Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, cap. IX), 6 segundo Castanheda (*História...*, liv. V, cap. XXXV).

(88) V. fl. 123. Talvez não quisessem ir por Malaca estar em guerra; a viagem era em princípio lucrativa, pois em Malaca, em tempos normais, o arroz valia 10 a 12 vezes mais que em Pegu.

Este afluxo maciço de arroz e outras vitualhas justifica-se pela grande carência deles que ao tempo em Malaca havia.

Do resto da viagem nada mais sabemos. Se António Correia descarregou em Malaca parte do lacre que comprara em Pegu, ou se o trouxe todo para a Índia, se nesse ponto comprou mais alguma coisa, e se na última passagem em Pacém efectuou transacções, só as páginas perdidas do caderno no-lo poderiam dizer.

As diligências diplomáticas.

A expansão portuguesa no Oriente reproduz, com pouca diferença o tipo de expansão pela costa ocidental africana na segunda metade do século anterior: a mesma economia puramente mercantil, fundada exclusivamente no transporte, sem interferência na produção das mercadorias; o mesmo carácter de império sem território, baseado no domínio do mar e não na ocupação da terra; a mesma descontinuidade geográfica, fruto de um estabelecimento pontual apenas nos lugares de troca ou de apoio à navegação; e, finalmente, o mesmo tipo de organização, o das feitorias-fortalezas — em contraste com o sistema das capitanias-donatárias seguido nas ilhas e no Brasil.

Na África Ocidental, porém, os portugueses haviam deparado com sociedades de organização ainda elementar — muitas vezes sem estado, outras com ele, mas nunca em grandes formações políticas. Sobretudo, o Atlântico era um oceano virgem, sem navegação de longo curso; protegidos pelo geral desconhecimento acerca de tais paragens, pelo sigilo que cultivaram e pelas bulas papais que obtiveram, os portugueses puderam, durante muito tempo, comerciar tranquilamente por essas costas, sem sofrerem a concorrência de outros povos. Teoricamente pelo menos, a sua presença era até benéfica para as populações ribeirinhas: pois facultava-lhes o escoamento dos seus produtos, e o abastecimento de outros de que careciam. O comércio português na África Ocidental foi, por isso, predominantemente pacífico.

Na Ásia, pelo contrário, os portugueses vieram insinuar-se num mundo em que não só a organização política era complexa e evoluída mas também os mares, veículo desde há séculos das transacções comerciais, eram já de longa data sulcados por outras quilhas e dominados por outras associações de interesses. A sua penetração em tal mundo, não se podia dar senão pela força — hostilizando os interesses concorrentes — ou mediante a diplomacia — contornando-os ou jogando contra eles com

outros, que conseguiram atrair ao seu campo. Por isso é a história da nossa expansão no Oriente tão fértil em feitos bélicos — que na África Ocidental faltam quase por completo; por isso é, também, fértil em actividade diplomática — menos conhecida, porque menos empolgante para a mentalidade ainda cavaleiresca dos cronistas coevos, mas, por certo, não menos importante.

Dos primeiros contactos diplomáticos dos portugueses estabelecidos em Malaca com as potências circunvizinhas falámos já; podemos, pois, após este breve preâmbulo, passar directamente à análise da actividade de António Correia neste campo.

Sabemos, pelo rol de presentes dados, que em Pacém o capitão e o feitor tiveram contactos com as autoridades locais; mas trata-se de encontros de rotina, relacionados apenas com a própria viagem e a segurança das transacções, e, por isso, revestem pouco interesse.

Diferente era o caso de Pegu: aí havia que restabelecer a paz, turbada pela desastrada expedição de Henrique Leme, e que reatar relações vitais para a sobrevivência de Malaca.

Embora nem os cronistas nem o nosso documento o refiram, devemos acreditar que António Correia foi precedido de dois embaixadores, que o governador enviara pouco antes a preparar-lhe o terreno: Francisco Lampreia e Jorge de Pina (89). Provavelmente, ou os mensageiros não chegaram a Pegu, ou a diligência não surtiu efeito. De qualquer modo António Correia foi, como diz João de Barros «o primeiro capitão e pessoa notável que ali foi enviado assentar paz com el Rei de Pegu, depois que Afonso de Albuquerque de Malaca mandou a ele Rui da Cunha»; e foi por isso que essa «paz e amizade que ele, António Correia, assentou, foi com grande solenidade» (90).

Os primeiros contactos não parecem ter sido muito fáceis: as autoridades locais não deram licença para a nau atracar sem consultar o Rei, de modo que tiveram de aguardar na barra de Martabão 13 dias, até que um tal Cemim Bolegão, mandarim do reino, trouxe de Pegu a autorização real.

Depois da nau atracada estabeleceram-se contactos com o toledão ou governador da cidade de quem se obteve a cedência de um gudão para armazenar a fazenda que se trazia e a que se havia de comprar. Esta,

---

(89) Carta de Nuno de Castro a el-Rei, escrita de Cochim a 31 de Outubro de 1520, já citada atrás.

(90) *Asia*, Década III, liv. III, cap. IV.

como todas as demais diligências foi acompanhada de uma copiosa distribuição de presentes às autoridades.

De Martabão António Correia despachou para a cidade de Pegu um mensageiro para propor a el-Rei um tratado de paz. Esse mensageiro, António Peçanha, natural de Alenquer, partiu a 12 de Outubro de 1519; ia num palanquim, levando um tal Belchior Carvalho como secretário, acompanhado de um séquito composto de sete ou oito portugueses e alguns peães da terra (91). Levava ricos presentes para el-Rei e para o toledão Barja, seu primeiro ministro.

Entretanto produziu-se em Martabão um acontecimento que ia deitando tudo a perder: um dos grumetes da nau, de apelido Veloso, fugiu, e foi espalhar entre os pegus que os portugueses não iam ao seu porto senão para sondar a barra e espiar a terra, para mais tarde a conquistarem. As autoridades locais, ao que parece, preparavam-se para lhe dar ouvidos — pois alojaram-no nada mais nada menos que em casa de um filho do governador. O incidente foi sanado como habitualmente, por meio de dádivas e presentes; ou porque o receio que este caso causou aos portugueses fosse muito grande, ou porque as autoridades da terra se fizessem muito rogadas, a conta foi, desta vez, quase astronómica: mais que o presente que se mandou ao primeiro ministro, cerca de metade do que se mandou ao rei, como veremos mais abaixo. Não sabemos se é com este incidente que se relaciona a ordem de expulsão imediata que a certa altura os portugueses receberam; o certo é que acabou por ser anulada, como vimos já.

As diligências de António Peçanha em Pegu foram entretanto coroadas de êxito: el-Rei acedeu a assinar um tratado de paz e amizade — cujas cláusulas, infelizmente, nos são desconhecidas. Para o firmar e jurar enviou a Martabão dois dignatários: o mesmo Cemim Bolegão que António Correia já contactara, e um outro, que o nosso documento designa por Çaridoma, e Barros e Castanheda dizem ser o Raulim ou Rauliz-mor do reino, monge budista de jerarquia elevada que servia de capelão real.

O juramento das pazes foi precedido de diversos encontros entre estes dignatários e o capitão, provavelmente para discutir as cláusulas do tratado. António Correia teve encontros com Cemim Bolegão a 6 de Dezembro, a 10 do mesmo mês com Çaridoma, e com o toledão de Marta-

(91) Barros, *ibidem*, e Castanheda (*História...*, liv. V, cap. XII) dão uma descrição pormenorizada de todas estas diligências; Gaspar Correia, *Lendas da India*, tomo II, Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, cap. II, alude-lhe apenas de passagem.

bão cinco dias mais tarde. Entretanto, de elefante, com certo espavento, chegou de Pegu António Peçanha. A 28 de Dezembro chegaram cartas do toledão Barja — talvez a aprovar o teor do tratado. Procedeu-se ao seu juramento solene, que teve lugar num dos templos da cidade (92).

A cerimónia do juramento, tal como no-la descrevem os nossos dois cronistas, foi uma cena picaresca, digna das páginas de Fernão Mendes Pinto. António Correia dirigiu-se ao templo com a maior pompa que pôde armar; o capelão da nau acompanhou-o, de sobrepeliz. O tratado, redigido em *môn* e em português estava escrito em folhas de ouro batido como era usual em Pegu (93); os secretários leram-no numa e noutra língua; os representantes de ambas as partes escutaram em silêncio, sentados no chão sobre uma alcatifa. Depois o Raulim fez uma leitura das escrituras budistas, e queimou com ervas aromáticas umas frases de bom agouro, escritas nuns papéis amarelos que aos portugueses pareceram letras de câmbio. Finalmente, prestaram juramento — «tudo isto, como diz João de Barros, com tanto cerimónia, atenção e silêncio que fez grande admiração aos nossos». Posto isto António Correia avançou e prestou juramento... sobre o *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende que o capelão segurava nas mãos, depois de ler em voz alta algumas trovas! A razão de tão insólito procedimento foi, segundo João de Barros, apenas o desejo de maior ostentação: o cancioneiro era um imponente in-folio, e fazia mais vista que o breviário do clérigo ou qualquer outro dos livros de rezar que traziam; segundo Castanheda foi um misto de escrúpulo e de reserva mental: «não quis que fosse o livro dos Evangelhos, porque lhe não pareceu rezão jurar por eles a quem não cria neles, e mais porque sabia que aqueles não haviam de guardar o juramento senão enquanto lhes fosse necessário guardá-lo». No que ambos os cronistas concordam é em afirmar que o cancioneiro calhou de abrir-se nas trovas de Luís da Silveira sobre o *Eclesiastes* de Salomão, que começa: «Vaidade das vaidades, e tudo é vaidade...». Moralista como sempre, Barros comenta o caso deste modo: «... por razão destas palavras tomou tamanho receio a António Correia com admiração delas, e lhe saltou no espírito um temor, como se pusesse as mãos nas palavras de toda a nossa Fé. E teve para si que era obrigado cumprir aquele simulado juramento; porque Deus não é teste-

---

(92) É o que diz João de Barros; Castanheda diz «numa mesquita» o que não é verosímil, visto a religião oficial do reino ser o budismo *Theravada*.

(93) A de versão portuguesa pesava seis ticais do peso de Martabão, ou seja, 81 gramas, e custou 48 viças (cerca de 5184 rs.), como veremos mais abaixo.

munho de enganos, ainda que sejam os tais actos feitos entre pessoas diferentes em fé, quando ambas as partes contratam de paz e concórdia para o bem comum».

Se o tratado previa apenas a paz e concórdia de pegus e portugueses, ou se previa igualmente a redução de direitos alfandegários que estes pretendiam, é ponto sobre que não estamos esclarecidos.

As mercadorias provenientes de Malaca pagavam no reino de Pegu, como todas as oriundas de países estrangeiros, 12 % de direitos de entrada. Em Malaca estes eram mais baixos, apenas 6 %; mas as mercadorias vindas de Pegu, como todas as provenientes das zonas abastecedoras de arroz, estavam isentas. Assim era no tempo dos sultões e assim continuou a ser, pois nesse como noutros aspectos os portugueses pouco inovaram. Na sua viagem de 1512, Pero Pais, tentou mas não conseguiu, obter do toledão de Martamame isenção de direitos, a título de reciprocidade de tratamento; na viagem de 1514, após diligências junto da corte de Pegu, obteve-a finalmente — não sabemos se apenas para essa viagem se a título permanente. Mas mesmo neste último caso, deve ter caducado quando dos acontecimentos de 1516. De qualquer modo, nem o nosso documento nem o testemunho dos cronistas nos permitem concluir se o assunto voltou ou não a ser tratado por António Correia, pois são totalmente omissos neste particular.

Seja como for, o essencial para a segurança de Malaca era o reatamento das relações comerciais com Pegu; esse era o principal objectivo da viagem — e foi alcançado.

Além da negociação e assinatura do tratado de paz, o caderno da nau dá-nos conhecimento de algumas diligências secundárias: aliciamento do Cemim Bolegão, mediante grossa peita, para que fizesse ir juncos a Malaca com mantimentos; encontro com o toledão de Martamame para discutir o caso dos guzerates que procuravam virar contra os portugueses as autoridades locais. Segundo João de Barros foram eles quem, num banquete, envenenou o piloto e o mestre da nau.

A parte do caderno do feitor que se conservou contém o registo de todas as despesas que se fizeram em Pegu até 10 de Janeiro de 1521, com falta apenas de uma folha; sabemos, portanto quanto se despendeu em todas estas diligências. O quadro seguinte resume essas despesas, em moeda local (91):

(91) Em Pegu não se cunhava propriamente moeda: como moeda corriam, a peso, pedaços de uma liga metálica composta de cobre e estanho, ou cobre, estanho e

	dinheiro (em viças)	pimenta [95]	%
Presentes dados à chegada:			
— ao todelão da barra	35		
— a seu filho e seu genro que rebocaram a nau	37		
— ao piloto da barra.	6		
— ao Cemin Bolegão, quando trouxe autorização para entrarem	25		
— ao todelão de Martabão no primeiro encontro	64		
— ao todelão de Martabão, para obter um gudão	27,5		
— aos xabandares, seus genros, para o mesmo fim	16		
— aos xabandares do toledão Barja . . .	31	10 viças	
SOMA . . .	241,5	10 viças	14 %
Embaixada de António Peçanha a Pegu:			
— presente para o Rei	301,5	1 bar	
— » » » toledão Barja	110	1/2 »	
— » ao Cemin Bolegão, que o acompanhou	16		
— presentes dados em Pegu a diversos mandarins	131		
— gratificações aos intérpretes e ao porteiro	11		
— aluguer de um palanquim	7		
— gratificação aos condutores dos elefantes	2		
SOMA . . .	578,5	1 1/2 bar	36 %
Recuperação do grumete fugido:			
— presentes ao toledão, mulher, filhos e genro, ao pedir-lho	47	20 viças	
— presentes aos mesmos quando o entregaram	94		
— presentes aos intérpretes	11	10 »	
SOMA . . .	152	30 viças	10 %

chumbo, chamada *fruseleira* ou *cança*. Segundo Tomé Pires, valia cada viça (1,354 kg) de cança, que se subdividia em 100 ticais, tanto como 10 calains de Malaca, ou seja 108 rs. O nosso documento dá por duas vezes equivalências algo superiores, mas não concordes entre si, o que faz crer serem apenas aproximadas: 1 viça igual a 3 tangas, portanto, 180 rs.; e 10 viças igual a 2000 rs., portanto 1 viça igual a 200 rs.

(95) As ofertas de pimenta, feitas em espécie, não estão avaliadas em dinheiro. Vão pesadas pelo peso de Martabão: 1 bar = 162 486 kg; 1 viça (1/120 do bar) = = 1,354 kg; 1 tical (1/100 da viça) = 13,54 kg. Não sabemos o preço da pimenta em

	dinheiro (em viças)	pimenta	%
Encontros preparatórios e assinatura do tratado:			
— presente ao Cemim Bolegão	72		
— » » Çaridoma	52		
— » » toledão de Martabão. . .	54,5		
— gratificação a um correio que trouxe carta de Pegu	4		
— gratificação a um criado do Barja que trouxe três mensagens	15,5		
— folha de ouro para redigir o tratado. .	44,8		
— gratificação aos intérpretes	16		
SOMA . . .	287,3		18 %
Outras diligências:			
— presente aos xabandares criados do Barja para entregarem o lacre	22,5		
— presente a um xabandar mouro para levar fazenda para Malaca	8		
— peita ao Cemim Bolegão para fazer ir juncos a Malaca	300		
— presente ao toledão de Martabão, por causa dos guzerates	6,5		
— presente ao Cemim Bolegão, num encontro posterior ao tratado	21,5		
SOMA . . .	358,5		22 %
TOTAL DE DESPESAS DIPLOMÁTICAS .	1.617,8	1 bar 10 viças	100 %
RESUMO			
Despesas diplomáticas:			
— em dinheiro	1.617,8		
— » pimenta, no valor aproximado de .	33		
SOMA . . .	1.650,8		70 %
Outras despesas registadas:			
— compra de mantimentos	500		
— soldos, cerca de	36,6		
— reboque da nau.	105		
— aluguer de uma nata para acartar o lacre	62		
— gratificação aos escrivães que pesaram o lacre	2		
SOMA . . .	705,6		30 %
Total de despesas entre 12-VII-1519 e 10-I-1520 (96)	2.356,4		100 %

Pegu neste ano; em 1512 vendeu-se a uma média de 15 ticais (16,2 rs.) a viça; a esse preço a avaliamos no cômputo geral das despesas.

(96) Trata-se de despesas correntes; a compra de mercadorias devia constituir

Como facilmente se verifica pela observação do quadro, a quase totalidade das despesas foi constituída por presentes e gratificações; era essa, com efeito, a chave que abria todas as portas, e a base da diplomacia da época, em todo o Oriente.

A despesa total feita nestas diligências diplomáticas — cerca de 1650 viças — corresponde a uns 70% das despesas de que temos conhecimento. Se excede largamente o que Pero Pais gastou com o mesmo fim em 1512 (cerca de 568 viças), não é muito superior ao que este despendeu em 1514, numa viagem de objectivos também predominantemente diplomáticos: cerca de 1535 viças.

Este total de 1658 viças, ao câmbio de 108 rs., equivale a 178$200 rs., ou seja 2 vezes e ½ mais do que, durante a estadia de Jorge Mesurado em Pacém, se gastou em presentes: 205 cruzados, ou seja 73$800 rs. Mas em Pacém, como vimos, não havia, de momento objectivos diplomáticos importantes a alcançar.

Quanto à natureza dos presentes é de notar um nítido predomínio dos produtos da China: tecidos de seda sobretudo, mas também porcelanas. Estas deviam ser de maneira geral de baixa sorte, pois foram sempre dadas aos centos ou aos meios centos, e muitas vezes a gente de categoria pouco elevada. Dos tecidos de seda os mais preciosos, os brocados, foram reservados a raras ocasiões e a raras individualidades; os damascos, pelo contrário, foram distribuídos com profusão. De qualquer modo, um aspecto indubitavelmente ressalta: em Pegu, como noutras regiões asiáticas, o luxo era essencialmente chinês.

Além dos produtos da China foram dados como presente alguns da Europa (escarlatas, barretes de grã, grã em peça e uma alcatifa de Veneza) e do Próximo Oriente (guadamecins [97]) ópio e água de rosas), e algumas drogas da Insulíndia (cânfora e águila [98]) além da pimenta). A escolha dos presentes, obedeceu por certo, a praxes consuetudinárias e ao gosto dos habitantes da região.

---

um título à parte, hoje perdido — razão porque não consta nem a compra de lacre nem a de arroz.

(97) Guadamecins ou guadamecis, ou ainda gadamecis, são uma espécie de tapetes de couro lavrado, dourado e pintado; o nome vem de Ghadamés, cidade da Líbia onde eram fabricados.

(98) Madeira resinosa e muito aromática, conhecida também por calambuco ou lenho-aloés (*Aquilaria agallocha*), da família das arquilarineas; usava-se em farmácia e em perfumaria, e era produzida sobretudo em Samatra e na Cochinchinha.

De notar que a quase totalidade consistiu em tecidos de luxo ou drogas aromáticas.

Para maior clareza, apresentamos no quadro seguinte a sinopse dos presentes distribuídos, tanto em Pacém como em Pegu.

Presentes dados em Pacém

	n.º de presentes	n.º de peças	preço unitário (em cruzados)	valor total
Produtos da China:				
— damascos	8	17	5 a 8	95
— borcados	1	1	20	20
— cetins	1	1	8	8
SOMA				123
Produtos da Europa:				
— escarlatas (côvados) (99)	1	5	6	30
— grão em peça (»)	1	4	4	16
— barretes de grã	1	15	0,8	12
SOMA				58
Produtos do Próximo Oriente e da Índia:				
— guadamecins	3	4	3	12
— água de rosas, (barris) (100)	4	5	2	10
— capas de Chaúl	1	1	2	2
SOMA				24

(99) O côvado equivale a 3 palmos, ou seja 66 centímetros.

(100) As ofertas de água de rosas foram feitas em barris de capacidade não especificada; uma delas foi feita numa almarraxa que custou o dobro dos barris, de onde se deduz ter talvez capacidade dupla.

Presentes dados em Pegu

	n.° de presentes	n.° de peças	preço unitário (em viças)	valor total
Produtos da China:				
— damascos	24	30 1/2	16	488
— borcados	6	7	40 a 60	300
— porcelanas (quarteirões)	19	52	3 a 3 1/2	163 1/2
SOMA				951 1/2
Produtos do Próximo Oriente e de Cambaia:				
— água de rosas (barris)	8	19	4	76
— ópio (viças) (101)	2	2	10	20
— patolas de seda	1	1	10	10
SOMA				106
Drogas da Insulíndia:				
— cânfora (ticais) (101)	3	40	3/4	32 1/2
— águila (cates) (102)	4	8 1/2	2 1/2	21 1/2
— pimenta (bares e viças) (101)	5	1.100	—	c. 30
SOMA				c. 84
Produtos da Europa:				
— alcatifas de Veneza	1	1	50	50
— grã em peça (côvados)	2	8	4	32
SOMA				82
De proveniência desconhecida:				
— margaridetas (centos)	7	37	1	37
— sabres	2	3	2 1/2 a 6	11
— panos e bajus	2	8	2 a 3	18
SOMA				66

(101) Do peso de Martabão, cuja equivalência já foi dada.

(102) O cate por que se pesava a Águila em Malaca, subdividido em 20 taeis, equivalia a 803,25 gr.

Actividade militar.

Se a actividade diplomática de António Correia se centrou principalmente em Pegu a sua actividade militar desenvolveu-se sobretudo em Malaca.

Na primeira passagem pela praça, a sua acção foi, de certo modo, de rotina: assumiu, durante os quarenta ou cinquenta dias que ali permaneceu, o comando de uma tranqueira que se tinha construído a certa distância da fortaleza para melhor a defender, e com uma pequena força de besteiros e espingardeiros e algumas peças de artilharia susteve o ímpeto a sucessivos ataques das forças de Bintão (103).

No ano seguinte a sua acção foi bem mais relevante. Vimos já como depois da sua partida para Pegu a situação se agravara. O problema era sempre o mesmo: do Pago, nas margens do rio de Muar, onde tinha o quartel-general, o sultão continuava a desferir sucessivos ataques sobre a cidade, enquanto a sua armada bloqueava o porto, atacando a navegação portuguesa e por vezes, a própria praça. Escorraçar do Pago o sultão, seria a solução do problema. Não era porém, fácil fazê-lo: não só as suas forças eram numerosas e bem conhecedoras do terreno, como também estavam equipadas com abundante artilharia (em parte tomada aos portugueses) e elefantes de guerra. Sobretudo estava bem defendido o único acesso viável ao local, o rio de Muar: nas suas margens havia diversas fortificações guarnecidas de artilharia; e a umas seis léguas da foz, atravessando o rio de lado a lado num lugar mais estreito, uma forte estacaria de pau ferro apenas com uma porta a meio, por onde os navios do sultão entravam e saíam. No Pago de um e outro lado de um ribeiro que ali se vem meter no rio de Muar, a cidade que el-Rei de Bintão construíra, com casas e palácios, sumptuosos ainda que construídos em madeira, estava também fortificada e muito defendida.

Em 1518, como referimos mais atrás, Duarte de Melo conseguira destruir a fortaleza que el-Rei tinha na foz do rio de Muar; mas não se atrevera a subi-lo até ao Pago e atacar aí, no seu próprio santuário, as forças inimigas. Quando António Correia chegou pela segunda vez a Malaca, carregado de mantimentos que trouxera de Pegu e com alguma gente folgada para o combate, Garcia de Sá que entretanto assumira a capitania da praça, julgou chegado o momento azado para o tentar.

Ordenou para isso uma armada de uma trintena de navios de pequeno

(103) Castanheda, *História...*, liv. V, cap. X.

calado — para poderem subir o rio até àquele ponto — e confiou a António Correia o seu comando. Na armada embarcou cento e meio de portugueses, e uns trezentos e tal homens da terra. Entre os capitães que participaram na expedição contam-se alguns nomes já conhecidos: Duarte de Melo, Duarte Coelho, Henrique Leme, Manuel Pacheco, Francisco de Sequeira.

Partiram de Malaca a 15 de Julho de 1528 e subiram o rio até ao último meandro antes da tranqueira principal do sultão, onde se ocultaram. Daí ao cair da noite, António Correia enviou o feitor Jorge Mesurado, que falava bem o malaio, a espiar o inimigo e escutar as suas conversas.

Reunidos em conselho os capitães, e ouvidas as informações que o feitor colhera, decidiu-se atacar a tranqueira de surpresa, no dia seguinte pela manhã. A um sinal dado por António Correia, com uma *espera* (104) todos os navios abririam simultaneamente fogo de artilharia; então, aproveitando a confusão e a coberto da fumarada, a caravela de Duarte de Melo abalroaria a estacada de pau ferro que atravessava o rio, e os seus homens, trepando pelas enxárceas, ocupá-las-iam e abririam as portas para o resto da armada passar. Assim se fez; e os mouros, tomados de surpresa, abandonaram precipitadamente a tranqueira, deixando ainda ao lume as panelas em que coziam o arroz para o almoço. Além da inesperada refeição, os homens de António Correia obtiveram alcatifas e umas vinte peças de artilharia, algumas das quais de fabrico português.

Daí para cima o avanço estava dificultado pelas muitas árvores que os malaios tinham derrubado sobre o rio — pois numa e noutra margem haviam serrado numerosos troncos, que se podiam puxar com cordas e fazer tombar ao primeiro sinal de perigo. António Correia mandou, por isso, à sua frente uma manchua (105) com vinte carpinteiros, para abrirem caminho à machadada; levavam também aparelhos para arrancar e içar as estacas que encontrassem espetadas no leito do rio. O capitão seguia atrás, num batel guarnecido de paveses (106), para assim evitar as setas envenenadas que o inimigo podia atirar da mata.

---

(104) Espécie de canhão de pequeno alcance, vulgar no século XVI; o nome deriva da espera ou esfera, emblema de D. Manuel.

(105) Pequeno barco asiático a remos semelhante a uma galeota, podendo armar uma vela quadrangular. (Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, *Dicionário de linguagem da marinha antiga e actual*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 2.ª ed., Lisboa, 1974.

(106) Protecções contra tiros do inimigo, feitas com tábuas, e outros materiais pregados nas bordas dos navios e embarcações (*ibidem*).

Estes pormenores, e de uma maneira geral todo o planeamento da expedição, mostram um perfeito conhecimento não só das técnicas de guerra dos malaios como das próprias condições do local — o que, aliás, não é muito para espantar se nos lembrarmos de que os portugueses usavam abundantemente de colaboradores nativos, e, além disso, a guerra com el-Rei de Bintão durava já há uns três anos. Essa experiência devia ser mais dos capitães que acompanhavam António Correia — de que muitos serviam em Malaca já de alguns anos — que do próprio capitão mor da expedição, pouco afeito ainda àquela região. Ele próprio devia ter consciência disso — pelo menos, a acreditar nas palavras que Castanheda lhe coloca na boca, no conselho celebrado na véspera do ataque: «se nesta guerra, senhores, foreis tão novos como eu sou, e eu tão antigo como vós...». O seu mérito está, provavelmente, mais em ter sabido ouvir, que em ter planeado ele próprio a expedição. O êxito desta resultou, aliás, tanto de um planeamento adequado, como do comando enérgico e decidido do seu capitão-mor.

As forças do sultão, confiaram por certo demasiadamente na superioridade numérica e domínio do terreno, e na eficácia dos seus engenhos de defesa. Não acreditavam, talvez, que os portugueses pudessem chegar ao Pago de modo que se desmoralizaram facilmente ao vê-los aparecer. Enquanto as forças de António Correia não desembarcaram, castigaram-nas duramente com a artilharia e com setas empeçonhadas; mas logo que os viram pôr pé em terra, tomados de pânico, fugiram em todas as direcções, abandonando a povoação. O sultão, que concentrara o grosso da sua hoste (cerca de 2000 homens) no terreiro fronteiro ao seu paço, fugiu para o mato num dos seus elefantes de guerra. António Correia temendo algum ardil e não querendo aventurar-se em terreno desconhecido, não consentiu que o perseguissem. Conseguiu assim pôr-se a salvo e regressou a Bintão, onde de 1511 a 1517 tivera a sua capital, e onde a voltou a ter por mais seis anos.

No terreiro principal do Pago, defronte do palácio, António Correia armou cavaleiros os que mais se haviam distinguido no combate. Depois saqueou as casas e incendiou a cidade; construída em madeira como era, em pouco tempo ficou reduzida a cinzas. A artilharia foi trazida para Malaca; a armada real, constituída por mais de cem calaluzes ([107]), lan-

([107]) Pequena embarcação, ligeira de remos, usada na Malásia. Podiam armar 20 a 27 remos e levavam 20 e tal soldados (*ibidem*).

charas (108) e manchuas, foi igualmente incendiada, à excepção dos barcos de cerimónia do Sultão, de proas e popas douradas, que foram trazidos como troféu.

António Correia tornou para Malaca, sem um único morto nem ferido de gravidade nas tropas do seu comando.

Assim terminou a mais grave e longa crise porque Malaca passara desde que caíra nas mãos dos portugueses (109).

Conclusão.

A viagem de António Correia é, de diversos pontos de vista, uma expedição senão importante pelos seus efeitos, pelo menos interessante na multiplicidade das suas facetas.

No aspecto social é bem exemplificativa do tipo mais característico de protagonista da expansão portuguesa no Oriente: o que, (com licença de Molière) podemos designar por fidalgo-burguês. Misto de guerreiro e de comerciante, com muito de aventureiro, e, quando necessário, algo de diplomata, representa uma sobrevivência da nobreza militar do fim da Idade Média, em vias de adaptação a um novo contexto. Se o comércio — em nome próprio ou ao serviço da Coroa — é a base económica da sua subsistência, e pela função social é já, assim, um burguês, pela frequente carência de espírito prático de iniciativa e organização, pela vocação predominantemente militar e pelo espírito ainda cavaleiresco, continua a ser um nobre. É que a estrutura familiar ainda sólida — de que a inter-relacionação de algumas das figuras com que nas páginas precedentes topamos é elucidativo exemplo — permitia não só a conservação de um espírito de casta bastante agudo, como a transmissão dos ideais, valores e padrões de comportamento de antanho. No gosto da aventura e no culto da façanha pessoal — que os cronistas tão bem retratam e, às vezes, sem talvez dar por isso servem — amalgamam-se, aparentemente, sob a influência do individualismo que desponta, o ideal medieval do cavaleiro e o modelo do herói clássico, ressuscitado pela Renascença.

---

(108) Embarcação malaia, rasa e ligeira, a remos (*ibidem*).

(109) De toda esta expedição dão minuciosa conta os três cronistas, Castanheda (*História...*, liv. V, cap. XXXV-XXXVI), João de Barros (*Asia*, Década III, liv. III, cap. V) e Gaspar Correia (*Lendas da India*, tomo II, Lendas de Diogo Lopes de Sequeira, cap. IX). Dos três relatos — que não diferem entre si senão em pormenores secundários — o mais claro é o de Castanheda; o de Barros é um tanto prolixo, e o de Gaspar Correia mais resumido.

No aspecto comercial, esta expedição — em que uma carga inicial de panos de Cambaia trazidos da feitoria de Cochim é trocada na costa de Samatra por pimenta, que em Pegu será por sua vez, vendida para se comprar lacre e arroz — é uma típica viagem de cabotagem. Exemplo, portanto, do tipo do comércio que no Índico português foi mais importante e mais corrente, mas que menos conhceido é.

No aspecto diplomático sai um pouco mais da rotina habitual. Sem ser uma missão decisiva, representa um passo importante no restabelecimento de uma situação favorável aos portuguesas na Ásia do Sueste. Tal situação era indispensável para a manutenção de Malaca e, por consequência para o equilíbrio do império. Conseguida pela diplomacia de Albuquerque, deixara-se perder por pura inépcia. A missão de António Correia constitui por isso, um passo na lenta aprendizagem, pelos portugueses das formas de convivência possíveis com os povos da região, de cuja colaboração não podiam prescindir. Para nós é interessante ainda pelo que nos elucida acerca das condições concretas em que na Ásia se processava a actividade diplomática portuguesa, e dos métodos que utilizava.

É no aspecto militar que esta expedição mais sobressai da rotina — não pelos métodos que utiliza, que são os de sempre, mas pelas consequências que acarreta. Episódio aparentemente secundário na sucessão interminável de façanhas bélicas que enchem as páginas dos nossos cronistas, a conquista do Pago por António Correia é, em primeiro lugar, um claro testemunho da já grande adaptação dos portugueses às condições de guerra numa região equatorial, como é a Península de Malaca, e às práticas bélicas dos seus habitantes, mas é também, entre a conquista da cidade por Afonso de Albuquerque em 1511, e a destruição de Bintão por Pero de Mascarenhas em 1526, o acontecimento mais importante na história de Malaca, e o que mais contribuiu para a consolidação do domínio português sobre essa praça, e consequentemente sobre as rotas comerciais da Ásia do Sueste.

DOCUMENTOS

Nota prévia.

Na transcrição dos documentos o critério seguido foi o de *regularizar*, mas não o de *actualizar* a ortografia. Dentro deste critério:

a) introduziu-se pontuação;

b) regularizou-se o uso de minúsculas e maiúsculas;

c) suprimiram-se as consoantes inutilmente dobradas, e dobraram-se as que o deviam ser;

d) desenvolveram-se as abreviaturas;

e) regularizou-se o uso de *u* e *v* e de *i*, *y* e *j*;

f) regularizou-se o uso de *m*, *n* e *til*;

g) generalizou-se a grafia *i* e *u* dos segundos elementos dos ditongos orais, por vezes grafados com *e* e *o*;

h) regularizou-se o uso de *g* e *j*;

i) regularizou-se o uso de *c*, *q*, e *qu* e o de *g* e *gu*;

j) regularizou-se o uso do *h* inicial ou medial;

k) substituiu-se por *á*, *ó*, etc. a grafia *aa*, *oo*, etc. das vogais abertas acentuadas.

Pelo contrário mantiveram-se todas as discrepâncias entre a ortografia do documento e o uso actual que pudessem corresponder a efectivas diferenças de pronúncia. Por exemplo:

— manteve-se a grafia *ũa* para o feminino de *um*;

— manteve-se a distinção entre *s* e *z* e entre *ss*(*s*) e *ç*, por ser ainda quase geral nesta época a manutenção da oposição fonológica entre as silibantes predorso-alveolares (ç,z) e as ápico-alveolares (ss,s) que ainda hoje se verifica em Trás-os-Montes e nalgumas regiões das Beiras;

— manteve-se, por igual razão, a distinção entre *x* (fricativa) e *ch* (africada);

— manteve-se a ortografia *ês* para o ditongo final *eis* quando assim grafado;

— mantiveram-se as ortografias correspondentes à pronúncia popular de certos vocábulos, como *corenta*, *Santa Bárbora*, etc.

Quanto às notas que acompanham o texto, marcámos com *letras* e colocámos no fundo da página as que respeitam ao aparato crítico; marcámos com *algarismos* e colocámos no fim do texto as que se referem a comentários ou explicações de vocábulos raros ou exóticos. Para evitar repetições inúteis, limitamo-nos, porém, a remeter o leitor para as notas ao corpo do artigo quando nelas tenha já sido dada a explicação de qualquer vocábulo ocorrente no documento.

DOCUMENTO N.º 1

(ANTT., *Corpo Cronológico*, p. II, m.º 85, doc. 100).

Malaca, 31 de Julho de 1519.

Mandado do capitão de Malaca para se fornecer arroz ao pessoal da nau de António Correia.

Afonso Lopez da Costa, fidalgo da casa del Rei nosso Senhor, capitão e governador de Malaca e suas terras de Ceilão pera dentro, per este mando a vos, Jusarte Homem, almoxarife dos mantimentos em ela que paguês a cinquenta e oito pessoas seu mantimento d'arroz de todo este mes de Julho, que aqui vieram na nau Santiago que vai pera Pegum, de que é capitão António Coreia, os quais pagarês per esta maneira, a saber: a quatro deles, em que entra o dito capitão e um calafate e um tanoeiro e um carpenteiro, a rezão de sassenta gantas a cada um pelo dito mes; e a cinquenta e quatro outros, homens d'armas e do mar, a rezão de trinta gantas a cada um pelo dito mes. E per este, com assento do escrivão de vosso carrego vos sera levado em conta o que lhe assi pagardes. Feito em Malaca ao derradeiro dia do dito mes. Marcos Afonso o fez; de 1519.

Afonso Lopez da Costa

(*ao canto superior esquerdo*): folhas 97

(*ao canto superior direito*): mandado pera dar $\overline{j}$ biijc lx gantas d'arroz à gente da nau Saõ Tiago.

(*nas costas*): mandado do capitão, do mes de Julho, pera pagar a gente que aqui veio em Santiago pequeno, que vai pera Pegum; ao derradeiro dia do dito mes. Lançado em livro.

DOCUMENTO N.º 2

(ANTT., *Núcleo Antigo*, n.º 807)

1519-1520

Livro de contas do feitor Jorge Mesurado

(*fl. 1?*) (a)

Receita

Roupa que Jorge Mesurado, feitor que vai pera Pegu recebeu de Pero Coresma, feitor del Rei nosso Senhor em Cochim.

Item, a xxiij dias d'Abril de 519 recebeu Jorge Misurado, feitor, de Pero Coresma feitor de Cochim, dous mil pardaus em tangas de cinco tangas pardau (110) de que se lhe passou conhecimento em forma ..... ij pardaus.

Item, recebeu o dito feitor no dito dia de Pero Coresma, feitor, vinte e um mil e quinhentos e trinta e quatro panos de Cambaia destas sortes:

Item, mil e seiscentos e oitenta panos de mandil (111) rantim (b) de marca grande, de quatro em peça, per quatrocentos e vinte peças, das quais eram nove peças rotas.

(*fl. 1 v.?*)

De panos de mandil, trezentos e dezoito panos da mesma sorte, de tres em peça, por cento e seis peças ..... cbj peças (c).

De panos caçutos (112), mil cento e vinte e dous panos verdes, per trezentas e oitenta e quatro peças, das quais eram quinze rotas ..... jcxx peças.

De bispiças (113) maçudas tres mil e cinquenta e oito panos, per mil e quinhentas e vinte e nove peças, de duas em peça, das quais as seiscentas peças são roídas dos ratos per partes ..... iij lc biij peças.

De mantazes (114) cento e oitenta e sete panos de sorte maior ..... c lxxxbij peças.

De mantazes mais da dita sorte quatro mil e noventa e um panos ..... iiij IRj (d) peças.

.....

.....

(a) Esta primeira folha tinha, antes de ser junta ao caderno, a cota *Corpo cronológico*, III-7-21.

(b) Tem uma rasura que torna difícil a leitura.

(c) por cima, «308».

(d) «ix» riscado.

(*fl. 8?*) (a)

Item, ao derradeiro dia do dito mes, recebeu mais o dito feitor no porto de Pacém, de Lopo Rodriguez feitor das mercadorias de Malaca, per mandado d'Antonio Correia capitão, novecentos bretangis (115) vermelhos, a saber: (b) setecentos piquenos e duzentos grandes dos quais se acharam muitos dos piquenos cortados, do que lhe faleciam covado e meio e dous covados (116) de comprido (c) ..... ix peças.

Item, a xxiiij° dias do mes de Maio de 1519 no porto de Pacém indo o batel da nau Santa Barbora, em que a roupa atras escrita vinha, carregada da dita roupa del Rei e de partes, se perdeu na barra do dito porto sem se poder salvar cousa algũa; pelo qual o dito feitor requereu a mim, escrivão, que presente estava que o escrevesse assi neste livro de sua receita e despesa pera se saber ao tempo que der sua conta (d).

(*no verso*):

E bem assi requereu o dito feitor a mim escrivão, que visse a roupa danada e molhadá que vinha nos paiois da dita nau, porquanto abrira a dita nau agua muito grande, ao tempo que corremos tres ou quatro dias um temporal e não se poder baldear por rezão de sempre a gente ser ocupada em dar a bomba, que era de feição que com duas bombas se não podia esgotar; e porque eu, escrivão, ao seu requerimento, fui ver os ditos paiois onde a dita roupa vinha e achei estar muita dela molhada e danada, e por ser assi fiz este assento (117).

[*venda de panos*]

.....

Do mes de Julho.

(*fl. 8*) (e)

Item (f), a cinco do dito mes vendeu o dito feitor vinte peças de mandis pretas, por quatro taéis, a rezão de cinco peças a tael, que são oito cruzados (118)

..... biij cruzados

Item, vendeu mais o dito feitor no dito dia acima escrito oitenta peças de mandis pretos por dezasseis taeis, a rezão de cinco peças a tael, que são trinta e dous cruzados ..... xxxij cruzados

---

(a) Esta folha (que antes de reunida ao caderno tinha a cota *Corpo Cronológico*, III-7-24) não pode pegar com a percedente, visto a discriminação dos panos distar ainda muito do total de 21 534 peças; falta, portanto, pelo menos uma folha.

(b) «grandes», riscado, «a saber» entrelinhado.

(c) à margem «são somente ix peças, porque estava mal escrito».

(d) à margem, *alia manu* «que não escapou nhũa desta roupa porque era del Rei; se fora de partes não se perdera».

(e) O caderninho com os fls. 8 a 15 do caderno, tinha, antes de reunião a este, a cota *Corpo Cronológico*, II-85-20[illegible].

(f) Junto a cada *item* um sinal de «conferido».

Item, mais se venderam corenta peças rotas e podres da mesma sorte por quatro taeis que são oito cruzados ..... biij cruzados

Item, se venderam mais cem peças de caçutos verdes por vinte e cinco taeis a rezão de quatro peças a tael, que são cinquenta cruzados ..... l.ta cruzados

(fl. 8 v.)

Item, se venderam mais setenta e quatro peças rotas e podres por sete taeis e meio, a rezão de dez a tael, que são quinze cruzados ..... xb cruzados

Item, mais despendeu o dito feitor quinhentos mantazes por sassenta e dous taeis e meio, a rezão d'oito a tael, que saõ cento e vinte e cinco cruzados .... c xxb cruzados

Item, se venderam mais trezentos e corenta mantazes por trinta e sete taeis e meio, a rezão de nove a tael, que saõ satenta e cinco cruzados ..... lxxb cruzados

Item, se venderam mais trezentos e cinco mantazes por trinta e seis taeis, a rezão doito e meio a tael, que saõ satenta e dous cruzados (a) ..... lxxj (b) cruzados

Item, se venderam mais cento e quinze mantazes por dezasseis taeis e meio, a rezão de sete a tael, que saõ trinta e tres cruzados ..... xxxiij cruzados

(fl. 9)

Item, vendeu o dito feitor quinhentos mantazes rotos e podres por dez taeis, a rezão de cinquenta a tael, que saõ vinte cruzados ..... xx cruzados

Item, se venderam mais cem mantazes lavados por oito taeis e meio, a rezão de doze a tael, que são dezassete cruzados (c) ..... xbij cruzados (d)

Item, se venderam mais trezentos mantazes lavados por vinte e um taeis e meio, a rezão de catorze atael, que saõ corenta e tres cruzados (e) ..... R iij cruzados

Item, se venderam mais trezentos e vinte bretangis pretos por trinta e dous taeis, a reão de de a tael, que são sassenta e quatro cruzados (f) ... lxiiij° cruzados

Item, se venderam mais mil e seiscentos e corenta bretangis pretos da mesma sorte por cento e corenta e dous taeis e meio, a rezão de onze e meio a tael, que saõ duzentos e oitenta e cinco cruzados ..... ijc lxxxb cruzados

(fl. 9 v.)

Item, se venderam mais mil e trezentos e satenta bretangis da mesma sorte, rotos e podres por cinquenta e cinco taeis, a rezão de vinte e cinco a tael, que saõ cento e dez cruzados ..... cx cruzado (g)

(a) Entrelinhado, *alia manu* «saõ iij ½».
(b) Entrelinhado, *alia manu* «j½».
(c) Entrelinhado (*alia manu*): «saõ xbj 2/3».
(d) Emendado *alia manu*, para «xbj 2/3».
(e) Entrelinhado *alia manu*: «menos lbiij rs».
(f) A margem *alia manu*: «beretangis».
(g) Por baixo, *alia mnu*: «109/240 rs».

Agosto

Item, a ij do dito mes d'agosto da dita era de mil e quinhentos e dezanove, vendeu mais o dito feitor quatrocentos bretangis da mesma sorte, molhados, por vinte e cinco taeis a rezão de dezasseis a tael, que saõ cinquenta cruzados ..... l.ta cruzados

Item, mais vendeu o dito feitor cento e cinquenta tafeciras a rezão de sete a tael, por vinte e um tael e meio, que saõ corenta e tres cruzados (a) ..... Rtaiij cruzados

Item, se venderam mais oitenta tafeciras molhadas e rotas por cinco taeis, a rezão de dezasseis a tael, que saõ dez cruzados ..... x cruzados

(*fl. 10*)

Item, mais se venderam cento e satenta e quatro bretangis vermelhos grandes por cinquenta e oito taeis, a rezão de tres panos a tael, que saõ cento e dezasseis cruzados (b) ..... c.to xbj cruzados

Item, mais se venderam vinte e seis bretangis da mesma sorte por nove taeis e meio, a rezão de tres a tael e duas dramas, que saõ dezanove cruzados ... xix cruzados

Item, se venderam mais quatrocentos e oitenta e seis bretangis vermelhos piquenos por oitenta e um taeis, a rezão de seis a tael, que saõ cento e sassenta e dous cruzados ..... c.to lxij cruzados

Item, se venderam mais oitenta bretangis vermelhos piquenos da mesma sorte, por dez taeis, por estes serem rotos e cortados, em que se monta vinte cruzados ..... xx cruzados

(*fl. 10 v.*)

Item, mais se venderam corenta bretangis piquenos da mesma sorte por sete taeis e meio, a rezão de tres a tael e duas dramas, que saõ quinze cruzados ..... xb (c) cruzados

Item, vendeu mais o dito feitor noventa e quatro bretangis, vermelhos da mesma sorte por quinze taeis e meio, a rezão de seis a tael, que são trinta e um cruzados ..... xxxj cruzados

Venda que o dito feitor fez em Pacem dos cominhos (119)

Item, no dito mes d'agosto e era vendeu o dito feitor catorze fardos de cominhos por noventa e um cruzados, a rezão de seis cruzados e meio o fardo, que monta noventa e um cruzados (d) ..... lRj cruzados

(*fl. 12*) (e)

Item, aos dez dias do mes de Janeiro de 1520, em Martamão, recebeu Jorge Misurado, feitor, de Bastião Afonso, provedor dos defuntos da dita nau, mil cruzados em tangas de seis tangas cruzados (120) ..... j̃ cruzados

---

(a) A margem: «tafeciras»; por baixo *alia manu*, «menos 58 rs».

(b) A margem «bretangis».

(c) «xb cruzados»; por cima, *alia manu* «29 ¼», e por baixo «xxix cruzados ¼».

(d) A margem «cominhos».

(e) Fls. 11 e 11 v em branco.

Os quais mil cruzados lhe o dito António Correia, capitão, mandou entregar ao dito feitor por haver aí necessidade de dinheiro pera se fazer a carega e despesas da dita nau, de que houve conhecimento em forma, feito por mim Tristão d'Oliveira.

Item, mais ficaram ao feitor Jorge Misurado em seu poder, de Vicente Luís, piloto da mesma nau defunto, de cinco bares (121) de pimenta que o dito feitor tinha em seu poder, que se vendeu a corenta biças (122) o bar, cento e satenta e nove biças e um quarto (a) ..... c.to lxxxix biças ¼

(fl. 18 v.)

Item, mais ficaram em poder do dito feitor, do dito defunto piloto da dita nau, doze covados de grã (123), que lhe ele vendeu pera se dar de presente a mouros, per mandado do capitão, a rezão d'oito biças covado, que saõ noventa e seis biças e a biça val tres tangas (b) ..... IRbj biças

Item, mais ficam em poder do feitor, do dito piloto defunto trinta biças de uã peça de borcado de tavoleiro que lhe vendeu pera se dar de presente por mandado do capitão (c) ..... xxx biças

Item, mais ficaram ao dito feitor a xx dias de Janeiro da dita era em seu poder, de Rui Lopez, mestre da nau Santiago, defunto, de sete bares de pimenta que tinha seus, cento e dezoito biças e um quarto de biça porque o mais da dita pimenta tinha recebido dele em sua vida (d) ..... c.to xbiij° biças

(fl. 13)

Item, a dez dias de Fevereiro da dita era, ficaram ao feitor em seu poder de Gonçalo Anes, calafate da dita nau, defunto, vinte seis biças de um bar de pimenta que o dito feitor tinha em seu poder, que se vendeu por corenta biças e o mais recebeu dele em sua vida, menos sete reis e meio ..... xxbj biças meia

Item, aos dez dias de Junho da dita era, em Malaca, recebeu Jorge Misurado de Basião Afonso, provedor dos defuntos da nau Santiago, per mandado d'Antonio Correia, capitão dela, trezentos cruzados de seis tangas cruzados ..... iijc cruzados

Item, mais recebeu o dito feitor de Bastião Afonso, provedor dos defuntos da dita nau, aos vinte dias do dito mes, cento e noventa cruzados de seis tangas cruzado ..... c.to IRt cruzados

---

(a) Por baixo, muito sumido: «saõ somente clxxix biças $\frac{1}{4}$ porque o mais quebrou em pagamento de dereitos como adiante vai; e por ele se lhe levara em conta as quebras, com'as da outra pimenta».

(b) A margem *alia manu* «mostre mandado como deve».

(c) A margem, *alia manu* «mostre mandado».

(d) Em baixo, com outra tinta, por mão do contador: «desta fazenda deste Rui Lopez vai decraração em o caderno de defuntos de um Bastião Afonso, provedor que foi sobre esta fazenda vai posta no titulo a fazenda; em testamento dele esta de um pagamento que se fez um Antonio da Fonseca de clxb cruzados e tantos reais, porque se lhe nõ pague outra vez». *Alia manu* «fica pago».

(*fl. 13 v.*)

Item, aos quinze dias do mes de Setembro de mil e quinhentos e vinte, recebeu o dito feitor de Francisco Mendez, escrivão da dita nau, no porto de Pacem, de fazenda de defuntos que faleceram na dita nau, corenta e cinco cruzados e meio, de seis tangas cruzado, e oitenta reis, e houve conhecimento em forma .... Rb cruzados meio, lxxx reis

Item, aos xb dias de novembro da dita era, recebeu Jorge Misurado feitor em Pacem, de Duarte Coelho capitão e feitor de um junco del Rei que em Pacem estava, um bar de seda da fazenda del Rei, a qual seda era da de Pacem, de preço de cento e corenta e um cruzados e meio, pera fazer pagamento das peitacas (124) do junco em que vem o cravo e fazendo del Rei ..... c.to Rj cruzados meio, de que lhe foi passado conhecimento feito per mim Tristão d'Oliveira, em forma.

(*fl. 14*)

Item, de todo este dinheiro e fazenda atras escrito de defuntos que o dito Jorge Misurado feitor recebeu de Bastião Afonso, provedor deles, e de Francisco Mendez, escrivão da dita nau, e assi das fazendas dos ditos defuntos que em poder do dito feitor era, o dito Bastião Afonso e o dito Francisco Mendez houveram conhecimento em forma; a saber: os de Bastião Afonso, feitos per Gomez de Carvalho, e os de Francisco Mendez por mim, Tristão d'Oliveira, escrivão, pera suas contas; e por aqui poderão as partes e herdeiros dos ditos defuntos requerer seus pagaments a el-Rei nosso Senhor porquanto tudo foi despeso em seu serviço.

(*com outra tinta*) (a):

Item, a um Rui Lopez, mestre que foi da nau Santiago, do qual foi entregue algũa fazenda, dinheiro, pimenta, a Jorge Mesurado, feitor por mão de Bastião Afonso, provedor que era dos defuntos, e passada ũa certidaõ pera com ela se fazer mandado pera haver pagamento um Joaõ Fernandez casado aqui em Cochim, por parte do dito Rui Lopez, de cento sassenta cinco cruzados, os quais se haõ de descontar da fazenda do dito Rui Lopez, quando quer que se lhe tirar a recadação (125) pera Portugal e a verba disso vai no seu testamento, (*fl. 14 v.*) e no leilão que é em um caderno do recebimento e despesa que fez Bastião Afonso, provedor, por onde se ha de tirar recadação pera os herdeiros de defuntos haverem pagamento em Portugal destas fazendas que aqui foram entregues a Jorge Misurado, feitor, e receitado sobre ele, segundo eu, Francisco Rodriguez Boto escrivão dos contos da casa que ora sirvo de contador em estas partes (126), por mandado do veador da fazenda vi, e pus aqui esta decraração porque, sendo caso que a este livro venham tirar os preços da pimenta destes defuntos, que aqui foi entregue ao dito feitor se lembre descontarem ao dito Rui Lopez o dito dinheiro, segundo se vera pela verba que tem posta no caderno dos defuntos, onde acharaõ toda a fazenda deles que foi entregue ao dito feitor Jorge Mesurado, e conhe-

(a) Pela mesma mão da verba de fl. 12 v.

cimento dela em forma na linha da conta (127) de Bastião Afonso, provedor; a qual feitoria é vista por mim.

(*fl. 15*) (a)

.....

Notefico eu, Tristão d'Oliveira, escrivaõ da feitoria de Pegú por requerimento de Jorge Misurado, feitor, lhe fizesse assento e decraração da roupa que lhe ficara em terra, quando nos fizeram embarcar em Martamão por força, certofico (*sic*) lhe ficar em terra certas jarras e outras mais cousas e assi tavuados que tinha comprado pera corregimento d'algũas cousas da nau. Feito em Martamão aos xxj de Novembro de 1519 (128).

.....
.....
.....

(*fl. 101*) (b)

Titulo das despesas que Jorge Misurado feitor fez, do dinheiro e fazenda que recebeu atras.

Despesa de Pacem

Item. Aos xxb dias do mes de maio de 1519 despendeu o feitor em cinco livros grandes encadernados que comprou pera a feitoria, dez cruzados ..... x cruzados

Item, mais no mesmo dia despendeu o feitor em quatro rezmas de papel, a rezão de tanga e meia a mão (129), em que montou vinte cruzados ..... xx cruzados

Item, mais no mesmo dia despendeu o feitor em quatro peças de damasco pera se darem a el Rei de Pacem, por ser assi custume e por parecer assi bem a Simão d'Andrade (130), capitaõ da nau Santa Barbara, que o mandou dar pera despacho da carrega da dita nau (*fl. 101 v.*) que ia pera China e pera que iam pera Pegu, que custaram vinte cruzados, a rezão de cinco cruzados cada peça ..... xx cruzados

Item. No mesmo dia despendeu o feitor em cinco covados d'escarlata (131) pera o mesmo Rei de Pacem, a rezão cinco cruzados covado, de vinte vintens cruzado (132) que saõ vinte e cinco cruzados ..... xxx cruzados

Item, mais despendeu o feitor em seis peças de damasco enroladas que se deram aos mandarins da terra por tambem ser assi custume, a rezaõ de cinco cruzados peça que são trinta cruzados ..... xxx cruzados

Item, mais despendeu em ũa peça de damasco também enrolada que se deu ao juiz do peso (133) seis cruzados ..... bj cruzados

---

(a) De novo por mão de Tristão de Oliveira.

(b) Aqui começava, antes de se lhe juntarem os fragmentos que andavam dispersos, o caderno do *Núcleo Antigo*, n.º 807, que tinha por titulo (em letra do século XVIII) «Livro da despesa feita pelo feitor de Pacém».

(fl. 102)

Item (a), mais dispendeu o feitor em quinze barretes de grãa, que com estas peças atras se deram ao Rei e aos mandarins da terra, doze cruzados ... xij cruzados

Item, mais despendeu o feitor aos xxbij dias do dito mes em aluguer de um gudão (134) em que esteve a fazenda del Rei desd'este tempo ate fim dagosto, trinta e seis cruzados ..... xxxbi cruzados

Item, despendeu o feitor, desd'o primeiro dia de junho ate os dez dias do dito mes, mil e quatrocentos e sassenta e dous cruzados e meio ..... j iiijc lxij cruzados meio, os quais despendeu per compras que fez, de cento e cinquenta (135) de pimenta pera se dar à nau Santa Barbara que ia pera a China, a rezão de nove cruzados e tres quartos, em que se montou a dita contia

(fl. 102 v.)

Item, mais despendeu em quinze champanas (136) que embarcaram esta pimenta na dita nau Santa Barbara corenta e cinco cruzados, no mesmo tempo, a rezão de tres cruzados cada ũa ..... Rb cruzados

Item, mais despendeu em dez dias que se pesou a dita pimenta com os negros (137) que punham a dita pimenta no peso e a tiravam dous cruzados e meio... ij cruzados meio

Item, mais despendeu o feitor neste tempo em tres champanas que descarregaram a fazenda del Rei da nau Santa Barbora, que se lhe alagou o batel sete cruzados ..... bij cruzados

Item, mais despendeu o feitor com ũa champana que desembarcou os cominhos del Rei tres cruzados ..... iij cruzados

(fl. 103)

Item, mais despendeu o dito feitor no mesmo dia em se acarretar a roupa e cominhos pera a feitoria quatro cruzados ..... iiij° cruzados

Item, mais despendeu o feitor, o dia que se alagou o batel da nau Santa Barbora na barra de Pacem, em lhe acudir com tres champanas e com cinquenta homens nelas, dez cruzados ..... x cruzados

e nas ditas champanas se salvou a gente e os berços (138).

Item, mais despendeu com ũa champana que foi levar os berços a nau de noite, que se perderam no batel, tres cruzados ..... iij cruzados

Item, mais despendeu o feitor em madeira que comprou pera se fazerem bailéus (139) dentro no gudão, pera estar a roupa, tres cruzados ..... iij cruzados

(fl. 103 v.)

Item, mais despendeu o feitor com duas champanas, neste dito tempo que foram a nau Santa Barbora pola gente e pipas, pera sospender o batel que estava alagado, seis cruzados ..... bj cruzados

---

(a) À margem: «barretes».

Item. Aos xxiij dias do mes de maio chegou a nau Santiago (140) ao porto de Pacem sem batel que perdera no mar, e o dito feitor lhe alugou ũa champana pera servir enquanto aí esteve, que foram oito dias, que custou quinze cruzados ... xb cruzados

Item. Aos xxb dias do dito mes de maio despendeu o feitor em um parau (141) novo grande que comprou pera a nau Santiago por mandado do capitão, cinquenta cruzados ..... L.ta cruzados

(fl. 104)

Aos xxbij dias do dito mes despendeu o feitor com vinte homens que foram lançar este parau ao mar, um cruzado ..... j cruzado

Item, mais despendeu no mesmo dia em seis bares de breu que comprou pera a dita nau, a rezão de dous cruzados e meio o bar, quinze cruzados ..... xb cruzados

Item, mais despendeu em ũa champana que levou este breu e lenha à nau tres cruzados ..... iij cruzados

Item, mais despendeu o dito feitor em lenha pera a dita nau, que lhe o dito capitão mandou dizer que comprasse pola terra não ser pera a poderem ir colher, quatro cruzados ..... iiij cruzados

Item, mais despendeu neste tempo em trinta esteiras pera o toldo da dita nau Santiago, um cruzado meio ..... j cruzado meio

(fl. 104 v.)

Item aos xxbiij° dias do dito mes de maio da dita era, estando o parau que se comprou pera a nau Santiago no rio, que veio ũa travoada de noite que o alagou, foi necessario ir la o feitor com muitos homens da terra a desalaga-lo, com os quais gastou tres cruzados pelo desalagarem ..... iij cruzados

Item, mais neste tempo chegou a nau São Lourenço (142) a este porto de Pacem, que foi aos cinco dias do mes de Junho, e por o tempo ser curto pera ir pera Malaca e o seu batel lhe naõ podia fazer aguada, gastou o dito feitor, com ũa champana da terra que lha fez, seis cruzados ..... bj cruzados

Item. Despendeu o feitor em um parau em que foi à nau Santiago, per ũa vez que o mandou chamar o capitão, um cruzado ..... j cruzado

(fl. 105)

Item, mais despendeu o feitor em esteiras pera os paiois da nau Santa Barbora, em que foi a pimenta del Rei pera a China, seis cruzados ..... bj cruzados

Item. Aos xxb dias do mes de julho da dita era despendeu o dito feitor em duas peças de damasco que comprou pera dar a el Rei de Pacem e ao Moulana (143), que lhe foi falar porque na terra houve nova que Malaca era tomada e andava toda gente alvoraçada com ũas lancharas de Bintão que trouxeram a nova, que foi necessario ir lhe o feitor falar pera nos favorecer e nos não fazerem mal... dez cruzados

Item, neste tempo despendeu em ũa cerca que mandou fazer no gudão onde estava a fazenda del Rei, dez cruzados ..... x cruzados

(fl. 105 v.)

Item, mais despendeu o dito feitor em uã peça de damasco neste tempo e em uã capa de Chaul (144), que comprou pera dar ao pesador que pesa a pimenta, por que assentasse o preço da pimenta a nove cruzados e meio o bar pera a carrega de Pegu, que custou sete cruzados ..... bij cruzados

Despesa que fez o feitor depois que a nau Santiago veio de Malaca.

Item. Aos xj dias d'agosto da sobredita era, despendeu o feitor, em vinte e duas tavuas pera os paiois da pimenta, nove cruzados e meio ..... ix cruzados meio

Item, despendeu mais o feitor, per outra vez, em seis távuas que estas não avondaram, dous cruzados ..... ij cruzados

Item, mais despendeu o dito feitor, em cem esteiras pera os ditos paiois, cinco cruzados e meio ..... b cruzados meio

(f. 106)

Item, mais despendeu neste tempo em trezentos pregos pera os paiois dous cruzados ..... ij cruzados

Item, mais a xij dias do mes d'agosto despendeu com sete champanas que acaretaram a pimenta pera a nau, por ser assi necessario, que a terra não estava muito segura, vinte e um cruzados ..... xxj cruzados

Item, mais neste tempo despendeu o feitor em cem sacos, que comprou pera embarcar esta pimenta e a levar a nau, seis cruzados e meio ..... bj cruzados meio

Item, mais despendeu o feitor em rotas (145) que se gastaram na feitoria, em cousas necessarias, dous cruzados ..... ij cruzados

Item, mais despendeu neste tempo em um parau piqueno pera serviço da nau, que a barca não podia ir e vir a terra por caso da barra ser muito perigosa, cinco cruzados ..... b cruzados

(fl. 106 v.)

Cousas que se compraram em Malaca pera a nau Santiago, que o feitor em Pacem pagou por um mandado d'Antonio Correa, capitão.

Item, pagou o feitor ao escrivão da dita nau de tres pipas que comprou aos mouros (a) pera agua, por haver na nau necessidade delas, tres cruzados ... iij cruzados

Item, mais no mesmo tempo lhe pagou o feitor, a Francisco Mendez, escrivão da dita nau, um quarto d'azeite de coco que comprou em Malaca pera cozer o breu, pera se brear a nau, dezasseis cruzados meio ..... xbj cruzados meio

Item, mais despendeu que pagou ao dito Francisco Mendez escrivão dous cruzados, que se compraram em Malaca de fio pera as velas ..... ij cruzados

(a) No documento está abreviado «m.os»; também pode ser «marinheiros».

(fl. 107)

Item, mais despendeu o feitor em tres meses que estivemos em Pacem, a saber, maio, junho e julho, em azeite pera lampadas e vigia do gudão em que estava a fazenda del Rei, tres cruzados ..... iij cruzados

Pimenta que o feitor Jorge Misurado comprou em Pacem pera a nau Santiago pera Pegu (a).

Item, aos biij dias do mes de julho de 519, em Pacem, comprou o dito feitor dez bares de pimenta, por preço de nove cruzados e meio o bar, que monta noventa e cinco cruzados ..... IRb cruzados

Item, mais aos xb dias seguintes do dito mes, que se tornou a fazer outro preço, comprou vinte bares de pimenta, a rezão de dez cruzados o bar, que montam duzentos cruzados ..... ijc cruzados

(fl. 107 v.)

Item, mais aos xx dias do dito mes, tornaram a fazer outro preço a dez cruzados e meio o bar de pimenta; comprou o feitor trinta bares de pimenta, a rezão de dez cruzados e meio o bar, que montam trezentos e quinze cruzados (b) .... iijc xb cruzados

Item, mais aos xxb dias do dito mes, veio outro Rei e tornaram a levantar o preço a onze cruzados; comprou o feitor tres bares de pimenta a rezão dos ditos onze cruzados que são trinta e tres cruzados ..... xxxiij cruzados

Outro presente que se deu a este Rei novo, Soltão Zeinel, por mandado d'Antonio Correa capitão (c).

(fl. 108)

Aos xxbiij dias do dito mes despendeu o feitor em ũa peça de borcado de tavoleiro (146) pera o dito Rei, vinte cruzados ..... xx cruzados

Item, mais no dito dia despendeu o feitor em quatro covados de grã, que comprou pera o mesmo Rei, a rezaõ de quatro cruzados covado, que são dezasseis cruzados ..... xbj cruzados

Item, mais no mesmo dia, despendeu em ũa peça de cetim roxa pera o mesmo Rei, oito cruzados ..... biij cruzados

Item mais no dito dia despendeu em ũa almarraxa (147) d'agua rosada pera o mesmo Rei, quatro cruzados ..... iij cruzados

Item mais em um barril d'agua rosada pera o mesmo Rei, no dito dia, dous cruzados ..... ij cruzados

---

(a) A margem: «compra da pimenta pera Santiago nau del Rei».

(b) A margem por mão do contador: «cada dia um preço».

(c) A margem por mão do contador: «mostre provisão».

(fl. 108 v.)

Item mais no dito dia despendeu em dous godomecis (148) pera o mesmo Rei, seis cruzados ..... bj cruzados

Pera o Ragau (149) de Pacem

No dito dia despendeu em ũa peça de damasco, que se deu a este Ragau, oito Cruzados ..... biij cruzados

Item, mais despendeu no dito dia mais um godomeci, que se deu a este Ragau, muito bõo, tres cruzados ..... iij cruzados

Item mais despendeu o dito feitor no mesmo dia em um barril d'agua rosada pera o Ragau, dous cruzados ..... ij cruzados

O que se deu ao Moulana, que é um homem que tambem tem muito mando na terra.

(fl. 109)

Item, no mesmo tempo despendeu o feitor uã peça de damasco, que se deu a este Moulana, enrolada, muito boa, oito cruzados ..... biij° cruzados

Item, mais despendeu em um godomeci que comprou pera o dito Moulana, tres cruzados ..... iij cruzados

Item mais despendeu em um barril d'agua rosada pera o mesmo Moulana, dous cruzados ..... ij cruzados

O que se deu ao xabandar (150) de Pacém.

Item, no mesmo tempo despendeu o feitor em ũa peça de damasco enrolada, que se deu a este xabandar de Pacem, oito cruzados ..... biij cruzados

Item, aos xxix dias do mes de Julho da mesma era comprou o feitor um dachim (151) pera el Rei, pera se pesar na feitoria algũas cousas necessarias, com sua romã, por três cruzados ..... iij cruzados

(fl. 109 v.)

Item aos onze dias do mes d'agosto da dita era, gastou o feitor em noventa e sete bares de pimenta que comprou, a rezão d'onze cruzados o bar, que monta mil e sassenta e sete cruzados ..... j lx bij cruzados

Item, mais despendeu o feitor em ũa champana que acaretou toda esta pimenta pera a nau, porque o batel tinha que fazer aguada pera a nau, dezasseis cruzados .... xbj cruzados

Item, mais despendeu o feitor em tres meses de mantimento que pagou a quatro homens da feitoria, a saber, maio, e junho e julho, doze cruzados, a rezão de cruzado por mes ..... xij cruzados

Item, mais despendeu o dito feitor, que deu ao piloto que foi na nau pera Pegu, por que o nosso piloto nunca la fora e era necessario levar piloto da terra, dezasseis cruzados (a) ..... xij cruzados

(fl. 110)

Item, despendeu o feitor que se pagou de um mes de mantimento que lhe era devido em Malaca per ũa arrecadaçaõ (152) feita per Ambrosio do Rego, a rezão de quinhentos reis por mes ..... bc reis

Item, mais despendeu o feitor, que se pagou de dous meses de mantimento que lhe eram devidos por ũa arrecadação de Cochim, dous cruzados, a rezão de cruzado por mes ..... ij cruzados

Item, mais se pagou o feitor de tres meses de mantimento que esteve em Pacem, a saber, junho, julho e agosto, a rezão de seis centos reis por mes, que saõ quatro cruzados e meio ..... iiij° cruzados meio

Item mais pagou o feitor Agostinho das Velas cinco cruzados de mantimento que lhe eram devidos de cinco meses per ũa arrecadação de Cochim feita per Nuno de Crasto ..... b cruzados

(fl. 110 v.)

Item, aos xb dias do mes d'agosto despendeu o feitor que pagou a Antonio Correa, capitão da dita nau Santiago, de seu soldo, per um mandado do senhor governador, cento e corenta e tres cruzados um terço (b) ..... C.to Riij cruzados ⅓

(Entrelinhado, por mão do contador):

Somente lhe levo em despesa estes Riij cruzados a dinheiro porque os cento lhe levo por dez bares de pimenta que se deu por eles em pagamento.

Item, mais no mesmo tempo despendeu o feitor, que pagou a mim Tristão d'Oliveira, escrivão, quatro meses de mantimento que m'eram devidos por ũa arrecadação de Cochim, a rezão de um cruzado por mes, quatro cruzados e meio ..... iiij cruzados meio

Item, no mesmo tempo despendeu o feitor que pagou a Gomez de Carvalho, escrivão, oito cruzados de mantimento que lhe eram devidos em Cochim, a saber, quatro meses por mes (c) d'escrivaõ do esprital de Cochim e dous de cruzado por mes que são oito cruzados, per ũa arrecadação feita per Nuno de Crasto, escrivão da feitoria de Cochim ..... biij cruzados

(fl. 111)

Item, mais no mesmo dia despendeu o feitor, que pagou a Gomez de Carvalho de tres meses de mantimento que estivemos em Pacem, a rezão de seiscentos reis por mes,

---

(a) A margem: «porque se naõ repartia antre todos?».

(b) A margem: «o mandado e a certidão da matrícula como lhe é deitado em seu título?».

(c) *Sic*; entrelinhado «a bj reis», (por mão do contador).

quatro cruzados e meio, os quais tres meses foram junho e julho e agosto (a) .....
..... iiij cruzados meio

Item, no mesmo dia despendeu mais o dito feitor que pagou a mim, Tristão d'Oliveira, de tres meses que estivemos em Pacem, a saber, junho e julho e agosto, a rezão de seiscentos reis por mes, que são quatro cruzados meio ... iiij° cruzados meio

Item, mais pagou o feitor a Gonçalo Garcia, homem da feitoria, que lhe eram devidos de seu mantimento per ũa arrecadação de Cochim feita per Nuno de Crasto, trezentos e vinte reis de vinte e tres dias, a rezão de cruzado por mes ... iijc xx reis

(fl. 111 v.)

Item, mais no mesmo dia despendeu o feitor, que pagou a Alvaro Rodriguez, homem da feitoria de quatro meses de seu mantimento que lhe eram devidos, quatro cruzados, per ũa arrecadação de Cochim feita per Antonio da Fonseca, quatro cruzados ..... iiij° cruzados

Despesas que se fizeram em Martamão por mandado d'Antonio Correa capitão.

Item, aos xij dias de setembro de 519, em o porto de Martamão despendeu o feitor em ũa peça de damasco que se deu ao toledão (153) da barra, dezasseis biças da moeda da terra que val cada biça tres tangas (154), dezasseis biças ..... xbj biças

(fl. 112)

Item, mais despendeu o feitor que no mesmo dia deu a este toledão da barra per outra vez um sabre (b) e dous barris d'agua rosada, que custaram catorze biças .....
..... xiiij° biças

Item, mais despendeu o feitor no mesmo dia, que deu a este mesmo toledão da barra, quinhentas margaridetas (155) que custaram cinco biças ..... b biças

Item mais aos xx dias do dito mes despendeu o feitor em duas peças de damasco, que se deram aos paraus que rebocaram a nau pera dentro do rio, que era um filho e genro do mesmo toledão, que custaram trinta e duas biças ..... xxx'j biças

(fl. 112 v.)

Item mais se lhe deram a estes dous homens no mesmo dia quinhentas margaridetas, que custaram cinco biças ..... b biças

Item, aos xxb dias do dito mes despendeu o feitor em ũa peça de damasco, que se deu na mesma barra a Cemim Bolegão (156), que trouxe recado del Rei de Pegu pera nos leixarem entrar dentro, que custou dezasseis biças ..... xbj biças

Item, mais se deu a este Cemim Bolegão no mesmo dia um barril d'agua rosada, que custou quatro biças ..... iiij° biças

---

(a) A margem, por mão do contador: «mostre como ha d'haver bj^{c} reis por mes».

(b) Leitura duvidosa; parece escrito «sabe», palavra que supomos não existir.

Item mais despendeu o feitor em quinhentas margaridetas, que se deram a este Cemim Bolegão, cinco biças ..... b biças

(*fl. 113*)

Item, mais despendeu no mesmo dia em dous panos, que se deu aos pilotos que vieram à nau no rio, seis biças ..... bj biças

Ao toledão de Martamão quando chegamos

Item, ao derradeiro dia do dito mes despendeu o feitor em ũa peça de borcado de tavoleiro, que se deu ao toledão de Martamão, corenta biças ..... Rta biças

Item, mais no mesmo dia despendeu em ũa peça de damasco, que tambem deu ao toledão, dezasseis biças ..... xbj biças

Item mais despendeu o feitor no mesmo dia em dous barris d'agua rosada, que se tambem deram ao toledão, oito biças ..... biij° biças

(*fl. 113 v.*)

Item, aos ij dias do mes de outubro despendeu o feitor em ũa peça de damasco, que se deu ao toledão quando lhe fomos pidir um gudão perà fazenda del Rei, dezasseis biças ..... xbj biças

Item mais despendeu no mesmo dia em um barril dagua rosada e em quinhentas margaridetas, que se lhe então deram, nove biças ..... ix biças

Item, mais despendeu no mesmo dia em um cate (157) d'aquila, que se lhe então deu, duas biças e meia ..... ij biças meia

Item mais despendeu o dito feitor no mesmo dia em uã peça de damasco, vermelha, que deu a dous xabandares genros do mesmo toledão pera nos irem dar um gudão, dezasseis biças ..... xbj biças

(*fl. 114*)

Item mais despendeu o feitor em ũa peça de damasco, que se deu ao mesmo dia a dous xabandares que estavam em Martamão pelo toldão Barja, que é um homem que manda a terra, que custou dezasseis biças ..... xbj biças

Item mais despendeu o feitor em cinquenta procelanas, que se deram ao mesmo dia a estes dous xabandares, sete biças ..... bij biças

Item mais despendeu no mesmo dia em dous barris d'agua rosada, que se deram a estes dous xabandares, oito biças ..... biij° biças

Item mais deu o feitor a estes dous xabandares dez biças (158) de pimenta ..... x pimenta

(*fl. 114 v.*)

Neste tempo mandou o capitão a Antonio Paçanha a Pegu, com recado a el Rei, e ordenou-lhe este presente abaixo:

Aos xij dias do dito mes d'outubro, partiu Antonio Paçanha pera Pegu (159); despendeu o feitor em quatro covados de grã que o dito Antonio Paçanha levou pera el Rei de Pegu, per mandado d'Antonio Correa, capitão, dezasseis cruzados, a rezão de quatro cruzados covado ..... xbj cruzados

Item, mais despendeu em ũa peça de borcado, que Antonio Peçanha levou ao mesmo Rei, sassenta biças ..... lx biças

Item, mais despendeu em duas peças de borcado de tavoleiro, que se levaram ao mesmo Rei, oitenta biças ..... lxxx biças
a rezaõ de corenta biças a peça

(fl. 115)

Item mais despendeu o feitor em ũa peça de damasco enrolada pera o mesmo Rei dezasseis biças ..... xbj biças

Item mais despendeu o feitor em seis barris d'agua rosada pera o mesmo Rei vinte e quatro biças ..... xxiiij° biças

Item mais despendeu o feitor em quatro cates d'aquila que se deram ao mesmo Rei dez biças e meia ..... x biças meia

Item, mais despendeu em meio cate de canfar (160) pera o mesmo Rei, vinte biças ..... xx biças

(fl. 115 v.)

Item mais despendeu o dito feitor em ũa alcatifa de Veneza muito boa, que se levou ao mesmo Rei, cinquenta biças ..... lta biças

Item mais despendeu o dito feitor em duzentas procelanas, que se levaram ao mesmo Rei, vinte e cinco biças ..... xxb biças

Item mais despendeu o feitor um bar de pimenta, que tambem levou a el Rei ..... j bar pimenta

Isto abaixo é o que tambem levou Antonio Paçanha a Pegu, pera o toledão Barja, no mesmo dia, per mandado do dito capitão.

Item, despendeu o feitor em ũa peça de borcado de tavoleiro pera o dito Barja, que Antonio Peçanha (a) levou, corenta biças ..... Rta biças

(fl. 116)

Item, mais despendeu o feitor em ũa peça de damasco enrolada pera o mesmo Barja, dezasseis biças ..... xbj biças

Item, mais despendeu o dito feitor em quatro covados de grã pera o mesmo Barja, dezasseis cruzados a rezão de quatro cruzados covado ..... xbj cruzados

Item, mais despendeu o feitore m quatro barris d'agua rosada pera o mesmo Barja dezasseis biças ..... xbj biças

Item, mais despendeu o feitor em quinhentas margaridetas, que se deram ao dito Barja, cinco biças ..... b biças

Item mais despendeu o feitor em dous cates d'aguila pera o dito Barja, quatro biças e meia ..... iiij° biças meia

(a) Está escrito «Panha».

(fl. 116 v.)

Item mais despendeu meio bar de pimenta pera o mesmo Barja, que lhe tambem levou Antonio Paçanha ..... meio bar; pimenta

Item, mais despendeu o feitor em cem procelanas pera o dito Barja, que lhe tambem levou Antonio Paçanha, doze biças e meia ..... xij biças meia

Item, despendeu mais o feitor em ũa peça de damasco enrolada, que se deu a Cemim Bolegão quando partiu com Antonio Peçanha pera Pegu desta, dezasseis biças ..... xbj biças

Neste tempo nos fugiu um homem grumete (a) da nau, que ha nome Veloso, e quando o fomos pedir demos isto abaixo por que soube o capitão que dizia la antre os negros muitas mentiras / (fl. 117) / e que nós não iamos senão a espiar a terra e soldar (161) a sua barra, e por não ser azo de nos revolver, mandou o capitão ao feitor que peitasse pelo haver:

Item, aos xx dias de Novembro de 1519 despendeu o feitor, que deu a dous xabandares criados do Barja, que foram com ele a pedir este homem ao toledão, uã peça de damasco enrolada, que custou dezasseis biças ..... xbj biças

Item, mais deu o feitor a estes dous xabandares duas dúzias de procelanas, que custaram tres biças ..... iij biças

Item, mais despendeu em uã peça de damasco, que se deu ao toledão esta vez, dezasseis biças ..... xbj biças

(fl. 117 v.)

Item mais despendeu em cem procelanas que se deram esta vez ao toledão, doze biças e meia ..... xij biças meia

Item, despendeu o dito feitor que se deram ao toledão desta mesma vez (b) vinte biças de pimenta ..... xx biças pimenta

Ate'qui demos a primeira vez que lhe fomos dizer como nos o homem fugira, que nollo mandasse buscar e nolo desse

Quando nos deram este homem que nos fugiu, ordenou o capitão um presente ao toledão e a dous filhos seus e a dous xabandares seus genros e a sua mulher, que foi a xxb dias do mes :

(fl. 118)

Item, despendeu o feitor em ũa peça de damasco que se deu ao toledão dezasseis biças ..... xbj biças

Item mais despendeu o feitor em dous ticais (162) de canfar, que se deu ao toledão, ũa biça e meia ..... j biça meia

Item, mais desta mesma vez despendeu o feitor em ũa biça d'aguila que se deu ao mesmo toledão, quatro biças ..... iiij° biças

Item, mais despendeu em cinquenta procelanas, que se deram desta vez ao mesmo toledão, seis biças meia ..... bj biças meia

---

(a) «gte», no texto.

(b) «vez» repetido.

Item, mais despendeu o feitor em meia peça de damasco, que se desta vez deu a mulher do toledão, oito biças ..... biij biças

(fl. 118 v.)

Item, mais se deram a mulher do toledão desta vez duas duzias de procelanas que custaram tres biças ..... iij biças

Item mais despendeu o feitor em ũa peça de damasco, que desta vez se deu a dous filhos do toledão, dezasseis biças ..... xbj biças

Item, mais no mesmo dia despendeu o feitor em cinquenta procelanas, que se deram a estes dous filhos do toledão, seis biças e meia ..... bj biças meia

Item, mais despendeu o feitor em ũa biça d'anfião (163) que se deu a um destes filhos do toledão que tinha este homem em sua casa, dez biças ..... x biças

(fl. 119)

Item, mais despendeu o feitor em uã peça de damasco, que se deu a dous xabantes, genros do toledão, dezasseis biças ..... xbj biças

Item, despendeu o dito feitor, em cinquenta procelanas que se deram a estes dous xabandares, seis biças e meia ..... bj biças ½

Item, mais despendeu o dito feitor no mesmo dia, em meia peça de damasco que se deu a dous gerubaças (164), oito biças ..... biij biças

Item, mais despendeu, em vinte e quatro porcelanas que se deram a estes gerubaças, tres biças ..... iij biças

Item, mais despendeu em dez biças de pimenta que se deram a estes gerubaças ..... x biças pimenta

Ate'qui se deu por nos darem este homem que nos fugiu.

(f. 119 v.)

Item, aos b dias do mes de dezembro de 519, despendeu o feitor, em uã peça de damasco pera dar a estes dous xabandares criados do Barja, por que nos dessem cem bares de lacre (165) que tinham pera el Rei, dezasseis biças ..... xbj biças

Item mais despendeu o dito feitor, em cinquenta procelanas que se lhe deram aos mesmos xabandares por esta rezão, seis biças e meia ..... bj biças meia

Quando o capitão saiu em terra da primeira [vez] que o Bolegão veio com recado del Rei de Pegu, foi a seis dias do dito mes:

(fl. 120):

Item, despendeu o feitor, em ũa peça de borcado de tavoleiro que o capitão deu ao mesmo Bolegão quando se viu com ele, corenta biças ..... R biças

Item, mais aos bj dias do dito mes despendeu o feitor, em ũa peça de damasco enrolada que então tambem deu o capitão quando se viu com o dito Bolegão, dezasseis biças ..... xbj biças

Item, mais despendeu o feitor no mesmo dia, em um barril d'agua rosada que tambem então o capitão deu ao Bolegão, quatro biças ..... iiij biças

Item, mais despendeu o feitor, em cem procelanas que então tambem deu o capitão, doze biças meia ..... xij biças meia

Ate'qui se deu ao Bolegão quando veio a primeira vez de Pegu em nome del Rei.

(*fl. 120 v.*)

Isto abaixo se deu per outra vez que o capitão saíu em terra a se ver com Saridoma (166), que é um mandarim del Rei de Pegu que vinha assentar as pazes pelo dito Rei.

Item, a x dias do dito mes, despendeu o feitor quando o capitão (a) saíu em terra a se ver com o dito Çaridoma, que deram a dous gerubaças, que custou dezasseis biças ..... xbj biças

Item, despendeu o feitor no mesmo dia em ũa peça de borcado de tavoleiro que o capitão deu a Çaridoma em nome del Rei, corenta biças ..... R biças

Item, mais despendeu em cem procelanas que tambem o capitão então deu a Çaridoma, doze biças e meia ..... xij biças meia

(*fl. 121.*)

Item, mais despendeu o feitor, que o capitão também deu a Cemim Bolegão que estava com Çaridoma pera ambos assentarem as pazes, ũa peça de damasco enrolada que custou dozasseis ..... xbj biças

Item, mais despendeu o feitor em o mesmo dia, em cem procelanas que tambem deu a Cemim Bolegão, que custaram doze biças e meia ..... xij biças meia

Quando se o capitão viu com o toledão de Martamão que é o governador da terra, que foi a xb dias do mes:

Item, despendeu o feitor, em duas peças de damasco que lhe o capitão deu ao dito toledão em nome del Rei nosso Senhor, que custaram trinta e duas biças ..... xxxij biças

(*fl. 121 v.*)

Item, mais despendeu o feitor no mesmo dia, que o capitão tambem deu ao toledão, ũa biça d'anfião que custou dez biças ..... x biças

Item, mais despendeu o dito feitor no mesmo dia, em cem procelanas que tambem o capitão deu ao toledão, doze biças e meia ..... xij biças meia

Item, aos xx dias do dito mes despendeu o feitor, em meia peça de damasco que lhe o capitão mandou dar a um xabandar mouro, por dar lugar em um seu junco ir fazenda a el Rei pera Malaca, oito biças ..... biij biças

(*fl. 122*)

Item, mais neste tempo despendeu o feitor, em sete peças de damasco que Antonio Paçanha deu em Pegu ao filho do Barja e a outros mandarins, por ser assi necessario pera acabar o a que la ia, cento e doze biças ..... cto xij biças

(a) Entrelinhado: «ũa peça de damasco».

a rezão de dezasseis biças a peça, e isto per um mandado do capitão Antonio Correa (a).

Item, mais no mesmo dia despendeu o feitor, que pagou 'Antonio Paçanha dous sabes (b) que tambem deu em Pegu, cinco biças, per mandado do capitão (a) ... b biças

Item, mais despendeu o dito feitor no mesmo dia, tambem pagou 'Antonio Paçanha, que tambem deu em Pegu, dozassete ticais de canfar, doze biças (a) ... xij biças per mandado do capitão.

(*f. 122 v.*)

Item, mais despendeu o feitor no mesmo dia, que tambem pagou 'Antonio Paçanha dous ramais de margaridetas que também deu em Pegu, duas biças (a) ij biças per mandado do capitão;

Item mais no mesmo dia despendeu o feitor, que pagou 'Antonio Paçanha, sete biças de um andor (167) que o levou a Pegu ..... bij biças

Item, mais no mesmo dia despendeu o feitor onze biças, que pagou 'Antonio Paçanha, que deu em Pegu aos gerubaças e porteiros (c) ..... xj biças per mandado do capitão.

Até'qui mandou o capitão ao feitor que pagasse 'Antonio Paçanha, por que fora dado em serviço del Rei.

(*fl. 123:*)

Item, aos xxbiij° dias do mes de dezembro de 519 despendeu o feitor, per mandado d'Antonio Correa, capitão, trezentas biças, que deu a Cemim Bolegão, porque fizesse ir juncos a Malaca com mantimentos, que não queriam la ir (c) ..... iijc biças

Item, no dito dia despendeu o feitor quatro biças, que lhe o capitão mandou dar a um homem que veio com cartas de Pegu (a) ..... iiij° biças

Item, no mesmo dia despendeu o feitor nove biças de gança (168), que lhe o capitão mandou dar a um criado do Barja, que veio per tres vezes com recados de Pegu, e cinquenta procelanas, que é tudo quinze biças e meia ..... xb biças meia

(*fl. 123 v.*)

Item, mais despendeu o feitor per mandado do capitão duas biças, que deram aos negros dos alifantes que vieram com Antonio Paçanha (d) ..... ij biças

Item, mais despendeu o feitor em seis ticais d'ouro pera ũa carta que haviamos de dar (169) escrita em ouro, e eles outra, das pazes, que custou o tical a rezão de seis biças e corenta ticais de gança por tical d'ouro, que são corenta e quatro biças e oitenta ticais (a) ..... R iiij°-biças

Item, aos b dias de Janeiro de 520 despendeu o feitor, com dous pilotos e com

---

(a) A margem «mandado?».
(b) Cf. supra, fl. 112.
(c) A margem: «mandado?».
(d) A margem «mandado?».

dez paraus, com vinte e dous homens em cada parau, quando tiraram a nau fora do Rio (170), noventa biças ..... IR biças

(*fl. 124*) (a)

Item, mais despendeu no mesmo dia o feitor, em vinte e quatro procelanas, tres biças ..... iij biças

Item, despois que foi a nau fora, despendeu o feitor com estes pilotos, que lhe deram quatro panos e dous bajus (171) que custaram doze biças ..... xij biças

Item, neste tempo, seis dias de Janeiro da dita era, despendeu o feitor, que pagou ao condestabre da nau de seu soldo, per mandado do capitão, dous meses, a rezão de quatro cruzados por mes, oito cruzados (b) ..... biij° cruzados

O qual condestabre ha nome João Martinz e veio de Portugal n'armada d'Antonio de Saldanha na nau «Santo Antonio» por bombardeiro, e ca foi condestabre de Santiago e é morador em Lisboa (172).

(*fl. 124 v.*)

Item, mais despendeu o dito feitor no mesmo dia, que pagou 'Alvaro Gonçalvez, marinheiro da dita nau, de seu soldo (c) dous meses, a rezão de mil reis por mes, que são dez biças (d) ..... x biças

O qual Alvaro Gonçalves é natural de Vila de Conde, filho de Gonçalo Fernandez e veio n'armada de Lopo Soarez, na nau «Espera».

Item, mais despendeu o dito feitor com ũa nata (173) grande, aos oito dias de Janeiro, que foi carregada de lacre despois da nau ser fora da barra, porque não pode acabar de carregar dentro, por respeito dos baixos, sessenta e duas biças ..... lxij biças

..... (e)

.....

(*fl. 126*) (f)

Item, aos x dias do dito mes, despendeu o feitor com dous escrivães do Ceridoma que foram connosco a pesar o lacre, duas biças ..... ij biças

Isto despendeu o feitor per outra vez que o capitão saiu em terra a falar com o Bolegão sobre o nosso despacho neste tempo.

Item, despendeu o feitor, ũa patola (174) de seda que o capitão deu ao Bolegão desta vez que saiu em terra, dez biças ..... x biças

---

(a) Esta folha encontrava-se nos *Fragmentos* antes de ser reunida ao caderno.

(b) A margem: «mandado? soldo».

(c) «arroz tres», riscado.

(d) A margem: «conhecimento? soldo».

(e) Não se encontrou a folha 125.

(f) Esta folha estava nos *Fragmentos* antes de ser reunida ao caderno, mas muito rota.

[Item] despendeu o feitor, em quinhen[tas] margaridetas que o capitão tambem deu esta [v]ez ao Bolegão, cinco biças ..... b biças

(fl. 126 v.)

Item, mais despendeu o feitor, em cinquenta procelanas que também o capitão desta vez deu ao Bolegão, seis biças e meia ..... bj biças meia

Item, mais neste tempo per outra mandou o toledão chamar o capitão pera lhe falar acerca dos guzerates; despendeu o feitor, em cinquenta procelanas que lhe então levaram, seis biças e meia ..... bj biças meia

Item, neste tempo despendeu o feitor, em tres mil e quinhentas [gan]tas (175) d'arroz que comprou pera mantimento da gente da nau, quinhentas biças .... [b biças]

Item. Aos xij dias do dito mes despendeu [o] feitor em um [.....] ũa biça [...]

.....
.....
.....

NOTAS

(110) Vide *supra* nota 63.

(111) Cf. *supra* nota 75; não conseguimos identificar o qualificativo *rantin*.

(113) Vide *supra* nota 77. Quanto ao qualificativo *maçudas* a leitura é duvidosa e a interpretação difícil; tratar-se-ia de uma qualidade mais grosseira que a habitual?

(114) Vide *supra*, nota 78.

(115) Vide *supra*, nota 80.

(116) Um côvado = 3 palmos = 66 cm.

(117) Trata-se da nau em que Simão de Andrade seguiu depois para a China. Este assento resulta da prática corrente de utilizar como testemunho de perdas e despesas o escrivão que procedia ao seu registo, pois só em raros casos eram justificados por recibos ou facturas. O escrivão tornava-se assim solidariamente responsável com o feitor em caso de registo fraudulento. É uma prática semelhante à que ainda hoje se usa na justiça militar, no caso dos autos de corpo de delito, que incluem obrigatoriamente um escrivão, co-responsável com o averiguante pela exactidão das declarações registadas; daí o protocolo final com que normalmente se encerram os autos: «e eu F., escrivão que o escrevi dou minha fé de que tudo se passou na verdade, como acima escrito fica».

(118) Vide *supra*, nota 82.

(119) Vide *supra*, nota 79.

(120) Vide *supra*, nota 63.

(121) Vide *supra*, nota 84.

(122) Vide *supra*, nota 94. Este piloto, Vicente Luis, e o mestre da nau Rui Lopes, referido mais adiante foram, ao que parece, envenenados em Martabão pelos guzerates.

(123) Tecido de lã de cor escarlate, tingido com a tintura do mesmo nome, obtida a partir da cochinilha, insecto hemíptero de um vermelho muito ardente que se cria em certas escrescências da casca dos carrascos. Era trazido da Europa pelos portugueses. Devia ser produto apreciado para presentes (V. *supra* o que se disse sobre as «diligências diplomáticas») e por isso resolveu o capitão comprar ao provedor dos defuntos o que detinha em seu poder para o utilizar com esse fim. Parece poder-se concluir que a grã não fazia parte da carga «oficial» da nau.

(124) Vide *supra*, nota 65.

(125) Por *recadação* ou *arrecadação* entende-se o diferimento de um pagamento, que ficava como que arrecadado por falta de verba disponível ou por conveniência da fazenda real. As mais frequentes eram as arrecadações de soldos, que ficavam em dívida até haver oportunidade de se pagarem. Neste caso trata-se de somas de que a fazenda real se apossou na Índia, prometendo pagá-las no Reino às famílias dos defuntos em questão.

(126) Trata-se da Casa dos Contos da Índia, cópia ou sucursal da do Reino, que neste tempo funcionava em Cochim e depois passou para Goa; era aí que os contadores procediam à conferência das contas dos feitores dos navios e feitorias fixas. As suas funções eram, pois, em parte semelhantes, às do actual Tribunal de Contas. Aos contadores dos Contos de Cochim se devem algumas das anotações que se encontram à margem do documento.

(127) Linha de conta era, materialmente falando, um fio ou linha em que na Casa dos Contos se enfiavam os vários documentos justificativos das despesas de cada conta; levar um documento em linha de conta era incluí-lo na linha, considerando justificada a respectiva despesa. A expressão generalizou-se no sentido de «tomar em consideração», «contar com», «dar a devida importância». V. artigo «Contos (casa dos)» por Maria Antonieta Soares de Azevedo, no *Dicionário de história de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. I; e para mais pormenores Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, Coimbra, 1951.

(128) Este embarque precipitado deveu-se talvez às intrigas do grumete que fugiu; as diligências para o recuperar iniciaram-se a 20 de Novembro, vindo a terminar com êxito a 25 (vide adiante fls. 116 v. a 119). É esta porém a única referência a tal embarque forçado, de modo que é um pouco difícil relacioná-lo com os outros dados que temos acerca da viagem. É também possível que esse incidente seja anterior, e que a data de 21 de Novembro em que se fez o assento seja muito posterior ao facto em si.

(129) Uma mão são 5 cadernos, ou seja 25 folhas de papel; uma resma 20 mãos, ou seja 500 folhas.

(130) Simão de Andrade foi com efeito à China, onde com uma actuação desastrada destruiu as boas relações encetadas por Jorge Alvares e continuadas por seu próprio irmão Fernão Peres de Andrade; foi esse comportamento que em parte esteve na origem da prisão de Tomé Pires, que Fernão Peres levara para a China como embaixador: Vide Castanheda, *História...*, liv. V, cap. LXXX; João de Barros, *Ásia*, Década III, liv. VI, cap. I e II.

(131) Pano de lã ou seda, tingido de carmesim, oriundo da Europa.

(132) Isto é, cruzados do Reino, de 400 rs.; os de Malaca eram de 18 vintens ou seja 360 rs.; a equivalência de 25 cruzados do Reino a 30 de Malaca é apenas aproximada: com efeito os primeiros equivalem a 10 000 rs., os segundos a 10 800 rs.

(133) Juiz do peso era o nome que os portugueses davam em Malaca e em Pacém a um certo funcionário aduaneiro encarregado de calcular e arrecadar uma sobretaxa que determinadas mercadorias pagavam na alfândega consoante o seu peso — e daí o nome. Em Malaca era, já desde o tempo dos sultões, de 2 % do produto.

(134) V. *supra* nota 52.

(135) V. *supra* nota 83.

(136) V. *supra*, nota 67.

(137) Negros é nesta época ainda um termo vago e genérico, que se aplica tanto aos pretos da África como aos malaios, indianos e pegus, e de um modo geral a todos os povos de cor parda ou mais escura que a dos portugueses.

(138) Peça de artilharia, corrente nesta época, curta, com câmara, que lançava pelouros de 3 libras.

(139) Espécie de andaimes ou prateleiras assentes sobre estacas.

(140) É este passo que nos dá as datas exactas da chegada e partida da nau «Santiago». O modo como o assento está redigido pode fazer crer que o feitor já estava em Pacém (o que não era aliás impossível, visto poder ter seguido num dos navios que chegaram primeiro, como por exemplo o «Santa Bárbara»). Mas deve notar-se que as adições não estão por uma ordem rigorosamente cronológica, dando a ideia que foram anotadas em folhas soltas e só depois passadas ao caderno, onde por vezes quedaram investidas.

(141) V. *supra*, nota 50.

(142) V. *supra*, nota 68.

(143) Apelativo de respeito e título dado aos doutores muçulmanos eminentes (malaio *maulana* «mestre, meu Senhor»). Aqui trata-se de um dignitário do sultanado.

(144) As capas de Chaúl eram um tipo de pano de algodão fabricado no reino de Daquém sito imediatamente a sul de Cambaia, e exportadas pelo porto de Chaul. Cf. *supra* nota 13.

(145) Junco ou cipó usado para trabalhos de verga (*Calamus rotung*). Do malaio *rotan*.

(146) Borcados ou brocados são tecidos preciosos, em que entra fio metálico (de ouro ou prata). Os que aparecem nesta época são de seda, e de fabrico chinês; os de taboleiro (cujas exactas características desconhecemos) eram dos menos preciosos.

(147) Vasilha de vidro, louça ou metal, do feitio de uma botija, com um ralo, usada para regar ou aspergir perfumes. Do árabe *al-marrashah*. Cf. castelhano *almarraja*. Água rosada é o mesmo que água de rosas.

(148) Vide *supra*, nota 97.

(149) Nome não identificado, provavelmente de ofício e não próprio.

(150) Vide *supra*, nota 85.

(151) Balança, padrão de peso; do malaio *daching*, por sua vez do Chinês *ta-ching*. Provavelmente por romã (isto é, romana) designa-se a balança, e por dachim o seu peso.

(152) Por «arrecadação» entende-se aqui a certidão de que o soldo estava em dívida. Cf. nota 116 ao documento.

(153) Vida *supra,* nota 64.

(154) Esta equivalência (que daria para cada viça o valor de 180 rs.) não coincide com a indicada por Tomé Pires e outras fontes que é de uma viça para 108 rs. De uma maneira geral as equivalências das moedas dadas por este documento são pouco exactas e até contraditórias entre si, pelo que nos não merecem grande confiança.

(155) Não encontramos esta palavra em nenhum dicionário; trata-se provavelmente de qualquer espécie de contas semelhantes a pequenas pérolas, mas não muito preciosas, como se verifica pelo seu preço. O vocábulo é evidentemente um diminutivo de «margarida», do latim *margarita* (pérola).

(156) Trata-se do mandarim que serviu de intermediário entre António Correia e a corte de Pegu em todas as negociações de paz. Não pudemos identificar o termo mas cremos tratar-se de um nome próprio.

(157) Cate (malaio *kati*) era no sistema de pesos de Malaca o equivalente a 1/200 do bar; como havia dois *dachins* ou padrões de medida diferentes, usados cada um para sua série de mercadorias o cate podia equivaler quer a 1,051 kg quer a 918 gramas, (conforme se trate do cate do dachim grande ou do pequeno). Para as drogas de farmácia e outros produtos de que se não pesavam normalmente senão porções muito pequenas, havia ainda um terceiro cate, subdividido em 20 taeis, e equivalente a 803 gramas. É por certo deste último que aqui se trata, pois a águila ou calambuco (cf. *supra,* nota 98) era uma das drogas que se pesava pelo terceiro padrão de peso.

(158) A viça corresponde a 1/120 do bar, e equivale portanto a 1,350 kg.

(159) Trata-se neste caso da cidade de Pegu (17° 22' N. 96° 33' E.), capital do reino do mesmo nome.

(160) Isto é, cânfora. A palavra vem do árabe *kâfûr,* por sua vez do sânscrito *karpûra,* e designa duas espécies vegetais diferentes, a *Camphora officinalis,* árvore da família das laureáceas, vulgar na China e no Japão, e a *Drysbalanops camphora,* frondosa árvore da família das dipterocárpeas, frequente na Insulíndia, em especial no Bornéu. A primeira é designada nos nossos textos quinhentistas por «cânfora da China», e a segunda por «cânfora de Bornéu» ou «cânfora de comer». É desta última que, provavelmente, se trata neste caso; se assim for, um cate são 803 gr. pois a cânfora de comer pesava-se em Malaca em cates de 20 taeis; se fosse cânfora da China, seriam 918 gr. pois esta pesava-se por bares e cates de dachim pequeno. A nossa suposição de que se trate de cânfora de Bornéu baseia-se na analogia com a viagem de 1514, em que desse produto se exportaram para Pegu 10 cates que se venderam a cerca de 20 viças o cate, (mesmo preço que neste caso) e constituíram em valor, 6,1 % da carga do junco.

(161) Isto é, sondar. Cf. a forma, vulgar também na época, «rolda», por «ronda» (de uma praça forte).

(162) O tical ou tica é em Pegu a centésima parte da viça (por sua vez equivalente a 1/1120 do bar); equivale portanto a 13,5 gramas.

(163) Anfião é o mesmo que ópio; este último vocábulo, erudito, deriva do grego ὄπιον directamente; aquele, popular, deriva do mesmo étimo, mas através do árabe *afyûn.*

(164) Jurubaça é que é a ortografia mais corrente e mais correcta. Significa

«intérprete», «língua» e deriva do malaio *jurubahasa*, de *juru* «perito em» e *bahasa* (do sânscrito *bhâsâ*), «língua».

(165) O lacre, principal produto de Pegu, é uma mistura de várias resinas, extraídas de espécies vegetais da região, com cera, goma laca, terebentina e vermelhão (óxido de mercúrio) que lhe dá a cor. O assento da compra deste lacre devia constar de um título da compra de mercadorias que se perdeu.

(166) É talvez um nome próprio; segundo Barros e Castanheda era um *raulim* ou *rauliz*, monge budista, de jerarquia elevada.

(167) Nesta época usa-se por vezes este termo no sentido de «palanquim», espécie de liteira que dois carregadores levavam aos ombros.

(168) O mesmo que *cança*. Cf. *supra*, nota 94.

(169) Não tem, pois razão, João de Barros quando diz que os pegus traziam as capitulações de paz numa folha de ouro batido, mas António Correia as mesmas vertidas em português e «escritas em papel a nosso uso» (*Ásia*, Década III, liv. III, cap. IV).

(170) A partida definitiva só se deve ter dado em Março; esta saída, como o documento explica um pouco mais abaixo, foi imposta pela pouca profundidade do porto — que punha a nau em risco de encalhar nos baixios se saísse muito carregada. Levou-se por isso para fora da barra onde se acabou de carregar por meio de uma embarcação.

(171) Veste de manga curta que chega à cintura ou ao joelho, semelhante a uma pequena túnica. Do malaio *baju* ou do árabe *badju*.

(172) São os elementos de identificação normais dos homens de armas, assentados nos livros da matrícula por ordem da chegada à Índia e pelos navios em que vieram; com estas indicações podia-se registar nos cadernos de matrícula que o soldo destes meses fora já vencido, para evitar pagamentos duplos.

(173) Palavra que não conseguimos identificar. Do contexto deduz-se tratar-se de uma embarcação.

(174) Tecido de seda por vezes com mistura de algodão, com lavores, usado pelas mulheres como xaile, fabricado em Cambaia. Do malailam *pattuda*, por sua vez do sânscrito *patta*.

(175) O documento está roto; aparentemente é «gantas» o que se deve ler, mas então o preço é excessivo: corresponderia a 15,4 rs. a ganta — quando em 1512 e 1514 se comprou a uma média de 0,8 rs. a 1 real a ganta, e em Malaca, onde era muito mais caro, valia normalmente a ganta 9 a 12 rs. Se em vez de «ganta» se lesse «tons» (1 tom = 10 gantas) o preço seria mais verosímil.

ADDENDA & CORRIGENDA

Já depois da entrada deste trabalho na tipografia, a descoberta de novos documentos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo permitiu-nos apurar melhor alguns pormenores relacionados com os assuntos aqui versados. Expomo-los aqui brevemente, rogando ao leitor benévolo que os anote no lugar respectivo do texto do artigo

1. — Entre os objectivos diplomáticos alcançados por António Correia em Pegu deve contar-se a libertação de pelo menos um prisioneiro português, um certo António Fernandes, cativo desde 1 de Outubro de 1516; trata-se certamente de um dos companheiros de Henrique Leme. — V. Mandado de Jorge de Albuquerque, capitão de Malaca, para se pagar a António Fernandes o soldo e as rações de arroz que tinha em atraso, Malaca, 20 de Junho de 1524, ANTT, *Corpo Cronológico,* II-116-51.

2 — O regresso de António Correia a Cochim, via Pacém, não se iniciou antes de 13 de Agosto de 1520, pois nessa data a nau «Santiago» estava em Malaca e o seu capitão recebia a habitual ração de arroz. — V. Mandado de Garcia Chainho, feitor de Malaca para o almoxarife dos mantimentos distribuir à guarnição as suas rações mensais de arroz, Malaca, 13 de Agosto de 1520, ANTT, *Corpo Cronológico,* II-91-35.

3 — António Pacheco, o capitão que disputara a capitania de Malaca a Nuno Vaz Pereira, esteve preso por ordem deste durante 10 meses e 20 dias até que D. Aleixo o mandou libertar (Cf. *supra,* nota 44). A sua segunda prisão, por ordem de Afonso Lopes da Costa, não se deve ter dado logo após o seu regresso a Malaca, pois ainda a 5 de Julho o capitão lhe mandava, de harmonia com um alvará do Governador Diogo Lopes de Sequeira, pagar as rações de arroz que lhe ficaram em dívida no tempo que esteve preso. — V. Mandado de Afonso Lopes da Costa ao almoxarife dos mantimentos de Malaca, 5 de Julho de 1519 — ANTT — *Corpo Cronológico,* II-83-4.

4 — O bergantim em que Francisco de Sequeira acompanhou António Correia de Cochim até Malaca, chamava-se, tal como a nau, «Santiago» e tinha uma tripulação de 6 homens além do capitão. V. Mandado de Afonso Lopes da Costa ao almoxarife dos mantimentos para fornecer arroz ao bergantim «Santiago», Malaca, 16 de Julho de 1519, ANTT, *Corpo Cronológico,* II-83-49.

5 — Desde a primeira vinda de António Correia a Malaca que os portugueses mantinham uma galé permanentemente em Muar, talvez para tentar bloquear à armada do sultão a saída do rio, ou, pelo menos, para observar os seus movimentos. De qualquer modo o facto mostra que a liberdade de movimentação dos portugueses no mar se tornara um pouco maior por essa época. No ANTT conservam-se as ordens de pagamento de mantimentos ao pessoal dessa galé, em 20 de Agosto de 1519 (*Corpo Cronológico,* II-85-199), 1 de Novembro (*ibidem,* II-85-122), 12 de Novembro (II-85-172), 15 de Dezembro (II-86-95), 20 de Dezembro (II-86-118) e 31 de Janeiro de 1520 (II-87-77).

6 — A substituição de Afonso Lopes da Costa por Garcia de Sá na capitania de Malaca deve ter-se dado a 19 de Dezembro de 1519, pois até 18 continuam as ordens de pagamento de mantimentos a ser assinadas pelo primeiro; a 20 de Dezembro começam a sera assinadas pelo feitor Ambrósio do Rego. A monção favorável para navegar de Malaca para a Índia era, de facto, como se disse já, em Dezembro.

ÍNDICE

do Volume XXX (I Tomo)

Sumário dos Fascículos 69 (81)

ANO DE 1976 (JANEIRO - JUNHO)

Homenagem ao Prof. Robert Smith	A Redação	3
Perfil do Prof. Robert C. Smith	Prof. Dr. Flávio Gonçalves	5
O Rito Bracarense desde as origens ao Missal de Mateus	Cónego A. Luís Vaz	23
As pregações de mestre Paulo contra os judeus bracarenses nos fins do século XV	Dr. Humberto Baquero Moreno	53
Subsídios para o estudo da Arquidiocese de Braga no século XV	P.e Dr. José Marques	63
A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica	Prof. Doutor José Mattoso	97
Oferta de Pão a Ponte Vedra em 1620	Dr. Aurélio de Oliveira	113
A população de Caminha e Valença em 1513	Prof. Doutor António de Oliveira	125
Mónio Ermiges, Abade de Paço de Sousa	João José Rigaud de Sousa	167
Um Testamento Inédito do Rei D. Luís	Dr. Francisco Louro	179
Inéditos do Cardeal Saraiva	Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos	185
A Ironia e o «Humour» em Eça de Queirós, Machado de Assis e Joaquim Paço d'Arcos	Prof. Doutor Hennio Morgan Birchal	257
A viagem de António Correia a Pegu	Dr. Luís Filipe F. R. Thomaz	289

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente fascículo alcança já 81 números, repartidos em 30 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) publicou-se sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, apareceu com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** hoje sob a direcção do Dr. Agostinho Manuel da Silva, Francisco Pereira de Bacelar Ferreira e Dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães.

Os coleccionadores que porventura só puderem obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, devem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

——— /// ———

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz, Rua D. Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da Colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem as capas originais, reunindo-as por ordem, no final do volume, ou de outro modo que prefiram. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

——— /// ———

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga.
Theologica — Revista de Estudos Eclesiásticos.
O Distrito de Braga — Boletim Cultural de Etnografia e História da Junta Distrital.